

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	20
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	23
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	24
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	25
Demonstração de Valor Adicionado	26

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	28
---	----

Notas Explicativas	73
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	403
---	-----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	405
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	407
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	415

Índice

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	416
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	419
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	420

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.865.417.020
Preferenciais	0
Total	2.865.417.020
Em Tesouraria	
Ordinárias	11.780.761
Preferenciais	0
Total	11.780.761
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	2.062.674.549	1.988.645.574	1.782.539.204
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	67.891.204	51.538.341	173.400.753
1.01.01	Caixa	12.808.085	15.285.225	14.239.838
1.01.02	Aplicações de Liquidez	55.083.119	36.253.116	159.160.915
1.02	Ativos Financeiros	1.841.073.746	1.798.690.748	1.486.913.508
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	95.119.085	75.504.036	60.308.542
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	3.907.526	7.023.079	13.530.874
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	2.285.510	4.922.226	9.999.449
1.02.02.02	Derivativos	1.622.016	2.100.853	3.531.425
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	354.932.601	299.375.933	249.646.301
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	354.932.601	299.375.933	249.646.301
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	1.387.114.534	1.416.787.700	1.163.427.791
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	66.953.392	81.094.542	77.197.161
1.02.04.02	Aplicações no Mercado Aberto	356.424.684	482.464.274	346.970.027
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	46.008.893	26.654.068	22.770.439
1.02.04.04	Operações de Crédito	877.064.044	770.469.717	669.332.086
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-53.602.150	-47.406.891	-47.314.670
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	94.265.671	103.511.990	94.472.748
1.03	Tributos	64.763.208	63.678.242	64.737.934
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	11.030.120	8.329.577	7.812.278
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	53.733.088	55.348.665	56.925.656
1.04	Outros Ativos	33.684.686	25.118.372	10.944.189
1.04.03	Outros	33.684.686	25.118.372	10.944.189
1.05	Investimentos	35.750.416	34.366.666	32.363.137
1.05.01	Participações em Coligadas	6.909.369	6.066.640	5.448.436
1.05.03	Participações em Controladas	28.838.926	28.114.861	26.748.816
1.05.03.01	Investimentos em Controladas	28.873.703	28.149.638	26.749.044
1.05.03.02	Perdas por Redução ao Valor Recuperável	-34.777	-34.777	-228

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.05.05	Outros Investimentos	2.121	185.165	165.885
1.06	Imobilizado	8.534.699	8.262.594	8.023.960
1.06.01	Imobilizado de Uso	21.151.466	20.014.870	19.481.691
1.06.01.01	Valor de Custo do Imobilizado de Uso	21.157.959	20.016.624	19.515.238
1.06.01.02	Perdas por Redução ao Valor Recuperável	-6.493	-1.754	-33.547
1.06.03	Depreciação Acumulada	-12.616.767	-11.752.276	-11.457.731
1.07	Intangível	10.976.590	6.990.611	6.155.723
1.07.01	Intangíveis	16.622.204	14.423.329	12.672.239
1.07.01.01	Valor de Custo dos Intangíveis	17.127.888	16.404.185	13.693.901
1.07.01.02	Perdas por Redução ao Valor Recuperável	-505.684	-1.980.856	-1.021.662
1.07.03	Amortização Acumulada	-5.645.614	-7.432.718	-6.516.516

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	2.062.674.549	1.988.645.574	1.782.539.204
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	3.512.533	4.108.597	5.213.967
2.01.01	Instrumentos financeiros derivativos	3.512.533	4.108.597	5.213.967
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	1.833.280.625	1.771.550.882	1.589.702.834
2.02.01	Depósitos	1.833.280.625	1.771.550.882	1.589.702.834
2.02.01.01	Recursos de instituições financeiras	736.890.036	809.149.735	691.691.613
2.02.01.02	Recursos de clientes	722.515.822	647.616.550	583.654.485
2.02.01.03	Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	228.431.519	201.772.537	204.967.358
2.02.01.06	Outros passivos financeiros	145.443.248	113.012.060	109.389.378
2.03	Provisões	24.868.631	36.029.723	32.993.546
2.04	Passivos Fiscais	17.012.929	16.218.773	10.285.268
2.05	Outros Passivos	30.452.907	26.511.701	27.620.367
2.07	Patrimônio Líquido	153.546.924	134.225.898	116.723.222
2.07.01	Capital Social Realizado	90.000.023	90.000.023	90.000.023
2.07.02	Reservas de Capital	1.402.523	1.399.561	1.397.697
2.07.03	Reservas de Reavaliação	0	0	2.040
2.07.04	Reservas de Lucros	70.239.576	51.235.873	39.174.851
2.07.04.01	Reserva Legal	11.777.636	10.237.793	9.259.072
2.07.04.02	Reserva Estatutária	58.732.780	41.273.377	30.194.966
2.07.04.09	Ações em Tesouraria	-270.840	-275.297	-279.187
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	-8.095.198	-8.409.559	-13.851.389

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	229.637.958	130.254.642	121.738.381
3.01.01	Operações de Crédito	113.112.904	84.254.592	84.021.801
3.01.03	Resultado de Operações com TVM	109.331.847	42.786.793	31.856.757
3.01.04	Resultado de IFD	-883.493	1.257.206	3.244.271
3.01.05	Resultado de Operações de Câmbio	897.417	-84.759	903.789
3.01.06	Resultado das Aplicações Compulsórias	6.343.128	1.966.213	1.324.262
3.01.07	Operações de venda ou de Transferência de Ativos Fin	382.323	-87.853	237.002
3.01.08	Resultado de outros ativos financeiros	453.832	162.450	150.499
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-179.583.757	-89.177.730	-100.736.436
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-152.713.664	-55.310.911	-36.494.639
3.02.02	Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-3.242.069	-15.481.440	-38.322.569
3.02.05	Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	-23.628.024	-18.385.379	-25.919.228
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	50.054.201	41.076.912	21.001.945
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-10.471.759	-18.086.750	-11.778.778
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	20.536.829	18.986.389	19.230.759
3.04.03	Despesas com Pessoal	-19.718.806	-19.416.802	-20.804.814
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-13.157.885	-12.646.642	-12.863.669
3.04.05	Despesas Tributárias	-4.881.228	-3.969.483	-3.737.449
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	13.210.280	8.335.662	5.875.120
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-19.356.347	-18.798.826	-11.670.257
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	12.895.398	9.422.952	12.191.532
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	39.582.442	22.990.162	9.223.167
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.829.905	-892.335	4.851.328
3.06.01	Corrente	-2.076.573	11.462	-189.479
3.06.02	Diferido	-2.753.332	-903.797	5.040.807
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	34.752.537	22.097.827	14.074.495
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	34.752.537	22.097.827	14.074.495
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-3.955.667	-2.523.408	-1.562.340

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	30.796.870	19.574.419	12.512.155
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	10,79	6,86	4,39

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	30.796.870	19.574.419	12.512.155
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	510.279	5.394.127	9.435.355
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-2.342.716	-3.671.960	1.038.008
4.02.01.01	Ganhos/perdas ã realizados s/ ativos financeiros disponíveis p/ venda	168.548	-6.435.277	-608.341
4.02.01.02	Ganhos/perdas realizados s/ ativos financeiros disponíveis / venda	740.850	1.622.708	1.708.921
4.02.01.03	Efeito tributário s/ ativos financeiros disponíveis para venda	-1.466.413	1.646.032	-26.896
4.02.01.04	Ajustes de conversão de investimentos no exterior	-1.803.477	-505.423	-35.676
4.02.01.05	Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge investimento líquido no exterior	17.776	0	0
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	2.852.995	9.066.087	8.397.347
4.02.02.01	Ganhos/perdas em remensurações de planos de benefícios	5.405.209	16.936.729	15.269.708
4.02.02.02	Efeito tributário em remensurações de planos de benefícios	-2.552.214	-7.870.642	-6.872.361
4.03	Participação em Resultados Abrangentes de Invest. Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	-195.918	47.703	-5.796
4.03.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-195.918	47.703	-5.796
4.03.01.01	Ganhos/perdas ã realizados s/ ativos financeiros disponíveis para venda	-145.831	-316.409	-9.422
4.03.01.02	Ganho/perdas ã realizados s/ hedge de fluxo de caixa	-246.260	426.042	19.703
4.03.01.03	Ganhos/perdas ã realizados s/ outros resultados abrangentes	58.989	-4.411	10.608
4.03.01.04	Efeito tributário s/ participação no resultado abrangente de investimentos	137.184	-57.519	-26.685
4.04	Resultado Abrangente do Período	31.111.231	25.016.249	21.941.714

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	56.704.421	-49.713.559	195.193.615
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	51.711.382	41.258.076	40.363.838
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	30.796.870	19.574.419	12.512.155
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	20.914.512	21.683.657	27.851.683
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.993.039	-90.971.635	154.829.777
6.01.02.01	(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	-19.615.050	-15.195.494	4.815.565
6.01.02.02	(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	140.180.740	-139.391.627	20.889.841
6.01.02.03	(Aumento) Redução em títulos para negociação	2.636.436	-1.360.849	2.042.738
6.01.02.04	(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos	-107.904	325.203	-545.019
6.01.02.05	(Aumento) Redução na carteira de créditos, líquida de provisões	-125.276.401	-116.085.773	-67.365.973
6.01.02.06	(Aumento) Redução em outros ativos financeiros	9.170.638	-7.022.227	6.782.248
6.01.02.07	(Aumento) Redução em outros ativos	-5.227.460	-10.160.231	-8.075.516
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.250.162	-412.780	-79.682
6.01.02.09	(Redução) Aumento em recursos de clientes	78.339.173	65.899.060	113.720.252
6.01.02.10	(Redução) Aumento em recursos de instituições financeiras	-69.564.451	112.154.842	62.445.821
6.01.02.11	(Redução) Aumento em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	42.978.287	10.496.519	-2.702.251
6.01.02.12	(Redução) Aumento em outros passivos financeiros	-32.589.790	1.127.497	19.847.707
6.01.02.13	(Redução) Aumento em outros passivos	-13.681.017	8.654.225	3.054.046
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-12.503.131	-51.321.370	-85.261.043
6.02.01	Aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	-199.253.359	-238.730.884	-196.055.292
6.02.02	Alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	185.782.227	195.730.916	110.276.495
6.02.03	Aquisição de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	-2.576.151	-8.903.746	-4.955.070
6.02.04	Resgate de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	2.763.317	1.561.986	346.477
6.02.05	Dividendos recebidos de coligadas e controladas	7.268.853	3.741.008	7.016.288
6.02.06	Aquisição de imobilizado de uso	-1.697.590	-1.621.993	-1.654.437
6.02.07	Alienação de imobilizado de uso	903	77.057	40.907
6.02.08	Aquisição de investimentos	0	-912	0
6.02.10	Aquisição de intangíveis	-4.809.042	-3.174.802	-2.068.206

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02.11	Caixa recebido na redução de capital da BB Seguridade	0	0	1.791.795
6.02.12	(Aporte)/resgate de capital em controladas no exterior	17.711	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-25.619.920	-23.134.171	-16.986.108
6.03.01	(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada	-12.233.871	-14.391.465	-4.861.276
6.03.02	(Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida	-1.575.744	-2.287.741	-7.925.255
6.03.04	Juros sobre o capital próprio pagos	-11.810.305	-6.454.965	-4.199.577
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-2.228.507	2.306.688	10.741.051
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	16.352.863	-121.862.412	103.687.515
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	51.538.341	173.400.753	69.713.238
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	67.891.204	51.538.341	173.400.753

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	90.000.023	1.124.264	51.511.170	0	0	-8.409.559	134.225.898
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	90.000.023	1.124.264	51.511.170	0	0	-8.409.559	134.225.898
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-8.926.448	0	-2.871.176	0	-11.797.624
5.04.06	Dividendos	0	0	-928.994	0	-1.233.288	0	-2.162.282
5.04.06.01	Dividendos/JCP prescritos	0	0	0	0	9.964	0	9.964
5.04.06.02	Destinação do lucro - Dividendos	0	0	-928.994	0	-1.243.252	0	-2.172.246
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-7.997.454	0	-1.637.888	0	-9.635.342
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	30.796.870	314.361	31.111.231
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	30.796.870	0	30.796.870
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	314.361	314.361
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	7.419	27.925.694	0	-27.925.694	0	7.419
5.06.01	Constituição de Reservas	0	7.419	27.925.694	0	-27.925.694	0	7.419
5.06.01.01	Transações com pagamentos baseados em ações	0	7.419	0	0	0	0	7.419
5.06.01.03	Destinação do lucro para reservas	0	0	27.925.694	0	-27.925.694	0	0
5.07	Saldos Finais	90.000.023	1.131.683	70.510.416	0	0	-8.095.198	153.546.924

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	90.000.023	1.118.510	39.454.038	2.040	0	-13.851.389	116.723.222
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	90.000.023	1.118.510	39.454.038	2.040	0	-13.851.389	116.723.222
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	9	-5.389.437	0	-2.129.890	0	-7.519.318
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	9	-9	0	0	0	0
5.04.05.01	Ações em Tesouraria Canceladas	0	9	-9	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-212.107	0	-1.008.146	0	-1.220.253
5.04.06.01	Dividendos/JCP prescritos	0	0	0	0	7.158	0	7.158
5.04.06.02	Destinação do lucro - Dividendos	0	0	-212.107	0	-1.015.304	0	-1.227.411
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-5.177.321	0	-1.121.744	0	-6.299.065
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	19.574.419	5.441.830	25.016.249
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	19.574.419	0	19.574.419
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	5.441.830	5.441.830
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	5.745	17.446.569	-2.040	-17.444.529	0	5.745
5.06.01	Constituição de Reservas	0	5.745	17.446.569	0	-17.446.569	0	5.745
5.06.01.01	Transações com pagamentos baseados em ações	0	5.745	0	0	0	0	5.745
5.06.01.03	Destinação do lucro para reservas	0	0	17.446.569	0	-17.446.569	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-2.040	2.040	0	0
5.06.02.01	Realização de reserva de reavaliação em coligadas e controladas	0	0	0	-2.040	2.040	0	0
5.07	Saldos Finais	90.000.023	1.124.264	51.511.170	0	0	-8.409.559	134.225.898

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	67.000.000	1.040.643	54.134.135	2.169	0	-23.280.948	98.895.999
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	67.000.000	1.040.643	54.134.135	2.169	0	-23.280.948	98.895.999
5.04	Transações de Capital com os Sócios	23.000.023	0	-26.187.211	0	-1.005.170	0	-4.192.358
5.04.01	Aumentos de Capital	23.000.023	0	-23.000.000	0	0	0	23
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	4.508	0	4.508
5.04.06.01	Dividendos/JCP prescritos	0	0	0	0	4.508	0	4.508
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-3.187.211	0	-1.009.678	0	-4.196.889
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	12.512.155	9.429.559	21.941.714
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	12.512.155	0	12.512.155
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	9.429.559	9.429.559
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	77.867	11.507.114	-129	-11.506.985	0	77.867
5.06.01	Constituição de Reservas	0	77.867	11.507.114	0	-11.507.114	0	77.867
5.06.01.01	Transações com pagamentos baseados em ações	0	77.048	0	0	0	0	77.048
5.06.01.02	Oferta subsequente de ações (follow on)	0	819	0	0	0	0	819
5.06.01.03	Destinação do lucro para reservas	0	0	11.507.114	0	-11.507.114	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-129	129	0	0
5.06.02.01	Realização de reserva de reavaliação em coligadas e controladas	0	0	0	-129	129	0	0
5.07	Saldos Finais	90.000.023	1.118.510	39.454.038	2.040	0	-13.851.389	116.723.222

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	222.318.376	123.312.891	108.266.628
7.01.01	Intermediação Financeira	229.637.958	130.254.642	121.738.381
7.01.02	Prestação de Serviços	20.536.829	18.986.389	19.230.759
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-23.628.024	-18.385.379	-25.919.228
7.01.04	Outras	-4.228.387	-7.542.761	-6.783.284
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-155.955.733	-70.792.351	-74.817.208
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.941.765	-8.973.697	-7.501.150
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-508.288	-526.047	-524.198
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.091.199	-990.474	-877.477
7.03.04	Outros	-6.342.278	-7.457.176	-6.099.475
7.03.04.01	Comunicações	-434.861	-439.934	-653.945
7.03.04.02	Processamento de Dados	-1.102.303	-842.501	-811.600
7.03.04.03	Transporte	-595.983	-572.904	-768.092
7.03.04.04	Serviços de Vigilância e Segurança	-1.198.964	-1.134.400	-1.131.762
7.03.04.05	Serviços do Sistema Financeiro	-844.962	-928.084	-836.279
7.03.04.06	Propaganda e Publicidade	-458.516	-487.678	-432.413
7.03.04.07	Manutenção e Conservação de Bens	-1.055.209	-1.027.543	-961.089
7.03.04.08	Outras	-1.167.223	-1.107.493	-504.295
7.03.04.09	Perdas por redução ao valor recuperável	515.743	-916.639	0
7.04	Valor Adicionado Bruto	58.420.878	43.546.843	25.948.270
7.05	Retenções	-2.768.743	-2.763.722	-3.096.198
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.768.743	-2.763.722	-3.096.198
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	55.652.135	40.783.121	22.852.072
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.895.398	9.422.952	12.191.532
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	12.895.398	9.422.952	12.191.532
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	68.547.533	50.206.073	35.043.604
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	68.547.533	50.206.073	35.043.604
7.09.01	Pessoal	24.212.555	21.984.451	20.024.149

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.09.01.01	Remuneração Direta	15.966.920	16.205.630	13.603.302
7.09.01.02	Benefícios	3.525.893	3.320.060	3.364.363
7.09.01.03	F.G.T.S.	792.873	776.213	729.769
7.09.01.04	Outros	3.926.869	1.682.548	2.326.715
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.180.530	7.312.192	1.229.127
7.09.02.01	Federais	11.057.840	6.247.636	153.876
7.09.02.02	Estaduais	680	906	737
7.09.02.03	Municipais	1.122.010	1.063.650	1.074.514
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	1.357.578	1.335.011	1.278.173
7.09.03.01	Aluguéis	1.357.578	1.335.011	1.278.173
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	30.796.870	19.574.419	12.512.155
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	9.635.342	6.299.065	4.196.889
7.09.04.02	Dividendos	2.172.246	1.227.411	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	18.989.282	12.047.943	8.315.266

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	2.007.727.977	1.899.340.511	1.693.794.003
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	68.826.279	54.494.681	176.189.508
1.01.01	Caixa	18.310.546	18.023.001	16.784.560
1.01.02	Aplicações de Liquidez	50.515.733	36.471.680	159.404.948
1.02	Ativos Financeiros	1.779.357.053	1.700.800.619	1.392.257.972
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	95.119.085	75.504.036	60.308.542
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	12.078.012	11.739.070	15.670.822
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	10.439.943	9.604.035	12.143.486
1.02.02.02	Derivativos	1.638.069	2.135.035	3.527.336
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	369.770.754	305.490.911	256.553.310
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	369.770.754	305.490.911	256.553.310
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	1.302.389.202	1.308.066.602	1.059.725.298
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	16.199.785	11.800.313	9.287.680
1.02.04.02	Aplicações no Mercado Aberto	356.512.910	482.043.522	346.969.408
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	47.996.424	33.107.809	24.946.064
1.02.04.04	Operações de Crédito	832.938.557	734.290.606	633.402.350
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	48.741.526	46.824.352	45.119.796
1.03	Tributos	67.241.980	65.009.496	65.956.124
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	9.914.030	7.345.674	7.153.007
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	57.327.950	57.663.822	58.803.117
1.04	Outros Ativos	48.298.120	39.152.606	23.982.917
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	203.473	417.340	500.059
1.04.03	Outros	48.094.647	38.735.266	23.482.858
1.05	Investimentos	19.773.432	19.446.188	17.906.810
1.05.01	Participações em Coligadas	19.773.432	19.446.188	17.906.810
1.06	Imobilizado	13.200.128	13.401.651	11.275.605
1.06.01	Imobilizado de Uso	9.194.568	8.982.146	8.545.213
1.06.02	Direito de Uso de Arrendamento	4.005.560	4.419.505	2.730.392

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.07	Intangível	11.030.985	7.035.270	6.225.067
1.07.01	Intangíveis	11.030.985	7.035.270	6.225.067

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	2.007.727.977	1.899.340.511	1.693.794.003
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	2.764.797	2.053.161	3.098.315
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	1.753.201.995	1.679.166.834	1.500.172.488
2.02.01	Depósitos	753.263.047	671.269.541	601.984.265
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	564.453.599	621.836.755	503.722.822
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	24.082.857	26.167.697	25.945.382
2.02.04	Outras Captações	411.402.492	359.892.841	368.520.019
2.02.04.01	Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	328.608.124	292.677.975	298.176.293
2.02.04.02	Outros passivos financeiros	82.794.368	67.214.866	70.343.726
2.03	Provisões	21.957.583	19.488.820	16.894.620
2.03.01	Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	18.372.705	16.726.539	14.519.222
2.03.02	Provisões para perdas esperadas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	3.584.878	2.762.281	2.375.398
2.04	Passivos Fiscais	18.192.089	12.197.350	6.417.506
2.05	Outros Passivos	48.534.390	40.324.113	39.349.790
2.07	Patrimônio Líquido Consolidado	163.077.123	146.110.233	127.861.284
2.07.01	Patrimônio Líquido Atribuído ao Controlador	158.956.355	142.751.482	125.099.772
2.07.01.01	Capital Social Realizado	97.100.023	98.100.023	98.100.023
2.07.01.02	Reservas de Capital	6.358.139	6.350.720	6.344.966
2.07.01.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	6.630.709	6.627.633	6.625.608
2.07.01.02.05	Ações em Tesouraria	-272.570	-276.913	-280.642
2.07.01.04	Reservas de Lucros	70.142.173	51.180.290	39.198.468
2.07.01.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	70.142.173	51.180.290	39.198.468
2.07.01.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-7.083.363	-4.817.560	-4.447.316
2.07.01.08	Outros Resultados Abrangentes	-7.560.617	-8.061.991	-14.096.369
2.07.02	Patrimônio Líquido Atribuído aos Não Controladores	4.120.768	3.358.751	2.761.512

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	236.549.051	125.947.217	98.659.704
3.01.01	Receita de Juros	236.549.051	125.947.217	98.659.704
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-162.202.484	-66.273.138	-43.232.120
3.02.01	Despesa de Juros	-162.202.484	-66.273.138	-43.232.120
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	74.346.567	59.674.079	55.427.584
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-36.044.850	-35.684.288	-43.850.581
3.04.01	Despesa de Provisão para Perda Esperada para Risco de Crédito	-18.038.862	-12.863.436	-19.687.420
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	24.644.715	22.668.819	22.666.341
3.04.03	Despesas com Pessoal	-25.402.822	-23.524.659	-21.688.312
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-8.170.710	-7.535.192	-7.421.859
3.04.05	Despesas Tributárias	-6.992.470	-5.722.627	-5.168.082
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	13.533.910	8.159.428	1.382.179
3.04.06.01	Ganhos líquidos sobre instrumentos financeiros	-1.258.040	199.415	1.886.264
3.04.06.02	Resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras	1.609.348	-1.286.536	-7.082.412
3.04.06.03	Outras	13.182.602	9.246.549	6.578.327
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-20.729.762	-19.953.365	-16.255.349
3.04.07.01	Amortização de ativos intangíveis	-1.346.457	-1.420.318	-1.807.612
3.04.07.02	Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	-7.252.224	-7.515.682	-5.742.025
3.04.07.03	Depreciação	-2.627.659	-2.574.102	-2.406.382
3.04.07.04	Outras	-9.503.422	-8.443.263	-6.299.330
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	5.111.151	3.086.744	2.321.921
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	38.301.717	23.989.791	11.577.003
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.452.382	-4.266.920	1.715.880
3.06.01	Corrente	-6.788.039	-3.544.398	-3.591.017
3.06.02	Diferido	-1.664.343	-722.522	5.306.897
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	29.849.335	19.722.871	13.292.883
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	29.849.335	19.722.871	13.292.883
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido Consolidado do Período	29.849.335	19.722.871	13.292.883

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.11.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	27.630.407	18.344.326	11.851.616
3.11.02	Atribuído aos Sócios não Controladores	2.218.928	1.378.545	1.441.267
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	9,68	6,43	4,16
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	9,68	6,43	4,16

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	29.849.335	19.722.871	13.292.883
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	228.128	6.003.378	9.339.311
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-2.624.867	-3.062.709	941.964
4.02.01.01	Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao VJORA	-814.369	-5.543.864	-1.104.547
4.02.01.02	Ganhos/(perdas) realizados sobre ativos ao VJORA - reclassificados para o resultado	820.483	1.581.585	1.735.473
4.02.01.03	Efeito tributário	-896.656	1.072.768	211.190
4.02.01.04	Ajuste de conversão de investimentos no exterior	-1.743.647	-173.198	99.848
4.02.01.05	Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de investimento líquido em operação no exterior	17.776	0	0
4.02.01.06	Efeito tributário	-8.454	0	0
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	2.852.995	9.066.087	8.397.347
4.02.02.01	Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	5.405.209	16.936.729	15.269.708
4.02.02.02	Efeito tributário	-2.552.214	-7.870.642	-6.872.361
4.03	Participação em Resultados Abrangentes de Invest. Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	-130.237	56.231	-113.342
4.03.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-130.237	56.231	-113.342
4.03.01.01	Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao VJORA	-108.479	-381.266	-258.047
4.03.01.02	Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	-240.599	474.077	23.968
4.03.01.03	Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	58.989	-4.411	10.608
4.03.01.04	Efeito tributário	159.852	-32.169	110.129
4.04	Resultado Abrangente do Período	29.947.226	25.782.480	22.518.852
4.04.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	28.131.781	24.378.704	21.141.791
4.04.02	Atribuído aos Sócios da Empresa não Controladora	1.815.445	1.403.776	1.377.061

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	66.057.337	-44.759.142	210.632.695
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	69.581.156	52.610.704	43.332.869
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	29.849.335	19.722.871	13.292.883
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	39.731.821	32.887.833	30.039.986
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.523.819	-97.369.846	167.299.826
6.01.02.01	Variação Líquida em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	-19.615.049	-15.195.494	4.815.565
6.01.02.02	Variação Líquida em empréstimos a instituições financeiras	-4.442.805	-2.518.070	1.322.771
6.01.02.03	Variação Líquida em aplicações em operações compromissadas	125.530.613	-135.074.114	14.286.094
6.01.02.04	Variação Líquida em ativos financeiros ao VJR	-338.942	3.931.752	-11.865.274
6.01.02.05	Variação Líquida em empréstimos a clientes	-123.222.981	-120.381.990	-79.828.845
6.01.02.06	Variação Líquida em ativos não correntes disponíveis para venda	306.544	182.363	88.695
6.01.02.07	Variação Líquida em outros ativos	-54.468.499	-26.034.002	-17.553.581
6.01.02.08	Variação Líquida em depósitos de clientes	81.993.506	69.285.276	116.981.960
6.01.02.09	Variação Líquida em valores a pagar a instituições financeiras	-2.084.840	222.315	-3.513.619
6.01.02.10	Variação Líquida em passivos financeiros ao VJR	711.636	-1.045.154	2.136.679
6.01.02.11	Variação Líquida em obrigações por operações compromissadas	-57.383.156	118.113.933	99.367.495
6.01.02.12	Variação Líquida em obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	48.733.451	11.155.262	9.219.355
6.01.02.13	Variação Líquida em outros passivos	6.593.194	3.677.212	35.102.830
6.01.02.14	Caixa pago em impostos	-5.836.491	-3.689.135	-3.260.299
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-18.010.230	-53.486.272	-95.707.601
6.02.01	Compra de Ativos financeiros ao VJORA	-232.613.868	-262.770.205	-213.784.964
6.02.02	Venda de Ativos Financeiros ao VJORA	218.723.358	219.830.370	125.617.520
6.02.03	Compra de Ativos financeiros ao CA	-5.260.419	-9.117.924	-6.133.568
6.02.04	Resgate de Ativos fianceiros ao CA	2.763.317	2.011.536	346.477
6.02.05	Compra de ativo imobilizado	-1.902.139	-1.769.472	-1.715.251
6.02.06	Venda de ativo imobilizado	3.272	4.901	287
6.02.07	Aquisição de investimentos em coligadas e joint ventures	0	0	-35.018
6.02.08	Alienação de investimentos em coligadas e joint ventures	0	0	2.625

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02.09	Aquisição de ativos intangíveis	-4.817.163	-3.180.951	-2.738.234
6.02.10	Alienação de ativos intangíveis	0	0	662.828
6.02.11	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	4.216.912	2.031.955	2.265.323
6.02.12	Resgate de ações preferenciais da UBS BB	0	0	145.000
6.02.13	Aporte de capital social	0	-526.482	-899.939
6.02.14	Resgate de ações Cateno	231.440	0	559.313
6.02.18	Alienação de participação no Banco Digio S.A.	645.060	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-28.214.362	-25.002.890	-20.992.277
6.03.01	Liquidação de passivos de longo prazo	-16.131.901	-16.673.580	-12.787.630
6.03.02	Juros de instrumento elegível a capital principal pagos	-215.471	-121.748	-236.577
6.03.03	Liquidação de arrendamentos	-1.020.150	-1.102.942	-1.004.572
6.03.04	Dividendos ou juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas controladores	-11.810.305	-6.454.965	-4.199.577
6.03.05	Dividendos ou juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas não controladores	-1.365.135	-669.655	-1.871.080
6.03.06	Captação de passivos de longo prazo	2.328.600	20.000	0
6.03.07	Efeito líquido na alienação de ações em tesouraria	0	0	15.268
6.03.08	Caixa pago aos acionistas não controladores na redução de capital da BB Seguridade	0	0	-908.109
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-5.501.147	1.553.477	10.320.668
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	14.331.598	-121.694.827	104.253.485
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	54.494.681	176.189.508	71.936.023
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	68.826.279	54.494.681	176.189.508

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	98.100.023	6.350.720	51.180.290	0	-4.817.560	-8.061.991	142.751.482	3.358.751	146.110.233
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	98.100.023	6.350.720	51.180.290	0	-4.817.560	-8.061.991	142.751.482	3.358.751	146.110.233
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-1.000.000	7.419	-8.926.448	0	-3.334.449	0	-13.253.478	-1.905.699	-15.159.177
5.04.01	Aumentos de Capital	-1.000.000	0	0	0	0	0	-1.000.000	0	-1.000.000
5.04.01.01	Devolução do instrumento elegível ao capital principal	-1.000.000	0	0	0	0	0	-1.000.000	0	-1.000.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	7.419	0	0	0	0	7.419	350	7.769
5.04.02.01	Transações com pagamento baseado em Ações	0	7.419	0	0	0	0	7.419	350	7.769
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	9.964	0	9.964	25.781	35.745
5.04.06.01	Outras transações	0	0	0	0	9.964	0	9.964	25.781	35.745
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-8.926.448	0	-3.344.413	0	-12.270.861	-1.931.830	-14.202.691
5.04.07.01	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-8.926.448	0	-2.881.140	0	-11.807.588	-1.931.830	-13.739.418
5.04.07.02	Juros sobre Instrumento Elegível a Capital Principal	0	0	0	0	-463.273	0	-463.273	0	-463.273
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	27.630.407	501.374	28.131.781	1.815.445	29.947.226
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	27.630.407	0	27.630.407	2.218.928	29.849.335
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	501.374	501.374	-403.483	97.891
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	27.888.331	0	-26.561.761	0	1.326.570	852.271	2.178.841
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	27.888.331	0	-26.561.761	0	1.326.570	852.271	2.178.841
5.06.01.01	Constituição de Reservas de Lucros	0	0	27.888.331	0	-27.888.331	0	0	0	0
5.06.01.02	Ajustes de Hiperinflação da Argentina	0	0	0	0	1.326.570	0	1.326.570	685.387	2.011.957
5.06.01.03	Variação de participação dos não controladores	0	0	0	0	0	0	0	166.884	166.884
5.07	Saldos Finais	97.100.023	6.358.139	61.215.725	0	-10.427.776	-7.560.617	146.685.494	2.188.938	148.874.432

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	98.100.023	6.344.966	39.198.468	0	-4.447.316	-14.096.369	125.099.772	2.761.512	127.861.284
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	98.100.023	6.344.966	39.198.468	0	-4.447.316	-14.096.369	125.099.772	2.761.512	127.861.284
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.754	-5.389.437	0	-2.269.062	0	-7.652.745	-1.058.903	-8.711.648
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	5.745	0	0	0	0	5.745	0	5.745
5.04.02.01	Transações com pagamento baseado em Ações	0	5.745	0	0	0	0	5.745	0	5.745
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	9	-9	0	0	0	0	0	0
5.04.05.01	Ações em Tesouraria Canceladas	0	9	-9	0	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-10.266	0	-10.266	-1.832	-12.098
5.04.06.01	Outras transações	0	0	0	0	-10.266	0	-10.266	-1.832	-12.098
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-5.389.428	0	-2.258.796	0	-7.648.224	-1.057.071	-8.705.295
5.04.07.01	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-5.389.428	0	-2.137.048	0	-7.526.476	-1.057.071	-8.583.547
5.04.07.02	Juros sobre Instrumento Elegível a Capital Principal	0	0	0	0	-121.748	0	-121.748	0	-121.748
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	18.344.326	6.034.378	24.378.704	1.403.776	25.782.480
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	18.344.326	0	18.344.326	1.378.545	19.722.871
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	6.034.378	6.034.378	25.231	6.059.609
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	17.371.259	0	-16.445.508	0	925.751	252.366	1.178.117
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	17.371.259	0	-16.445.508	0	925.751	252.366	1.178.117
5.06.01.01	Constituição de Reservas de Lucros	0	0	17.371.259	0	-17.371.259	0	0	0	0
5.06.01.02	Ajustes de Hiperinflação da Argentina	0	0	0	0	925.751	0	925.751	252.366	1.178.117
5.07	Saldos Finais	98.100.023	6.350.720	51.180.290	0	-4.817.560	-8.061.991	142.751.482	3.358.751	146.110.233

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	75.100.000	6.253.263	53.814.656	0	-4.046.637	-23.386.544	107.734.738	2.236.641	109.971.379
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	75.100.000	6.253.263	53.814.656	0	-4.046.637	-23.386.544	107.734.738	2.236.641	109.971.379
5.04	Transações de Capital com os Sócios	23.000.023	91.703	-26.187.211	0	-1.241.747	0	-4.337.232	-1.001.431	-5.338.663
5.04.01	Aumentos de Capital	23.000.023	0	-23.000.000	0	0	0	23	0	23
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	91.703	0	0	0	0	91.703	0	91.703
5.04.02.01	Transações com pagamento baseado em Ações	0	77.048	0	0	0	0	77.048	0	77.048
5.04.02.02	Oferta subsequente de Ações	0	14.655	0	0	0	0	14.655	0	14.655
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	4.508	0	4.508	30.443	34.951
5.04.06.01	Outras transações	0	0	0	0	4.508	0	4.508	30.443	34.951
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-3.187.211	0	-1.246.255	0	-4.433.466	-1.031.874	-5.465.340
5.04.07.01	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-3.187.211	0	-1.009.678	0	-4.196.889	-1.031.874	-5.228.763
5.04.07.02	Juros sobre Instrumento Elegível a Capital Principal	0	0	0	0	-236.577	0	-236.577	0	-236.577
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	11.851.616	9.290.175	21.141.791	1.377.061	22.518.852
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	11.851.616	0	11.851.616	1.441.267	13.292.883
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	9.290.175	9.290.175	-64.206	9.225.969
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	11.571.023	0	-11.010.548	0	560.475	149.241	709.716
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	11.571.023	0	-11.010.548	0	560.475	149.241	709.716
5.06.01.01	Constituição de Reservas de Lucros	0	0	11.571.023	0	-11.571.023	0	0	0	0
5.06.01.02	Ajustes de Hiperinflação da Argentina	0	0	0	0	560.475	0	560.475	149.241	709.716
5.07	Saldos Finais	98.100.023	6.344.966	39.198.468	0	-4.447.316	-14.096.369	125.099.772	2.761.512	127.861.284

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	256.688.814	143.912.028	103.020.804
7.01.01	Intermediação Financeira	236.900.359	124.860.096	93.463.556
7.01.02	Prestação de Serviços	37.827.317	31.915.368	29.244.668
7.01.03	Provisão/Reversão Perdas Esperadas de Risco de Crédito	-18.038.862	-12.863.436	-19.687.420
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-162.202.484	-66.273.138	-43.232.120
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-24.224.546	-22.926.309	-19.084.576
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-6.244.178	-5.885.413	-6.100.555
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.224.722	-1.081.951	-942.666
7.03.04	Outros	-16.755.646	-15.958.945	-12.041.355
7.03.04.01	Atualização de obrigações atuariais	-1.211.318	-1.172.648	-1.707.594
7.03.04.02	Prêmios pagos a clientes	-1.724.520	-1.566.599	-1.246.651
7.03.04.03	Atualização de depósitos em garantia	-829.385	-340.040	-212.623
7.03.04.04	Falhas em serviço e perdas operacionais	-280.251	-442.386	-186.351
7.03.04.05	Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	-19.186	-20.622	-26.740
7.03.04.06	Outras	-12.690.986	-12.416.650	-8.661.396
7.04	Valor Adicionado Bruto	70.261.784	54.712.581	40.704.108
7.05	Retenções	-3.974.116	-3.994.420	-4.213.994
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.974.116	-3.994.420	-4.213.994
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	66.287.668	50.718.161	36.490.114
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.111.151	3.086.744	2.321.921
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.111.151	3.086.744	2.321.921
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	71.398.819	53.804.905	38.812.035
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	71.398.819	53.804.905	38.812.035
7.09.01	Pessoal	25.976.878	24.015.510	22.009.119
7.09.01.01	Remuneração Direta	17.235.185	15.795.568	13.775.505
7.09.01.02	Benefícios	4.592.910	4.349.701	4.368.540
7.09.01.03	F.G.T.S.	821.660	799.559	755.015
7.09.01.04	Outros	3.327.123	3.070.682	3.110.059

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	15.444.852	9.989.547	3.452.202
7.09.02.01	Federais	13.222.655	8.100.982	1.775.805
7.09.02.02	Estaduais	680	906	737
7.09.02.03	Municipais	2.221.517	1.887.659	1.675.660
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	127.754	76.977	57.831
7.09.03.01	Aluguéis	127.754	76.977	57.831
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	29.849.335	19.722.871	13.292.883
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	9.635.342	6.299.065	4.196.889
7.09.04.02	Dividendos	2.635.519	1.349.159	236.577
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	15.359.546	10.696.102	7.418.150
7.09.04.04	Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos	2.218.928	1.378.545	1.441.267

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Relatório da Administração

2022



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Caro leitor,

Em 2022, registramos lucro líquido de R\$ 31 bilhões, evolução de 57,3%, renovando o recorde de geração de resultados crescentes e consistentes, calçados no incremento responsável da carteira de crédito com uma inadimplência controlada, no fortalecimento da diversificação de receitas financeiras, na disciplina na gestão das despesas e na sólida estrutura de capital.

Além de um resultado que remunera acionistas e sustenta o crescimento do crédito, alcançamos R\$ 80,1 bilhões, elevação de 35,9% em um ano, em valor adicionado à sociedade, quando consideramos impostos, salários, dividendos e demais componentes. Ainda, adotamos iniciativas que resultam na geração de diversas externalidades sociais e ambientais positivas por meio dos nossos negócios, pelas parcerias e pela atuação da Fundação Banco do Brasil. Com isso, geramos valor para todos os nossos públicos de relacionamento e transformamos vidas.

Pela primeira vez, nossa carteira ampliada, que considera títulos e garantias prestadas, superou a cifra de R\$ 1 trilhão, fruto do relacionamento que temos com nossos clientes e a qualidade das soluções ofertadas de forma personalizada para todos os segmentos. A nossa carteira de negócios sustentáveis alcançou R\$ 327,3 bilhões, alta de 12,3% em relação a dezembro/2021 e representa cerca de 33% da nossa carteira ampliada. Desse total, R\$ 67,7 bilhões estão destinados à agricultura de baixo carbono e R\$ 57,8 bilhões ao Pronaf, que apoia a agricultura familiar.

Como reconhecimento à nossa contribuição para uma economia mais sustentável, pelo sétimo ano consecutivo fizemos parte do *ranking* das 100 Corporações Mais Sustentáveis do Mundo 2023 – Global 100 e pela quarta vez fomos eleitos como o Banco mais sustentável do planeta (edições de 2019, 2021, 2022 e 2023), sendo a única empresa brasileira classificada no referido *ranking*.

Reafirmamos nosso compromisso junto às microempresas e empresas de pequeno porte. Lideramos os desembolsos da terceira tranche do Pronampe, atingindo mais de R\$ 12 bilhões para cerca de 128 mil Micro e Pequenas Empresas (MPEs), sendo que mais de 40% delas são lideradas por mulheres. Somadas as edições de 2020, 2021 e 2022, os desembolsos no BB foram de R\$ 27,2 bilhões, apoiando a manutenção da atividade e a preservação do emprego em 261 mil empresas.

No Agronegócio, mantivemos a nossa posição histórica como o principal agente financeiro no país, contribuindo de forma expressiva para o atendimento da demanda de crédito do segmento e de sua cadeia, alcançando uma carteira de crédito ampliada, que considera títulos do agronegócio, de R\$ 309,7 bilhões.

Em julho/2022 anunciamos o maior Plano Safra de nossa história, destinando R\$ 200 bilhões, dos quais R\$ 114 bilhões já foram desembolsados até o final do ano, aumento de 28,0% sobre o mesmo período da safra passada. Destaque para os desembolsos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), que juntos representam 84,4% dos clientes atendidos no plano safra 2022/2023, e na aceleração do Broto, nossa plataforma agrodigital.

No segmento pessoa física, destacamos o crescimento de 7,8% na carteira de crédito consignado, que alcançou R\$ 115,1 bilhões, maior cifra histórica, com participação de mercado de 19,6%, que ocorre pela proximidade e expertise com o público de mais de dez milhões de proventistas. Além disso, com objetivo de rejuvenescer a base de clientes, anunciamos diversas iniciativas para nos aproximar do público jovem, entre participação de feiras e eventos de *e-sports* e *games*, lançamento da BB Cash, nossa conta para adolescentes totalmente digital entre outras medidas de educação financeira via redes sociais para esse público.

Ao longo desse ano continuamos com o nosso processo de aprimoramento da experiência dos nossos mais 81 milhões de clientes e investimos na nossa aceleração digital para sermos um banco mais próximo, completo e disponível em nossa ampla plataforma integrada de canais, oferecendo soluções adequadas ao perfil e ao momento de vida dos nossos clientes.

Com isso, a satisfação do cliente foi ampliada, refletida na elevação de 10 pontos na comparação com dezembro/21 no *Net Promoter Score* (NPS) e tivemos nossa melhor colocação no *ranking* de reclamação no Banco Central. Ademais, ampliamos o engajamento com nossos clientes em 12,1%, aumentando a recorrência e a geração de negócios.

Continuamos investindo na transformação cultural e na preparação do Banco para o cenário futuro. Com o movimento *Evolution*, focamos em ações de *upskilling* e *reskilling* e no desenvolvimento das competências digitais dos nossos times. Além disso, avançamos nas frentes de inovação interna com laboratórios de experimentação para novas tecnologias e desenvolvimento de soluções de dados e *analytics*.

Estamos continuamente aprimorando e desenvolvendo novos programas e iniciativas relacionadas à atração, desenvolvimento de carreira, sucessão e retenção de talentos. A aplicação de *People Analytics* para identificar talentos nos permitiu a redução em 75% do tempo de processos seletivos internos. Em dezembro, abrimos seleção para novos talentos que abrange quatro mil vagas e mais duas mil para cadastro de reserva, em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, das quais metade das oportunidades são destinadas para agentes de tecnologia.

Avançamos na atuação em ecossistemas digitais – Loja BB, *Market Place*, a Liga e o Pannel PJ – gerando valor para todos os envolvidos na nossa cadeia de relacionamento e mais de R\$ 1 bilhão em volumes de vendas. Reformulamos o nosso aplicativo e o portal do Banco do Brasil, proporcionando uma experiência mais moderna, simplificada, ágil e inteligente. Além disso, fomos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

pioneiros na liberação do consentimento do *open banking* por meio do Whatsapp e na disponibilização, por meio dos canais digitais, de pagamentos ou investimentos debitando diretamente a conta de outra Instituição Financeira.

Em 2022, alcançamos 27,1 milhões de clientes ativos nas plataformas digitais. O nosso App permaneceu como um dos mais bem avaliados da indústria financeira, com nota 4,6 no Play Store do Google (avaliado por mais de 5,5 milhões de usuários) e 4,7 na App Store da Apple (com 2,6 milhões de avaliações), em uma escala com pontuação máxima de cinco estrelas.

No ano de 2023, renovamos o compromisso de continuar a entregar resultados sustentáveis para os nossos acionistas e, ser relevante na vida das pessoas, em todos os momentos, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil. Queremos ser uma empresa que proporciona a melhor experiência para a vida das pessoas. Que promove o desenvolvimento da sociedade, de forma inovadora e eficiente. E que apoia pessoas, empresas, administrações públicas e instituições a alcançarem seus objetivos, metas e sonhos.

Convidamos você a conhecer mais sobre as nossas entregas nas próximas páginas. Boa leitura!

Estratégia Corporativa

Nossa Estratégia Corporativa (ECBB) apresenta horizonte temporal de cinco anos e é revisada anualmente, no terceiro trimestre, por meio de processo estruturado, participativo e baseado em metodologias consolidadas. A sua aprovação é realizada pelo Conselho de Administração (CA), o que fortalece as decisões sobre a atuação da Empresa para os próximos anos.

Em 2022, no processo de revisão do planejamento estratégico evoluímos nosso propósito para “Ser próximo e relevante na vida das pessoas em todos os momentos”.

Assim, declaramos que existimos para estar sempre juntos, apoiar e manter relacionamento estreito e pessoal com todos com quem nos relacionamos e no canal de preferência do cliente. Somos relevantes, pois queremos, mais do que nunca, gerar valor e sermos imprescindíveis na vida de todos com quem convivemos. Na vida das pessoas, porque queremos que esse propósito se expresse nas nossas relações com todos. Em todos os momentos, pois possuímos soluções completas para que nossos clientes possam contar conosco durante todas as fases de suas trajetórias de vida pessoal e profissional.

Alinhado à evolução do propósito e reforçando a identidade organizacional da Empresa, nossos valores são Proximidade, Inovação, Integridade, Eficiência e Compromisso com a Sociedade. Eles representam a base da nossa cultura, vividos por todos os funcionários.

O Mapa Estratégico e o Plano Diretor contemplam os objetivos estratégicos e indicadores definidos para o horizonte de cinco anos, distribuídos em cinco perspectivas: Clientes, Financeira, Sustentabilidade, Processos e Pessoas.

Colocamos o cliente no centro da nossa atuação e decisões, em todos os níveis organizacionais, oferecendo soluções completas, de forma a propiciar-lhe a melhor experiência.

Somos um banco competitivo, rentável, eficiente, inovador e referência em sustentabilidade. Para isso, primamos pela otimização da alocação de capital, melhoria da eficiência operacional, otimização da estrutura organizacional, desenvolvimento de novos negócios e fontes de receita.

Aceleramos a transformação digital e a inovação, evoluindo no desenvolvimento de inteligência analítica, bem como mantendo o foco na eficiência operacional e no aperfeiçoamento dos processos, produtos e canais, tornando-os mais simples, ágeis e integrados à experiência do cliente.

Buscamos continuar a transformação da cultura organizacional, com atuação engajada dos nossos profissionais, com foco em inovação, meritocracia e resultados sustentáveis.

Cenário Macroeconômico

Ao longo de 2022, o cenário internacional esteve no centro do debate econômico marcado, principalmente, pela inflação em patamar elevado, embora as últimas divulgações tenham sinalizado uma trajetória cadente do nível de preço nos EUA e na área do euro. Os riscos externos ligados à pandemia e à guerra entre Rússia e Ucrânia, adicionalmente ao início do processo de aperto monetário nas principais economias centrais, contribuíram para um ritmo mais lento da atividade econômica global.

Nos últimos meses do ano, os dados antecedentes da atividade confirmaram a continuidade da desaceleração da economia na Europa, contudo houve a percepção de uma recessão menos profunda, diante do aumento dos estoques de gás em níveis acima do esperado. Nos EUA, o consumo e o mercado de trabalho seguiram mostrando certa resiliência, o que deve impedir uma recessão mais severa, a despeito da sinalização do Fed de altas adicionais dos juros. Na China, por sua vez, o movimento de desobrigação das testagens em massa e flexibilização da quarentena animaram os mercados, pois sinalizou uma clara reorientação do foco do governo de uma política de Covid-Zero para um programa direcionado ao crescimento econômico.

No Brasil, o desempenho da atividade econômica surpreendeu de forma recorrente e positiva ao longo de 2022. A recuperação do setor de serviços e do mercado de trabalho, bem como as medidas de incremento da renda e estímulo ao consumo implementadas no decorrer de 2022, contribuíram com o crescimento econômico observado até o terceiro trimestre do ano passado. Contudo, indicadores recentes sugeriram um comportamento menos favorável da demanda interna diante da alta da taxa de juros e aperto das condições financeiras, o que deve se refletir em movimento de desaceleração econômica. No que se refere ao sistema financeiro nacional, o ano foi marcado por nova expansão significativa das operações de crédito às empresas e famílias (14%), ainda que desacelerando ante o registrado em 2021 (16,3%) sob o peso da elevação da taxa básica de juros, do aumento do endividamento das famílias e da inadimplência.

Em que pese o forte movimento de descompressão do IPCA, a inflação em 2022 ultrapassou o limite superior do intervalo de tolerância da meta. Apesar da redução na tributação sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações que resultaram em deflação nos meses de julho, agosto e setembro, outros fatores, segundo o Banco Central do Brasil, levaram a inflação a atingir 5,8%, a saber: i) inércia da inflação do ano anterior; ii) elevação dos preços de *commodities*; iii) desequilíbrios entre demanda e oferta de insumos e gargalos nas cadeias produtivas globais; iv) choques em preços de alimentação, resultantes de questões climáticas; e v) retomada na demanda de serviços e no emprego, impulsionada pelo acentuado declínio da quantidade de casos de Covid-19 e consequente aumento da mobilidade. Por fim, ao longo de 2022, as incertezas no ambiente externo, o processo eleitoral e as discussões em torno do futuro do arcabouço fiscal no Brasil trouxeram volatilidade para preços de ativos, em particular para a taxa de câmbio, que encerrou o ano de 2022 no patamar de R\$/US\$ 5,22.

Acionistas e Detentores de instrumentos de dívida

Contamos com uma base de mais de 953 mil acionistas, sendo 98,4% pessoas físicas (PF) e 1,4% pessoas jurídicas. Entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022, nossa base de acionistas PF cresceu de 430 mil para 937 mil. Nossa composição acionária encerrou dezembro distribuída entre 50% de ações com a União Federal, 49,6% em circulação (*free float*) e 0,40% mantidas em tesouraria. Os investidores locais respondem por 77% das ações em circulação, enquanto os estrangeiros detêm 23%. Nossas ações (BBAS3) representaram 2,537% do Ibovespa no último quadrimestre.

O Valor Patrimonial por ação encerrou o período em R\$ 53,81, variação de 14% em relação a dezembro/21. A Cotação de Fechamento do mês de dezembro ficou em R\$ 34,73 para BBAS3 e US\$ 6,58 para as ADRs que fazem parte de um programa nível I, negociadas no mercado de balcão norte-americano.

Em dezembro de 2022, recebemos o prêmio Apimec IBRI como a empresa com a Melhor Prática e Iniciativa de Relações com Investidores (RI) na categoria Large Cap (Companhias de grande porte na Bolsa de Valores). A premiação, que está em sua terceira edição, elege anualmente os melhores profissionais de RI e casas de análise, escolhidos pelos associados das duas associações promotoras, sendo compostos majoritariamente por analistas de mercado, companhias de capital aberto e profissionais de relações com investidores.

Agenda ASG (Ambiental, Social e de Governança)

Adotamos as melhores práticas Ambientais, Sociais e de Governança que permitem ações de antecipação e gerenciamento de riscos e oportunidades, além de se traduzirem em externalidades positivas para os nossos públicos de interesse. Essas premissas estão materializadas no Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB, que é o nosso principal instrumento fomentador de práticas socioambientais desde 2005 e que está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e ao Acordo de Paris. O Plano, revisado em 2021, conta com 40 ações e 110 indicadores para o período 2021-2023.

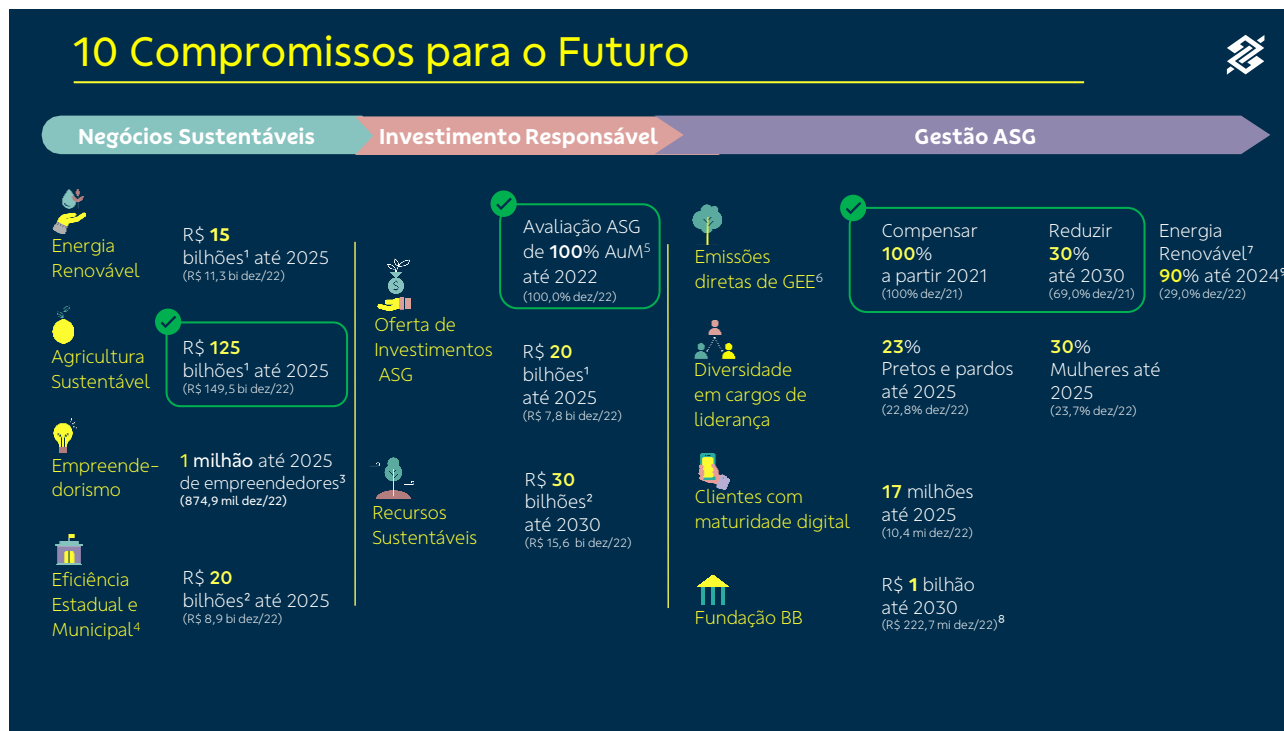
O cumprimento dos indicadores e metas de sustentabilidade impactam a remuneração de todo corpo funcional, incluindo a alta administração, garantindo um alinhamento entre negócios, pessoas e questões sociais, ambientais e climáticas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Compromissos com o futuro

Considerando nossa posição de protagonistas na busca por um mundo cada vez mais sustentável, em 2021 divulgamos 10 Compromissos com metas até 2030, que envolvem as frentes de Negócios Sustentáveis, Investimento Responsável e Gestão ASG. Dos 10 Compromissos estabelecidos, até dezembro/22 já se encontravam cumpridos: (i) alcançar R\$ 125 bilhões de saldo em Agricultura Sustentável até 2025 (atingido R\$ 149,5 bilhões); (ii) realizar avaliação ASG em 100% dos ativos aplicáveis sob gestão da BB Asset até 2022 (100% de ativos avaliados); e (iii) Compensar 100% das Emissões Diretas de GEE a partir de 2021.

Figura 1. 10 Compromissos para o Futuro



(1) Em Saldo; (2) Em desembolsos; (3) De empreendedores; (4) Agricultura, cultura, defesa civil, educação, eficiência energética e iluminação pública, esporte e lazer, infraestrutura viária, limpeza pública, meio ambiente, mobilidade urbana, saúde, segurança e vigilância sanitária; (5) AuM aplicáveis; (6) Escopos 1 e 2. O escopo 2 possui redução de 100% com base na escolha de compra (compra de I-Recs); (7) Energia renovável adquirida no mercado livre (ACL) e produção própria ao final do período; (8) Conforme Sumário de Execução Orçamentária: (2021) R\$ 114,1 + (2022) R\$ 108,6 = R\$ 222,7 mi.

Ecoeficiência

Investimos em fontes renováveis para chegarmos em 2024 com 90% de nossa energia descarbonizada. Migramos 61 prédios administrativos para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), garantindo o consumo de energia limpa e economia acumulada de R\$ 47 milhões de 2018 a novembro/2022. Em 2023 migraremos mais 19 unidades. Estamos estudando a ampliação de mais 1.600 unidades a serem migradas para o ACL. Atualmente, possuímos sete usinas fotovoltaicas operacionais que geraram 30 GWh/ano que trouxeram uma economia de R\$ 13,7 milhões de 2020 a 2022. Mais 22 estão em contratação/construção e até 2024, teremos 29 unidades em operação.

Nosso compromisso de reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa em 30% até 2030 foi alcançado ainda em 2020. Atualmente, estamos compensando 100% das emissões diretas com a aquisição de certificados I-Recs (International Renewable Energy Certificate).

A nossa iniciativa #PlásticoZero BB, lançada em 2020, anunciou a meta de zerar o consumo de copos plásticos descartáveis até dezembro de 2022. O compromisso se estendeu aos fornecedores, onde todos os nossos contratos de café e lanche tiveram os copos descartáveis plásticos suprimidos em 2020. Em 2021, foi implementada estratégia de aquisição de outros tipos de copos descartáveis a serem utilizados para os clientes excluindo-se os de plástico tradicional, com a opção de copos de papel e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

copos biodegradáveis. E no final de novembro de 2022, zeramos o fornecimento de copos descartáveis plásticos para as nossas dependências substituindo por itens de papel.

Em novembro, o Edifício Tancredo Neves, onde se localiza o CCBB Brasília, se tornou o terceiro prédio do Banco do Brasil cujo Sistema de Gestão Ambiental foi certificado na norma ISO 14001. Além disso, o Ed. BB Torre Matarazzo SP recebeu a recertificação também em novembro/22, reafirmando nosso compromisso com a sustentabilidade.

Carteira de Negócios Sustentáveis

Em linha com nossos compromissos de longo prazo e com objetivo de auxiliar nossos clientes na transição para uma economia mais sustentável, atingimos ao fim de dezembro/22, R\$ 327,3 bilhões em operações de crédito sustentáveis, crescimento de 12,3% em 12 meses. Esse montante foi contratado em linhas de crédito com elevada adicionalidade ambiental e/ou social ou destinado a financiar atividades e/ou segmentos que possuem impactos socioambientais positivos para os setores de energias renováveis, eficiência energética, construção, transporte e turismo sustentáveis, água, pesca, floresta, agricultura sustentável, gestão de resíduos, educação, saúde e desenvolvimento local e regional, reforçando nosso papel transformador no apoio ao desenvolvimento do país e à construção de um futuro cada vez mais sustentável para a sociedade.

A carteira de energias renováveis do BB ultrapassou os R\$ 11,3 bilhões em dezembro, crescimento de 33% em 12 meses, atendendo todos os segmentos de clientes do BB. Destaque para o *project finance*, que alcançou R\$ 2,8 bilhões, financiando principalmente projetos de usinas eólicas e solares e para o segmento MPE, que alcançou R\$ 984 milhões em financiamentos principalmente a energia solar. O incentivo às energias renováveis é um dos 10 compromissos de longo prazo do BB e fomenta a descarbonização das atividades de nossos clientes e nossa economia.

A nossa Carteira de Negócios Sustentáveis é submetida a avaliação independente, que considera as principais taxonomias internacionais para classificação dos clientes e linhas de crédito que a compõe. De modo a incorporar as melhores práticas e referências pioneiras dos últimos anos e de agregar os novos produtos com atributos ASG, a metodologia é revisada continuamente.

Fundação Banco do Brasil

Há quase quatro décadas, com o propósito de valorizar vidas para transformar realidades, a Fundação Banco do Brasil investe em projetos e ações para a geração de trabalho e renda. Por meio de programas transversais e estruturantes de Educação, Meio Ambiente, Assistência Social, Tecnologia Social, Voluntariado e Saúde e Bem-estar a Fundação BB fomenta e multiplica soluções para a transformação socioambiental do país, adotando as melhores práticas de governança e integridade.

Em 2022, foram mobilizados R\$ 145,8 milhões em investimento social, somados recursos do Banco do Brasil, empresas do conglomerado e de parceiros, que viabilizaram o apoio a 256 projetos e ações socioambientais iniciadas em mais de 900 municípios brasileiros. Nos últimos 10 anos, foram realizados R\$ 2,6 bilhões em investimento socioambiental, beneficiando mais de 6,6 milhões de famílias.

Mercado de Carbono

Em maio de 2022, realizamos o Congresso Mercado Global de Carbono – Descarbonização e Investimentos Verde, que teve como objetivo promover debates sobre o mercado de crédito de carbono, além de apresentar estratégias corporativas, projetos e cases para impulsionar negócios verdes, com foco em inovação e sustentabilidade. Buscou-se também conectar lideranças de diferentes segmentos e públicos brasileiros em torno do tema, de acordo com os resultados apresentados na 26ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre o Clima (COP 26).

Ao mesmo tempo, lançamos um conjunto de iniciativas para apoiar nossos clientes na originação, desenvolvimento e negociação de créditos de carbono. Nesse sentido, estruturamos parcerias para oferecermos apoio técnico para a elaboração de projetos seguindo metodologias internacionalmente reconhecidas e validadas tais como: desmatamento evitado, recuperação de florestas, agricultura de baixo carbono, recuperação de áreas degradadas, integração lavoura-pecuária-floresta e energia.

Em setembro de 2022, assinamos os primeiros contratos de originação de créditos de carbono e de comercialização de créditos.

Até o final de 2022, foram mapeados mais de um milhão de hectares de áreas de clientes do Banco com potencial para a elaboração de projetos de carbono. Com isso, estamos contribuindo para a preservação e recuperação de áreas de floresta nativa nos biomas amazônico e cerrado além de oportunizar novas receitas aos nossos clientes, bem como benefícios às comunidades e famílias abrangidas, incentivando a preservação ambiental e o desenvolvimento social.

Para 2023, esperamos ampliar a atuação no mercado de carbono, com o desenvolvimento de novas tecnologias para mapeamento de projetos em potencial em nossa base de clientes e a ampliação de parcerias estratégicas.

Investimento Responsável

Temos trabalhado para engajar nossos clientes a investirem em ativos sustentáveis, oferecendo produtos que aliam rentabilidade às melhores práticas ambientais, sociais e de governança. Nossas soluções de investimento responsável alcançaram R\$ 7,8 bilhões em dezembro/22. O destaque do portfólio é o volume captado via LCA Verde (Letra de Crédito ao Agronegócio), que atingiu R\$ 4,3 bilhões em dezembro e fomenta a expansão da carteira de agricultura de baixo carbono do BB.

Captações Sustentáveis

Em janeiro de 2022, emitimos nosso primeiro Social Bond no mercado de capitais. A captação de US\$ 500 milhões pelo prazo de sete anos teve os recursos alocados para micro e pequenas empresas. A captação está alinhada com o framework de finanças sustentáveis e os *Social Bond Principles* e foi reconhecida internacionalmente pela publicação The Banker.

Ainda, com intuito de promover uma economia cada vez mais verde e inclusiva e de oferecer condições diferenciadas aos nossos clientes, realizamos diversas parcerias com organismos multilaterais. A Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) viabilizará empréstimo de € 100 milhões, destinados a financiamento de projetos no setor de energia renovável para os públicos PF e PJ Varejo, com prazo total de 10 anos. Com o Banco Mundial, estruturamos uma linha de US\$ 500 milhões para promover a redução da emissão e a remoção de gases de efeito estufa (GEE) ao incentivar uma participação maior do setor privado nos mercados de crédito de carbono. Ademais, formalizamos acordo com o Banco de Desenvolvimento do BRICS (NDB, em inglês), no qual serão disponibilizados US\$ 200 milhões para a ampliação da nossa carteira ASG, além de estabelecer um plano de cooperação para seleção de projetos sustentáveis.

Em novembro de 2022, durante a 27ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 27), foi anunciado um contrato de captação de recursos com o banco alemão de fomento KfW Bankengruppe (Grupo de bancos KfW), o qual foi formalizado em dezembro de 2022. Pela parceria, o BB distribuirá até € 80 milhões de euros para financiar projetos que envolvam medidas de conservação ambiental, reflorestamento e restauração de áreas degradadas no setor agropecuário para a conservação florestal.

ASG na Cadeia de Fornecedores

Em 08 de novembro de 2022 foi realizado o III Encontro de Fornecedores BB com a participação de cerca de 130 representantes dos 85 fornecedores estratégicos e críticos do BB, cujo objetivo foi dar continuidade à sensibilização e engajamento dos fornecedores do BB na temática ASG – Mudanças Climáticas, fortalecendo as práticas sustentáveis na cadeia de suprimentos do Banco, com vistas a prevenir e mitigar riscos e estimular boas práticas socioambientais.

Reconhecimentos e Participações em Índices

Corporações Mais Sustentáveis no *ranking* Global 100 de 2023

Fomos reconhecidos como o banco mais sustentável do planeta pelo *ranking* das 100 Corporações Mais Sustentáveis do Mundo 2023 – Global 100, da *Corporate Knights*. Fomos a única empresa brasileira classificada, figurando na 15ª posição no *ranking geral*. Na última década, fomos listados em sete edições, sendo reconhecidos como banco mais sustentável do mundo nas edições de 2019, 2021, 2022 e 2023.

CFI.co – Capital Finance International – O mais sustentável Banco da América do Sul 2022

Também recebemos, pelo segundo ano consecutivo, o prêmio de banco mais sustentável da América do Sul, pela revista inglesa Capital Finance International – CFI.co. A publicação enalteceu os nossos compromissos em sustentabilidade que “consistentemente direcionam investimentos na direção do desenvolvimento sustentável do país” e ainda destacou o nosso pioneirismo na atuação no mercado de carbono e na construção de soluções sustentáveis

para seus clientes. A premiação busca identificar lideranças bancárias que enfrentam demandas de criação de valor para os acionistas e que fornecem atendimento aos clientes de forma sustentável, com produtos que oferecem oportunidades de inovação e crescimento.

BB é listado no Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI)

Mais uma vez fomos selecionados para compor o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) da Bolsa de Valores de Nova Iorque, nas carteiras *World* e *Emerging Markets*. Este é o décimo primeiro ano consecutivo que o banco compõe o índice que é revisado anualmente e abrange as maiores empresas do mundo por valor de mercado baseado no *free float*, ou seja, no percentual de ações livres para negociação para qualquer investidor interessado. O objetivo do DJSI é apresentar para o mercado investidor as melhores opções de investimento em empresas que adotam boas práticas em sustentabilidade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

Compomos, pelo 18º ano consecutivo, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, que reúne ações de empresas de capital aberto com as melhores práticas de sustentabilidade. Na edição 2022/2023 foram listadas 69 empresas, de 27 setores. Fazemos parte da carteira do ISE desde a sua inauguração em 2005.

Além do DJSI e ISE, cabe ressaltar que permanecemos listados em outros índices de sustentabilidade, como o *FTSE4 Good Index Series*, da bolsa de valores de Londres.

Terra Carta Seal

Recebemos o Selo Terra Carta, uma iniciativa da Sustainable Markets Initiative (SMI). O selo concedido pelo então "Príncipe de Gales", agora "Sua Majestade, o Rei Charles III", busca reconhecer as empresas do setor privado que lideram a aceleração global para uma transição sustentável. Apenas 19 empresas no mundo receberam o selo em 2022 e fomos a única empresa reconhecida da América Latina nesta edição.

Governança Corporativa

Adotamos as melhores práticas de governança corporativa, mantendo nosso compromisso com os princípios de transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa. Somos, desde 2006, o único banco listado no Novo Mercado da B3, segmento de mais elevado padrão de governança corporativa.

Pela sexta vez consecutiva, o Banco do Brasil atingiu o Nível 1 no Indicador de Governança – IG–SEST do Ministério da Economia. O IG–SEST é um instrumento de acompanhamento contínuo que tem como objetivo avaliar o cumprimento de requisitos exigidos pela legislação e definições estabelecidas nas resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR e por diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, que buscam implementar as melhores práticas de mercado e maior nível de excelência em governança corporativa.

As decisões são tomadas de forma colegiada em todos os níveis. Neste contexto, a administração utiliza de uma estrutura de comitês, subcomitês e comissões estratégicas que garantem agilidade, qualidade e segurança à tomada de decisão.

Nossa estrutura de governança é composta pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento – Comitê de Auditoria (Coaud); Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade (Corem); Comitê de Riscos e de Capital (Coris), Comitê de Tecnologia e Inovação (Cotei) e Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cossem); pela Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor (Presidente e Vice-presidentes) e demais Diretores; e pelo Conselho Fiscal.

O CA, órgão independente de decisão colegiada, tem na forma prevista em Lei e no Estatuto Social atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras. No mínimo 30% dos membros são independentes, assim definidos na legislação e no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Atualmente, dos oito membros, quatro são independentes, número superior ao que estabelece o Estatuto Social, sendo que dois desses membros são representantes dos acionistas minoritários. Além disso, nosso CA possui diversidade de gênero, raça e formação e conta, em sua composição, com 50% de lideranças femininas

O compromisso da gestão com a diversidade ocorre em todos os níveis. No início de 2023, tivemos a posse da primeira mulher a ocupar o cargo de Presidente do BB. Além dela, temos vice-presidentes, diretoras e integrantes de comitês. Em reconhecimento à política de diversidade o BB e algumas empresas do conglomerado receberam o selo WOB – *Women on Board*.

Experiência do Cliente

Um banco para cada cliente

Olhamos para o cliente de uma forma completa e nos valemos da inteligência analítica aplicada ao conhecimento sobre ele, quebrando barreiras tradicionais de segmentação e conhecemos os interesses dos clientes.

Dessa forma, personalizamos ainda mais o relacionamento, proporcionando boas experiências com produtos, serviços e assessoria adequados às suas necessidades. As nossas ferramentas atualizam e analisam frequentemente as informações para mais de 104 milhões de clientes e potenciais clientes, resultando em mais de dois bilhões de possibilidades de ofertas e mais de 480 milhões de indicações de negócios aderentes ao perfil do cliente. Esse trabalho é realizado mensalmente e disponibilizado nos canais de atendimento do BB, proporcionando a geração de interações mais adequadas com hiperpersonalização da

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

comunicação. Todas as ações de relacionamento com o cliente passam pelo sistema de proteção de dados e tem como objetivo otimizar cada vez mais os processos analíticos gerando valor e resultados sustentáveis.

Onde, como e quando o cliente deseja

Os nossos clientes contam com atendimento em todo Brasil, no canal que ele escolher. Avançamos na migração da estrutura de atendimento para modelos mais leves, mais eficientes e especializados, o que resulta em uma experiência integral nos canais e amplia a capilaridade do atendimento, garantindo a melhor conveniência para os clientes. Viabilizamos negócios e inovações para estar sempre próximo e disponível aos clientes, estejam eles nas agências, no App, nas redes sociais ou no metaverso.

Nos últimos anos, houve evolução da migração das transações para canais digitais. Alcançamos em dezembro/22, 92,4% de todas as transações realizadas nesses canais, enquanto em dezembro/19 esse valor era de 80,4%. As plataformas digitais representaram 30,4% do desembolso em crédito pessoal e 12,7% do desembolso de crédito consignado. Porém, ao mesmo tempo, mantém-se relevante o contato humano, por meio físico ou remoto, para assessoria, realização de negócios e demandas de maior complexidade. A complementaridade é necessária para que a experiência seja fluida tanto no autosserviço digital como no atendimento presencial ou remoto.

Clientes mais satisfeitos

Aprimoramos as experiências dos clientes o que nos proporcionou resultados positivos em termos de satisfação. O NPS (*Net Promoter Score*) vem apresentando evoluções constantes e atingiu resultado histórico em dezembro/22, fechando o trimestre com a elevação de 10 pontos na comparação com dezembro/21. A escuta ativa e o entendimento das necessidades dos clientes estão no centro das ações. Após cada atendimento realizado, encaminhamos uma pesquisa de avaliação para o cliente e a nota recebida é atrelada à avaliação da performance semestral dos colaboradores, para garantir que a qualidade do atendimento e a satisfação do cliente sejam um objetivo comum de todos.

A consequência da escuta ativa constante das necessidades e da satisfação dos nossos clientes, reflete-se no *ranking* de reclamações do Banco Central, onde o nosso desempenho se destaca. A atuação resolutiva dos funcionários nos garantiu no quarto trimestre a melhor posição entre as cinco maiores instituições financeiras do país, bem como entre as demais instituições bancárias e de meios de pagamento. Esta foi a primeira vez que um dos cinco maiores bancos do país alcançou índice de um dígito no levantamento. Registramos o índice de 8,22, que representa a quantidade de reclamações procedentes pelo regulador para cada milhão de clientes.

Além disso, utilizamos de outras métricas internas para monitorar e avaliar a satisfação dos clientes, tanto com as interações no atendimento, como com os produtos, aplicativos e experiência de maneira geral, em pesquisas qualitativas. Tais métricas auxiliam na tomada de decisão e no eventual ajuste de rota em algum ponto onde o Banco possa melhorar.

Transformação Digital

Com um Banco cada vez mais digital, o BB consolidou sua presença em complementariedade à rede física e com a oferta de soluções inovadoras e conveniência aos clientes. A adoção dos meios digitais para efetivação de diversos serviços cotidianos continuou se fortalecendo como novo hábito para milhões de brasileiros e o BB antecipou a esse movimento, fomentando a originação de negócios e o relacionamento pelos canais digitais. A estratégia digital do Banco do Brasil está amparada em um conjunto de iniciativas que se desdobram em otimização e transformação digital, algumas voltadas para preparar e experimentar, como os nossos laboratórios de experimentação e novas tecnologias, Lentes BB, outras para acelerar e escalar, como no caso da expansão da Loja BB, e outras com foco em expandir e diversificar como os novos modelos de negócio de Banco como Plataforma.

Investimos em soluções tecnológicas de ponta com arquitetura de TI robusta e modernizada constantemente. Ampliamos a capacidade de processamento em nuvem contemplando soluções como Open Finance, Pix, *Chatbots* e *Mappiá*. Isso trouxe flexibilidade, capacidade e rapidez na entrega de soluções, além de maior disponibilidade de recursos, sem perder desempenho e proporcionando melhor experiência ao cliente. Viabilizamos novos negócios e

inovações por meio de soluções de Inteligência Artificial como o Minhas Finanças Multibanco, BB no Metaverso e transações acionadas por voz.

Fomos o primeiro banco participante do Open Finance a ser habilitado a operar como iniciador de pagamentos, reforçando o protagonismo na implementação e geração de iniciativas, inclusive com não correntistas. Essa estratégia reforça a atuação do banco nas frentes de melhoria da experiência dos clientes, da hiper personalização das ofertas relacionais e comerciais e da sustentação da atuação nos modelos *Bank as a Service* – BaaS e *Bank as a Platform* – BaaP. Outro destaque foi a implementação da jornada do consentimento no WhatsApp, inédita no mundo, trazendo conveniência, simplicidade e mantendo a conformidade regulatória. Esse serviço está integrado a outros oferecidos pelos assistentes virtuais do BB.

Aprimoramos nossos modelos de trabalho, de relacionamento e de oferta de soluções, impulsionando o compartilhamento de conhecimentos e recursos em diversas plataformas como *Mobile*, *Web*, *Low Code*, *Cloud*, *Mainframe*, *UX*, *IA* e segurança. Monitoramos tendências e tecnologias emergentes, avaliando, testando e adotando as

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

pertinentes, a exemplo dos criptoativos. Nos engajamos no Projeto de Aceleração Digital pensando na continuidade dos negócios e sustentabilidade da instituição.

Renovamos a certificação internacional ISO 20000 que atesta a qualidade dos processos de TI que se soma ao selo ISO 45001 do Edifício BB, em Brasília, atestando que a empresa tem um sistema de gestão de segurança e saúde coerente e

eficaz e ao ISO 55001, no qual o Data Center BB foi o primeiro do mundo a ser certificado, declarando que desenvolve uma abordagem proativa para a gestão do ciclo de vida dos ativos.

Aceleração Digital

Em continuidade a nossa evolução nas frentes de inovação e transformação digital, e diante de tendências estruturais que estão transformando o mercado financeiro global e abrindo portas para uma nova atuação, ampliamos nossa estratégia de aceleração digital e lançamos no terceiro trimestre de 2022 um *roadmap* por meio investimentos e ações de curto, médio e longo prazo.

Fizemos escolhas-chave para guiar a estratégia digital do Banco, decidindo por avançar ainda mais na evolução e digitização do nosso “core”, fortalecendo a oferta de valor por meio de iniciativas digitais para segmentos relevantes, capturando sinergias e buscando crescimento além das fontes tradicionais de receita (*beyond banking*, BaaS e BaaP) e alavancando fontes externas para aquisição de competências. Nossa visão de futuro é escalar o modelo ágil dentro da organização transformando a forma como trabalhamos.

Interfaces e canais digitais

Recentemente atualizamos e modernizamos nossos aplicativos, *internet banking*, portal e nossos assistentes virtuais. Apresentamos o novo App BB, o novo App Ourocard e o novo Site do BB, as mudanças trazem uma interface mais leve, nova navegação e mais segurança, entre outras melhorias. No App, oferecemos uma experiência ainda mais personalizada e intuitiva, além de novas funcionalidades para ajudar a organizar as finanças dos clientes onde estiverem. Já o portal está mais moderno, objetivo e com uma navegação mais simples para encontrar o que precisar. Em breve, realizaremos atendimento também pela Alexa, a assistente de voz da Amazon.

O nosso App permaneceu como um dos mais bem avaliados da indústria financeira, com avaliação de 4,6 no Play Store do Google (avaliado por mais de 5,5 milhões de usuários) e 4,7 na App Store da Apple (com 2,6 milhões de avaliações), em uma escala com pontuação máxima de cinco estrelas.

Em 2022, alcançamos um incremento de 44,7% no tráfego orgânico do bb.com.br, que refletiu uma elevação no número de clientes potencialmente qualificados no topo de funil dos produtos foco que estabelecemos. Um projeto que consolidou 85% das visualizações dos usuários em aproximadamente 220 páginas, reduzindo em 96,2% a volumetria de páginas do portal e, conseqüentemente, gerando mais eficiência operacional.

Em relação aos Assistentes Virtuais, no último trimestre de 2022, registramos um aumento de 29,5% nos usuários únicos em comparação com o 4T21. Mantivemos a taxa de transferência para atendentes humanos em 5,7%, mesmo patamar registrado no final de 2021, com melhoria na nota de avaliação em 8,8%, passando de 3,71 para 4,04.

Lançamos em nosso WhatsApp soluções inovadoras como a renegociação de crédito imobiliário em atraso, transferência de recursos de outros bancos para o BB – Pix via Open Finance –, a contratação de CDC Consignado abrangendo mais de 5.000 convênios, a transação de contestação de compras por desacordo comercial e a possibilidade de o cliente solicitar a alteração da sua modalidade de cartão de crédito.

Novos Negócios

Loja BB – Consolidando nosso SuperApp

Lançada em 2021 em nosso aplicativo mobile, a Loja BB centraliza a oferta de produtos e serviços não bancários. Ela disponibiliza opções de compras em *sellers* parceiros, de Gift cards e de recargas de celular, ampliando a comodidade e relevância do canal. Aproximadamente 5,3 milhões de clientes utilizaram a Loja BB ao longo de 2022, realizando mais de 37 milhões de transações, representando um volume superior a R\$ 1 bilhão. Dentre as evoluções realizadas ao longo do ano, destacamos:

- expansão de *sellers* parceiros disponíveis para os correntistas Banco do Brasil, atendendo suas principais necessidades, encerrando o ano de 2022 com mais de 100 *sellers*;
- disponibilização de novos conteúdos de *gift cards*, com games, *delivery*, *streaming*, lojas de aplicativos, *softwares*, serviços de transporte, lojas de esportes, entre outros, totalizando 188 produtos de 18 marcas diferentes;
- desenvolvimento de uma nova seção na Loja chamada de Área Gamer, onde estamos segregando e especializando a oferta de conteúdos específicos para o público gamer;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- recargas de celular para as principais operadoras do Brasil.

Painel e Liga PJ

O Painel PJ atingiu a marca de apoio à gestão de aproximadamente 12 mil pequenas e médias empresas (MPE) que juntas faturam R\$ 180 milhões. A solução traz, de forma intuitiva e consolidada, todas as informações de pagamentos e recebimentos dos clientes micro e pequenas empresas. A plataforma entrega aos empresários uma visão financeira mais objetiva do presente, contribuindo para a saúde e sustentabilidade do negócio, além de subsidiar decisões futuras da empresa. A solução também conta com uma consultoria especializada e inteligente de alertas nos canais BB.

Outro importante passo na ampliação da atuação no ecossistema das micro e pequenas empresas trata-se da plataforma Liga PJ. A solução, que atingiu mais de um milhão de usuários e já contabiliza mais de 11 mil visualizações da vitrine de parceiros, é um espaço para a troca de informações, experiências e conexões negociais entre empreendedores e intervenientes desse mercado. Esse *hub* de informações traz soluções e oportunidades, com conteúdo e parceiros para atuar nas principais necessidades dos empreendedores, independentemente do estágio ou nível de sua jornada empresarial. Na plataforma, é possível encontrar conteúdo como dicas de liderança, gestão de pessoas, melhores práticas em gestão financeira e facilitadores para criar presença digital, incluindo as principais tendências e novidades sobre empreendedorismo.

Broto

O Broto, plataforma digital voltada ao agronegócio, completou dois anos de existência e vem escalando sua operação. Neste período, foram contratados R\$ 2,5 bilhões em negócios, o que demonstra sua importância em facilitar o acesso dos produtores rurais a produtos e serviços bancários e não bancários.

Os produtores podem simular financiamentos por meio da plataforma que apresenta as condições do crédito e, caso o cliente tenha interesse em iniciar o processo de contratação, internaliza a proposta nos sistemas do Banco. Neste ambiente também é possível acessar conteúdos gratuitos como artigos, relatórios, livros digitais, podcasts produzidos diariamente por especialistas agro, vídeos, além de lives com as novidades e lideranças do setor.

A plataforma passou a contar com informações sobre clima para todo o Brasil. Agora o produtor rural tem acesso a informações atualizadas sobre previsão de tempo e balanço hídrico da sua região baseado em fontes oficiais fornecidas pela parceria com o INMET.

Visando ampliar seu escopo de atuação, em outubro, foi aprovada a constituição, de forma conjunta com a Brasilseg, da empresa Broto S.A. que conduzirá os negócios da Plataforma Digital Broto.

Plataforma do Cidadão:

Desenvolvemos, no decorrer do ano de 2022, uma Plataforma de serviços e utilidades públicas aos cidadãos. O ambiente é totalmente digital, disponível pelo endereço www.bb.com.br/cidadao e contempla, desde novembro/22, a consulta e pagamento de impostos, taxas e contas de consumo, via BB Pay/Pix, a consulta a benefícios sociais pagos pelo novo sistema de gestão e pagamento de benefícios, o resgate de abono salarial, a consulta a informações trabalhistas por conexão com a Dataprev e a disponibilização da imagem da CNH por API com a Senafran.

Novas soluções serão disponibilizadas, com foco em trazer comodidade, de forma digital e simples ao cidadão, reforçando o nosso protagonismo e propósito.

Corporate Venture Capital (CVC)

O programa de CVC é fundamental para impulsionar a inovação aberta, ajudando no desenvolvimento de novos negócios, ampliando mercados nos quais atuamos, ao mesmo tempo em que promove uma melhor experiência para os clientes. Estar próximo a *startups* é uma forma de trocar experiências, aprendizados, incorporar novas tecnologias e reduzir o *time-to-market*, aumentando a nossa competitividade. Alinhado a isso, o investimento em *startups* de impacto gera ainda mais valor, não só para o BB, como também para a sociedade e todo o ecossistema.

Além dos investimentos em fundos com gestores experientes como Astella Investimentos, Indicator Capital e SP Ventures, contamos com dois fundos exclusivos, um sob gestão da MSW Capital especializada na integração entre as corporações e startups, e o outro com a Vox Capital, especializada em investimentos de impacto, ambos com foco em *agtechs*, *fintechs*, *govtechs* e *startups* que melhorem a experiência dos clientes. Estão no escopo startups nos estágios Seed e Série A, com produtos testados, validados e clientes ativos, priorizando *startups* que tenham objetivos, métricas e metas claras de impacto social, ambiental e de governança responsável.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2022 foram examinadas mais de 360 startups em um processo contínuo de busca por soluções que tenham sinergia para gerar valor para os clientes, para o BB e para a startup, sempre em uma relação ganha, ganha. Neste contexto, nossos fundos exclusivos fecharam o ano com quatro investimentos: Aprova Digital, Bitfy, Pagaleve e Yours Bank.

Para o BB, estes investimentos têm o potencial de gerar valor em estratégias relevantes como, por exemplo, ganho de eficiência para o ente público e melhoria da experiência do cidadão, *blockchain*, tokenização de ativos, conveniência em meios de pagamentos, inteligência financeira e soluções para o público jovem, além de novos negócios baseados em dados e inteligência analítica.

Open Finance

No ano, o Banco do Brasil se consolidou como uma das instituições mais relevantes do mercado no Open Finance. Reforçando seu pioneirismo e protagonismo no tema, foi o banco que mais lançou soluções utilizando dados compartilhados, o iniciador de transações de pagamentos (ITP) e inovações na jornada de consentimento. Destaque para os reconhecidos no Open Summit Awards (1º lugar em cinco categorias), no Qorus-Accenture Banking Innovation Awards (1º lugar em duas categorias) e no Prêmio Banking Transformation 2022 (1º lugar em duas categorias). As soluções que utilizam os dados compartilhados já estão gerando melhores condições para os clientes e novas receitas para o Banco, em especial em negócios de cartão de crédito, empréstimos e captações.

Minhas Finanças Multibanco

Em 2022 foi disponibilizada a todos os clientes BB a nova versão do Minhas Finanças, um gerenciador financeiro multibanco disponível no App BB, que foi integrado às vantagens e possibilidades do Open Finance para oferecer a melhor experiência de gestão e educação financeira do mercado.

A ferramenta permite ao cliente centralizar toda sua vida financeira no BB, com uma visão integrada de seus compromissos, lançamentos em contas e cartões, saldos e hábitos de consumo. A solução completa conta com as ferramentas Extrato Multibanco, Agenda Financeira, Perfil de Consumo e Planejamento Financeiro.

Desde o lançamento, a ferramenta já acumulou mais de três milhões de usuários únicos e 1,2 milhão de planejamentos financeiros cadastrados. Com essas informações centralizadas, conseguimos gerar inteligência financeira para os usuários e com a visão integrada dos compromissos e as soluções ofertadas, foram mais de R\$ 3 bilhões de economia proposta. Além disso, 13% dos consentimentos de dados via Open Finance recebidos de outros bancos foram iniciados no Minhas Finanças Multibanco.

Como resultado dos esforços, em novembro, alcançamos o 1º lugar na premiação *Open Summit Awards*, considerado o maior evento do ecossistema Open Finance no Brasil. A premiação foi para a categoria Pessoa Física com o case do Minha Finanças Multibanco.

Portal Developers BB

Atualmente, oito APIs estão disponíveis para contratação via Portal, são elas: Cobrança, Pix, Pix Arrecadação, Pagamentos em Lote, Autorização de Débito Automático, Login BB, Validação de Contas e BB Pay.

Pela primeira vez na história do BB, tivemos uma API monetizada (cobrança por chamada): a de Validação de Contas, em dezembro. Em 2022, quase triplicamos a quantidade de empresas integradas, com API em produção, chegando a mais de 15 mil em dezembro. Com o investimento em melhorias contínuas na experiência, alcançamos 95 de NPS no Portal em dezembro.

O portfólio de APIs do BB, que também inclui aquelas disponibilizadas via Portal do Desenvolvedor, fechou o quarto trimestre de 2022 com 22 APIs negociais integradas e com chamadas, o que representa um incremento de 5% em relação ao trimestre anterior e 57% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Iniciativas de desenvolvimento digital

Atuamos também com *crowdsourcing*, através da Plataforma de Inovação BB, que reúne ideias, notadamente para resolver grandes questões internas e oferecer soluções para nossos clientes. As ideias podem ser avaliadas, comentadas e apoiada pelos outros participantes, estimulando a interação e o debate.

As soluções aprovadas podem ser desenvolvidas, estruturadas, acompanhadas, testadas e simuladas em um Hub de soluções que, a partir de patrocínio das Unidades gestoras, poderá proporcionar as condições para a prototipação da ideia, que se aprovada no ambiente de homologação e viabilidade, é aplicada para atingir nosso propósito.

Neste contexto, com foco no desenvolvimento de novos negócios digitais, celebrou-se um contrato com o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR), com foco na aceleração da esteira de desenvolvimento de novos modelos de negócio. Estão previstas modelagens e aceleração de iniciativas estratégicas construídas em parceria entre as Unidades Estratégicas patrocinadoras e o Instituto de renome internacional, vinculado à UFPE e ao Porto Digital do Recife. A estrutura suportou iniciativas nos segmentos de Setor Público, Varejo PF, Negócios Digitais, Rejuvenescimento de Base e Investidores.

Ainda avançamos em um novo programa de inovação aberta com o LENTES BB (Laboratório de Experimentação e Novas Tecnologias do Banco do Brasil), que une empreendedorismo, capacitação e tecnologia, sempre com apoio de parceiros (*startups*, universidades e especialistas nos temas). Hoje, já contamos com o trabalho de dois deles nas verticais de blockchain; 5G IoT; inteligência artificial; e campo inteligente.

BB Digital Week (BBDW)

O BBDW foi realizado em novembro, para os funcionários do BB e para o público externo que acompanha inovações e soluções digitais. Foram 64 palestras sendo 37 com participação de especialistas do BB, aproximadamente 2,3 mil participantes presencialmente e mais de 20 mil acessos na transmissão pelo YouTube. O evento contou com cinco workshops sobre Inteligência Artificial, Análise de Dados com Python para não programadores, Destreza Digital, Web 3.0. e Computação Quântica na Prática. O conhecimento disseminado no BBDW foi dividido em trilhas: Futuro Digital, Cultura Digital, Analytics, Inteligência Artificial, Cloud + DevSecOps e UX.

Prêmios e Reconhecimentos

Março

Recebemos o **Prêmio Notáveis 2022**, da CNN Brasil, na categoria “Agronegócio e Alimentos” com a iniciativa Mappiá – Soluções inteligentes para apoiar a vida do produtor rural. Trata-se de uma solução que aplica inteligência artificial na identificação de padrões de imagens de satélite para monitoramento de culturas financiadas pelo BB em soja e milho.

Fomos reconhecidos com o Prêmio Ouvidorias Brasil, conduzido pela Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente (Abrarec). Na ocasião, foram selecionados os melhores casos das organizações públicas e privadas do Brasil e do exterior.

Abril

Fomos reconhecidos pelo terceiro ano consecutivo como uma das 100 empresas mais inovadoras do mundo em um dos mais importantes eventos de TI internacionais, o **CIO 100 Awards**, realizado pela revista americana CIO, da *IDG Communications*.

Mai

Fomos reconhecidos pela revista inglesa *The Banker* com o prêmio **Deals of the Year 2022**, na categoria “Americas – Financial Institutions Group Financing”. A premiação destacou o **primeiro social bond do BB**, título de dívida externa sustentável emitido pelo Banco em janeiro. A premiação

analisa as melhores transações realizadas em cinco regiões: África, Ásia-Pacífico, Oriente Médio, Américas e Europa.

Fomos destaque na **24ª edição do Prêmio Broadcast Analistas** com reconhecimento de três analistas que atuam no BB. O prêmio é promovido pela Agência Estado desde 1998 e destaca profissionais e corretoras que desenvolvem estratégias com os melhores desempenhos reconhecidos no setor de investimentos.

Junho

O **Ranking Top 5 mensal do Banco Central** (Bacen) referente a abril, maio e junho (resultados mensais) e do segundo trimestre de 2022 (resultado acumulado) premiou as projeções do Conglomerado BB entre as melhores do mercado. O BB alcançou a terceira posição entre as instituições com maior acurácia nas projeções do IPCA de abril. Já para as projeções da Taxa Selic, referente a maio e junho, o Banco do Brasil, a BB Asset e a Previ compartilharam a primeira colocação do indicador.

Vencemos em duas categorias o **FIDInsiders**. O Iniciador de Transação de Pagamento Open Banking foi o vencedor na categoria “Solução de Pagamento para E-Commerce”, enquanto o Assistente Virtual de Renegociação de Dívidas foi reconhecido na categoria “Inovação para Renegociação de Dívidas”. O prêmio é uma parceria entre o Portal *Finsiders*, plataforma de conteúdo especializada no ecossistema de Fintechs, e o Finanças Digitais para a Sociedade (FID), evento que debate a evolução do sistema financeiro em prol da sociedade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Banco do Brasil foi reconhecido como uma das cinco instituições financeiras mais inovadoras do mundo, pela premiação **The Innovators 2022**. Por três anos consecutivos o BB vence essa premiação em diferentes categorias, inclusive como o banco mais inovador da América Latina, sendo a última delas a conquista inédita da premiação global.

Pelo segundo ano consecutivo, o Banco do Brasil foi reconhecido como a melhor instituição da América Latina na “Gestão de Portfólio Digital” para clientes do segmento Private. O prêmio foi anunciado durante o **PWM Wealth Tech Awards 2022**, evento global organizado pelo veículo especializado *Professional Wealth Management (PWM)* – referência mundial em assuntos relacionados a finanças e *private banking*, além de integrante do grupo internacional *Financial Times*.

Recebemos o prêmio **Latam Aloic 2022**. O SIM – Solução Imediata – conquistou o Ouro como “Melhor Operação Interna”. A categoria reconhece as estratégias que têm impacto em diferentes indicadores chave de gestão.

Setembro

O *ranking* Top 5 do mês de setembro, divulgado pelo Banco Central, trouxe o Banco do Brasil, a BrasilPrev e a Previ em primeiro lugar nas projeções da Taxa Selic. O resultado evidencia a assertividade dos economistas do Conglomerado BB.

O Banco do Brasil foi reconhecido como a instituição de *Private Bank* mais inovadora do Brasil na premiação internacional “Global Business Awards 2022”, organizada pela Corporate Vision.

Outubro

Somos o Banco mais lembrado pelos brasileiros há 32 anos e mantemos a hegemonia no prêmio **Top of Mind 2022**. Fomos lembrados espontaneamente por 24% dos brasileiros nesta edição da pesquisa Datafolha. No mercado, a instituição continua líder pelo critério de ativos e tem a maior rede de agências, de acordo com estatísticas compiladas pelo Banco Central.

Fomos duplamente reconhecidos no XXII **PrêmioABT**, maior premiação em relacionamento com o cliente do Brasil e que tem como propósito reconhecer as melhores práticas, transformando os cases vencedores em referência para o mercado. Trouxemos dois ouros para a casa, sendo vencedor na categoria Serviço de Atendimento ao Cliente com o case “SAC BB – Satisfação, Valor e Fidelização” e na categoria Responsabilidade Social com o case “BB em Libras – Amplo atendimento com intérpretes.

Novembro

A nossa assessoria de imprensa foi reconhecida pelo 12º ano seguido. Vencemos, na categoria Financeiro, a 12ª edição da Pesquisa “**Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas**”, realizada pela Plataforma Negócios da Comunicação e pelo Centro de Estudos da Comunicação (Cecom). Essa é a única iniciativa que reconhece a qualidade do relacionamento que as marcas mantêm com os jornalistas, o que ressalta o nível de tratamento que as companhias conferem aos profissionais das redações quanto ao acesso, à disponibilização e à facilidade de apuração de informações.

Ficamos em primeiro lugar em cinco categorias da premiação **Open Summit Awards**, considerado o maior evento do ecossistema Open Finance no Brasil. Além disso, ficamos entre os três finalistas em todas as categorias que concorremos.

Alcançamos o primeiro lugar na categoria Finanças e Fintech do **Prêmio BandNews Marcas** mais admiradas. O troféu reconhece as companhias que mais se destacaram entre os consumidores. A pesquisa foi realizada pela Atlas Intel e auditado pelo Instituto Áquila. Foram ouvidas 3113 pessoas, entre junho e julho, além de votação aberta ao público no site da Band, para definir os vencedores.

Fomos o grande destaque do Prêmio **Best Performance 2022**, recebemos o troféu Ouro na categoria “Fidelização e retenção de clientes – foco em resolutividade”, recebemos indicação dentre os 39 finalistas para apresentação do trabalho num *pitch* para os jurados e nesta premiação também conquistamos o 1º lugar.

Dezembro

Fomos reconhecidos, pela décima vez consecutiva, com a certificação **Top Employers**, premiação concedida pela fundação de pesquisa independente holandesa Top Employers Institute. Somos a única empresa brasileira certificada em todas as edições e fomos reconhecidos como empregador que desenvolve talentos em todos os níveis da organização e que se esforça para implementar e otimizar continuamente as políticas e práticas de gestão de pessoas.

Fomos listados no **ranking Anual Global 500**, que reconhece as 500 marcas mais valiosas do mundo. A avaliação é da consultoria britânica Brand Finance e o resultado foi divulgado durante o Fórum Econômico de Davos, na Suíça.

Destaques do Resultado das Demonstrações Contábeis Consolidadas

Lucro Líquido de R\$ 31,0 bilhões em 2022

O Banco do Brasil alcançou lucro líquido de R\$ 31,0 bilhões em 2022, aumento de 57,3% em relação a 2021. O resultado foi positivamente influenciado pelos desempenhos do crédito com *mix* adequado e dos ativos da liquidez, aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários, que refletiram no aumento do resultado da intermediação financeira, reforçado pelo crescimento das receitas com prestação de serviços, ao passo que as despesas administrativas permaneceram sob controle. O resultado também foi impactado pela provisão para perdas associadas ao risco de crédito da carteira de crédito e de outros ativos financeiros que totalizaram R\$ 23,8 bilhões ante R\$ 18,5 bilhões em 2021, crescimento de 28,1%.

Apresentamos abaixo os principais números relativos ao nosso desempenho no ano.

Tabela 1. Destaques Financeiros

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
Resultado (R\$ milhões)	2022	2021	2022	2021
Lucro Líquido	30.797	19.574	31.011	19.710
Resultado da Intermediação Financeira	50.054	41.077	57.669	46.368
Receita de Prestação de Serviços	20.537	18.986	32.333	29.343
Despesas Administrativas	32.877	32.063	34.766	33.847

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
Patrimoniais (R\$ milhões)	Dez/22	Dez /21	Dez/22	Dez /21
Ativos	2.062.675	1.988.646	2.028.958	1.932.533
Carteira de Crédito Classificada	877.064	770.470	891.283	784.796
Recursos de Clientes	722.516	647.617	753.263	671.270
Patrimônio Líquido	153.547	134.226	163.588	144.857

Resultado de Intermediação Financeira

Em 2022, o resultado de intermediação financeira consolidado totalizou R\$57,7 bilhões, crescimento de 24,4% na comparação com 2021. Destaque para o crescimento de 81,3% das receitas da intermediação financeira, notadamente pelos desempenhos dos resultados de aplicações interfinanceiras de liquidez (+151,9%), da carteira de crédito (+39,2%) e do resultado de operações com títulos e valores mobiliários (+184,8%). Esse resultado foi negativamente impactado pelo crescimento de 28,1% na provisão para perdas associadas ao risco de crédito da carteira de crédito e de outros ativos financeiros que totalizaram R\$ 23,8 bilhões, sendo que uma parte desse crescimento se deu pela reavaliação do nível de risco no segmento atacado para caso específico.

Carteira de Crédito

Nossa carteira ampliada, que leva em conta títulos e garantias prestadas alcançou pela primeira vez cifra superior a um trilhão de reais. Já a carteira de crédito classificada (Nota 12) cresceu 13,6% em relação a dezembro de 2021. A qualidade dessa carteira, medida pelo indicador de inadimplência acima de 90 dias, segue consistentemente abaixo do SFN, refletindo o perfil de nossa concessão. São destaques: A linha de consignado, majoritariamente com servidores públicos e pensionistas em pessoa física. O



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

conhecimento de nossos clientes pessoas jurídicas, fruto de um relacionamento de longa data e nossa expertise e mitigadores no agronegócio.

Na linha de pessoa física, sem produtor rural, que representa 32,3% do total da carteira classificada, o crescimento foi de 9,0% em um ano. Destaque para o crédito consignado que atingiu R\$ 115,1 bilhões, crescimento de 7,8% no comparativo com o mesmo período do ano anterior, bem como para as linhas de cartão de crédito (+14,5%) e empréstimo pessoal (+18,0%), alinhados à estratégia de mudança de *mix* para linhas mais rentáveis.

No caso das Pessoas Jurídicas, que não inclui as empresas do agronegócio, a carteira classificada atingiu R\$ 280,0 bilhões, crescimento de 10,6% em um ano. Destaque para a carteira de clientes MPME (faturamento bruto anual de até R\$ 200 milhões), que atingiu R\$ 111,0 bilhões, crescimento de 21,2%, influenciado pelos desembolsos da ordem de R\$ 12 bilhões no Pronampe no ano, e para as Grandes Empresas que cresceram 12,2%. O apoiamos os estados, o Distrito Federal e os municípios em suas demandas, no financiamento de programas de investimento voltados à melhoria da qualidade e transparência da gestão pública, mobilidade urbana, saúde, educação e segurança pública, gerando benefícios efetivos para a população e contribuindo para o desenvolvimento do país. Em 2022, a carteira governo alcançou R\$ 53,3 bilhões.

Já no agronegócio, a carteira classificada atingiu a cifra histórica de R\$ 286,0 bilhões, com crescimento da carteira de crédito rural em 23,1% em 12 meses. Destaca-se ainda o crescimento no ano de 51,8% em títulos do agronegócio – Cédula de Produtor Rural (CPR) e Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), o que levou essa carteira, na visão ampliada, a R\$ 309,7 bilhões em dezembro/22, alta de 24,9% em um ano.

Receita de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços cresceram 10,2% em relação a 2021, totalizando R\$ 32,3 bilhões, influenciadas principalmente pelo desempenho das linhas de administração de fundos (+11,8%), comissões de seguros, previdência e capitalização (+14,6%) e operações de crédito e garantias prestadas (+27,4%).

A estratégia segue centrada no relacionamento, no atendimento especializado, na diversificação das fontes de receita e na melhoria constante da experiência do cliente.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas cresceram 2,7%, na comparação anual, permanecendo sob controle e com crescimento inferior ao da inflação acumulada em 12 meses (5,79%), influenciada pelo desempenho da despesa de pessoal (+2,7%) e de outras despesas administrativas (+2,8%).

Capital

Possuímos Plano de Capital com visão prospectiva de três anos, considerando (a) a Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa, (c) o Plano Diretor e (d) o Orçamento Corporativo. A gestão do capital considera, além dos limites regulatórios, metas e limites prudenciais.

Atingimos 12,01% no Índice de Capital Principal (ICP) em dezembro de 2022, enquanto o Índice de Basileia (IB) chegou a 16,65%. O Índice de Capital Nível I alcançou 14,74%.

Remuneração aos acionistas

A Política de Remuneração aos Acionistas busca garantir a devida valorização do acionista, conjugada à perenidade e à sustentabilidade financeira de curto, médio e longo prazos do Banco, tendo como premissa a necessidade de flexibilidade e solidez financeira para a manutenção sustentável dos negócios.

Para o exercício de 2023, foi aprovado o percentual de 40% do lucro líquido, ajustado conforme disposto nas letras “a” e “b” do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, a ser distribuído via dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP), tendo como balizadores o resultado do Banco, sua condição financeira, a necessidade de caixa, o Plano de Capital e suas metas e respectivas projeções, a Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos, perspectivas dos mercados de atuação presentes e potenciais, oportunidades de investimento existentes e a manutenção e expansão da capacidade operacional.

O total destinado aos acionistas no exercício 2022 foi de R\$ 11,8 bilhões. O valor por ação destinado aos acionistas foi de R\$ 4,138.

Gestão de Pessoas

Somos um organismo vivo. E a nossa transformação digital será consolidada pela capacitação continuada e pelo protagonismo dos funcionários. Nossos times serão flexíveis para se adaptarem às dinâmicas de mercado, garantindo eficiência operacional e alta performance.

Para isso vamos incentivar uma cultura organizacional que promova o orgulho de pertencimento, o protagonismo, a capacidade inovadora e o justo reconhecimento pelos resultados alcançados.

Por meio do Movimento Evolution avançamos no movimento de transformação para uma cultura de inovação. Oferecemos incentivos para graduação, pós-graduação lato sensu, mestrado e doutorado voltados para tecnologia e inovação além de bolsas de idiomas e outros treinamentos. Ampliamos as opções em educação corporativa com parceiros, com destaque para a Alura, o Massachusetts Institute of Technology (MIT), o Gartner, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto de Ensino Insper (Brasil), além da nossa renomada Universidade Corporativa, a Unibb.

Com o intuito de renovar continuamente as oportunidades de atração e retenção de talentos, retomamos as seleções externas no fim de 2021, com um concurso público que teve mais de 1,6 milhão de inscritos, e resultou na convocação de mais de 4.400 candidatos a partir de janeiro de 2022.

Em continuidade a esse movimento, divulgamos o edital de abertura da Seleção Externa BB 2022/1, em dezembro, no Diário Oficial da União. A seleção busca prover duas mil vagas de agente comercial, mais mil em cadastro de reserva, para atuação nas agências e plataformas operacionais. Outras duas mil vagas foram abertas para agente de tecnologia, além de um mil para cadastro de reserva com foco em conhecimentos de TI.

Avançamos em ações de desenvolvimento de talentos e formação de sucessores. No nível técnico, concluímos a primeira etapa do Programa Gestão de Talentos. Mais de 3.200 assessores de unidade estratégica foram avaliados em termos de potencial em comitês conduzidos por consultoria especializada. Adicionalmente, foi lançado novo Processo Seletivo Interno para talentos em Tecnologia – ProiTEC. As oportunidades de estudo do Movimento Evolution, as trilhas de capacitação em TI e os incentivos para certificações de TI contribuíram para o preparo dos candidatos desta nova edição.

Já para os altos executivos, considerando o processo sucessório, foi oferecida uma jornada de imersão em ecossistemas internacionais de inovação para 150 executivos. Foram realizados também entrevistas e comitês de calibração, para atualização da matriz de risco sucessório, com foco na aceleração do desenvolvimento de potenciais sucessores e dirigentes de nosso conglomerado. Possuímos programa estruturado de sucessão, com empresa especializada, que realiza o *assessment* para todo o público-alvo do Programa Dirigentes.

Para formar os nossos funcionários, contamos com nossa Universidade Corporativa (UniBB). Foram realizadas mais de 9,8 milhões de horas de treinamento em 2022, resultando na média de 114,4 horas por funcionário. Além disso, foram implementados avanços em relação às tecnologias educacionais no ambiente do Metaverso, o qual oportunizou a todos os funcionários vivenciar uma experiência imersiva e diferenciada, visando impulsionar processos de aprendizagem, com foco no desenvolvimento de habilidades e atitudes.

Já em relação aos cursos voltados para tecnologia, ciência de dados, inteligência artificial entre outros assuntos correlatos, mais de 85 mil funcionários foram treinados por meio da Alura, enquanto 40 executivos participaram do *Guided Hackaton Bootcamp* do MIT. Consideramos essa formação fundamental para a transformação cultural para uma cultura *data driven*.

Além da capacitação e treinamento, investimento constantemente na cultura de Compliance e segurança. Em dezembro de 2022 ocorreu a 3ª temporada CEI (*Compliance, Ética e Integridade*). Foram seis dias dedicados à disseminação de conhecimentos por meio de matérias internas e *lives*. O propósito desta edição foi demonstrar que temas atuais e emergentes como metaverso, inteligência artificial, *startups* e inovação também fazem parte do mundo do *compliance*, podendo gerar oportunidades de negócio e gestão, porém com implicações éticas e novos riscos a serem mitigados.

No tema Saúde, qualidade de vida e bem-estar, destacamos o Desafio Mexa-se com o BB – Volta ao Mundo. Esta ação associou a atividade física à ação social e mobilizou mais de 2,6 mil funcionários que percorreram, juntos, aproximadamente 100 mil quilômetros. Foram 42 dias seguidos de exercícios, incentivo, parceria e até competição.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Tabela 2. Perfil de Funcionários

	Dez/22	Dez/21
Funcionários	85.953	84.597
Feminino	36.002	35.927
Masculino	49.951	48.670
Escolaridade		
Ensino Médio	10.065	9.136
Graduação	26.261	26.946
Especialização, Mestrado e Doutorado	49.546	48.431
Demais	81	84
Distribuição Geográfica		
Norte	3.897	3.678
Nordeste	14.025	13.919
Centro-Oeste	16.719	16.090
Sudeste	36.100	35.894
Sul	15.193	14.997
Exterior	19	19
Rotatividade de Funcionários (%)	2,65	8,67

Tabela 3. Remuneração e Benefícios

	Demonstrações Contábeis Individuais		Demonstrações Contábeis Consolidadas	
R\$ milhões	Dez/22	Dez/21	Dez/22	Dez/21
Folha de pagamento ¹	18.729	18.459	20.542	20.015
Previdência Complementar ²	1.969	1.813	1.969	1.813
Planos de Saúde ²	2.002	1.841	2.002	1.841
Participação nos Lucros e Resultados ³	3.956	2.523	3.969	2.536
Treinamento ⁴	61	50	69	55

(1) Despesas com proventos, benefícios, encargos sociais e provisões administrativas, conforme Nota Explicativa Despesas de Pessoal (2) Custeio dos planos de previdência complementar e de saúde, conforme Nota Explicativa de Benefícios a Empregados. (3) Valor destinado à Participação nos Lucros e Resultados, conforme Demonstração do Resultado do Exercício. (4) Conforme Nota Explicativa Despesas de Pessoal.

Gestão de Riscos e Controles Internos

Gestão de Riscos

Em 2022, realizamos o aprimoramento do processo de identificação de riscos corporativos que agrega informações tanto da alta administração como das áreas tomadoras de

risco e a visão de riscos emergentes. Nesse sentido, a avaliação da relevância dos riscos, hoje aprimoramentos direcionados à Taxonomia e Mapa de Riscos. O Modelo adotado de



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Identificação e Definição da Relevância dos Riscos resultam em matriz de relevância, ajustada de forma a ponderar os resultados dos critérios quantitativos e qualitativos.

A revisão do Modelo incorporou melhorias nos critérios, considerando o nível de exposição segundo os fatores que podem causar os riscos, os impactos diretos em função do Capital Principal e impactos indiretos, tais como na estratégia e reputação. Os critérios são aplicados para todos os riscos avaliados, inclusive os emergentes.

As principais inovações na gestão de riscos relacionam-se aos aprimoramentos nos modelos de análise de risco de clientes; a atualização do modelo interno e revisão dos choques de normalidade e estresse para o IRRBB; a revisão do fluxo de criação de Produtos, abrangendo orientações para melhor identificação e classificação dos Riscos – Social, Ambiental e Climático; a criação de indicadores pelo gestor específico para os riscos de TI e de terceiros; o desenvolvimento de interface para apresentação da vinculação dos eventos de perdas das categorias gerenciais aos eventos de perdas das categorias regulatórias, no âmbito de gestão do risco operacional.

Na perspectiva do risco de crédito, com a instituição de um projeto estratégico, em 2022 foram iniciadas ações para atendimento aos requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. Além disso, houve aprimoramentos nos modelos de Exposição Potencial Futura e de Capital Econômico para Riscos de Concentração de Crédito. Cabe destacar, ainda, que foi realizada revisão dos modelos de risco de clientes PF, MPME e Agro, com aplicações de técnicas de *machine learning*, proporcionando mais efetividade e inovação nas soluções analíticas para concessão do crédito. Todo o processo foi construído no novo ambiente analítico do BB, dando passos importantes para a transformação digital, e a cultura *data driven* do Banco, além de permitir uma maior agilidade na gestão e implementação dos modelos de risco.

A gestão dos Riscos Social, Ambiental e Climático (RSAC) é pauta permanente nos processos de negócios e riscos, visto sua importância na sustentabilidade do Conglomerado Banco do Brasil. Em consonância com a evolução da pauta de RSAC, decorrente da publicação de novos normativos pelo Banco Central Brasileiro (Agenda BC# Sustentabilidade), revisamos e implementamos ações relevantes, em alinhamento às novas demandas. Em atendimento às Resoluções CMN nº 4.943 e nº 4.945/2021, que tratam, respectivamente, do aprimoramento das regras de gerenciamento do RSAC e da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), avaliamos nossa estrutura e definimos plano de ação, no período de 2021-2023, com foco na revisão e adequação da Política e Gestão do RSAC, à luz dos novos normativos e para atendimento ao previsto no Relatório da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD).

Nesse contexto, desenvolvemos nova metodologia de avaliação para o Risco Social, Ambiental e Climático, incrementando o rol de informações – tanto de fontes externas quanto internas – integrando ferramentas já consolidadas – tal como a Régua de Sensibilidade Climática e a Classificação de Setores Econômicos. Em complemento, desenvolvemos cenários abrangentes, relacionados às mudanças climáticas e aplicados na visão de macros setores

econômicos, com base em cenários elaborados pelo IPCC, para o risco climático físico, e pelo NGFS, para o risco climático de transição. Por fim, os processos relacionados ao RSAC estão em constante aprimoramento, com base nas melhores práticas e evoluções do mercado.

Durante o ano de 2022, o Banco desenvolveu conjunto de ações para sua adequação à Fase I da implementação local do *Fundamental Review of the Trading Book* (FRTB). Dentre as ações, cabe destacar a revisão da Política Específica de Classificação e Reclassificação de Operações nas Carteiras de Negociação e Bancária, a revisão do framework de gestão do risco de mercado, revisão do processo de reclassificação de operações entre as Carteiras de Negociação e Bancária, instituição de processo para avaliação periódica da relevância da atividade intradiária e instituição de processo para mensuração e reporte do risco de base no risco de mercado.

A gestão de risco de liquidez continuou promovendo melhorias dos seus processos conforme o avanço da estratégia de implantação da tecnologia de *big data* e *analytics* ao longo de 2022. Foram realizados aprimoramentos na automação da apuração dos indicadores regulatórios, além de aperfeiçoamento da governança relativa a modelos, manuais e planos de contingências.

Em relação à gestão dos riscos não financeiros, foram aprimorados instrumentos e processos internos, bem como desenvolvidas e implementadas diversas ações para mitigar o risco operacional, aperfeiçoando a atuação preventiva, refletindo assim na geração de resultados efetivos para gestão das perdas operacionais. Dentre essas ações, destacam-se a revisão do framework de gestão dos riscos Legal, de Conduta e de Conformidade, em linha com a definição do Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD) e a criação de novos indicadores-chave de risco (ICR) para a gestão dos riscos Legal e de Modelo, e a definição de ICR para projeção de perdas e perda por produto.

Houve a revisão da denominação do risco de fornecedor para risco de terceiros, de forma a manter o alinhamento com o Comitê de Basileia (BCBS) e aos pares internacionais. O risco passa a ter escopo mais abrangente abarcando, por exemplo, correspondentes bancários e parcerias, com o objetivo de evitar a perda operacional decorrente do relacionamento do Banco com terceiros.

Foram concluídas ações de aprimoramento para o risco cibernético, como o investimento significativo em soluções de segurança cibernética e aprovação de indicadores para controle e monitoramento do risco. Para os riscos de TI e de terceiros, foram incluídos indicadores na RAS.

Ademais, no âmbito do risco de contágio, cabe registrar a criação do modelo de mensuração quantitativa, a ser implementado em 2023, que permitirá calcular a exposição representada pelas participações societárias para o conglomerado BB.

Demais informações sobre a gestão de riscos do BB podem ser consultadas no Relatório de Gestão de Riscos (Pilar III), no Formulário de Referência e na Política de gestão de riscos e de capital disponíveis no site Relações com Investidores (bb.com.br/ri).

Controles Internos

Possuímos um Sistema de Controles Internos (SCI) robusto, alicerçado em Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD) alinhado às melhores práticas de mercado, que contribui para assegurar a atuação de todas as áreas do Banco no aprimoramento dos controles e mitigação de riscos.

Desenvolvemos indicadores em Controles Internos e *Compliance*, buscando clareza, abrangência e assertividade no monitoramento da eficácia do SCI. Utilizamos ferramentas automatizadas para identificação e atendimento tempestivo de Regulamentações externas que impactam o Banco.

Mantemos e avaliamos, periodicamente, a maturidade do Programa de *Compliance*, aprovado pelo Conselho de Administração, alinhado à Estratégia Corporativa e composto por orientadores, integrados e complementares, que pautam as atividades operacionais e as práticas de negócios do Banco, contemplando também aspectos, medidas e controles específicos para a prevenção e combate à corrupção.

No contexto da centralidade no cliente, endereçamos ações que promovem na Organização uma atuação coordenada na gestão da Política de Relacionamento com Clientes e Usuários, no sentido do aprimoramento contínuo de processos,

produtos, serviços e canais para assegurar a melhoria na jornada do cliente.

Realizamos validação independente de modelos analíticos e de negócios utilizados na gestão, por meio de processos automatizados, com ganhos de eficiência operacional e na mitigação de riscos. Utilizamos canal “Simplifique” para obtenção e encaminhamento de sugestões de aprimoramento, simplificação e otimização de processos. Atuamos na coordenação de ações envolvendo os principais gestores responsáveis por perdas operacionais, de forma a propiciar a implementação de medidas para mitigação dos riscos e redução das perdas.

Sob a ótica de Sustentabilidade (ASG), avaliamos os riscos e controles relacionados às atividades operacionais e negociais e os procedimentos de reporte das ações às Partes Interessadas.

Para mais informações sobre o Sistema de Controles Internos, Programas e Políticas, consulte o Formulário de Referência e o Programa de *Compliance*, disponíveis no sítio de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri).

Informações Legais

Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

Conforme critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa – Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006), 95% de nossos clientes pessoa jurídica do segmento varejo são classificados como micro e pequenas empresas. O volume de recursos utilizado por essas empresas atingiu R\$ 50,8 bilhões em dezembro/2022. O saldo das operações de capital de giro contratadas pelas microempresas totalizou R\$ 3,35 bilhões e das pequenas empresas R\$ 41,2 bilhões. As operações de investimento destinadas às microempresas atingiram R\$ 416,7 milhões e para as pequenas empresas R\$ 5,6 bilhões.

Auditoria Independente – Instrução CVM nº 381 (Revogada pela Resolução CVM nº 162, com vigor a partir de 02/01/2023)

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a fim de evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes, adotamos procedimentos fundamentados nas legislações e normas aplicáveis e nos melhores princípios internacionalmente aceitos relacionados ao tema. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais em seu cliente e (iii) o auditor não deve promover interesses do cliente. Ademais, no Banco do Brasil, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

Tabela 4. Contratos de Não-Auditoria com o Auditor Independente

Empresa Contratante	Data de Contratação	Duração ¹	Descrição dos Serviços
Banco Patagonia S.A.	01/01/2022	1 mês	Revisão do Relatório Integrado
Banco Patagonia S.A.	01/09/2022	8 meses	Consultoria Tributária

(1) Duração estimada em meses com base na data esperada de encerramento dos contratos.

Contratamos a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. para prestação de serviços não relacionados à auditoria externa em patamar inferior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Para esta avaliação, foram considerados todos os contratos vigentes entre janeiro/2022 e dezembro/2022.

Justificativa dos Auditores Independentes

Em cumprimento à Instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. não prestou serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio da aderência de seus profissionais aos pertinentes padrões éticos e de independência, que cumpram ou excedam os padrões promulgados por International Federation of Accountants (IFAC), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (Bacen), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e pelas demais agências reguladoras. Estas políticas e procedimentos que abrangem áreas como a independência pessoal, as relações pós-emprego, rotação de profissionais, bem como a aprovação de serviços de auditoria e outros serviços, estão sujeitos a monitoramento constante.

Títulos e Valores Mobiliários e Informações de Coligadas e Controladas

Em conformidade com o art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, afirmamos possuir a intenção e a capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos. A abertura dos títulos por categoria e a reclassificação de títulos e valores mobiliários podem ser consultadas na nota explicativa 10 – Títulos e Valores Mobiliários. Os valores referentes a ganhos e perdas não realizados no período, relativos a títulos e valores mobiliários, estão divulgados na nota explicativa 30 – Gerenciamento de Riscos e de Capital.

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/1976, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 – Investimentos.

Esclarecimentos Adicionais

Os investimentos fixos somaram o valor de R\$ 1,9 bilhão, destacando o investimento em pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R\$ 1.192 milhão), sistemas de segurança e informação (R\$ 52,7 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 658,8 milhões).

Possuímos R\$ 1,4 bilhão (individual e consolidado) de créditos tributários não ativados apresentados na nota explicativa 22 – Tributos das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (subitem “f”) em decorrência dos requisitos estabelecidos pelas Resoluções CMN 3.059/2002 e 3.355/2006.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mantivemos registrado em contas de compensação, conforme regras dispostas no Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o montante de R\$ 18,5 bilhões decorrentes de coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes e empresas integrantes do Conglomerado Banco do Brasil.

Publicamos anualmente, em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível em nosso sítio (ri.bb.com.br), os investimentos realizados em decorrência do exercício de políticas públicas.

Sugerimos a leitura do documento Análise do Desempenho, que apresenta outras informações sobre o resultado e performance do BB no decorrer do período.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

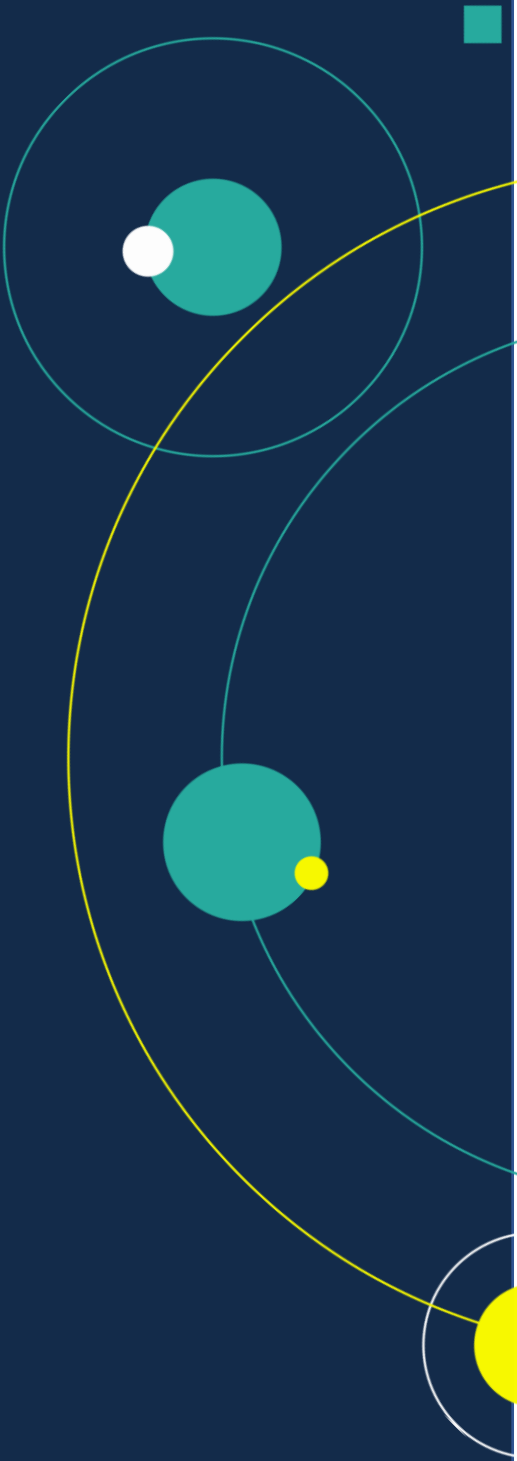
Atuação na Pandemia – Atuamos de forma a prover suporte aos clientes, com seriedade, rapidez e segurança, ao mesmo tempo em que fortalecemos o nosso compromisso com a sociedade, por meio de ações que visam a apoiar o país a superar este momento de dificuldades. Reforçamos o compromisso de manutenção dos cuidados necessários com a saúde dos nossos funcionários e mantivemos os esforços voltados para o atendimento dos clientes e da população em geral.

Avaliamos e monitoramos os potenciais impactos da pandemia – Covid-19 na carteira de crédito, considerando as peculiaridades dos diversos segmentos e linhas e temos adotado medidas proativas para a gestão do risco e do capital. Trabalhamos para preservar a continuidade das nossas operações e a sustentabilidade de longo prazo de nossa empresa e do relacionamento com nossos clientes.

Relatório relativo às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas elaboradas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Para mais informações, disponibilizamos no sítio de Relações com Investidores (ri.bb.com.br) o Formulário de Referência, o relatório de Análise do Desempenho e a Apresentação Institucional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Relatório da Administração

2022



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Caro leitor,

Em 2022, registramos lucro líquido de R\$ 29,8 bilhões, evolução de 51,3%, renovando o recorde de geração de resultados crescentes e consistentes, calçados no incremento responsável da carteira de crédito com uma inadimplência controlada, no fortalecimento da diversificação de receitas financeiras, na disciplina na gestão das despesas e na sólida estrutura de capital.

Além de um resultado que remunera acionistas e sustenta o crescimento do crédito, alcançamos R\$ 71,4 bilhões, elevação de 33,9% em um ano, em valor adicionado à sociedade, quando consideramos impostos, salários, dividendos e demais componentes. Ainda, adotamos iniciativas que resultam na geração de diversas externalidades sociais e ambientais positivas por meio dos nossos negócios, pelas parcerias e pela atuação da Fundação Banco do Brasil. Com isso, geramos valor para todos os nossos públicos de relacionamento e transformamos vidas.

Pela primeira vez, nossa carteira ampliada, que considera títulos e garantias prestadas, superou a cifra de R\$ 1 trilhão, fruto do relacionamento que temos com nossos clientes e a qualidade das soluções ofertadas de forma personalizada para todos os segmentos. A nossa carteira de negócios sustentáveis alcançou R\$ 327,3 bilhões, alta de 12,3% em relação a dezembro/2021 e representa cerca de 33% da nossa carteira ampliada. Desse total, R\$ 67,7 bilhões estão destinados à agricultura de baixo carbono e R\$ 57,8 bilhões ao Pronaf, que apoia a agricultura familiar.

Como reconhecimento à nossa contribuição para uma economia mais sustentável, pelo sétimo ano consecutivo fizemos parte do *ranking* das 100 Corporações Mais Sustentáveis do Mundo 2023 – Global 100 e pela quarta vez fomos eleitos como o Banco mais sustentável do planeta (edições de 2019, 2021, 2022 e 2023), sendo a única empresa brasileira classificada no referido ranking.

Reafirmamos nosso compromisso junto às microempresas e empresas de pequeno porte. Lideramos os desembolsos da terceira tranche do Pronampe, atingindo mais de R\$ 12 bilhões para cerca de 128 mil Micro e Pequenas Empresas (MPE), sendo que mais de 40% delas são lideradas por mulheres. Somadas as edições de 2020, 2021 e 2022, os desembolsos no BB foram de R\$ 27,2 bilhões, apoiando a manutenção da atividade e a preservação do emprego em 261 mil empresas.

No Agronegócio, mantivemos a nossa posição histórica como o principal agente financeiro no país, contribuindo de forma expressiva para o atendimento da demanda de crédito do segmento e de sua cadeia, alcançando uma carteira de crédito ampliada, que considera títulos do agronegócio, de R\$ 309,7 bilhões.

Em julho/2022 anunciamos o maior Plano Safra de nossa história, destinando R\$ 200 bilhões, dos quais R\$114 bilhões já foram desembolsados até o final do ano, aumento de 28,0% sobre o mesmo período da safra passada. Destaque para os desembolsos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), que juntos representam 84,4% dos clientes atendidos no plano safra 2022/2023, e na aceleração do Broto, nossa plataforma agrodigital.

No segmento pessoa física, destacamos o crescimento de 7,8% na carteira de crédito consignado, que alcançou R\$ 115,1 bilhões, maior cifra histórica, com participação de mercado de 19,6%, que ocorre pela proximidade e expertise com o público de mais de dez milhões de proventistas. Além disso, com objetivo de rejuvenescer a base de clientes, anunciamos diversas iniciativas para nos aproximar do público jovem, entre participação de feiras e eventos de *e-sports* e *games*, lançamento da BB Cash, nossa conta para adolescentes totalmente digital entre outras medidas de educação financeira via redes sociais para esse público.

Ao longo desse ano continuamos com o nosso processo de aprimoramento da experiência dos nossos mais 81 milhões de clientes e investimos na nossa aceleração digital para sermos um banco mais próximo, completo e disponível em nossa ampla plataforma integrada de canais, oferecendo soluções adequadas ao perfil e ao momento de vida dos nossos clientes.

Com isso, a satisfação do cliente foi ampliada, refletida na elevação de 10 pontos na comparação com dezembro/21 no *Net Promoter Score* (NPS) e tivemos nossa melhor colocação no *ranking* de reclamação no Banco Central. Ademais, ampliamos o engajamento com nossos clientes em 12,1%, aumentando a recorrência e a geração de negócios.

Continuamos investindo na transformação cultural e na preparação do Banco para o cenário futuro. Com o movimento *Evolution*, focamos em ações de *upskilling* e *reskilling* e no desenvolvimento das competências digitais dos nossos times. Além disso, avançamos nas frentes de inovação interna com laboratórios de experimentação para novas tecnologias e desenvolvimento de soluções de dados e *analytics*.

Também estamos continuamente aprimorando e desenvolvendo novos programas e iniciativas relacionadas à atração, desenvolvimento de carreira, sucessão e retenção de talentos. A aplicação de *People Analytics* para identificar talentos nos permitiu a redução em 75% do tempo de processos seletivos internos. Em dezembro, abrimos seleção para novos talentos que abrange quatro mil vagas e mais duas mil para cadastro de reserva, em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, das quais metade das oportunidades são destinadas para agentes de tecnologia.

Avançamos na atuação em ecossistemas digitais – Loja BB, Market Place, a Liga e o Pannel PJ – gerando valor para todos os envolvidos na nossa cadeia de relacionamento e mais de R\$ 1 bilhão em volumes de vendas. Reformulamos o nosso aplicativo e o portal do Banco do Brasil, proporcionando uma experiência mais moderna, simplificada, ágil e inteligente. Além disso, fomos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

pioneiros na liberação do consentimento do open banking por meio do Whatsapp e na disponibilização, por meio dos canais digitais, de pagamentos ou investimentos debitando diretamente a conta de outra Instituição Financeira.

Em 2022, alcançamos 27,1 milhões de clientes ativos nas plataformas digitais. O App BB permaneceu como um dos mais bem avaliados da indústria financeira, com nota 4,6 na Play Store (avaliado por mais de 5,5 milhões de usuários) e 4,7 na App Store (com 2,6 milhões de avaliações), em uma escala com pontuação máxima de cinco estrelas.

No ano de 2023, renovamos o compromisso de continuar a entregar resultados sustentáveis para os nossos acionistas e, ser relevante na vida das pessoas, em todos os momentos, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil. Queremos ser uma empresa que proporciona a melhor experiência para a vida das pessoas. Que promove o desenvolvimento da sociedade, de forma inovadora e eficiente. E que apoia pessoas, empresas, administrações públicas e instituições a alcançarem seus objetivos, metas e sonhos.

Convidamos você a conhecer mais sobre as nossas entregas nas próximas páginas. Boa leitura!

Estratégia Corporativa

Nossa Estratégia Corporativa (ECBB) apresenta horizonte temporal de cinco anos e é revisada anualmente, no terceiro trimestre, por meio de processo estruturado, participativo e baseado em metodologias consolidadas. A sua aprovação é realizada pelo Conselho de Administração (CA), o que fortalece as decisões sobre a atuação da Empresa para os próximos anos.

Em 2022, no processo de revisão do planejamento estratégico evoluímos nosso propósito para “Ser próximo e relevante na vida das pessoas em todos os momentos”.

Assim, declaramos que existimos para estar sempre juntos, apoiar e manter relacionamento estreito e pessoal com todos com quem nos relacionamos e no canal de preferência do cliente. Somos relevantes, pois queremos, mais do que nunca, gerar valor e sermos imprescindíveis na vida de todos com quem convivemos. Na vida das pessoas, porque queremos que esse propósito se expresse nas nossas relações com todos. Em todos os momentos, pois possuímos soluções completas para que nossos clientes possam contar conosco durante todas as fases de suas trajetórias de vida pessoal e profissional.

Alinhado à evolução do propósito e reforçando a identidade organizacional da Empresa, nossos valores são Proximidade, Inovação, Integridade, Eficiência e Compromisso com a Sociedade. Eles representam a base da nossa cultura, vividos por todos os funcionários.

O Mapa Estratégico e o Plano Diretor contemplam os objetivos estratégicos e indicadores definidos para o horizonte de cinco anos, distribuídos em cinco perspectivas: Clientes, Financeira, Sustentabilidade, Processos e Pessoas.

Colocamos o cliente no centro da nossa atuação e decisões, em todos os níveis organizacionais, oferecendo soluções completas, de forma a propiciar-lhe a melhor experiência.

Somos um banco competitivo, rentável, eficiente, inovador e referência em sustentabilidade. Para isso, primamos pela otimização da alocação de capital, melhoria da eficiência operacional, otimização da estrutura organizacional, desenvolvimento de novos negócios e fontes de receita.

Aceleramos a transformação digital e a inovação, evoluindo no desenvolvimento de inteligência analítica, bem como mantendo o foco na eficiência operacional e no aperfeiçoamento dos processos, produtos e canais, tornando-os mais simples, ágeis e integrados à experiência do cliente.

Buscamos continuar a transformação da cultura organizacional, com atuação engajada dos nossos profissionais, com foco em inovação, meritocracia e resultados sustentáveis.

Cenário Macroeconômico

Ao longo de 2022, o cenário internacional esteve no centro do debate econômico marcado, principalmente, pela inflação em patamar elevado, embora as últimas divulgações tenham sinalizado uma trajetória cadente do nível de preço nos EUA e na área do euro. Os riscos externos ligados à pandemia e à guerra entre Rússia e Ucrânia, adicionalmente ao início do processo de aperto monetário nas principais economias centrais, contribuíram para um ritmo mais lento da atividade econômica global.

Nos últimos meses do ano, os dados antecedentes da atividade confirmaram a continuidade da desaceleração da economia na Europa, contudo houve a percepção de uma recessão menos profunda, diante do aumento dos estoques de gás em níveis acima do esperado. Nos EUA, o consumo e o mercado de trabalho seguiram mostrando certa resiliência, o que deve impedir uma recessão mais severa, a despeito da sinalização do Fed de altas adicionais dos juros. Na China, por sua vez, o movimento de desobrigação das testagens em massa e flexibilização da quarentena animaram os mercados, pois sinalizou uma clara reorientação do foco do governo de uma política de Covid-Zero para um programa direcionado ao crescimento econômico.

No Brasil, o desempenho da atividade econômica surpreendeu de forma recorrente e positiva ao longo de 2022. A recuperação do setor de serviços e do mercado de trabalho, bem como as medidas de incremento da renda e estímulo ao consumo implementadas no decorrer de 2022, contribuíram com o crescimento econômico observado até o terceiro trimestre do ano passado. Contudo, indicadores recentes sugeriram um comportamento menos favorável da demanda interna diante da alta da taxa de juros e aperto das condições financeiras, o que deve se refletir em movimento de desaceleração econômica. No que se refere ao sistema financeiro nacional, o ano foi marcado por nova expansão significativa das operações de crédito às empresas e famílias (14%), ainda que desacelerando ante o registrado em 2021 (16,3%) sob o peso da elevação da taxa básica de juros, do aumento do endividamento das famílias e da inadimplência.

Em que pese o forte movimento de descompressão do IPCA, a inflação em 2022 ultrapassou o limite superior do intervalo de tolerância da meta. Apesar da redução na tributação sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações que resultaram em deflação nos meses de julho, agosto e setembro, outros fatores, segundo o Banco Central do Brasil, levaram a inflação a atingir 5,8%, a saber: i) inércia da inflação do ano anterior; ii) elevação dos preços de *commodities*; iii) desequilíbrios entre demanda e oferta de insumos e gargalos nas cadeias produtivas globais; iv) choques em preços de alimentação, resultantes de questões climáticas; e v) retomada na demanda de serviços e no emprego, impulsionada pelo acentuado declínio da quantidade de casos de Covid-19 e consequente aumento da mobilidade. Por fim, ao longo de 2022, as incertezas no ambiente externo, o processo eleitoral e as discussões em torno do futuro do arcabouço fiscal no Brasil trouxeram volatilidade para preços de ativos, em particular para a taxa de câmbio, que encerrou o ano de 2022 no patamar de R\$/US\$ 5,22.

Acionistas e Detentores de instrumentos de dívida

Contamos com uma base de mais de 953 mil acionistas, sendo 98,4% pessoas físicas (PF) e 1,4% pessoas jurídicas. Entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022, nossa base de acionistas PF cresceu de 430 mil para 937 mil. Nossa composição acionária encerrou dezembro distribuída entre 50% de ações com a União Federal, 49,6% em circulação (*free float*) e 0,40% mantidas em tesouraria. Os investidores locais respondem por 77% das ações em circulação, enquanto os estrangeiros detêm 23%. Nossas ações (BBAS3) representaram 2,537% do Ibovespa no último quadrimestre.

O Valor Patrimonial por ação encerrou o período em R\$ 53,81, variação de 14% em relação a dezembro/21. A Cotação de Fechamento do mês de dezembro ficou em R\$ 34,73 para BBSA3 e US\$ 6,58 para as ADRs que fazem parte de um programa nível I, negociadas no mercado de balcão norte-americano.

Em dezembro de 2022, recebemos o prêmio Apimec IBRI como a empresa com a Melhor Prática e Iniciativa de Relações com Investidores (RI) na categoria Large Cap (Companhias de grande porte na Bolsa de Valores). A premiação, que está em sua terceira edição, elege anualmente os melhores profissionais de RI e casas de análise, escolhidos pelos associados das duas associações promotoras, sendo compostos majoritariamente por analistas de mercado, companhias de capital aberto e profissionais de relações com investidores.

Agenda ASG (Ambiental, Social e de Governança)

Adotamos as melhores práticas Ambientais, Sociais e de Governança que permitem ações de antecipação e gerenciamento de riscos e oportunidades, além de se traduzirem em externalidades positivas para os nossos públicos de interesse. Essas premissas estão materializadas no Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB, que é o nosso principal instrumento fomentador de práticas socioambientais desde 2005 e que está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e ao Acordo de Paris. O Plano, revisado em 2021, conta com 40 ações e 110 indicadores para o período 2021-2023.

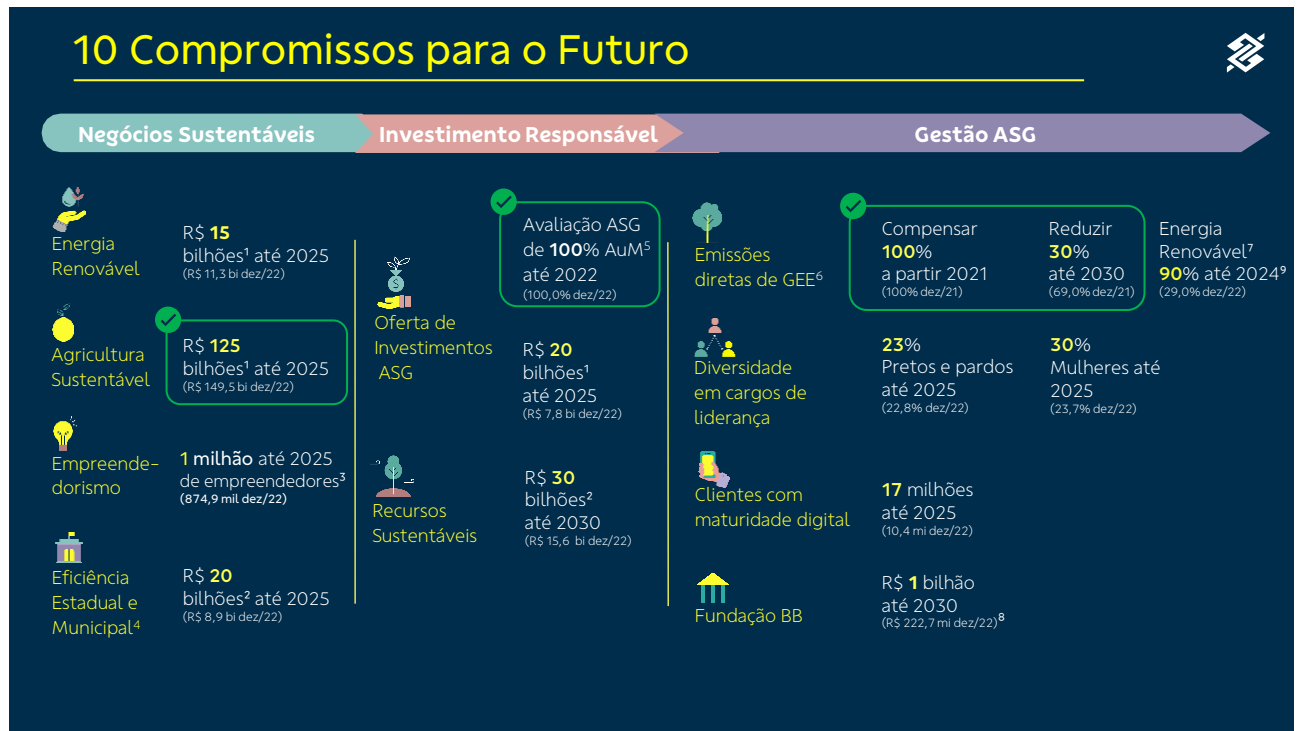
O cumprimento dos indicadores e metas de sustentabilidade impactam a remuneração de todo corpo funcional, incluindo a alta administração, garantindo um alinhamento entre negócios, pessoas e questões sociais, ambientais e climáticas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Compromissos com o futuro

Considerando nossa posição de protagonistas na busca por um mundo cada vez mais sustentável, em 2021 divulgamos 10 Compromissos com metas até 2030, que envolvem as frentes de Negócios Sustentáveis, Investimento Responsável e Gestão ASG. Dos 10 Compromissos estabelecidos, até dezembro/22 já se encontravam cumpridos: (i) alcançar R\$ 125 bilhões de saldo em Agricultura Sustentável até 2025 (atingido R\$ 149,5 bilhões); (ii) realizar avaliação ASG em 100% dos ativos aplicáveis sob gestão da BB Asset até 2022 (100% de ativos avaliados); e (iii) Compensar 100% das Emissões Diretas de GEE a partir de 2021.

Figura 1. 10 Compromissos para o Futuro



(1) Em Saldo; (2) Em desembolsos; (3) De empreendedores; (4) Agricultura, cultura, defesa civil, educação, eficiência energética e iluminação pública, esporte e lazer, infraestrutura viária, limpeza pública, meio ambiente, mobilidade urbana, saúde, segurança e vigilância sanitária; (5) AuM aplicáveis; (6) Escopos 1 e 2. O escopo 2 possui redução de 100% com base na escolha de compra (compra de I-Recs); (7) Energia renovável adquirida no mercado livre (ACL) e produção própria ao final do período; (8) Conforme Sumário de Execução Orçamentária: (2021) R\$ 114,1 + (2022) R\$ 108,6 = R\$ 222,7 mi.

Ecoeficiência

Investimos em fontes renováveis para chegarmos em 2024 com 90% de nossa energia descarbonizada. Migramos 61 prédios administrativos para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), garantindo o consumo de energia limpa e economia acumulada de R\$ 47 milhões de 2018 a novembro/2022. Em 2023 migraremos mais 19 unidades. Estamos estudando a ampliação de mais 1.600 unidades a serem migradas para o ACL. Atualmente, possuímos sete usinas fotovoltaicas operacionais que geraram 30 GWh/ano que trouxeram uma economia de R\$ 13,7 milhões de 2020 a 2022. Mais 22 estão em contratação/construção e até 2024, teremos 29 unidades em operação.

Nosso compromisso de reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa em 30% até 2030 foi alcançado ainda em 2020. Atualmente, estamos compensando 100% das emissões diretas com a aquisição de certificados I-Recs (International Renewable Energy Certificate).

A nossa iniciativa #PlásticoZero BB, lançada em 2020, anunciou a meta de zerar o consumo de copos plásticos descartáveis até dezembro de 2022. O compromisso se estendeu aos fornecedores, onde todos os nossos contratos de café e lanche tiveram os copos descartáveis plásticos suprimidos em 2020. Em 2021, foi implementada estratégia de aquisição de outros tipos de copos descartáveis a serem utilizados para os clientes excluindo-se os de plástico tradicional, com a opção de copos de papel e



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

copos biodegradáveis. E no final de novembro de 2022, zeramos o fornecimento de copos descartáveis plásticos para as nossas dependências substituindo por itens de papel.

Em novembro, o Edifício Tancredo Neves, onde se localiza o CCBB Brasília, se tornou o terceiro prédio do Banco do Brasil cujo Sistema de Gestão Ambiental foi certificado na norma ISO 14001. Além disso, o Ed. BB Torre Matarazzo SP recebeu a recertificação também em novembro/22, reafirmando nosso compromisso com a sustentabilidade.

Carteira de Negócios Sustentáveis

Em linha com nossos compromissos de longo prazo e com objetivo de auxiliar nossos clientes na transição para uma economia mais sustentável, atingimos ao fim de dezembro/22, R\$ 327,3 bilhões em operações de crédito sustentáveis, crescimento de 12,3% em 12 meses. Esse montante foi contratado em linhas de crédito com elevada adicionalidade ambiental e/ou social ou destinado a financiar atividades e/ou segmentos que possuem impactos socioambientais positivos para os setores de energias renováveis, eficiência energética, construção, transporte e turismo sustentáveis, água, pesca, floresta, agricultura sustentável, gestão de resíduos, educação, saúde e desenvolvimento local e regional, reforçando nosso papel transformador no apoio ao desenvolvimento do país e à construção de um futuro cada vez mais sustentável para a sociedade.

A carteira de energias renováveis do BB ultrapassou os R\$ 11,3 bilhões em dezembro, crescimento de 33% em 12 meses, atendendo todos os segmentos de clientes do BB. Destaque para o *project finance*, que alcançou R\$ 2,8 bilhões, financiando principalmente projetos de usinas eólicas e solares e para o segmento MPE, que alcançou R\$ 984 milhões em financiamentos principalmente a energia solar. O incentivo às energias renováveis é um dos 10 compromissos de longo prazo do BB e fomenta a descarbonização das atividades de nossos clientes e nossa economia.

A nossa Carteira de Negócios Sustentáveis é submetida a avaliação independente, que considera as principais taxonomias internacionais para classificação dos clientes e linhas de crédito que a compõe. De modo a incorporar as melhores práticas e referências pioneiras dos últimos anos e de agregar os novos produtos com atributos ASG, a metodologia é revisada continuamente.

Fundação Banco do Brasil

Há quase quatro décadas, com o propósito de valorizar vidas para transformar realidades, a Fundação Banco do Brasil investe em projetos e ações para a geração de trabalho e renda. Por meio de programas transversais e estruturantes de Educação, Meio Ambiente, Assistência Social, Tecnologia Social, Voluntariado e Saúde e Bem-estar a Fundação BB fomenta e multiplica soluções para a transformação socioambiental do país, adotando as melhores práticas de governança e integridade.

Em 2022, foram mobilizados R\$ 145,8 milhões em investimento social, somados recursos do Banco do Brasil, empresas do conglomerado e de parceiros, que viabilizaram o apoio a 256 projetos e ações socioambientais iniciadas em mais de 900 municípios brasileiros. Nos últimos 10 anos, foram realizados R\$ 2,6 bilhões em investimento socioambiental, beneficiando mais de 6,6 milhões de famílias.

Mercado de Carbono

Em maio de 2022, realizamos o Congresso Mercado Global de Carbono – Descarbonização e Investimentos Verde, que teve como objetivo promover debates sobre o mercado de crédito de carbono, além de apresentar estratégias corporativas, projetos e cases para impulsionar negócios verdes, com foco em inovação e sustentabilidade. Buscou-se também conectar lideranças de diferentes segmentos e públicos brasileiros em torno do tema, de acordo com os resultados apresentados na 26ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre o Clima (COP 26).

Ao mesmo tempo, lançamos um conjunto de iniciativas para apoiar nossos clientes na originação, desenvolvimento e negociação de créditos de carbono. Nesse sentido, estruturamos parcerias para oferecermos apoio técnico para a elaboração de projetos seguindo metodologias internacionalmente reconhecidas e validadas tais como: desmatamento evitado, recuperação de florestas, agricultura de baixo carbono, recuperação de áreas degradadas, integração lavoura-pecuária-floresta e energia.

Em setembro de 2022, assinamos os primeiros contratos de originação de créditos de carbono e de comercialização de créditos.

Até o final de 2022, foram mapeados mais de um milhão de hectares de áreas de clientes do Banco com potencial para a elaboração de projetos de carbono. Com isso, estamos contribuindo para a preservação e recuperação de áreas de floresta nativa nos biomas amazônico e cerrado além de oportunizar novas receitas aos nossos clientes, bem como benefícios às comunidades e famílias abrangidas, incentivando a preservação ambiental e o desenvolvimento social.

Para 2023, esperamos ampliar a atuação no mercado de carbono, com o desenvolvimento de novas tecnologias para mapeamento de projetos em potencial em nossa base de clientes e a ampliação de parcerias estratégicas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Investimento Responsável**

Temos trabalhado para engajar nossos clientes a investirem em ativos sustentáveis, oferecendo produtos que aliam rentabilidade às melhores práticas ambientais, sociais e de governança. Nossas soluções de investimento responsável alcançaram R\$ 7,8 bilhões em dezembro/22. O destaque do portfólio é o volume captado via LCA Verde (Letra de Crédito ao Agronegócio), que atingiu R\$ 4,3 bilhões em dezembro e fomenta a expansão da carteira de agricultura de baixo carbono do BB.

Captações Sustentáveis

Em janeiro de 2022, emitimos nosso primeiro Social Bond no mercado de capitais. A captação de US\$ 500 milhões pelo prazo de sete anos teve os recursos alocados para micro e pequenas empresas. A captação está alinhada com o framework de finanças sustentáveis e os *Social Bond Principles* e foi reconhecida internacionalmente pela publicação The Banker.

Ainda, com intuito de promover uma economia cada vez mais verde e inclusiva e de oferecer condições diferenciadas aos nossos clientes, realizamos diversas parcerias com organismos multilaterais. A Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) viabilizará empréstimo de € 100 milhões, destinados a financiamento de projetos no setor de energia renovável para os públicos PF e PJ Varejo, com prazo total de 10 anos. Com o Banco Mundial, estruturamos uma linha de US\$ 500 milhões para promover a redução da emissão e a remoção de gases de efeito estufa (GEE) ao incentivar uma participação maior do setor privado nos mercados de crédito de carbono. Ademais, formalizamos acordo com o Banco de Desenvolvimento do BRICS (NDB, em inglês), no qual serão disponibilizados US\$ 200 milhões para a ampliação da nossa carteira ASG, além de estabelecer um plano de cooperação para seleção de projetos sustentáveis.

Em novembro de 2022, durante a 27ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 27), foi anunciado um contrato de captação de recursos com o banco alemão de fomento KfW Bankengruppe (Grupo de bancos KfW), o qual foi formalizado em dezembro 2022. Pela parceria, o BB distribuirá até € 80 milhões de euros para financiar projetos que envolvam medidas de conservação ambiental, reflorestamento e restauração de áreas degradadas no setor agropecuário para a conservação florestal.

ASG na Cadeia de Fornecedores

Em 08 de novembro de 2022 foi realizado o III Encontro de Fornecedores BB com a participação de cerca de 130 representantes dos 85 fornecedores estratégicos e críticos do BB, cujo objetivo foi dar continuidade à sensibilização e engajamento dos fornecedores do BB na temática ASG – Mudanças Climáticas, fortalecendo as práticas sustentáveis na cadeia de suprimentos do Banco, com vistas a prevenir e mitigar riscos e estimular boas práticas socioambientais.

Reconhecimentos e Participações em Índices**Corporações Mais Sustentáveis no *ranking* Global 100 de 2023**

Fomos reconhecidos como o banco mais sustentável do planeta pelo *ranking* das 100 Corporações Mais Sustentáveis do Mundo 2023 – Global 100, da *Corporate Knights*. Fomos a única empresa brasileira classificada, figurando na 15ª posição no *ranking geral*. Na última década, fomos listados em sete edições, sendo reconhecidos como banco mais sustentável do mundo nas edições de 2019, 2021, 2022 e 2023.

CFI.co - Capital Finance International – O mais sustentável Banco da América do Sul 2022

Também recebemos, pelo segundo ano consecutivo, o prêmio de banco mais sustentável da América do Sul, pela revista inglesa Capital Finance International – CFI.co. A publicação enalteceu os nossos compromissos em sustentabilidade que “consistentemente direcionam investimentos na direção do desenvolvimento sustentável do país” e ainda destacou o nosso pioneirismo na atuação no mercado de carbono e na construção de soluções sustentáveis para seus clientes. A premiação busca identificar lideranças

bancárias que enfrentam demandas de criação de valor para os acionistas e que fornecem atendimento aos clientes de forma sustentável, com produtos que oferecem oportunidades de inovação e crescimento.

BB é listado no Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI)

Mais uma vez fomos selecionados para compor o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) da Bolsa de Valores de Nova Iorque, nas carteiras *World* e *Emerging Markets*. Este é o décimo primeiro ano consecutivo que o banco compõe o índice que é revisado anualmente e abrange as maiores empresas do mundo por valor de mercado baseado no *free float*, ou seja, no percentual de ações livres para negociação para qualquer investidor interessado. O objetivo do DJSI é apresentar para o mercado investidor as melhores opções de investimento em empresas que adotam boas práticas em sustentabilidade.

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

Compomos, pelo 18º ano consecutivo, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 – Brasil, Bolsa,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Balcão, que reúne ações de empresas de capital aberto com as melhores práticas de sustentabilidade. Na edição 2022/2023 foram listadas 69 empresas, de 27 setores. Fazemos parte da carteira do ISE desde a sua inauguração em 2005.

Além do DJSI e ISE, cabe ressaltar que permanecemos listados em outros índices de sustentabilidade, como o *FTSE4 Good Index Series*, da bolsa de valores de Londres.

Terra Carta Seal

Recebemos o Selo Terra Carta, uma iniciativa da Sustainable Markets Initiative (SMI). O selo concedido pelo então "Príncipe de Gales", agora "Sua Majestade, o Rei Charles III", busca reconhecer as empresas do setor privado que lideram a aceleração global para uma transição sustentável. Apenas 19 empresas no mundo receberam o selo em 2022 e fomos a única empresa reconhecida da América Latina nesta edição.

Governança Corporativa

Adotamos as melhores práticas de governança corporativa, mantendo nosso compromisso com os princípios de transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa. Somos, desde 2006, o único banco listado no Novo Mercado da B3, segmento de mais elevado padrão de governança corporativa.

Pela sexta vez consecutiva, o Banco do Brasil atingiu o Nível 1 no Indicador de Governança – IG–SEST do Ministério da Economia. O IG–SEST é um instrumento de acompanhamento contínuo que tem como objetivo avaliar o cumprimento de requisitos exigidos pela legislação e definições estabelecidas nas resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR e por diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, que buscam implementar as melhores práticas de mercado e maior nível de excelência em governança corporativa.

As decisões são tomadas de forma colegiada em todos os níveis. Neste contexto, a administração utiliza de uma estrutura de comitês, subcomitês e comissões estratégicas que garantem agilidade, qualidade e segurança à tomada de decisão.

Nossa estrutura de governança é composta pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento – Comitê de Auditoria (Coaud); Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade (Corem); Comitê de Riscos e de Capital (Coris), Comitê de Tecnologia e Inovação (Cotei) e Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cossem); pela Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor (Presidente e Vice-presidentes) e demais Diretores; e pelo Conselho Fiscal.

O CA, órgão independente de decisão colegiada, tem na forma prevista em Lei e no Estatuto Social atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras. No mínimo 30% dos membros são independentes, assim definidos na legislação e no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Atualmente, dos oito membros, quatro são independentes, número superior ao que estabelece o Estatuto Social, sendo que dois desses membros são representantes dos acionistas minoritários. Além disso, nosso CA possui diversidade de gênero, raça e formação e conta, em sua composição, com 50% de lideranças femininas.

O compromisso da gestão com a diversidade ocorre em todos os níveis. No início de 2023, tivemos a posse da primeira mulher a ocupar o cargo de Presidente do BB. Além dela, temos vice-presidentes, diretoras e integrantes de comitês. Em reconhecimento à política de diversidade o BB e algumas empresas do conglomerado receberam o selo WOB – *Women on Board*.

Experiência do Cliente

Um banco para cada cliente

Olhamos para o cliente de uma forma completa e nos valemos da inteligência analítica aplicada ao conhecimento sobre ele, quebrando barreiras tradicionais de segmentação e conhecemos os interesses dos clientes.

Dessa forma, personalizamos ainda mais o relacionamento, proporcionando boas experiências com produtos, serviços e assessoria adequados às suas necessidades. As nossas ferramentas atualizam e analisam frequentemente as informações para mais de 104 milhões de clientes e potenciais clientes, resultando em mais de dois bilhões de possibilidades de ofertas e mais de 480 milhões de indicações de negócios aderentes ao perfil do cliente. Esse trabalho é realizado mensalmente e disponibilizado nos canais de atendimento do BB, proporcionando a geração de interações mais adequadas com hiperpersonalização da comunicação. Todas as ações de relacionamento com o cliente passam pelo sistema de proteção de dados e tem como objetivo otimizar cada vez mais os processos analíticos gerando valor e resultados sustentáveis.

Onde, como e quando o cliente deseja

Os nossos clientes contam com atendimento em todo Brasil, no canal que ele escolher. Avançamos na migração da estrutura de atendimento para modelos mais leves, mais eficientes e especializados, o que resulta em uma experiência integral nos canais e amplia a capilaridade do atendimento, garantindo a melhor conveniência para os clientes. Viabilizamos negócios e inovações para estar sempre próximo e disponível aos clientes, estejam eles nas agências, no App, nas redes sociais ou no metaverso.

Nos últimos anos, houve evolução da migração das transações para canais digitais. Alcançamos em dezembro/22, 92,4% de todas as transações realizadas nesses canais, enquanto em dezembro/19 esse valor era de 80,4%. As plataformas digitais representaram 30,4% do desembolso em crédito pessoal e 12,7% do desembolso de crédito consignado. Porém, ao mesmo tempo, mantém-se relevante o contato humano, por meio físico ou remoto, para assessoria, realização de negócios e demandas de maior complexidade. A complementaridade é necessária para que a experiência seja fluida tanto no autosserviço digital como no atendimento presencial ou remoto.

Clientes mais satisfeitos

Aprimoramos as experiências dos clientes o que nos proporcionou resultados positivos em termos de satisfação. O NPS (*Net Promoter Score*) vem apresentando evoluções constantes e atingiu resultado histórico em dezembro/22, fechando o trimestre com a elevação de 10 pontos na comparação com dezembro/21. A escuta ativa e o entendimento das necessidades dos clientes estão no centro das ações. Após cada atendimento realizado, encaminhamos uma pesquisa de avaliação para o cliente e a nota recebida é atrelada à avaliação da performance semestral dos colaboradores, para garantir que a qualidade do atendimento e a satisfação do cliente sejam um objetivo comum de todos.

A consequência da escuta ativa constante das necessidades e da satisfação dos nossos clientes, reflete-se no *ranking* de reclamações do Banco Central, onde o nosso desempenho se destaca. A atuação resolutiva dos funcionários nos garantiu no quarto trimestre a melhor posição entre as cinco maiores instituições financeiras do país, bem como entre as demais instituições bancárias e de meios de pagamento. Esta foi a primeira vez que um dos cinco maiores bancos do país alcançou índice de um dígito no levantamento. Registramos o índice de 8,22, que representa a quantidade de reclamações procedentes pelo regulador para cada milhão de clientes.

Além disso, utilizamos de outras métricas internas para monitorar e avaliar a satisfação dos clientes, tanto com as interações no atendimento, como com os produtos, aplicativos e experiência de maneira geral, em pesquisas qualitativas. Tais métricas auxiliam na tomada de decisão e no eventual ajuste de rota em algum ponto onde o Banco possa melhorar.

Transformação Digital

Com um Banco cada vez mais digital, o BB consolidou sua presença em complementariedade à rede física e com a oferta de soluções inovadoras e conveniência aos clientes. A adoção dos meios digitais para efetivação de diversos serviços cotidianos continuou se fortalecendo como novo hábito para milhões de brasileiros e o BB antecipou a esse movimento, fomentando a originação de negócios e o relacionamento pelos canais digitais. A estratégia digital do Banco do Brasil está amparada em um conjunto de iniciativas que se desdobram em otimização e transformação digital, algumas voltadas para preparar e experimentar, como os nossos laboratórios de experimentação e novas tecnologias, Lentes BB, outras para acelerar e escalar, como no caso da expansão da Loja BB, e outras com foco em expandir e diversificar como os novos modelos de negócio de Banco como Plataforma.

Investimos em soluções tecnológicas de ponta com arquitetura de TI robusta e modernizada constantemente. Ampliamos a capacidade de processamento em nuvem contemplando soluções como Open Finance, Pix, Chatbots e Mappiá. Isso trouxe flexibilidade, capacidade e rapidez na entrega de soluções, além de maior disponibilidade de recursos, sem perder desempenho e proporcionando melhor experiência ao cliente. Viabilizamos novos negócios e inovações por meio de soluções de Inteligência Artificial como o Minhas Finanças Multibanco, BB no Metaverso e transações acionadas por voz.

Fomos o primeiro banco participante do Open Finance a ser habilitado a operar como iniciador de pagamentos, reforçando o protagonismo na implementação e geração de iniciativas, inclusive com não correntistas. Essa estratégia reforça a atuação do banco nas frentes de melhoria da experiência dos clientes, da hiper personalização das ofertas relacionais e comerciais e da sustentação da atuação nos modelos Bank as a Service – BaaS e Bank as a Platform – BaaP. Outro destaque foi a implementação da jornada do consentimento no WhatsApp, inédita no mundo, trazendo conveniência, simplicidade e mantendo a conformidade regulatória. Esse serviço está integrado a outros oferecidos pelos assistentes virtuais do BB.

Aprimoramos nossos modelos de trabalho, de relacionamento e de oferta de soluções, impulsionando o compartilhamento de conhecimentos e recursos em diversas plataformas como Mobile, Web, Low Code, Cloud, Mainframe, UX, IA e segurança. Monitoramos tendências e tecnologias emergentes, avaliando, testando e adotando as pertinentes, a exemplo dos Criptoativos. Nos engajamos no Projeto de Aceleração Digital pensando na continuidade dos negócios e sustentabilidade da instituição.

Renovamos a certificação internacional ISO 20000 que atesta a qualidade dos processos de TI que se soma ao selo ISO 45001 do Edifício BB, em Brasília, atestando que a empresa tem um sistema de gestão de segurança e saúde coerente e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

eficaz e ao ISO 55001, no qual o Data Center BB foi o primeiro do mundo a ser certificado, declarando que desenvolve uma abordagem proativa para a gestão do ciclo de vida dos ativos.

Aceleração Digital

Em continuidade a nossa evolução nas frentes de inovação e transformação digital, e diante de tendências estruturais que estão transformando o mercado financeiro global e abrindo portas para uma nova atuação, ampliamos nossa estratégia de aceleração digital e lançamos no terceiro trimestre de 2022 um roadmap por meio investimentos e ações de curto, médio e longo prazo.

Fizemos escolhas-chave para guiar a estratégia digital do Banco, decidindo por avançar ainda mais na evolução e digitização do nosso “core”, fortalecendo a oferta de valor por meio de iniciativas digitais para segmentos relevantes, capturando sinergias e buscando crescimento além das fontes tradicionais de receita (beyond banking, BaaS e BaaS) e alavancando fontes externas para aquisição de competências. Nossa visão de futuro é escalar o modelo ágil dentro da organização transformando a forma como trabalhamos.

Interfaces e canais digitais

Recentemente atualizamos e modernizamos nossos aplicativos, *internet banking*, portal e nossos assistentes virtuais. Apresentamos o novo App BB, o novo App Ourocard e o novo Site do BB, as mudanças trazem uma interface mais leve, nova navegação e mais segurança, entre outras melhorias. No App, oferecemos uma experiência ainda mais personalizada e intuitiva, além de novas funcionalidades para ajudar a organizar as finanças dos clientes onde estiverem. Já o portal está mais moderno, objetivo e com uma navegação mais simples para encontrar o que precisar. Em breve, realizaremos atendimento também pela Alexa, a assistente de voz da Amazon.

O nosso App permaneceu como um dos mais bem avaliados da indústria financeira, com avaliação de 4,6 no Google Play (avaliado por mais de 5,5 milhões de usuários) e 4,7 na Apple Store (com 2,6 milhões de avaliações), em uma escala com pontuação máxima de cinco estrelas.

Em 2022, alcançamos um incremento de 44,7% no tráfego orgânico do bb.com.br, que refletiu uma elevação no número de clientes potencialmente qualificados no topo de funil dos produtos foco que estabelecemos. Um projeto que consolidou 85% das visualizações dos usuários em aproximadamente 220 páginas, reduzindo em 96,2% a volumetria de páginas do portal e, consequentemente, gerando mais eficiência operacional.

Em relação aos Assistentes Virtuais, no último trimestre de 2022, registramos um aumento de 29,5% nos usuários únicos em comparação com o 4T21. Mantivemos a taxa de transferência para atendentes humanos em 5,7%, mesmo patamar registrado no final de 2021, com melhoria na nota de avaliação em 8,8%, passando de 3,71 para 4,04.

Lançamos em nosso WhatsApp soluções inovadoras como a renegociação de crédito imobiliário em atraso, transferência de recursos de outros bancos para o BB – Pix via open Finance –, a contratação de CDC Consignado abrangendo mais de 5.000 convênios, a transação de contestação de compras por desacordo comercial e a possibilidade de o cliente solicitar a alteração da sua modalidade de cartão de crédito.

Novos Negócios

Loja BB – Consolidando nosso SuperApp

Lançada em 2021 em nosso aplicativo mobile, a Loja BB centraliza a oferta de produtos e serviços não bancários. Ela disponibiliza opções de compras em *sellers* parceiros, de Gift cards e de recargas de celular, ampliando a comodidade e relevância do canal. Aproximadamente 5,3 milhões de clientes utilizaram a Loja BB ao longo de 2022, realizando mais de 37 milhões de transações, representando um volume superior a R\$ 1 bilhão. Dentre as evoluções realizadas ao longo do ano, destacamos:

- expansão de *sellers* parceiros disponíveis para os correntistas Banco do Brasil, atendendo suas principais necessidades, encerrando o ano de 2022 com mais de 100 *sellers*;
- disponibilização de novos conteúdos de gift cards, com games, delivery, streaming, lojas de aplicativos, softwares, serviços de transporte, lojas de esportes, entre outros, totalizando 188 produtos de 18 marcas diferentes;
- desenvolvimento de uma nova seção na Loja chamada de Área Gamer, onde estamos segregando e especializando a oferta de conteúdos específicos para o público gamer;
- recargas de celular para as principais operadoras do Brasil.

Painel e Liga PJ

O Painel PJ atingiu a marca de apoio à gestão de aproximadamente 12 mil pequenas e médias empresas (MPE) que juntas faturam R\$ 180 milhões. A solução traz, de forma intuitiva e consolidada, todas as informações de pagamentos e recebimentos dos clientes micro e pequenas empresas. A plataforma entrega aos empresários uma visão financeira mais objetiva do presente, contribuindo para a saúde e sustentabilidade do negócio, além de subsidiar decisões futuras da empresa. A solução também conta com uma consultoria especializada e inteligente de alertas nos canais BB.

Outro importante passo na ampliação da atuação no ecossistema das micro e pequenas empresas trata-se da plataforma Liga PJ. A solução, que atingiu mais de um milhão de usuários e já contabiliza mais de 11 mil visualizações da vitrine de parceiros, é um espaço para a troca de informações, experiências e conexões negociais entre empreendedores e intervenientes desse mercado. Esse *hub* de informações traz soluções e oportunidades, com conteúdo e parceiros para atuar nas principais necessidades dos empreendedores, independentemente do estágio ou nível de sua jornada empresarial. Na plataforma, é possível encontrar conteúdo como dicas de liderança, gestão de pessoas, melhores práticas em gestão financeira e facilitadores para criar presença digital, incluindo as principais tendências e novidades sobre empreendedorismo.

Broto

O Broto, plataforma digital voltada ao agronegócio, completou dois anos de existência e vem escalando sua operação. Neste período, foram contratados R\$ 2,5 bilhões em negócios, o que demonstra sua importância em facilitar o acesso dos produtores rurais a produtos e serviços bancários e não bancários.

Os produtores podem simular financiamentos por meio da plataforma que apresenta as condições do crédito e, caso o cliente tenha interesse em iniciar o processo de contratação, internaliza a proposta nos sistemas do Banco. Neste ambiente também é possível acessar conteúdos gratuitos como artigos, relatórios, livros digitais, podcasts produzidos diariamente por especialistas agro, vídeos, além de lives com as novidades e lideranças do setor.

A plataforma passou a contar com informações sobre clima para todo o Brasil. Agora o produtor rural tem acesso a informações atualizadas sobre previsão de tempo e balanço hídrico da sua região baseado em fontes oficiais fornecidas pela parceria com o INMET.

Visando ampliar seu escopo de atuação, em outubro, foi aprovada a constituição, de forma conjunta com a Brasilseg, da empresa Broto S.A. que conduzirá os negócios da Plataforma Digital Broto.

Plataforma do Cidadão:

Desenvolvemos, no decorrer do ano de 2022, uma Plataforma de serviços e utilidades públicas aos cidadãos. O ambiente é totalmente digital, disponível pelo endereço www.bb.com.br/cidadao e contempla, desde Novembro/22, a consulta e pagamento de impostos, taxas e contas de consumo, via BB Pay/Pix, a consulta a benefícios sociais pagos pelo novo sistema de gestão e pagamento de benefícios, o resgate de abono salarial, a consulta a informações trabalhistas por conexão com a Dataprev e a disponibilização da imagem da CNH por API com a Senafran.

Novas soluções serão disponibilizadas, com foco em trazer comodidade, de forma digital e simples ao cidadão, reforçando o nosso protagonismo e propósito.

Corporate Venture Capital (CVC)

O programa de CVC é fundamental para impulsionar a inovação aberta, ajudando no desenvolvimento de novos negócios, ampliando mercados nos quais atuamos, ao mesmo tempo em que promove uma melhor experiência para os clientes. Estar próximo a *startups* é uma forma de trocar experiências, aprendizados, incorporar novas tecnologias e reduzir o *time-to-market*, aumentando a nossa competitividade. Alinhado a isso, o investimento em *startups* de impacto gera ainda mais valor, não só para o BB, como também para a sociedade e todo o ecossistema.

Além dos investimentos em fundos com gestores experientes como Astella Investimentos, Indicator Capital e SP Ventures, contamos com dois fundos exclusivos, um sob gestão da MSW Capital especializada na integração entre as corporações e startups, e o outro com a Vox Capital, especializada em investimentos de impacto, ambos com foco em *agtechs*, *fintechs*, *govtechs* e *startups* que melhorem a experiência dos clientes. Estão no escopo *startups* nos estágios Seed e Série A, com produtos testados, validados e clientes ativos, priorizando startups que tenham objetivos, métricas e metas claras de impacto social, ambiental e de governança responsável.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2022 foram examinadas mais de 360 *startups* em um processo contínuo de busca por soluções que tenham sinergia para gerar valor para os clientes, para o BB e para a *startup*, sempre em uma relação ganha, ganha. Neste contexto, nossos fundos exclusivos fecharam o ano com quatro investimentos: Aprova Digital, Bitfy, Pagaleve e Yours Bank.

Para o BB, estes investimentos têm o potencial de gerar valor em estratégias relevantes como, por exemplo, ganho de eficiência para o ente público e melhoria da experiência do cidadão, *blockchain*, tokenização de ativos, conveniência em meios de pagamentos, inteligência financeira e soluções para o público jovem, além de novos negócios baseados em dados e inteligência analítica.

Open Finance

No ano, o Banco do Brasil se consolidou como uma das instituições mais relevantes do mercado no Open Finance. Reforçando seu pioneirismo e protagonismo no tema, foi o banco que mais lançou soluções utilizando dados compartilhados, o iniciador de transações de pagamentos (ITP) e inovações na jornada de consentimento. Destaque para os reconhecidos no Open Summit Awards (1º lugar em cinco categorias), no Qorus-Accenture Banking Innovation Awards (1º lugar em duas categorias) e no Prêmio Banking Transformation 2022 (1º lugar em duas categorias). As soluções que utilizam os dados compartilhados já estão gerando melhores condições para os clientes e novas receitas para o Banco, em especial em negócios de cartão de crédito, empréstimos e captações.

Minhas Finanças Multibanco

Em 2022 foi disponibilizada a todos os clientes BB a nova versão do Minhas Finanças, um gerenciador financeiro multibanco disponível no App BB, que foi integrado às vantagens e possibilidades do Open Finance para oferecer a melhor experiência de gestão e educação financeira do mercado.

A ferramenta permite ao cliente centralizar toda sua vida financeira no BB, com uma visão integrada de seus compromissos, lançamentos em contas e cartões, saldos e hábitos de consumo. A solução completa conta com as ferramentas Extrato Multibanco, Agenda Financeira, Perfil de Consumo e Planejamento Financeiro.

Desde o lançamento, a ferramenta já acumulou mais de três milhões de usuários únicos e 1,2 milhão de planejamentos financeiros cadastrados. Com essas informações centralizadas, conseguimos gerar inteligência financeira para os usuários e com a visão integrada dos compromissos e as soluções ofertadas, foram mais de R\$ 3 bilhões de economia proposta. Além disso, 13% dos consentimentos de dados via Open Finance recebidos de outros bancos foram iniciados no Minhas Finanças Multibanco.

Como resultado dos esforços, em novembro, alcançamos o 1º lugar na premiação *Open Summit Awards*, considerado o maior evento do ecossistema Open Finance no Brasil. A premiação foi para a categoria Pessoa Física com o case do Minha Finanças Multibanco.

Portal Developers BB

Atualmente, oito APIs estão disponíveis para contratação via Portal, são elas: Cobrança, Pix, Pix Arrecadação, Pagamentos em Lote, Autorização de Débito Automático, Login BB, Validação de Contas e BB Pay.

Pela primeira vez na história do BB, tivemos uma API monetizada (cobrança por chamada): a de Validação de Contas, em dezembro. Em 2022, quase triplicamos a quantidade de empresas integradas, com API em produção, chegando a mais de 15 mil em dezembro. Com o investimento em melhorias contínuas na experiência, alcançamos 95 de NPS no Portal em dezembro.

O portfólio de APIs do BB, que também inclui aquelas disponibilizadas via Portal do Desenvolvedor, fechou o quarto trimestre de 2022 com 22 APIs negociais integradas e com chamadas, o que representa um incremento de 5% em relação ao trimestre anterior e 57% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Iniciativas de desenvolvimento digital

Atuamos também com *crowdsourcing*, através da Plataforma de Inovação BB, que reúne ideias, notadamente para resolver grandes questões internas e oferecer soluções para nossos clientes. As ideias podem ser avaliadas, comentadas e apoiada pelos outros participantes, estimulando a interação e o debate.

As soluções aprovadas podem ser desenvolvidas, estruturadas, acompanhadas, testadas e simuladas em um Hub de soluções que, a partir de patrocínio das Unidades gestoras, poderá proporcionar as condições para a prototipação da ideia, que se aprovada no ambiente de homologação e viabilidade, é aplicada para atingir nosso propósito.

Neste contexto, com foco no desenvolvimento de novos negócios digitais, celebrou-se um contrato com o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR), com foco na aceleração da esteira de desenvolvimento de novos modelos de negócio. Estão previstas modelagens e aceleração de iniciativas estratégicas construídas em parceria entre as Unidades Estratégicas patrocinadoras e o Instituto de renome internacional, vinculado à UFPE e ao Porto Digital do Recife. A estrutura suportou iniciativas nos segmentos de Setor Público, Varejo PF, Negócios Digitais, Rejuvenescimento de Base e Investidores.

Ainda avançamos em um novo programa de inovação aberta com o LENTES BB (Laboratório de Experimentação e Novas Tecnologias do Banco do Brasil), que une empreendedorismo, capacitação e tecnologia, sempre com apoio de parceiros (*startups*, universidades e especialistas nos temas). Hoje, já contamos com o trabalho de dois deles nas verticais de blockchain; 5G| IoT; inteligência artificial; e campo inteligente.

BB Digital Week (BBDW)

O BBDW foi realizado em novembro, para os funcionários do BB e para o público externo que acompanha inovações e soluções digitais. Foram 64 palestras sendo 37 com participação de especialistas do BB, aproximadamente 2,3 mil participantes presencialmente e mais de 20 mil acessos na transmissão pelo YouTube. O evento contou com cinco workshops sobre Inteligência Artificial, Análise de Dados com Python para não programadores, Destreza Digital, Web 3.0. e Computação Quântica na Prática. O conhecimento disseminado no BBDW foi dividido em trilhas: Futuro Digital, Cultura Digital, Analytics, Inteligência Artificial, Cloud + DevSecOps e UX.

Prêmios e Reconhecimentos

Março

Recebemos o **Prêmio Notáveis 2022**, da CNN Brasil, na categoria “Agronegócio e Alimentos” com a iniciativa Mappiá – Soluções inteligentes para apoiar a vida do produtor rural. Trata-se de uma solução que aplica inteligência artificial na identificação de padrões de imagens de satélite para monitoramento de culturas financiadas pelo BB em soja e milho.

Fomos reconhecidos com o Prêmio Ouvidorias Brasil, conduzido pela Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente (Abrarec). Na ocasião, foram selecionados os melhores casos das organizações públicas e privadas do Brasil e do exterior.

Abril

Fomos reconhecidos pelo terceiro ano consecutivo como uma das 100 empresas mais inovadoras do mundo em um dos mais importantes eventos de TI internacionais, o **CIO 100 Awards**, realizado pela revista americana CIO, da *IDG Communications*.

Mai

Fomos reconhecidos pela revista inglesa *The Banker* com o prêmio **Deals of the Year 2022**, na categoria “Americas – Financial Institutions Group Financing”. A premiação destacou o **primeiro social bond do BB**, título de dívida externa sustentável emitido pelo Banco em janeiro. A premiação

analisa as melhores transações realizadas em cinco regiões: África, Ásia-Pacífico, Oriente Médio, Américas e Europa.

Fomos destaque na **24ª edição do Prêmio Broadcast Analistas** com reconhecimento de três analistas que atuam no BB. O prêmio é promovido pela Agência Estado desde 1998 e destaca profissionais e corretoras que desenvolvem estratégias com os melhores desempenhos reconhecidos no setor de investimentos.

Junho

O **Ranking Top 5 mensal do Banco Central** (Bacen) referente a abril, maio e junho (resultados mensais) e do segundo trimestre de 2022 (resultado acumulado) premiou as projeções do Conglomerado BB entre as melhores do mercado. O BB alcançou a terceira posição entre as instituições com maior acurácia nas projeções do IPCA de abril. Já para as projeções da Taxa Selic, referente a maio e junho, o Banco do Brasil, a BB Asset e a Previ compartilharam a primeira colocação do indicador.

Vencemos em duas categorias o **FIDInsiders**. O Iniciador de Transação de Pagamento Open Banking foi o vencedor na categoria “Solução de Pagamento para E-Commerce”, enquanto o Assistente Virtual de Renegociação de Dívidas foi reconhecido na categoria “Inovação para Renegociação de Dívidas”. O prêmio é uma parceria entre o Portal *Finsiders*, plataforma de conteúdo especializada no ecossistema de Fintechs, e o Finanças Digitais para a Sociedade (FID), evento que debate a evolução do sistema financeiro em prol da sociedade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Banco do Brasil foi reconhecido como uma das cinco instituições financeiras mais inovadoras do mundo, pela premiação **The Innovators 2022**. Por três anos consecutivos o BB vence essa premiação em diferentes categorias, inclusive como o banco mais inovador da América Latina, sendo a última delas a conquista inédita da premiação global.

Pelo segundo ano consecutivo, o Banco do Brasil foi reconhecido como a melhor instituição da América Latina na “Gestão de Portfólio Digital” para clientes do segmento Private. O prêmio foi anunciado durante o **PWM Wealth Tech Awards 2022**, evento global organizado pelo veículo especializado *Professional Wealth Management (PWM)* – referência mundial em assuntos relacionados a finanças e *private banking*, além de integrante do grupo internacional *Financial Times*.

Recebemos o prêmio **Latam Aloic 2022**. O SIM – Solução Imediata – conquistou o Ouro como “Melhor Operação Interna”. A categoria reconhece as estratégias que têm impacto em diferentes indicadores chave de gestão.

Setembro

O *ranking* Top 5 do mês de setembro, divulgado pelo Banco Central, trouxe o Banco do Brasil, a BrasilPrev e a Previ em primeiro lugar nas projeções da Taxa Selic. O resultado evidencia a assertividade dos economistas do Conglomerado BB.

O Banco do Brasil foi reconhecido como a instituição de *Private Bank* mais inovadora do Brasil na premiação internacional “Global Business Awards 2022”, organizada pela Corporate Vision.

Outubro

Somos o Banco mais lembrado pelos brasileiros há 32 anos e mantemos a hegemonia no prêmio **Top of Mind 2022**. Fomos lembrados espontaneamente por 24% dos brasileiros nesta edição da pesquisa Datafolha. No mercado, a instituição continua líder pelo critério de ativos e tem a maior rede de agências, de acordo com estatísticas compiladas pelo Banco Central.

Fomos duplamente reconhecidos no XXII **PrêmioABT**, maior premiação em relacionamento com o cliente do Brasil e que tem como propósito reconhecer as melhores práticas, transformando os cases vencedores em referência para o mercado. Trouxemos dois ouros para a casa, sendo vencedor na categoria Serviço de Atendimento ao Cliente com o case “SAC BB – Satisfação, Valor e Fidelização” e na categoria Responsabilidade Social com o case “BB em Libras – Amplo atendimento com intérpretes.

Novembro

A nossa assessoria de imprensa foi reconhecida pelo 12º ano seguido. Vencemos, na categoria Financeiro, a 12ª edição da Pesquisa “**Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas**”, realizada pela Plataforma Negócios da Comunicação e pelo Centro de Estudos da Comunicação (Cecom). Essa é a única iniciativa que reconhece a qualidade do relacionamento que as marcas mantêm com os jornalistas, o que ressalta o nível de tratamento que as companhias conferem aos profissionais das redações quanto ao acesso, à disponibilização e à facilidade de apuração de informações.

Ficamos em primeiro lugar em cinco categorias da premiação **Open Summit Awards**, considerado o maior evento do ecossistema Open Finance no Brasil. Além disso, ficamos entre os três finalistas em todas as categorias que concorremos.

Alcançamos o primeiro lugar na categoria Finanças e Fintech do **Prêmio BandNews Marcas** mais admiradas. O troféu reconhece as companhias que mais se destacaram entre os consumidores. A pesquisa foi realizada pela Atlas Intel e auditado pelo Instituto Áquila. Foram ouvidas 3113 pessoas, entre junho e julho, além de votação aberta ao público no site da Band, para definir os vencedores.

Fomos o grande destaque do Prêmio **Best Performance 2022**, recebemos o troféu Ouro na categoria “Fidelização e retenção de clientes – foco em resolutividade”, recebemos indicação dentre os 39 finalistas para apresentação do trabalho num *pitch* para os jurados e nesta premiação também conquistamos o 1º lugar.

Dezembro

Fomos reconhecidos, pela décima vez consecutiva, com a certificação **Top Employers**, premiação concedida pela fundação de pesquisa independente holandesa Top Employers Institute. Somos a única empresa brasileira certificada em todas as edições e fomos reconhecidos como empregador que desenvolve talentos em todos os níveis da organização e que se esforça para implementar e otimizar continuamente as políticas e práticas de gestão de pessoas.

Fomos listados no **ranking anual Global 500**, que reconhece as 500 marcas mais valiosas do mundo. A avaliação é da consultoria britânica Brand Finance e o resultado foi divulgado durante o Fórum Econômico de Davos, na Suíça.

Destaques do Resultado

Lucro Líquido de R\$ 29,8 bilhões em 2022

O Banco do Brasil alcançou lucro líquido de R\$ 29,8 bilhões em 2022, aumento de 51,3% em relação a 2021. O resultado foi positivamente influenciado pelos desempenhos do crédito com *mix* adequado e dos ativos da liquidez, aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários, que refletiram no aumento do resultado da intermediação financeira, reforçado pelo crescimento das receitas com prestação de serviços, ao passo que as despesas administrativas permaneceram sob controle. O resultado também foi impactado pela perda líquida esperada com empréstimos a clientes que totalizaram R\$ 17,8 bilhões ante R\$ 13,3 bilhões em 2021, crescimento de 33,8%.

Apresentamos abaixo os principais números relativos ao nosso desempenho no ano.

Tabela 1. Destaques Financeiros

Resultado (R\$ milhões)	2022	2021
Lucro Líquido	29.849	19.723
Receita líquida de juros	74.347	59.674
Receita Líquida de Tarifas e Comissões	24.645	22.669
Despesas de Pessoal e Administrativa	(33.574)	(31.060)

Patrimoniais (R\$ milhões)	Dez/22	Dez /21
Ativos	2.007.728	1.899.341
Depósitos de Clientes	753.263	671.270
Patrimônio Líquido	163.077	146.110

Empréstimos a Clientes

Os empréstimos a clientes totalizaram R\$ 832,9 bilhões, crescimento de 13,4% comparado com 2021. O desempenho foi influenciado principalmente pelo desempenho da linha de financiamentos rurais e agroindustriais (+22,4%) e pela linha de empréstimos e direitos creditórios descontados (+13,7%).

Receita Líquida de Tarifas e Comissões

A receita líquida de tarifas e comissões totalizaram R\$ 24,6 bilhões, crescimento de 8,7% em relação a 2021, influenciada principalmente pelo desempenho das linhas de prestação de serviços a clientes (+4,3%), administração de recursos de terceiros (+10,6%) e comissões de comercialização de seguros, capitalização e previdência (+14,6%).

Despesas de Pessoal e Administrativas

As despesas de pessoal e administrativas alcançaram R\$ 33,6 bilhões, crescimento de 8,1% na comparação anual, influenciada pelo desempenho da despesa de pessoal (+8,0%) e das despesas administrativas (+8,4%).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Capital

Possuímos Plano de Capital com visão prospectiva de três anos, considerando (a) a Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa, (c) o Plano Diretor e (d) o Orçamento Corporativo. A gestão do capital considera, além dos limites regulatórios, metas e limites prudenciais.

Atingimos 12,01% no Índice de Capital Principal (ICP) em dezembro de 2022, enquanto o Índice de Basileia (IB) chegou a 16,65%. O Índice de Capital Nível I alcançou 14,74%.

Remuneração aos acionistas

A Política de Remuneração aos Acionistas busca garantir a devida valorização do acionista, conjugada à perenidade e à sustentabilidade financeira de curto, médio e longo prazos do Banco, tendo como premissa a necessidade de flexibilidade e solidez financeira para a manutenção sustentável dos negócios.

Para o exercício de 2023, foi aprovado o percentual de 40% do lucro líquido, ajustado conforme disposto nas letras “a” e “b” do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, a ser distribuído via dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP), tendo como balizadores o resultado do Banco, sua condição financeira, a necessidade de caixa, o Plano de Capital e suas metas e respectivas projeções, a Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos, perspectivas dos mercados de atuação presentes e potenciais, oportunidades de investimento existentes e a manutenção e expansão da capacidade operacional.

O total destinado aos acionistas no exercício 2022 foi de R\$ 11,8 bilhões. O valor por ação destinado aos acionistas foi de R\$ 4,138.

Gestão de Pessoas

Somos um organismo vivo. E a nossa transformação digital será consolidada pela capacitação continuada e pelo protagonismo dos funcionários. Nossos times serão flexíveis para se adaptarem às dinâmicas de mercado, garantindo eficiência operacional e alta performance.

Para isso vamos incentivar uma cultura organizacional que promova o orgulho de pertencimento, o protagonismo, a capacidade inovadora e o justo reconhecimento pelos resultados alcançados.

Por meio do Movimento Evolution avançamos no movimento de transformação para uma cultura de inovação. Oferecemos incentivos para graduação, pós-graduação lato sensu, mestrado e doutorado voltados para tecnologia e inovação além de bolsas de idiomas e outros treinamentos. Ampliamos as opções em educação corporativa com parceiros, com destaque para a Alura, o Massachusetts Institute of Technology (MIT), o Gartner, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto de Ensino Insper (Brasil), além da nossa renomada Universidade Corporativa, a Unibb.

Com o intuito de renovar continuamente as oportunidades de atração e retenção de talentos, retomamos as seleções externas no fim de 2021, com um concurso público que teve mais de 1,6 milhão de inscritos, e resultou na convocação de mais de 4.400 candidatos a partir de janeiro de 2022.

Em continuidade a esse movimento, divulgamos o edital de abertura da Seleção Externa BB 2022/1, em 23/12/22, no Diário Oficial da União. A seleção busca prover duas mil vagas de agente comercial, mais mil em cadastro de reserva, para atuação nas agências e plataformas operacionais. Outras duas mil vagas foram abertas para agente de tecnologia, além de um mil para cadastro de reserva com foco em conhecimentos de TI.

Avançamos em ações de desenvolvimento de talentos e formação de sucessores. No nível técnico, concluímos a primeira etapa do Programa Gestão de Talentos. Mais de 3.200 assessores de unidade estratégica foram avaliados em termos de potencial em comitês conduzidos por consultoria especializada. Adicionalmente, foi lançado novo Processo Seletivo Interno para talentos em Tecnologia – ProiTEC. As oportunidades de estudo do Movimento Evolution, as trilhas de capacitação em TI e os incentivos para certificações de TI contribuíram para o preparo dos candidatos desta nova edição.

Já para os altos executivos, considerando o processo sucessório, foi oferecida uma jornada de imersão em ecossistemas internacionais de inovação para 150 executivos. Foram realizados também entrevistas e comitês de calibração, para atualização da matriz de risco sucessório, com foco na aceleração do desenvolvimento de potenciais sucessores e dirigentes de nosso conglomerado. Possuímos programa estruturado de sucessão, com empresa especializada, que realiza o *assessment* para todo o público-alvo do Programa Dirigentes.

Para formar os nossos funcionários, contamos com nossa Universidade Corporativa (UniBB). Foram realizadas mais de 9,8 milhões de horas de treinamento em 2022, resultando na média de 114,4 horas por funcionário. Além disso, foram implementados avanços em relação às tecnologias educacionais no ambiente do Metaverso, o qual oportunizou a todos os funcionários vivenciar uma experiência imersiva e diferenciada, visando impulsionar processos de aprendizagem, com foco no desenvolvimento de habilidades e atitudes.

Já em relação aos cursos voltados para tecnologia, ciência de dados, inteligência artificial entre outros assuntos correlatos, mais de 85 mil funcionários foram treinados por meio da

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Alura, enquanto 40 executivos participaram do Guided Hackaton *Bootcamp* do MIT. Consideramos essa formação fundamental para a transformação cultural para uma cultura *data driven*.

Além da capacitação e treinamento, investimento constantemente na cultura de Compliance e segurança. Em dezembro de 2022 ocorreu a 3ª temporada CEI (*Compliance, Ética e Integridade*). Foram seis dias dedicados à disseminação de conhecimentos por meio de matérias internas e *lives*. O propósito desta edição foi demonstrar que temas atuais e

emergentes como metaverso, inteligência artificial, *startups* e inovação também fazem parte do mundo do *compliance*, podendo gerar oportunidades de negócio e gestão, porém com implicações éticas e novos riscos a serem mitigados.

No tema Saúde, qualidade de vida e bem-estar, destacamos o Desafio Mexa-se com o BB - Volta ao Mundo. Esta ação associou a atividade física à ação social e mobilizou mais de 2,6 mil funcionários que percorreram, juntos, aproximadamente 100 mil quilômetros. Foram 42 dias seguidos de exercícios, incentivo, parceria e até competição.

Tabela 2. Perfil de Funcionários

	Dez/22	Dez/21
Funcionários	85.953	84.597
Feminino	36.002	35.927
Masculino	49.951	48.670
Escolaridade		
Ensino Médio	10.065	9.136
Graduação	26.261	26.946
Especialização, Mestrado e Doutorado	49.546	48.431
Demais	81	84
Distribuição Geográfica		
Norte	3.897	3.678
Nordeste	14.025	13.919
Centro-Oeste	16.719	16.090
Sudeste	36.100	35.894
Sul	15.193	14.997
Exterior	19	19
Rotatividade de Funcionários (%)	2,65	8,67

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Tabela 3. Remuneração e Benefícios

R\$ milhões	2022	2021
Folha de pagamento ¹	20.407	19.997
Previdência Complementar	904	881
Participação nos Lucros	3.969	2.538
Treinamento	69	55
Honorários de diretores e conselheiros	55	54

(1) Despesas com proventos, benefícios e encargos sociais, conforme Nota Explicativa Despesas com Pessoal.

Gestão de Riscos e Controles Internos

Gestão de Riscos

Em 2022, realizamos o aprimoramento do processo de identificação de riscos corporativos que agrega informações tanto da alta administração como das áreas tomadoras de risco e a visão de riscos emergentes. Nesse sentido, a avaliação da relevância dos riscos, hoje aprimoramentos direcionados à Taxonomia e Mapa de Riscos. O Modelo adotado de Identificação e Definição da Relevância dos Riscos resultam em matriz de relevância, ajustada de forma a ponderar os resultados dos critérios quantitativos e qualitativos.

A revisão do Modelo incorporou melhorias nos critérios, considerando o nível de exposição segundo os fatores que podem causar os riscos, os impactos diretos em função do Capital Principal e impactos indiretos, tais como na estratégia e reputação. Os critérios são aplicados para todos os riscos avaliados, inclusive os emergentes.

As principais inovações na gestão de riscos relacionam-se aos aprimoramentos nos modelos de análise de risco de clientes; a atualização do modelo interno e revisão dos choques de normalidade e estresse para o IRRBB; a revisão do fluxo de criação de Produtos, abrangendo orientações para melhor identificação e classificação dos Riscos – Social, Ambiental e Climático; a criação de indicadores pelo gestor específico para os riscos de TI e de terceiros; o desenvolvimento de interface para apresentação da vinculação dos eventos de perdas das categorias gerenciais aos eventos de perdas das categorias regulatórias, no âmbito de gestão do risco operacional.

Na perspectiva do risco de crédito, com a instituição de um projeto estratégico, em 2022 foram iniciadas ações para atendimento aos requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. Além disso, houve aprimoramentos nos modelos de Exposição Potencial Futura e de Capital Econômico para Riscos de Concentração de Crédito. Cabe destacar, ainda, que foi realizado revisão dos modelos de risco de clientes PF, MPME e Agro, com aplicações de técnicas de *machine learning*, proporcionando mais efetividade e inovação nas soluções analíticas para concessão do crédito. Todo o processo foi construído no novo ambiente analítico do BB, dando passos importantes para a transformação digital, e a cultura *data driven* do Banco, além de permitir uma maior agilidade na gestão e implementação dos modelos de risco.

A gestão dos Riscos Social, Ambiental e Climático (RSAC) é pauta permanente nos processos de negócios e riscos, visto sua importância na sustentabilidade do Conglomerado Banco do Brasil. Em consonância com a evolução da pauta de RSAC, decorrente da publicação de novos normativos pelo Banco Central Brasileiro (Agenda BC# Sustentabilidade), revisamos e implementamos ações relevantes, em alinhamento às novas demandas. Em atendimento às Resoluções CMN nº 4.943 e nº 4.945/2021, que tratam, respectivamente, do aprimoramento das regras de gerenciamento do RSAC e da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), avaliamos nossa estrutura e definimos plano de ação, no período de 2021-2023, com foco na revisão e adequação da Política e Gestão do RSAC, à luz dos novos normativos e para atendimento ao previsto no Relatório da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD).

Nesse contexto, desenvolvemos nova metodologia de avaliação para o Risco Social, Ambiental e Climático, incrementando o rol de informações – tanto de fontes externas quanto internas – integrando ferramentas já consolidadas – tal como a Régua de Sensibilidade Climática e a Classificação de Setores Econômicos. Em complemento, desenvolvemos cenários abrangentes, relacionados às mudanças climáticas e aplicados na visão de macros setores econômicos, com base em cenários elaborados pelo IPCC, para o risco climático físico, e pelo NGFS, para o risco climático de transição. Por fim, os processos relacionados ao RSAC estão em constante aprimoramento, com base nas melhores práticas e evoluções do mercado.

Durante o ano de 2022, o Banco desenvolveu conjunto de ações para sua adequação à Fase I da implementação local do *Fundamental Review of the Trading Book* (FRTB). Dentre as ações, cabe destacar a revisão da Política Específica de Classificação e Reclassificação de Operações nas Carteiras de Negociação e Bancária, a revisão do framework de gestão do risco de mercado, revisão do processo de reclassificação de operações entre as Carteiras de Negociação e Bancária, instituição de processo para avaliação periódica da relevância da atividade intradiária e instituição de processo para mensuração e reporte do risco de base no risco de mercado.

A gestão de risco de liquidez continuou promovendo melhorias dos seus processos conforme o avanço da

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

estratégia de implantação da tecnologia de *big data* e *analytics* ao longo de 2022. Foram realizados aprimoramentos na automação da apuração dos indicadores regulatórios, além de aperfeiçoamento da governança relativa a modelos, manuais e planos de contingências.

Em relação à gestão dos riscos não financeiros, foram aprimorados instrumentos e processos internos, bem como desenvolvidas e implementadas diversas ações para mitigar o risco operacional, aperfeiçoando a atuação preventiva, refletindo assim na geração de resultados efetivos para gestão das perdas operacionais. Dentre essas ações, destacam-se a revisão do framework de gestão dos riscos Legal, de Conduta e de Conformidade, em linha com a definição do Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD) e a criação de novos indicadores-chave de risco (ICR) para a gestão dos riscos Legal e de Modelo, e a definição de ICR para projeção de perdas e perda por produto.

Houve a revisão da denominação do risco de fornecedor para risco de terceiros, de forma a manter o alinhamento com o Comitê de Basileia (BCBS) e aos pares internacionais. O risco passa a ter escopo mais abrangente abarcando, por exemplo,

correspondentes bancários e parcerias, com o objetivo de evitar a perda operacional decorrente do relacionamento do Banco com terceiros.

Foram concluídas ações de aprimoramento para o risco cibernético, como o investimento significativo em soluções de segurança cibernética e aprovação de indicadores para controle e monitoramento do risco. Para os riscos de TI e de terceiros, foram incluídos indicadores na RAS.

Ademais, no âmbito do risco de contágio, cabe registrar a criação do modelo de mensuração quantitativa, a ser implementado em 2023, que permitirá calcular a exposição representada pelas participações societárias para o conglomerado BB.

Demais informações sobre a gestão de riscos do BB podem ser consultadas no Relatório de Gestão de Riscos (Pilar III), no Formulário de Referência e na Política de gestão de riscos e de capital disponíveis no site Relações com Investidores (bb.com.br/ri).

Controles Internos

Possuímos um Sistema de Controles Internos (SCI) robusto, alicerçado em Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD) alinhado às melhores práticas de mercado, que contribui para assegurar a atuação de todas as áreas do Banco no aprimoramento dos controles e mitigação de riscos.

Desenvolvemos indicadores em Controles Internos e *Compliance*, buscando clareza, abrangência e assertividade no monitoramento da eficácia do SCI. Utilizamos ferramentas automatizadas para identificação e atendimento tempestivo de Regulamentações externas que impactam o Banco.

Mantemos e avaliamos, periodicamente, a maturidade do Programa de *Compliance*, aprovado pelo Conselho de Administração, alinhado à Estratégia Corporativa e composto por orientadores, integrados e complementares, que pautam as atividades operacionais e as práticas de negócios do Banco, contemplando também aspectos, medidas e controles específicos para a prevenção e combate à corrupção.

No contexto da centralidade no cliente, endereçamos ações que promovem na Organização uma atuação coordenada na gestão da Política de Relacionamento com Clientes e Usuários, no sentido do aprimoramento contínuo de processos,

produtos, serviços e canais para assegurar a melhoria na jornada do cliente.

Realizamos validação independente de modelos analíticos e de negócios utilizados na gestão, por meio de processos automatizados, com ganhos de eficiência operacional e na mitigação de riscos. Utilizamos canal “Simplifique” para obtenção e encaminhamento de sugestões de aprimoramento, simplificação e otimização de processos. Atuamos na coordenação de ações envolvendo os principais gestores responsáveis por perdas operacionais, de forma a propiciar a implementação de medidas para mitigação dos riscos e redução das perdas.

Sob a ótica de Sustentabilidade (ASG), avaliamos os riscos e controles relacionados às atividades operacionais e negociais e os procedimentos de reporte das ações às Partes Interessadas.

Para mais informações sobre o Sistema de Controles Internos, Programas e Políticas, consulte o Formulário de Referência e o Programa de *Compliance*, disponíveis no site de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri).

Informações Legais

Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

Conforme critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa – Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006), 95% de nossos clientes pessoa jurídica do segmento varejo são classificados como micro e pequenas empresas. O volume de recursos utilizado por essas empresas atingiu R\$ 50,8 bilhões em dezembro/2022. O saldo das operações de capital de giro contratadas pelas microempresas totalizou R\$ 3,35 bilhões e das

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

pequenas empresas R\$ 41,2 bilhões. As operações de investimento destinadas às microempresas atingiram R\$ 416,7 milhões e para as pequenas empresas R\$ 5,6 bilhões.

Auditoria Independente – Instrução CVM nº 381 (Revogada pela Resolução CVM nº 162, com vigor a partir de 02/01/2023)

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a fim de evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes, adotamos procedimentos fundamentados nas legislações e normas aplicáveis e nos melhores princípios internacionalmente aceitos relacionados ao tema. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais em seu cliente e (iii) o auditor não deve promover interesses do cliente. Ademais, no Banco do Brasil, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

Tabela 4. Contratos de Não-Auditoria com o Auditor Independente

Empresa Contratante	Data de Contratação	Duração¹	Descrição dos Serviços
Banco Patagonia S.A.	01/01/2022	1 mês	Revisão do Relatório Integrado
Banco Patagonia S.A.	01/09/2022	8 meses	Consultoria Tributária

(1) Duração estimada em meses com base na data esperada de encerramento dos contratos.

Contratamos a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. para prestação de serviços não relacionados à auditoria externa em patamar inferior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Para esta avaliação, foram considerados todos os contratos vigentes entre janeiro/2022 e dezembro/2022.

Justificativa dos Auditores Independentes

Em cumprimento à Instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. não prestou serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio da aderência de seus profissionais aos pertinentes padrões éticos e de independência, que cumpram ou excedam os padrões promulgados por International Federation of Accountants (IFAC), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (Bacen), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e pelas demais agências reguladoras. Estas políticas e procedimentos que abrangem áreas como a independência pessoal, as relações pós-emprego, rotação de profissionais, bem como a aprovação de serviços de auditoria e outros serviços, estão sujeitos a monitoramento constante.

Esclarecimentos Adicionais

Os investimentos fixos somaram o valor de R\$ 1,9 bilhão, destacando o investimento em pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R\$ 1.192 milhões), sistemas de segurança e informação (R\$ 52,7 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 658,8 milhões).

Publicamos anualmente, em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível em nosso sítio (ri.bb.com.br), os investimentos realizados em decorrência do exercício de políticas públicas.

Sugerimos a leitura do documento Análise do Desempenho, que apresenta outras informações sobre o resultado e performance do BB no decorrer do período.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Atuação na Pandemia – Atuamos de forma a prover suporte aos clientes, com seriedade, rapidez e segurança, ao mesmo tempo em que fortalecemos o nosso compromisso com a sociedade, por meio de ações que visam a apoiar o país a superar este momento de dificuldades. Reforçamos o compromisso de manutenção dos cuidados necessários com a saúde dos nossos funcionários e mantivemos os esforços voltados para o atendimento dos clientes e da população em geral.

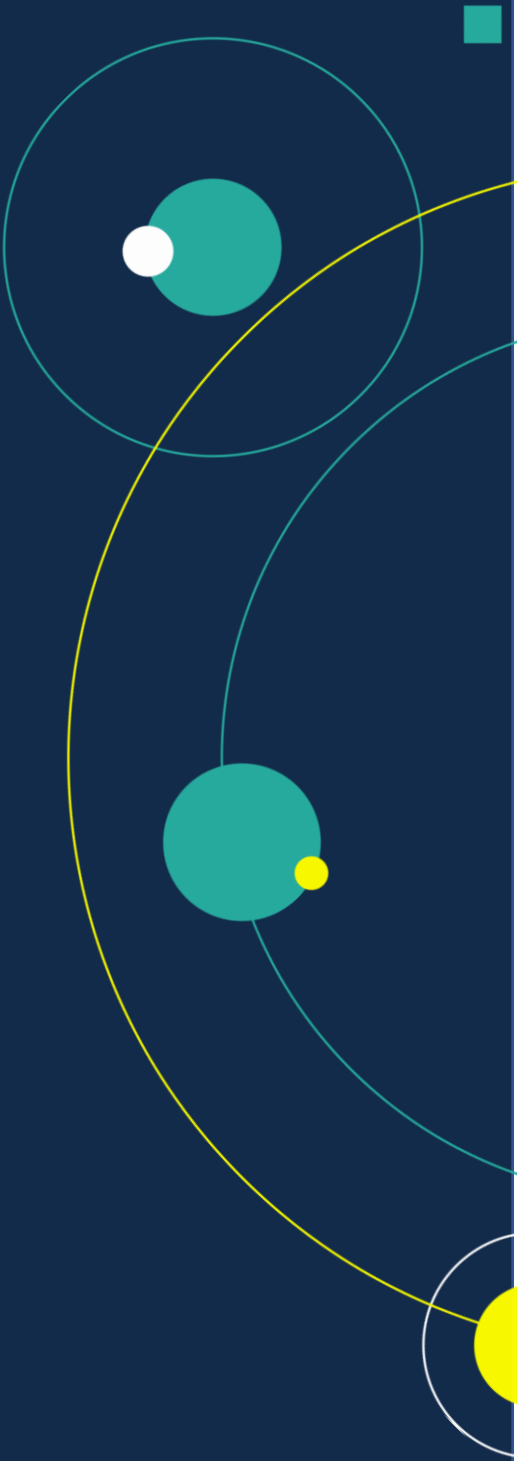
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Avaliamos e monitoramos os potenciais impactos da pandemia – Covid-19 na carteira de crédito, considerando as peculiaridades dos diversos segmentos e linhas e temos adotado medidas proativas para a gestão do risco e do capital. Trabalhamos para preservar a continuidade das nossas operações e a sustentabilidade de longo prazo de nossa empresa e do relacionamento com nossos clientes.

Relatório relativo às demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB).

Para mais informações, disponibilizamos no sítio de Relações com Investidores (ri.bb.com.br) o Formulário de Referência, o relatório de Análise do Desempenho e a Apresentação Institucional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Notas Explicativas



Demonstrações Contábeis

Exercício de 2022



Índice	1
Demonstrações Contábeis.....	2
BALANÇO PATRIMONIAL	2
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	9
Notas Explicativas	10
1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES	10
2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	11
3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	19
4 - PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS	27
5 - AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	30
6 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	31
7 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	36
8 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	36
9 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	37
10 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	38
11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	45
12 - CARTEIRA DE CRÉDITO	53
13 - OUTROS ATIVOS	62
14 - INVESTIMENTOS	64
15 - IMOBILIZADO DE USO	69
16 - INTANGÍVEL	70
17 - RECURSOS DE CLIENTES	72
18 - RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	75
19 - RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	78
20 - OUTROS PASSIVOS.....	81
21 - PROVISÕES	82
22 - TRIBUTOS	87
23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	90
24 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	97
25 - DESPESAS DE PESSOAL	97
26 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	97
27 - OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS	98
28 - PARTES RELACIONADAS	99
29 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	105
30 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	115
31 - RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE.....	127
32 - OUTRAS INFORMAÇÕES.....	128
33 - EVENTOS SUBSEQUENTES.....	132
Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras	133
Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	134
Membros da Administração	135



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Disponibilidades	7	12.808.085	15.285.225	18.310.546	18.023.001
Ativos Financeiros		1.949.759.015	1.882.350.755	1.925.433.427	1.837.970.158
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	8	95.119.085	75.504.036	95.119.085	75.504.036
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9	478.461.195	599.811.932	415.873.438	524.066.172
Títulos e valores mobiliários	10	403.227.004	330.952.227	428.447.097	348.046.231
Instrumentos financeiros derivativos	11	1.622.016	2.100.853	1.638.069	2.135.035
Carteira de crédito	12	877.064.044	770.469.717	891.283.323	784.795.568
Outros ativos financeiros	13	94.265.671	103.511.990	93.072.415	103.423.116
(Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito)		(53.602.150)	(47.406.891)	(54.048.463)	(47.912.546)
(Carteira de crédito)	12	(50.513.636)	(44.470.150)	(50.697.155)	(44.665.729)
(Outros ativos financeiros)	13	(3.088.514)	(2.936.741)	(3.351.308)	(3.246.817)
Ativos Fiscais		64.763.208	63.678.242	66.817.520	65.427.722
Correntes		11.030.120	8.329.577	11.523.496	8.807.717
Diferidos (créditos tributários)	22	53.733.088	55.348.665	55.294.024	56.620.005
Investimentos		35.750.416	34.366.666	18.353.643	17.521.269
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	35.783.073	34.216.278	18.359.395	17.276.096
Outros investimentos		2.137	216.898	2.809	322.966
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(34.794)	(66.510)	(8.561)	(77.793)
Imobilizado de Uso	15	8.534.699	8.262.594	8.825.918	8.541.236
Imobilizações de uso		21.157.959	20.016.624	21.689.521	20.532.856
(Depreciação acumulada)		(12.616.767)	(11.752.276)	(12.854.672)	(11.989.831)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(6.493)	(1.754)	(8.931)	(1.789)
Intangível	16	10.976.590	6.990.611	11.090.645	7.031.258
Ativos intangíveis		17.127.888	16.404.185	17.711.288	16.520.929
(Amortização acumulada)		(5.645.614)	(7.432.718)	(6.085.068)	(7.508.815)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(505.684)	(1.980.856)	(535.575)	(1.980.856)
Outros Ativos	13	33.684.686	25.118.372	34.174.900	25.930.881
TOTAL DO ATIVO		2.062.674.549	1.988.645.574	2.028.958.136	1.932.532.979

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Banco do Brasil S.A. – Demonstrações Contábeis Exercício/2022

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Passivos Financeiros		1.836.793.158	1.775.659.479	1.782.027.044	1.700.540.600
Recursos de clientes	17	722.515.822	647.616.550	753.263.047	671.269.541
Recursos de instituições financeiras	18	736.890.036	809.149.735	652.922.721	713.736.801
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19	228.431.519	201.772.537	229.745.964	200.158.495
Instrumentos financeiros derivativos	11	3.512.533	4.108.597	3.045.463	2.603.927
Outros passivos financeiros	20	145.443.248	113.012.060	143.049.849	112.771.836
Provisões	21	24.868.631	36.029.723	25.717.886	36.810.311
Cíveis, fiscais e trabalhistas		18.131.863	29.628.159	18.372.705	29.835.993
Outras provisões		6.736.768	6.401.564	7.345.181	6.974.318
Passivos Fiscais		17.012.929	16.218.773	20.972.583	19.238.848
Correntes		3.613.093	7.785.387	7.422.707	10.661.686
Diferidos	22	13.399.836	8.433.386	13.549.876	8.577.162
Outros Passivos	20	30.452.907	26.511.701	36.652.409	31.086.034
Patrimônio Líquido	23	153.546.924	134.225.898	163.588.214	144.857.186
Capital	23.b	90.000.023	90.000.023	90.000.023	90.000.023
Instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	--	7.100.000	8.100.000
Reservas de capital	23.d	1.402.523	1.399.561	1.404.253	1.401.177
Reservas de lucros	23.d	70.510.416	51.511.170	70.142.173	51.180.290
Outros resultados abrangentes	23.h	(8.095.198)	(8.409.559)	(8.095.198)	(8.409.559)
(Ações em tesouraria)	23.l	(270.840)	(275.297)	(272.570)	(276.913)
Participação dos não controladores	23.i	--	--	3.309.533	2.862.168
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.062.674.549	1.988.645.574	2.028.958.136	1.932.532.979

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Banco do Brasil S.A. – Demonstrações Contábeis Exercício/2022

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
		2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Receitas da Intermediação Financeira		128.151.907	229.637.958	130.254.642	131.931.663	241.270.905	133.055.578
Resultado da carteira de crédito	12.b	62.372.609	113.495.227	84.166.739	62.801.981	121.010.459	86.959.784
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	9.b	36.240.027	67.413.001	28.569.495	34.655.001	63.996.985	25.408.243
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	10.b	25.082.415	41.918.846	14.217.298	29.603.085	48.904.327	17.172.917
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	11.b	501.184	(883.493)	1.257.206	788.002	(582.711)	1.402.787
Resultado das aplicações compulsórias	8.b	3.742.573	6.343.128	1.966.213	3.742.573	6.343.128	1.966.213
Resultado de outros ativos financeiros	13.e	213.099	1.351.249	77.691	341.021	1.598.717	145.634
Despesas da Intermediação Financeira		(88.192.335)	(155.955.733)	(70.792.351)	(86.951.756)	(159.851.103)	(68.152.404)
Recursos de instituições financeiras	18.d	(50.755.729)	(88.552.824)	(42.791.095)	(45.681.799)	(86.705.228)	(37.102.540)
Recursos de clientes	17.c	(26.939.673)	(48.456.304)	(18.077.607)	(30.714.722)	(54.176.471)	(21.116.070)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19.e	(9.900.146)	(17.765.070)	(7.845.532)	(10.077.907)	(18.039.809)	(8.066.459)
Outras despesas de captação	20.c	(596.787)	(1.181.535)	(2.078.117)	(477.328)	(929.595)	(1.867.335)
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		(14.536.405)	(23.628.024)	(18.385.379)	(14.623.943)	(23.750.653)	(18.535.029)
Carteira de crédito	12.f	(14.415.395)	(23.479.272)	(17.808.268)	(14.479.421)	(23.546.750)	(17.883.937)
Outros ativos financeiros	13.c	(121.010)	(148.752)	(577.111)	(144.522)	(203.903)	(651.092)
Resultado da Intermediação Financeira		25.423.167	50.054.201	41.076.912	30.355.964	57.669.149	46.368.145
Outras Receitas/Despesas Operacionais		407.080	(2.516.862)	(9.950.241)	(373.353)	(3.233.277)	(10.187.164)
Receitas de prestação de serviços	24	10.612.335	20.536.829	18.986.389	16.961.442	32.333.173	29.343.335
Despesas de pessoal	25	(10.053.589)	(19.718.806)	(19.416.802)	(11.036.448)	(21.570.030)	(21.004.981)
Outras despesas administrativas	26	(6.855.535)	(13.157.885)	(12.646.642)	(6.854.395)	(13.195.597)	(12.842.130)
Despesas tributárias	22.c	(2.532.361)	(4.881.228)	(3.969.483)	(3.781.093)	(7.062.814)	(5.691.374)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14.a	7.372.268	12.895.398	9.422.952	3.094.319	5.571.048	3.245.505
Outras receitas/despesas	27	1.863.962	1.808.830	(2.326.655)	1.242.822	690.943	(3.237.519)
Provisões	21.e	(4.000.483)	(8.083.267)	(8.047.956)	(4.061.424)	(8.160.628)	(8.133.990)
Cíveis, fiscais e trabalhistas		(4.027.193)	(8.002.563)	(7.982.610)	(4.087.946)	(8.079.724)	(8.070.699)
Outras		26.710	(80.704)	(65.346)	26.522	(80.904)	(63.291)
Resultado Operacional		21.829.764	39.454.072	23.078.715	25.921.187	46.275.244	28.046.991
Resultado Não Operacional		(48.640)	128.370	(88.553)	65.371	719.202	246.057
Resultado Antes dos Tributos e Participações		21.781.124	39.582.442	22.990.162	25.986.558	46.994.446	28.293.048
Imposto de Renda e Contribuição Social	22.a	(3.010.164)	(4.829.905)	(892.335)	(5.573.857)	(9.382.630)	(4.441.300)
Participação de Empregados e Administradores no Lucro		(2.132.589)	(3.955.667)	(2.523.408)	(2.140.497)	(3.968.528)	(2.535.833)
Participação dos Não Controladores	23.i	--	--	--	(1.545.667)	(2.631.801)	(1.605.513)
Lucro Líquido		16.638.371	30.796.870	19.574.419	16.726.537	31.011.487	19.710.402
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas							
Controladores		16.638.371	30.796.870	19.574.419	16.726.537	31.011.487	19.710.402
Não controladores		--	--	--	1.545.667	2.631.801	1.605.513
Lucro por Ação	23.e						
Número médio ponderado de ações - básico		2.853.992.740	2.853.771.411	2.853.577.258			
Número médio ponderado de ações - diluído		2.853.586.645	2.853.548.964	2.853.359.901			
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		5,83	10,79	6,86			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores	16.638.371	30.796.870	19.574.419	16.726.537	31.011.487	19.710.402
Participação dos acionistas não controladores	--	--	--	1.545.667	2.631.801	1.605.513
Lucro líquido atribuível aos acionistas	16.638.371	30.796.870	19.574.419	18.272.204	33.643.288	21.315.915
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado						
Ativos financeiros disponíveis para venda	637.192	(548.561)	(3.166.537)	616.122	(617.090)	(3.341.460)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	871.790	168.548	(6.435.277)	789.400	60.910	(6.687.274)
(Ganhos)/perdas realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda – reclassificados para o resultado	391.617	740.850	1.622.708	459.004	820.483	1.581.585
Efeito tributário	(626.215)	(1.457.959)	1.646.032	(632.282)	(1.498.483)	1.764.229
Participação no resultado abrangente de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	(57.695)	(195.918)	47.703	(22.917)	(123.553)	164.985
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(123.010)	(145.831)	(316.409)	(85.161)	(103.356)	(127.432)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	(55.840)	(246.260)	426.042	(55.840)	(246.260)	426.042
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	58.991	58.989	(4.411)	58.991	58.989	(4.411)
Efeito tributário	62.164	137.184	(57.519)	59.093	167.074	(129.214)
Hedge de investimento líquido no exterior	(3.624)	9.322	--	(3.624)	9.322	--
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge investimento líquido no exterior	(6.910)	17.776	--	(6.910)	17.776	--
Efeito tributário	3.286	(8.454)	--	3.286	(8.454)	--
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(1.123.473)	(1.803.477)	(505.423)	(1.385.896)	(2.227.180)	(568.492)
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado						
Planos de benefício definido	(1.088.081)	2.852.995	9.066.087	(1.088.081)	2.852.995	9.066.087
Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	(2.046.438)	5.405.209	16.936.729	(2.046.438)	5.405.209	16.936.729
Efeito tributário	958.357	(2.552.214)	(7.870.642)	958.357	(2.552.214)	(7.870.642)
Outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	(1.635.681)	314.361	5.441.830	(1.884.396)	(105.506)	5.321.120
Resultado abrangente do período	15.002.690	31.111.231	25.016.249	16.387.808	33.537.782	26.637.035
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	15.002.690	31.111.231	25.016.249	15.090.856	31.325.848	25.152.232
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	--	--	--	1.296.952	2.211.934	1.484.803

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

BB Banco Múltiplo	Nota	Capital	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
					Reserva Legal	Reservas Estatutárias				
Saldos em 31.12.2020		90.000.023	1.397.697	2.040	9.259.072	30.194.966	(13.851.389)	(279.187)	--	116.723.222
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	(3.352.216)	--	--	(3.352.216)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	9.066.087	--	--	9.066.087
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(505.423)	--	--	(505.423)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	237.949	--	--	237.949
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	(4.567)	--	--	(4.567)
Transações com pagamento baseado em ações		--	1.864	--	--	--	--	3.881	--	5.745
Incorporação de coligadas e controladas - cancelamento de ações em tesouraria		--	--	--	--	(9)	--	9	--	--
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	7.158	7.158
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas		--	--	(2.040)	--	--	--	--	2.040	--
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	19.574.419	19.574.419
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	--	978.721	16.467.848	--	--	(17.446.569)	--
- Dividendos	23.f	--	--	--	--	(212.107)	--	--	(1.015.304)	(1.227.411)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	(5.177.321)	--	--	(1.121.744)	(6.299.065)
Saldos em 31.12.2021		90.000.023	1.399.561	--	10.237.793	41.273.377	(8.409.559)	(275.297)	--	134.225.898
Mutações do período		--	1.864	(2.040)	978.721	11.078.411	5.441.830	3.890	--	17.502.676
Saldos em 30.06.2022		90.000.023	1.402.523	--	10.945.718	49.294.308	(6.459.517)	(270.840)	--	144.912.215
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	552.957	--	--	552.957
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	(1.088.081)	--	--	(1.088.081)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(1.123.473)	--	--	(1.123.473)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	(30.713)	--	--	(30.713)
Hedge de investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(3.624)	--	--	(3.624)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	956	--	--	956
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	56.297	--	--	56.297
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	3.985	3.985
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	16.638.371	16.638.371
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	--	831.918	14.273.741	--	--	(15.105.659)	--
- Dividendos	23.f	--	--	--	--	(485.698)	--	--	(671.995)	(1.157.693)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	(4.349.571)	--	--	(864.702)	(5.214.273)
Saldos em 31.12.2022		90.000.023	1.402.523	--	11.777.636	58.732.780	(8.095.198)	(270.840)	--	153.546.924
Mutações do período		--	--	--	831.918	9.438.472	(1.635.681)	--	--	8.634.709
Saldos em 31.12.2021		90.000.023	1.399.561	--	10.237.793	41.273.377	(8.409.559)	(275.297)	--	134.225.898
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	(666.427)	--	--	(666.427)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	2.852.995	--	--	2.852.995
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(1.803.477)	--	--	(1.803.477)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	(135.303)	--	--	(135.303)
Hedge de investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	9.322	--	--	9.322
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	954	--	--	954
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	56.297	--	--	56.297
Transações com pagamento baseado em ações		--	2.962	--	--	--	--	4.457	--	7.419
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	9.964	9.964
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	30.796.870	30.796.870
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	--	1.539.843	26.385.851	--	--	(27.925.694)	--
- Dividendos	23.f	--	--	--	--	(928.994)	--	--	(1.243.252)	(2.172.246)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	(7.997.454)	--	--	(1.637.888)	(9.635.342)
Saldos em 31.12.2022		90.000.023	1.402.523	--	11.777.636	58.732.780	(8.095.198)	(270.840)	--	153.546.924
Mutações do período		--	2.962	--	1.539.843	17.459.403	314.361	4.457	--	19.321.026

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BB Consolidado	Nota	Capital	Instrumento Elegível ao Capital Principal	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Participação dos não Controladores	Total
						Reserva Legal	Reservas Estatutárias					
Saldos em 31.12.2020		90.000.023	8.100.000	1.399.152	2.040	9.259.072	29.939.396	(13.851.389)	(280.642)	--	2.403.457	126.971.109
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	--	(3.352.216)	--	--	(57.641)	(3.409.857)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	--	9.066.087	--	--	--	9.066.087
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	--	(505.423)	--	--	(63.069)	(568.492)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	--	237.949	--	--	--	237.949
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	--	(4.567)	--	--	--	(4.567)
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	--	2.025	--	--	--	--	3.720	--	400	6.145
Incorporação de coligadas e controladas - cancelamento de ações em tesouraria	--	--	--	--	--	--	(9)	--	9	--	--	--
Dividendos/JCP prescritos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	7.158	15	7.173
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	--	--	--	--	(2.040)	--	--	--	--	2.040	--	--
Variação de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	97	97
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	19.710.402	1.605.513	21.315.915
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(211.293)	--	(211.293)
Resultado não realizado	--	--	--	--	--	--	(75.310)	--	--	75.310	--	--
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	--	--	978.721	16.467.848	--	--	(17.446.569)	--	--
- Dividendos	23.f	--	--	--	--	--	(212.107)	--	--	(1.015.304)	(1.026.604)	(2.254.015)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	--	(5.177.321)	--	--	(1.121.744)	--	(6.299.065)
Saldos em 31.12.2021		90.000.023	8.100.000	1.401.177	--	10.237.793	40.942.497	(8.409.559)	(276.913)	--	2.862.168	144.857.186
Mutações do período		--	--	2.025	(2.040)	978.721	11.003.101	5.441.830	3.729	--	458.711	17.886.077
Saldos em 30.06.2022		90.000.023	8.100.000	1.404.253	--	10.945.718	48.957.378	(6.459.517)	(272.570)	--	3.317.866	155.993.151
Devolução parcial do instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	(1.000.000)	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.000.000)
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	--	552.957	--	--	13.708	566.665
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	--	(1.088.081)	--	--	--	(1.088.081)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	--	(1.123.473)	--	--	(262.423)	(1.385.896)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	--	(30.713)	--	--	--	(30.713)
Hedge de investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	--	(3.624)	--	--	--	(3.624)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	--	956	--	--	--	956
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	--	56.297	--	--	--	56.297
Dividendos/JCP prescritos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	3.985	8	3.993
Variação de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(69.401)	(69.401)
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	16.726.537	1.545.667	18.272.204
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(119.479)	--	(119.479)
Resultado não realizado	--	--	--	--	--	--	(31.313)	--	--	31.313	--	--
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	--	--	831.918	14.273.741	--	--	(15.105.659)	--	--
- Dividendos	23.f	--	--	--	--	--	(485.698)	--	--	(671.995)	(1.235.892)	(2.393.585)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	--	(4.349.571)	--	--	(864.702)	--	(5.214.273)
Saldos em 31.12.2022		90.000.023	7.100.000	1.404.253	--	11.777.636	58.364.537	(8.095.198)	(272.570)	--	3.309.533	163.588.214
Mutações do período		--	(1.000.000)	--	--	831.918	9.407.159	(1.635.681)	--	--	(8.333)	7.595.063
Saldos em 31.12.2021		90.000.023	8.100.000	1.401.177	--	10.237.793	40.942.497	(8.409.559)	(276.913)	--	2.862.168	144.857.186
Devolução parcial do instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	(1.000.000)	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.000.000)
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	--	(666.427)	--	--	3.836	(662.591)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	--	2.852.995	--	--	--	2.852.995
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	--	(1.803.477)	--	--	(423.703)	(2.227.180)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	--	(135.303)	--	--	--	(135.303)
Hedge de investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	--	9.322	--	--	--	9.322
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	--	954	--	--	--	954
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	--	56.297	--	--	--	56.297
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	--	3.076	--	--	--	--	4.343	--	350	7.769
Dividendos/JCP prescritos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	9.964	27	9.991
Variação de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	166.884	166.884
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	31.011.487	2.631.801	33.643.288
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(251.980)	--	(251.980)
Resultado não realizado	--	--	--	--	--	--	(37.363)	--	--	37.363	--	--
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	--	--	1.539.843	26.385.851	--	--	(27.925.694)	--	--
- Dividendos	23.f	--	--	--	--	--	(928.994)	--	--	(1.243.252)	(1.931.830)	(4.104.076)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	--	(7.997.454)	--	--	(1.637.888)	--	(9.635.342)
Saldos em 31.12.2022		90.000.023	7.100.000	1.404.253	--	11.777.636	58.364.537	(8.095.198)	(272.570)	--	3.309.533	163.588.214
Mutações do período		--	(1.000.000)	3.076	--	1.539.843	17.422.040	314.361	4.343	--	447.365	18.731.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
		2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações							
Lucro Líquido		16.638.371	30.796.870	19.574.419	16.726.537	31.011.487	19.710.402
Ajustes ao lucro líquido		13.659.975	20.914.512	21.683.657	21.953.088	35.145.255	32.068.523
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	12 e 13	14.536.405	23.628.024	18.385.379	14.623.943	23.750.653	18.535.029
Depreciações e amortizações		1.497.858	2.768.743	2.763.722	1.530.835	2.833.098	2.828.694
(Ganho) Perda cambial na conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira		(229.486)	(4.339.334)	4.093.177	(1.822.098)	(7.531.013)	2.695.424
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		(515.743)	(515.743)	916.768	(515.653)	(515.657)	916.582
Resultado de participação em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14.a	(7.372.268)	(12.895.398)	(9.422.952)	(3.094.319)	(5.571.048)	(3.245.505)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens		7.752	2.816	(39.861)	(10.028)	(352.846)	(127.206)
(Ganho) Perda de capital		41.243	(118.268)	116.817	(68.202)	(375.428)	(156.667)
Despesas com provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outras	21.e	4.000.483	8.083.267	8.047.956	4.061.424	8.160.628	8.133.990
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	29.d.4/f	(1.438.575)	(2.762.476)	(1.754.070)	(1.438.575)	(2.762.476)	(1.754.070)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		114.009	2.228.507	(2.306.688)	1.576.125	5.501.147	(1.553.477)
Resultado dos não controladores		--	--	--	1.545.667	2.631.801	1.605.513
Imposto de renda e contribuição social		3.010.164	4.829.905	892.335	5.573.857	9.382.630	4.441.300
Outros ajustes		8.133	4.469	(8.926)	(9.888)	(6.234)	(251.084)
Lucro Líquido Ajustado		30.298.346	51.711.382	41.258.076	38.679.625	66.156.742	51.778.925
Variações Patrimoniais		(20.818.560)	4.993.039	(90.971.635)	(26.238.685)	(1.462.069)	(97.970.877)
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		(1.262.611)	(19.615.050)	(15.195.494)	(1.262.611)	(19.615.050)	(15.195.494)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		146.109.954	140.180.740	(139.391.627)	137.364.851	122.236.787	(136.353.649)
(Aumento) Redução em títulos para negociação		(667.761)	2.636.436	(1.360.849)	(6.297.241)	(5.180.650)	(6.012.744)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos		955.750	(107.904)	325.203	925.975	947.826	946.384
(Aumento) Redução na carteira de crédito, líquida de provisões		(84.564.448)	(125.276.401)	(116.085.773)	(86.955.766)	(121.540.784)	(118.077.645)
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros		18.508.395	9.170.638	(7.022.227)	20.960.701	10.635.395	1.258.405
(Aumento) Redução em outros ativos		3.038.328	(5.227.460)	(10.160.231)	191.362	(7.235.668)	(12.399.380)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.269.592)	(2.250.162)	(412.780)	(1.953.315)	(5.836.491)	(3.689.135)
(Redução) Aumento em recursos de clientes		30.337.392	78.339.173	65.899.060	35.772.749	85.433.407	71.222.271
(Redução) Aumento em recursos de instituições financeiras		(106.495.284)	(69.564.451)	112.154.842	(103.474.151)	(62.251.887)	105.570.240
(Redução) Aumento em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários		11.290.143	42.978.287	10.496.519	12.546.366	42.723.694	10.230.288
(Redução) Aumento em outros passivos financeiros		(1.442.933)	(32.589.790)	1.127.497	615.994	(28.573.672)	(4.190.795)
(Redução) Aumento em outros passivos		(35.355.893)	(13.681.017)	8.654.225	(34.673.599)	(13.204.976)	8.720.377
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) OPERAÇÕES		9.479.786	56.704.421	(49.713.559)	12.440.940	64.694.673	(46.191.952)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento							
Aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(85.213.201)	(199.253.359)	(238.730.884)	(100.102.204)	(232.613.868)	(262.770.205)
Alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		83.773.614	185.782.227	195.730.916	101.119.619	218.723.358	219.830.370
Aquisição de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(534.498)	(2.576.151)	(8.903.746)	(2.414.855)	(5.260.419)	(9.117.924)
Resgate de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		1.368.494	2.763.317	1.561.986	1.368.494	2.763.317	2.011.536
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		3.330.459	7.268.853	3.741.008	2.930.469	4.216.912	2.031.955
Aquisição de imobilizado de uso		(1.199.243)	(1.697.590)	(1.621.993)	(1.223.167)	(1.737.371)	(1.755.593)
Alienação de imobilizado de uso		215	903	77.057	1.387	3.272	89.943
Aquisição de investimentos		--	--	(912)	--	--	(912)
Alienação de investimentos		--	--	--	555	555	72.990
Aquisição de intangíveis		(4.393.731)	(4.809.042)	(3.174.802)	(4.439.014)	(4.855.443)	(3.153.679)
Aporte de capital social na Brasilprev Seguros e Previdência S.A.		--	--	--	--	--	(449.969)
(Aporte)/resgate de capital em controladas no exterior		17.711	17.711	--	--	--	--
Resgate de ações da Cateno		--	--	--	231.440	231.440	--
Aporte de capital social na Brasilcap Capitalização S.A.		--	--	--	--	--	(66.664)
Alienação de participação no Banco Digio S.A.	5.a	--	--	--	--	645.060	--
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2.850.180)	(12.503.131)	(51.321.370)	(2.527.276)	(17.883.187)	(53.278.152)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento							
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada		(114.330)	(12.233.871)	(14.391.465)	(124.742)	(12.230.035)	(14.359.434)
(Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida		(360.699)	(1.575.744)	(2.287.741)	(374.005)	(1.573.266)	(2.294.146)
Dividendos pagos aos acionistas não controladores		--	--	--	(740.420)	(1.365.135)	(669.655)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(6.263.087)	(11.810.305)	(6.454.965)	(6.263.087)	(11.810.305)	(6.454.965)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(6.738.116)	(25.619.920)	(23.134.171)	(7.502.254)	(26.978.741)	(23.778.200)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa							
Início do período		68.113.723	51.538.341	173.400.753	67.990.994	54.494.681	176.189.508
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(114.009)	(2.228.507)	2.306.688	(1.576.125)	(5.501.147)	1.553.477
Fim do período		67.891.204	67.891.204	51.538.341	68.826.279	68.826.279	54.494.681
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(108.510)	18.581.370	(124.169.100)	2.411.410	19.832.745	(123.248.304)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
		2º Semestre/2022		Exercício/2022		Exercício/2021		2º Semestre/2022		Exercício/2022		Exercício/2021	
Receitas		122.564.864		222.318.376		123.312.891		132.067.325		245.049.339		135.656.198	
Receitas da intermediação financeira		128.151.907		229.637.958		130.254.642		131.931.663		241.270.905		133.055.578	
Receitas de prestação de serviços		10.612.335		20.536.829		18.986.389		16.961.442		32.333.173		29.343.335	
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(14.536.405)		(23.628.024)		(18.385.379)		(14.623.943)		(23.750.653)		(18.535.029)	
Ganhos de capital		9.565		255.164		24.720		119.774		851.263		300.405	
Outras receitas/(despesas)		(1.672.538)		(4.483.551)		(7.567.481)		(2.321.611)		(5.655.349)		(8.508.091)	
Despesas da Intermediação Financeira		(88.192.335)		(155.955.733)		(70.792.351)		(86.951.756)		(159.851.103)		(68.152.404)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(3.840.057)		(7.941.765)		(8.973.697)		(3.773.435)		(7.843.131)		(8.993.229)	
Materiais, água, energia e gás	26	(216.972)		(508.288)		(526.047)		(231.657)		(535.400)		(545.748)	
Serviços de terceiros	26	(561.261)		(1.091.199)		(990.474)		(625.839)		(1.224.720)		(1.092.635)	
Comunicações	26	(230.064)		(434.861)		(439.934)		(258.982)		(487.630)		(498.247)	
Processamento de dados	26	(597.094)		(1.102.303)		(842.501)		(347.899)		(675.915)		(558.363)	
Transporte	26	(319.989)		(595.983)		(572.904)		(348.526)		(651.000)		(635.600)	
Serviços de vigilância e segurança	26	(616.232)		(1.198.964)		(1.134.400)		(636.171)		(1.235.264)		(1.168.126)	
Serviços do sistema financeiro	26	(405.582)		(844.962)		(928.084)		(456.047)		(947.281)		(1.021.043)	
Propaganda e publicidade	26	(246.086)		(458.516)		(487.678)		(260.435)		(481.450)		(508.814)	
Manutenção e conservação de bens	26	(543.818)		(1.055.209)		(1.027.543)		(387.226)		(751.796)		(753.117)	
(Constituição)/reversão de perdas por redução ao valor recuperável		515.743		515.743		(916.639)		515.653		515.657		(891.025)	
Outras		(618.702)		(1.167.223)		(1.107.493)		(736.306)		(1.368.332)		(1.320.511)	
Valor Adicionado Bruto		30.532.472		58.420.878		43.546.843		41.342.134		77.355.105		58.510.565	
Despesas de amortização/depreciação	26	(1.497.858)		(2.768.743)		(2.763.722)		(1.530.835)		(2.833.098)		(2.828.694)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		29.034.614		55.652.135		40.783.121		39.811.299		74.522.007		55.681.871	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		7.372.268		12.895.398		9.422.952		3.094.319		5.571.048		3.245.505	
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		7.372.268		12.895.398		9.422.952		3.094.319		5.571.048		3.245.505	
Valor Adicionado a Distribuir		36.406.882	100,00%	68.547.533	100,00%	50.206.073	100,00%	42.905.618	100,00%	80.093.055	100,00%	58.927.376	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		36.406.882	100,00%	68.547.533	100,00%	50.206.073	100,00%	42.905.618	100,00%	80.093.055	100,00%	58.927.376	100,00%
Pessoal		12.226.993	33,59%	24.212.555	35,32%	21.984.451	43,79%	13.201.673	30,77%	26.015.201	32,48%	23.529.187	39,93%
Salários e honorários		6.085.442		12.011.253		13.682.222		6.814.438		13.371.356		14.860.016	
Participação de empregados e administradores no lucro		2.132.589		3.955.667		2.523.408		2.140.497		3.968.528		2.535.833	
Benefícios e treinamentos		1.850.582		3.525.893		3.320.060		1.943.224		3.701.481		3.469.022	
FGTS		407.570		792.873		776.213		420.610		821.660		799.559	
Outros encargos		1.750.810		3.926.869		1.682.548		1.882.904		4.152.176		1.864.757	
Impostos, Taxas e Contribuições		6.834.658	18,77%	12.180.530	17,77%	7.312.192	14,56%	10.692.286	24,92%	19.004.911	23,73%	12.661.893	21,49%
Federais		6.262.296		11.057.840		6.247.636		9.471.019		16.782.714		10.773.328	
Estaduais		190		680		906		190		680		906	
Municipais		572.172		1.122.010		1.063.650		1.221.077		2.221.517		1.887.659	
Remuneração de Capitais de Terceiros		706.860	1,94%	1.357.578	1,98%	1.335.011	2,66%	739.455	1,72%	1.429.655	1,78%	1.420.381	2,41%
Aluguéis	26	706.860		1.357.578		1.335.011		739.455		1.429.655		1.420.381	
Remuneração de Capitais Próprios		16.638.371	45,70%	30.796.870	44,93%	19.574.419	38,99%	18.272.204	42,59%	33.643.288	42,01%	21.315.915	36,17%
Juros sobre capital próprio da União		2.607.137		4.817.672		3.149.533		2.607.137		4.817.672		3.149.533	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		2.607.136		4.817.670		3.149.532		2.607.136		4.817.670		3.149.532	
Dividendos da União		578.847		1.086.124		613.706		578.847		1.086.124		613.706	
Dividendos de outros acionistas		578.846		1.086.122		613.705		578.846		1.086.122		613.705	
Dividendos de acionistas não controladores		--		--		--		1.235.892		1.931.830		1.026.603	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		--		--		--		119.479		251.980		211.293	
Lucro retido		10.266.405		18.989.282		12.047.943		10.235.092		18.951.919		11.972.633	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		--		--		--		309.775		699.971		578.910	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" ou "Banco") é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, controlada pelo Governo Federal, que explora atividade econômica, na forma do art. 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações e pelas Leis n.º 4.595/1964, n.º 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz tem sede e domicílio localizados no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco do Brasil é um banco múltiplo com atuação em todo o território nacional, desenvolvendo também atividades em importantes centros financeiros mundiais. Tem por objeto, em conjunto com suas controladas, a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimento e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei n.º 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por conta do Bacen; (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

Com 214 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de pessoas jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 2 e 6, respectivamente.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas e divulgadas no padrão contábil "Cosif", conforme permitido pelo artigo 77 da Resolução CMN n.º 4.966/2021, estão sendo apresentadas "adicionalmente" às demonstrações contábeis consolidadas no padrão contábil internacional – IFRS, as quais foram elaboradas segundo o disposto na Resolução CMN n.º 4.818/2020.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 13.02.2023.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Embora o desaquecimento econômico decorrente da adoção de medidas de isolamento social para conter a pandemia da Covid-19 tenha atingido diversas empresas no Brasil e no mundo, principalmente em 2020 e 2021, o Banco possui capital e liquidez suficientes para suportar eventuais perdas projetadas para os negócios naqueles períodos e nos que se seguiram. Entre outros motivos, isso está fundamentado no fato de que grande parte de suas operações negociais continua a ser conduzida em plataformas digitais com acesso e atendimento remotos, além de possuir uma assessoria de qualidade e condições especiais para crédito.

Apesar da gravidade e ineditismo da atual conjuntura na história recente, considerando a experiência do Banco no gerenciamento e monitoramento de riscos, do capital e da liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. Cabe acrescentar que as políticas econômicas anticíclicas adotadas por praticamente todos os países contribuíram para reduzir a incerteza, bem como os efeitos adversos sobre as empresas e as famílias.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31.12.2021, exceto nos casos indicados no item "g" desta Nota.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior e as operações de suas controladas. Refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado foram destacadas nas demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os ativos e passivos das agências e controladas no exterior são apresentados no grupamento de Recursos de instituições financeiras, com o objetivo de anular as perdas e os ganhos cambiais incidentes sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais (Notas 14.a e 18.d).

Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal – IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Participações societárias e fundos de investimento incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

	Atividade	País de constituição	Moeda funcional	31.12.2022	31.12.2021
				% de Participação	
Segmento Bancário					
Banco do Brasil AG	Bancária	Áustria	Real	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Asia Pte. Ltd. ⁽¹⁾	Corretora	Singapura	Real	--	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Inglaterra	Real	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Ilhas Cayman	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Estados Unidos	Dólar Americano	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Argentina	Peso Argentino	80,39%	80,39%
Segmento Investimentos					
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento Gestão de Recursos					
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset	Administração de Ativos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização					
BB Seguridade Participações S.A. ⁽²⁾	Holding	Brasil	Real	66,36%	66,36%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ⁽²⁾	Corretora	Brasil	Real	66,36%	66,36%
BB Seguros Participações S.A. ⁽²⁾	Holding	Brasil	Real	66,36%	66,36%
Segmento Meios de Pagamento					
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Outros Segmentos					
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Gestão de Cobrança	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	Turismo	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Asset Management Ireland Limited	Administração de Ativos	Irlanda	Real	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços ⁽²⁾	Tecnologia da informação	Brasil	Real	99,99%	99,99%
Fundos de Investimento					
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bancos Emissores de Cartão de Crédito V ⁽³⁾	Fundos de Investimento	Brasil	Real	84,09%	--
BB Impacto ASG I Fundo em Investimento em Multiestratégia Investimento no Exterior ⁽³⁾	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	--
BB Ventures I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior ⁽³⁾	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	--
FIP Agventures II Multiestratégias ⁽³⁾	Fundos de Investimento	Brasil	Real	54,45%	64,48%
Compesa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cia. Pernambucana de Saneamento (FI Compesa) ⁽⁴⁾	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	43,13%
BB Asset Ações Nordea Global Disruption ESG IE FIC FI ⁽⁵⁾	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	95,95%
BB Asset Ações Agro Fundo de Investimento ⁽⁵⁾	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	99,99%
BB Multi Criptoativos Full IE LP FIC FI ⁽⁵⁾	Fundos de Investimento	Brasil	Real	63,96%	--
BB Asset Renda Fixa Plus FICFI ⁽⁵⁾	Fundos de Investimento	Brasil	Real	52,99%	--
BB Asset Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo ⁽⁵⁾	Fundos de Investimento	Brasil	Real	82,06%	--
BB Ações Seleção Fatorial Funci FI ⁽⁵⁾	Fundos de Investimento	Brasil	Real	72,10%	--
BB MM Multiestratégia LP Funci FIC FI ⁽⁵⁾	Fundos de Investimento	Brasil	Real	54,74%	--
BB Ações BRL Global Superdividendos Global X Superdividendos ⁽⁵⁾	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	--
BB Multigestor Crédito Privado FIC FIM ⁽⁵⁾	Fundos de Investimento	Brasil	Real	99,78%	--
BB Fx MM Allspring Climate Transition FI IE ⁽⁵⁾	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	--
BB Ações FX Pictet Global Environmental Opportunities ⁽⁵⁾	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	--
BB MM Global Select Equity Value IE FIC FI ⁽⁵⁾	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	--

(1) Corretora encerrada em 21.11.2022.

(2) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(3) Fundos de investimento nos quais o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

(4) Fundo controlado, até março/2022, por meio de acordo entre os cotistas.

(5) Fundos não exclusivos e abertos a partir de aplicação inicial de recursos próprios da BB Asset, destinados a comercialização a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimento de forma indefinida, sendo consolidados apenas nos meses em que a maioria das cotas ainda está em poder da BB Asset.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As demonstrações contábeis consolidadas incluem também os veículos de securitização controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, descritos a seguir.

Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE Dollar)

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos:

- emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional;
- uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e
- realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

Loans Finance Company Limited (EPE Loans)

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos:

- captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional;
- contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e
- contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de basis swap, que é acionável somente em caso de default de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas àquelas das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

Informações para Efeito de Comparabilidade

Foi realizada, para efeito de comparabilidade, a reclassificação das despesas com planos econômicos do grupamento Despesas da intermediação financeira – Recursos de clientes para o grupamento Provisões – Cíveis, fiscais e trabalhistas.

Demonstramos abaixo os efeitos da reclassificação na Demonstração do Resultado. Consequentemente, foram ajustados os saldos comparativos da Demonstração dos Fluxos de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado, bem como das respectivas notas explicativas.

Além da reclassificação acima, a Demonstração dos Fluxos de Caixa foi ajustada de forma que os fluxos de caixa provenientes das operações sejam apresentados a partir do lucro líquido, ao invés do lucro antes dos tributos e participações. Tal procedimento não altera o montante total desses fluxos de caixa operacionais.

Demonstração do Resultado

Exercício/2021	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	Divulgação anterior	Reclassificações	Saldos ajustados	Divulgação anterior	Reclassificações	Saldos ajustados
Despesas da Intermediação Financeira	(72.472.030)	1.679.679	(70.792.351)	(69.832.083)	1.679.679	(68.152.404)
Recursos de clientes	(19.757.286)	1.679.679	(18.077.607)	(22.795.749)	1.679.679	(21.116.070)
Resultado da Intermediação Financeira	39.397.233	1.679.679	41.076.912	44.688.466	1.679.679	46.368.145
Provisões	(6.368.277)	(1.679.679)	(8.047.956)	(6.454.311)	(1.679.679)	(8.133.990)
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(6.302.931)	(1.679.679)	(7.982.610)	(6.391.020)	(1.679.679)	(8.070.699)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável:

Pronunciamento CPC	Resoluções
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN n.º 4.924/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN n.º 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN n.º 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN n.º 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN n.º 3.823/2009
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN n.º 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN n.º 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN n.º 4.924/2021

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN n.º 4.524/2016 – Reconhecimento das operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.	CPC 48
Res. CMN n.º 4.534/2016 – Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. CMN n.º 4.535/2016 – Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27
Res. CMN n.º 4.817/2020 – Mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.	CPC 18 (R2) e CPC 45

Além disso, foi editada a Resolução CMN n.º 3.533/2008, cuja adoção iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o art. 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976:

Pronunciamento CPC
CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
CPC 12 – Ajuste a Valor Presente
CPC 22 – Informações por Segmento
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas

g) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros**Normas aplicáveis a partir de 01.01.2022**

Resolução CMN n.º 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial (Nota 2.e); avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A referida Resolução incorpora substancialmente os critérios contábeis estabelecidos pelos pronunciamentos contábeis CPC 18 (R2) e CPC 45, observadas as particularidades da regulamentação nacional.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Um dos aspectos diferentes da norma internacional diz respeito à continuidade da amortização dos ágios por expectativa de rentabilidade futura, prevista no Cosif, em contrapartida ao resultado do período, de acordo com o prazo definido no estudo técnico que fundamentou seu reconhecimento.

O Banco avaliou os impactos da adoção da norma e não identificou efeitos significativos.

Resolução CMN n.º 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Dentre as disposições normativas, essa norma recepcionou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, norma que especifica como e quando serão reconhecidas as receitas de contratos, assim como requer que as entidades forneçam dados mais relevantes aos usuários das informações contábeis, sendo vedados: (i) o reconhecimento de receita decorrente de quebra em passivo de contrato previsto no item B46 desse pronunciamento antes da efetiva extinção dessa obrigação; e (ii) a aplicação do disposto no item 29, alínea “a” do referido pronunciamento.

O Banco avaliou a norma e concluiu que as práticas atuais adotadas quanto à mensuração e ao reconhecimento são consistentes com o arcabouço normativo de princípios relacionados a receitas proposto pelo pronunciamento CPC 47. Portanto, embora o reconhecimento e mensuração não possuam alterações relevantes, os requerimentos de evidenciação possuem maiores detalhes do que o arcabouço normativo anterior.

Em função da extensão desses novos requerimentos, o Banco avaliou os impactos para o processo de evidenciação contábil e não identificou efeitos significativos.

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021 (artigos 24, 76 e 77). Os referidos dispositivos normativos dessa Resolução, vigentes a partir de 01.01.2022, contemplam os seguintes aspectos, aplicáveis às instituições sujeitas à norma:

- determinou que a mensuração de investimentos mantidos para venda ocorra pelo valor contábil deduzido de provisões para redução ao valor recuperável ou pelo valor justo deduzido das despesas para venda, dos dois o menor (art. 24);
- determinou a elaboração de plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida nessa Resolução (art. 76), até 31.12.2022, devendo esse plano ser mantido à disposição do Bacen e divulgado, de forma resumida, nas notas explicativas às demonstrações contábeis relativas ao Exercício/2022;
- facultou a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas no padrão contábil Cosif, adicionalmente às demonstrações no padrão contábil internacional, conforme o disposto na Resolução CMN n.º 4.818/2020 (art. 77).

O Banco não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis decorrentes desses dispositivos normativos.

Em relação ao disposto no artigo 77, o Banco decidiu por exercer a faculdade prevista neste artigo, conforme mencionado no item “a” desta Nota 2.

Normas a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução CVM n.º 42, de 22 de julho de 2021. A norma torna obrigatório para as companhias abertas a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 50 – Contratos de Seguros, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração e evidenciação de contratos de seguros, com objetivo de garantir que uma entidade forneça informações relevantes representando fielmente esses contratos. Além disso, a nova norma busca resolver algumas inadequações existentes na ampla variedade de práticas contábeis no mercado segurador, que prejudicava a comparabilidade das informações contábeis das seguradoras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Embora a norma não seja aplicável às instituições financeiras, uma vez que o Bacen não regulamenta o mercado segurador, o Banco vem acompanhando o andamento de sua implementação nas empresas operacionais do grupo BB Seguridade, que detém contratos de seguros dentro do escopo normativo. Os impactos nessas empresas serão reconhecidos nas demonstrações contábeis do Banco por meio de equivalência patrimonial, por não conflitarem com as normas do Bacen, conforme determina o art. 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976.

As investidas da BB Seguridade que transacionam contratos de seguros estão com seu processo de implementação normativa em andamento, cujos impactos estão em processo de apuração pelas respectivas administrações.

A Resolução CVM n.º 42/2021 entra em vigor em 01.01.2023, cujos impactos efetivos serão refletidos nas demonstrações contábeis de 31.03.2023.

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021. A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Essa Resolução entra em vigor em 01.01.2025, exceto para alguns itens normativos citados acima, cuja vigência é a partir de 01.01.2022.

O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 01.01.2025, os quais serão objeto de divulgação específica nas notas explicativas às demonstrações contábeis do Exercício/2024, conforme requerido pelo art. 78 dessa Resolução, bem como elaborou plano para a implementação da regulamentação contábil (plano), conforme requerido pelo art. 76.

Em 03.06.2022, o Conselho de Administração aprovou o referido plano, o qual encontra-se à disposição do Bacen e cujo resumo apresentamos a seguir.

Resumo do plano de implementação da Resolução CMN n.º 4.966/2021:

O plano de implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021 foi elaborado e estruturado contemplando plano de gerenciamento de riscos, plano de comunicação, cronograma, estrutura analítica de projeto e levantamento dos recursos humanos e de TI.

O Banco realizou a análise do normativo e mapeou os mais diversos processos impactados e, dada a magnitude dos esforços e abrangência, segmentou o plano em 12 frentes para que os temas possam ser abordados de maneira específica: classificação dos instrumentos financeiros; taxa efetiva de juros; ajustes tributários, contábeis e stop accrual; contabilidade de hedge; estágios e baixa para prejuízo; garantias; base de modelagem e modelagem dos parâmetros; base de operações e cálculo da perda esperada; gestão; validação independente; auditoria; e Project Management Office (PMO).

O ciclo de vida do plano parte do mapeamento e definições, seguindo para modelagem e implementação, finalizando na gestão. Abaixo segue o resumo das principais etapas e atividades a serem implementadas até o início de vigência da norma:

Mapeamento: levantamento das unidades estratégicas e funcionários envolvidos no projeto; dos produtos financeiros; dos sistemas corporativos que serão impactados; do gerenciamento dos riscos envolvidos em todo o projeto.

Definições: atualização dos critérios para alocação em estágios e baixa em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito; da cessação do reconhecimento de receitas quando o ativo financeiro se torna problemático; do escopo de consolidação de empresas impactadas pelo normativo e do escopo de aplicação (instrumentos financeiros).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Modelagem: elaboração da metodologia de taxa de juros efetivas para os instrumentos financeiros; revisão dos modelos de negócios, das características dos fluxos de caixa dos ativos, dos modelos para apuração dos parâmetros de risco e da metodologia para cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Implementação: estruturação da informação, homologação, teste e implantação em ambiente corporativo de TI dos critérios para alocação em estágios e baixa do ativo quando sua recuperação for julgada improvável; da taxa de juros efetiva; da cessação do reconhecimento de receitas; dos ajustes tributários; dos modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa dos ativos; dos parâmetros de risco e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e consolidação da informação para contabilização, tributação, reportes e gestão.

Acompanhamento e Gestão: abrange os desdobramentos da implementação normativa e seus reflexos nos processos, produtos e negócios do Banco a serem tratados no âmbito da Estratégia Corporativa, da gestão do risco de crédito e da contabilidade.

Para acompanhamento da execução do plano, o Banco instituiu Projeto Estratégico visando a coordenação e o encadeamento dos esforços para a implementação das etapas do processo, e determinou que as unidades proponentes do plano apresentem reporte semestral acerca do progresso de sua implementação.

A elaboração do plano considerou as informações disponíveis até o momento de sua confecção, adotando como premissas as expectativas e necessidades de publicações de leis e normas específicas sobre determinados temas, dentre os quais destacamos: o novo plano de contas contábil; a redução de assimetrias entre as normas contábeis e a legislação tributária; o detalhamento da metodologia a ser adotada para classificar os instrumentos financeiros e calcular a taxa de juros efetiva (inclusive por meio de abordagem diferenciada) e o estabelecimento de parâmetros para mensuração da perda esperada associada ao risco de crédito.

Resolução CMN n.º 4.975, de 16 de dezembro de 2021. A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendadora e de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica.

O CPC 06 (R2) abandona a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento. A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de baixos valores e de curto prazo.

Para os arrendadores, haverá mudança na contabilização das operações de arrendamento mercantil financeiro, porém sem alterar a forma de apresentação, uma vez que essas operações já são apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, incluindo a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, em cumprimento à Resolução BCB n.º 2/2020.

A Resolução CMN n.º 4.975/2021 entra em vigor em 01.01.2025.

O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção do novo normativo, os quais serão concluídos até a data de sua vigência.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades e as aplicações financeiras prontamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Foram considerados os saldos das disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos disponíveis para venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido; e

Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, perspectiva interna de perda esperada, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos dos títulos e valores mobiliários são apropriados no resultado do período, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos financeiros derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, a moeda ou indexador, e o risco de crédito associado à contraparte.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período;

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período; e

Hedge de investimento líquido no exterior: os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria têm como objetivo compensar os riscos decorrentes da exposição à variação cambial de investimentos no exterior cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional e devem ser registrados conforme procedimentos contábeis definidos para o hedge de fluxo de caixa.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Carteira de crédito e provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A carteira de crédito é composta pelas operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, os quais são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como de risco nível H são baixadas contra a provisão existente, após decorridos seis meses de classificação nesse nível de risco, desde que apresente atraso superior a 180 dias.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver fatos novos relevantes que justifiquem a mudança do nível de risco, conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, incluindo a provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	21,00%
PIS/Pasep ⁽²⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins ⁽²⁾	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5,00%

(1) A Lei n.º 14.446, de 02.09.2022, elevou a alíquota da CSLL no período de agosto a dezembro/2022, da seguinte forma: (i) de 20% para 21% para os bancos de qualquer espécie; e (ii) de 15% para 16% para as distribuidoras de valores mobiliários, corretoras de câmbio e de valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimentos, administradoras de cartões de crédito, sociedades de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito e associações de poupança e empréstimo. A alíquota da CSLL permanece a 9% para as demais pessoas jurídicas.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Pelo período definido de majoração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido estabelecida no artigo 1º, parágrafo único, da Lei n.º 14.446, de 02.09.2022, e do disposto no artigo 10, parágrafo único, da Resolução CMN n.º 4.842/2020, foi mantida a alíquota de 20% para os ativos e passivos fiscais diferidos desse tributo. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

i) Investimentos, imobilizado de uso e intangível

Investimentos: os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada, controlada em conjunto ou coligada.

Os fluxos de caixa referentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos são apresentados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa, sendo classificados de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades de investimento.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Imobilizado de uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado de uso é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são amortizados, em contrapartida ao resultado do período, de acordo com as projeções de resultado anual constantes nos estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios, e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

Os demais ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; e softwares, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (impairment), quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (impairment), reconhecida na Demonstração do Resultado.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são utilizados dados de índices de mercado, testes estatísticos com base em dados de vendas de imóveis próprios e avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Equipamentos de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos equipamentos de processamento de dados relevantes, são considerados os valores praticados no mercado para bens semelhantes, substitutos ou análogos, valendo-se de fontes internas ou externas. Na impossibilidade de obtenção de dados confiáveis para estimação do preço de mercado, o Banco avalia se os benefícios futuros esperados pelo uso desses ativos ainda justificam a sua ativação pelo valor recuperável, qualificando as informações que justificam essa análise.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Intangível

Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável.

Softwares – os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

Investimentos e ágio na aquisição de investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

k) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM n.º 695/2012 e pela Resolução CMN n.º 4.877/2020. As avaliações são realizadas no mínimo semestralmente, podendo ser em periodicidade inferior quando aplicável.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1), sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

l) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O Banco constitui provisões quando as condições mostram que:

- o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- sua natureza e complexidade;
- o andamento dos processos;
- a opinião dos advogados do Banco; e
- a experiência do Banco com processos similares.

Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera:

- a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

O Banco também reconhece as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade de leis que as tiverem instituído, até a efetiva extinção dos créditos tributários correspondentes. Nessas situações, o Banco considera que existe, de fato, uma obrigação legal a pagar ao governo e reconhece, simultaneamente, uma obrigação e um depósito judicial pelo mesmo montante. Nenhum pagamento é feito até a decisão final ser proferida pela corte julgadora.

n) Despesas associadas a captações de recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

o) Ativos mantidos para venda

Investimentos mantidos para venda

Referem-se aos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto que o Banco espera realizá-los pela sua venda, estejam disponíveis para venda imediata e sua alienação seja altamente provável. A partir do momento em que o Banco decide vendê-los, esses ativos são mensurados pelo menor valor entre:

- (i) o valor contábil líquido, deduzidas as provisões para perdas por redução ao valor recuperável; e
- (ii) o valor justo, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil líquido do ativo e o valor justo líquido de despesas de venda é reconhecida no resultado do período.

Ativos não financeiros mantidos para venda

São aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se principalmente aos imóveis não de uso recebidos em liquidação de operações de créditos de difícil ou duvidosa solução.

São reconhecidos inicialmente nas adequadas rubricas contábeis, conforme o prazo esperado de venda, na data do seu recebimento pelo Banco, sendo avaliados pelo menor valor entre:

- (i) o valor contábil bruto da respectiva operação de crédito de difícil ou duvidosa solução; e
- (ii) o valor justo do bem, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução, líquido de provisões, e o valor justo é reconhecida no resultado do período.

p) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

q) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

r) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Grupo (exceto para o Banco do Brasil Americas e o Banco Patagonia).

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para o Real, preliminarmente à aplicação do método de equivalência patrimonial, conforme previsto na Resolução CMN n.º 4.817/2020.

As investidas no exterior que possuem o Real como a moeda funcional tem suas demonstrações contábeis convertidas com base nos saldos diários de cada subtítulo contábil, considerando a variação diária da taxa de câmbio, e seus efeitos são reconhecidos em contrapartida ao resultado da investida.

Para as investidas no exterior que possuem moeda funcional diferente do Real, os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do respectivo balancete ou balanço e as receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média do período, e seus efeitos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido da investidora.

s) Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 31.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

4 - PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando da impossibilidade de atribuição do valor justo de ativos e passivos financeiros por meio de derivações de preço de um mercado ativo, esse é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são provenientes de dados observáveis no mercado, sempre que disponíveis. Caso não existam informações suficientes para a aplicação dos critérios mencionados, são adotados outros parâmetros técnicos e julgamentais, devidamente aprovados na Governança de Riscos da Organização.

As metodologias utilizadas na avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros constam na Nota 30.a.

b) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito da carteira de crédito (operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com característica de concessão de crédito e garantias prestadas)

A carteira de crédito é classificada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco. Para tanto, leva-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco (rating), sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A provisão para perdas é constituída ou revertida de acordo com os níveis de risco estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, considerando-se os níveis de risco atribuídos às operações.

A provisão é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

c) Perda permanente de títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são objeto de avaliação periódica pelo Fórum de Avaliação de Perda Permanente, colegiado responsável por identificar ativos problemáticos, nos termos da Resolução CMN n.º 4.557/2017, propor a marcação de novos ativos problemáticos, avaliar a necessidade do ativo ser submetido à avaliação de redução ao valor recuperável e o impacto de eventual perda no âmbito do Conglomerado.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Caracteriza-se um ativo problemático quando houver pendência de liquidação há mais de noventa dias ou existirem indicativos de que o ativo não será realizado sem que seja necessário recorrer a garantias e colaterais. Constituem indicativos de que o ativo não será realizado quando o Banco considera que o devedor já não possui capacidade financeira para honrar sua obrigação, se o Banco reconhece contabilmente deterioração significativa da qualidade do crédito do devedor, se a operação é objeto de renegociação que implique concessão de vantagens ao devedor em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou de seus mitigadores (reestruturação de dívida), se o Banco pede a falência ou outra atitude similar em relação ao devedor, ou se o devedor solicita qualquer tipo de medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento de suas obrigações nas condições pactuadas.

Os ativos problemáticos podem ser revertidos à condição de ativos em curso normal desde que exista evidência de que o devedor retomou sua capacidade de honrar suas obrigações nas condições pactuadas. Para tanto, é analisado se o devedor não é responsável por qualquer pendência em atraso há mais de noventa dias, se o ativo já não atende aos critérios de caracterização de ativos problemáticos, se ocorreram pagamentos contínuos e efetivos em período não inferior a 3 meses e se a situação financeira do devedor melhorou de tal modo que a realização do ativo seja provável.

d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: (i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e (ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização.

A determinação do valor recuperável na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros requer que a Administração exerça julgamentos e adote premissas. Essas estimativas são baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.

e) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pelo Banco estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

f) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- (ii) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- (iii) alterações nas taxas de juros;
- (iv) mudanças nos índices de inflação;
- (v) processos ou disputas judiciais adversas;
- (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;
- (vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

g) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com o CPC 33 (R1). A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam:

- (i) taxas de juros assumidas;
- (ii) tábuas de mortalidade;
- (iii) índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- (iv) índice de inflação de preços;
- (v) índice anual de reajustes salariais; e
- (vi) método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

Alterações nesses pressupostos podem ter um impacto significativo sobre os valores determinados.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão. O método massificado contempla todos os processos, independentemente da avaliação realizada pelos assessores jurídicos.

Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os passivos contingentes de mensuração individualizada classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, cujos valores em discussão são reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

5 - AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Alienação de participação societária indireta

Em 08.10.2021, o Conselho de Administração aprovou a alienação da totalidade da participação societária detida no Banco Digio S.A., pela BB Elo Cartões Participações S.A., subsidiária integral do Banco do Brasil. O contrato que formalizou a compra e venda dos 49,99% de participação, pelo valor de R\$ 645 milhões, foi assinado naquela data com a Bradescard Elo Participações S.A., empresa pertencente ao Banco Bradesco S.A.

A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica em 24.11.2021, e pelo Banco Central do Brasil em 04.02.2022, sendo efetivada em 25.02.2022, após a conclusão dos movimentos societários e a consequente liquidação financeira da operação, proporcionando um resultado líquido de R\$ 222.981 mil, conforme demonstrado abaixo:

	Exercício/2022
1) Ganho de capital da BB Elo Cartões Participações S.A. ⁽¹⁾	337.850
2) Tributos	(114.869)
3) Impacto no Resultado Consolidado, líquido de efeitos tributários (1+2)	222.981

(1) Reconhecido na Demonstração de Resultado como "Resultado não operacional".

b) Alienação de participação societária indireta – MerchantE

Em 17.02.2022, a Cielo USA Inc., subsidiária integral da Cielo S.A., celebrou o contrato para a alienação da totalidade das ações da sua subsidiária integral Merchant E-Solutions Inc. Em 08.04.2022, foi concluída a alienação, após o cumprimento das condições precedentes, com o pagamento à Cielo USA Inc. de US\$ 137 milhões referente à parcela fixa (upfront), ajustada conforme os termos previstos nos documentos da operação. A transação compreende ainda uma parcela variável (earn-out) de US\$ 25 milhões, além do impacto na controladora Cielo, dos custos relacionados a alienação, de R\$ 20,7 milhões.

A transação gerou impacto positivo de R\$ 84 milhões no resultado do Conglomerado Banco do Brasil no Exercício/2022.

c) Reorganização Societária da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP Associação

Em 25.02.2022, conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada na mesma data pelas associadas da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP Associação), foi aprovada a reorganização societária ("desmutualização") da CIP Associação, por meio de sua cisão parcial e incorporação do acervo cindido pela CIP S.A.

A CIP Associação é uma associação civil sem fins lucrativos que integra o Sistema de Pagamentos Brasileiros (SPB) e atua como infraestrutura do mercado financeiro, oferecendo soluções e serviços que integram tecnologia, inovação e segurança às transações financeiras efetivadas no País. O Banco detém 12,9062% de participação no seu capital social, reconhecida contabilmente pelo valor do custo histórico de R\$ 7.055 mil.

A CIP S.A. é uma sociedade anônima que não exercia atividade própria e nem possuía passivo ou obrigações de qualquer natureza, sendo uma pessoa jurídica com finalidade lucrativa que incorporará a parcela a ser cindida da CIP Associação. A cisão parcial tem por finalidade a desmutualização da CIP Associação, para que as suas atividades econômicas deixem de ser exercidas por meio de uma estrutura jurídica associativa, passando a ser desenvolvidas pela CIP S.A., sob a forma de sociedade anônima.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O patrimônio social da CIP Associação, com base nas demonstrações contábeis de 31.12.2021, era de R\$ 1.921.165 mil, sendo que R\$ 1.915.544 mil (99,7073860%) foi cindido e vertido para a CIP S.A., conforme laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Em função da desmutualização, sendo a parcela cindida vertida para a entidade resultante da cisão, as associadas receberam ações ordinárias de emissão da CIP S.A. na proporção de suas respectivas participações na CIP Associação, que no caso do Banco é de 12,9062%.

Nesse contexto, o Banco considerou a CIP S.A. como participação societária coligada, devido à existência de influência significativa, caracterizada pela representação no Conselho de Administração dessa investida, reconhecendo o valor contábil do acervo cindido por equivalência patrimonial, cujos efeitos no reconhecimento inicial foram os demonstrados a seguir:

	Exercício/2022
1) Valor contábil do acervo cindido, proporcional à participação detida pelo Banco de 12,9062 % ⁽¹⁾	247.224
2) Valor de custo decorrente da cisão (99,7073860% do valor de custo histórico registrado no Banco)	7.035
3) Ganho de capital (1-2) ⁽²⁾	240.189
4) Tributos	(108.085)
5) Impacto no Resultado Consolidado, líquido de efeitos tributários (3+4)	132.104

(1) Conforme laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, considerando o valor patrimonial social da CIP Associação, apurado com base nas demonstrações contábeis de 31.12.2021.

(2) Reconhecido na Demonstração de Resultado como "Resultado não operacional".

6 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros Segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 2). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações Intersegmentos e são realizadas em condições e taxas compatíveis com os praticados com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável.

c) Segmento de gestão de recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguros, previdência e capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de meios de pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Informações sobre clientes externos por região geográfica

	Exercício/2022		Exercício/2021	
	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
Receitas com Clientes Externos	273.138.115	20.206.811	165.657.285	8.722.698
Receitas da Intermediação Financeira	222.915.368	18.355.537	125.823.939	7.231.639
Resultado da carteira de crédito	111.792.742	9.217.717	84.330.564	2.629.220
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	62.303.461	1.693.524	24.214.143	1.194.100
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	42.396.011	6.508.316	13.875.676	3.297.241
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(1.096.323)	513.612	1.215.848	186.939
Resultado das aplicações compulsórias	6.343.128	--	1.966.213	--
Resultado de outros ativos financeiros	1.176.349	422.368	221.495	(75.861)
Outras Receitas	50.222.747	1.851.274	39.833.346	1.491.059
Receitas de prestação de serviços	30.901.409	1.431.764	28.112.367	1.230.968
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	5.571.048	--	3.245.505	--
Demais receitas	13.750.290	419.510	8.475.474	260.091
Ativo Não-Circulante ⁽¹⁾	38.088.547	181.659	32.692.026	401.737

(1) Exceto instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos e ativos de benefício pós-emprego.

As receitas auferidas no exterior foram originadas principalmente em operações realizadas pelas dependências localizadas na América do Sul no Exercício/2022 e no Exercício/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Informações gerenciais por segmento reconciliadas com o contábil

	Exercício/2022							
	Informações Gerenciais por Segmento							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	BB Consolidado
Receitas da Intermediação Financeira	240.392.744	1.009.674	330.839	2.875	439.547	383.746	(1.288.520)	241.270.905
Resultado da carteira de crédito	121.029.550	--	--	--	--	--	(19.091)	121.010.459
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	64.606.036	3.898	272.254	--	--	384.226	(1.269.429)	63.996.985
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	47.647.609	756.136	58.585	2.875	439.547	(425)	--	48.904.327
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(832.351)	249.640	--	--	--	--	--	(582.711)
Resultado das aplicações compulsórias	6.343.128	--	--	--	--	--	--	6.343.128
Resultado de outros ativos financeiros	1.598.772	--	--	--	--	(55)	--	1.598.717
Despesas da Intermediação Financeira	(160.994.529)	(609.269)	--	--	--	(261.568)	2.014.263	(159.851.103)
Recursos de instituições financeiras	(88.110.222)	(609.269)	--	--	--	--	2.014.263	(86.705.228)
Recursos de clientes	(54.176.471)	--	--	--	--	--	--	(54.176.471)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(17.778.241)	--	--	--	--	(261.568)	--	(18.039.809)
Outras despesas de captação	(929.595)	--	--	--	--	--	--	(929.595)
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	(23.708.391)	(23.241)	531	--	--	(19.552)	--	(23.750.653)
Carteira de crédito	(23.546.750)	--	--	--	--	--	--	(23.546.750)
Outros ativos financeiros	(161.641)	(23.241)	531	--	--	(19.552)	--	(203.903)
Outras Receitas	35.474.921	629.056	3.327.462	8.736.566	2.238.558	4.518.557	(2.851.099)	52.074.021
Receitas de prestação de serviços	485.226	21.822.064	3.315.873	4.716.305	53.819	3.327.071	(1.387.185)	32.333.173
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	800.160	27.900	--	3.349.193	1.393.795	--	--	5.571.048
Demais receitas	12.852.697	115.930	11.589	671.068	790.944	1.191.486	(1.463.914)	14.169.800
Outras Despesas	(52.252.672)	(157.619)	(503.419)	(1.179.544)	(94.770)	(2.525.428)	2.125.356	(54.588.096)
Despesas de pessoal	(20.933.470)	(21.089)	(122.148)	(72.114)	(6.065)	(420.483)	5.339	(21.570.030)
Outras despesas administrativas	(10.953.284)	(42.763)	(74.183)	(122.902)	(2.954)	(570.026)	1.403.613	(10.362.499)
Amortização	(1.356.316)	--	--	(863)	--	(4.571)	--	(1.361.750)
Depreciação	(1.441.495)	--	--	(19)	--	(29.834)	--	(1.471.348)
Despesas tributárias	(5.637.020)	(65.348)	(236.345)	(579.517)	(66.500)	(478.084)	--	(7.062.814)
Demais despesas	(11.931.087)	(28.419)	(70.743)	(404.129)	(19.251)	(1.022.430)	716.404	(12.759.655)
Provisões	(8.078.839)	805	(24.403)	1.531	7	(59.729)	--	(8.160.628)
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(7.998.652)	805	(24.403)	1.531	7	(59.012)	--	(8.079.724)
Outras	(80.187)	--	--	--	--	(717)	--	(80.904)
Resultado Antes dos Tributos e Participações	30.833.234	849.406	3.131.010	7.561.428	2.583.342	2.036.026	--	46.994.446
Imposto de renda e contribuição social	(5.110.296)	(375.874)	(1.257.346)	(1.503.659)	(471.611)	(663.844)	--	(9.382.630)
Participação de empregados e administradores no lucro	(3.955.668)	--	(2.609)	(2.399)	--	(7.852)	--	(3.968.528)
Participação dos não controladores	(581.458)	--	--	(2.036.886)	--	(13.457)	--	(2.631.801)
Lucro Líquido	21.185.812	473.532	1.871.055	4.018.484	2.111.731	1.350.873	--	31.011.487
Saldos Patrimoniais								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	422.693.599	3.107	2.987.257	6.073.051	2.864.233	6.511.331	(25.259.140)	415.873.438
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	419.259.690	7.121.727	371.357	368.281	3.510.045	610.818	(1.156.752)	430.085.166
Carteira de crédito líquida de provisões	840.713.266	--	--	--	--	--	(127.098)	840.586.168
Investimentos	24.516.074	945.693	--	6.517.962	4.709.925	23	(18.336.034)	18.353.643
Demais Ativos	323.958.908	1.059.010	474.070	2.386.681	739.492	7.129.786	(11.688.226)	324.059.721
Total do Ativo	2.031.141.537	9.129.537	3.832.684	15.345.975	11.823.695	14.251.958	(56.567.250)	2.028.958.136
Passivo	1.869.368.715	8.276.298	2.447.215	8.380.407	2.360.458	11.121.042	(36.584.213)	1.865.369.922
Recursos de clientes	753.574.540	--	--	--	--	--	(311.493)	753.263.047
Recursos de instituições financeiras	671.153.136	7.028.703	--	--	--	127.098	(25.386.216)	652.922.721
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	221.311.185	--	--	--	--	8.434.779	--	229.745.964
Provisões	25.305.461	827	42.047	18.314	54	352.382	(1.199)	25.717.886
Demais Passivos	198.024.393	1.246.768	2.405.168	8.362.093	2.360.404	2.206.783	(10.885.305)	203.720.304
Patrimônio Líquido	161.772.822	853.239	1.385.469	6.965.568	9.463.237	3.130.916	(19.983.037)	163.588.214
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.031.141.537	9.129.537	3.832.684	15.345.975	11.823.695	14.251.958	(56.567.250)	2.028.958.136



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Exercício/2021							
	Informações Gerenciais por Segmento							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	BB Consolidado
Receitas da Intermediação Financeira	132.567.157	368.996	140.444	7.784	158.588	195.808	(383.199)	133.055.578
Resultado da carteira de crédito	86.966.583	--	--	--	--	--	(6.799)	86.959.784
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	25.501.063	1.480	89.562	--	--	192.536	(376.398)	25.408.243
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	16.584.876	367.516	50.882	7.784	158.588	3.271	--	17.172.917
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	1.402.787	--	--	--	--	--	--	1.402.787
Resultado das aplicações compulsórias	1.966.213	--	--	--	--	--	--	1.966.213
Resultado de outros ativos financeiros	145.635	--	--	--	--	1	(2)	145.634
Despesas da Intermediação Financeira	(68.418.514)	(92.893)	--	--	--	(190.184)	549.187	(68.152.404)
Recursos de instituições financeiras	(37.558.831)	(92.893)	--	--	--	--	549.184	(37.102.540)
Recursos de clientes	(21.116.073)	--	--	--	--	--	3	(21.116.070)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(7.876.745)	--	--	--	--	(189.714)	--	(8.066.459)
Outras despesas de captação	(1.866.865)	--	--	--	--	(470)	--	(1.867.335)
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	(18.482.302)	(18.737)	150	--	(40)	(34.100)	--	(18.535.029)
Carteira de crédito	(17.883.937)	--	--	--	--	--	--	(17.883.937)
Outros ativos financeiros	(598.365)	(18.737)	150	--	(40)	(34.100)	--	(651.092)
Outras Receitas	28.441.862	625.519	3.063.585	6.065.572	864.224	4.141.939	(1.878.296)	41.324.405
Receitas de prestação de serviços	20.025.581	405.080	3.047.253	4.055.958	36.213	2.939.288	(1.166.038)	29.343.335
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	803.328	44.352	--	1.840.910	556.915	--	--	3.245.505
Demais receitas	7.612.953	176.087	16.332	168.704	271.096	1.202.651	(712.258)	8.735.565
Outras Despesas	(49.205.520)	(134.155)	(417.919)	(984.639)	(48.062)	(2.187.525)	1.712.308	(51.265.512)
Despesas de pessoal	(20.435.860)	(23.610)	(104.640)	(63.114)	(5.674)	(375.321)	3.238	(21.004.981)
Outras despesas administrativas	(10.460.779)	(44.038)	(56.236)	(115.394)	(2.241)	(494.667)	1.159.919	(10.013.436)
Amortização	(1.437.109)	--	--	(414)	--	(3.926)	--	(1.441.449)
Depreciação	(1.360.921)	--	--	(10)	--	(26.314)	--	(1.387.245)
Despesas tributárias	(4.489.814)	(42.707)	(209.761)	(480.522)	(34.016)	(434.554)	--	(5.691.374)
Demais despesas	(11.021.037)	(23.800)	(47.282)	(325.185)	(6.131)	(852.743)	549.151	(11.727.027)
Provisões	(8.089.373)	(199)	(9.720)	1.966	11	(36.675)	--	(8.133.990)
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(8.026.082)	(199)	(9.720)	1.966	11	(36.675)	--	(8.070.699)
Outras	(63.291)	--	--	--	--	--	--	(63.291)
Resultado Antes dos Tributos e Participações	16.813.310	748.531	2.776.540	5.090.683	974.721	1.889.263	--	28.293.048
Imposto de renda e contribuição social	(938.547)	(336.040)	(1.182.261)	(1.146.208)	(197.233)	(641.011)	--	(4.441.300)
Participação de empregados e administradores no lucro	(2.523.407)	--	(2.816)	--	--	(9.610)	--	(2.535.833)
Participação dos não controladores	(278.817)	--	--	(1.326.687)	--	(9)	--	(1.605.513)
Lucro líquido	13.072.539	412.491	1.591.463	2.617.788	777.488	1.238.633	--	19.710.402
Saldos Patrimoniais								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	527.710.108	20.553	2.608.433	4.086.952	1.479.568	6.320.767	(18.160.209)	524.066.172
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	342.143.040	3.872.845	453.345	14.011	3.294.321	569.460	(165.756)	350.181.266
Carteira de crédito líquida de provisões	740.271.089	--	--	--	--	--	(141.250)	740.129.839
Investimentos	23.490.675	870.305	2.000	6.128.262	4.665.637	25	(17.635.635)	17.521.269
Demais Ativos	299.271.068	979.353	647.009	2.270.440	699.352	3.635.110	(6.867.899)	300.634.433
Total do Ativo	1.932.885.980	5.743.056	3.710.787	12.499.665	10.138.878	10.525.362	(42.970.749)	1.932.532.979
Passivo	1.789.633.279	4.893.224	2.410.607	5.858.914	1.004.831	8.550.133	(24.675.195)	1.787.675.793
Recursos de clientes	671.493.584	--	--	--	--	--	(224.043)	671.269.541
Recursos de instituições financeiras	728.091.707	3.805.303	--	--	--	141.250	(18.301.459)	713.736.801
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	193.635.962	--	--	--	--	6.522.533	--	200.158.495
Provisões	36.476.614	1.550	13.906	19.929	42	301.536	(3.266)	36.810.311
Demais Passivos	159.935.412	1.086.371	2.396.701	5.838.985	1.004.789	1.584.814	(6.146.427)	165.700.645
Patrimônio Líquido	143.252.701	849.832	1.300.180	6.640.751	9.134.047	1.975.229	(18.295.554)	144.857.186
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.932.885.980	5.743.056	3.710.787	12.499.665	10.138.878	10.525.362	(42.970.749)	1.932.532.979

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Disponibilidades	12.808.085	15.285.225	18.310.546	18.023.001
Disponibilidades em moeda nacional	8.405.499	10.263.402	8.407.179	10.264.615
Disponibilidades em moeda estrangeira	4.402.586	5.021.823	9.903.367	7.758.386
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez⁽¹⁾	55.083.119	36.253.116	50.515.733	36.471.680
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	9.999	1.479.018	4.107.564	5.429.405
Aplicações em depósitos interfinanceiros	55.073.120	34.774.098	46.408.169	31.042.275
Total	67.891.204	51.538.341	68.826.279	54.494.681

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

8 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos de poupança	40.035.817	37.410.448	40.035.817	37.410.448
Depósitos à vista	20.204.006	17.617.425	20.204.006	17.617.425
Depósitos a prazo	32.959.214	17.979.148	32.959.214	17.979.148
Conta de pagamento instantâneo	1.394.199	1.925.886	1.394.199	1.925.886
Depósitos de moeda eletrônica	472.046	464.784	472.046	464.784
Recursos de microfinanças	53.803	106.345	53.803	106.345
Ativo circulante	95.119.085	75.504.036	95.119.085	75.504.036
Ativo não circulante	--	--	--	--
Total	95.119.085	75.504.036	95.119.085	75.504.036

b) Resultado das aplicações compulsórias

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Depósitos de poupança	1.639.393	3.020.472	1.305.892	1.639.393	3.020.472	1.305.892
Exigibilidade sobre recursos a prazo	2.103.180	3.322.656	660.321	2.103.180	3.322.656	660.321
Total	3.742.573	6.343.128	1.966.213	3.742.573	6.343.128	1.966.213

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Aplicações no Mercado Aberto	356.434.683	483.943.292	360.620.668	487.473.089
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	378.662	1.479.018	4.564.647	5.457.861
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	396.296
Letras do Tesouro Nacional	368.663	372.300	368.662	372.300
Letras Financeiras do Tesouro	9.999	--	13.635	52.750
Outros títulos	--	1.106.718	4.182.350	4.636.515
Re vendas a Liquidar - Posição Financiada	356.056.021	482.464.274	356.056.021	482.015.228
Letras Financeiras do Tesouro	--	181.323.750	--	180.945.706
Notas do Tesouro Nacional	247.312.465	153.954.792	247.312.465	153.883.790
Letras do Tesouro Nacional	107.411.310	145.523.122	107.411.310	145.523.122
Outros títulos	1.332.246	1.662.610	1.332.246	1.662.610
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	122.026.512	115.868.640	55.252.770	36.593.083
Total	478.461.195	599.811.932	415.873.438	524.066.172
Ativo circulante	423.567.157	526.706.892	412.684.827	522.211.794
Ativo não circulante	54.894.038	73.105.040	3.188.611	1.854.378

(1) Inclui no BB Consolidado, o montante de R\$ 3.192.995 mil (R\$ 4.487.851 mil em 31.12.2021) referente a aplicações no exterior determinadas pelas autoridades monetárias locais.

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	32.838.866	61.882.399	24.155.878	33.837.273	63.084.369	25.335.833
Posição financiada	32.806.396	61.790.553	23.880.581	32.806.396	61.790.553	23.880.581
Posição bancada	32.470	91.846	275.297	1.030.877	1.293.816	1.455.252
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.401.161	5.530.602	4.413.617	817.728	912.616	72.410
Total	36.240.027	67.413.001	28.569.495	34.655.001	63.996.985	25.408.243

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**a) Apresentamos a carteira de títulos e valores mobiliários por categoria de classificação, montante, tipo de papel e faixas de vencimento:****a.1) Resumo da carteira por categoria e prazo de realização**

Categoria de Classificação	BB Banco Múltiplo							
	31.12.2022				31.12.2021			
	Circulante	Não Circulante	Total	Participação na Carteira	Circulante	Não Circulante	Total	Participação na Carteira
1 - Títulos para negociação ⁽¹⁾	2.285.510	--	2.285.510	1%	4.922.226	--	4.922.226	5 %
2 - Títulos disponíveis para venda	33.241.159	321.691.442	354.932.601	88%	58.128.953	241.246.980	299.375.933	89 %
3 - Mantidos até o vencimento	17.661.521	28.347.372	46.008.893	11%	3.175.073	23.478.995	26.654.068	6 %
Valor Contábil da Carteira	53.188.190	350.038.814	403.227.004	100%	66.226.252	264.725.975	330.952.227	100 %
Marcação a mercado da categoria 3	(169.873)	(378.183)	(548.056)		(562.133)	(1.208.780)	(1.770.913)	
Valor de Mercado da Carteira	53.018.317	349.660.631	402.678.948		65.664.119	263.517.195	329.181.314	

(1) Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.2) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo									
	31.12.2022							31.12.2021		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para Negociação	4.676	16.890	40.714	2.223.230	2.328.089	2.285.510	(42.579)	4.944.070	4.922.226	(21.844)
Títulos Públicos	4.258	16.818	39.284	513.024	572.246	573.384	1.138	4.321.792	4.315.260	(6.532)
Letras do Tesouro Nacional	3.098	11.971	33.314	457.957	505.337	506.340	1.003	3.388.641	3.387.048	(1.593)
Notas do Tesouro Nacional	1.160	--	--	52.978	54.014	54.138	124	895.709	890.839	(4.870)
Letras Financeiras do Tesouro	--	4.847	5.970	2.089	12.895	12.906	11	34.044	34.064	20
Títulos de Governos Estrangeiros	--	--	--	--	--	--	--	3.398	3.309	(89)
Títulos Privados	418	72	1.430	1.710.206	1.755.843	1.712.126	(43.717)	622.278	606.966	(15.312)
Certificados recebíveis do agronegócio	--	--	105	763.852	773.580	763.957	(9.623)	108.983	107.331	(1.652)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	72	--	504.540	503.385	504.612	1.227	77.093	76.043	(1.050)
Debêntures	--	--	1.325	441.814	478.868	443.139	(35.729)	436.199	423.494	(12.705)
Cotas de Fundos de Investimento	418	--	--	--	10	418	408	--	--	--
Outros	--	--	--	--	--	--	--	3	98	95
2 - Títulos Disponíveis para Venda	3.339.147	23.220.664	6.681.348	321.691.442	357.733.552	354.932.601	(2.800.951)	302.771.829	299.375.933	(3.395.896)
Títulos Públicos	233.094	21.065.743	5.960.292	278.318.836	309.014.604	305.577.965	(3.436.639)	247.423.849	244.965.938	(2.457.911)
Letras Financeiras do Tesouro	--	20.380.814	3.345.615	248.363.543	272.032.990	272.089.972	56.982	200.705.757	200.487.485	(218.272)
Letras do Tesouro Nacional	--	--	2.111.120	13.438.057	16.130.519	15.549.177	(581.342)	23.060.939	22.286.391	(774.548)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	7.881.685	9.319.635	7.881.685	(1.437.950)	10.578.016	10.444.719	(133.297)
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	5.477.265	6.744.032	5.477.265	(1.266.767)	10.462.106	9.127.640	(1.334.466)
Títulos de Governos Estrangeiros	233.094	684.843	503.557	3.107.753	4.732.787	4.529.247	(203.540)	2.550.399	2.557.664	7.265
Títulos da Dívida Agrária	--	86	--	15	139	101	(38)	524	465	(59)
Outros	--	--	--	50.518	54.502	50.518	(3.984)	66.108	61.574	(4.534)
Títulos Privados	3.106.053	2.154.921	721.056	43.372.606	48.718.948	49.354.636	635.688	55.347.980	54.409.995	(937.985)
Debêntures	--	1.618.029	537.204	35.019.280	37.429.419	37.174.513	(254.906)	29.767.062	28.556.946	(1.210.116)
Cotas de Fundos de Investimento	2.914.132	--	--	1.432.448	2.886.210	4.346.580	1.460.370	2.205.670	3.426.504	1.220.834
Eurobonds	97.518	78.093	--	3.669.125	4.412.106	3.844.736	(567.370)	4.570.702	4.252.701	(318.001)
Notas Promissórias	--	458.799	183.852	3.190.306	3.829.534	3.832.957	3.423	2.239.409	2.111.601	(127.808)
Ações	94.403	--	--	--	98.661	94.403	(4.258)	218	40	(178)
Cédulas de Produto Rural - Commodities	--	--	--	--	--	--	--	7.699.815	7.406.177	(293.638)
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	--	--	--	--	--	--	--	8.152.076	7.877.591	(274.485)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	258	314	258	(56)	--	--	--
Outros	--	--	--	61.189	62.704	61.189	(1.515)	713.028	778.435	65.407

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo									
	31.12.2022							31.12.2021		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
3 - Mantidos até o Vencimento	538.331	4.787.342	12.165.975	27.969.189	46.008.893	45.460.837	(548.056)	26.654.068	24.883.155	(1.770.913)
Títulos Públicos	--	--	7.129.440	7.804.510	15.474.960	14.933.950	(541.010)	14.866.182	14.351.135	(515.047)
Letras do Tesouro Nacional	--	--	7.129.440	5.150.511	12.832.079	12.279.951	(552.128)	12.011.257	11.205.642	(805.615)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	2.653.999	2.642.881	2.653.999	11.118	2.854.925	3.145.493	290.568
Títulos Privados	538.331	4.787.342	5.036.535	20.164.679	30.533.933	30.526.887	(7.046)	11.787.886	10.532.020	(1.255.866)
Cédulas de Produto Rural - Commodities	459.798	4.598.740	4.591.490	2.408.158	11.895.475	12.058.186	162.711	--	--	--
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	558	52.353	133.425	11.574.178	11.768.873	11.760.514	(8.359)	--	--	--
Debêntures	77.975	115.211	311.620	6.182.341	6.848.656	6.687.147	(161.509)	9.581.618	8.330.012	(1.251.606)
Certificados de depósito bancário	--	21.038	--	--	20.926	21.038	112	837.402	838.378	976
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	2	3	2	(1)	3	2	(1)
Eurobonds	--	--	--	--	--	--	--	1.116.899	1.111.016	(5.883)
Outros	--	--	--	--	--	--	--	251.964	252.612	648
Total	3.882.154	28.024.896	18.888.037	351.883.861	406.070.534	402.678.948	(3.391.586)	334.369.967	329.181.314	(5.188.653)

a.3) Composição da carteira por tipo e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo									
	31.12.2022							31.12.2021		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	3.882.154	28.024.896	18.888.037	351.883.861	406.070.534	402.678.948	(3.391.586)	334.369.967	329.181.314	(5.188.653)
Carteira própria	3.784.636	7.871.468	9.488.860	137.516.991	160.935.865	158.661.955	(2.273.910)	162.709.736	158.036.136	(4.673.600)
Vinculados a compromissos de recompra	97.518	19.374.107	3.760.020	211.324.744	235.475.294	234.556.389	(918.905)	161.725.824	161.606.760	(119.064)
Vinculados à prestação de garantias	--	779.321	5.639.157	3.042.126	9.659.375	9.460.604	(198.771)	9.934.407	9.538.418	(395.989)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.4) Resumo da carteira consolidada por categoria e prazo de realização

Categoria de Classificação	BB Consolidado							
	31.12.2022				31.12.2021			
	Circulante	Não Circulante	Total	Participação na Carteira	Circulante	Não Circulante	Total	Participação na Carteira
1 - Títulos para negociação ⁽¹⁾	10.330.260	--	10.330.260	3%	16.626.979	--	16.626.979	5 %
2 - Títulos disponíveis para venda	44.909.992	324.970.445	369.880.437	86%	58.955.295	246.562.578	305.517.873	88 %
3 - Mantidos até o vencimento	19.045.821	29.190.579	48.236.400	11%	3.175.077	22.726.302	25.901.379	7 %
Valor Contábil da Carteira	74.286.073	354.161.024	428.447.097	100%	78.757.351	269.288.880	348.046.231	100 %
Marcação a mercado da categoria 3	(180.699)	(393.346)	(574.045)		(562.133)	(1.135.005)	(1.697.138)	
Valor de Mercado da Carteira	74.105.374	353.767.678	427.873.052		78.195.218	268.153.875	346.349.093	

(1) Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001.

a.5) Composição da carteira consolidada por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Consolidado									
	31.12.2022							31.12.2021		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para Negociação	596.428	92.670	69.414	9.571.748	10.349.834	10.330.260	(19.574)	16.149.934	16.626.979	477.045
Títulos Públicos	92.365	74.347	67.984	2.024.179	2.143.133	2.258.875	115.742	11.485.968	11.948.658	462.690
Letras Financeiras do Tesouro	--	5.848	5.970	1.187.285	1.194.920	1.199.103	4.183	34.044	34.063	19
Letras do Tesouro Nacional	3.098	11.971	33.314	457.957	505.337	506.340	1.003	3.388.641	3.387.046	(1.595)
Títulos de Governos Estrangeiros	88.107	56.528	28.700	91.491	152.412	264.826	112.414	6.817.698	7.298.198	480.500
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	150.672	154.677	150.672	(4.005)	349.876	338.513	(11.363)
Notas do Tesouro Nacional	1.160	--	--	136.774	135.787	137.934	2.147	895.709	890.838	(4.871)
Títulos Privados	504.063	18.323	1.430	7.547.569	8.206.701	8.071.385	(135.316)	4.663.966	4.678.321	14.355
Certificados recebíveis do agronegócio	--	--	105	2.880.734	2.946.169	2.880.839	(65.330)	997.950	964.410	(33.540)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	72	--	2.433.773	2.491.726	2.433.845	(57.881)	276.940	274.177	(2.763)
Debêntures	--	--	1.325	2.006.814	2.109.240	2.008.139	(101.101)	2.473.816	2.429.223	(44.593)
Cotas de Fundos de Investimento	442.450	--	--	--	351.121	442.450	91.329	415.283	424.157	8.874
Eurobonds	1.832	18.251	--	226.248	248.703	246.331	(2.372)	358.846	351.760	(7.086)
Ações	54.974	--	--	--	54.935	54.974	39	10.879	11.145	266
Outros	4.807	--	--	--	4.807	4.807	--	130.252	223.449	93.197

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Vencimento em Dias	BB Consolidado									
	31.12.2022							31.12.2021		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
2 - Títulos Disponíveis para Venda	9.142.690	24.906.073	10.861.229	324.970.445	372.898.765	369.880.437	(3.018.328)	308.919.704	305.517.873	(3.401.831)
Títulos Públicos	6.752.219	22.559.938	6.610.954	279.406.234	318.942.879	315.329.345	(3.613.534)	248.895.125	246.471.158	(2.423.967)
Letras Financeiras do Tesouro	--	20.380.814	3.623.308	248.425.991	272.372.872	272.430.113	57.241	201.136.299	200.931.027	(205.272)
Letras do Tesouro Nacional	--	--	2.111.120	13.438.057	16.130.519	15.549.177	(581.342)	23.060.939	22.286.389	(774.550)
Títulos de Governos Estrangeiros	6.752.219	2.179.038	876.526	3.624.530	13.761.396	13.432.313	(329.083)	3.214.313	3.224.376	10.063
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	8.388.834	9.878.395	8.388.834	(1.489.561)	10.954.836	10.839.687	(115.149)
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	5.477.265	6.744.032	5.477.265	(1.266.767)	10.462.106	9.127.640	(1.334.466)
Títulos da Dívida Agrária	--	86	--	15	139	101	(38)	524	465	(59)
Outros	--	--	--	51.542	55.526	51.542	(3.984)	66.108	61.574	(4.534)
Títulos Privados	2.390.471	2.346.135	4.250.275	45.564.211	53.955.886	54.551.092	595.206	60.024.579	59.046.715	(977.864)
Debêntures	--	1.779.798	3.884.884	35.361.810	41.274.278	41.026.492	(247.786)	33.444.730	32.101.882	(1.342.848)
Eurobonds	97.518	78.094	--	3.848.797	4.618.831	4.024.409	(594.422)	4.791.801	4.483.474	(308.327)
Cotas de Fundos de Investimento	2.030.930	21	131.140	1.708.612	2.294.090	3.870.703	1.576.613	2.634.905	3.962.018	1.327.113
Notas Promissórias	--	458.799	183.852	3.190.306	3.829.534	3.832.957	3.423	2.239.409	2.111.601	(127.808)
Ações	109.683	--	--	--	138.408	109.683	(28.725)	32.110	15.717	(16.393)
Certificados de Depósito Bancário	--	18.752	--	--	18.752	18.752	--	10.980	10.980	--
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	37	--	2.392	2.833	2.429	(404)	3.862	3.612	(250)
Certificados recebíveis do agronegócio	--	296	188	813	1.316	1.297	(19)	--	--	--
Cédulas de Produto Rural - Commodities	--	--	--	--	--	--	--	7.699.815	7.406.177	(293.638)
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	--	--	--	--	--	--	--	8.152.076	7.877.591	(274.485)
Outros	152.340	10.338	50.211	1.451.481	1.777.844	1.664.370	(113.474)	1.014.891	1.073.663	58.772

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Vencimento em Dias	BB Consolidado									
	31.12.2022							31.12.2021		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
3 - Mantidos até o Vencimento	920.193	5.655.662	12.289.267	28.797.233	48.236.400	47.662.355	(574.045)	25.901.379	24.204.241	(1.697.138)
Títulos Públicos	381.862	868.319	7.252.732	8.902.193	17.975.810	17.405.106	(570.704)	15.448.307	14.927.629	(520.678)
Letras do Tesouro Nacional	--	--	7.129.440	5.150.511	12.832.079	12.279.951	(552.128)	12.011.257	11.205.642	(805.615)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	2.654.000	2.642.881	2.654.000	11.119	2.854.928	3.145.493	290.565
Títulos de Governos Estrangeiros	381.862	868.319	123.292	1.097.682	2.500.850	2.471.155	(29.695)	582.122	576.494	(5.628)
Títulos Privados	538.331	4.787.343	5.036.535	19.895.040	30.260.590	30.257.249	(3.341)	10.453.072	9.276.612	(1.176.460)
Cédulas de Produto Rural - Commodities	459.798	4.598.740	4.591.490	2.408.158	11.895.475	12.058.186	162.711	--	--	--
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	558	52.353	133.425	11.574.178	11.768.873	11.760.514	(8.359)	--	--	--
Debêntures	77.975	115.211	311.620	5.912.702	6.575.312	6.417.508	(157.804)	8.246.803	7.074.601	(1.172.202)
Certificados de Depósito Bancário	--	21.039	--	--	20.927	21.039	112	837.403	838.378	975
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	2	3	2	(1)	3	2	(1)
Eurobonds	--	--	--	--	--	--	--	1.116.899	1.111.019	(5.880)
Outros	--	--	--	--	--	--	--	251.964	252.612	648
Total	10.659.311	30.654.405	23.219.910	363.339.426	431.484.999	427.873.052	(3.611.947)	350.971.017	346.349.093	(4.621.924)

a.6) Composição da carteira consolidada por tipo e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Consolidado									
	31.12.2022							31.12.2021		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	10.659.311	30.654.405	23.219.910	363.339.426	431.484.999	427.873.052	(3.611.947)	350.971.017	346.349.093	(4.621.924)
Carteira própria	10.561.793	10.499.754	13.817.576	170.974.277	208.348.628	205.853.400	(2.495.228)	197.786.851	193.646.716	(4.140.135)
Vinculados a compromissos de recompra	97.518	19.374.107	3.763.177	188.482.567	212.635.779	211.717.369	(918.410)	143.234.628	143.135.957	(98.671)
Vinculados à prestação de garantias	--	780.544	5.639.157	3.882.582	10.500.592	10.302.283	(198.309)	9.949.538	9.566.420	(383.118)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Títulos de renda fixa	24.831.303	42.288.161	12.446.689	29.359.481	49.280.931	15.419.120
Títulos de renda variável	251.112	(369.315)	1.770.609	243.604	(376.604)	1.753.797
Total	25.082.415	41.918.846	14.217.298	29.603.085	48.904.327	17.172.917

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Com o objetivo de refletir a dinâmica de negócios para os produtos envolvidos, foram realizadas no Exercício findo em 31.12.2022 as seguintes reclassificações:

- da categoria I – títulos para negociação para a Categoria II – títulos disponíveis para venda: R\$ 11.476.114 mil, basicamente, em títulos de governos estrangeiros. O ajuste não gerou impacto no resultado, nem no patrimônio líquido.
- da categoria II – títulos disponíveis para venda para a Categoria III – títulos mantidos até o vencimento: R\$ 10.953.163 mil em Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e R\$ 10.154.455 mil em Cédulas de Produto Rural – Commodities (CPR), sendo atestada a capacidade financeira para manutenção desses ativos até os seus respectivos vencimentos. O ajuste não gerou impacto no resultado, nem no patrimônio líquido. O efeito acumulado de marcação a mercado no patrimônio líquido para esses papéis, até a data da reclassificação, é negativo em R\$ 3.142 mil, líquido de tributos.

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários no Exercício findo em 31.12.2021.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições, administrar risco de crédito e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de risco de mercado e de investimento no exterior) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Banco são compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 30. As operações de hedge contábil se propõem a mitigar riscos de mercado, tais como variações em taxas de juros e variações em taxas de câmbio.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos.

As estratégias são elaboradas com base em:

- análise de cenários econômicos;
- análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista;
- simulação de resultados esperados;
- simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco utiliza derivativo de crédito, na gestão proprietária de suas carteiras, posições e operações. Para isto as agências externas fazem uso da modalidade credit default swap em mercado de balcão no exterior. Esta modalidade se refere ao acordo entre duas partes para compra ou venda de proteção de crédito em troca de pagamento de taxa de juros periódica.

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado, no fluxo de caixa ou na variação cambial do item objeto de hedge.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Dessa forma, o valor em risco calculado para a carteira de derivativos do Banco Múltiplo, em 31.12.2022, foi de R\$ 156.176 mil (R\$ 446.059 mil em 31.12.2021).

A exposição de crédito em swap totalizou R\$ 834.639 mil em 31.12.2022 (R\$ 587.687 mil em 31.12.2021).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Composições

a.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	31.12.2022			31.12.2021			31.12.2022			31.12.2021		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros												
Compromissos de Compra	12.147.162	--	--	23.760.147	--	--	12.495.923	--	--	24.758.387	--	--
DI	7.633.088	--	--	13.764.867	--	--	7.633.088	--	--	13.764.867	--	--
Moedas	1.373.069	--	--	222.206	--	--	1.721.830	--	--	1.220.446	--	--
Índice Bovespa	3.889	--	--	529	--	--	3.889	--	--	529	--	--
Cupom cambial	3.076.100	--	--	9.620.707	--	--	3.076.100	--	--	9.620.707	--	--
Commodities	61.016	--	--	151.838	--	--	61.016	--	--	151.838	--	--
Compromissos de Venda	22.992.210	--	--	36.601.075	--	--	23.172.978	--	--	37.049.525	--	--
DI	7.184.693	--	--	7.976.286	--	--	7.184.693	--	--	7.976.286	--	--
Moedas	3.067.181	--	--	9.317.737	--	--	3.247.949	--	--	9.766.187	--	--
T-Note	3.173.134	--	--	--	--	--	3.173.134	--	--	--	--	--
Cupom cambial	3.355.606	--	--	11.361.806	--	--	3.355.606	--	--	11.361.806	--	--
Libor	4.776.315	--	--	6.050.774	--	--	4.776.315	--	--	6.050.774	--	--
Commodities	1.435.281	--	--	1.894.472	--	--	1.435.281	--	--	1.894.472	--	--
Operações a Termo												
Posição Ativa	14.811.098	721.247	371.489	28.624.204	1.359.033	1.587.838	15.281.186	744.683	395.025	29.227.919	1.394.366	1.623.170
Termo de título	--	--	--	441.780	441.780	441.780	--	--	--	441.780	441.780	441.780
Termo de moeda	13.820.009	629.387	301.499	26.792.618	645.762	932.691	14.290.097	652.823	325.035	27.396.333	681.095	968.023
Termo de mercadoria	991.089	91.860	69.990	1.389.806	271.491	213.367	991.089	91.860	69.990	1.389.806	271.491	213.367
Posição Passiva	23.635.787	(1.971.278)	(1.072.640)	20.943.359	(1.990.345)	(945.864)	23.681.976	(1.972.065)	(1.073.427)	20.983.009	(1.993.185)	(948.705)
Termo de título	--	--	--	441.780	(441.780)	(441.780)	--	--	--	441.780	(441.780)	(441.780)
Termo de moeda	22.530.604	(1.742.394)	(824.185)	19.906.924	(1.514.884)	(468.914)	22.576.793	(1.743.181)	(824.972)	19.946.574	(1.517.724)	(471.755)
Termo de mercadoria	1.105.183	(228.884)	(248.455)	594.655	(33.681)	(35.170)	1.105.183	(228.884)	(248.455)	594.655	(33.681)	(35.170)
Contrato de Opções												
De Compra - Posição Comprada	4.924.396	260.830	77.997	2.411.429	112.500	94.055	4.924.396	260.830	77.997	2.411.429	112.500	94.055
Moeda estrangeira	4.924.396	260.830	77.997	2.411.429	112.500	94.055	4.924.396	260.830	77.997	2.411.429	112.500	94.055
De Venda - Posição Comprada	303.582	11.246	11.045	--	--	--	303.582	11.246	11.045	--	--	--
Moeda estrangeira	303.582	11.246	11.045	--	--	--	303.582	11.246	11.045	--	--	--
De Compra - Posição Vendida	906.949	(23.735)	(39.849)	1.560.705	(17.118)	(47.202)	444.308	(19.173)	(27.825)	75.452	(1.940)	(13.569)
Moeda estrangeira	334.992	(15.122)	(23.945)	50.559	(363)	(801)	334.992	(15.122)	(23.945)	50.559	(363)	(801)
Pré-fixados	462.641	(4.562)	(12.024)	1.485.253	(15.178)	(33.633)	--	--	--	--	--	--
Índice Bovespa	34.007	(1.905)	(2.022)	7.303	(740)	(597)	34.007	(1.905)	(2.022)	7.303	(740)	(597)
Índice IPCA	--	--	--	2.467	(323)	(555)	--	--	--	2.467	(323)	(555)
Commodities	75.309	(2.146)	(1.858)	15.123	(514)	(11.616)	75.309	(2.146)	(1.858)	15.123	(514)	(11.616)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Por Indexador	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	31.12.2022			31.12.2021			31.12.2022			31.12.2021		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
De Venda - Posição Vendida	5.678.150	(733.241)	(953.597)	4.309.028	(1.615.752)	(1.800.635)	5.215.508	(270.205)	(497.751)	2.823.775	(124.012)	(326.755)
Moeda estrangeira	4.860.396	(257.306)	(489.982)	2.562.566	(117.265)	(102.534)	4.860.396	(257.306)	(489.982)	2.562.566	(117.265)	(102.534)
Pré-fixados	462.642	(463.036)	(455.846)	1.485.253	(1.491.740)	(1.473.880)	--	--	--	--	--	--
Índice Bovespa	23.964	(739)	(628)	4.765	(275)	(217)	23.964	(739)	(628)	4.765	(275)	(217)
Índice DI	7.302	(52)	--	6.498	(52)	(24)	7.302	(52)	--	6.498	(52)	(24)
Commodities	323.846	(12.108)	(7.141)	249.946	(6.420)	(223.980)	323.846	(12.108)	(7.141)	249.946	(6.420)	(223.980)
Contratos de Swap												
Posição Ativa	22.869.098	1.001.555	1.134.782	15.544.823	177.246	272.917	22.401.501	1.001.538	1.134.779	14.037.905	177.410	272.897
DI	12.848.783	810.085	775.695	10.324.124	40.449	109.212	12.848.783	810.085	775.695	10.324.124	40.449	109.212
Moeda estrangeira	8.299.526	110.174	289.198	3.261.613	130.426	155.867	8.299.526	110.174	289.198	3.261.613	130.426	155.867
Pré-fixado	1.720.789	81.296	69.889	1.959.086	6.371	7.838	1.253.192	81.279	69.886	452.168	6.535	7.818
Posição Passiva	8.869.326	(1.021.623)	(1.305.602)	8.463.302	(831.006)	(1.269.359)	8.869.326	(1.021.623)	(1.305.602)	8.463.302	(831.006)	(1.269.359)
DI	1.475.272	(118.414)	(130.415)	358.598	(7.032)	(57.928)	1.475.272	(118.414)	(130.415)	358.598	(7.032)	(57.928)
Moeda estrangeira	5.578.198	(793.673)	(1.053.142)	7.035.219	(809.240)	(1.132.351)	5.578.198	(793.673)	(1.053.142)	7.035.219	(809.240)	(1.132.351)
Pré-fixado	969.776	(35.606)	(30.033)	201.368	(3.273)	(5.945)	969.776	(35.606)	(30.033)	201.368	(3.273)	(5.945)
IPCA	846.080	(73.930)	(92.012)	868.117	(11.461)	(73.135)	846.080	(73.930)	(92.012)	868.117	(11.461)	(73.135)
Derivativos de Crédito ⁽¹⁾												
Posição Ativa												
Títulos dívida pública brasileira	--	--	--	27.903	3.045	2.739	--	--	--	27.903	3.045	2.739
Outros Derivativos ⁽²⁾												
Posição Ativa												
Moeda estrangeira	1.663.993	39.087	26.703	4.391.270	141.224	143.304	1.099.157	39.087	19.223	4.110.983	139.286	142.174
Posição Passiva												
Moeda estrangeira	6.130.599	(115.844)	(140.845)	2.942.642	(36.681)	(45.537)	6.130.599	(115.849)	(140.858)	2.942.642	(36.681)	(45.539)

(1) Refere-se a operações de CDS (Credit Default Swap) cujo risco transferido totaliza o montante do valor de referência do contrato da operação. No Exercício/2021, esta operação gerou impacto negativo no Patrimônio de Referência de R\$ 305 mil e não ocorreram eventos de crédito previstos no contrato.

(2) Referem-se, essencialmente, a operações realizadas no mercado Forex no exterior, registradas como contratos de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward - NDF). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor nominal)

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2022	31.12.2021	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2022	31.12.2021
Contratos de Futuros	2.206.642	14.317.960	5.669.202	12.945.568	35.139.372	60.361.222	2.736.171	14.317.960	5.669.202	12.945.568	35.668.901	61.807.912
Contratos a Termo	4.987.787	22.285.930	6.850.446	4.322.722	38.446.885	49.567.563	5.536.970	22.285.929	6.817.541	4.322.722	38.963.162	50.210.928
Contratos de Opções	192.965	5.562.248	5.356.592	701.272	11.813.077	8.281.162	192.965	4.636.965	5.356.592	701.272	10.887.794	5.310.656
Contratos de Swap	2.194.111	7.374.227	10.639.131	11.530.955	31.738.424	24.008.125	2.194.111	6.906.630	10.639.131	11.530.955	31.270.827	22.501.207
Derivativos de crédito	--	--	--	--	--	27.903	--	--	--	--	--	27.903
Outros	1.843.620	4.706.453	1.232.085	12.434	7.794.592	7.333.912	1.563.710	4.421.527	1.232.085	12.434	7.229.756	7.053.625

a.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor nominal em 31.12.2022)

	BB Banco Múltiplo					BB Consolidado				
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros
Bolsa										
B3	26.873.615	--	399.155	--	--	26.873.615	--	399.155	--	--
Exterior	8.265.757	--	--	--	--	8.795.286	--	--	--	--
Balcão										
Instituições Financeiras	--	--	925.283	23.661.091	7.794.592	--	549.183	--	23.193.494	7.229.756
Clientes	--	38.446.885	10.488.639	8.077.333	--	--	38.413.979	10.488.639	8.077.333	--

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Letras Financeiras do Tesouro	1.730.237	1.921.705	1.730.237	1.921.705

a.5) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	31.12.2022		31.12.2021		31.12.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo								
Contratos a Termo	352.548	18.941	1.350.170	237.668	376.084	18.941	1.385.502	237.668
Contratos de Opções	69.490	19.552	805	93.250	69.490	19.552	805	93.250
Contratos de Swap	763.110	371.672	121.437	151.480	763.107	371.672	121.417	151.480
Derivativos de crédito	--	--	--	2.739	--	--	--	2.739
Outros Derivativos	26.639	64	137.818	5.486	19.159	64	136.688	5.486
Total	1.211.787	410.229	1.610.230	490.623	1.227.840	410.229	1.644.412	490.623
Passivo								
Contratos a Termo	(938.096)	(134.544)	(890.085)	(55.779)	(938.883)	(134.544)	(892.926)	(55.779)
Contratos de Opções	(960.863)	(32.583)	(1.747.486)	(100.351)	(492.993)	(32.583)	(239.973)	(100.351)
Contratos de Swap	(120.131)	(1.185.471)	(158.890)	(1.110.469)	(120.131)	(1.185.471)	(158.890)	(1.110.469)
Outros Derivativos	(140.710)	(135)	(45.162)	(375)	(140.723)	(135)	(45.163)	(376)
Total	(2.159.800)	(1.352.733)	(2.841.623)	(1.266.974)	(1.692.730)	(1.352.733)	(1.336.952)	(1.266.975)

b) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Contratos de Futuro	1.126.213	1.115.757	1.327.324	1.290.540	1.258.283	1.264.229
Contratos a Termo	(672.866)	(3.285.735)	1.215.103	(554.960)	(3.141.523)	1.347.117
Contratos de Opções	(232.067)	(266.575)	(293.883)	(202.840)	(188.060)	(227.691)
Contratos de Swap	347.799	1.626.200	(1.029.141)	347.772	1.626.091	(1.029.282)
Derivativos de crédito	(25.702)	(15.064)	1.501	(25.702)	(15.064)	1.501
Outros Derivativos	(42.193)	(58.076)	36.302	(66.808)	(122.438)	46.913
Total	501.184	(883.493)	1.257.206	788.002	(582.711)	1.402.787

c) Hedge contábil

O Banco realiza estruturas de Hedge de Valor de Mercado e de Hedge de Investimento Líquido no Exterior com o objetivo de gerenciar o risco de taxa de juros e o risco cambial apresentados por operações próprias. O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge, do instrumento de hedge e a metodologia a ser utilizada para avaliar a sua efetividade desde a concepção da estrutura de hedge contábil.

A estrutura de limites de risco estende-se em nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão, bem como evitar a concentração desses riscos.

As estruturas designadas para as categorias de risco de taxa de juros e risco cambial são realizadas considerando os riscos em sua totalidade, quando existem instrumentos de hedge compatíveis. Por decisão da Administração, em alguns casos, os riscos são protegidos pelo prazo e limite de fator de risco do instrumento de hedge.

Para proteger o valor justo e o risco cambial dos instrumentos designados como objeto de hedge, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos (Contratos Futuros e Swaps).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

No início do relacionamento de hedge e de forma contínua, o Banco avalia e acompanha as estratégias para garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, os instrumentos de hedge compensem as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método *Dollar Offset* (ou *Ratio Analysis*), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto de hedge; e
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

No gerenciamento de risco é esperado que os instrumentos de hedge e os objetos de hedge se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, com o objetivo de mitigar os fatores de riscos. Atualmente, o índice de cobertura designado é 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte, risco de liquidação antecipada do objeto de hedge e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge.

c.1) Hedge de valor de mercado

A estratégia de hedge de valor de mercado do Banco consiste em proteger a exposição à variação no valor justo em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de inflação etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swap de taxa de juros, relativos a ativos e passivos pré-fixados.

O Banco aplica o hedge de valor de mercado como segue:

- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por Títulos Públicos Federais (LTN) classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. Para gerenciar este risco, contrata futuros de DI ou swaps de juros e os designa como instrumento de hedge em uma estrutura de hedge contábil, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada;
- O Banco possui uma carteira ativa de crédito na modalidade de Crédito Direto do Consumidor (CDC) pré-fixada. Para gerenciar este risco, são contratadas operações de futuros de juros (DI) e designadas como hedge de valor mercado dos créditos correspondente, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada; e
- O Banco possui risco de taxas de juros e exposição de moeda estrangeira gerada por emissões de títulos e aplicações interfinanceiras realizadas em dependência no exterior. Para gerenciar este risco, designa operações de swap (*cross currency interest rate swap*) como instrumento de proteção em estrutura de hedge contábil, trocando exposição entre moedas estrangeiras e taxas de juros.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Composição da carteira de derivativos designados para hedge de valor de mercado

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Instrumentos de Hedge ⁽¹⁾				
Passivo	(13.207.111)	(12.626.404)	(13.207.111)	(12.626.404)
Contratos de Swap	(7.966.434)	(7.775.883)	(7.966.434)	(7.775.883)
Contratos de Futuro	(5.240.677)	(4.850.521)	(5.240.677)	(4.850.521)
Itens Objeto de Hedge				
Ativo	15.189.252	14.972.551	15.189.252	14.972.551
Títulos e valores mobiliários	12.579.618	11.808.372	12.579.618	11.808.372
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.563.590	3.120.690	2.563.590	3.120.690
Operações de crédito	46.044	43.489	46.044	43.489
Passivo	(1.816.981)	(2.209.564)	(1.816.981)	(2.209.564)
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(1.816.981)	(2.209.564)	(1.816.981)	(2.209.564)

(1) Refere-se ao valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos.

Em estruturas de proteção de valor de mercado, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os itens objeto de hedge (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	565.298	804.974	848.539	565.298	804.974	848.539
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	(521.750)	(723.422)	(682.430)	(521.750)	(723.422)	(682.430)
Efeito líquido	43.458	81.552	166.109	43.458	81.552	166.109

c.2) Hedge de investimento líquido no exterior

A estratégia de hedge de investimento líquido no exterior consiste em proteger a exposição à variação cambial do dólar norte-americano frente ao real devido ao investimento do Banco no BB Américas, cuja moeda funcional é diferente do real. O instrumento de hedge utilizado é o contrato futuro de dólar norte-americano. Essas operações são renovadas mensalmente e o montante designado é atualizado no máximo a cada seis meses tendo em vista a alteração do montante do investimento considerado na estrutura de hedge.

Carteira de derivativos designados para hedge de investimento líquido no exterior

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Instrumentos de Hedge				
Passivo	(702.764)	(403.014)	(702.764)	(403.014)
Contratos de Futuro	(702.764)	(403.014)	(702.764)	(403.014)
Itens Objeto de Hedge				
Ativo	701.011	399.936	701.011	399.936
Investimento líquido no exterior	701.011	399.936	701.011	399.936

Em estruturas de proteção de investimento líquido no exterior, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido sob a rubrica de "Outros resultados abrangentes – Hedge de investimento líquido no exterior" (Nota 23.h). A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2022	Exercício/2021
(Perdas)/ganhos dos itens objeto de hedge	(23.659)	--	(23.659)	--
Ganhos/(perdas) dos instrumentos de hedge	17.777	--	17.777	--
Efeito líquido ⁽¹⁾	(5.882)	--	(5.882)	--

(1) Estrutura de proteção de investimento líquido no exterior iniciada em 31.12.2021.

12 - CARTEIRA DE CRÉDITO**a) Carteira de crédito por modalidade**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Operações de Crédito	785.045.939	691.575.606	797.071.709	704.021.237
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	325.323.165	283.542.393	332.007.261	292.280.951
Financiamentos	129.166.304	128.025.860	130.219.409	128.740.533
Financiamentos rurais	283.439.401	233.108.248	283.439.401	233.108.248
Financiamentos imobiliários	46.955.266	46.699.992	51.243.835	49.692.392
Operações de crédito vinculadas a cessão ⁽¹⁾	161.803	199.113	161.803	199.113
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	92.018.105	78.894.111	93.796.888	80.493.360
Operações com cartão de crédito	47.723.600	44.283.323	49.502.383	45.882.572
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 13.d)	23.910.738	17.716.604	23.910.738	17.716.604
Aquisição de recebíveis	10.160.141	8.581.879	10.160.141	8.581.879
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ⁽²⁾	7.411.448	6.619.777	7.411.448	6.619.777
Avais e fianças honrados	31.023	87.256	31.023	87.256
Diversos	2.781.155	1.605.272	2.781.155	1.605.272
Operações de Arrendamento Mercantil	--	--	414.726	280.971
Total da Carteira de Crédito	877.064.044	770.469.717	891.283.323	784.795.568
Ativo circulante	380.417.858	322.650.497	387.613.409	331.004.791
Ativo não circulante	496.646.186	447.819.220	503.669.914	453.790.777
(Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito)	(50.513.636)	(44.470.150)	(50.697.155)	(44.665.729)
(Provisão para operações de crédito)	(47.673.426)	(42.135.142)	(47.831.412)	(42.301.950)
(Provisão para outros créditos com características de concessão de crédito)	(2.840.210)	(2.335.008)	(2.862.338)	(2.361.141)
(Provisão para arrendamento mercantil)	--	--	(3.405)	(2.638)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	826.550.408	725.999.567	840.586.168	740.129.839

(1) Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

(2) Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Resultado da carteira de crédito

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Resultado de Operações de Crédito	62.179.919	113.112.904	84.254.592	62.575.470	120.569.559	87.012.788
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	34.463.727	64.530.197	47.255.278	34.328.538	70.903.733	49.047.532
Financiamentos rurais	10.809.250	18.896.348	12.486.302	10.809.250	18.896.348	12.486.302
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	4.189.613	8.058.868	7.085.409	4.524.111	8.770.631	7.808.351
Financiamentos	4.456.336	5.845.580	9.551.557	4.478.380	5.905.186	9.572.780
Equalização de taxas – safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	3.015.175	5.739.761	2.410.496	3.015.175	5.739.761	2.410.496
Financiamentos imobiliários	2.129.408	3.962.562	3.247.513	2.281.739	4.231.749	3.445.743
Financiamentos à exportação	1.792.807	3.201.473	1.249.115	1.792.807	3.201.473	1.249.115
Aquisição de recebíveis	776.160	1.432.012	391.061	776.160	1.432.012	391.061
Financiamentos em moedas estrangeiras	335.809	1.077.630	303.670	338.602	1.087.037	306.732
Adiantamentos a depositantes	134.094	233.929	190.701	153.168	267.085	211.186
Avais e fianças honrados	5.895	11.816	16.039	5.895	11.816	16.039
Demais	71.645	122.728	67.451	71.645	122.728	67.451
Resultado de Arrendamento Mercantil	--	--	--	33.821	58.577	33.191
Resultado de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros ⁽²⁾	192.690	382.323	(87.853)	192.690	382.323	(86.195)
Total	62.372.609	113.495.227	84.166.739	62.801.981	121.010.459	86.959.784

(1) Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 584.543 mil no 2º Semestre/2022 (com impacto no resultado de R\$ 321.498 mil, líquido de tributos), R\$ 840.402 mil no Exercício/2022 (com impacto no resultado de R\$ 462.220 mil, líquido de tributos) e R\$ 614.589 mil no Exercício/2021 (com impacto no resultado de R\$ 318.595 mil, líquido de tributos). Os valores contábeis dessas operações eram de R\$ 1.550.836 mil, R\$ 2.220.854 mil e R\$ 1.729.719 mil, respectivamente.

(2) Inclui despesas no montante de R\$ 37.841 mil (R\$ 19.845 mil, líquido de tributos) no 2º Semestre/2022, R\$ 61.422 mil (R\$ 32.211 mil, líquido de tributos) no Exercício/2022 e R\$ 475.159 mil (R\$ 245.810 mil, líquido de tributos) no Exercício/2021, oriundas de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001. As referidas cessões geraram impacto positivo de R\$ 11.222 mil no 2º Semestre/2022, R\$ 17.626 mil no Exercício/2022 e R\$ 458.726 mil no Exercício/2021, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Os valores contábeis dessas operações eram de R\$ 90.058 mil, R\$ 125.049 mil e R\$ 1.530.248 mil respectivamente.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	31.12.2022	%	31.12.2021	%	31.12.2022	%	31.12.2021	%
Sector Público	57.312.373	6,5	65.185.414	8,5	57.543.027	6,5	65.440.127	8,3
Administração pública	52.611.541	6,0	57.774.933	7,5	52.816.209	5,9	58.029.671	7,4
Petroleiro	2.625.600	0,3	2.914.198	0,4	2.625.600	0,3	2.785.512	0,4
Energia elétrica	846.818	0,1	3.751.655	0,5	846.818	0,1	3.751.654	0,5
Serviços	539.490	0,1	342.436	--	539.490	0,1	342.436	--
Demais atividades	688.924	--	402.192	0,1	714.910	0,1	530.854	--
Sector Privado	819.751.671	93,5	705.284.303	91,5	833.740.296	93,5	719.355.441	91,7
Pessoa Física	561.431.074	64,0	481.064.438	62,4	565.735.713	63,5	484.779.288	61,8
Pessoa Jurídica	258.320.597	29,5	224.219.865	29,1	268.004.583	30,0	234.576.153	29,9
Agronegócio de origem vegetal	38.320.954	4,4	34.676.471	4,5	39.441.363	4,4	36.341.500	4,6
Serviços	30.515.894	3,5	27.379.804	3,5	32.044.525	3,6	28.572.295	3,6
Mineração e metalurgia	18.969.630	2,2	13.615.799	1,8	19.739.757	2,2	14.097.821	1,8
Comércio varejista	16.005.395	1,8	13.542.406	1,8	16.260.340	1,8	13.795.842	1,8
Transportes	14.599.737	1,7	14.407.742	1,9	14.795.926	1,7	14.591.773	1,9
Agronegócio de origem animal	13.810.246	1,6	12.599.328	1,6	14.291.895	1,6	13.137.982	1,7
Energia elétrica	13.442.627	1,5	7.729.959	1,0	13.563.642	1,5	7.867.503	1,0
Automotivo	12.322.553	1,4	12.850.558	1,7	12.955.178	1,5	13.394.912	1,7
Instituições e serviços financeiros	11.933.408	1,4	11.370.948	1,5	12.511.545	1,4	12.131.910	1,5
Insumos agrícolas	11.637.687	1,3	10.124.523	1,3	11.716.655	1,3	10.237.059	1,3
Combustíveis	10.296.060	1,2	7.899.806	1,0	10.829.193	1,2	8.279.490	1,1
Atividades específicas da construção	9.647.623	1,1	7.558.808	1,0	9.857.040	1,1	7.848.492	1,0
Eletroeletrônico	9.798.005	1,1	8.157.560	1,1	9.842.819	1,1	8.237.309	1,1
Químico	8.493.827	1,0	7.217.047	0,9	9.234.899	1,0	8.170.306	1,0
Comércio atacadista e indústrias diversas	7.934.975	0,9	7.793.217	1,0	8.583.571	1,0	8.666.861	1,1
Imobiliário	6.212.892	0,7	4.981.560	0,6	7.136.047	0,8	5.877.849	0,7
Têxtil e confecções	7.059.904	0,8	6.717.601	0,9	7.101.570	0,8	6.816.772	0,9
Madeiro e moveleiro	5.202.494	0,6	4.399.177	0,6	5.220.448	0,6	4.424.540	0,6
Papel e celulose	3.863.295	0,4	3.203.703	0,4	3.984.616	0,4	3.458.752	0,4
Construção pesada	2.517.630	0,3	2.060.519	0,2	2.986.726	0,3	2.370.675	0,3
Telecomunicações	2.133.451	0,2	2.830.787	0,4	2.248.711	0,3	3.151.109	0,4
Demais atividades	3.602.310	0,4	3.102.542	0,4	3.658.117	0,4	3.105.401	0,4
Total	877.064.044	100,0	770.469.717	100,0	891.283.323	100,0	784.795.568	100,0

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Carteira de crédito por níveis de risco e prazos de vencimento

	BB Banco Múltiplo										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2022	31.12.2021
	Operações em Curso Normal										
Parcelas Vincendas											
01 a 30	22.090.277	7.389.136	14.156.642	17.575.029	1.723.821	99.210	1.716.131	49.755	790.881	65.590.882	54.765.649
31 a 60	16.188.013	3.735.490	6.255.423	5.156.658	631.080	104.638	70.384	26.310	208.028	32.376.024	28.811.924
61 a 90	14.969.179	3.177.928	4.994.516	3.858.230	497.191	146.364	44.366	19.920	276.814	27.984.508	27.084.875
91 a 180	55.370.820	9.724.999	13.244.681	8.813.292	1.176.573	313.905	450.966	82.015	737.620	89.914.871	73.637.683
181 a 360	89.815.457	13.367.300	25.215.169	11.882.852	1.891.798	551.170	509.586	127.916	1.097.269	144.458.517	126.140.577
Acima de 360	237.668.610	69.153.660	105.905.910	38.786.206	9.455.141	5.202.100	1.242.899	988.114	14.074.379	482.477.019	436.493.363
Parcelas Vencidas											
Até 14 dias	297.559	60.243	132.903	451.208	95.198	17.394	7.105	3.559	171.749	1.236.918	585.088
Subtotal	436.399.915	106.608.756	169.905.244	86.523.475	15.470.802	6.434.781	4.041.437	1.297.589	17.356.740	844.038.739	747.519.159
	Operações em Curso Anormal										
Parcelas Vincendas											
01 a 30	--	--	46.726	462.316	286.446	168.304	121.590	108.843	622.382	1.816.607	1.284.115
31 a 60	--	--	25.440	129.070	100.023	67.888	44.607	43.947	162.116	573.091	412.299
61 a 90	--	--	20.907	107.295	84.292	56.085	40.919	34.625	137.214	481.337	315.560
91 a 180	--	--	56.574	259.223	224.954	165.149	114.854	93.178	386.813	1.300.745	924.349
181 a 360	--	--	117.980	392.599	389.398	275.682	175.133	167.680	736.662	2.255.134	1.609.562
Acima de 360	--	--	1.304.291	2.246.835	2.176.533	1.902.297	1.104.379	1.081.071	4.318.527	14.133.933	10.944.973
Parcelas Vencidas											
01 a 14	--	--	8.622	42.428	35.121	26.319	16.005	13.078	59.770	201.343	136.212
15 a 30	--	--	111.323	312.348	146.929	43.892	25.698	26.171	274.441	940.802	632.109
31 a 60	--	--	20.601	592.329	259.444	127.342	47.489	44.440	202.753	1.294.398	1.049.990
61 a 90	--	--	4	41.857	640.916	123.121	56.579	58.615	203.531	1.124.623	868.286
91 a 180	--	--	--	18.342	93.461	752.528	756.591	846.758	730.806	3.198.486	2.005.011
181 a 360	--	--	--	621	37	37.420	62.456	88.304	5.088.748	5.277.586	2.306.092
Acima de 360	--	--	534	331	5	235	921	39	425.155	427.220	462.000
Subtotal	--	--	1.713.002	4.605.594	4.437.559	3.746.262	2.567.221	2.606.749	13.348.918	33.025.305	22.950.558
Total	436.399.915	106.608.756	171.618.246	91.129.069	19.908.361	10.181.043	6.608.658	3.904.338	30.705.658	877.064.044	770.469.717



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Consolidado										31.12.2022	31.12.2021
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
	Operações em Curso Normal											
Parcelas Vincendas												
01 a 30	22.296.198	9.968.041	16.001.519	17.582.488	1.725.524	99.746	1.716.284	49.874	792.857	70.232.531	58.663.064	
31 a 60	16.371.207	4.084.939	6.343.983	5.156.860	631.106	104.648	70.466	26.315	208.096	32.997.620	29.761.476	
61 a 90	15.055.328	3.353.336	5.003.974	3.858.454	497.252	146.375	44.463	19.939	276.907	28.256.028	27.427.656	
91 a 180	55.491.075	10.193.429	13.304.571	8.813.972	1.176.762	314.035	451.271	82.104	737.958	90.565.177	75.050.734	
181 a 360	90.025.519	13.713.779	25.398.949	11.884.830	1.892.998	551.805	510.222	128.392	1.099.210	145.205.704	127.343.619	
Acima de 360	239.134.669	70.041.902	110.414.318	38.797.605	9.459.612	5.316.152	1.244.193	989.778	14.080.678	489.478.907	442.716.396	
Parcelas Vencidas												
Até 14 dias	308.875	69.502	250.380	451.835	95.824	17.493	7.181	3.600	171.776	1.376.466	765.811	
Subtotal	438.682.871	111.424.928	176.717.694	86.546.044	15.479.078	6.550.254	4.044.080	1.300.002	17.367.482	858.112.433	761.728.756	
	Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vincendas												
01 a 30	--	--	46.726	462.316	286.445	168.308	121.594	108.843	622.405	1.816.637	1.284.129	
31 a 60	--	--	25.440	129.070	100.023	67.892	44.612	43.947	162.138	573.122	412.311	
61 a 90	--	--	20.907	107.295	84.292	56.089	40.923	34.625	137.236	481.367	315.572	
91 a 180	--	--	56.574	259.223	224.954	165.161	114.866	93.178	386.868	1.300.824	924.385	
181 a 360	--	--	117.980	392.599	389.398	275.704	175.155	167.680	736.662	2.255.178	1.609.616	
Acima de 360	--	--	1.304.291	2.246.835	2.176.533	1.902.369	1.104.421	1.081.071	4.318.527	14.134.047	10.945.089	
Parcelas Vencidas												
01 a 14	--	--	8.622	42.428	35.121	26.319	16.005	13.078	59.770	201.343	136.215	
15 a 30	--	--	180.992	313.089	147.561	44.177	25.817	26.221	274.614	1.012.471	675.581	
31 a 60	--	--	20.601	611.204	260.347	127.700	47.637	44.755	202.874	1.315.118	1.062.664	
61 a 90	--	--	4	41.857	649.441	123.611	56.798	58.819	203.817	1.134.347	874.021	
91 a 180	--	--	--	18.342	93.461	757.445	758.809	853.104	732.155	3.213.316	2.016.035	
181 a 360	--	--	--	621	37	37.420	62.456	88.304	5.088.954	5.277.792	2.322.778	
Acima de 360	--	--	534	331	5	235	921	39	453.263	455.328	488.416	
Subtotal	--	--	1.782.671	4.625.210	4.447.618	3.752.430	2.570.014	2.613.664	13.379.283	33.170.890	23.066.812	
Total	438.682.871	111.424.928	178.500.365	91.171.254	19.926.696	10.302.684	6.614.094	3.913.666	30.746.765	891.283.323	784.795.568	

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Constituição da provisão para perdas com a carteira de crédito por níveis de risco

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	BB Banco Múltiplo							
		31.12.2022				31.12.2021			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total
AA		436.399.915	--	--	--	370.146.705	--	--	--
A	0,5	106.608.756	(533.044)	(49.428)	(582.472)	73.321.284	(366.606)	(49.717)	(416.323)
B	1	171.618.246	(1.716.182)	(736.256)	(2.452.438)	172.429.906	(1.724.299)	(720.608)	(2.444.907)
C	3	91.129.069	(2.733.872)	(2.432.222)	(5.166.094)	93.814.891	(2.814.447)	(2.502.037)	(5.316.484)
D	10	19.908.361	(1.990.836)	(473.670)	(2.464.506)	19.429.487	(1.942.949)	(393.982)	(2.336.931)
E	30	10.181.043	(3.054.313)	(199)	(3.054.512)	7.796.031	(2.338.809)	(182)	(2.338.991)
F	50	6.608.658	(3.304.329)	(50.590)	(3.354.919)	2.087.702	(1.043.851)	--	(1.043.851)
G	70	3.904.338	(2.733.037)	--	(2.733.037)	3.321.211	(2.324.848)	(125.315)	(2.450.163)
H	100	30.705.658	(30.705.658)	--	(30.705.658)	28.122.500	(28.122.500)	--	(28.122.500)
Total		877.064.044	(46.771.271)	(3.742.365)	(50.513.636)	770.469.717	(40.678.309)	(3.791.841)	(44.470.150)

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	BB Consolidado							
		31.12.2022				31.12.2021			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total
AA		438.682.871	--	--	--	372.789.902	--	--	--
A	0,5	111.424.928	(557.125)	(49.545)	(606.670)	79.161.623	(395.808)	(49.786)	(445.594)
B	1	178.500.365	(1.785.004)	(736.716)	(2.521.720)	177.903.710	(1.779.037)	(720.737)	(2.499.774)
C	3	91.171.254	(2.735.138)	(2.432.314)	(5.167.452)	93.883.280	(2.816.498)	(2.504.015)	(5.320.513)
D	10	19.926.696	(1.992.670)	(473.671)	(2.466.341)	19.626.324	(1.962.632)	(393.986)	(2.356.618)
E	30	10.302.684	(3.090.805)	(199)	(3.091.004)	7.804.925	(2.341.478)	(182)	(2.341.660)
F	50	6.614.094	(3.307.047)	(50.590)	(3.357.637)	2.093.736	(1.046.868)	--	(1.046.868)
G	70	3.913.666	(2.739.566)	--	(2.739.566)	3.342.270	(2.339.589)	(125.315)	(2.464.904)
H	100	30.746.765	(30.746.765)	--	(30.746.765)	28.189.798	(28.189.798)	--	(28.189.798)
Total		891.283.323	(46.954.120)	(3.743.035)	(50.697.155)	784.795.568	(40.871.708)	(3.794.021)	(44.665.729)

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Saldo inicial	(43.918.719)	(44.470.150)	(44.966.048)	(44.101.189)	(44.665.729)	(45.170.370)
(Constituição)/reversão	(14.415.395)	(23.479.272)	(17.808.268)	(14.479.421)	(23.546.750)	(17.883.937)
Provisão mínima requerida	(14.172.879)	(23.528.748)	(17.558.258)	(14.237.204)	(23.597.736)	(17.635.530)
Provisão complementar ⁽¹⁾	(242.516)	49.476	(250.010)	(242.217)	50.986	(248.407)
Variação cambial - provisões no exterior	(5.652)	47.221	(14.696)	40.934	92.210	(614)
Baixas para prejuízo	7.826.130	17.388.565	18.318.862	7.842.521	17.423.114	18.389.192
Saldo final	(50.513.636)	(50.513.636)	(44.470.150)	(50.697.155)	(50.697.155)	(44.665.729)

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

g) Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazo de vencimento

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 ano ⁽¹⁾	--	--	139.655	106.785
De 1 a 5 anos	--	--	273.152	174.023
Acima de 5 anos	--	--	1.919	163
Total a Valor Presente	--	--	414.726	280.971

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

h) Concentração das operações de crédito

	31.12.2022	% da Carteira	31.12.2021	% da Carteira
Maior devedor	10.190.482	1,1	11.901.057	1,5
10 Maiores devedores	49.248.817	5,5	53.937.164	6,9
20 Maiores devedores	72.798.377	8,2	73.769.602	9,4
50 Maiores devedores	105.856.445	11,9	104.686.691	13,3
100 Maiores devedores	126.661.450	14,2	125.085.801	15,9

i) Créditos renegociados

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Créditos Renegociados no Período	45.166.830	83.302.618	100.958.096	45.166.830	83.302.618	100.958.096
Renegociados por atraso ⁽¹⁾	7.691.193	14.650.551	13.315.425	7.691.193	14.650.551	13.315.425
Renovados ⁽²⁾	37.475.637	68.652.067	87.642.671	37.475.637	68.652.067	87.642.671
Movimentação dos Créditos Renegociados por Atraso						
Saldo inicial	29.944.186	28.512.842	29.641.629	29.944.186	28.512.842	29.641.629
Contratações ⁽¹⁾	7.691.193	14.650.551	13.315.425	7.691.193	14.650.551	13.315.425
(Recebimento) e apropriação de juros	(3.668.829)	(7.149.259)	(8.492.695)	(3.668.829)	(7.149.259)	(8.492.695)
Baixas para prejuízo	(1.276.724)	(3.324.308)	(5.951.517)	(1.276.724)	(3.324.308)	(5.951.517)
Saldo final ⁽³⁾	32.689.826	32.689.826	28.512.842	32.689.826	32.689.826	28.512.842
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso		17.619.298	16.399.726		17.619.298	16.399.726
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso		53,9%	57,5%		53,9%	57,5%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso		3.459.127	2.125.771		3.459.127	2.125.771
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso		10,6%	7,5%		10,6%	7,5%

(1) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(2) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(3) Inclui o valor de R\$ 1.958 mil (R\$ 8.682 mil em 31.12.2021) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 13.604.589 mil (R\$ 10.201.297 mil em 31.12.2021) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Informações complementares

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Créditos contratados a liberar	188.245.045	169.854.685	188.489.507	170.148.951
Garantias prestadas ⁽¹⁾	12.490.464	12.427.862	11.775.904	11.256.217
Créditos abertos para importação contratados	1.012.264	682.911	1.047.202	705.686
Créditos de exportação confirmados	621.031	598.396	621.031	598.396
Recursos vinculados	295.316	188.359	295.316	188.454

(1) O Banco mantém provisão para garantias financeiras prestadas registrada em Provisões (Nota 21.d).

k) Operações de crédito por linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

Linhas do FAT	TADE ⁽¹⁾	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		1.505	3.814
Proger Urbano Capital de Giro	01/2016 e 01/2020	1.505	3.814
Financiamentos		336.580	539.736
Proger Urbano Investimento	18/2005	307.479	491.978
FAT Taxista	02/2009	29.101	47.682
Proger Exportação	27/2005	--	52
FAT Turismo - Investimento	01/2012	--	24
Financiamentos Rurais		186	2.303
Pronaf Investimento	05/2005	22	2.024
Pronaf Custeio	04/2005	163	184
Proger Rural Investimento	13/2005	1	95
Total		338.271	545.853

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

l) Programas instituídos para enfrentamento dos efeitos da Covid-19

Por meio da Resolução CMN n.º 4.846/2020, o Banco Central permitiu a participação das instituições financeiras no Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), nos termos da Lei n.º 14.043/2020.

As instituições financeiras participantes do Pese podem financiar a folha salarial de empresários, sociedades empresárias e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, sendo 15% do valor de cada financiamento custeado com recursos próprios das instituições financeiras participantes e 85% do valor de cada financiamento custeado com recursos da União. O risco de inadimplemento das operações de crédito e as eventuais perdas financeiras decorrentes serão suportados na mesma proporção da participação.

Instituído pela Lei n.º 14.042/2020, o Programa Emergencial de Acesso ao Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac-Maquinhinhas) é destinado à concessão de empréstimo garantido por cessão fiduciária de recebíveis. Nesta modalidade as operações serão realizadas integralmente com recursos da União.

Conforme Resolução CMN n.º 4.855/2020, apresentamos os saldos das operações de crédito contratadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19, cujo risco de crédito seja parcial ou integralmente assumido pela União, assim como a classificação por nível de risco das operações e o montante de provisão constituída para cada nível.

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	31.12.2022				31.12.2021			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total
AA ⁽²⁾		611.769	--	--	--	1.896.504	--	--	--
A	0,5	11.882	(59)	(15)	(74)	7.548	(38)	--	(38)
B	1	8.635	(86)	(65)	(151)	39.893	(399)	(275)	(674)
C	3	6.997	(210)	(256)	(466)	48.985	(1.470)	(1.923)	(3.393)
D	10	233	(23)	(4)	(27)	1.083	(108)	(30)	(138)
E	30	433	(130)	--	(130)	526	(158)	--	(158)
F	50	114	(57)	--	(57)	551	(276)	--	(276)
G	70	327	(229)	--	(229)	506	(354)	--	(354)
H	100	1.995	(1.995)	--	(1.995)	2.697	(2.697)	--	(2.697)
Total		642.385	(2.789)	(340)	(3.129)	1.998.293	(5.500)	(2.228)	(7.728)

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

(2) Refere-se basicamente às operações cujo risco de crédito é assumido pela União.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13 - OUTROS ATIVOS**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Financeiros	94.265.671	103.511.990	93.072.415	103.423.116
Devedores por depósitos em garantia ⁽¹⁾	34.975.776	53.971.840	35.713.450	54.692.142
Carteira de câmbio (Nota 13.d)	28.876.176	22.435.327	28.986.562	22.491.382
Fundos de Destinação do Superávit - Previ (Nota 29.f)	11.315.371	10.795.343	11.315.371	10.795.343
Rendas a receber	9.786.343	6.958.863	5.458.198	4.657.333
Títulos e créditos a receber ⁽²⁾	2.988.819	2.670.130	4.576.765	3.296.378
Fundo de Compensação de Variações Salariais	3.129.805	2.736.020	3.129.805	2.736.020
Demais	3.193.381	3.944.467	3.892.264	4.754.518
Ativo circulante	61.068.678	50.897.151	57.882.675	48.987.151
Ativo não circulante	33.196.993	52.614.839	35.189.740	54.435.965
Não financeiros	33.684.686	25.118.372	34.174.900	25.930.881
Ativos atuariais (Nota 29.e)	28.830.246	20.584.753	28.830.246	20.584.753
Devedores diversos	3.136.680	2.784.237	3.426.316	3.130.318
Mantidos para venda - Recebidos	542.241	740.370	543.813	742.858
Despesas antecipadas	529.205	343.040	583.778	406.211
Mantidos para venda - Próprios	38.754	42.363	45.755	43.217
Bens não de uso próprio e materiais em estoque	4.511	12.069	52.431	60.683
Créditos específicos	--	--	--	494
Demais	603.049	611.540	692.561	962.347
Ativo circulante	4.757.584	4.445.836	5.177.038	5.204.637
Ativo não circulante	28.927.102	20.672.536	28.997.862	20.726.244

(1) Em dezembro/2022, houve baixa do depósito judicial no montante de R\$ 20.503.078 mil, conforme despacho da 16ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do DF (Nota 21.c).

(2) Inclui títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 446.270 mil (R\$ 474.357 mil em 31.12.2021), provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de Resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN n.º 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE e FDCO). Também estão incluídos recursos do Tesouro Nacional, referentes a equalização de taxas da safra agrícola Lei n.º 8.427/1992, R\$ 1.358.911 mil (R\$ 938.107 mil em 31.12.2021).

b) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Títulos e créditos a receber	(1.567.983)	(1.516.632)	(1.830.569)	(1.826.500)
Devedores diversos	(739.029)	(727.752)	(739.237)	(727.960)
Rendas a receber	(758.027)	(673.496)	(758.027)	(673.496)
Demais	(23.475)	(18.861)	(23.475)	(18.861)
Total	(3.088.514)	(2.936.741)	(3.351.308)	(3.246.817)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Saldo inicial	(2.966.488)	(2.936.741)	(2.348.622)	(3.206.952)	(3.246.817)	(2.610.690)
(Constituição)/reversão	(121.010)	(148.752)	(577.111)	(144.522)	(203.903)	(651.092)
Variação cambial – provisões no exterior	--	--	--	1.411	102.596	10.163
Baixas para prejuízo/outros ajustes	(1.016)	(3.021)	(11.008)	(1.245)	(3.184)	4.802
Saldo final	(3.088.514)	(3.088.514)	(2.936.741)	(3.351.308)	(3.351.308)	(3.246.817)

d) Carteira de câmbio

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Posição ativa				
Câmbio comprado a liquidar	28.464.575	21.842.685	28.464.575	21.865.031
Direitos sobre vendas de câmbio	26.267.604	16.343.332	26.377.990	16.377.041
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	--	68.894	--	68.894
Valores em moedas estrangeiras a receber	1.018	950	1.018	950
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(25.857.021)	(15.820.534)	(25.857.021)	(15.820.534)
Total	28.876.176	22.435.327	28.986.562	22.491.382
Ativo circulante	27.087.296	20.644.292	27.197.682	20.700.347
Ativo não circulante	1.788.880	1.791.035	1.788.880	1.791.035
Posição passiva				
Obrigações por compras de câmbio	28.313.228	21.121.384	28.345.035	21.149.475
Câmbio vendido a liquidar	26.728.740	17.659.571	26.798.262	17.687.503
Valores em moedas estrangeiras a pagar	1.401	1.565	62.295	68.730
Subtotal (Nota 20.a)	55.043.369	38.782.520	55.205.592	38.905.708
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio) (Nota 12.a)	(23.910.738)	(17.716.604)	(23.910.738)	(17.716.604)
Total	31.132.631	21.065.916	31.294.854	21.189.104
Passivo circulante	28.930.687	15.569.275	29.092.910	15.692.463
Passivo não circulante	2.201.944	5.496.641	2.201.944	5.496.641
Carteira de câmbio líquida	(2.256.455)	1.369.411	(2.308.292)	1.302.278
Contas de compensação				
Créditos abertos para importação	1.458.847	1.166.586	1.493.785	1.189.362
Créditos de exportação confirmados	621.031	598.396	621.031	598.396

e) Resultado de outros ativos financeiros

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Resultado de operações de câmbio	62.228	897.417	(84.759)	190.150	1.144.885	(16.816)
Demais	150.871	453.832	162.450	150.871	453.832	162.450
Total	213.099	1.351.249	77.691	341.021	1.598.717	145.634

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14 - INVESTIMENTOS**a) Movimentações nas participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto**

BB Banco Múltiplo	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/(Prejuízo) líquido	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %	Saldo contábil 31.12.2021	Movimentações – Exercício 2022			Saldo contábil 31.12.2022	Resultado de equivalência Exercício 2021
			Exercício 2022	Ordinárias	Preferenciais			Dividendos/JCP	Outros eventos ⁽¹⁾	Resultado de equivalência		
No País							27.527.268	(9.705.270)	437.825	10.822.050	29.081.873	7.478.981
BB Elo Cartões Participações S.A. ⁽²⁾	7.734.513	9.438.903	2.072.816	17.703	--	100,00%	9.109.713	(1.881.424)	137.608	2.073.006	9.438.903	752.385
BB Seguridade Participações S.A. ⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾	6.269.692	6.965.568	6.054.703	1.325.000	--	66,36%	4.406.798	(3.810.592)	7.565	4.018.484	4.622.255	2.617.788
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	3.261.860	4.798.998	323.853	3.000	--	100,00%	4.782.805	(307.660)	--	323.853	4.798.998	113.080
Banco Votorantim S.A. ⁽⁵⁾	8.480.372	12.921.966	1.495.664	1.096.653	600.952	50,00%	5.967.875	(250.000)	(7.123)	748.562	6.459.314	783.569
BB Banco de Investimento S.A.	417.788	853.239	666.343	3.790	--	100,00%	849.832	(666.343)	3.407	666.343	853.239	649.037
BB Tecnologia e Serviços ⁽⁵⁾	218.635	327.291	76.453	248.458	248.586	99,99%	261.286	(18.155)	--	78.461	321.592	66.162
BB Administradora de Consórcios S.A.	363.783	727.543	959.286	14	--	100,00%	725.509	(957.252)	--	959.286	727.543	868.768
BB Asset	1.191.207	1.385.469	1.868.655	100.000	--	100,00%	1.300.180	(1.775.223)	(8.143)	1.868.655	1.385.469	1.591.888
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	24.333	38.621	398.158	--	100,00%	24.333	(38.621)	--	38.621	24.333	25.185
Outras Participações ⁽⁶⁾							98.937	--	304.511	46.779	450.227	11.119
No Exterior							6.689.010	--	(2.061.158)	2.073.348	6.701.200	1.943.971
Banco Patagonia S.A.	21.251	4.007.683	2.965.022	578.117	--	80,39%	2.575.088	--	(1.736.899)	2.383.563	3.221.752	1.142.951
BB Cayman Islands Holding	1.345.029	1.216.880	(5.602)	241.023	--	100,00%	1.732.597	--	(510.115)	(5.602)	1.216.880	76.409
Banco do Brasil AG	403.143	1.027.450	(68.451)	638	--	100,00%	1.258.892	--	(162.991)	(68.451)	1.027.450	(12.029)
BB Securities LLC	27.903	438.870	9.961	5.000	--	100,00%	463.471	--	(34.562)	9.961	438.870	(4.291)
Banco do Brasil Americas	633.549	650.027	46.103	11.086	--	100,00%	397.197	--	206.727	46.103	650.027	51.999
BB USA Holding Company	--	857	--	--	--	100,00%	917	--	(60)	--	857	(49)
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							260.848	--	(115.484)	--	145.364	--
Ganhos/(perdas) cambiais nas agências							--	--	--	--	--	667.782
Ganhos/(perdas) cambiais nas coligadas e controladas ⁽⁷⁾							--	--	292.226	(292.226)	--	15.089
Ganhos/(perdas) cambiais em outras participações							--	--	--	--	--	6.110
Total das participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto							34.216.278	(9.705.270)	(1.623.332)	12.895.398	35.783.073	9.422.952
(Provisão para perdas)							(34.777)	--	--	--	(34.777)	--

(1) Referem-se basicamente a variação cambial sobre investimentos no exterior e a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

(2) Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

(3) O valor do investimento considerando o preço de mercado cotado é de R\$ 44.665.750 mil (R\$ 27.493.750 mil em 31.12.2021).

(4) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(5) Considera o resultado não realizado decorrente de transações com o Banco Múltiplo.

(6) Inclui o investimento na CIP S.A., mensurado pelo método de equivalência patrimonial a partir do 1º Trimestre/2022, após processo de desmutualização da CIP Associação, conforme descrito na Nota 5.

(7) O lucro líquido e o resultado de equivalência das subsidiárias no exterior estão evidenciados sem os efeitos da variação cambial. Esses investimentos são objeto de hedge estrutural e seus impactos cambiais são reclassificados para as despesas com recursos de instituições financeiras (Nota 18.d.) no processo de consolidação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BB Consolidado	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro líquido	Quantidade de Ações e Cotas (em milhares)		Participação do Capital Social %	Saldo contábil	Movimentações - Exercício 2022			Saldo contábil	Resultado de equivalência
			Exercício 2022	Ordinárias	Preferenciais		31.12.2021	Dividendos/ JCP	Outros eventos ⁽¹⁾	Resultado de equivalência	31.12.2022	Exercício 2021
Coligadas ⁽²⁾ e controladas em conjunto ⁽³⁾												
Banco Votorantim S.A. ⁽⁴⁾	8.480.372	12.921.966	1.495.664	1.096.653	600.952	50,00%	5.967.875	(250.000)	(7.123)	748.562	6.459.314	783.569
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ⁽⁵⁾	693.050	9.553.172	1.010.735	1.878.028	939.014	30,00%	3.095.264	(301.098)	(231.440)	303.212	2.865.938	188.036
Cielo S.A. ⁽⁶⁾	5.700.000	10.928.592	1.569.528	778.320	--	28,89%	2.849.162	(195.652)	49.824	453.604	3.156.938	(59.896)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾⁽⁷⁾	3.529.256	5.979.211	1.483.787	879	1.759	74,99%	4.329.665	(955.094)	(3.183)	1.112.192	4.483.580	751.950
BB Mapfre Participações S.A. ⁽⁷⁾	1.469.848	2.103.683	2.795.409	944.858	1.889.339	74,99%	1.463.566	(1.986.848)	4.557	2.096.277	1.577.552	1.082.169
Brasilcap Capitalização S.A. ⁽⁷⁾	353.827	648.733	180.391	107.989	159.308	66,77%	317.093	(38.797)	35.069	120.478	433.843	2.341
Elo Participações Ltda. ⁽⁸⁾	347.309	2.508.677	1.274.214	173.620	--	49,99%	1.404.056	(536.636)	(250.312)	636.980	1.254.088	428.775
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	1.425.605	1.468.855	44.472	1.954.245	--	49,99%	718.943	(5.280)	(1.614)	22.231	734.280	31.493
Outras Participações ⁽⁹⁾							180.135	(16.592)	301.863	77.512	542.918	37.068
Ágio na aquisição de investimentos no exterior ⁽¹⁰⁾							260.848	--	(260.848)	--	--	--
Resultado não realizado ⁽¹¹⁾							(3.310.511)	--	161.455	--	(3.149.056)	--
Total							17.276.096	(4.285.997)	(201.752)	5.571.048	18.359.395	3.245.505
(Provisão para perdas)							(45.292)	--	36.748	--	(8.544)	--

(1) Referem-se basicamente a reorganizações societárias, ajustes de harmonização de práticas contábeis e de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

(2) O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.

(3) O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.

(4) Considera o resultado não realizado decorrente de transações com o Banco Múltiplo.

(5) Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,22 %, em virtude de a Cielo S.A. deter 70,00 % de participação direta na Cateno.

(6) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria. O valor do investimento considerando o preço de mercado cotado é de R\$ 4.078.397 mil (R\$ 1.774.570 mil em 31.12.2021).

(7) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

(8) A equivalência patrimonial da Elo Participações Ltda é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01.11.2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradescard. No exercício de 2022 houve a alienação da participação detida no Banco Digio S.A. para a Bradescard.

(9) Inclui o investimento na CIP S.A., mensurado pelo método de equivalência patrimonial a partir do 1º Trimestre/2022, após processo de desmutualização da CIP Associação, conforme descrito na Nota 5.

(10) Os ágios oriundos da aquisição de investimentos foram reclassificados para os grupamentos do Imobilizado (Nota 15) e do Intangível (Nota 16), conforme Resolução CMN n.º 4.817/2020.

(11) Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões e a Cielo, constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A, e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS A.G.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Informações qualitativas das principais coligadas e controladas em conjunto

Empresa	Localização		Descrição	Segmento	Participação estratégica ⁽¹⁾
	País de constituição	Sede			
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Brasileprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de pagamento	Sim
BB Mapfre Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Elo Participações Ltda.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Atua em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.	Investimentos	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Seguridade	Sim

(1) Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Informações financeiras resumidas das coligadas e controladas em conjunto e não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

	31.12.2022								
	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.	Outros
Ativos circulantes	54.495.025	331.664.587	103.862.851	2.174.296	15.148.402	1.030.474	274.734	7.419.202	2.161.673
Ativos não circulantes	69.247.459	19.536.891	11.155.265	8.554.026	7.983.730	2.235.890	1.388.809	4.072.526	5.106.677
Passivos circulantes	72.906.936	39.358.053	98.946.425	1.175.150	13.260.125	461.727	194.688	9.702.087	1.522.222
Passivos não circulantes	37.913.582	305.795.400	5.143.098	--	7.283.582	164.576	--	1.140.908	1.939.101
Passivos contingentes	663.938	24.175	2.060.146	12.858	708.942	87.808	10.255	1.129.821	93.053
Resultado bruto da intermediação financeira	3.293.585	--	--	--	--	--	--	--	--
Receitas de prestação de serviços	1.394.109	3.244.640	3.733.623	4.445.328	--	--	89.481	--	4.073.937
Outras receitas/despesas operacionais	(3.052.194)	(974.582)	(2.877.880)	(1.486.266)	3.884.099	1.399.953	(61.215)	302.351	(3.588.061)
IR e CSLL	(55.838)	(763.227)	(15.314)	(523.584)	(1.058.694)	40.873	16.205	(121.960)	(157.080)
Lucro líquido – Exercício 2022	1.494.934	1.486.850	1.569.528	1.010.735	2.795.409	1.387.419	44.472	180.391	328.796
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	730	(3.063)	--	--	--	(113.205)	--	--	--
Lucro líquido ajustado – Exercício 2022	1.495.664	1.483.787	1.569.528	1.010.735	2.795.409	1.274.214	44.472	180.391	328.796
% de participação	50,00%	74,99%	28,89%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%	--
Resultado de equivalência	748.562	1.112.192	453.604	303.212	2.096.277	636.980	22.231	120.478	77.512
Outros resultados abrangentes	(364.242)	(1.017)	--	--	6.075	--	(3.230)	14.175	--
Resultado abrangente total	1.131.422	1.482.771	1.569.528	1.010.735	2.801.484	1.274.214	41.242	194.565	328.796
Patrimônio líquido	12.921.966	6.048.025	10.928.592	9.553.172	2.588.425	2.640.061	1.468.855	648.733	3.807.027
Ajustes de harmonização de práticas contábeis	--	(68.814)	--	--	(484.742)	(131.384)	--	--	--
Patrimônio líquido ajustado	12.921.966	5.979.211	10.928.592	9.553.172	2.103.683	2.508.677	1.468.855	648.733	3.807.027
% de participação	50,00%	74,99%	28,89%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%	--
Saldo do investimento	6.460.983	4.483.580	3.156.938	2.865.938	1.577.552	1.254.088	734.280	433.843	542.917
Resultado não realizado	(1.667)	--	--	(2.567.039)	--	--	(582.017)	--	--

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.12.2021								
	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.	Outros
Ativos circulantes	53.689.066	302.401.465	86.947.285	2.395.709	10.835.734	744.678	253.432	6.130.957	908.755
Ativos não circulantes	64.140.328	18.325.141	11.752.257	8.944.125	7.315.139	2.588.650	1.380.605	3.541.228	3.230.648
Passivos circulantes	72.204.677	35.631.094	81.367.754	1.022.286	10.341.984	313.386	195.862	8.107.576	986.841
Passivos não circulantes	33.696.169	279.320.159	7.441.200	--	5.857.207	211.268	--	1.088.809	2.054.182
Passivos contingentes	810.201	23.064	1.985.339	10.667	690.019	90.621	6.198	1.078.029	45.336
Resultado bruto da intermediação financeira	2.348.957	--	--	--	--	--	--	--	--
Receitas de prestação de serviços	363.415	3.146.439	5.704.238	3.759.003	--	--	132.218	--	2.712.288
Outras receitas/despesas operacionais	(2.304.736)	(1.545.696)	(4.413.322)	(2.805.573)	1.234.949	992.559	(78.431)	14.557	(2.533.310)
IR e CSLL	(594.120)	(578.677)	(41.018)	(326.594)	(354.752)	(138.354)	9.274	(5.124)	(47.307)
Lucro líquido – Exercício 2021	1.563.838	1.008.791	970.471	626.836	1.443.085	854.205	62.999	3.512	131.671
Outros resultados abrangentes	322.992	(1.652)	--	--	(104.832)	--	293	(136.404)	--
Resultado abrangente total	1.886.830	1.007.139	970.471	626.836	1.338.253	854.205	63.292	(132.892)	131.671
Patrimônio líquido ajustado	11.928.549	5.775.353	9.890.588	10.317.548	1.951.682	2.808.674	1.438.175	475.800	1.098.380
% de participação	50,00%	74,99%	28,81%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,66%	--
Saldo do investimento	5.970.273	4.329.665	2.849.162	3.095.264	1.463.566	1.404.056	718.943	317.093	440.983
Resultado não realizado	(2.398)	--	--	(2.682.846)	--	--	(627.665)	--	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15 - IMOBILIZADO DE USO

	BB Banco Múltiplo								
		31.12.2021	Exercício/2022			31.12.2022			
	Taxa anual de depreciação	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	(Constituição)/reversão de perdas	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Edificações	4 a 10%	3.408.912	349.079	(419.901)	312	8.827.817	(5.488.015)	(1.400)	3.338.402
Móveis e equipamentos	10%	1.874.353	519.012	(324.567)	--	4.374.348	(2.305.512)	(38)	2.068.798
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	1.642.989	557.535	(599.540)	--	5.019.021	(3.418.037)	--	1.600.984
Imobilizações em curso	--	644.230	216.515	--	--	860.745	--	--	860.745
Terrenos	--	315.104	(860)	--	--	314.244	--	--	314.244
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	261.390	42.464	(48.036)	(5.051)	739.183	(483.361)	(5.055)	250.767
Instalações	10%	113.358	12.954	(27.229)	--	1.013.521	(914.438)	--	99.083
Veículos	10%	1.397	31	(570)	--	8.262	(7.404)	--	858
Imobilizado em estoque	--	861	(43)	--	--	818	--	--	818
Total		8.262.594	1.696.687	(1.419.843)	(4.739)	21.157.959	(12.616.767)	(6.493)	8.534.699

	BB Consolidado								
		31.12.2021	Exercício/2022			31.12.2022			
	Taxa anual de depreciação	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	(Constituição)/reversão de perdas	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Edificações ⁽¹⁾	4 a 10%	3.433.104	373.167	(422.825)	312	8.912.801	(5.525.326)	(3.717)	3.383.758
Móveis e equipamentos	10%	2.019.139	537.378	(353.653)	(93)	4.612.993	(2.410.066)	(156)	2.202.771
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	1.698.300	572.876	(616.327)	7	5.156.903	(3.502.044)	(3)	1.654.856
Imobilizações em curso	--	671.568	225.330	--	--	896.898	--	--	896.898
Terrenos	--	321.993	(3.229)	--	--	318.764	--	--	318.764
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	273.239	40.941	(49.712)	(5.051)	755.725	(491.253)	(5.055)	259.417
Instalações	10%	120.946	12.353	(27.782)	--	1.023.248	(917.731)	--	105.517
Veículos	10%	2.086	2.082	(1.049)	--	11.371	(8.252)	--	3.119
Imobilizado em estoque	--	861	(43)	--	--	818	--	--	818
Total		8.541.236	1.760.855	(1.471.348)	(4.825)	21.689.521	(12.854.672)	(8.931)	8.825.918

(1) Inclui, nas movimentações do Exercício/2022, a reclassificação dos saldos oriundos da diferença entre valor justo e o valor contábil de edificações, identificados na aquisição dos investimentos em controladas (Nota 14), conforme Resolução CMN n.º 4.817/2020.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16 - INTANGÍVEL**a) Movimentação e Composição**

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado				
	Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽¹⁾	Softwares	Outros ativos intangíveis	Total	Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽¹⁾	Softwares	Ágio pela expectativa de rentabilidade futura	Outros ativos intangíveis ⁽²⁾	Total
Taxa anual de amortização	Contrato	10%	Contrato		Contrato	10%	Estudo técnico	Contrato	
Saldo em 31.12.2021	3.612.488	3.378.123	--	6.990.611	3.612.488	3.418.770	--	--	7.031.258
Movimentações - Exercício/2022									
Adições ⁽³⁾	3.942.364	946.826	--	4.889.190	3.942.364	957.492	205.825	7.442	5.113.123
Variação cambial	--	(9.486)	--	(9.486)	--	(12.962)	(114.966)	--	(127.928)
Baixas	--	(80.148)	--	(80.148)	--	(84.541)	--	--	(84.541)
Amortização	(922.493)	(411.566)	--	(1.334.059)	(922.493)	(424.417)	(14.839)	--	(1.361.749)
(Constituição)/ reversão de perdas	537.100	(16.618)		520.482	537.100	(16.618)			520.482
Saldo em 31.12.2022	7.169.459	3.807.131	--	10.976.590	7.169.459	3.837.724	76.020	7.442	11.090.645
Valor de custo	9.621.982	7.467.310	38.596	17.127.888	9.621.982	7.573.175	470.093	46.038	17.711.288
Amortização acumulada	(1.987.554)	(3.643.561)	(14.499)	(5.645.614)	(1.987.554)	(3.718.833)	(364.182)	(14.499)	(6.085.068)
Perdas por redução ao valor recuperável	(464.969)	(16.618)	(24.097)	(505.684)	(464.969)	(16.618)	(29.891)	(24.097)	(535.575)
Estimativa de Amortização	7.169.459	3.807.131	--	10.976.590	7.169.459	3.837.724	76.020	--	11.083.203
2023	1.882.856	380.713	--	2.263.569	1.882.856	383.772	10.639	--	2.277.267
2024	1.811.697	380.713	--	2.192.410	1.811.697	383.772	10.639	--	2.206.108
2025	1.350.810	380.713	--	1.731.523	1.350.810	383.772	10.639	--	1.745.221
2026	1.252.290	380.713	--	1.633.003	1.252.290	383.772	10.639	--	1.646.701
Após 2026	871.806	2.284.279	--	3.156.085	871.806	2.302.636	33.464	--	3.207.906

(1) Os valores de adições e baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

(2) Inclui o valor referente ao ativo intangível de vida útil indefinida.

(3) Inclui, nas movimentações do Exercício/2022, a reclassificação dos ágios identificados na aquisição dos investimentos em controladas (Nota 14), conforme Resolução CMN n.º 4.817/2020.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Teste de Valor Recuperável dos Ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

O fluxo de caixa da empresa relacionada a seguir foi projetado pelo período de 5 anos, perpetuando-se a partir do último período, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pela empresa. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo *Capital Asset Pricing Model* – CAPM ajustado ao mercado e a moeda de cada país.

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a. ⁽¹⁾	Taxa de Desconto a.a. ⁽²⁾
Banco Patagonia	20,30%	28,08%

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica das projeções utilizadas nas Avaliações Econômicas.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

No Exercício/2022 e no Exercício/2021, não houve perda por redução ao valor recuperável sobre os ágios na aquisição dos investimentos.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17 - RECURSOS DE CLIENTES**a) Depósitos**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos à vista	99.190.849	114.173.204	107.860.381	118.758.341
Pessoas físicas	48.798.924	53.049.681	54.726.166	54.485.579
Pessoas jurídicas	38.806.649	42.638.158	41.753.015	45.920.504
Vinculados ⁽¹⁾	6.842.535	6.994.702	6.974.301	7.104.786
Governos	2.657.506	2.635.508	2.657.506	2.635.508
Instituições do sistema financeiro	676.442	648.437	573.841	558.947
Moedas estrangeiras	373.940	559.583	373.940	559.583
Especiais do Tesouro Nacional	89.504	159.749	89.504	159.749
Ligadas	626.841	3.307.277	399.495	3.158.481
Domiciliados no exterior	147.738	84.505	141.843	79.600
Outros	170.770	4.095.604	170.770	4.095.604
Depósitos de poupança	213.435.806	225.452.750	213.435.806	225.452.750
Pessoas físicas	205.138.491	217.662.362	205.138.491	217.662.362
Pessoas jurídicas	7.888.637	7.347.145	7.888.637	7.347.145
Ligadas	393.359	426.845	393.359	426.845
Instituições do sistema financeiro	15.319	16.398	15.319	16.398
Depósitos a prazo	409.472.691	307.572.235	431.550.384	326.640.089
Judiciais	213.653.955	183.172.537	213.827.828	183.335.232
Moeda nacional	170.561.047	101.213.791	170.561.047	101.213.791
Moedas estrangeiras	14.890.470	13.202.917	36.794.290	32.108.076
Regime especial ⁽²⁾	5.782.821	5.253.919	5.782.821	5.253.919
Garantias de terceiros ⁽³⁾	2.266.895	1.985.887	2.266.895	1.985.887
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.d)	459.744	752.726	459.744	752.726
Funproger (Nota 17.e)	565.502	497.827	565.502	497.827
Outros	1.292.257	1.492.631	1.292.257	1.492.631
Outros depósitos	416.476	418.361	416.476	418.361
Total	722.515.822	647.616.550	753.263.047	671.269.541
Passivo circulante	563.624.485	567.612.220	593.072.021	590.316.047
Passivo não circulante	158.891.337	80.004.330	160.191.026	80.953.494

(1) Inclui o montante de R\$ 2.084.491 mil (R\$ 2.259.097 mil em 31.12.2021), referente à arrecadação de DAF - Demonstrativos da Distribuição de Arrecadação Federal e Ordens Bancárias do Tesouro.

(2) Valores depositados em conta especial dos Tribunais de Justiça, para atender aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme disposto na Emenda Constitucional n.º 99/2017.

(3) Correspondem a acordos de cooperação firmados entre os tribunais ou conselhos para atender às disposições da Resolução n.º 98/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade

	BB Banco Múltiplo						
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	223.856.595	11.651.017	15.141.428	91.653.966	67.169.685	409.472.691	307.572.235
Depósitos de poupança	213.435.806	--	--	--	--	213.435.806	225.452.750
Depósitos à vista	99.190.849	--	--	--	--	99.190.849	114.173.204
Outros depósitos	416.476	--	--	--	--	416.476	418.361
Total	536.899.726	11.651.017	15.141.428	91.653.966	67.169.685	722.515.822	647.616.550

(1) Inclui o valor de R\$ 101.050.296 mil (R\$ 97.120.134 mil em 31.12.2021), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Consolidado						
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	223.856.595	30.692.190	16.878.269	92.416.454	67.706.886	431.550.384	326.640.089
Depósitos de poupança	213.435.806	--	--	--	--	213.435.806	225.452.750
Depósitos à vista	107.860.381	--	--	--	--	107.860.381	118.758.341
Outros depósitos	416.476	--	--	--	--	416.476	418.361
Total	545.569.258	30.692.190	16.878.269	92.416.454	67.706.886	753.263.047	671.269.541

(1) Inclui o valor de R\$ 101.050.296 mil (R\$ 97.120.134 mil em 31.12.2021), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Despesas com recursos de clientes

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Depósitos de poupança	(8.436.785)	(15.935.594)	(7.286.796)	(8.436.785)	(15.935.594)	(7.286.796)
Depósitos a prazo	(18.502.888)	(32.520.710)	(10.790.811)	(22.277.937)	(38.240.877)	(13.829.274)
Judiciais	(10.970.746)	(19.395.757)	(7.234.529)	(10.975.471)	(19.403.752)	(7.239.534)
Demais	(7.532.142)	(13.124.953)	(3.556.282)	(11.302.466)	(18.837.125)	(6.589.740)
Total	(26.939.673)	(48.456.304)	(18.077.607)	(30.714.722)	(54.176.471)	(21.116.070)

d) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

	Resolução/ TADE ⁽¹⁾	Devolução de Recursos		31.12.2022			31.12.2021		
		Forma ⁽²⁾	Data inicial	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP e TLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP e TLP ⁽⁴⁾	Total
Proger Rural e Pronaf				772	104	876	310	1.639	1.949
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	5	81	86	14	98	112
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	747	22	769	285	916	1.201
Rural Investimento	13/2005	RA	11/2005	20	1	21	11	625	636
Proger Urbano				69.203	352.968	422.171	142.833	540.812	683.645
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	68.557	351.394	419.951	131.733	535.310	667.043
Urbano Capital de Giro	01/2016	RA	06/2016	--	--	--	--	2.742	2.742
Urbano Capital de Giro 2020	01/2020	RA	04/2020	646	1.574	2.220	11.100	2.760	13.860
Outros				4.971	31.726	36.697	15.262	51.870	67.132
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	4.971	31.726	36.697	14.907	51.785	66.692
FAT Turismo Investimento	01/2012	RA	08/2012	--	--	--	355	85	440
Total				74.946	384.798	459.744	158.405	594.321	752.726

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

(2) RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).

(3) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

(4) Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para recursos liberados até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para aqueles liberados a partir de 01.01.2018.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro, Empreendedor Popular, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além das linhas especiais tais como FAT taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) pro rata die. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela TLP (Taxa de Longo Prazo) a partir de 1º de janeiro de 2018 e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para os recursos liberados até 31 de dezembro de 2017, durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n.º 439/2005, 489/2006 e 801/2017.

e) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872/1999, alterada pela Lei n.º 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat.

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18 - RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Captações no mercado aberto (Nota 18.b)	587.256.553	640.665.239	564.453.599	621.836.755
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 18.c)	126.040.364	142.607.138	64.386.265	65.732.349
Depósitos interfinanceiros	23.431.548	25.678.479	23.921.286	25.968.818
Obrigações por operações vinculadas a cessão	161.571	198.879	161.571	198.879
Total	736.890.036	809.149.735	652.922.721	713.736.801
Passivo circulante	646.829.144	707.315.749	616.608.090	678.506.989
Passivo não circulante	90.060.892	101.833.986	36.314.631	35.229.812

b) Captações no mercado aberto

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Carteira própria	232.532.806	159.863.578	209.729.852	141.484.140
Letras Financeiras do Tesouro	212.925.699	139.754.500	194.439.807	125.961.113
Títulos privados	10.524.493	13.608.117	10.524.493	13.608.117
Títulos no exterior	9.082.607	6.500.961	4.765.545	1.914.910
Letras do Tesouro Nacional	7	--	7	--
Carteira de terceiros	354.723.747	480.801.661	354.723.747	480.352.615
Notas do Tesouro Nacional	247.312.446	153.954.792	247.312.446	153.883.790
Letras do Tesouro Nacional	107.411.301	145.523.122	107.411.301	145.523.122
Letras Financeiras do Tesouro	--	181.323.747	--	180.945.703
Total	587.256.553	640.665.239	564.453.599	621.836.755
Passivo circulante	567.116.216	625.999.536	548.630.323	611.762.362
Passivo não circulante	20.140.337	14.665.703	15.823.276	10.074.393

c) Obrigações por empréstimos e repasses**Obrigações por empréstimos**

	BB Banco Múltiplo					
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	31.12.2022	31.12.2021
No Exterior	4.483.083	14.217.113	32.742.946	1.600.587	53.043.729	55.153.777
Tomados junto ao grupo BB no exterior	22.060	4.466.067	28.422.279	--	32.910.406	40.558.989
Tomados junto a banqueiros no exterior	4.452.825	9.458.018	4.239.669	1.597.113	19.747.625	14.193.302
Importação	142.812	181.026	50.219	8.356	382.413	401.486
Exportação	1.922	1.364	--	--	3.286	--
Total	4.483.083	14.217.113	32.742.946	1.600.587	53.043.729	55.153.777
Passivo circulante					18.700.196	16.426.056
Passivo não circulante					34.343.533	38.727.721



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Consolidado					
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	31.12.2022	31.12.2021
No Exterior	4.621.905	9.823.283	4.349.293	1.600.587	20.395.068	14.887.652
Tomados junto a banqueiros no exterior	4.612.343	9.531.619	4.268.295	1.597.113	20.009.370	14.486.166
Importação	142.812	181.026	50.219	8.356	382.413	401.486
Exportação	3.286	--	--	--	3.286	--
Total	4.621.905	9.823.283	4.349.293	1.600.587	20.395.068	14.887.652
Passivo circulante					14.445.188	12.779.321
Passivo não circulante					5.949.880	2.108.331

Obrigações por repasses**Do país - instituições oficiais**

	Taxas de Atualização	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Tesouro Nacional - Crédito Rural		132.828	142.969	132.828	142.969
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50 % a.a. a 4,00 % a.a. (se aplicado)	6.900	10.698	6.900	10.698
Cacau	IGP-M + 8,00 % a.a. ou TJLP + 0,60 % a.a. ou Pré 6,35 % a.a.	111.388	116.963	111.388	116.963
Recoop	Pré 5,75 % a.a. a 8,25 % a.a. ou IGP-DI + 1,00 % a.a. ou IGP-DI + 2,00 % a.a.	9.842	10.770	9.842	10.770
Outros		4.698	4.538	4.698	4.538
BNDES	Pré 0,00 % a.a. a 8,12 % a.a. TJLP + 0,55 % a.a. a 4,00 % a.a. IPCA + 4,20 % a.a. a 7,70 % a.a. Selic + 2,08 % a.a. Var. Camb. + 1,70 % a.a. a 2,30 % a.a. TLP + 1,30 % a.a. a 2,10 % a.a.	13.318.066	16.638.212	13.318.066	16.638.212
Caixa Econômica Federal	Pré 4,85 % a.a. (média)	27.332.771	28.303.957	27.332.771	28.303.957
Finame	Pré 0,00 % a.a. a 8,12 % a.a. TJLP + 0,90 % a.a. a 1,60 % a.a. Selic + 2,08 % a.a. a 2,45 % a.a. Var. Camb. + 1,40 % a.a. a 3,00 % a.a. TLP + 1,42 % a.a. a 2,25 % a.a.	2.933.975	5.558.800	2.933.975	5.558.800
Outras Instituições Oficiais		273.557	200.759	273.557	200.759
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 7,00 % a.a.	273.530	200.731	273.530	200.731
Outros		27	28	27	28
Total		43.991.197	50.844.697	43.991.197	50.844.697
Passivo circulante		32.158.951	34.825.254	32.158.951	34.825.254
Passivo não circulante		11.832.246	16.019.443	11.832.246	16.019.443



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Do Exterior

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Recursos livres – Resolução CMN n.º 3.844/2010	29.005.438	36.608.664	--	--
Total	29.005.438	36.608.664	--	--
Passivo circulante	7.776.584	9.857.621	--	--
Passivo não circulante	21.228.854	26.751.043	--	--

d) Despesas com recursos de instituições financeiras

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Captações no mercado aberto	(45.544.164)	(83.092.896)	(28.137.704)	(44.385.665)	(81.171.148)	(27.495.608)
Carteira de terceiros	(32.798.858)	(61.781.578)	(23.874.177)	(31.926.569)	(60.326.526)	(23.454.695)
Carteira própria	(12.745.306)	(21.311.318)	(4.263.527)	(12.459.096)	(20.844.622)	(4.040.913)
Depósitos interfinanceiros	(592.732)	(2.434.045)	(433.219)	1.083.377	(6.286.850)	(451.896)
Obrigações por empréstimos ⁽¹⁾	(1.759.444)	1.025.950	(7.161.454)	(582.057)	3.336.776	(4.275.710)
Obrigações por repasses	(2.835.418)	(2.932.728)	(7.058.718)	(1.780.743)	(1.172.201)	(5.657.098)
Do exterior ⁽¹⁾	(1.168.928)	247.136	(4.332.567)	(114.253)	2.007.663	(2.930.947)
Caixa Econômica Federal	(983.745)	(1.828.662)	(1.482.551)	(983.745)	(1.828.662)	(1.482.551)
BNDES	(574.482)	(1.132.223)	(997.778)	(574.482)	(1.132.223)	(997.778)
Finame	(52.704)	(125.736)	(192.921)	(52.704)	(125.736)	(192.921)
Tesouro Nacional	(9.915)	(17.651)	(28.783)	(9.915)	(17.651)	(28.783)
Outras	(45.644)	(75.592)	(24.118)	(45.644)	(75.592)	(24.118)
Ganhos/(perdas) cambiais sobre investimentos no exterior ⁽²⁾	(23.971)	(1.119.105)	--	(16.711)	(1.411.805)	777.772
Total	(50.755.729)	(88.552.824)	(42.791.095)	(45.681.799)	(86.705.228)	(37.102.540)

(1) As movimentações credoras apresentadas decorrem da variação cambial negativa do período (valorização do Real frente ao Dólar).

(2) Variação cambial dos ativos e passivos das agências e controladas no exterior, reclassificada para as despesas com recursos de instituições financeiras com o objetivo de anular a variação cambial incidente sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais.

Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19 - RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 19.b)	166.468.848	125.674.635	174.913.838	132.200.713
Dívidas subordinadas (Nota 19.c)	61.962.671	76.097.902	54.832.126	67.957.782
Total	228.431.519	201.772.537	229.745.964	200.158.495
Passivo circulante	72.843.784	61.258.515	72.864.685	61.277.699
Passivo não circulante	155.587.735	140.514.022	156.881.279	138.880.796

b) Recursos de aceites e emissão de títulos

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	BB Consolidado	
						31.12.2022	31.12.2021
Banco Múltiplo						166.468.848	125.674.635
Programa "Euro Medium - Term Notes" ⁽¹⁾						21.530.405	20.412.085
	USD	1.000.000	4,63 %	2017	2025	5.318.171	5.682.296
	BRL	293.085	10,15 %	2017	2027	279.647	299.504
	USD	750.000	4,88 %	2018	2023	3.951.059	4.224.448
	COL	160.000.000	8,51 %	2018	2025	160.824	237.353
	USD	750.000	4,75 %	2019	2024	3.963.523	4.237.444
	BRL	398.000	9,50 %	2019	2026	373.471	392.202
	MXN	1.900.000	8,50 %	2019	2026	516.440	556.370
	COL	520.000.000	6,50 %	2019	2027	486.600	724.135
	USD	750.000	3,25 %	2021	2026	3.826.343	4.058.333
	USD	500.000	4,87 %	2022	2029	2.654.327	--
"Senior Notes"						--	6.097.753
		1.085.133	3,88 %	2012	2022	--	6.097.753
Certificados de depósitos ⁽²⁾						5.967.236	5.210.122
Curto prazo			0,00% a 6,48%			5.826.764	5.073.202
Longo prazo			1,50 % a 6,50%		2025	140.472	136.920
Certificados de operações estruturadas						38.486	9.694
Curto prazo			4,08% a 14,37 % do DI			38.156	8.063
Longo prazo			10,67% a 12,75% do DI		2024	330	1.631
Letras de Crédito Imobiliário			70,00% a 98,00 % do DI TR + 7,7151%			12.197.438	12.547.846
Curto prazo						2.167.110	3.632.368
Longo prazo					2026	10.030.328	8.915.478
Letras de Crédito do Agronegócio			75,00% a 103,50% do DI Pré 4,19% a 13,32%			122.248.775	81.396.088
Curto prazo						55.703.522	37.489.728
Longo prazo					2025	66.545.253	43.906.360
Letras financeiras			98,25% do DI 100,00% do DI + 0,65%			4.486.508	1.047
Curto prazo						--	1.047
Longo prazo					2024	4.486.508	--
Banco Patagonia			Badlar			31.910	33.903
Curto prazo	ARS					31.910	33.903
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ⁽³⁾						8.434.779	6.522.534
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ⁽³⁾							
	USD	200.000	Libor 3m+1,20%	2019	2024	520.283	925.372
	USD	200.000	3,70%	2019	2026	727.813	1.005.851
	USD	400.000	Sofr 3m + 2,75%	2022	2029	2.867.277	--
	USD	150.000	6,65%	2022	2032	2.344	--
Notas estruturadas ⁽³⁾							
	USD	500.000	Libor 6m + 2,50%	2014/2015	2034	2.641.160	2.802.777
	USD	320.000	Libor 6m + 3,20%	2015	2030	1.675.902	1.788.534
Valor eliminado na consolidação ⁽⁴⁾						(21.699)	(30.359)
Total						174.913.838	132.200.713
Passivo circulante						68.540.766	52.336.064
Passivo não circulante						106.373.072	79.864.649

(1) Em setembro de 2021, foi realizada troca de papéis envolvendo a recompra de "Senior Notes" e nova emissão compreendida no Programa "Euro Medium - Term Notes". As emissões estão apresentadas por seu valor outstanding, considerando as ocorrências de recompras parciais.

(2) Títulos emitidos no exterior em USD.

(3) Informações sobre as EPEs podem ser obtidas na Nota 2.e.

(4) Referem-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Dívidas subordinadas

Captações	Moeda	Valor Emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2022	31.12.2021
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste						20.535.828	23.469.518
Dívidas subordinadas no exterior						3.968.953	12.765.196
	USD	1.490.000	5,88%	2011	2022	--	8.524.497
	USD	741.115	5,88%	2012	2023	3.968.953	4.240.699
Letras financeiras subordinadas						2.453.282	1.138.973
		934.630	100% IPCA-NI + 8,08	2014	2022	--	1.118.233
	BRL	20.000	100,00% do CDI + 2,75%	2021	Perpétuo	21.250	20.740
	BRL	2.328.600	100,00% do CDI + 2,60%	2022	Perpétuo	2.432.032	--
Bônus Perpétuos						35.004.608	38.724.215
	USD	1.285.950	9,25%	2012	Perpétuo	6.853.656	7.378.278
	USD	1.838.000	6,25%	2013	Perpétuo	9.709.989	11.012.865
	BRL	7.100.000	5,50% ⁽³⁾	2012	Perpétuo	7.351.980	8.311.292
	USD	2.120.000	9,00%	2014	Perpétuo	11.088.983	12.021.780
Total – Banco Múltiplo						61.962.671	76.097.902
Valores eliminados na consolidação						(30.545)	(40.120)
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)						(7.100.000)	(8.100.000)
Total – BB Consolidado ⁽²⁾						54.832.126	67.957.782
Passivo circulante						4.323.919	10.002.242
Passivo não circulante						50.508.207	57.955.540

(1) Referem-se, nas captações em dólar, ao *outstanding value*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

(2) O montante de R\$ 20.535.828 mil (R\$ 23.469.518 mil em 31.12.2021) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

(3) A partir de 28.08.2014 a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c).

Do total dos bônus perpétuos e letras financeiras subordinadas perpétuas, o montante de R\$ 29.350.198 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 30.015.187 mil em 31.12.2021), na qualidade de capital complementar, vide quadro de apuração do PR na Nota 30.c.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.750.000 mil (outstanding value USD 1.285.950 mil) e os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (outstanding value USD 1.950.000 mil), tiveram, em 27.09.2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN n.º 4.192/2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01.10.2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30.10.2013.

Os bônus emitidos em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil (outstanding value USD 2.150.000 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18.06.2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o Make-whole amount;
- (iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014, contam com mecanismos de "absorção de perdas" (loss absorption). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

d) Despesas com emissões de títulos e valores mobiliários

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Recursos de aceites e emissão de títulos	(8.522.846)	(14.987.231)	(4.541.110)	(8.820.086)	(15.513.950)	(4.973.330)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(6.982.907)	(11.731.279)	(3.047.658)	(6.982.907)	(11.731.279)	(3.047.658)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(433.354)	(1.285.629)	(701.413)	(730.594)	(1.812.348)	(1.133.633)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(707.107)	(1.285.077)	(489.783)	(707.107)	(1.285.077)	(489.783)
Letras financeiras	(397.717)	(682.768)	(301.967)	(397.717)	(682.768)	(301.967)
Certificados de operações estruturadas	(1.761)	(2.478)	(289)	(1.761)	(2.478)	(289)
Dívidas subordinadas	(1.377.300)	(2.777.839)	(3.304.422)	(1.257.821)	(2.525.859)	(3.093.129)
Bônus e letras financeiras perpétuos	(1.260.966)	(2.514.400)	(2.574.634)	(1.141.487)	(2.262.420)	(2.363.341)
Demais	(116.334)	(263.439)	(729.788)	(116.334)	(263.439)	(729.788)
Total	(9.900.146)	(17.765.070)	(7.845.532)	(10.077.907)	(18.039.809)	(8.066.459)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

20 - OUTROS PASSIVOS**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Outros Passivos Financeiros	145.443.248	113.012.060	143.049.849	112.771.836
Carteira de câmbio (Nota 13.d)	55.043.369	38.782.520	55.205.592	38.905.708
Operações com cartão de crédito/débito	46.245.411	41.156.891	46.760.558	41.610.453
Fundos financeiros e de desenvolvimento (Nota 20.b)	34.475.895	27.029.673	34.475.895	27.029.673
Demais	9.678.573	6.042.976	6.607.804	5.226.002
Passivo circulante	109.515.011	84.959.502	110.390.509	85.875.579
Passivo não circulante	35.928.237	28.052.558	32.659.340	26.896.257
Outros Passivos Não Financeiros	30.452.907	26.511.701	36.652.409	31.086.034
Passivos atuariais (Nota 29.e)	10.895.695	11.609.890	10.895.695	11.609.890
Credores diversos ⁽¹⁾	7.486.016	5.363.806	8.154.449	5.843.128
Obrigações sociais e estatutárias	4.551.829	3.693.737	5.841.534	4.460.298
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	3.860.783	3.285.778	3.860.783	3.285.778
Comissões a apropriar	--	--	3.548.020	2.967.027
Obrigações por convênios oficiais	984.770	868.432	984.770	868.432
Rendas antecipadas	43.201	--	682.401	132.917
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	438.881	454.433	460.206	487.987
Demais	2.191.732	1.235.625	2.224.551	1.430.577
Passivo circulante	30.362.676	26.391.448	34.266.174	29.116.143
Passivo não circulante	90.231	120.253	2.386.235	1.969.891

(1) Em 31.12.2021, incluía o montante de R\$ 22.247 mil referente a obrigações com a União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei n.º 9.138/1995, cedido por meio da MP n.º 2.196/2001, regularizado em dezembro/2022.

b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Fundo Constitucional do Centro Oeste - FCO ⁽¹⁾	24.151.159	16.344.785	24.151.159	16.344.785
Marinha Mercante	5.895.208	7.317.190	5.895.208	7.317.190
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	2.898.220	2.010.777	2.898.220	2.010.777
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	919.219	840.488	919.219	840.488
Pasep	191.804	28	191.804	28
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	150.672	204.780	150.672	204.780
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	106.752	165.704	106.752	165.704
Outros	162.861	145.921	162.861	145.921
Total	34.475.895	27.029.673	34.475.895	27.029.673
Passivo circulante	6.361.626	7.711.219	6.361.626	7.711.219
Passivo não circulante	28.114.269	19.318.454	28.114.269	19.318.454

(1) A Resolução CMN n.º 4.955/2021 passou a limitar a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência - PR (Nota 30.c). O montante divulgado refere-se ao que excede esse valor, sendo R\$ 23.703.437 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R\$ 447.722 mil de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Outras despesas de captação

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Resultado de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento ⁽¹⁾	(102.115)	(216.188)	(1.261.269)	(102.115)	(216.188)	(1.261.269)
Demais	(494.672)	(965.347)	(816.848)	(375.213)	(713.407)	(606.066)
Total	(596.787)	(1.181.535)	(2.078.117)	(477.328)	(929.595)	(1.867.335)

(1) Inclui a remuneração pelo agenciamento financeiro do FCO, conforme Lei n.º 7.827/1989 (Nota 20.b) no montante de R\$ 2.375.602 mil no Exercício/2022 (R\$ 2.156.573 mil no Exercício/2021).

21 - PROVISÕES**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Cíveis, fiscais e trabalhistas	18.131.863	29.628.159	18.372.705	29.835.993
Demandas cíveis (Nota 21.b)	11.918.781	11.303.452	12.015.464	11.409.264
Demandas trabalhistas (Nota 21.b)	5.350.814	4.684.907	5.431.614	4.746.919
Demandas fiscais (Nota 21.b)	862.268	537.780	925.627	570.356
Provisão para riscos fiscais (atualização do depósito) ⁽¹⁾	--	13.102.020	--	13.109.454
Outras Provisões	6.736.768	6.401.564	7.345.181	6.974.318
Pagamentos a efetuar	4.547.049	4.193.509	5.146.587	4.765.521
Garantias financeiras prestadas (Nota 21.d)	404.098	615.918	404.322	616.158
Outras	1.785.621	1.592.137	1.794.272	1.592.639
Total	24.868.631	36.029.723	25.717.886	36.810.311

(1) Em dezembro/2022, houve baixa da provisão constituída sobre a ação judicial mencionada adiante na Nota 21.c, conforme Despacho/Ofício do juízo da 16ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do DF.

b) Provisões, ativos e passivos contingentes**Ativos contingentes**

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros e ações de exigir contas propostas por clientes para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.

As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor. Na maioria das vezes, as ações são processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários-mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se aquelas que envolvem cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II), bem como a repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, avaliadas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a Febraban e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo referente às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, que já foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo, por meio de ferramenta disponibilizada pela Febraban. Em 12.03.2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, sendo homologado pelo Plenário do STF, nos autos da ADPF 165, conforme acórdão publicado em 18.06.2020, e prorrogado por mais 30 meses, em votação no Plenário Virtual do STF, finalizada no dia 16.12.2022, cujo acórdão está pendente de publicação.

No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do STF, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e Febraban (RE n.º 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 11.09.2019.

Quanto ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários cobram a diferença entre o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos e o que eles consideram correto. Sobre esse tema, em 04.12.2014, foi julgado o Recurso Especial (RESP) n.º 1.319.232-DF, nos autos da Ação Civil Pública (ACP) n.º 94.008514-1, onde foi imposta condenação solidária da União, do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32% ou o índice ponderado de 74,60% previsto no art. 6º da Lei n.º 8.088/90), e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A ação ainda não transitou em julgado, em razão da interposição de recursos extraordinários pelo Banco Central do Brasil, pela União e pelo Banco do Brasil. Foi atribuído efeito suspensivo ao Recurso Extraordinário interposto pelo Banco do Brasil até o julgamento, pelo STF, do Recurso Extraordinário 1.101.937/SP, que versava sobre a extensão territorial da sentença coletiva. Em 24.03.2021, considerando a conclusão do julgamento do RE 1.101.937/SP e a consequente possibilidade de abrangência nacional da sentença coletiva, a Vice-Presidência do STJ revogou o efeito suspensivo anteriormente atribuído ao Recurso Extraordinário do Banco do Brasil. Em 22.06.2021, o mesmo recurso foi inadmitido, sendo interpostos os recursos cabíveis, os quais aguardam julgamento.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos sobre tributos e condutas fiscais relacionados à sua posição de contribuinte ou de responsável tributário, em procedimentos de fiscalização, que podem ensejar autuações. A maioria das autuações versa sobre a apuração de tributos devidos, como: ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições à Seguridade Social. Para garantia do crédito fiscal em litígio, quando necessário, são realizados depósitos judiciais ou penhoras em dinheiro, títulos públicos ou imóveis.

Provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais – prováveis

O Banco constitui provisão para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas cíveis, trabalhistas e fiscais.

Movimentações nas provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Demandas Cíveis						
Saldo inicial	11.420.111	11.303.452	9.195.502	11.533.296	11.409.264	9.579.206
Constituição	2.521.538	4.134.542	5.252.536	2.558.235	4.208.206	5.339.495
Reversão da provisão	(225.901)	(334.431)	(190.840)	(270.532)	(401.229)	(475.140)
Baixa por pagamento	(2.067.061)	(3.693.683)	(3.284.522)	(2.073.909)	(3.706.444)	(3.372.074)
Atualização monetária e variação cambial	270.094	508.901	330.776	268.374	505.667	337.777
Saldo final	11.918.781	11.918.781	11.303.452	12.015.464	12.015.464	11.409.264
Demandas Trabalhistas						
Saldo inicial	5.296.428	4.684.907	4.442.070	5.353.057	4.746.919	4.499.477
Constituição	1.092.628	2.359.788	1.970.061	1.124.671	2.396.072	1.987.572
Reversão da provisão	(289.998)	(362.533)	(228.004)	(298.804)	(379.921)	(241.631)
Baixa por pagamento	(983.706)	(1.767.186)	(1.810.097)	(984.059)	(1.768.070)	(1.812.577)
Atualização monetária e variação cambial	235.462	435.838	310.877	236.749	436.614	314.078
Saldo final	5.350.814	5.350.814	4.684.907	5.431.614	5.431.614	4.746.919
Demandas Fiscais						
Saldo inicial	888.912	537.780	408.370	918.665	570.356	440.539
Constituição	167.425	656.226	284.623	204.367	695.482	295.824
Reversão da provisão	(203.204)	(267.665)	(44.047)	(205.025)	(272.787)	(54.141)
Baixa por pagamento	(34.774)	(131.544)	(123.714)	(34.774)	(131.544)	(123.714)
Atualização monetária e variação cambial	43.909	67.471	12.548	42.394	64.120	11.848
Saldo final	862.268	862.268	537.780	925.627	925.627	570.356
Total das Demandas Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	18.131.863	18.131.863	16.526.139	18.372.705	18.372.705	16.726.539

Cronograma esperado de desembolsos

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	10.727.059	4.883.635	514.525	10.814.142	4.964.288	557.428
Acima de 5 anos	1.191.722	467.179	347.743	1.201.322	467.326	368.199
Total	11.918.781	5.350.814	862.268	12.015.464	5.431.614	925.627

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Passivos contingentes – possíveis

As demandas cíveis, trabalhistas e fiscais são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	15.547.053	12.192.801	16.441.899	13.021.018
Demandas Cíveis	2.237.911	2.248.542	2.359.110	2.530.401
Demandas Trabalhistas	98.652	87.689	124.079	124.622
Total	17.883.616	14.529.032	18.925.088	15.676.041

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS ou pela Receita Federal do Brasil, visando o recolhimento de participação em lucros e resultados, no valor de R\$ 2.127.184 mil; e de auxílio-alimentação, no valor de R\$ 2.642.506 mil; e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando à cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 2.093.747 mil.

Depósitos em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Demandas Cíveis	19.345.414	18.558.641	19.399.827	18.621.596
Demandas Fiscais	8.190.241	8.989.897	8.804.854	9.566.584
Demandas Trabalhistas	7.391.594	6.734.105	7.421.326	6.765.433
Total	34.927.249	34.282.643	35.626.007	34.953.613

c) Obrigações legais

O Banco mantinha registrado em Provisões – Cíveis, fiscais e trabalhistas e em Passivos Fiscais – Correntes o montante de R\$ 20.503.078 mil em 30.11.2022 (R\$ 19.673.693 mil em 31.12.2021), relativo à seguinte ação:

Em 1998, o Banco pleiteou a compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases de cálculo negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Assim, passou a compensar integralmente prejuízos fiscais (até outubro/2005) e bases negativas (até fevereiro/2009) com o valor devido desses tributos. O Banco obteve, liminarmente, a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos, mediante depósito judicial (caução) do montante devido (70% do valor compensado).

Em 26.06.2019, o STF finalizou o julgamento de recurso extraordinário de terceiro (RE 591.340-SP) e concluiu que é constitucional a limitação (30%) do direito de compensação de prejuízos fiscais e de bases negativas, o que repercutirá no julgamento do Recurso Extraordinário do Banco.

Tendo sido negado seguimento ao Recurso Extraordinário do Banco e certificado o trânsito em julgado, os valores depositados judicialmente aguardavam a conversão em renda a favor da União Federal – Fazenda Nacional.

Em 15.12.2022, foi determinado à Caixa Econômica Federal a transformação em pagamento definitivo, em favor da União Federal – Fazenda Nacional, o valor relativo ao referido depósito judicial integral, devidamente atualizado (Despacho/Ofício do juízo da 16ª Varal Federal Cível da Seção Judiciária do DF, s/n.º), sendo baixados todos os valores ativos e passivos relacionados à obrigação legal.

Valores relacionados às referidas ações

	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos Judiciais	--	19.673.693
Montante realizado (70%)	--	7.817.011
Atualização monetária	--	11.856.682
Obrigação Legal – Provisão para Processo Judicial	--	19.673.693
Prejuízos fiscais de IRPJ (Passivos Fiscais – Correntes)	--	3.002.033
Bases negativas de CPLL/CSLL a compensar (Passivos Fiscais – Correntes)	--	3.569.640
Provisão para riscos fiscais (atualização do depósito) (Nota 21.c)	--	13.102.020



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Garantias financeiras prestadas

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	31.12.2022		31.12.2021		31.12.2022		31.12.2021	
	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão
Outras garantias financeiras prestadas ⁽¹⁾	2.576.478	338.083	4.369.236	540.416	2.097.859	338.307	3.192.685	540.656
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	448.534	59.656	537.419	63.507	319.468	59.656	408.354	63.507
Outras fianças bancárias	7.390.918	5.329	6.083.017	10.224	7.506.944	5.329	6.214.700	10.224
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	1.778.892	604	1.213.208	1.379	1.553.570	604	1.213.208	1.379
Vinculadas ao comércio internacional de mercadorias	152.025	353	167.249	372	152.025	353	167.249	372
Vinculados ao fornecimento de mercadorias	143.617	73	57.733	20	143.617	73	57.733	20
Outros avais	--	--	--	--	2.421	--	2.288	--
Total	12.490.464	404.098	12.427.862	615.918	11.775.904	404.322	11.256.217	616.158

(1) Referem-se, principalmente, a garantias prestadas em moeda estrangeira.

As operações de garantias financeiras prestadas são avaliadas através dos modelos de classificação de risco de operações vigentes na instituição, no mesmo formato das operações de crédito, as quais seguem os preceitos das Resoluções CMN n.º 2.682 e n.º 2.697, divulgadas em 21.12.1999 e 24.02.2000, respectivamente, que estabelecem os critérios de classificação das operações de crédito e as regras para constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito.

A classificação de risco das operações é realizada mediante a aplicação de metodologias desenvolvidas que consideram as características dos clientes, das operações e garantias. O resultado final da classificação é a atribuição de risco conforme escala constante na Resolução CMN n.º 2.682/1999, que define o percentual de provisão que deve ser alocada à operação.

e) Resultado de provisões

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(4.027.193)	(8.002.563)	(7.982.610)	(4.087.946)	(8.079.724)	(8.070.699)
Cíveis	(2.565.888)	(4.284.053)	(5.336.512)	(2.568.511)	(4.310.759)	(5.416.873)
Trabalhistas	(1.038.092)	(2.433.093)	(2.052.934)	(1.062.616)	(2.452.765)	(2.060.019)
Fiscais	(8.130)	(456.032)	(253.124)	(41.736)	(486.815)	(253.531)
Provisão para riscos fiscais (atualização do depósito)	(415.083)	(829.385)	(340.040)	(415.083)	(829.385)	(340.276)
Outras	26.710	(80.704)	(65.346)	26.522	(80.904)	(63.291)
Garantias financeiras prestadas	136.385	210.466	137.265	136.596	210.983	139.320
Outras	(109.675)	(291.170)	(202.611)	(110.074)	(291.887)	(202.611)
Total	(4.000.483)	(8.083.267)	(8.047.956)	(4.061.424)	(8.160.628)	(8.133.990)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

22 - TRIBUTOS

a) Composição da receita (despesa) de IR e CSLL

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Valores Correntes	(486.524)	(2.076.573)	11.462	(3.094.777)	(6.791.893)	(3.543.910)
IR e CSLL no país	(452.743)	(2.016.024)	76.354	(2.965.174)	(6.628.916)	(3.423.063)
Imposto de renda no exterior	(33.781)	(60.549)	(64.892)	(129.603)	(162.977)	(120.847)
Valores Diferidos	(2.523.640)	(2.753.332)	(903.797)	(2.479.080)	(2.590.737)	(897.390)
Passivos Fiscais Diferidos	(792.636)	(2.603.092)	(1.625.081)	(789.015)	(2.588.439)	(1.596.979)
Créditos recuperados a prazo	(152.213)	(830.218)	(227.510)	(152.213)	(830.218)	(227.510)
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	(912.870)	(1.518.131)	(845.363)	(912.870)	(1.518.131)	(845.363)
Lucros do exterior	506.843	--	--	506.843	--	--
Atualização de depósitos judiciais fiscais	(186.787)	(373.223)	(153.018)	(186.787)	(373.223)	(153.018)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	26.818	(65.972)	--	26.818	(65.972)	--
Operações de leasing - ajuste da carteira e depreciação incentivada	--	--	--	(6.170)	(11.629)	(6.016)
Resultado não realizado (BB-BI)	--	--	--	10.271	20.542	20.542
Marcação a mercado	(74.427)	184.452	(399.190)	(72.569)	192.530	(385.614)
Outros	--	--	--	(2.338)	(2.338)	--
Ativos Fiscais Diferidos	(1.731.004)	(150.240)	721.284	(1.690.065)	(2.298)	699.589
Diferenças temporárias	(1.721.416)	275.917	(843.139)	(1.694.654)	361.587	(918.303)
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	(193.521)	(646.790)	1.337.926	(193.521)	(646.790)	1.337.926
Marcação a mercado	183.933	223.645	245.814	198.110	285.917	299.283
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	--	(3.012)	(19.317)	--	(3.012)	(19.317)
Total	(3.010.164)	(4.829.905)	(892.335)	(5.573.857)	(9.382.630)	(4.441.300)

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Resultado Antes dos Tributos e Participações	21.781.124	39.582.442	22.990.162	25.986.558	46.994.446	28.293.048
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (21%) ⁽¹⁾	(9.801.506)	(17.812.099)	(10.966.685)	(11.693.951)	(21.147.501)	(13.504.171)
Encargos JCP	2.346.423	4.335.904	3.006.873	2.346.423	4.335.904	3.006.873
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	3.317.521	5.937.674	4.530.505	1.391.030	2.504.922	1.546.721
Participação de empregados no lucro	954.743	1.770.207	1.188.902	956.421	1.773.126	1.192.215
Outros valores ⁽²⁾	172.655	938.409	1.348.070	1.426.220	3.150.919	3.317.062
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(3.010.164)	(4.829.905)	(892.335)	(5.573.857)	(9.382.630)	(4.441.300)

(1) No BB Banco Múltiplo, a CSLL teve alíquotas distintas durante os períodos evidenciados, sendo: 20% para o período de 01.01 a 30.06.2021; 25% de 01.07 a 31.12.2021; 20% para o período de 01.01 a 31.07.2022 e 21% a partir de agosto até dezembro de 2022 (Art. 3º da Lei n.º 7.689/1988). As empresas do consolidado observaram as determinações expressas na Lei n.º 7.689, de 15 de dezembro de 1.988, Art. 3º, incisos I, II-A e III, alterada pelas Leis n.º 14.183, de 14 de julho de 2021 e 14.446, de 02 de setembro de 2022.

(2) Referem-se principalmente às outras despesas indedutíveis líquidas das outras receitas não tributáveis, tais como as oriundas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste – FCO, bem como o diferencial de alíquotas entre as empresas no BB Consolidado.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Despesas tributárias

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Cofins	(1.685.967)	(3.233.031)	(2.498.677)	(2.186.250)	(4.135.485)	(3.243.976)
ISSQN	(491.339)	(951.929)	(880.717)	(682.886)	(1.300.394)	(1.175.039)
PIS/Pasep	(274.032)	(525.508)	(406.251)	(373.577)	(705.133)	(556.122)
Outras	(81.023)	(170.760)	(183.838)	(538.380)	(921.802)	(716.237)
Total	(2.532.361)	(4.881.228)	(3.969.483)	(3.781.093)	(7.062.814)	(5.691.374)

d) Passivos fiscais diferidos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	10.166.060	5.997.116	10.166.060	5.997.116
Créditos recuperados a prazo	1.592.516	762.298	1.592.516	762.298
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.348.279	1.424.418	1.418.926	1.497.892
Atualização de depósitos judiciais fiscais	134.144	134.144	134.144	134.144
Dependências no exterior	24.722	62.871	56.290	108.315
Ajuste da carteira de leasing	--	--	36.487	24.858
Operações em mercados de liquidação futura	73.122	--	73.122	--
Outros	60.993	52.539	72.331	52.539
Total dos Passivos Fiscais Diferidos	13.399.836	8.433.386	13.549.876	8.577.162
Imposto de Renda	6.968.777	4.405.768	7.065.408	4.493.460
Contribuição Social	5.566.863	3.516.471	5.610.598	3.565.223
Cofins	742.975	439.277	751.196	445.584
PIS/Pasep	121.221	71.870	122.674	72.895

e) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	BB Banco Múltiplo			
	31.12.2021	Exercício/2022		31.12.2022
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	51.126.177	18.697.205	(19.665.992)	50.157.390
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	29.461.237	12.724.959	(11.478.411)	30.707.785
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	993.658	169.889	(574.767)	588.780
Provisões passivas - outras	13.607.564	4.493.480	(3.403.696)	14.697.348
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	1.282.296	366.698	(689.894)	959.100
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	2.479.840	741.748	(1.573.533)	1.648.055
Outras provisões	3.301.582	200.431	(1.945.691)	1.556.322
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	3.585.950	821.381	(1.468.171)	2.939.160
Total dos Ativos Fiscais Diferidos	55.348.665	19.518.586	(21.134.163)	53.733.088
Imposto de Renda	30.583.219	10.852.524	(11.651.455)	29.784.288
Contribuição Social	24.508.371	8.607.005	(9.324.299)	23.791.077
Cofins	221.140	50.802	(136.266)	135.676
PIS/Pasep	35.935	8.255	(22.143)	22.047

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Consolidado			
	31.12.2021	Exercício/2022		31.12.2022
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	52.319.683	19.430.301	(20.083.696)	51.666.288
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	29.559.509	12.744.380	(11.479.985)	30.823.904
Provisões passivas – fiscais e previdenciárias	1.001.835	185.053	(575.781)	611.107
Provisões passivas – outras	13.675.806	4.509.247	(3.420.640)	14.764.413
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	1.282.296	366.698	(689.894)	959.100
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	2.588.480	1.044.482	(1.839.127)	1.793.835
Outras provisões	4.211.757	580.441	(2.078.269)	2.713.929
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Superveniência de depreciação	21.560	--	(21.560)	--
Prejuízo fiscal/Base negativa	3.642.224	831.072	(1.482.098)	2.991.198
Total dos Ativos Fiscais Diferidos	56.620.005	20.261.373	(21.587.354)	55.294.024
Imposto de Renda	31.574.099	11.281.150	(11.921.126)	30.934.123
Contribuição Social	24.777.083	8.832.455	(9.467.607)	24.141.931
Cofins	231.246	124.941	(170.510)	185.677
PIS/Pasep	37.577	22.827	(28.111)	32.293

f) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários – não ativados)

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Créditos tributários no exterior	1.317.072	1.256.225	1.317.072	1.256.225
Prejuízo fiscal/Base negativa	--	--	22.744	22.050
Diferenças temporárias	--	--	3.864	4.765
Total dos Créditos Tributários	1.317.072	1.256.225	1.343.680	1.283.040
Imposto de Renda	731.707	697.903	751.272	717.620
Contribuição Social	585.365	558.322	592.408	565.420

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2022, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2023	15.814.689	14.535.117	16.225.730	14.656.654
Em 2024	19.050.664	16.819.115	19.402.363	16.838.225
Em 2025	10.154.836	8.574.419	10.354.002	8.592.752
Em 2026	2.563.274	2.074.222	2.631.965	2.091.504
Em 2027	2.734.805	2.120.874	2.804.315	2.135.527
Em 2028	2.647.291	1.967.518	2.714.901	1.980.898
Em 2029	745.068	530.690	779.203	542.732
Em 2030	--	-	20.549	10.790
Em 2031	3.423	2.239	21.425	11.087
Em 2032	86	54	320.292	147.696
Em 2033	18.952	11.387	19.279	11.388
Total de Créditos Tributários em 31.12.2022	53.733.088	46.635.635	55.294.024	47.019.253

No Exercício/2022, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 21.134.163 mil, correspondente a 154,29% da respectiva projeção de utilização para o período de 2022, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2021.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 31.12.2022, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Temporárias ⁽²⁾	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Temporárias ⁽²⁾
Em 2023	29%	29%	29%	29%
Em 2024	31%	36%	31%	35%
Em 2025	18%	19%	18%	19%
A partir de 2026	22%	16%	22%	17%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	31.12.2022	31.12.2021
Patrimônio Líquido do Banco do Brasil	153.546.924	134.225.898
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	53,81	47,04
Valor de mercado por ação (R\$)	34,73	28,85
Patrimônio Líquido Consolidado	163.588.214	144.857.186

(1) Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 90.000.023 mil (R\$ 90.000.023 mil em 31.12.2021) está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R\$ 120.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas, preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

Desde a assinatura do termo aditivo, em 28.08.2014, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Tendo em vista sua elegibilidade ao capital principal, em conformidade com a Lei n.º 12.793, de 02.04.2013, e Resolução CMN n.º 4.955/2021, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento é reclassificado para o patrimônio líquido.

Conforme Comunicado ao Mercado, de 08 de abril de 2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029. Em 28.07.2022, o Banco devolveu ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 1 bilhão referente à primeira parcela, cuja liquidação antecipada foi autorizada pelo Bacen em 19.07.2022.

d) Reservas de capital e de lucros

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Reservas de Capital	1.402.523	1.399.561	1.404.253	1.401.177
Reservas de Lucros	70.510.416	51.511.170	70.142.173	51.180.290
Reserva legal	11.777.636	10.237.793	11.777.636	10.237.793
Reservas Estatutárias	58.732.780	41.273.377	58.364.537	40.942.497
Margem operacional	51.578.722	33.108.626	51.047.561	32.636.497
Equalização de remuneração do capital	7.154.058	8.164.751	7.316.976	8.306.000

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento de remuneração de capital, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

e) Lucro por ação

	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Lucro líquido – BB Banco Múltiplo (R\$ mil)	16.638.371	30.796.870	19.574.419
Número médio ponderado de ações (básico)	2.853.992.740	2.853.771.411	2.853.577.258
Número médio ponderado de ações (diluído) ⁽¹⁾	2.853.586.645	2.853.548.964	2.853.359.901
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	5,83	10,79	6,86

(1) A conciliação do número médio ponderado de ações é representada pela distribuição futura das ações aos Administradores do Banco em função do Programa de Remuneração Variável (Nota 23.m), sendo respectivamente 406.095, 222.447 e 217.357 em cada um dos períodos apresentados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995, n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a destinação do resultado do período:

	Exercício/2022	Exercício/2021
1) Lucro Líquido – BB Banco Múltiplo	30.796.870	19.574.419
No País	27.254.246	17.748.322
No Exterior	3.542.624	1.826.097
(±) Lucros/Prejuízos acumulados	9.964	9.198
(-) Reserva legal	(1.539.843)	(978.721)
2) Lucro Líquido Ajustado	29.266.991	18.604.896
3) Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	251.980	211.293
4) Base de cálculo dos dividendos (item 2 + item 3)	29.518.971	18.816.189
5) Destinações		
Dividendos e juros sobre o capital próprio – Payout	11.807.588	7.526.476
Dividendo mínimo obrigatório	7.316.748	4.651.224
Dividendo adicional	3.045.539	1.930.392
IRRF sobre JCP imputado aos dividendos ⁽¹⁾	1.445.301	944.860
Reservas estatutárias	26.385.851	16.467.848
Utilização de reservas estatutárias para remuneração do capital	(8.926.448)	(5.389.428)

(1) Imposto de renda retido na fonte incidente sobre o JCP imputado aos dividendos, com exceção aos acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

2022	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Dividendos	443.296	0,155	23.05.2022	31.05.2022
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	601.008	0,211	14.03.2022	31.03.2022
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.477.370	0,518	23.05.2022	31.05.2022
2º Trimestre				
Dividendos	571.257	0,200	22.08.2022	31.08.2022
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	714.210	0,250	13.06.2022	30.06.2022
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.628.481	0,571	22.08.2022	31.08.2022
3º Trimestre				
Dividendos	485.698	0,170	21.11.2022	30.11.2022
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	781.128	0,274	12.09.2022	30.09.2022
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.810.537	0,634	21.11.2022	30.11.2022
4º Trimestre				
Dividendos	671.995	0,235	23.02.2023	03.03.2023
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	985.986	0,346	12.12.2022	29.12.2022
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.636.622	0,574	23.02.2023	03.03.2023
Total destinado aos acionistas	11.807.588	4,138		
Dividendos	2.172.246	0,760		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	9.635.342	3,378		

(1) Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

2021	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Dividendos	212.107	0,074	21.05.2021	28.05.2021
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	415.758	0,146	11.03.2021	31.03.2021
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	970.473	0,340	21.05.2021	28.05.2021
2º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	480.852	0,169	11.06.2021	30.06.2021
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	986.104	0,346	23.08.2021	31.08.2021
3º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	527.136	0,185	13.09.2021	30.09.2021
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.123.392	0,394	22.11.2021	30.11.2021
4º Trimestre				
Dividendos	1.015.304	0,356	02.03.2022	11.03.2022
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	499.320	0,175	13.12.2021	30.12.2021
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.296.030	0,454	02.03.2022	11.03.2022
Total destinado aos acionistas	7.526.476	2,639		
Dividendos	1.227.411	0,430		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	6.299.065	2,209		

(1) Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

g) Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido

	Lucro Líquido			Patrimônio Líquido	
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	31.12.2022	31.12.2021
BB Banco Múltiplo	16.638.371	30.796.870	19.574.419	153.546.924	134.225.898
Instrumento elegível a capital principal ⁽¹⁾	119.479	251.980	211.293	7.100.000	8.100.000
Resultado não realizado ⁽²⁾	(31.313)	(37.363)	(75.310)	(368.243)	(330.880)
Participação dos não controladores	--	--	--	3.309.533	2.862.168
BB Consolidado	16.726.537	31.011.487	19.710.402	163.588.214	144.857.186

(1) Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de operações de captação no mercado. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido (Notas 2.e e 23.c).

(2) Refere-se a resultados não realizados decorrentes de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

h) Outros resultados abrangentes

	31.12.2022	31.12.2021
Banco do Brasil		
Títulos disponíveis para venda	(2.421.726)	(1.873.165)
Hedge de investimento líquido no exterior	9.322	--
Variação cambial de investimentos no exterior	(3.769.512)	(1.966.035)
Ganhos/(perdas) atuariais - planos de benefícios	(1.846.077)	(4.699.072)
Controladas, coligadas e controladas em conjunto		
Títulos disponíveis para venda	(170.063)	(52.197)
Hedge de fluxo de caixa	46.187	181.490
Ganhos/(perdas) atuariais - planos de benefícios	374	(580)
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	56.297	--
Total	(8.095.198)	(8.409.559)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

i) Participação dos não controladores

	Lucro Líquido			Patrimônio Líquido	
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	31.12.2022	31.12.2021
BB Tecnologia e Serviços	6	10	9	42	35
Fundos de Investimento	12.797	13.446	--	180.246	--
Banco Patagonia S.A.	367.582	581.459	278.817	785.931	628.180
BB Seguridade S.A.	1.165.282	2.036.886	1.326.687	2.343.314	2.233.953
Total	1.545.667	2.631.801	1.605.513	3.309.533	2.862.168

j) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	31.12.2022		31.12.2021	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal - Tesouro Nacional	1.432.708.542	50,0	1.432.708.542	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	131.948.214	4,6	133.689.414	4,7
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	11.830.375	0,4	12.017.619	0,4
Outros acionistas	1.288.929.889	45,0	1.287.001.445	44,9
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0
Residentes no país	2.198.566.514	76,7	2.293.329.268	80,0
Residentes no exterior	666.850.506	23,3	572.087.752	20,0

(1) Inclui, em 31.12.2022, 49.614 ações do Banco do Brasil mantidas na BB Asset (42.983 em 31.12.2021).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ⁽¹⁾	
	31.12.2022	31.12.2021
Conselho de Administração (exceto o Presidente do Banco)	3.988	3.599
Diretoria Executiva (inclui o Presidente do Banco)	128.355	95.341
Conselho Fiscal	1.000	1.000
Comitê de Auditoria	2.012	2.015

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,005% do capital do Banco.

k) Movimentação de ações em circulação/free float

	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação (free float) no início do período	1.420.591.910	49,6	1.420.413.540	49,6
Outras movimentações ⁽¹⁾	153.841		178.370	
Ações em circulação (free float) no fim do período ⁽²⁾	1.420.745.751	49,6	1.420.591.910	49,6
Total emitido	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Conforme Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da B3. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

l) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	31.12.2022		31.12.2021		31.12.2022		31.12.2021	
	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total
Ações em Tesouraria	11.780.761	100,0	11.974.636	100,0	11.830.375	100,0	12.017.619	100,0
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCM)	8.075.350	68,6	8.075.350	67,4	8.075.350	68,3	8.075.350	67,2
Programas de Recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	3.348.867	28,4	3.570.196	29,8	3.348.867	28,3	3.570.196	29,7
Programa de Remuneração Variável	356.481	3,0	329.027	2,8	406.095	3,4	372.010	3,1
Incorporações	63	--	63	--	63	--	63	--
Valor Contábil	(270.840)		(275.297)		(272.570)		(276.913)	

m) Pagamento baseado em ações**Programa de Remuneração Variável**

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921, de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento. No momento da apuração das parcelas diferidas, caso ocorram frações, estas são acumuladas na primeira parcela a ser disponibilizada.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido pelo prazo de quatro anos, sendo: 20% no prazo de um ano, 20% no prazo de dois anos, 20% no prazo de três anos e 20% no prazo de quatro anos.

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco Múltiplo foram de R\$ 21.875 mil no exercício/2022 (R\$ 21.875 mil no exercício/2021).

A BB Asset, em decorrência da resolução supracitada, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de Ações do Programa	Custo Médio	Ações Distribuídas	Ações a Distribuir ⁽¹⁾	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2018					
Banco do Brasil	127.860	53,44	100.698	25.556	03/2023
Total de ações a distribuir				25.556	
BB Asset	14.218	53,44	11.376	2.842	03/2023
Total de ações a distribuir				2.842	
Programa 2019					
Banco do Brasil	162.641	46,05	90.300	32.509	03/2023
				32.509	03/2024
Total de ações a distribuir				65.018	
BB Asset	15.998	46,07	9.604	3.197	03/2023
				3.197	03/2024
Total de ações a distribuir				6.394	
Programa 2020					
Banco do Brasil	164.146	29,65	64.287	32.809	03/2023
				32.809	03/2024
				32.809	03/2025
Total de ações a distribuir				98.427	
BB Asset	29.585	29,65	11.843	5.914	03/2023
				5.914	03/2024
				5.914	03/2025
Total de ações a distribuir				17.742	
Programa 2021					
Banco do Brasil	193.027	33,52	38.687	38.585	03/2023
				38.585	03/2024
				38.585	03/2025
				38.585	03/2026
Total de ações a distribuir				154.340	
BB Asset	28.302	33,52	5.666	5.659	03/2023
				5.659	03/2024
				5.659	03/2025
				5.659	03/2026
Total de ações a distribuir				22.636	

(1) Eventual diferença entre o total de ações a distribuir e o cronograma de transferências decorre de casos pontuais de ações pendentes de transferência/reversão.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

24 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Administração de fundos	2.581.273	5.052.826	4.444.743	4.248.006	8.337.201	7.459.647
Conta corrente	3.350.399	6.383.675	6.228.770	3.351.326	6.385.226	6.230.918
Comissões de seguros, previdência e capitalização	155.758	339.759	356.033	2.734.904	5.056.072	4.411.996
Rendas de cartões	1.046.947	2.026.693	1.850.975	1.271.612	2.416.127	2.136.208
Operações de crédito e garantias prestadas	1.225.237	2.270.396	1.783.590	1.225.054	2.269.295	1.781.572
Taxas de administração de consórcios	--	--	--	1.072.188	1.965.600	1.810.054
Cobrança	719.243	1.434.685	1.405.293	762.139	1.513.526	1.457.695
Arrecadações	529.021	1.061.887	1.022.632	508.360	1.018.927	988.052
Rendas do mercado de capitais	76.072	146.852	120.795	285.084	498.087	436.231
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais ⁽¹⁾	178.483	359.063	366.449	178.483	359.063	366.449
Interbancária	75.880	150.144	135.230	75.880	150.144	135.230
Outras	674.022	1.310.849	1.271.879	1.248.406	2.363.905	2.129.283
Total	10.612.335	20.536.829	18.986.389	16.961.442	32.333.173	29.343.335

(1) Inclui o montante de R\$ 29.916 mil no 2º Semestre/2022 e R\$ 55.406 mil no Exercício/2022 relativo às arrecadações de contribuições e tributos federais (R\$ 40.852 mil no Exercício/2021).

25 - DESPESAS DE PESSOAL

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Proventos	(5.045.379)	(9.843.278)	(9.218.449)	(5.763.240)	(11.180.457)	(10.372.514)
Benefícios	(1.774.097)	(3.358.902)	(3.176.093)	(1.861.050)	(3.526.630)	(3.319.631)
Encargos sociais	(1.670.886)	(3.210.184)	(3.023.252)	(1.824.384)	(3.510.193)	(3.281.568)
Provisões administrativas de pessoal	(1.024.739)	(2.316.412)	(3.041.545)	(1.027.656)	(2.324.896)	(3.041.544)
Previdência complementar	(486.591)	(891.166)	(869.751)	(493.202)	(903.775)	(880.840)
Treinamento	(32.988)	(61.393)	(49.624)	(38.676)	(69.252)	(55.047)
Honorários de diretores e conselheiros	(18.909)	(37.471)	(38.088)	(28.240)	(54.827)	(53.837)
Total	(10.053.589)	(19.718.806)	(19.416.802)	(11.036.448)	(21.570.030)	(21.004.981)

26 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Depreciação	(721.569)	(1.419.843)	(1.338.095)	(747.809)	(1.471.348)	(1.387.245)
Aluguéis	(706.860)	(1.357.578)	(1.335.011)	(739.455)	(1.429.655)	(1.420.381)
Amortização	(776.289)	(1.348.900)	(1.425.627)	(783.026)	(1.361.750)	(1.441.449)
Serviços de vigilância e segurança	(616.232)	(1.198.964)	(1.134.400)	(636.171)	(1.235.264)	(1.168.126)
Serviços de terceiros	(561.261)	(1.091.199)	(990.474)	(625.839)	(1.224.720)	(1.092.635)
Serviços do sistema financeiro	(405.582)	(844.962)	(928.084)	(456.047)	(947.281)	(1.021.043)
Manutenção e conservação de bens	(543.818)	(1.055.209)	(1.027.543)	(387.226)	(751.796)	(753.117)
Processamento de dados	(597.094)	(1.102.303)	(842.501)	(347.899)	(675.915)	(558.363)
Transporte	(319.989)	(595.983)	(572.904)	(348.526)	(651.000)	(635.600)
Programa de Desempenho Gratificado - PDG	(295.017)	(574.056)	(490.851)	(295.017)	(574.056)	(490.851)
Água, energia e gás	(206.095)	(480.665)	(473.737)	(213.035)	(494.943)	(488.424)
Comunicações	(230.064)	(434.861)	(439.934)	(258.982)	(487.630)	(498.247)
Propaganda e publicidade	(246.086)	(458.516)	(487.678)	(260.435)	(481.450)	(508.814)
Serviços técnicos especializados	(181.497)	(305.816)	(311.329)	(239.903)	(411.606)	(402.225)
Promoções e relações públicas	(81.380)	(157.402)	(129.947)	(97.597)	(179.360)	(138.712)
Viagem no país	(35.366)	(56.454)	(17.830)	(47.624)	(78.367)	(36.000)
Material	(10.877)	(27.623)	(52.310)	(18.622)	(40.457)	(57.324)
Outras	(320.459)	(647.551)	(648.387)	(351.182)	(698.999)	(743.574)
Total	(6.855.535)	(13.157.885)	(12.646.642)	(6.854.395)	(13.195.597)	(12.842.130)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

27 - OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS**a) Outras receitas operacionais**

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Atualização de depósitos em garantia	1.791.254	3.292.015	1.268.256	1.791.270	3.292.032	1.268.256
Atualização de ativo atuarial	1.826.817	2.951.466	1.653.175	1.826.817	2.951.466	1.653.175
Recuperação de encargos e despesas	1.643.217	2.621.895	2.178.822	1.353.248	2.086.793	1.713.033
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 29.f)	319.720	1.182.683	1.481.564	319.720	1.182.683	1.481.564
Operações com cartões	727.195	843.086	206.704	774.406	941.459	279.215
Reversão de provisões - outras	547.089	558.888	87.014	574.680	658.745	281.326
Clube de Benefícios BB	192.808	391.733	464.528	192.808	391.733	464.528
Receitas das empresas controladas não financeiras	--	--	--	278.592	338.511	83.428
Atualização de impostos a compensar	70.859	174.012	55.717	70.859	174.012	55.717
Rendas de títulos e créditos a receber	40.479	139.565	113.921	40.479	139.564	113.921
Reversão de provisões - despesas administrativas e de pessoal	58.433	136.968	195.265	58.433	136.968	195.265
Receitas decorrentes de condenações, custas e acordos judiciais	31.228	51.126	48.864	31.228	51.126	48.864
Dividendos recebidos	37.702	106.149	22.113	210	1.147	8.182
Outras	248.723	407.905	422.455	331.208	563.376	413.905
Total	7.535.524	12.857.491	8.198.398	7.643.958	12.909.615	8.060.379

b) Outras despesas operacionais

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Operações com cartões	(1.087.019)	(2.102.033)	(1.824.762)	(1.190.834)	(2.280.098)	(1.970.305)
Bônus de relacionamento negocial	(817.752)	(1.724.520)	(1.566.599)	(817.752)	(1.724.520)	(1.566.599)
Atualização das obrigações atuariais	(616.995)	(1.211.318)	(1.172.648)	(616.995)	(1.211.318)	(1.172.648)
Descontos concedidos em renegociação	(553.659)	(1.144.226)	(1.291.645)	(553.659)	(1.144.226)	(1.291.645)
Serviços de terceiros	(595.848)	(1.146.260)	(1.092.058)	(589.313)	(1.118.991)	(1.049.692)
Despesas das empresas controladas não financeiras	--	--	--	(471.610)	(793.317)	(674.374)
Convênio INSS	(239.079)	(472.846)	(315.667)	(239.079)	(472.846)	(315.667)
Autoatendimento	(192.362)	(401.642)	(360.414)	(192.362)	(401.642)	(360.414)
Remuneração pelas transações de correspondentes bancários	(165.499)	(324.519)	(250.042)	(165.499)	(324.519)	(250.042)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(173.279)	(294.194)	(222.062)	(173.279)	(294.194)	(222.062)
Falhas/fraudes e outras perdas	(146.340)	(265.352)	(431.991)	(155.850)	(281.322)	(442.069)
Outras despesas de provisões operacionais	(1.347)	(1.795)	(536)	(23.282)	(44.424)	(46.271)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(16.645)	(34.072)	(38.333)	(16.645)	(34.072)	(38.333)
Bônus de adimplência	(597)	(1.815)	(9.943)	(597)	(1.815)	(9.943)
Perda por redução ao valor recuperável	--	--	(959.194)	(51)	(51)	(959.231)
Outras	(1.065.141)	(1.924.069)	(989.159)	(1.194.329)	(2.091.317)	(928.603)
Total	(5.671.562)	(11.048.661)	(10.525.053)	(6.401.136)	(12.218.672)	(11.297.898)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

28 - PARTES RELACIONADAS

a) Pessoal-chave da administração

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Benefícios de curto prazo	26.331	52.004	47.005
Honorários e encargos sociais	15.731	30.754	31.533
Diretoria Executiva	15.678	30.666	31.181
Conselho de Administração	53	88	352
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	6.786	14.093	11.844
Outros ⁽¹⁾	3.814	7.157	3.628
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	--	52	2.268
Remuneração baseada em ações	--	7.523	5.719
Total	26.331	59.579	54.992

(1) Inclui a remuneração dos membros dos Comitês de Auditoria e de Riscos e de Capital que integram o Conselho de Administração, bem como contribuições patronais aos planos de saúde e previdência complementar, auxílio moradia, vantagens de remoção, seguro de vida em grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.m).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- i. transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- ii. valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei n.º 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- iii. disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;
- iv. contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- v. disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. Informações complementares, com relação à cessão de pessoal, constam da Nota 32.d – Cessão de empregados a órgãos externos;
- vi. aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- vii. aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- viii. cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A;
- ix. contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de *software*, suporte e operação em *data center*, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, outsourcing e monitoria de sistemas de segurança física e outsourcing de telefonia; e
- x. valores a receber decorrente das honras solicitadas pelo Banco aos Fundos Garantidores, nos quais a União detém participação, conforme prazos e condições estabelecidos pelo regulamento de cada programa de garantia. Os Fundos Garantidores são instrumentos de natureza pública ou privada destinados a garantir projetos e operações de crédito, com a finalidade, dentre outras, de viabilizar empreendimentos estruturados do Poder Público e auxiliar a inclusão de pessoas físicas e jurídicas no mercado de crédito.

Para 2022, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R\$ 1.176.794 mil (de até R\$ 457.193 mil em 2021).

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro “Sumário das transações com partes relacionadas”, segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais, estão relacionados na Nota 10; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas na Nota 20; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 29.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No Exercício/2022, o Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 118.849 mil (R\$ 72.632 mil no Exercício/2021).

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	Exercício/2022	Exercício/2021
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	4.881.162	5.852.020



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Sumário das transações com partes relacionadas

	BB Banco Múltiplo					
	31.12.2022					
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Coligadas e controladas em conjunto ⁽³⁾	Pessoal-chave da administração ⁽⁴⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁵⁾	Total
Ativos						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	70.550.424	998.676	--	2.901.626	74.450.726
Títulos e valores mobiliários	--	282.719	185.472	--	497.293	965.484
Carteira de crédito ⁽⁶⁾	--	454.894	7.412.659	6.147	2.587.860	10.461.560
Valores a receber de ligadas	--	88.596	325.764	--	438	414.798
Outros ativos ⁽⁷⁾	2.580.362	392.282	188.235	--	300.116	3.460.995
Garantias recebidas	--	--	20	--	--	20
Passivos						
Depósitos à vista	1.005.475	336.336	136.866	735	247.199	1.726.611
Depósitos de poupança	3.538	--	--	398	245.217	249.153
Depósitos a prazo	1.730.260	880.656	433.251	608	10.581.935	13.626.710
Captações no mercado aberto	--	22.802.955	100.043	--	1.831.017	24.734.015
Obrigações por empréstimos e repasses	132.828	61.915.845	--	--	43.858.369	105.907.042
Outros passivos ⁽⁸⁾	8.862.815	4.691.672	13.587.784	24.134	1.167.948	28.334.353
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽⁹⁾	344.592	1.262.053	5.004.909	--	33.985	6.645.539
2º Semestre/2022						
Receitas da intermediação financeira	3.020.077	2.868.935	398.341	411	274.471	6.562.235
Despesas da intermediação financeira	(209.654)	(3.445.302)	(24.760)	(1.378)	(2.121.425)	(5.802.519)
Receitas de prestação de serviços	72.215	27.600	267.145	--	363.127	730.087
Outras receitas ⁽¹⁰⁾	32.105	329.494	316.268	--	8.369	686.236
Outras despesas	(506.605)	(741.310)	(699.814)	--	(382.615)	(2.330.344)
Exercício/2022						
Receitas da intermediação financeira	5.744.487	5.085.178	703.639	810	535.249	12.069.363
Despesas da intermediação financeira	(404.906)	(6.081.672)	(47.406)	(2.192)	(4.080.080)	(10.616.256)
Receitas de prestação de serviços	150.514	58.558	536.585	--	716.515	1.462.172
Outras receitas ⁽¹⁰⁾	113.535	652.097	637.416	--	17.229	1.420.277
Outras despesas	(973.196)	(1.400.630)	(1.321.216)	--	(795.860)	(4.490.902)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal).

(2) Empresas relacionadas na Nota 2.e.

(3) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban.

(4) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(5) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF e BNDES. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(6) A carteira de crédito possui R\$ 39 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de provisão de R\$ 15 mil no 2º Semestre/2022 (R\$ 8 mil no Exercício/2022).

(7) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(8) Referem-se, principalmente, a outros instrumentos financeiros e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(9) Inclui o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(10) Inclui o montante de R\$ 484.524 mil no 2º Semestre/2022 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura (R\$ 931.256 mil no Exercício/2022).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Banco Múltiplo					
	31.12.2021					
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Coligadas e controladas em conjunto ⁽³⁾	Pessoal-chave da administração ⁽⁴⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁵⁾	Total
Ativos						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	83.322.895	1.425.098	--	1.999.640	86.747.633
Títulos e valores mobiliários	--	1.335.965	309.440	--	521.864	2.167.269
Carteira de crédito ⁽⁶⁾	--	398.705	6.853.749	7.017	5.360.190	12.619.661
Valores a receber de ligadas	--	75.074	444.920	--	9.421	529.415
Outros ativos ⁽⁷⁾	2.209.638	745.475	350.782	--	266.775	3.572.670
Garantias recebidas ⁽⁸⁾	--	--	3.701	--	555.596	559.297
Passivos						
Depósitos à vista	748.015	245.892	59.619	955	477.596	1.532.077
Depósitos de poupança	297	--	--	279	245.859	246.435
Depósitos a prazo	1.613.726	1.214.613	651.673	541	9.189.138	12.669.691
Captações no mercado aberto	--	18.833.742	--	--	4.361.701	23.195.443
Obrigações por empréstimos e repasses	142.969	77.042.047	--	--	50.701.728	127.886.744
Outros passivos ⁽⁹⁾	9.589.902	3.695.107	12.129.979	15.586	2.063.980	27.494.554
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽¹⁰⁾	--	1.882.933	5.009.367	--	183.706	7.076.006
	Exercício/2021					
Receitas da intermediação financeira	2.416.957	4.770.774	455.236	725	551.315	8.195.007
Despesas da intermediação financeira	(347.947)	(4.969.585)	(30.159)	(795)	(3.217.911)	(8.566.397)
Receitas de prestação de serviços	118.505	52.730	574.659	--	705.129	1.451.023
Outras receitas ⁽¹¹⁾	69.813	483.505	497.012	--	9.340	1.059.670
Outras despesas	(964.326)	(1.170.677)	(766.210)	--	(778.943)	(3.680.156)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal).

(2) Empresas relacionadas na Nota 2.e.

(3) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban.

(4) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(5) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(6) A carteira de crédito possui R\$ 47 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de provisão de R\$ 128 mil no Exercício/2021.

(7) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(8) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, cobrança com registro, dentre outras.

(9) Referem-se, principalmente, a outros instrumentos financeiros e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(10) Inclui o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(11) Inclui o montante de R\$ 847.668 mil no Exercício/2021 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Consolidado				
	31.12.2022				
	Controlador ⁽¹⁾	Coligadas e controladas em conjunto ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	998.676	--	2.901.626	3.900.302
Títulos e valores mobiliários	--	3.694.921	--	498.019	4.192.940
Carteira de crédito ⁽⁵⁾	--	7.412.659	6.147	2.587.860	10.006.666
Valores a receber de ligadas	--	350.171	--	4.612	354.783
Outros ativos ⁽⁶⁾	2.580.362	445.826	--	307.534	3.333.722
Garantias recebidas	--	20	--	--	20
Passivos					
Depósitos à vista	1.005.475	136.866	735	247.199	1.390.275
Depósitos de poupança	3.538	--	398	245.217	249.153
Depósitos a prazo	1.738.253	433.251	608	10.581.935	12.754.047
Captações no mercado aberto	--	100.043	--	1.831.017	1.931.060
Obrigações por empréstimos e repasses	132.828	--	--	43.858.369	43.991.197
Outros passivos ⁽⁷⁾	1.762.815	17.103.288	24.134	1.167.948	20.058.185
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽⁸⁾	344.592	5.004.909	--	33.985	5.383.486
2º Semestre/2022					
Receitas da intermediação financeira	3.020.077	640.897	411	277.583	3.938.968
Despesas da intermediação financeira	(90.176)	(24.760)	(1.378)	(2.121.425)	(2.237.739)
Receitas de prestação de serviços	80.828	3.253.474	10	384.880	3.719.192
Outras receitas ⁽⁹⁾	32.105	426.402	--	8.369	466.876
Outras despesas	(506.605)	(735.616)	--	(383.341)	(1.625.562)
Exercício/2022					
Receitas da intermediação financeira	5.744.487	1.141.864	810	541.636	7.428.797
Despesas da intermediação financeira	(152.927)	(47.406)	(2.192)	(4.080.080)	(4.282.605)
Receitas de prestação de serviços	165.872	6.011.385	14	750.321	6.927.592
Outras receitas ⁽⁹⁾	113.535	881.363	--	17.229	1.012.127
Outras despesas	(973.196)	(1.384.821)	--	(797.182)	(3.155.199)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal).

(2) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF e BNDES. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) A carteira de crédito possui R\$ 39 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de provisão de R\$ 15 mil no 2º Semestre/2022 (R\$ 8 mil no Exercício/2022).

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(7) Referem-se, principalmente, a outros instrumentos financeiros e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(8) Inclui o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(9) Inclui o montante de R\$ 192.579 mil no 2º Semestre/2022 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura (R\$ 384.294 mil no Exercício/2022).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Consolidado				
	31.12.2021				
	Controlador ⁽¹⁾	Coligadas e controladas em conjunto ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	1.425.098	--	1.999.640	3.424.738
Títulos e valores mobiliários	--	3.603.062	--	523.136	4.126.198
Carteira de crédito ⁽⁵⁾	--	6.853.749	7.017	5.360.190	12.220.956
Valores a receber de ligadas	--	463.091	--	12.566	475.657
Outros ativos ⁽⁶⁾	2.209.638	534.855	--	278.412	3.022.905
Garantias recebidas ⁽⁷⁾	--	3.701	--	555.596	559.297
Passivos					
Depósitos à vista	748.015	59.619	955	477.596	1.286.185
Depósitos de poupança	297	--	279	245.859	246.435
Depósitos a prazo	1.623.598	651.673	541	9.189.137	11.464.949
Captações no mercado aberto	--	--	--	4.361.701	4.361.701
Obrigações por empréstimos e repasses	142.969	--	--	50.701.728	50.844.697
Outros passivos ⁽⁸⁾	1.489.903	15.087.882	15.586	2.063.979	18.657.350
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽⁹⁾	--	5.009.367	--	183.706	5.193.073
	Exercício/2021				
Receitas da intermediação financeira	2.416.957	617.739	725	559.169	3.594.590
Despesas da intermediação financeira	(136.654)	(30.159)	(795)	(3.217.911)	(3.385.519)
Receitas de prestação de serviços	129.844	5.335.633	--	768.293	6.233.770
Outras receitas ⁽¹⁰⁾	69.813	764.638	--	9.340	843.791
Outras despesas	(964.326)	(766.240)	--	(785.778)	(2.516.344)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal).

(2) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) A carteira de crédito possui R\$ 47 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de provisão de R\$ 128 mil no Exercício/2021.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(7) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, cobrança com registro, dentre outras.

(8) Referem-se, principalmente, a outros instrumentos financeiros e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(9) Inclui o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(10) Inclui o montante de R\$ 378.706 mil no Exercício/2021 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

29 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus - Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde - PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde - PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar - PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep - Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de Participantes Abrangidos pelos Planos de Benefícios Patrocinados pelo Banco

	31.12.2022			31.12.2021		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	87.342	123.024	210.366	86.620	123.411	210.031
Plano de Benefícios 1 - Previ	3.500	100.458	103.958	4.124	101.186	105.310
Plano Previ Futuro	73.413	3.680	77.093	71.765	3.447	75.212
Plano Informal	--	2.045	2.045	--	2.231	2.231
Outros Planos	10.429	16.841	27.270	10.731	16.547	27.278
Planos de Assistência Médica	89.007	107.329	196.336	87.785	108.307	196.092
Cassi	80.236	101.619	181.855	78.880	102.327	181.207
Outros Planos	8.771	5.710	14.481	8.905	5.980	14.885

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Planos de Aposentadoria e Pensão	1.064.120	1.968.892	1.813.181
Plano de Benefícios 1 - Previ ⁽¹⁾	342.204	638.270	598.607
Plano Previ Futuro	504.970	914.262	807.075
Plano Informal	72.357	140.985	144.088
Outros Planos	144.589	275.375	263.411
Planos de Assistência Médica	1.048.103	2.001.926	1.840.605
Cassi	947.254	1.804.709	1.663.483
Outros Planos	100.849	197.217	177.122
Total	2.112.223	3.970.818	3.653.786

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 29.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) estão estimadas em R\$ 942.841 mil para os próximos 6 meses e R\$ 2.009.721 mil para os próximos 12 meses.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Valores Reconhecidos no Resultado

	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Planos de Aposentadoria e Pensão	1.192.695	1.757.884	490.556
Plano de Benefícios 1 - Previ	1.785.326	2.869.928	1.541.705
Plano Previ Futuro	(504.970)	(914.262)	(807.075)
Plano Informal	(57.285)	(104.157)	(96.630)
Outros Planos	(30.376)	(93.625)	(147.444)
Planos de Assistência Médica	(1.133.834)	(2.176.829)	(2.075.588)
Cassi	(1.039.493)	(1.989.431)	(1.882.428)
Outros Planos	(94.341)	(187.398)	(193.160)
Total	58.861	(418.945)	(1.585.032)

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 29.d.4.

a) Planos de Aposentadoria e Pensão**Previ Futuro (Previ)**

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

- (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967;
- (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e
- (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Prevmaís (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio-doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Grupo de funcionários e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01 a 13.05.1974 e seus assistidos. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente limitado a 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica**Plano de Associados (Cassi)**

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além de 3% por dependente de funcionário da ativa (até três dependentes), mais uma taxa de administração temporária, correspondente a 10% sobre o somatório das contribuições patronais e pessoais (titulares em atividade), até 2021.

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 4% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, coparticipação em alguns procedimentos, além de contribuição por dependente, seguindo as regras previstas no Estatuto da Cassi e no regulamento do plano.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31.12.2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01.01.2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” (Regulamento Complementar 1) e “C” (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fuscsc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é variável em função da faixa etária do beneficiário, devida por si e por seus dependentes, e a dos patrocinadores, em relação aos ativos e aos seus respectivos dependentes, também é variável em função da faixa etária. O plano prevê ainda, coparticipação sobre consultas, exames e atendimentos domiciliares, seguindo as regras previstas no regulamento do plano.

c) Fatores de Risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para as entidades patrocinadas, o que pode afetar negativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido do Banco.

Do ponto de vista do ativo, o risco atuarial está associado à possibilidade de perdas resultantes da flutuação (redução) no valor justo dos ativos do plano. Do ponto de vista do passivo atuarial, por sua vez, o risco está associado à possibilidade de perdas decorrentes da flutuação (aumento) no valor presente das obrigações atuariais dos planos da categoria Benefício Definido.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Avaliações Atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31.12.2022 e 31.12.2021.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2022	Exercício/2021
Saldo inicial	(152.404.722)	(197.181.895)	(846.025)	(1.058.846)	(9.212.441)	(12.359.453)	(8.975.214)	(11.411.961)
Custo de juros	(15.969.282)	(14.713.266)	(84.665)	(71.830)	(989.853)	(931.048)	(948.961)	(855.549)
Custo do serviço corrente	(68.644)	(171.048)	--	--	(79.866)	(94.349)	(4.578)	(6.698)
Custo do serviço passado	--	--	(19.492)	(24.800)	--	--	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	15.311.473	14.054.028	140.986	144.088	884.995	806.452	865.173	773.089
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	12.404.472	45.607.459	57.025	165.363	588.273	3.365.957	710.971	2.525.905
Ajuste de experiência	(4.970.461)	(12.926.137)	(7.543)	(52.900)	(335.656)	(68.299)	(268.829)	(566.119)
Alterações premissas biométricas/demográficas	--	25.031	--	--	--	(10.078)	17.932	(78.445)
Alterações premissas financeiras	17.374.933	58.508.565	64.568	218.263	923.929	3.444.334	961.868	3.170.469
Saldo final	(140.726.703)	(152.404.722)	(752.171)	(846.025)	(8.808.892)	(9.212.441)	(8.352.609)	(8.975.214)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(140.726.703)	(152.404.722)	--	--	--	--	(7.476.638)	(7.590.710)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	(752.171)	(846.025)	(8.808.892)	(9.212.441)	(875.971)	(1.384.504)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos ⁽¹⁾	
	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2022	Exercício/2021
Saldo inicial	192.870.833	208.906.421	--	--	--	80.750	7.590.710	7.922.125
Receita de juros	21.777.783	17.967.725	--	--	--	--	873.990	673.786
Antecipação de contraprestação ⁽²⁾	--	--	--	--	--	(80.750)	--	--
Contribuições recebidas	1.276.540	1.195.417	140.986	144.088	884.995	806.452	459.151	409.667
Participantes	638.270	596.810	--	--	--	--	173.101	159.412
Empregador	638.270	598.607	140.986	144.088	884.995	806.452	286.050	250.255
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(15.311.473)	(14.054.028)	(140.986)	(144.088)	(884.995)	(806.452)	(865.173)	(773.090)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	(3.074.650)	(21.144.702)	--	--	--	--	(582.040)	(641.778)
Saldo final	197.539.033	192.870.833	--	--	--	--	7.476.638	7.590.710

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmias (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

(2) Refere-se ao adiantamento de contribuições patronais incidentes sobre a gratificação de Natal (13º salário) correspondente ao período de 2018 a 2021.

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
1) Valor justo dos ativos do plano	197.539.033	192.870.833	--	--	--	--	7.476.638	7.590.710
2) Valor presente das obrigações atuariais	(140.726.703)	(152.404.722)	(752.171)	(846.025)	(8.808.892)	(9.212.441)	(8.352.609)	(8.975.214)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	56.812.330	40.466.111	(752.171)	(846.025)	(8.808.892)	(9.212.441)	(875.971)	(1.384.504)
4) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado ⁽¹⁾	28.406.165	20.233.055	(752.171)	(846.025)	(8.808.892)	(9.212.441)	(910.551)	(1.199.726)

(1) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).

Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	2º Sem/2022	Exerc/2022	Exerc/2021	2º Sem/2022	Exerc/2022	Exerc/2021	2º Sem/2022	Exerc/2022	Exerc/2021	2º Sem/2022	Exerc/2022	Exerc/2021
Custo do serviço corrente	(13.380)	(34.322)	(85.524)	--	--	--	(38.669)	(79.865)	(94.349)	(965)	(2.290)	(3.349)
Custo dos juros	(4.090.538)	(7.984.642)	(7.356.633)	(43.718)	(84.665)	(71.830)	(514.278)	(989.853)	(931.048)	(268.237)	(525.258)	(479.799)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	5.889.244	10.888.892	8.983.862	--	--	--	--	--	--	237.348	435.673	335.976
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	--	(13.567)	(19.492)	(24.800)	--	--	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	--	--	(486.546)	(919.713)	(857.031)	(93.931)	(191.800)	(196.620)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1.068	2.652	3.188
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	1.785.326	2.869.928	1.541.705	(57.285)	(104.157)	(96.630)	(1.039.493)	(1.989.431)	(1.882.428)	(124.717)	(281.023)	(340.604)

d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial	(3.235.552)	(9.715.783)	(136.659)	(227.609)	(962.540)	(2.813.815)	(364.321)	(1.007.952)
Ajustes de avaliação patrimonial	4.664.911	12.230.480	57.026	165.363	588.273	3.365.956	94.999	1.174.930
Efeitos fiscais	(2.218.515)	(5.750.249)	(25.662)	(74.413)	(264.722)	(1.514.681)	(43.315)	(531.299)
Saldo final	(789.156)	(3.235.552)	(105.295)	(136.659)	(638.989)	(962.540)	(312.637)	(364.321)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	7,78	15.656.792	15.453.143	15.274.256	320.031.549	366.415.740
Plano Informal (Previ)	5,16	136.316	122.262	109.566	957.671	1.325.815
Plano de Associados (Cassi)	8,77	961.254	943.837	930.191	27.427.235	30.262.517
Regulamento Geral (Economus)	7,75	677.697	676.703	675.582	13.788.349	15.818.331
Regulamento Complementar 1 (Economus)	9,82	3.304	3.471	3.635	136.112	146.522
Plus I e II (Economus)	10,35	40.545	42.224	43.878	2.189.626	2.316.273
Grupo B' (Economus)	7,15	23.588	23.335	23.056	390.860	460.839
Prevmais (Economus)	9,05	26.446	26.775	27.074	841.459	921.754
Multifuturo I (Fusesc)	8,26	8.551	8.596	8.640	214.285	240.072
Plano I (Fusesc)	6,63	52.477	51.340	50.236	729.013	883.066
Plano BEP (Prevbep)	7,77	7.409	7.456	7.399	152.361	174.625

(1) Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.7) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 – Previ		Outros Planos	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Renda fixa	115.877.631	111.151.461	6.582.918	6.434.495
Renda variável ⁽¹⁾	64.138.045	63.685.949	389.605	589.127
Investimentos imobiliários	10.765.877	10.627.183	221.068	240.632
Empréstimos e financiamentos	5.215.030	5.168.938	151.513	162.835
Outros	1.542.450	2.237.302	131.534	163.621
Total	197.539.033	192.870.833	7.476.638	7.590.710
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	6.894.112	9.952.135	43.050	--
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	1.264.250	1.215.086	31.239	34.606

(1) No Plano 1 – Previ, inclui o valor de R\$ 6.432.248 mil (R\$ 5.641.967 mil em 31.12.2021), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Taxa de inflação (a.a.)	3,45%	3,29%	3,58%	3,43%	3,42%	3,27%	3,45%	3,28%
Taxa real de desconto (a.a.)	8,94%	7,53%	8,79%	7,25%	8,98%	7,59%	8,94%	7,54%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	12,70%	11,07%	--	--	--	--	12,69%	11,07%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,67%	0,67%	--	--	--	--	0,91%	0,92%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		AT-2000 / AT-83 / RP-2000	AT-2000 / AT-83
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.9) Diferenças de premissas do Plano 1 - Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	8,94%	4,75%
Avaliação de ativos		
Títulos públicos	Valor de mercado	Custo Amortizado
Participações acionárias	Valor de mercado	Valor Ajustado ⁽¹⁾
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

(1) A Previ, na metodologia de avaliação para o seu investimento na Litel, utiliza como referência o preço médio de negociação da ação da Vale, principal ativo do grupo Litel, do último dia útil de cada mês, ajustado.

d.10) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit/(Déficit)	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Valor apurado - Previ	210.312.946	198.228.555	(205.701.047)	(199.249.594)	4.611.899	(1.021.039)
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽¹⁾	(12.773.913)	(5.357.722)	--	--	(12.773.913)	(5.357.722)
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	64.974.344	46.844.872	64.974.344	46.844.872
Valor apurado - Banco	197.539.033	192.870.833	(140.726.703)	(152.404.722)	56.812.330	40.466.111

(1) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.11) Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 31.12.2022.

	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(2.547.876)	2.639.554	2.070.201	(2.124.799)	9.328	(9.282)
Plano Informal (Previ)	(8.972)	9.207	21.254	(21.121)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(145.016)	150.302	97.121	(99.126)	522	(511)
Regulamento Geral (Economus)	(117.568)	121.647	91.413	(94.949)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(1.150)	1.194	(1.835)	1.900	--	--
Plus I e II (Economus)	(13.917)	14.564	15.982	(15.684)	--	--
Grupo B' (Economus)	(3.423)	3.531	3.805	(3.976)	--	--
Prevmais (Economus)	(6.295)	6.539	1.185	(1.169)	930	(921)
Multifuturo I (Fusesc)	(1.759)	1.857	743	(770)	259	(236)
Plano I (Fusesc)	(6.408)	6.601	7.481	(7.652)	--	--
Plano BEP (Prevbep)	(1.355)	1.405	821	(859)	2	(2)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Plano 1 (Previ)	28.406.165	20.233.055	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(752.171)	(846.025)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(8.808.892)	(9.212.441)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	(565.077)	(702.369)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	9.576	6.197	--	--
Plus I e II (Economus)	--	--	(563.390)	(623.285)
Grupo B' (Economus)	--	--	(206.165)	(225.770)
Prevmals (Economus)	147.230	117.373	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	119.869	97.879	--	--
Plano I (Fusesc)	115.868	103.332	--	--
Plano BEP (Prevbep)	31.538	26.917	--	--
Total	28.830.246	20.584.753	(10.895.695)	(11.609.890)

f) Destinações do Superávit do Plano 1 - Previ

	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Fundo de Utilização ⁽¹⁾			
Saldo inicial	11.362.240	10.795.343	9.912.387
Contribuição ao Plano 1	(342.204)	(638.270)	(598.607)
Atualização	295.335	1.158.298	1.481.563
Saldo final	11.315.371	11.315.371	10.795.343

(1) Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75 % a.a.).

30 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL**a) Processo de gestão de riscos**

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos principais vetores para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para identificação dos riscos que compõem o conjunto corporativo de riscos relevantes, realizada a partir da análise dos segmentos de negócios explorados, direta ou indiretamente, incluídas as entidades ligadas ao Banco.

A definição dos riscos é realizada considerando critérios quantitativos e qualitativos, e resulta nos seguintes riscos relevantes:

- Risco de Estratégia;
- Risco Social, Ambiental e Climático;
- Risco de Crédito;
- Risco Atuarial;
- Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária;
- Risco de Mercado;
- Risco de Liquidez;
- Risco de Contágio;
- Risco Operacional; e
- Risco de Reputação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Banco revisa periodicamente o Conjunto Corporativo dos Riscos Relevantes. Em decorrência do aprimoramento do processo de identificação dos riscos relevantes, houve a alteração do conceito e inclusão de categoria no risco de contágio, de forma a especificar a sua forma de materialização; revisão da denominação do Risco de Fornecedor para Risco de Terceiros; consolidação dos Riscos Socioambiental e Climático que passaram a ser denominados como Risco Social, Ambiental e Climático; e revisão da forma de apresentação do Risco Operacional que passa a contemplar as categorias gerenciais de Riscos de Terceiros, Legal, de Conformidade, de Segurança, de Modelo, de Conduta, Cibernético e de TI.

No Banco, a gestão dos riscos é realizada de forma segregada das unidades de negócios e de auditoria interna. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração, com parecer dos Comitês de Assessoramento. O gerenciamento dos riscos é realizado conforme as políticas e estratégias da Alta Administração do Banco.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos e de capital no Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e no Plano de Recuperação na seção Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

Instrumentos financeiros - Valor justo

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	31.12.2022		31.12.2021		Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	No Resultado		No Patrimônio Líquido	
					31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ativos								
Disponibilidades	18.310.546	18.310.546	18.023.001	18.023.001	--	--	--	--
Depósitos compulsórios em bancos centrais	95.119.085	95.119.085	75.504.036	75.504.036	--	--	--	--
Aplicações interfinanceiras de liquidez	415.873.438	415.810.825	524.066.172	524.066.475	(62.613)	303	(62.613)	303
Títulos e valores mobiliários	428.447.097	427.873.052	348.046.231	346.349.091	(3.592.373)	(5.098.971)	(574.045)	(1.697.140)
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda (Nota 10.a)					(3.018.328)	(3.401.831)	--	--
Ajuste a mercado de títulos mantidos até o vencimento (Nota 10.a)					(574.045)	(1.697.140)	(574.045)	(1.697.140)
Instrumentos financeiros derivativos	1.638.069	1.638.069	2.135.035	2.135.035	--	--	--	--
Carteira de crédito	891.283.323	866.903.805	784.795.568	816.755.609	(24.379.518)	31.960.041	(24.379.518)	31.960.041
Outros ativos financeiros	93.072.415	93.072.415	103.423.116	103.423.116	--	--	--	--
Passivos								
Recursos de clientes	753.263.047	753.309.420	671.269.541	671.319.029	(46.373)	(49.488)	(46.373)	(49.488)
Recursos de instituições financeiras	652.922.721	654.686.121	713.736.801	716.426.183	(1.763.400)	(2.689.382)	(1.763.400)	(2.689.382)
Recursos de emissão de títulos e valores mobiliários	229.745.964	229.745.964	200.158.495	200.158.495	--	--	--	--
Instrumentos financeiros derivativos	3.045.463	3.045.463	2.603.927	2.603.927	--	--	--	--
Outros passivos financeiros	143.049.849	143.049.849	112.771.836	112.771.836	--	--	--	--
Ganho/(Perda) não Realizado(a) sem Efeitos Fiscais					(29.844.277)	24.122.503	(26.825.949)	27.524.334

Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e valores mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Operações de crédito: Para as operações pós-fixadas, em sua maioria, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil, devido à equivalência entre os mesmos. As operações remuneradas a taxas prefixadas de juros foram valorizadas à taxa de contratação, com seus fluxos futuros de caixa descontados a taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Depósitos interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente equivalente ao valor justo.

Depósitos a prazo: Na apuração do valor justo são utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por operações compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Obrigações por empréstimos e repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado, inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações é equivalente ao valor contábil.

Outras obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Demais instrumentos financeiros: O valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Níveis de informação referentes a ativos e passivos mensurados a valor justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no Balanço Consolidado

	Saldo em 31.12.2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	384.458.400	321.957.089	59.737.711	2.763.600
Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge	2.563.590	--	2.563.590	--
Títulos e valores mobiliários para negociação	10.330.260	2.550.400	7.676.720	103.140
Instrumentos financeiros derivativos	1.638.069	--	1.638.069	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	369.880.437	319.406.689	47.859.332	2.614.416
Operações de crédito	46.044	--	--	46.044
Passivos	(4.862.444)	--	(4.862.444)	--
Captação com hedge	(1.816.981)	--	(1.816.981)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(3.045.463)	--	(3.045.463)	--

	Saldo em 31.12.2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	327.400.577	263.219.791	61.415.645	2.765.141
Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge	3.120.690	--	3.120.690	--
Títulos e valores mobiliários para negociação	16.626.979	12.311.563	4.236.206	79.210
Instrumentos financeiros derivativos	2.135.035	--	1.862.138	272.897
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	305.517.873	250.908.228	52.196.611	2.413.034
Passivos	(4.813.491)	--	(3.544.132)	(1.269.359)
Captação com hedge	(2.209.564)	--	(2.209.564)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(2.603.927)	--	(1.334.568)	(1.269.359)

Análise de sensibilidade

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isso, o Banco considera os limites de riscos estabelecidos pelos Comitês Estratégicos e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Banco do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e com a Circular Bacen n.º 3.354/2007, visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

1) Carteira de Negociação (Trading Book): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

2) Carteira Bancária (Banking Book): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

Para determinar a sensibilidade do capital das posições do Banco do Brasil aos movimentos das variáveis de mercado, foram realizadas simulações com três possíveis cenários, sendo dois deles com resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de três meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (B3, Anbima etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 5,45 e manutenção da taxa Selic em 13,75% ao ano, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2022.

Cenário II: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2022, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Cenário III: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2022, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Nos quadros abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (Trading), composta por títulos públicos e privados e instrumentos financeiros derivativos:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2022		31.12.2021	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Manutenção	--	Aumento	(60.162)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	15.292	Redução	1.382
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	--	Aumento	(730.688)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(11.032)	Redução	(403)

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2022		31.12.2021	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	(16)	Redução	(53.162)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(455)	Aumento	(123)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(604.520)	Aumento	(336.471)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(78.941)	Redução	(102.283)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2022		31.12.2021	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	(50)	Redução	(103.254)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(910)	Aumento	(246)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(1.134.951)	Aumento	(634.338)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(157.881)	Redução	(204.567)

Para as operações classificadas na Carteira Bancária, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do período. Isso porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (crédito direto ao consumidor, agronegócios, capital de giro etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessa carteira apresentar como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, com exceção dos títulos “disponíveis para venda”, não sofrendo, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros, ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (hedge natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (Trading) e da Carteira Bancária (Banking), das entidades financeiras e não financeiras controladas pelo Banco:

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2022		31.12.2021	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Manutenção	--	Aumento	(20.504.416)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(1.092.921)	Aumento	17.843.777
Cupom de TBF		Redução	(14)	Redução	(665)
Cupom de TJLP		Redução	(153.758)	Aumento	1.796.699
Cupom de TMS e CDI		Redução	1.361.236	Redução	6.483.351
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	--	Aumento	(68.922)
Cupom de INPC		Manutenção	--	Aumento	(454.122)
Cupom de IPCA		Manutenção	--	Aumento	(712.221)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	709.413	Aumento	838.612
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	489.154	Redução	(7.835)

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2022		31.12.2021	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(25.235.622)	Aumento	(17.805.353)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(18.866.576)	Redução	(18.577.041)
Cupom de TBF		Redução	(6)	Redução	(257)
Cupom de TJLP		Redução	(4.083.368)	Redução	(3.929.274)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(30.558)	Aumento	(174.753)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(9.595)	Aumento	(27.188)
Cupom de INPC		Aumento	(165.942)	Aumento	(132.684)
Cupom de IPCA		Aumento	(544.079)	Aumento	(328.182)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(679.353)	Redução	(415.293)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(2.746.728)	Redução	(1.987.337)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2022		31.12.2021	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(47.994.780)	Aumento	(34.146.163)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(39.761.260)	Redução	(39.118.538)
Cupom de TBF		Redução	(12)	Redução	(514)
Cupom de TJLP		Redução	(10.109.465)	Redução	(9.535.273)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(61.102)	Aumento	(346.638)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(19.087)	Aumento	(53.893)
Cupom de INPC		Aumento	(327.190)	Aumento	(262.220)
Cupom de IPCA		Aumento	(1.018.048)	Aumento	(618.146)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(1.385.770)	Redução	(837.572)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(5.493.455)	Redução	(3.974.675)

Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco, vista isoladamente. Logo, a análise conjunta dos resultados fica prejudicada. Por exemplo, choques simultâneos de aumento na taxa pré-fixada de juros e redução no cupom de TR não são consistentes do ponto de vista macroeconômico.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Especificamente com relação às operações de derivativos existentes na Carteira Bancária, essas não representam risco de mercado relevante para o Banco do Brasil, haja vista que essas posições são originadas, principalmente, para atender às seguintes situações:

- Troca de indexador de remuneração de captações e aplicações de recursos realizadas para atender às necessidades dos clientes;
- *Hedge* de risco de mercado, cujo objeto e sua efetividade estão descritos na Nota 11.c.1. Também nessa operação, a variação na taxa de juros e na taxa de câmbio não produz efeito no resultado do Banco.

Em 31.12.2022, o Banco do Brasil não possuía qualquer operação classificada como derivativo exótico.

b) Gerenciamento de capital

Objetivos e políticas:

A Resolução CMN n.º 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração (CA) do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o Chief Risk Officer (CRO), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

A gestão de capital visa assegurar a solvência futura da Instituição concomitante à implementação das estratégias de negócios.

O gerenciamento de capital é realizado por meio de estrutura organizacional adequada à natureza das operações, à complexidade dos negócios e à dimensão da exposição aos riscos relevantes.

São definidas e documentadas estratégias para o gerenciamento de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Além disso, o Banco conta com políticas específicas, aprovadas pelo CA, que visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionadores estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento de capital. Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco.

Elementos compreendidos pela gestão do capital:

Os planos estratégicos, as metas negociais e os orçamentos respeitam o apetite e tolerância a riscos e os indicadores de adequação de capital e de retorno ajustado a risco.

O Plano de Capital é elaborado de forma consistente com a estratégia negocial, buscando manter os indicadores de capital em níveis adequados. Esse Plano evidencia o planejamento de capital do Banco do Brasil e a avaliação prospectiva de eventual necessidade de aporte de capital.

A elaboração do Plano de Capital é referenciada nos direcionadores e limites constantes da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e do Orçamento do Conglomerado Banco do Brasil (Orçamento BB), considerando que este representa a materialização das diretrizes da ECBB, do Plano Diretor (PD), do Plano de Investimentos Fixos e do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação.

Os valores orçados devem corresponder às metas e objetivos definidos pela Alta Administração para o Conglomerado Banco do Brasil. Desta forma, premissas como o crescimento dos negócios, o crescimento do crédito em operações de maior rentabilidade, as restrições da atuação em segmentos de menor rentabilidade, entre outros, estão contidas no Orçamento BB.

Além disso, o Orçamento BB considera o cenário macroeconômico elaborado pela Unidade Tesouraria Global (Tesou) e a legislação aplicada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A revisão da ECBB e do PD resulta da aplicação de um conjunto de metodologias de planejamento estratégico, observadas as melhores práticas de mercado. Destaca-se que a revisão da ECBB e do PD ocorre de forma integrada ao processo orçamentário, à RAS e aos demais documentos da arquitetura estratégica, o que garante o alinhamento entre tais documentos, dando maior consistência interna ao processo de planejamento estratégico.

O Orçamento BB segue as diretrizes definidas na ECBB, respeita a RAS e visa atender aos pisos e tetos definidos nos indicadores aprovados no PD. O Orçamento BB possibilita a quantificação em valores financeiros dos objetivos estratégicos definidos na ECBB.

A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas e aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

A RAS define limites mínimos prudenciais que têm o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o apetite a riscos do Banco e tem vigência a partir de janeiro de cada ano.

A meta de capital é o nível de capital desejado pelo Banco, por isso suas ações de gestão devem nortear-se por esse direcionador. As metas distinguem-se da tolerância e do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.

Integração:

Adotando postura prospectiva, o Banco avalia o estado de capital, incluindo a razão de alavancagem, classificado em Crítico, Alerta ou de Vigilância, em função do horizonte temporal que antecede ao prazo projetado para início do descumprimento dos limites mínimos prudenciais definidos pela Alta Administração e detalhados na RAS, conforme figura a seguir:

Indicadores de Capital e de Alavancagem		Quando as projeções indicarem prazo de descumprimento dos limites (em meses)					
		0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	acima de 31
Meta ¹	ICP	ALERTA			VIGILÂNCIA		
Apetite ²	ICP Prudencial	CRÍTICO			ALERTA		VIGILÂNCIA
	ICN1 Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	
	IB Prudencial	CRÍTICO	ALERTA		VIGILÂNCIA		
	RA Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	

¹ nível de capital desejado pela Instituição

² nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos

A identificação dos estados de capital e alavancagem do Banco é de responsabilidade do Fórum de Capital e ocorre por meio do controle do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível I (ICN I), do Índice de Basileia Prudencial (IBP) e da Razão de Alavancagem (RA) projetados para o horizonte temporal de, no mínimo, 36 meses. Quando as projeções indicarem potencial descumprimento dos limites mínimos prudenciais (Apetite a Riscos), a Instituição terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A avaliação da suficiência do capital mantido pelo Banco contempla horizonte temporal de 3 anos e considera i) os tipos de riscos e respectivos níveis a que a Instituição está exposta e disposta a assumir; ii) a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; iii) os objetivos estratégicos da Instituição; e iv) as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.

Em observância ao disposto na Circular Bacen n.º 3.846, de 13.09.2017, essa análise também faz parte do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e deve abranger, no mínimo:

I – a avaliação e a mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de concentração e de crédito da contraparte), de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e operacional;

II – a avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a Instituição está exposta, considerando, no mínimo, os riscos de estratégia, de reputação e socioambiental;

III – a avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse; e

IV – a descrição das metodologias e premissas utilizadas na avaliação e mensuração da necessidade de capital.

O Icaap, implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013, segue o disposto na Resolução CMN n.º 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do Icaap foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do Icaap. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Processos:

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital. Subsidiaria a Alta Administração na tomada de decisões que levam a Instituição a adotar postura capaz de absorver eventuais perdas decorrentes dos riscos nos negócios ou de alterações no ambiente financeiro.

São realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em cenários macroeconômicos e/ou idiossincráticos. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

É realizado acompanhamento mensal das variáveis utilizadas na elaboração do Plano de Capital decorrente da revisão do comportamento projetado na elaboração do Orçamento BB, com base nos números observados, nas expectativas de mercado e na dinâmica dos negócios. Os desvios relevantes são apresentados e discutidos, pelas diretorias participantes do processo, nas reuniões mensais do Fórum de Capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A adoção de postura prospectiva, mediante a realização de avaliações contínuas da necessidade de capital, viabiliza a identificação, de forma proativa, de eventos com probabilidade não nula de ocorrência ou de mudanças nas condições do mercado que possam exercer efeito adverso sobre a adequação de capital, inclusive em cenários de estresse.

c) Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.955/2021 e n.º 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O conjunto normativo referente às recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras é conhecido por Basileia III.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O capital regulamentar é dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos ajustes prudenciais) e Capital Complementar.

Para a apuração da exigência de manutenção de capital, são exigidos requerimentos mínimos de PR, de Nível I, de Capital Principal e de Adicional de Capital Principal (ACP).

Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- investimentos significativos (superiores a 10% do capital social) em: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que não componham o Conglomerado Prudencial;
- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor atual de R\$ 7.100.000 mil (R\$ 8.100.000 mil até junho/2022), foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de elemento patrimonial, conforme descrito na Nota Explicativa 23.c.

De acordo com as Resoluções CMN n.º 4.955/2021 e n.º 4.958/2021, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

	31.12.2022	31.12.2021
PR - Patrimônio de Referência	178.688.546	165.648.211
Nível I	158.152.718	141.352.779
Capital Principal (CP)	128.802.520	111.337.592
Patrimônio Líquido	153.962.689	134.523.198
Instrumento elegível a Capital Principal ⁽¹⁾	7.100.000	8.100.000
Ajustes prudenciais	(32.260.169)	(31.285.606)
Capital Complementar	29.350.198	30.015.187
Bônus perpétuos (Nota 19.c)	27.001.598	29.995.187
Letra financeira subordinada perpétua (Nota 19.c)	2.348.600	20.000
Nível II	20.535.828	24.295.432
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	20.535.828	24.295.432
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores a Basileia III	20.535.828	24.295.432
Recursos captados do FCO (Nota 19.c) ⁽²⁾	20.535.828	23.469.518
Recursos captados com letras financeiras e CDB	--	825.914
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.072.894.044	932.460.697
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	917.091.564	789.739.180
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	26.975.097	36.079.847
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	128.827.383	106.641.670
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽³⁾	85.831.524	74.596.856
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR) ⁽⁴⁾	92.857.022	91.051.355
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA) ⁽⁴⁾	14,74%	15,16%
Índice de Capital Principal (CP/RWA) ⁽⁴⁾	12,01%	11,94%
Índice de Basileia (PR/RWA) ⁽⁴⁾	16,65%	17,76%

(1) Devolução à União da primeira parcela do instrumento elegível ao capital principal, em cumprimento ao cronograma acordado.

(2) Em 2022, em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Resolução CMN n.º 4.955/2021, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 70% (80% em 2021) ao montante computado no Nível II em 30.06.2018.

(3) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.958/2021, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%.

(4) Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31.12.2022	31.12.2021
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(15.548.609)	(11.184.840)
Ativos intangíveis	(11.066.608)	(7.021.479)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ⁽¹⁾⁽²⁾	(3.598.043)	(2.911.502)
Investimentos significativos (excesso dos 10%) ⁽³⁾	(1.692.539)	(1.748.071)
Participação de não controladores ⁽⁴⁾	(223.666)	(160.215)
Investimentos significativos e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%)	(116.376)	(7.558.089)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(12.360)	(26.756)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013	(1.968)	(3.208)
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%)	--	(649.886)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação ⁽²⁾	--	(21.560)
Total	(32.260.169)	(31.285.606)

(1) Em 31.12.2021, aplicou-se o disposto no §10, artigo 5º da Resolução CMN n.º 4.955/2021, que determina a não dedução dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para participação em investimentos no exterior, reconhecidos no período de 01.01.2018 a 31.12.2020, de acordo com o cronograma estabelecido.

(2) A partir de 01.01.2022, os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação estão contidos nos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

(3) Refere-se, principalmente, a investimentos significativos em assemblhadas a instituições financeiras e em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, não consolidadas, em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

(4) A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, artigo 10 da Resolução CMN n.º 4.955/2021.

d) Limite de imobilização e Margem

	31.12.2022	31.12.2021
Situação do limite de imobilização	15,88%	14,09%
Margem em relação ao limite de imobilização	60.960.991	59.476.255

Conforme definido pelo Bacen, a situação do limite de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente ajustado. O limite é de 50%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.957/2021.

A margem se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

e) Indicadores regulatórios versus indicadores observados

A exigência mínima regulatória, conforme determinado pela Resolução CMN n.º 4.958/2021, para os indicadores de capital, bem como os valores observados no Banco, constam no quadro a seguir:

	Regulatório	31.12.2022
Índice de Capital Principal (ICP) ⁽¹⁾	8,00%	12,01%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1) ⁽¹⁾	9,50%	14,74%
Índice de Basileia (IB) ⁽¹⁾	11,50%	16,65%
Situação do limite de imobilização	Até 50%	15,88%

(1) Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico.

Em 31.12.2022, observa-se o cumprimento dos indicadores regulatórios. O Banco, por meio das estratégias de gerenciamento de capital já elencadas, visa superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em patamares capazes de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, o Banco define os limites mínimos prudenciais de indicadores de capital e a meta de capital principal a serem atingidos em cada período.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Instrumentos elegíveis a capital

Os instrumentos elegíveis a capital estão descritos nas Notas Explicativas 19.c e 23.c.

Para as letras financeiras subordinadas vigentes até a presente data, existem as seguintes possibilidades, conforme definido em suas emissões:

- 1) na modalidade perpétua, há opção de recompra ou resgate, atentando para os seguintes requisitos:
 - a. intervalo mínimo de cinco anos entre a data da emissão e a primeira data de exercício de opção de recompra ou resgate;
 - b. o exercício de opção de recompra ou resgate está condicionado, na data do exercício, à autorização do Banco Central do Brasil;
 - c. inexistência de características que acarretem a expectativa de que a opção de recompra ou resgate será exercida, constituindo-se faculdade da Emitente; e
 - d. o intervalo entre as datas de exercício das opções deve ser de, no mínimo, 180 dias.

Para os títulos emitidos no exterior não há, até o momento, possibilidade de o detentor do título solicitar a recompra ou o resgate, total ou parcial. Os fluxos de caixa esperados ocorrerão quando do pagamento de cupom, no vencimento ou no exercício da opção de recompra pelo Banco, conforme aplicável.

O Instrumento elegível ao Capital Principal não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Os fluxos de caixa esperados ocorrem apenas pelo pagamento dos juros remuneratórios anuais.

Conforme Comunicados ao Mercado, de 08 de abril de 2021 e de 16 de dezembro de 2021, o cronograma para devolução do referido instrumento estabeleceu sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, entre julho/2022 e julho/2029. Dessa forma, em cumprimento ao cronograma e com base em autorização do Bacen e despacho da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, o Banco procedeu à devolução de R\$ 1,0 bilhão à União, restando o saldo de R\$ 7,1 bilhões.

Em relação à dinâmica do FCO, os fluxos mensais contemplam, de um lado, as entradas/origens, como os repasses do Tesouro Nacional decorrentes da arrecadação de impostos (efetuados a cada decêndio do mês), retornos originários de pagamentos de operações de crédito e remuneração sobre os recursos disponíveis e, de outro lado, as saídas, como os ressarcimentos de bônus de adimplência/rebate, as despesas de auditoria, de del credere e de provisão. A utilização dos recursos do FCO como instrumento elegível a capital obedece aos limites estabelecidos no art. 31 da Resolução CMN n.º 4.955/2021.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

Durante o período de divulgação, foram identificados os eventos registrados na tabela abaixo considerados “Itens não recorrentes”, com o respectivo efeito tributário e na participação nos lucros e resultados, a seguir detalhados, quando necessário ao melhor entendimento:

Planos econômicos: Despesas com provisão oriundas de ações judiciais referentes aos planos econômicos.

Programas de Desligamento – PAQ e PDE: Despesas decorrentes do Programa de Adequação de Quadros – PAQ e do Programa de Desligamento Extraordinário – PDE, conforme Comunicado ao Mercado de 08.02.2021.

Alienação de investimento – Banco Digio S.A.: alienação de participação societária indireta detida pela BB Elo Cartões Participações S.A.

Reorganização societária – CIP: cisão parcial e incorporação da parcela cindida da Câmara Interbancária de Pagamentos.

Alienação de Investimento – MerchantE: Alienação de participação societária indireta detida pela Cielo USA Inc.

a) Desdobramento do Lucro Líquido do período em itens não recorrentes e resultado recorrente

	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Lucro Líquido ⁽¹⁾	16.726.537	31.011.487	19.710.402
Itens Não Recorrentes	(672.387)	(803.076)	(1.310.719)
Planos econômicos	(1.317.527)	(2.367.659)	(1.806.425)
Programas de Desligamento – PAQ e PDE	--	--	(794.829)
Alienação de investimento – Banco Digio S.A.	--	337.850	--
Reorganização societária – CIP	--	240.189	--
Alienação de Investimento – MerchantE	--	83.712	--
Efeito tributário e de PLR sobre os itens não recorrentes	645.140	902.832	1.290.535
Resultado Recorrente	17.398.924	31.814.563	21.021.121

(1) Lucro líquido constante na Demonstração do Resultado Consolidado. A conciliação do lucro líquido do BB Banco Múltiplo com o BB Consolidado está evidenciada na Nota 23.g.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

32 - OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Administração de fundos de investimento**

Posição dos fundos de investimento administrados pela BB Asset.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)		Saldo	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Patrimônio Administrado	1.143	1.060	1.416.807.121	1.362.452.921
Fundos de investimento	1.137	1.053	1.398.984.878	1.339.513.238
Carteiras administradas	6	7	17.822.243	22.939.683

b) Informações de filiais, subsidiárias e controladas no exterior

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ativo				
Grupo BB	82.647.271	97.517.349	80.594.853	94.430.200
Terceiros	93.042.046	78.639.817	136.472.646	115.136.572
TOTAL DO ATIVO	175.689.317	176.157.166	217.067.499	209.566.772
Passivo				
Grupo BB	40.400.793	28.195.243	39.629.950	26.941.457
Terceiros	124.535.644	135.434.268	159.781.772	163.504.790
Patrimônio Líquido	10.752.880	12.527.655	17.655.777	19.120.525
Atribuível à controladora	10.752.880	12.527.655	16.869.846	18.492.345
Participação dos não controladores	--	--	785.931	628.180
TOTAL DO PASSIVO	175.689.317	176.157.166	217.067.499	209.566.772

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Lucro Líquido	951.323	1.185.637	589.243	2.866.721	4.122.709	2.101.691
Atribuível à controladora	951.323	1.185.637	589.243	2.499.139	3.541.250	1.822.874
Participações dos não controladores	--	--	--	367.582	581.459	278.817

c) Recursos de consórcios

	31.12.2022	31.12.2021
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	851.923	623.700
Obrigações do grupo por contribuições	49.842.022	33.837.004
Consortiados - bens a contemplar	46.722.221	31.220.606
(Em Unidades)		
Quantidade de grupos administrados	370	283
Quantidade de consorciados ativos	1.723.698	1.381.969
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	176.369	133.661

	2º Semestre/2022	Exercício/2022	Exercício/2021
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	275.760	405.754	221.112

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Cessão de empregados a órgãos externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei n.º 10.470/2002 e pelo Decreto n.º 10.835/2021.

	2º Semestre/2022		Exercício/2022		Exercício/2021	
	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período
Com ônus para o Banco						
Entidades sindicais	213	25.230	213	48.812	209	44.221
Outros órgãos/entidades	8	2.916	8	5.617	5	1.491
Entidades controladas e coligadas	--	--	--	--	2	1.719
Sem ônus para o Banco⁽²⁾						
Governos Federal, Estadual e Municipal	171	--	171	--	166	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, FBB, Fusesc e PrevBep)	554	--	554	--	599	--
Entidades dos funcionários	70	--	70	--	70	--
Entidades controladas e coligadas	660	--	660	--	592	--
Total	1.676	28.146	1.676	54.429	1.643	47.431

(1) Posição no último dia do período.

(2) No 2º Semestre/2022, o Banco foi ressarcido em R\$ 271.770 mil, e no Exercício/2022, em R\$ 551.499 mil (R\$ 528.860 mil no Exercício/2021), referente aos custos com empregados cedidos sem ônus.

e) Remuneração de empregados e dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração do Banco do Brasil (Em Reais):

	31.12.2022	31.12.2021
Menor salário	3.622,23	3.353,92
Maior salário	60.606,35	56.116,99
Salário médio	9.670,39	9.330,24
Valor médio dos benefícios oferecidos	4.223,26	3.931,64
Presidente	68.781,86	68.781,86
Vice-presidente	61.564,83	61.564,83
Diretor	52.177,45	52.177,45
Conselho Fiscal	5.984,42	5.984,42
Conselho de Administração	5.984,42	5.984,42
Comitê de Auditoria - Titular	46.959,71	46.959,71
Comitê de Riscos e de Capital	46.959,71	46.959,71

Foram contratados 3.717 funcionários no Exercício/2022.

f) Política de seguros de valores e bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 31.12.2022

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	1.055.640	5.763
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ⁽¹⁾	131.950	333
Demais	1.300	--
Total	1.188.890	6.096

(1) Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Revisão e redimensionamento da estrutura organizacional e desligamento incentivado

Conforme divulgado no Fato Relevante ao mercado em 11.01.2021, o Banco aprovou um conjunto de medidas relacionadas à revisão e ao redimensionamento de sua estrutura organizacional, em linha com os objetivos estratégicos de centralidade no cliente e incremento da eficiência operacional.

A implementação plena das medidas ocorreu a partir do 1º Semestre/2021 proporcionando ganhos de eficiência e otimização em 870 pontos de atendimento do país, incluindo: i) desativação de unidades; ii) conversão de agências em PA e PA transformados em agências; iii) transformação de unidades de negócios em Lojas BB, sem a oferta de guichês de caixa, com maior vocação para assessoria e relacionamento; iv) realocação compartilhada de unidades de negócios; e v) criação de Agências Especializadas Agro e Escritórios Leve Digital (unidades de negócio especializadas no atendimento a clientes com maturidade digital).

A reorganização da rede de atendimento objetiva a sua adequação ao novo perfil e comportamento dos clientes e compreende, além das medidas de otimização de estrutura descritas acima, outros movimentos de revisão e redimensionamento nas diretorias, áreas de apoio e rede, privilegiando a especialização do atendimento e a ampliação da oferta de soluções digitais.

Além disso, com as medidas, o Banco expande sua capacidade de assessoramento gerenciado aos clientes, ampliando o relacionamento e os negócios e potencializando a satisfação e a fidelização.

Foram aprovadas, ainda, duas modalidades de desligamento incentivado voluntário aos funcionários: o Programa de Adequação de Quadros (PAQ), a fim de otimizar a distribuição da força de trabalho, equacionando as situações de vagas e excessos nas Unidades do banco, e o Programa de Desligamento Extraordinário (PDE), disponível a todos os funcionários do Banco que atendiam aos pré-requisitos. Os Programas possuíam regulamentos específicos que estabeleciam as regras para adesão.

Finalizadas as etapas de manifestação voluntária de interesse por desligamento incentivado, foram validados os desligamentos de 5.533 funcionários no PAQ e no PDE, cujos impactos financeiros foram de R\$ 795 milhões, no Exercício/2021.

h) Pandemia Coronavírus (Covid-19)

Diante da pandemia da Covid-19, enfrentada mundialmente desde o início de 2020, o Conglomerado Banco do Brasil adotou diversas medidas recomendadas por especialistas, pelo Ministério da Saúde e pelas autoridades dos países onde atua, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos funcionários, colaboradores, clientes e a sociedade.

Dentre as medidas adotadas, destaca-se a assinatura de acordo coletivo de trabalho com as entidades sindicais, bem como a evidenciação das principais implicações contábeis e de capital relacionadas aos efeitos da Covid-19, as quais podem ser consultadas na íntegra nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas anuais relativas ao Exercício/2021.

No Exercício/2022, foram identificadas oscilações importantes nas premissas utilizadas nos cálculos atuariais, especialmente no que diz respeito a alterações na taxa de desconto e no valor justo de certos ativos garantidores dos planos de benefícios. Tais efeitos geraram em conjunto ajustes nos ativos e passivos atuariais, com impacto no patrimônio líquido, no Exercício/2022, da ordem de R\$ 2,9 bilhões (R\$ 9,1 bilhões no Exercício/2021) líquido de tributos (vide DRA). No entanto, dada a situação de incerteza do momento econômico presente, observamos que essas duas premissas permanecem apresentando volatilidade as quais são continuamente monitoradas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

i) Emissão de social bond pelo Banco do Brasil

Em 11.01.2022, o Banco do Brasil S.A. informou em Comunicado ao Mercado que, por meio de sua Agência de Grand Cayman, precificou, em 06.01.2022, captação internacional sustentável de dívida sênior, do tipo *social bond*, no montante de US\$ 500 milhões, com vencimento em 11.01.2029 e cupom de 4,875% a.a. A liquidação financeira da operação ocorreu em 11.01.2022. Este é o primeiro *social bond* emitido pelo Banco do Brasil.

A emissão aconteceu no escopo do *Framework* de Finanças Sustentáveis do Banco que está alinhado com padrões e taxonomias internacionais, como os *Social Bond Principles 2021* da *International Capital Market Association* (ICMA), e as melhores práticas mundiais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

j) Conflito Rússia e Ucrânia

Após algumas semanas de intensificação da tensão no leste europeu, em 24.02.2022, as tropas russas avançaram em território ucraniano. Em resposta a essa ação, governos de diversos países impuseram sanções econômicas à Rússia e algumas empresas privadas anunciaram espontaneamente a descontinuação de suas atividades no país e a cessação das operações com empresas e o governo russo.

De imediato, o conflito promoveu o deslocamento de grande parte da população ucraniana, que fugiu para outras regiões, e parte da estrutura do país foi destruída. Setores como o petrolífero e agrícola têm sido afetados mundialmente dada a relevância da Rússia no fornecimento de petróleo e fertilizantes, e de ambos os países na produção de cereais.

O Banco do Brasil e suas subsidiárias, no Brasil e no exterior, não possuem exposição direta ao conflito haja vista a região não ser área de atuação e não haver operações relevantes com os governos e empresas oriundas dos dois países. Inevitavelmente, o impacto da guerra na economia mundial traz efeitos sistêmicos à indústria financeira no Brasil, que por hora não ensejam reflexos em nossos Demonstrativos Contábeis. O Banco continua monitorando atentamente o desenrolar dos fatos, com vistas a mitigar potenciais impactos financeiros sobre suas operações.

k) Aumento de capital em investida

Conforme comunicado ao mercado em 29.04.2022, foi aprovado o aumento de capital do Banco Votorantim S.A. (BV) por meio da capitalização de parte dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP) declarados e ainda não pagos, referente ao Exercício/2021. Dessa forma, a transação foi realizada sem movimentação financeira, com emissão de novas ações do BV, no montante de R\$ 175 milhões para cada sócio, mantidas as respectivas participações societárias. Não houve impacto no resultado e houve impacto residual no capital.

Em 18.07.2022, a operação foi homologada pelo Bacen.

l) Majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Em 02.09.2022, a Medida Provisória n.º 1.115/2022 foi convertida na Lei n.º 14.446/2022, que elevou a alíquota da CSLL no período de agosto a dezembro/2022, da seguinte forma: (i) de 20% para 21% para os bancos de qualquer espécie; e (ii) de 15% para 16% para as distribuidoras de valores mobiliários, corretoras de câmbio e de valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimentos, administradora de cartões de crédito, sociedades de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito e associações de poupança e empréstimo. A alíquota da CSLL permanece a 9% para as demais pessoas jurídicas.

m) Alteração no tratamento tributário aplicável a perdas incorridas

Em 16.11.2022, a Medida Provisória n.º 1.128/2022 foi convertida na Lei n.º 14.467/2022, que promoveu alterações no tratamento tributário aplicável às perdas incorridas nos recebimentos de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto administradoras de consórcio e instituições de pagamento.

O Banco está avaliando os possíveis impactos decorrentes da norma, que produzirá efeitos a partir de 01.01.2025.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

n) Constituição da Broto S.A.

Em 27.06.2022, o Banco comunicou ao mercado que assinou um Memorando de Entendimentos (MoU) de caráter não vinculante com a BB Mapfre Participações S.A. (BB Mapfre), por meio da BB Seguridade Participações S.A. (Seguridade), para constituírem, de forma conjunta, uma nova sociedade a ser denominada Broto S.A. (Broto).

Em 13.10.2022, o Banco informou que o seu Conselho de Administração aprovou a assinatura dos documentos societários para a constituição da Broto de forma conjunta com a Brasilseg Companhia de Seguros S.A. (Brasilseg), sociedade coligada indireta, por meio da Seguridade. A Broto conduzirá os negócios da Plataforma Digital Broto (Plataforma Broto), que atua na cadeia produtiva do agronegócio, sendo, atualmente, desenvolvida pela Brasilseg, subsidiária integral da BB Mapfre.

Os direcionamentos centrais estabelecidos anteriormente pelo MoU e divulgados ao mercado, foram mantidos. No acordo, o Banco terá 100% das ações preferenciais sem direito a voto, que equivalem a 50% do capital total da Broto, e a Brasilseg, 100% das ações ordinárias, completando 100% do capital daquela.

Pela participação de 50% no capital social total da nova empresa, caberá à Brasilseg o aporte de parcela em caixa e outra parte por meio da transferência de bens, direitos e ativos que estejam associados à Plataforma Broto, atualmente detidos pela Seguradora, totalizando um investimento de R\$ 31,2 milhões. Esse mesmo valor será aportado pelo Banco para subscrever e integralizar as ações correspondentes aos outros 50% do capital social total da nova empresa.

Os documentos societários preveem a outorga, pela Brasilseg, de opção de compra ao Banco sobre a totalidade das ações de sua titularidade na Broto, exercível mediante pagamento da totalidade do montante aportado pela Seguradora na Broto, corrigido pelo CDI acumulado no período, no prazo de até 12 meses, contados da data de assinatura do acordo de acionistas, prorrogáveis por igual período.

Em 04.01.2023, conforme Assembleia Geral realizada na mesma data pelo Banco e a Brasilseg, foi aprovada a constituição da Broto S.A., após a obtenção das autorizações regulatórias do Bacen, Sest e Cade.

o) Pagamento de parcela do instrumento elegível a capital principal

Em 19.07.2022, o Banco Central do Brasil autorizou a liquidação da primeira parcela do instrumento elegível a capital principal descrito na Nota Explicativa 23 – Patrimônio Líquido, item “c”.

Em 28.07.2022, o Banco repassou ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 1 bilhão referente à referida parcela.

33 - EVENTOS SUBSEQUENTES**a) Agravamento do nível de risco em operações – indício de deterioração da capacidade de pagamento**

O Banco monitora continuamente sua carteira de clientes de forma a identificar indícios de deterioração da capacidade de pagamento, a exemplo de atrasos em operações, implicando adoção de ações tempestivas, entre elas, o agravamento da classificação de risco, de modo a minimizar efeitos adversos no risco de crédito.

Em decorrência de informações divulgadas ao mercado, durante o mês de janeiro/2023, relacionadas a inconsistências em lançamentos contábeis e pedido de recuperação judicial de empresa do segmento Large Corporate, o Banco reavaliou seus níveis de risco em exposições em títulos e valores mobiliários (Nota 10) e operações de crédito (Nota 12) e realizou os ajustes pertinentes nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31.12.2022 para que essas reflitam as condições existentes até aquela data.

Original assinado

DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 09 de fevereiro de 2023.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão
de Riscos

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Governo e
Sustentabilidade Empresarial

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

José Ricardo Fagonde Forni
Vice-Presidência de Gestão Financeira e
Relações com Investidores

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e
Tecnologia

Renato Luiz Bellinetti Naegle
Vice-Presidência de Agronegócios

Original assinado

DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 09 de fevereiro de 2023.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão
de Riscos

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e
Tecnologia

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Governo e
Sustentabilidade Empresarial

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

José Ricardo Fagonde Forni
Vice-Presidência de Gestão Financeira e
Relações com Investidores

Renato Luiz Bellinetti Naegele
Vice-Presidência de Agronegócios



MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Tarciana Paula Gomes Medeiros

VICE-PRESIDENTES

Ana Cristina Rosa Garcia
Carla Nesi
Felipe Guimarães Geissler Prince
Francisco Augusto Lassalvia
José Ricardo Fagonde Forni
José Ricardo Sasserón
Marisa Reghini Ferreira Mattos
Renato Luiz Bellinetti Naegele

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aramis Sá de Andrade
Ariosto Antunes Culau
Débora Cristina Fonseca
Iêda Aparecida de Moura Cagni
Paulo Roberto Evangelista de Lima
Rachel de Oliveira Maia
Tarciana Paula Gomes Medeiros
Walter Eustáquio Ribeiro

DIRETORES

Adelar Valentim Dias
Antonio Carlos Wagner Chiarello
Daniel Alves Maria
Daniela de Avelar Gonçalves
Eduardo Cesar Pasa
Guilherme Alexandre Rossi
Gustavo Garcia Lellis
Jayme Pinto Junior
João Leocir Dal Rosso Frescura
João Vagnes de Moura Silva
Lucinéia Possar
Marco Túlio de Oliveira Mendonça
Neudson Peres de Freitas
Paula Sayão Carvalho Araujo
Paulo Augusto Ferreira Bouças
Paulo Eduardo da Silva Guimarães
Pedro Bramont
Rodrigo Felipe Afonso
Rodrigo Mulinari
Thiago Affonso Borsari
Thompson Soares Pereira César

CONSELHO FISCAL

Aloisio Macário Ferreira de Souza
Carlos Alberto Rechelo Neto
Lucas Pedreira do Couto Ferraz
Renato da Motta Andrade Neto

COMITÊ DE AUDITORIA

Aramis Sá de Andrade
Egídio Otmar Ames
Rachel de Oliveira Maia
Vera Lucia de Almeida Pereira Elias
Walter Eustáquio Ribeiro

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Pedro Henrique Duarte Oliveira
Contador CRC-DF 023407/O-3
CPF 955.476.143-00

Notas Explicativas



Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício de 2022

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Índice**Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS**

Demonstração Consolidada do Resultado	2
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente	3
Balanço Patrimonial Consolidado	4
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido	5
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	6
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado	8

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

1 – O Banco e suas operações	9	26 – Investimentos em coligadas e joint ventures	88
2 – Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas	10	27 – Envolvimento com entidades estruturadas não consolidadas	92
3 – Principais práticas contábeis	11	28 – Imobilizado	95
4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis	32	29 – Ativos intangíveis	97
5 – Demonstrações contábeis consolidadas	36	30 – Outros ativos e outros passivos	98
6 – Aquisições, vendas e reestruturações Societárias	40	31 – Depósitos de clientes	99
7 – Informações por segmento	41	32 – Valores a pagar a instituições financeiras	99
8 – Receita líquida de juros	50	33 – Obrigações por operações compromissadas	100
9 – Receita líquida de tarifas e comissões	51	34 – Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	100
10 – Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros ao valor justo	51	35 – Provisões, ativos e passivos contingentes	108
11 – Resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras	52	36 – Impostos	112
12 – Outras receitas e outras despesas operacionais	53	37 – Patrimônio líquido	114
13 – Despesas com pessoal	54	38 – Valor justo dos instrumentos financeiros	122
14 – Despesas administrativas	54	39 – Garantias financeiras e outros compromissos	129
15 – Classificação dos ativos e passivos financeiros	55	40 – Capital regulatório e limite de imobilização	130
16 – Caixa e equivalentes de caixa	57	41 – Gestão de riscos	137
17 – Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	57	42 – Transferência de ativos financeiros	163
18 – Empréstimos a instituições financeiras	57	43 – Compensação de ativos e passivos financeiros	164
19 – Aplicações em operações compromissadas	58	44 – Benefícios a empregados	168
20 – Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	58	45 – Partes relacionadas	179
21 – Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ..	67	46 – Ativos e passivos circulantes e não circulantes	183
22 – Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	69	47 – Outras informações	185
23 – Empréstimos a clientes	71	48 – Eventos subsequentes	188
24 – Perdas esperadas com empréstimos a clientes	79	49 – Conciliação do patrimônio líquido e do resultado	188
25 – Ativos não circulantes mantidos para venda	87		

Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras	191
--	------------

Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos auditores Independentes	192
---	------------

Membros da Administração	193
---------------------------------------	------------

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

	Nota	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Receitas de juros		236.549.051	125.947.217	98.659.704
Despesas de juros		(162.202.484)	(66.273.138)	(43.232.120)
Receita líquida de juros	[8]	74.346.567	59.674.079	55.427.584
(Perda)/reversão líquida esperada com:		(18.038.862)	(12.863.436)	(19.687.420)
Empréstimos a instituições financeiras	[18]	(43.333)	(5.437)	1.299.121
Empréstimos a clientes	[24]	(17.838.964)	(13.334.457)	(19.922.771)
Outros ativos financeiros	[19],[21],[22],[39]	(156.565)	476.458	(1.063.770)
Receita líquida de juros após provisão para perdas		56.307.705	46.810.643	35.740.164
Receitas não de juros		43.289.776	33.914.991	26.370.441
Receita líquida de tarifas e comissões	[9]	24.644.715	22.668.819	22.666.341
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros:	[10]	(1.258.040)	199.415	1.886.264
Ao valor justo por meio do resultado		(437.557)	1.781.000	3.621.737
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(820.483)	(1.581.585)	(1.735.473)
Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures	[26]	5.111.151	3.086.744	2.321.921
Resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras	[11]	1.609.348	(1.286.536)	(7.082.412)
Outras receitas operacionais	[12]	13.182.602	9.246.549	6.578.327
Despesas não de juros		(61.295.764)	(56.735.843)	(50.533.602)
Despesas com pessoal	[13]	(25.402.822)	(23.524.659)	(21.688.312)
Despesas administrativas	[14]	(8.170.710)	(7.535.192)	(7.421.859)
Contribuições, taxas e outros impostos		(6.992.470)	(5.722.627)	(5.168.082)
Amortização de ativos intangíveis	[29]	(1.346.457)	(1.420.318)	(1.807.612)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	[35]	(7.252.224)	(7.515.682)	(5.742.025)
Depreciação	[28]	(2.627.659)	(2.574.102)	(2.406.382)
Outras despesas operacionais	[12]	(9.503.422)	(8.443.263)	(6.299.330)
Lucro antes dos impostos		38.301.717	23.989.791	11.577.003
Impostos	[36]	(8.452.382)	(4.266.920)	1.715.880
Correntes		(6.788.039)	(3.544.398)	(3.591.017)
Diferidos		(1.664.343)	(722.522)	5.306.897
Lucro líquido do período		29.849.335	19.722.871	13.292.883
Atribuível aos acionistas controladores		27.630.407	18.344.326	11.851.616
Atribuível às participações de acionistas não controladores		2.218.928	1.378.545	1.441.267
Lucro por ação				
Lucro por ação básico e diluído (R\$)		9,68	6,43	4,16
Média ponderada das ações em circulação – básico		2.853.771.411	2.853.577.258	2.852.522.381
Média ponderada das ações em circulação – diluído		2.853.548.964	2.853.359.901	2.852.322.673

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE

	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Lucro líquido do período	29.849.335	19.722.871	13.292.883
Itens que podem ser reclassificados para a demonstração do resultado consolidado			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(890.542)	(2.889.511)	842.116
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(814.369)	(5.543.864)	(1.104.547)
(Ganhos)/perdas realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – reclassificados para o resultado	820.483	1.581.585	1.735.473
Efeito tributário	(896.656)	1.072.768	211.190
Participação no resultado abrangente de investimentos em coligadas e joint ventures	(130.237)	56.231	(113.342)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(108.479)	(381.266)	(258.047)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	(240.599)	474.077	23.968
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	58.989	(4.411)	10.608
Efeito tributário	159.852	(32.169)	110.129
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	9.322	--	--
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de investimento líquido em operação no exterior	17.776	--	--
Efeito tributário	(8.454)	--	--
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(1.743.647)	(173.198)	99.848
Itens que não podem ser reclassificados para a demonstração do resultado consolidado			
Planos de benefícios definidos	2.852.995	9.066.087	8.397.347
Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	5.405.209	16.936.729	15.269.708
Efeito tributário	(2.552.214)	(7.870.642)	(6.872.361)
Total de outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	97.891	6.059.609	9.225.969
Resultado abrangente do período	29.947.226	25.782.480	22.518.852
Atribuível aos acionistas controladores	28.131.781	24.378.704	21.141.791
Atribuível às participações de acionistas não controladores	1.815.445	1.403.776	1.377.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	[16]	18.310.546	18.023.001
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	[17]	95.119.085	75.504.036
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos		1.352.904.935	1.344.538.282
Empréstimos a instituições financeiras	[18]	62.607.954	42.842.588
Aplicações em operações compromissadas	[19]	360.620.474	487.472.927
Empréstimos a clientes	[23],[24]	832.938.557	734.290.606
Títulos e valores mobiliários	[22]	47.996.424	33.107.809
Outros ativos financeiros	[30]	48.741.526	46.824.352
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	12.078.012	11.739.070
Instrumentos de dívida e patrimônio		10.439.943	9.604.035
Derivativos		1.638.069	2.135.035
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	[21]	369.770.754	305.490.911
Ativos não circulantes mantidos para venda	[25]	203.473	417.340
Investimentos em coligadas e joint ventures	[26]	19.773.432	19.446.188
Ativo imobilizado	[28]	13.200.128	13.401.651
De uso		9.194.568	8.982.146
De direito de uso		4.005.560	4.419.505
Ativos intangíveis	[29]	11.030.985	7.035.270
Ativos fiscais		67.241.980	65.009.496
Correntes		9.914.030	7.345.674
Diferidos	[36]	57.327.950	57.663.822
Outros ativos	[30]	48.094.647	38.735.266
Total		2.007.727.977	1.899.340.511
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado		1.753.201.995	1.679.166.834
Depósitos de clientes	[31]	753.263.047	671.269.541
Valores a pagar a instituições financeiras	[32]	24.082.857	26.167.697
Obrigações por operações compromissadas	[33]	564.453.599	621.836.755
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	[34]	328.608.124	292.677.975
Outros passivos financeiros	[30]	82.794.368	67.214.866
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	2.764.797	2.053.161
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	[35]	18.372.705	16.726.539
Provisões para perdas esperadas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	[39]	3.584.878	2.762.281
Passivos fiscais		18.192.089	12.197.350
Correntes		4.625.471	2.617.588
Diferidos	[36]	13.566.618	9.579.762
Outros passivos	[30]	48.534.390	40.324.113
Total		1.844.650.854	1.753.230.278
Patrimônio líquido	[37]		
Capital social		90.000.023	90.000.023
Instrumento elegível a capital principal		7.100.000	8.100.000
Ações em tesouraria		(272.570)	(276.913)
Reservas de capital		6.630.709	6.627.633
Reservas de lucros		70.142.173	51.180.290
Outros resultados abrangentes acumulados		(7.560.617)	(8.061.991)
Resultados acumulados não apropriados		(7.083.363)	(4.817.560)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		158.956.355	142.751.482
Participações de acionistas não controladores		4.120.768	3.358.751
Total do patrimônio líquido		163.077.123	146.110.233
Total do passivo e patrimônio líquido		2.007.727.977	1.899.340.511

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Atribuível aos acionistas controladores												
	Outros resultados abrangentes												
	Capital social	Instrumento elegível ao capital principal	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Remensurações de planos de benefícios definidos	Conversão de investimentos no exterior	Ganhos/(perdas) com hedge/ outros	Resultados acumulados não apropriados	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participações de acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 31.12.2020	90.000.023	8.100.000	(280.642)	6.625.608	39.198.468	1.482.357	(13.761.172)	(1.732.795)	(84.759)	(4.447.316)	125.099.772	2.761.512	127.861.284
Lucro líquido	--	--	--	--	--	--	--	--	--	18.344.326	18.344.326	1.378.545	19.722.871
Outros resultados abrangentes	--	--	--	--	--	(3.147.093)	9.061.520	(140.791)	260.742	--	6.034.378	25.231	6.059.609
Total do resultado abrangente	--	--	--	--	--	(3.147.093)	9.061.520	(140.791)	260.742	18.344.326	24.378.704	1.403.776	25.782.480
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	3.720	2.025	--	--	--	--	--	--	5.745	--	5.745
Incorporação de coligadas e controladas - cancelamento de ações em tesouraria	--	--	9	--	(9)	--	--	--	--	--	--	--	--
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(10.266)	(10.266)	(1.832)	(12.098)
Constituição de reservas de lucros	--	--	--	--	17.371.259	--	--	--	--	(17.371.259)	--	--	--
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal (Nota 37.c)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(121.748)	(121.748)	--	(121.748)
Juros sobre capital próprio e dividendos	--	--	--	--	(5.389.428)	--	--	--	--	(2.137.048)	(7.526.476)	(1.057.071)	(8.583.547)
Ajustes de hiperinflação na Argentina	--	--	--	--	--	--	--	--	--	925.751	925.751	252.366	1.178.117
Saldos em 31.12.2021	90.000.023	8.100.000	(276.913)	6.627.633	51.180.290	(1.664.736)	(4.699.652)	(1.873.586)	175.983	(4.817.560)	142.751.482	3.358.751	146.110.233
Lucro líquido	--	--	--	--	--	--	--	--	--	27.630.407	27.630.407	2.218.928	29.849.335
Outros resultados abrangentes	--	--	--	--	--	(967.341)	2.853.949	(1.320.254)	(64.980)	--	501.374	(403.483)	97.891
Total do resultado abrangente	--	--	--	--	--	(967.341)	2.853.949	(1.320.254)	(64.980)	27.630.407	28.131.781	1.815.445	29.947.226
Devolução parcial do instrumento elegível ao capital principal	--	(1.000.000)	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.000.000)	--	(1.000.000)
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	4.343	3.076	--	--	--	--	--	--	7.419	350	7.769
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	--	9.964	9.964	25.781	35.745
Constituição de reservas de lucros	--	--	--	--	27.888.331	--	--	--	--	(27.888.331)	--	--	--
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal (Nota 37.c)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(463.273)	(463.273)	--	(463.273)
Juros sobre capital próprio e dividendos	--	--	--	--	(8.926.448)	--	--	--	--	(2.881.140)	(11.807.588)	(1.931.830)	(13.739.418)
Variação de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	166.884	166.884
Ajustes de hiperinflação na Argentina	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1.326.570	1.326.570	685.387	2.011.957
Saldos em 31.12.2022	90.000.023	7.100.000	(272.570)	6.630.709	70.142.173	(2.632.077)	(1.845.703)	(3.193.840)	111.003	(7.083.363)	158.956.355	4.120.768	163.077.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Atividades operacionais			
Lucro líquido do período	29.849.335	19.722.871	13.292.883
Ajustado por:	39.731.821	32.887.833	30.039.986
Perda líquida esperada com empréstimos a clientes	24.667.985	19.501.811	25.671.827
Impostos sobre a renda	8.452.382	4.266.920	(1.715.880)
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	7.252.224	7.515.682	5.742.025
Efeito da mudança da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	5.501.147	(1.553.477)	(10.320.668)
Depreciação de ativo imobilizado	2.627.659	2.574.102	2.406.382
Amortização de ativos intangíveis	1.346.457	1.420.318	1.807.612
Perdas líquidas sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	820.483	1.581.585	1.735.473
Perdas líquidas de capital em outros ativos	80.323	66.024	12.017
Provisão/(reversão) líquida esperada com empréstimos a instituições financeiras	43.333	5.437	(1.299.121)
Provisão para desvalorização de valores e bens	32.956	27.708	58.108
Ganhos líquidos na alienação de valores ou bens	(235.592)	(256.884)	(281.184)
Ganhos líquidos na alienação de investimentos em coligadas e joint ventures	(337.844)	--	(10.995)
Perdas/(reversões) por impairment sobre direitos de gestão de folhas de pagamento	(520.482)	959.192	19.617
(Ganhos)/perdas líquidos em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras	(1.609.348)	1.286.536	7.082.412
Atualização de ativo/passivo atuarial e dos fundos de destinação do superávit	(2.762.476)	(1.754.070)	1.063.216
Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures	(5.111.151)	(3.086.744)	(2.321.921)
Outros	(516.235)	333.693	391.066
Variação nos ativos e passivos operacionais	(3.523.819)	(97.369.846)	167.299.826
Variação líquida em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	(19.615.049)	(15.195.494)	4.815.565
Variação líquida em empréstimos a instituições financeiras	(4.442.805)	(2.518.070)	1.322.771
Variação líquida em aplicações em operações compromissadas	125.530.613	(135.074.114)	14.286.094
Variação líquida em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(338.942)	3.931.752	(11.865.274)
Variação líquida em empréstimos a clientes	(123.222.981)	(120.381.990)	(79.828.845)
Variação líquida de ativos não correntes disponíveis para venda	306.544	182.363	88.695
Variação líquida em outros ativos	(54.468.499)	(26.034.002)	(17.553.581)
Variação líquida em depósitos de clientes	81.993.506	69.285.276	116.981.960
Variação líquida em valores a pagar a instituições financeiras	(2.084.840)	222.315	(3.513.619)
Variação líquida de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	711.636	(1.045.154)	2.136.679
Variação líquida em obrigações por operações compromissadas	(57.383.156)	118.113.933	99.367.495
Variação líquida em obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	48.733.451	11.155.262	9.219.355
Variação líquida em outros passivos	6.593.194	3.677.212	35.102.830
Caixa pago em impostos sobre a renda	(5.836.491)	(3.689.135)	(3.260.299)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	66.057.337	(44.759.142)	210.632.695

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Continuação	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Atividades de investimento			
Compra de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(232.613.868)	(262.770.205)	(213.784.964)
Venda de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	218.723.358	219.830.370	125.617.520
Compra de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	(5.260.419)	(9.117.924)	(6.133.568)
Resgate de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	2.763.317	2.011.536	346.477
Compra de ativo imobilizado	(1.902.139)	(1.769.472)	(1.715.251)
Venda de ativo imobilizado	3.272	4.901	287
Aquisição de investimentos em coligadas e joint ventures	--	--	(35.018)
Alienação de investimentos em coligadas e joint ventures	--	--	2.625
Aquisição de ativos intangíveis	(4.817.163)	(3.180.951)	(2.738.234)
Alienação de ativos intangíveis	--	--	662.828
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	4.216.912	2.031.955	2.265.323
Resgate de ações Cateno	231.440	--	559.313
Alienação de participação no Banco Digio S.A.	645.060	--	--
Aporte de capital social - Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	--	(449.969)	(899.939)
Aporte de capital social - Brasilcap Capitalização S.A.	--	(66.664)	--
Aporte de capital social - Quod	--	(9.849)	--
Resgate de ações preferenciais da UBS BB	--	--	145.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(18.010.230)	(53.486.272)	(95.707.601)
Atividades de financiamento			
Liquidação de passivos de longo prazo	(16.131.901)	(16.673.580)	(12.787.630)
Juros de instrumento elegível a capital principal pagos	(215.471)	(121.748)	(236.577)
Liquidação de arrendamentos	(1.020.150)	(1.102.942)	(1.004.572)
Dividendos ou juros sobre capital próprio pagos aos acionistas controladores	(11.810.305)	(6.454.965)	(4.199.577)
Dividendos ou juros sobre capital próprio pagos aos acionistas não controladores	(1.365.135)	(669.655)	(1.871.080)
Captação de passivos de longo prazo	2.328.600	20.000	--
Efeito líquido na alienação de ações em tesouraria	--	--	15.268
Caixa pago aos acionistas não controladores na redução de capital da BB Seguridade	--	--	(908.109)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(28.214.362)	(25.002.890)	(20.992.277)
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	19.832.745	(123.248.304)	93.932.817
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	54.494.681	176.189.508	71.936.023
Efeito da mudança da taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(5.501.147)	1.553.477	10.320.668
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	68.826.279	54.494.681	176.189.508
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	19.832.745	(123.248.304)	93.932.817
Informações complementares	53.035.722	58.144.354	58.218.470
Caixa pago em juros	(145.646.413)	(55.029.199)	(36.879.203)
Caixa recebido em juros	198.682.135	113.173.553	95.097.673

Movimentações contábeis que não envolvem caixa e equivalentes de caixa			
Ativos reclassificados para ativos não circulantes mantidos para venda	92.677	99.643	220.991
Empréstimos a clientes transferidos para bens não de uso (outros ativos)	--	(7.944)	88.538
Dividendos declarados e não pagos	2.308.617	2.311.334	1.239.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR ADICIONADO

	Nota	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Receitas		256.688.814	143.912.028	103.020.804
Intermediação financeira		236.900.359	124.860.096	93.463.556
Prestação de serviços		37.827.317	31.915.368	29.244.668
(Perda)/reversão líquida esperada com:		(18.038.862)	(12.863.436)	(19.687.420)
Empréstimos a clientes		(17.838.964)	(13.334.457)	(19.922.771)
Empréstimos a instituições financeiras		(43.333)	(5.437)	1.299.121
Outros ativos financeiros		(156.565)	476.458	(1.063.770)
Despesas de intermediação financeira		(162.202.484)	(66.273.138)	(43.232.120)
Insumos adquiridos de terceiros		(24.224.546)	(22.926.309)	(19.084.576)
Materiais, energia e outros	[14]	(6.244.178)	(5.885.413)	(6.100.555)
Serviços de terceiros	[14]	(1.224.722)	(1.081.951)	(942.666)
Outras		(16.755.646)	(15.958.945)	(12.041.355)
Atualização de obrigações atuariais	[12]	(1.211.318)	(1.172.648)	(1.707.594)
Bônus de relacionamento negocial	[12]	(1.724.520)	(1.566.599)	(1.246.651)
Atualização de obrigações fiscais objeto de discussão judicial	[12]	(829.385)	(340.040)	(212.623)
Falhas em serviço e perdas operacionais	[12]	(280.251)	(442.386)	(186.351)
Despesas de obrigações por operações vinculadas a cessão	[12]	(19.186)	(20.622)	(26.740)
Outras		(12.690.986)	(12.416.650)	(8.661.396)
Valor adicionado bruto		70.261.784	54.712.581	40.704.108
Depreciação, amortização e exaustão		(3.974.116)	(3.994.420)	(4.213.994)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		66.287.668	50.718.161	36.490.114
Valor adicionado recebido em transferência		5.111.151	3.086.744	2.321.921
Resultado de equivalência patrimonial		5.111.151	3.086.744	2.321.921
Valor adicionado total a distribuir		71.398.819	53.804.905	38.812.035
Distribuição do valor adicionado		71.398.819	53.804.905	38.812.035
Pessoal		25.976.878	24.015.510	22.009.119
Remuneração direta		17.235.185	15.795.568	13.775.505
Benefícios		4.592.910	4.349.701	4.368.540
FGTS		821.660	799.559	755.015
Outros encargos		3.327.123	3.070.682	3.110.059
Impostos, taxas e contribuições		15.444.852	9.989.547	3.452.202
Federais		13.222.655	8.100.982	1.775.805
Estaduais		680	906	737
Municipais		2.221.517	1.887.659	1.675.660
Remuneração de capitais de terceiros		127.754	76.977	57.831
Aluguéis	[14]	127.754	76.977	57.831
Remuneração de capitais próprios		29.849.335	19.722.871	13.292.883
Juros sobre o capital próprio da União	[37.h]	4.817.672	3.149.533	2.098.445
Juros sobre o capital próprio de outros acionistas	[37.h]	4.817.670	3.149.532	2.098.444
Dividendos da União	[37.h]	1.086.124	613.706	--
Dividendos de outros acionistas	[37.h]	1.086.122	613.705	--
Dividendos de acionistas não controladores		1.931.830	1.057.071	1.031.874
Juros sobre o instrumento elegível ao capital principal		463.273	121.748	236.577
Lucros retidos/prejuízo do exercício		15.359.546	10.696.102	7.418.150
Participação dos não-controladores nos lucros retidos		287.098	321.474	409.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1 – O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil", "Banco", "Grupo" ou "Conglomerado") é uma companhia aberta de direito privado regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações, controlada pelo Governo Federal, e sua matriz está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco tem por objeto, em conjunto com suas controladas:

- a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias;
- a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas; e
- o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, sob a supervisão do Conselho Monetário Nacional (CMN):

- (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional;
- (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias;
- (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis;
- (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo CMN, por conta do Banco Central do Brasil (Bacen);
- (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Bacen;
- (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural;
- (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de Pessoas Jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

No processo de gestão do Banco do Brasil são utilizados mecanismos expressos em sistema normativo, que detalham os procedimentos operacionais necessários à implementação das decisões organizacionais relativas aos negócios e atividades da Empresa e ao atendimento de exigências legais e de órgãos reguladores e fiscalizadores.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Banco mantém sistema de autorregulação que disciplina a negociação com valores mobiliários de sua emissão e de suas Controladas ou ainda com cotas de fundos exclusivos referenciados nesses valores mobiliários por quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Empresa, tenham acesso à informação de ato ou fato relevante antes de sua publicação ao mercado.

Estão sujeitos à autorregulação, no Banco, além do acionista controlador, dos estatutários, do auditor geral e do ouvidor geral, todas as pessoas que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com o Banco que detenham conhecimento sobre informação contábil, estratégica ou qualquer outra informação sobre negócios do Banco que possa ensejar ato ou fato relevante.

Em relação às suas políticas de divulgação de informações ao mercado, o Banco do Brasil pauta a sua atuação com base nas necessidades de usuários externos para fins de decisões de natureza econômica, em aderência às exigências dos órgãos reguladores e fiscalizadores. As informações são prestadas com qualidade, transparência, veracidade, completeza, consistência, equidade e tempestividade, respeitados os mais altos padrões de governança corporativa.

No Banco do Brasil, o Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores é o responsável pela divulgação de informações referentes a atos ou fatos relevantes e demais informações ao mercado investidor, embora os demais administradores respondam solidariamente nos casos de descumprimento das normas que disciplinam a divulgação de informações ao mercado.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera, estão relacionadas nas Notas 5 e 7, respectivamente.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 13.02.2023.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Grupo (com exceção do BB Américas e do Banco Patagonia). Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade de o Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Embora o desaquecimento econômico decorrente da adoção de medidas de isolamento social para conter a pandemia da Covid-19 tenha atingido diversas empresas no Brasil e no mundo, principalmente 2020 e 2021, o Banco possui capital e liquidez suficientes para suportar eventuais perdas projetadas para os negócios naqueles períodos e nos que se seguiram. Entre outros motivos, isso está fundamentado no fato de que grande parte de suas operações negociais continua a ser conduzida em plataformas digitais com acesso e atendimento remotos, além de possuir uma assessoria de qualidade e condições especiais para crédito.

Apesar da gravidade e ineditismo da atual conjuntura na história recente, considerando a experiência do Banco no gerenciamento e monitoramento de riscos, do capital e da liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. Cabe acrescentar que as políticas econômicas anticíclicas adotadas por praticamente todos os países ao redor do globo estão contribuindo para reduzir a incerteza, bem como os efeitos adversos sobre as empresas e as famílias.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31.12.2021, exceto pela aplicação das alterações à IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras.

Alterações à IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras – Em fevereiro de 2020, o IASB promoveu alterações à IAS 1, com o objetivo de esclarecer as definições de passivos como circulante e não circulante.

O Banco avaliou os impactos da adoção da norma e não identificou efeitos materiais.

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis consolidadas e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

a) Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas do Grupo refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco e de suas entidades controladas.

Os saldos e transações intragrupo, assim como quaisquer receitas ou despesas não realizadas nas transações entre o Banco e suas controladas, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Banco na investida.

As participações de acionistas não controladores são apresentadas no balanço patrimonial como um componente segregado do patrimônio líquido. O resultado atribuível a acionistas não controladores é evidenciado separadamente na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.

Subsidiárias – São empresas sobre as quais o Banco exerce controle. O controle é determinado quando há poder para tomada de decisões sobre a investida, está exposto ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar o lucro através de seu poder sobre a investida. As subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades relevantes até o momento em que esse controle cessa.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A IAS 29 – Relatório Financeiro em Economias Hiperinflacionárias é aplicável para as entidades cuja moeda funcional é o peso argentino, para períodos iniciados a partir de 1º de julho de 2018. Como resultado, o Banco passou a ajustar as demonstrações contábeis de sua subsidiária Banco Patagonia S.A. para refletir os efeitos da hiperinflação do país.

Devido à desvalorização do peso argentino e do incremento do nível geral de preços observado nesse período, a inflação acumulada nos últimos três anos superou a marca de 100%. As demonstrações contábeis da entidade foram ajustadas para refletir as mudanças no poder aquisitivo geral da moeda funcional (foram expressas na unidade de medida corrente) em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

O índice utilizado na atualização monetária foi o “Índice de preços ao consumidor com cobertura nacional” publicado pelo INDEC (Instituto Nacional de Estadística y Censos de Argentina), abaixo descritos:

- 1.134,6 em 31 de dezembro de 2022;
- 582,5 em 31 de dezembro de 2021; e
- 385,9 em 31 de dezembro de 2020.

Combinação de negócios – A aquisição de uma subsidiária por meio de combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo, aplicando o método de aquisição. De acordo com este método, os ativos identificados (inclusive ativos intangíveis não reconhecidos previamente), passivos assumidos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Eventuais diferenças positivas entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são reconhecidas como ágio (goodwill). No caso de apuração de diferença negativa (ganho por compra vantajosa), o valor identificado é reconhecido no resultado do período em outras receitas operacionais.

Os custos de transação que o Banco incorre em uma combinação de negócios, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, são registrados no resultado do período quando incorridos. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

Os resultados das subsidiárias adquiridas durante o período contábil são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas desde a data de aquisição até o fim do exercício. Por sua vez, os resultados das subsidiárias alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas desde o início do exercício até a data da alienação, ou até a data em que o Banco deixou de exercer o controle.

Combinação de negócios de entidades sob controle comum – Uma combinação de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum é uma combinação de negócios em que todas as entidades ou negócios da combinação são controlados pelo Banco, antes e depois da combinação, e esse controle não é transitório.

Nessa situação, o Banco incorpora os valores contábeis dos ativos e passivos pré-combinação sem qualquer mensuração a valor justo.

O Banco não reconhece ágio derivado dessas combinações. Qualquer diferença entre o custo da operação e o valor contábil dos ativos líquidos é registrada diretamente no patrimônio líquido.

Mudança de participação societária em subsidiárias – As alterações na participação societária em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais (ou seja, transações com proprietários em sua condição de proprietários). Consequentemente, nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

Perda de controle – Caso ocorra a perda de controle de uma subsidiária, o Banco deixa de reconhecer, na data em que o controle é perdido:

- (i) os ativos, inclusive o ágio, e os passivos da subsidiária pelo seu valor contábil; e

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- (ii) o valor contábil de quaisquer participações não-controladoras na ex-subsidiária, inclusive quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a ela.

Além disso, o Banco reconhece na data da perda do controle:

- (i) o valor justo da contrapartida recebida, se houver, proveniente da transação, evento ou circunstâncias que resultaram na perda de controle;
- (ii) a distribuição de ações da subsidiária aos proprietários, caso a transação que resultou na perda do controle envolva uma distribuição de ações;
- (iii) qualquer investimento retido na ex-subsidiária pelo seu valor justo; e
- (iv) qualquer diferença resultante como um ganho ou perda no resultado atribuível à controladora.

Entidades estruturadas – O Banco patrocina a formação de entidades estruturadas, que envolvem fundos de investimento, grupo de consórcios e veículos de securitização, as quais podem ser ou não controladas. Previamente à consolidação de uma entidade estruturada, o Banco avalia os critérios estabelecidos na IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas.

O Banco reavalia o processo de consolidação de uma entidade estruturada caso determinados fatos e circunstâncias indiquem que há uma mudança em um ou mais elementos que configuram o controle.

Empreendimento em conjunto (joint venture) – É um negócio por meio do qual as partes que detêm o controle conjunto têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. O Banco possui controle conjunto quando esse fato é contratualmente convencionado, sendo as decisões sobre as atividades relevantes tomadas com o consentimento unânime das partes que partilham o controle.

Os investimentos do Grupo em joint ventures são inicialmente registrados pelo custo e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial, sendo os seus valores contábeis aumentados (ou diminuídos) para refletir a participação do Banco nos resultados da investida após a data de aquisição. A participação nos resultados da investida é reconhecida na demonstração do resultado do Banco, nos períodos em que estes são apurados. O Banco promove ajustes ao valor contábil de seus investimentos pelo reconhecimento de sua participação proporcional nas variações de saldo de componentes dos outros resultados abrangentes da investida. A participação do Banco nessas variações é reconhecida de forma reflexa diretamente em seu patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes acumulados.

Na aquisição de investimentos em joint ventures, qualquer diferença positiva entre o custo e a parcela do Banco do valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é contabilizada como ágio, o qual é incluído no valor contábil do investimento. O Banco não realiza a amortização desse ágio. Qualquer valor que exceda a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento é incluído como receita na demonstração do resultado.

Quando a participação do Banco nos prejuízos do período da entidade controlada em conjunto se igualar ou exceder ao saldo contábil de sua participação, o Banco descontinua o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil de sua participação, as perdas adicionais são consideradas, e um passivo é reconhecido, somente na extensão em que o Banco tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o Banco retoma o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o momento em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

Todos os investimentos do Banco em joint ventures são estruturados por meio de veículos separados.

Coligadas – Entidades sobre as quais o Banco exerce influência significativa sobre as suas políticas financeiras e/ou operacionais, embora não detenha o controle ou o controle compartilhado. O Banco poderá exercer influência significativa por meio de participação na gestão da coligada ou na composição dos órgãos de administração com poderes executivos.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os investimentos do Grupo em coligadas são inicialmente registrados pelo custo e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial.

Contribuições não monetárias a entidades coligadas e a controladas em conjunto – Quando o Banco contribui com ativos não-monetários em troca de uma participação societária em uma entidade coligada ou controlada em conjunto, o ganho ou a perda na transação é reconhecido na medida das participações de investidores não relacionados na coligada ou empreendimento em conjunto. Nenhum ganho ou perda é reconhecido se a transação não tiver substância comercial.

b) Compensação de ativos e passivos

O Banco não compensa quaisquer ativos ou passivos pela dedução de outros passivos ou ativos, ou qualquer receita ou despesa pela dedução de outras despesas ou receitas, exceto se existir um direito legal de compensação e esta compensação refletir a essência da transação.

Ativos e passivos financeiros – Ativos e passivos financeiros são apresentados pelos seus valores líquidos se houver um direito legal de compensar os valores reconhecidos e se houver uma intenção de liquidar em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impostos sobre renda – Os ativos e passivos por impostos diferidos são compensados se:

- (i) a empresa tiver um direito legal de compensar os ativos fiscais correntes contra passivos fiscais correntes; e
- (ii) os ativos e passivos fiscais diferidos estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária:
 - (a) na mesma entidade tributável; ou
 - (b) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

c) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação – As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Grupo (com exceção do BB Américas e do Banco Patagonia).

Transações e saldos – As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos do Banco denominados em moeda estrangeira, a maior parte dos quais de natureza monetária, são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças de conversão são reconhecidas na demonstração do resultado do período em que surgirem, como parte integrante do resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras.

Conversão para a moeda de apresentação – As demonstrações contábeis de entidades domiciliadas no exterior (nenhuma das quais tem a moeda de uma economia hiperinflacionária, como o Banco Patagônia) são convertidas para a moeda de apresentação de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ativos e passivos pela taxa de câmbio vigente no final do período; e
- (ii) receitas e despesas pela média das taxas de câmbio do período (exceto Banco Patagônia, que se utiliza da taxa de câmbio vigente no final do período).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As diferenças de câmbio geradas com base na conversão das demonstrações contábeis de entidades no exterior, cuja moeda funcional é o Real, são reconhecidas na demonstração do resultado consolidado, como parte integrante do resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações no exterior. Para aquelas entidades cuja moeda funcional é diferente do Real, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, até a eventual alienação da subsidiária no exterior ou perda do controle. Nesse momento, as diferenças de câmbio acumuladas são reclassificadas de outros resultados abrangentes para receita ou despesa do período. O montante das diferenças de câmbio atribuíveis a acionistas não controladores é alocado e reconhecido como parte de participações de acionistas não controladores no balanço patrimonial.

d) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são reportadas nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem. As receitas de juros e de tarifas e comissões são reconhecidas quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados. Esse conceito é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades do Banco, a saber:

Receita líquida de juros – Receitas e despesas decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros são reconhecidas no resultado do período de acordo com o regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros para a parte significativa dos instrumentos financeiros detidos pelo Banco.

O método da taxa efetiva de juros é um método para o cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro (ou de um grupo de ativos ou passivos financeiros) e para a alocação da receita ou da despesa de juros ao longo do prazo do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. É estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. Ao efetuar o cálculo, o Banco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro. Inclui as comissões, os custos de transação e os descontos ou prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação correspondem a custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração do resultado incluem, principalmente:

- (i) os juros sobre os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros;
- (ii) os rendimentos de ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado; e
- (iii) a realização dos rendimentos de ativos financeiros registrados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Receita líquida de tarifas e comissões – O reconhecimento é determinado de acordo com a finalidade das tarifas e a existência de instrumentos financeiros a elas associados. Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas provenientes das tarifas forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, estas são consideradas no cálculo dos juros, exceto nos casos em que o instrumento financeiro for registrado na categoria ao valor justo por meio do resultado. Caso contrário, estas receitas são reconhecidas à medida em que as respectivas obrigações de desempenho são cumpridas.

O reconhecimento destas receitas deve ser por um valor que reflita a contrapartida que se espera ter direito em troca da transferência de serviços para um cliente. Em consonância com o método de saída e com as características intrínsecas das obrigações de desempenho envolvidas, as receitas de tarifas recebidas por serviços que são fornecidos sobre um período específico são reconhecidas ao longo desse período em função do próprio tempo transcorrido. As receitas de tarifas recebidas para prestação de um serviço específico ou sobre um evento significativo são reconhecidas quando o serviço for prestado ou o evento incorrido.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Neste sentido, as principais carteiras de contrato do Banco se referem aos seguintes serviços: conta corrente, cartões, cobrança, administração de recursos de terceiros, comissão de corretagem e arrecadações.

Por sua vez, as obrigações de desempenho gerais envolvem, respectivamente: viabilizar a movimentação de recursos por meio de depósitos, cheques, saques, ordens de pagamento e/ou transferências; viabilizar a compra de bens e serviços em estabelecimentos credenciados bem como saques em moeda nacional/estrangeira; receber valores por meio da liquidação de boletos de pagamento que podem ser pagos em qualquer banco; administrar recursos aplicados em fundos de investimento; realizar operações com títulos em bolsa de valores; arrecadar tributos e demais receitas a favor de instituições públicas.

Quanto ao preço de transação destes contratos, identificam-se tarifas, anuidades, taxas e comissões com expectativa de recebimento em até doze meses.

O principal expediente prático adotado se refere à existência de componente de financiamento significativo. O componente financeiro não foi considerado significativo quando o período entre o momento em que o serviço prometido é transferido para o cliente e o momento no qual o cliente paga por esse serviço é de um ano ou menos.

Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures – A receita oriunda da aplicação do método de equivalência patrimonial é reconhecida na proporção da participação acionária detida pelo Banco nos resultados gerados pelas investidas.

Receita de dividendos – É reconhecida no resultado do período quando o Banco adquire o direito de receber o pagamento. Os dividendos são apresentados em receita líquida de juros, baseado na classificação do respectivo instrumento patrimonial que os originou.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades e os investimentos financeiros imediatamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor. Foram considerados os saldos das aplicações financeiras de alta liquidez registrados nos itens do balanço patrimonial consolidado: caixa e depósitos bancários, aplicações em operações compromissadas, exceto recursos de uso restrito.

f) Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil

Os depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil referem-se a uma proporção dos depósitos à vista, a prazo e de poupança que são recolhidos de forma compulsória conforme determinação do Conselho Monetário Nacional. Estão sujeitos, de forma substancial, à remuneração definida pelo órgão regulador.

g) Instrumentos financeiros

O Banco classifica seus instrumentos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Classificação e mensuração subsequente

Modelo de negócios: Refere-se a como a entidade gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. A Administração do Banco avaliou, dentre outros fatores:

- como o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros são reportados ao pessoal-chave da administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a forma como esses riscos são gerenciados; e
- como os gestores do negócio são remunerados.

Após observação, o Banco determinou o modelo de negócios para seus ativos financeiros, a fim de verificar se os fluxos de caixa resultam de:

- recebimento de fluxos de caixa contratuais;
- venda de ativos financeiros; ou
- ambos.

Características contratuais dos fluxos de caixa: O Banco analisa as características contratuais dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, a fim de verificar se esses fluxos representam somente pagamento de capital e juros sobre o valor do principal em aberto. Se os termos contratuais expõem o Banco a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa não relacionados a um acordo de empréstimo básico, o fluxo de caixa não representa somente pagamento de principal e juros. Qualquer desenquadramento nessa característica, o instrumento financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado.

g.1) Ativos financeiros

Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo, acrescido do custo da transação (com exceção dos ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado) e posteriormente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. As políticas contábeis aplicadas a cada classe de instrumentos financeiros são apresentadas a seguir:

Custo amortizado – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter apenas os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos mensurados nessa categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período, sendo o valor do ativo reduzido pelas amortizações de principal, além de reduções ao valor recuperável. As receitas financeiras geradas são registradas em receita de juros.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Empréstimos a instituições financeiras – São constituídos por operações de aquisição de carteiras de crédito com coobrigação do cedente e por aplicações em depósitos interfinanceiros. Esses ativos são apresentados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros, incluindo juros, ágios ou deságios, diminuído pela perda esperada.

Empréstimos a clientes – São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis.

O valor contábil de empréstimos a clientes é reduzido por uma conta redutora de perda esperada, sendo esse valor reconhecido no resultado como "(Perda)/reversão líquida esperada com empréstimos a clientes", que representa a estimativa da Administração quanto a perdas esperadas na carteira.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Aplicações em operações compromissadas – O Banco realiza aplicações em títulos e valores mobiliários com compromisso de revenda, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de revenda são considerados operações financeiras com garantia. O ativo de operações compromissadas encontra-se subdividido em:

- (i) revendas a liquidar – posição bancada, a qual é formada pelos títulos adquiridos com compromisso de revenda e não repassados, ou seja, não vendidos com compromisso de recompra; e
- (ii) revendas a liquidar – posição financiada, a qual compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

O Banco acompanha e avalia permanentemente o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários comprados com compromisso de revenda e ajusta o valor da garantia, quando necessário.

Valor justo por meio do resultado – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais não possuírem característica de somente pagamento de principal e juros ou quando a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja a sua venda.

Os instrumentos financeiros registrados nessa categoria são reconhecidos inicialmente ao valor justo e os seus rendimentos (juros e dividendos) são reconhecidos como receita de juros. Ganhos e perdas realizados e não realizados em função das variações de valor justo desses instrumentos são reconhecidos no resultado do período.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular, o direito de receber o valor de capital e juros, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos de governos estrangeiros, títulos públicos federais, aplicações em fundos mútuos de investimento, dentre outros.

Instrumentos de patrimônio – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos. Incluem ações ordinárias sem opção de venda, instrumentos com opção de venda, instrumentos que impõem à entidade uma obrigação de entregar a uma outra parte uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade apenas na liquidação, alguns tipos de ações preferenciais, dentre outros.

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos tais como:

- (i) swaps, contratos futuros, contratos a termo, opções e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, na taxa de câmbio, no preço de ações e commodities e no risco de crédito. Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo;
- (ii) derivativos não qualificados para hedge accounting, mas que são utilizados para administrar exposição a riscos de mercado, principalmente taxa de juros, moedas e crédito; e
- (iii) derivativos contratados por solicitação de seus clientes, com o único objetivo de proteção contra os riscos inerentes às suas atividades econômicas.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja tanto para obter seus fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

Esses ativos são inicialmente contabilizados ao valor justo, incluindo os custos diretos e incrementais de transação. A mensuração subsequente desses instrumentos também é registrada ao valor justo, sendo as variações reconhecidas no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. Na mensuração subsequente, esses ativos também serão passíveis de cálculo de perdas esperadas, sendo as perdas reconhecidas no resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, sem efeito no valor contábil do ativo.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular, o direito de receber o valor de capital e juros, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos de governos estrangeiros, títulos públicos federais, títulos emitidos por empresas não financeiras, aplicações em fundos mútuos de investimento, dentre outros.

g.2) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Passivos financeiros (incluem dívidas emitidas de curto e de longo prazos) são inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao valor justo ou ao custo amortizado.

Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado – São mensurados e registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos.

Passivos subsequentemente mensurados ao custo amortizado – São inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

Os principais passivos mensurados nessa categoria são:

Depósitos de clientes – Formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam em sua maior parte, em produtos sem maturidade definida, representando uma importante fonte de captação de recursos do Banco.

Títulos emprestados e tomados por empréstimos – São geralmente garantidos por outros títulos ou por outras disponibilidades. A transferência do título para terceiros é refletida no balanço patrimonial somente se os riscos e benefícios de posse são também transferidos. Caixa pago ou recebido como garantia é registrado como um ativo ou passivo.

Títulos tomados por empréstimos não são reconhecidos no balanço patrimonial, a menos que tenham sido vendidos para terceiros. Nesse caso, a obrigação de retornar o título é registrada como passivo financeiro de negociação e mensurado ao valor justo, com qualquer ganho ou perda contabilizado no resultado.

Obrigações por operações compromissadas – O Banco realiza captações de recursos mediante venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de recompra são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de venda, acrescido dos juros incorridos.

Títulos vendidos com contrato de recompra não são baixados, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade. O correspondente caixa recebido, incluindo os juros apropriados, é reconhecido como um passivo mensurado ao custo amortizado, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco. O passivo de operações compromissadas encontra-se subdividido em:

- (i) carteira própria, a qual é composta pelos títulos com compromisso de recompra não vinculados a vendas, ou seja, os títulos da carteira própria do Banco vinculados ao mercado aberto e;
- (ii) carteira de terceiros, que compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

Outros ativos e outros passivos financeiros – São instrumentos financeiros que não se enquadram em qualquer das categorias supracitadas e estão evidenciados na Nota 30. Esses ativos e passivos são mensurados ao custo amortizado.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Baixa de ativos financeiros e de passivos financeiros**Ativos financeiros** – São baixados quando:

- (i) não houver expectativas razoáveis de recuperação, com base nas curvas históricas observadas de perdas;
- (ii) os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem;
- (iii) o Banco transferir para terceiros a maioria dos riscos e benefícios associados à operação; ou
- (iv) quando o controle sobre o ativo é transferido, mesmo o Banco tendo retido parte dos riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, o Banco continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

Passivos financeiros – São baixados quando a respectiva obrigação é eliminada, cancelada ou prescrita. Se um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes ou modificados, tal modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

O Banco considera que os termos são substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa de acordo com os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas líquidas de quaisquer taxas recebidas e descontadas usando a taxa de juros efetiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original. Se uma troca de passivos financeiros ou modificação de termos for contabilizada como uma extinção, quaisquer custos ou taxas incorridos são reconhecidos como parte do ganho ou perda sobre a extinção. Se a troca ou modificação não for contabilizada como uma extinção, quaisquer custos ou taxas incorridos ajustam o valor contábil do passivo e são amortizados ao longo do prazo restante do passivo modificado.

i) Instrumentos financeiros para proteção (hedge)

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposições aos riscos de taxa de juros, de variação cambial e de crédito, inclusive exposição gerada de transações futuras e compromissos firmes. Para administrar um risco específico, o Banco aplica hedge accounting para transações que se enquadram nos critérios específicos.

O Banco designa certos derivativos mantidos para gestão de riscos como instrumentos de hedge na qualificação de um relacionamento de hedge. No início do relacionamento de hedge, o Banco formaliza o processo por meio de documentação do relacionamento entre o item objeto de hedge e o instrumento de hedge, incluindo a natureza do risco, o objetivo, a estratégia de designar o hedge e o método que será utilizado para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge.

O Banco continua aplicando os requisitos de hedge contábil previstos na IAS 39, com possibilidade de adoção prospectiva da IFRS 9, conforme decisão da Administração. A norma IAS 39 apresenta três estratégias de hedge:

Hedge de valor justo: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período;

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período; e

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Hedge de investimento líquido em operação no exterior: os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria têm como objetivo compensar os riscos decorrentes da exposição à variação cambial de investimentos no exterior cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional e devem ser registrados conforme procedimentos contábeis definidos para o hedge de fluxo de caixa.

Derivativos não qualificados para hedge accounting – Os contratos derivativos celebrados como hedges econômicos, que não se qualificam para hedge accounting, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (Nota 3.g). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para esses fins são os contratos futuros, swaps, opções e contratos a termo, mantidos principalmente para proteção aos riscos de taxas de juros e variação cambial.

j) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perda esperada de crédito, assim, todas as operações possuem previsão de perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.

O modelo para cálculo da perda esperada, no Banco, engloba a avaliação dos ativos financeiros em três estágios:

Estágio 1 – Operações em normalidade – Os ativos enquadrados nesse estágio são considerados operações em situação de normalidade, com atraso inferior ou igual a 30 dias, e não incorrendo em aumento significativo do risco de crédito. Neste caso, é calculada a perda esperada para os próximos 12 meses.

Estágio 2 – Operações com aumento significativo de risco de crédito – Os ativos enquadrados nesse estágio estão com atraso superior a 30 dias, ou apresentaram aumento significativo no risco de crédito. São incluídos também os créditos renegociados. Neste caso, é calculada a perda esperada até o final da vida do ativo.

Estágio 3 – Operações em descumprimento – Os ativos enquadrados nesse estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação, enquadrando-se, ou em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos que o cliente não honrará integralmente a operação de crédito. Neste caso, é calculada a perda esperada até o final da vida do ativo.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto periodicamente considerando os processos de sensoramento de risco do Banco, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira do cliente. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação.

O Banco utiliza modelos econométricos, informações qualitativas e cenários macroeconômicos prospectivos, elaborados internamente, para estimativa da perda esperada de crédito. As principais variáveis macroeconômicas usadas como insumos para projeção são o Produto Interno Bruto (PIB), taxa Selic real, taxa de câmbio, CDS (Credit Default Swap) e o Indicador de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). Os valores finais projetados para perda esperada de crédito consideram o conjunto de premissas, diferentes análises econométricas, análise qualitativa e julgamental.

Determinação de aumento significativo no risco de crédito – A migração do estágio 1 para o estágio 2 ocorre quando há um aumento significativo do risco de crédito de um instrumento financeiro desde o reconhecimento inicial. O Banco avalia as características do instrumento para determinação do aumento significativo do risco de crédito. Quantitativamente, após 30 dias de atraso nos pagamentos contratuais essa condição é atingida e, qualitativamente, para as operações renegociadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Descumprimento dos pagamentos contratuais – Em geral, a migração para o estágio 3 ocorre quando o ativo possui atraso em seus pagamentos contratuais há mais de 90 dias e esta classificação somente se altera quando o ativo é contabilizado como prejuízo ou após 12 meses da regularização deste atraso, em que a operação é considerada curada. Em complemento à avaliação quantitativa, utiliza-se o conceito qualitativo de antecipação do descumprimento através de características do cliente que indiquem alta probabilidade de sua ocorrência, como exemplo os indicativos de insolvência civil, falência, recuperação judicial e intervenção ou liquidação extrajudicial.

Cálculo da perda esperada – O cálculo da perda esperada realizado pelo Banco é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizado uma combinação de três parâmetros:

- (i) Probabilidade de Descumprimento;
- (ii) Perda Dado o Descumprimento; e
- (iii) Exposição no momento de Descumprimento.

O cálculo da perda esperada considera a ponderação de cenários prospectivos, de modo a antecipar potencial aumento no nível de perdas nos piores momentos do ciclo econômico, fornecendo os insumos necessários para uma gestão proativa dos riscos e negócios. A estimativa de perda esperada considera os históricos de dados disponíveis (obtidos sem custo ou esforço indevido na data de relatório sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras), aspectos financeiros (valor do dinheiro no tempo) e considera também a probabilidade de diferentes cenários macroeconômicos.

Probability of Default (PD) ou Probabilidade de Descumprimento – É a probabilidade de o instrumento não ser honrado pela contraparte (descumprimento) no horizonte de tempo observado. Para instrumentos financeiros que não tiverem um aumento significativo de risco de crédito, é observado o descumprimento ao longo de 12 meses (PD 12 meses). Para aqueles que tiverem aumento significativo de risco de crédito, caracterizados pela alocação nos estágios 2 e 3, a PD é ajustada para considerar o comportamento do descumprimento pelo período contratual máximo do ativo (PD lifetime). Além disso, as PD são ajustadas, a partir de ponderações de cenários econômicos, para melhor refletir o comportamento de descumprimentos no período do exercício subsequente.

Loss Given Default (LGD) ou Perda dado o Descumprimento – A perda, dado o descumprimento, é uma estimativa baseada no histórico de perdas contábeis observadas ponderadas pelas respectivas taxas de descumprimento dos diferentes portfólios. Representa a proporção do valor não recuperado pelo credor frente ao valor exposto ao risco no momento do descumprimento.

Exposure at Default (EAD) ou Exposição no momento de Descumprimento – É a estimativa de exposição da operação (saldo) no caso de o cliente entrar em situação de descumprimento. No caso de limites não canceláveis unilateralmente, atualmente relacionados à cheque especial e cartão de crédito, o Banco utiliza a metodologia de Fator de Conversão em Crédito (FCC), que corresponde a uma estimativa com base em observação histórica da utilização dos limites até o momento do eventual descumprimento, como forma de obter uma projeção do saldo que será utilizado pelo cliente quando o descumprimento ocorrer.

A provisão para perda esperada de crédito é determinada com base na expectativa de risco dos contratos com características semelhantes (agrupamentos de risco e produtos, setor econômico e eventuais garantias envolvidas) e a estimativa de perda futura. A visão do Banco sobre as condições econômicas atuais e futuras é incorporada na estimativa de perdas de crédito, mediante a aplicação de cenários macroeconômicos ponderados.

O Banco utiliza pontualmente análises individualizadas para avaliar o risco de crédito em certas exposições monitoradas pela Administração, que consideram aspectos relevantes do conhecimento de especialistas, com base em indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros.

Maiores informações sobre política de crédito, mecanismos de mitigação do risco de crédito, sistemas de mensuração, deterioração do crédito, cenários econômicos, exposições, dentre outras, constam na Nota 41.e.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Passivos – O Banco possui cálculo de perda esperada para exposições off-balance, como compromissos de empréstimos, saldos a liberar, prestação de garantias e exposições contingentes. Nesses casos, o Banco avalia a expectativa de utilização desses saldos pelo tomador. Uma conta de provisão é criada no passivo, sendo a contrapartida reconhecida no resultado do período.

O Banco presta garantia financeira a clientes perante terceiros em contratos de empréstimos. Contratos de garantia financeira são os que requerem pagamentos a um credor em nome de um terceiro devedor quando este não os fizer de acordo com os termos do instrumento de dívida.

No ato da concessão de uma garantia financeira, um passivo é constituído pelo valor justo relativo ao prêmio recebido na operação, que é reconhecido como receita ao longo da duração do contrato. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os passivos do Banco para tais garantias são mensurados ao maior entre o valor inicialmente reconhecido, deduzido de amortização, e a melhor estimativa da obrigação financeira surgida.

k) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, é contabilizado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

O encargo de depreciação é calculado utilizando o método linear para alocar o valor depreciável do imobilizado sistematicamente ao longo de sua vida útil estimada, sendo que os terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas pelo Banco (revistas ao final de cada exercício) para os itens do imobilizado de uso são apresentadas como segue:

	Vida útil estimada
Edificações ⁽¹⁾	10 a 25 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10 a 25 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 a 10 anos
Veículos	10 anos
Outros	10 anos

(1) Para depreciação das edificações próprias, o Banco considera a vida útil dos diversos componentes de um edifício.

O imobilizado é baixado quando os benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso ou quando é alienado. Qualquer ganho ou perda gerado na alienação do ativo é reconhecido em outras receitas operacionais, impactando o resultado do período.

l) Ágio e outros ativos intangíveis

O ágio gerado na aquisição de investimentos em participações societárias é contabilizado considerando a avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos da adquirida na data-base da aquisição e, em conformidade com as normas aplicáveis, não é amortizado. No entanto, ele é testado, no mínimo anualmente, para fins de redução ao valor recuperável. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do ágio quando são separáveis ou surgem de direitos contratuais ou outros direitos legais, o valor justo pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados fluirão para o Banco. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios é o seu valor justo na data de aquisição. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados ao custo.

A vida útil dos ativos intangíveis é considerada definida ou indefinida. Ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. São registrados inicialmente ao custo, deduzido da

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados e são registrados ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os custos incorridos relacionados com a aquisição, produção e desenvolvimento de softwares são capitalizados e registrados como ativos intangíveis. Gastos realizados na fase de pesquisa são registrados em despesa. Os gastos com pessoal que são capitalizados referem-se aos proventos, encargos sociais e benefícios dos empregados diretamente envolvidos no desenvolvimento de softwares.

A despesa de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado do período, em amortização de ativos intangíveis. As perdas por redução ao valor recuperável são registradas como despesas de ajuste ao valor recuperável (outras despesas) na demonstração do resultado consolidado.

As vidas úteis estimadas pelo Banco para os ativos intangíveis são apresentadas como segue.

Vida útil estimada	Gerados internamente	Adquiridos
Software	10 anos	10 anos
Direitos de gestão de folhas de pagamento	--	5 a 10 anos
Outros ⁽¹⁾	--	2 a 10 anos

(1) Inclui, principalmente, combinações de negócios relativas a marcas adquiridas, carteiras de clientes e contratos.

m) Bens não de uso

São principalmente os ativos recebidos pelo Banco na liquidação de empréstimos a clientes. São registrados em outros ativos no ato da efetiva execução da garantia ou quando sua posse física é obtida, independentemente de um processo de execução.

O registro é efetuado inicialmente pelo menor valor entre:

- (i) o valor justo do ativo, descontados os custos estimados para sua venda; ou
- (ii) o valor contábil do empréstimo concedido objeto de recuperação.

Subsequentemente, esses ativos são registrados pelo menor valor entre o seu custo e o valor justo deduzidos dos custos de vendê-los e não são depreciados.

Na medida em que os bens não de uso reúnam as condições necessárias para sua alienação, em conformidade com a IFRS 5 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, são reclassificados para o grupamento de ativos não circulantes mantidos para venda.

A IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo trata a mensuração do valor justo prevista pela IFRS 5 como uma mensuração não recorrente, pois somente ocorre quando o valor justo de um ativo não circulante mantido para venda, menos os custos para vendê-lo, é inferior ao seu valor contábil líquido.

As informações sobre os bens não de uso classificados como mantidos para venda são detalhadas na Nota 25.

Ganhos ou perdas líquidos sobre a venda dos bens não de uso são registrados em outras receitas e outras despesas operacionais.

n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

indicação, o Banco estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável do ativo é o maior entre o seu valor justo menos os custos para vendê-lo ou o seu valor em uso.

Independentemente de haver qualquer indicação de redução ao valor recuperável, o Banco efetua anualmente o teste de redução ao valor recuperável de um ativo intangível de vida útil indefinida.

Quanto aos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto, o Banco aplica os requerimentos da IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (Joint Ventures) para determinar se é necessário reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total.

Como o ágio que compõe o valor contábil dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto não é reconhecido separadamente, ele não é testado em separado com relação ao seu valor recuperável conforme requerimentos da IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é testado quanto à redução ao valor recuperável como um único ativo, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável, sempre que houver indicação que o investimento tem problemas de recuperação.

Na hipótese de o valor recuperável de um ativo não financeiro ser menor que o seu valor contábil, este é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma conta redutora de perda por redução ao valor recuperável, cuja contrapartida é reconhecida no resultado do período em que ocorrer, em outras despesas operacionais.

O Banco também avalia, ao final de cada período de reporte, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo não financeiro, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável desse ativo. A reversão de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo é reconhecida no resultado do período, como retificadora do saldo de outras despesas operacionais.

Os principais ativos não financeiros sujeitos a terem seus valores recuperáveis testados são apresentados a seguir:

Ativo imobilizado

Terrenos e edificações – Na apuração do valor recuperável, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a qual estabelece os conceitos, métodos e procedimentos gerais de utilização compulsória em serviços técnicos de avaliação de imóveis urbanos.

Equipamentos de processamento de dados – Na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os equipamentos de processamento de dados é considerado o valor de mercado para os componentes cujo valor de mercado é disponível e, para os demais itens, o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, ajustada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Outros itens de imobilizado – Embora sejam passíveis de análise de indicativo de perda, os demais itens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente com o intuito de, entre outras finalidades, efetuar a baixa dos registros contábeis dos bens perdidos ou deteriorados.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Investimentos em coligadas e joint ventures

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos em coligadas e joint ventures, incluindo o ágio incorporado ao saldo desses investimentos, consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em:

- projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas;
- cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e
- metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model (CAPM).

Ágios sobre investimentos adquiridos em combinação de negócios

A metodologia de apuração ao valor recuperável dos ágios adquiridos em combinação de negócios consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em:

- projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas;
- cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e
- metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo CAPM.

Outros ativos intangíveis

Direitos por gestão de folhas de pagamento – O modelo de avaliação ao valor recuperável está relacionado ao desempenho dos contratos calculado a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem ao desempenho observado.

Softwares – Substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado.

Adquiridos por combinação de negócios – Representados essencialmente por marcas e direitos relacionados a clientes e contratos, são avaliados ao final de cada período de reporte. A metodologia de apuração ao valor recuperável consiste em determinar o valor presente dos fluxos de caixa estimados para esses intangíveis, descontados por uma taxa que reflita a avaliação corrente do mercado e os riscos específicos de cada ativo.

Outros ativos

Bens não de uso – Independentemente de haver indicativo de perda, os bens não de uso têm seu valor recuperável avaliado semestralmente, mediante formalização dos seus valores de mercado em laudos de avaliação, preparados segundo as normas da ABNT.

o) Operações de arrendamento mercantil

Banco como arrendador – Os ativos arrendados a clientes sob contratos com transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade, com ou sem título de propriedade no final, são classificados como arrendamentos financeiros. Em um arrendamento financeiro, o ativo arrendado é baixado e um empréstimo a clientes é reconhecido a um valor igual ao valor presente dos pagamentos mínimos e, se relevante, o valor residual ao ativo arrendado, descontado a uma taxa de juros implícita. A receita de arrendamento financeiro é reconhecida ao longo do prazo do contrato com base numa taxa de retorno sobre o investimento líquido.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Banco como arrendatário – O Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que se referem essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática de suas operações administrativas e bancárias. De maneira geral, esses contratos são elaborados em condições e termos usuais de mercado, incluindo opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação utilizando-se como principais parâmetros de reajuste, os índices oficiais de inflação do País. As cláusulas não impõem ao Banco nenhuma restrição para pagamento de dividendos, contratação de dívidas ou celebração de contratos de arrendamentos adicionais.

No cálculo do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, foram considerados os fatos e as circunstâncias relevantes para exercer ou não as opções de renovação e/ou rescisão antecipada. O direito de uso dos imóveis alugados é reconhecido no balanço patrimonial como ativo imobilizado – ativos de direito de uso e o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento constam em outros passivos – passivos de arrendamento.

As parcelas contratualmente definidas são projetadas até os seus termos. Os pagamentos variáveis, atrelados a índices serão remensurados quando da alteração do valor da parcela, por ocasião dos reajustes anuais nas datas de aniversário dos contratos. O prazo médio remanescente dos contratos é de 29 meses (34 meses em 31.12.2021).

A taxa de desconto é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo e garantia semelhantes, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. O Banco utilizou a taxa incremental que representa o custo de suas captações institucionais equivalente à uma Letra Financeira Subordinada. Foram utilizadas taxas de descontos unificadas, considerando uma carteira de prazos e contratos semelhantes. A taxa de desconto média para os contratos celebrados no Exercício/2022 foi de 10,52% a.a. (10,43% a.a. para os contratos reconhecidos no Exercício/2021).

A despesa de juros sobre os passivos de arrendamento está evidenciada na Nota 8. A Nota 28 evidencia a movimentação do ativo de direito de uso. As saídas de caixa totais para arrendamentos estão informadas na demonstração consolidada dos fluxos de caixa.

Os demais itens arrendados, além dos imóveis utilizados na prática de suas operações administrativas e bancárias, são essencialmente equipamentos, cujos contratos possuem duração de até 12 meses. Para esses itens foi adotado o expediente prático, sendo reconhecidos como uma despesa numa base linear ao longo do prazo do arrendamento. As despesas decorrentes desses arrendamentos de curto prazos estão evidenciadas na Nota 14.

p) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na IAS 19 – Benefícios aos Empregados. As avaliações são realizadas no mínimo semestralmente, podendo ser em periodicidade inferior quando aplicável.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos na IAS 19, sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido. Geralmente, essas obrigações fiscais são apresentadas pelo seu efeito líquido em relação aos depósitos judiciais, reconhecidos em outros ativos.

q) Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e obrigações legais

O Banco constitui provisões quando as condições mostram que:

- (i) o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- (ii) for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- (i) sua natureza e complexidade;
- (ii) o andamento dos processos;
- (iii) a opinião dos advogados do Banco; e
- (iv) a experiência do Banco com processos similares.

Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera:

- (i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- (ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

O Banco também reconhece as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade de leis que as tiverem instituído, até a efetiva extinção dos créditos tributários correspondentes. Nessas situações, o Banco considera que existe, de fato, uma obrigação legal a pagar ao governo e reconhece, simultaneamente, uma obrigação e um depósito judicial pelo mesmo montante. Nenhum pagamento é feito até a decisão final ser proferida pela corte julgadora.

r) Impostos sobre os lucros

O imposto de renda e a contribuição social (IRPJ e CSLL) são tributos sobre os lucros aplicáveis às instituições financeiras no Brasil. O imposto de renda é um tributo devido pelo contribuinte (pessoa física ou jurídica) ao

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

estado a partir da ocorrência de um fato gerador, calculado mediante a aplicação de uma alíquota a uma base de cálculo.

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	21,00%

(1) Alíquota alterada de 20% para 21% para o Banco do Brasil e Banco de Investimentos no período de 01.08.2022 a 31.12.2022, de acordo com o art. 1º da Lei nº 14.446, de 02.09.2022. A citada Lei também altera, no mesmo período, a alíquota de 15% para 16% nas demais empresas financeiras do Conglomerado e nas não financeiras de seguros, previdência e capitalização. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido permanece em 9%.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são reconhecidos no resultado, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes acumulados. Os impostos reconhecidos no patrimônio líquido são posteriormente registrados no resultado na medida em que os ganhos e perdas que lhes deram origem forem reconhecidos.

Impostos correntes – A despesa com impostos correntes é o montante do imposto de renda e da contribuição social a pagar ou a recuperar com relação ao resultado tributável do período.

Ativos por impostos correntes são valores de imposto de renda e de contribuição social a serem recuperados nos próximos 12 meses. Os tributos correntes relativos a períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se o valor já pago relacionado aos períodos atual e anteriores exceder o valor devido para aqueles períodos, o excesso deve ser reconhecido como ativo.

Os ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o órgão tributário. As taxas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos – São valores de ativos e passivos fiscais a serem recuperados e pagos em períodos futuros, respectivamente. Os passivos fiscais diferidos decorrem de diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias dedutíveis e da compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aquele decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

O valor contábil de um imposto diferido ativo é revisado no final de cada período de relatório. Uma entidade reduz o valor contábil de um imposto diferido ativo na medida em que não seja mais provável que ela irá obter lucro tributável suficiente para permitir que o benefício de parte ou totalidade desse imposto diferido ativo seja utilizado. Qualquer redução é revertida na medida em que se tornar provável que a entidade irá obter lucro tributável suficiente.

Os ativos e os passivos tributários diferidos são mensurados às taxas de imposto que são esperados serem aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, baseado nas taxas de imposto (ou na lei tributária) que estão em vigor na data do balanço.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Pelo período definido de majoração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido estabelecida no artigo 1º, parágrafo único, da Lei n.º 14.446, de 02.09.2022, foi mantida a alíquota de 20% para os ativos e passivos fiscais diferidos desse tributo. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela IAS 12, suportados por estudo de capacidade de realização.

Diferenças temporárias – Diferenças que impactam ou podem impactar a apuração do imposto de renda e da contribuição social decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial.

As diferenças temporárias podem ser tributáveis ou dedutíveis. Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias que resultarão em valores tributáveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil de um ativo ou passivo for recuperado ou liquidado. Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias que resultarão em valores dedutíveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

A base fiscal de um ativo é o valor que será dedutível para fins fiscais contra quaisquer benefícios econômicos tributáveis que fluirão para a entidade quando ela recuperar o valor contábil desse ativo. Caso aqueles benefícios econômicos não sejam tributáveis, a base fiscal do ativo será igual ao seu valor contábil.

A base fiscal de um passivo é o seu valor contábil, menos qualquer valor que será dedutível para fins fiscais relacionado àquele passivo em períodos futuros. No caso da receita que é recebida antecipadamente, a base fiscal do passivo resultante é o seu valor contábil, menos qualquer valor da receita que não será tributável em períodos futuros.

s) Divulgação por segmentos

A IFRS 8 – Segmentos Operacionais requer a divulgação de informações financeiras de segmentos operacionais da entidade tendo como base as divulgações internas que são utilizadas pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos e para avaliar a sua performance. Uma divulgação detalhada dos resultados por segmentos é apresentada na Nota 7.

t) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas:

- (i) lucro por ação básico; e
- (ii) lucro por ação diluído.

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluíveis.

u) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Os juros sobre o capital próprio e os dividendos distribuídos pelo Banco são calculados sobre o lucro líquido apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras e são pagos com atualização por encargos financeiros equivalentes à taxa Selic (taxa média dos financiamentos diários, com

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

lastro em títulos públicos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia) a partir do encerramento do exercício até a data do efetivo pagamento.

A cada início de exercício, em conformidade com o Estatuto do Banco, o Conselho de Administração decide sobre o percentual do lucro líquido que será distribuído aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio e dividendos (payout). A política atual do Banco consiste em pagar juros sobre o capital próprio e dividendos de 40% sobre o lucro líquido acima mencionado, em base trimestral. Juros sobre o capital próprio e dividendos são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido assim que aprovados pelo Conselho de Administração.

v) Pronunciamentos emitidos a serem aplicados em período futuro

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas, alterações e interpretações relevantes que foram emitidas pelo IASB, a serem adotadas pelo Banco em data posterior à 31.12.2022:

IFRS 17 – Contratos de Seguro – Em maio de 2017, o IASB publicou uma nova norma que substituirá a IFRS 4. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração e evidência de contratos de seguros, com objetivo de garantir que uma entidade forneça informações relevantes representando fielmente esses contratos. Além disso, a nova norma busca resolver algumas inadequações existentes na ampla variedade de práticas contábeis no mercado segurador, que prejudicava a comparabilidade das informações contábeis das seguradoras.

Embora a norma não seja aplicável ao Banco, uma vez que ele não comercializa de forma direta contrato de seguros, o Banco vem acompanhando o andamento de sua implementação nas empresas operacionais do grupo BB Seguridade, que detém contratos de seguros dentro do escopo normativo. Os impactos nessas empresas serão reconhecidos nas demonstrações contábeis do Banco por meio de equivalência patrimonial.

As investidas da BB Seguridade que transacionam contratos de seguros estão com seu processo de implementação normativa em andamento, cujos impactos estão em processo de apuração pelas suas respectivas administrações.

A IFRS 17 é efetiva para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, cujos impactos efetivos serão refletidos nas demonstrações contábeis de 31.03.2023.

Alterações à IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto – Em setembro de 2014, o IASB promoveu alterações à IFRS 10 e à IAS 28 que abordam as inconsistências geradas pelas duas normas quanto à contabilização de transações entre investidores e suas coligadas e joint ventures.

A data para adoção destas alterações à IFRS 10 e à IAS 28 foi adiada, ainda sem uma data definida pelo IASB.

Alterações à IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras – Em fevereiro de 2021, o IASB determinou que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, em vez de políticas contábeis significativas. As alterações visam melhorar a evidência das políticas contábeis para que as entidades forneçam informações mais úteis aos usuários das demonstrações financeiras.

A divulgação de políticas contábeis está sendo revisitada para confirmar sua consistência em relação as alterações requeridas.

Essa alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Alterações à IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras - Em outubro de 2022, o IASB determinou que as entidades classifiquem dívidas como não circulantes apenas se puder evitar a sua liquidação nos 12 meses após a data de reporte. No entanto, as vezes essa liquidação pode estar condicionada ao cumprimento de cláusulas contratuais (covenants). Os covenants a serem cumpridos após a data de reporte não devem afetar a classificação como circulante ou não circulante, mas tal fato deve ser divulgado em nota explicativa para que os usuários entendam o risco de uma possível liquidação antecipada.

Essa alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

Alterações à IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros - Em fevereiro de 2021, o IASB esclareceu as diferenças entre política contábil e estimativa contábil. Enquanto mudanças em estimativa são aplicadas prospectivamente em eventos futuros, as mudanças na política geralmente são retrospectivas.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Essa alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alterações à IAS 12 – Imposto sobre a Renda - Em maio de 2021, o IASB esclareceu que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplica às operações de arrendamento.

Espera-se que os impactos da adoção dessa norma sejam imateriais.

Essa alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alterações à IFRS 16 – Arrendamentos - Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações explicando como uma entidade deve contabilizar uma venda e leaseback após a data da transação. As transações de venda e leaseback em que alguns ou todos os pagamentos de arrendamento são pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa têm maior probabilidade de serem impactados.

Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

Demais impactos decorrentes da adoção dessas normas ou alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de vigência de cada normativo.

4 – PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com as IFRS requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros (inclusive derivativos)

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. As metodologias consideradas para avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são detalhadas na Nota 38.

b) Perdas esperadas em ativos financeiros

Periodicamente, o Banco do Brasil revisa a composição da carteira de ativos financeiros de forma a avaliar se perdas esperadas devem ser reconhecidas. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos. Esse processo inclui a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perda esperada de crédito, assim, todas as operações possuem perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.

A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando visão prospectiva, englobando a avaliação dos instrumentos financeiros em 3 estágios, sendo sujeitos a análises quantitativas e qualitativas para o devido enquadramento. Instrumentos financeiros enquadrados no primeiro estágio são identificados sob a ótica de perdas nos próximos 12 meses, para os enquadrados nos demais estágios, durante a vida da operação.

O estágio de enquadramento é revisto sistematicamente considerando os processos de sensoramento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças das características dos instrumentos e suas garantias e das informações comportamentais do cliente, que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito, realizado por meio de cenários econômicos prospectivos. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros, assim como os valores quantitativos registrados a título de perda esperada, podem ser obtidas nas Notas 3.j, 18, 19, 21, 22 e 24.

c) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – impairment

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o Banco utiliza estimativas para definição do valor recuperável do ativo. A perda reconhecida por impairment é sujeita a reversão em períodos futuros, com exceção da perda reconhecida em ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Independentemente de haver qualquer indicação de perda no valor recuperável, o Banco efetua anualmente o teste de impairment de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso.

A determinação do valor recuperável na avaliação de impairment de ativos não financeiros requer estimativas baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas, exigindo que a Administração faça julgamentos e adote premissas.

Uma discussão mais detalhada sobre o tema pode ser observada nas Notas 3.n e 29.

d) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pelo Banco estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nas demonstrações contábeis consolidadas.

e) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual (Nota 36).

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- (ii) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- (iii) alterações nas taxas de juros;
- (iv) mudanças nos índices de inflação;
- (v) processos ou disputas judiciais adversas;
- (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;
- (vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

f) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com a IAS 19. A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam:

- (i) taxas de juros assumidas;
- (ii) tábuas de mortalidade;
- (iii) índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- (iv) índice de inflação de preços;
- (v) índice anual de reajustes salariais; e
- (vi) método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

g) Provisões (para compromissos de empréstimos, garantias prestadas e demandas judiciais), passivos contingentes e ativos contingentes

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas da prestação de garantias de contratos não registrados no balanço patrimonial (off-balance), além de compromissos de crédito firmados (limites concedidos e ainda não utilizados pelos clientes), o Banco constitui provisão para perdas esperadas, sendo este valor reconhecido como passivo em contrapartida com o resultado do período.

A metodologia de cálculo para perdas esperadas em compromissos de empréstimos e prestação de garantias utilizam os mesmos parâmetros da perda esperada para ativos financeiros.

As provisões para demandas judiciais, são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na natureza das ações, na opinião de assessores jurídicos e da Administração, e na complexidade e experiência de transações semelhantes, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Individualizados: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Massificados: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista, movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

5 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas do Banco abrangem as agências e subsidiárias no país e no exterior e suas controladas. Os saldos significativos das contas e operações entre as companhias consolidadas foram eliminados. Apresentam-se no quadro a seguir as participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Atividade	País de constituição	% Participação total	
			31.12.2022	31.12.2021
Segmento Bancário				
Banco do Brasil AG	Bancária	Áustria	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	100,00%	100,00%
BB Securities Asia Pte. Ltd. ⁽¹⁾	Corretora	Singapura	--	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Estados Unidos	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Inglaterra	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Estados Unidos	100,00%	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Ilhas Cayman	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Estados Unidos	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Argentina	80,39%	80,39%
Segmento Investimentos				
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Brasil	100,00%	100,00%
Segmento Gestão de Recursos				
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB Asset	Administração de Ativos	Brasil	100,00%	100,00%
BB Asset Management Ireland Limited	Aquisição de Créditos	Irlanda	100,00%	100,00%
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização				
BB Seguridade Participações S.A. ⁽²⁾	Holding	Brasil	66,36%	66,36%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ⁽²⁾	Corretora	Brasil	66,36%	66,36%
BB Seguros Participações S.A. ⁽²⁾	Holding	Brasil	66,36%	66,36%
Segmento Meios de Pagamento				
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Brasil	100,00%	100,00%
Outros Segmentos				
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Brasil	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Gestão de Cobrança	Brasil	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Brasil	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	Turismo	Brasil	100,00%	100,00%
BB Impacto ASG I Fundo em Investimento em Multiestratégia Investimento no Exterior ⁽³⁾	Fundos de investimento	Brasil	100,00%	--
BB Ventures I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior ⁽³⁾	Fundos de investimento	Brasil	100,00%	--
BB Ações BRL Global Superdividendos Global X Superdividendos ⁽⁴⁾	Fundos de investimento	Brasil	100,00%	--
BB Fx MM Allspring Climate Transition FI IE ⁽⁴⁾	Fundos de investimento	Brasil	100,00%	--
BB Ações FX Pictet Global Environmental Opportunities ⁽⁴⁾	Fundos de investimento	Brasil	100,00%	--
BB MM Global Select Equity Value IE FIC FI ⁽⁴⁾	Fundos de investimento	Brasil	100,00%	--
BB Tecnologia e Serviços ⁽²⁾	Informática	Brasil	99,99%	99,99%
BB Asset Ações Agro Fundo de Investimento ⁽⁴⁾	Fundos de Investimento	Brasil	--	99,99%
BB Multigestor Crédito Privado FIC FIM ⁽⁴⁾	Fundos de investimento	Brasil	99,78%	--
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bancos Emissores de Cartão de Crédito V ⁽³⁾	Fundos de Investimento	Brasil	84,09%	--
BB Asset Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo ⁽⁴⁾	Fundos de investimento	Brasil	82,06%	--
BB Ações Seleção Fatorial Funci FI ⁽⁴⁾	Fundos de investimento	Brasil	72,10%	--
BB Multi Criptoativos Full IE LP FIC FI ⁽⁴⁾	Fundos de investimento	Brasil	63,96%	--
BB MM Multiestratégia LP Funci FIC FI ⁽⁴⁾	Fundos de investimento	Brasil	54,74%	--
FIP Agventures II Multiestratégias ⁽³⁾	Fundos de Investimento	Brasil	54,45%	64,48%
BB Asset Renda Fixa Plus FICFI ⁽⁴⁾	Fundos de investimento	Brasil	52,99%	--
BB Asset Ações Nordea Global Disruption ESG IE FIC FI ⁽⁴⁾	Fundos de Investimento	Brasil	--	95,95%
Compesa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cia. Pernambucana de Saneamento (FI Compesa) ⁽⁵⁾	Fundos de investimento	Brasil	--	43,13%
Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE)	Securitização	Ilhas Cayman	--	--
Loans Finance Company Limited (EPE)	Securitização	Ilhas Cayman	--	--

(1) Corretora encerrada em 21.11.2022.

(2) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(3) Fundos de investimento nos quais o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

(4) Fundos não exclusivos e abertos a partir de aplicação inicial de recursos próprios da BB Asset, destinados a comercialização a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimento de forma indefinida, sendo consolidados apenas nos meses em que a maioria das cotas ainda está em poder da BB Asset.

(5) Fundo controlado, até março/2022, por meio de acordo entre os cotistas.

a) Envolvimento com entidades estruturadas consolidadas

Os veículos de securitização e os fundos de investimentos controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, são classificados como entidades estruturadas consolidadas. Nestas entidades, os direitos de voto ou similares não são os fatores determinantes ao decidir quem controla a entidade.

O Banco consolida as entidades estruturadas quando tem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os retornos das entidades.

EPE Dollar

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos:

- (i) emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional;
- (ii) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e
- (iii) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

O seu capital social subscrito é de US\$ 1 mil dividido em 1.000 ações ordinárias de US\$ 1,00 cada. Todas as 1.000 ações ordinárias foram emitidas para o BNP Paribas Private Bank & Trust Cayman Limited, na qualidade de curador de uma entidade das Ilhas Cayman. Dessa forma, BNP Paribas Private Bank & Trust Cayman Limited é o único acionista da EPE. O Banco é o titular dos "Direitos sobre Remessa" e único beneficiário dos recursos captados pela EPE, além de ser o responsável por enviar recursos financeiros para pagamento periódico de principal e juros dos valores mobiliários.

EPE Loans

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos:

- (i) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional;
- (ii) contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e
- (iii) contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de *basis swap*, que é acionável somente em caso de *default* de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas àquelas das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O capital integralizado da Loans é de US\$ 250 dividido em 250 ações ordinárias de US\$ 1,00 cada. Todas as 250 ações ordinárias foram emitidas para a empresa Maples Corporate Services e, em seguida, transferidas para a MaplesFS Limited, que é uma empresa de responsabilidade limitada constituída nas Ilhas Cayman. A MaplesFS Limited é uma provedora independente de serviços fiduciários especializados e única acionista da EPE. O Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, é a única contraparte da EPE nas operações compromissadas.

b) Informações resumidas de controladas com participação de acionistas não controladores

31.12.2022	BB Seguridade Participações S.A.	Banco Patagonia S.A.	Outros
Ativo circulante	3.768.306	23.547.407	1.674.003
Ativo não circulante	7.694.531	5.335.397	199.586
Passivo circulante	3.686.067	21.955.744	462.661
Passivo não circulante	28	173.450	--
Receitas	6.091.165	9.103.357	1.460.574
Resultado líquido	6.040.886	883.814	157.777
Resultado abrangente total	6.187.933	1.184.319	157.777
Dividendos pagos a acionistas não controladores	1.931.830	--	--
Participação de acionistas não controladores	33,64%	19,61%	--
Lucro líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	2.032.154	173.316	13.458
Participações acumuladas de acionistas não controladores	2.616.096	1.324.383	180.289

31.12.2021	BB Seguridade Participações S.A.	Banco Patagonia S.A.	BB Tecnologia e Serviços S.A.
Ativo circulante	1.956.442	22.499.930	526.404
Ativo não circulante	7.352.434	2.114.286	167.363
Passivo circulante	1.843.132	20.203.835	432.573
Passivo não circulante	28	89.886	--
Receitas	3.956.444	5.476.698	1.132.830
Resultado líquido	3.930.713	286.813	67.164
Resultado abrangente total	3.746.485	415.891	67.164
Dividendos pagos a acionistas não controladores	965.855	91.216	--
Participação de acionistas não controladores	33,64%	19,61%	0,01%
Lucro líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	1.322.292	56.244	9
Participações acumuladas de acionistas não controladores	2.511.467	847.249	35

O Banco também possui participação indireta nas controladas BB Seguros Participações S.A. e BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. É de propriedade da BB Seguridade Participações S.A. a totalidade das ações emitidas por tais empresas. As informações financeiras resumidas dessas controladas são apresentadas a seguir.

31.12.2022	BB Seguros Participações S.A.	BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.
Ativo circulante	2.420.376	5.150.532
Ativo não circulante	7.780.852	942.498
Passivo circulante	2.300.051	4.290.354
Passivo não circulante	310.321	1.796.338
Receitas	3.501.661	5.205.986
Resultado líquido	3.323.443	2.729.477
Resultado abrangente total	3.199.226	2.729.313

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31.12.2021	BB Seguros Participações S.A.	BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.
Ativo circulante	691.892	4.111.849
Ativo não circulante	7.434.520	962.467
Passivo circulante	527.431	3.225.098
Passivo não circulante	339.980	1.843.210
Receitas	1.864.420	4.174.370
Resultado líquido	1.772.110	2.162.039
Resultado abrangente total	1.587.716	2.161.873

6 – AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Alienação de participação societária indireta

Em 08.10.2021, o Conselho de Administração aprovou a alienação da totalidade da participação societária detida no Banco Digio S.A., pela BB Elo Cartões Participações S.A., subsidiária integral do Banco do Brasil. O contrato que formalizou a compra e venda dos 49,99% de participação, pelo valor de R\$ 645 milhões, foi assinado naquela data com a Bradescard Elo Participações S.A., empresa pertencente ao Banco Bradesco S.A.

A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica em 24.11.2021, e pelo Banco Central do Brasil em 04.02.2022, sendo efetivada em 25.02.2022, após a conclusão dos movimentos societários e a consequente liquidação financeira da operação, proporcionando um resultado líquido de R\$ 222.981 mil, conforme demonstrado abaixo:

	Exercício/2022
1) Ganho de capital da BB Elo Cartões Participações S.A. ⁽¹⁾	337.850
2) Tributos	(114.869)
3) Impacto no Resultado Consolidado, líquido de efeitos tributários (1+2)	222.981

(1) Reconhecido na Demonstração de Resultado como Outras receitas operacionais.

b) Alienação de participação societária indireta – Merchant-E

Em 17.02.2022, a Cielo USA Inc., subsidiária integral da Cielo S.A., celebrou o contrato para a alienação da totalidade das ações da sua subsidiária integral Merchant E-Solutions Inc. Em 08.04.2022, foi concluída a alienação, após o cumprimento das condições precedentes, com o pagamento à Cielo USA Inc. de US\$ 137 milhões referente à parcela fixa (upfront), ajustada conforme os termos previstos nos documentos da operação. A transação compreende ainda uma parcela variável (earn-out) de US\$ 25 milhões, além do impacto na controladora Cielo, dos custos relacionados a alienação, de R\$ 20,7 milhões.

A transação gerou impacto positivo de R\$ 84 milhões no resultado do Conglomerado Banco do Brasil no Exercício/2022.

c) Reorganização Societária da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP Associação

Em 25.02.2022, conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada na mesma data pelas associadas da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP Associação), foi aprovada a reorganização societária (“desmutualização”) da CIP Associação, por meio de sua cisão parcial e incorporação do acervo cindido pela CIP S.A.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A CIP Associação é uma associação civil sem fins lucrativos que integra o Sistema de Pagamentos Brasileiros (SPB) e atua como infraestrutura do mercado financeiro, oferecendo soluções e serviços que integram tecnologia, inovação e segurança às transações financeiras efetivadas no País. O Banco detém 12,9062% de participação no seu capital social, reconhecida contabilmente pelo valor do custo histórico de R\$ 7.055 mil.

A CIP S.A. é uma sociedade anônima que não exercia atividade própria e nem possuía passivo ou obrigações de qualquer natureza, sendo uma pessoa jurídica com finalidade lucrativa que incorporará a parcela a ser cindida da CIP Associação. A cisão parcial tem por finalidade a desmutualização da CIP Associação, para que as suas atividades econômicas deixem de ser exercidas por meio de uma estrutura jurídica associativa, passando a ser desenvolvidas pela CIP S.A., sob a forma de sociedade anônima.

O patrimônio social da CIP Associação, com base nas demonstrações contábeis de 31.12.2021, era de R\$ 1.921.165 mil, sendo que R\$ 1.915.544 mil (99,7073860%) foi cindido e vertido para a CIP S.A., conforme laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Em função da desmutualização, sendo a parcela cindida vertida para a entidade resultante da cisão, as associadas receberam ações ordinárias de emissão da CIP S.A. na proporção de suas respectivas participações na CIP Associação, que no caso do Banco é de 12,9062%.

Nesse contexto, o Banco considerou a CIP S.A. como participação societária coligada, devido à existência de influência significativa, caracterizada pela representação no Conselho de Administração dessa investida, reconhecendo o valor contábil do acervo cindido por equivalência patrimonial, cujos efeitos no reconhecimento inicial foram os demonstrados a seguir:

	Exercício/2022
1) Valor contábil do acervo cindido, proporcional à participação detida pelo Banco de 12,9062% ⁽¹⁾	247.224
2) Valor de custo decorrente da cisão (99,7073860% do valor de custo histórico registrado no Banco)	7.035
3) Ganho de capital (1-2) ⁽²⁾	240.189
4) Tributos	(108.085)
5) Impacto no Resultado Consolidado, líquido de efeitos tributários (3+4)	132.104

(1) Conforme laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, considerando o valor patrimonial social da CIP Associação, apurado com base nas demonstrações contábeis de 31.12.2021.

(2) Reconhecido na Demonstração de Resultado como Outras receitas operacionais.

7 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor, na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e suporte operacional, que foram agregadas em "Outros Segmentos".

As diversas informações contábeis utilizadas pela Administração na avaliação do desempenho e no processo decisório são preparadas de acordo com as leis, normas e práticas contábeis de reconhecimento e mensuração aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, conforme determinado pelo Bacen. O Consolidado Gerencial do Banco apresenta os resultados por segmento de acordo com esse arcabouço normativo, uma vez que esses resultados são reportados ao principal gestor das operações para fins de tomada de decisão sobre a alocação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As políticas contábeis dos segmentos operacionais reportáveis diferem daquelas descritas no resumo das principais políticas contábeis em IFRS principalmente em função de:

- o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes é baseado em um modelo de perda esperada, com a utilização de limites regulatórios definidos pelo Bacen. Os empréstimos a clientes são classificados em ordem crescente de níveis de risco, que variam do risco AA (menor risco) ao risco H (maior risco). O montante de perdas em empréstimos a clientes é constituído mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação de percentuais mínimos, os quais variam de 0% para as operações de nível AA a 100% para as operações classificadas no nível H;
- as receitas de tarifas e comissões cobradas pela originação de empréstimos a clientes são reconhecidas como receita no ato do recebimento;
- o montante do ágio ou deságio resultante da aquisição de controle de uma companhia é mensurado pela diferença entre o valor da contraprestação paga e o valor patrimonial das ações, o qual é amortizado, caso ele seja baseado em expectativa de rentabilidade futura; e
- mudanças na proporção de capital detido por acionistas não controladores, que resultam em ganhos ou perdas na alienação de participações societárias.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas que compõem cada segmento, conforme distribuição apresentada nas Notas 5 e 26. Não há receitas ou despesas comuns alocadas entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da sua receita líquida total.

a) Segmento bancário

O segmento bancário é responsável pela parcela mais significativa do resultado do Banco, preponderantemente obtido no Brasil, e compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo realizados pela rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal realizados por correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento são realizados negócios no mercado doméstico de capitais, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas nos mercados primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

A receita líquida de juros do segmento é obtida pelas receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de underwriting de renda fixa e variável e da prestação de serviços a entidades ligadas.

c) Segmento de gestão de recursos

Esse segmento é responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras, instituição, organização e administração de fundos e clubes de

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguridade

Nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado desse segmento provém principalmente de tarifas e comissões e das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de meios de pagamento

Esse segmento é responsável principalmente pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico (cartões de crédito e débito), os quais geram receitas de taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários.

f) Outros segmentos

Compreendem os segmentos de suporte operacional e consórcios, que foram agregados por não serem individualmente representativos. Esses segmentos geram receitas oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Demonstração do resultado gerencial por segmento

	Exercício/2022									
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado gerencial	Ajustes	Consolidado IFRS
Receitas de juros	236.562.516	467.669	328.712	509.282	689.281	1.284.027	(2.034.719)	237.806.768	(1.257.717)	236.549.051
Despesas de juros	(163.670.723)	(609.269)	--	--	--	(280.546)	2.033.242	(162.527.296)	324.812	(162.202.484)
Receita líquida de juros	72.891.793	(141.600)	328.712	509.282	689.281	1.003.481	(1.477)	75.279.472	(932.905)	74.346.567
Perda líquida esperada	(16.503.878)	--	--	--	--	--	--	(16.503.878)	(1.534.984)	(18.038.862)
Receita líquida de juros após provisão para perdas	56.387.915	(141.600)	328.712	509.282	689.281	1.003.481	(1.477)	58.775.594	(2.467.889)	56.307.705
Receitas não de juros	26.849.876	1.156.815	3.326.648	8.227.942	1.988.640	3.571.953	(1.952.235)	43.169.639	120.137	43.289.776
Receita líquida de tarifas e comissões	13.196.110	477.786	3.312.833	4.715.135	53.752	3.294.928	(1.234.515)	23.816.029	828.686	24.644.715
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros	(1.383.675)	584.626	--	--	(113)	(17.059)	--	(816.221)	(441.819)	(1.258.040)
Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures	800.160	27.900	--	3.349.193	1.393.795	--	--	5.571.048	(459.897)	5.111.151
Outras receitas operacionais	14.237.281	66.503	13.815	163.614	541.206	294.084	(717.720)	14.598.783	193.167	14.791.950
Despesas não de juros	(56.360.225)	(165.809)	(526.959)	(1.178.195)	(94.579)	(2.547.260)	1.953.712	(58.919.315)	(2.376.449)	(61.295.764)
Despesas com pessoal	(24.865.430)	(20.274)	(124.768)	(74.501)	(6.067)	(413.251)	5.363	(25.498.928)	96.106	(25.402.822)
Despesas administrativas	(9.886.801)	(35.322)	(71.146)	(285.393)	(2.743)	(762.823)	1.522.799	(9.521.429)	1.350.719	(8.170.710)
Contribuições, taxas e outros impostos	(5.637.020)	(65.348)	(236.345)	(579.517)	(66.500)	(478.084)	--	(7.062.814)	70.344	(6.992.470)
Amortização de ativos intangíveis	(1.341.476)	--	--	(863)	--	(4.571)	--	(1.346.910)	453	(1.346.457)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(7.504.238)	(9)	(24.392)	1.505	7	(69.316)	--	(7.596.443)	344.219	(7.252.224)
Depreciação	(1.441.495)	--	--	(19)	--	(29.834)	--	(1.471.348)	(1.156.311)	(2.627.659)
Outras despesas operacionais	(5.683.765)	(44.856)	(70.308)	(239.407)	(19.276)	(789.381)	425.550	(6.421.443)	(3.081.979)	(9.503.422)
Lucro antes dos impostos	26.877.566	849.406	3.128.401	7.559.029	2.583.342	2.028.174	--	43.025.918	(4.724.201)	38.301.717
Impostos	(5.110.296)	(375.874)	(1.257.346)	(1.503.659)	(471.611)	(663.844)	--	(9.382.630)	930.248	(8.452.382)
Correntes	(2.382.781)	(452.934)	(1.266.754)	(1.476.013)	(398.863)	(814.548)	--	(6.791.893)	3.854	(6.788.039)
Diferidos	(2.727.515)	77.060	9.408	(27.646)	(72.748)	150.704	--	(2.590.737)	926.394	(1.664.343)
Lucro líquido do período	21.767.270	473.532	1.871.055	6.055.370	2.111.731	1.364.330	--	33.643.288	(3.793.953)	29.849.335
Atribuível aos acionistas controladores	21.185.812	473.532	1.871.055	4.018.484	2.111.731	1.350.873	--	31.011.487	(3.381.080)	27.630.407
Atribuível às participações de acionistas não controladores	581.458	--	--	2.036.886	--	13.457	--	2.631.801	(412.873)	2.218.928
Ativo	2.031.141.537	9.129.537	3.832.684	15.345.975	11.823.695	14.251.958	(56.567.250)	2.028.958.136	(21.230.159)	2.007.727.977
Passivo	1.869.368.715	8.276.298	2.447.215	8.380.407	2.360.458	11.121.042	(36.584.213)	1.865.369.922	(20.719.068)	1.844.650.854
Patrimônio líquido	161.772.822	853.239	1.385.469	6.965.568	9.463.237	3.130.916	(19.983.037)	163.588.214	(511.091)	163.077.123



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Exercício/2021									
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes	Consolidado IFRS
Receitas de juros	123.831.728	189.149	139.783	138.535	207.131	1.116.637	(556.933)	125.066.030	881.187	125.947.217
Despesas de juros	(63.338.423)	(92.893)	--	--	--	(196.508)	555.980	(63.071.844)	(3.201.294)	(66.273.138)
Receita líquida de juros	60.493.305	96.256	139.783	138.535	207.131	920.129	(953)	61.994.186	(2.320.107)	59.674.079
Perda líquida esperada	(11.571.098)	--	--	--	--	--	--	(11.571.098)	(1.292.338)	(12.863.436)
Receita líquida de juros após provisão para perdas	48.922.207	96.256	139.783	138.535	207.131	920.129	(953)	50.423.088	(3.612.445)	46.810.643
Receitas não de juros	18.718.356	743.079	3.052.862	5.933.375	807.630	3.047.169	(1.533.733)	30.768.738	3.146.253	33.914.991
Receita líquida de tarifas e comissões	12.830.552	393.965	3.044.218	4.054.917	36.170	2.924.692	(995.202)	22.289.312	379.507	22.668.819
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros	(471.863)	215.635	(64)	--	313	(3.613)	--	(259.592)	459.007	199.415
Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures	803.328	44.352	--	1.840.910	556.915	--	--	3.245.505	(158.761)	3.086.744
Outras receitas operacionais	5.556.339	89.127	8.708	37.548	214.232	126.090	(538.531)	5.493.513	2.466.500	7.960.013
Despesas não de juros	(53.350.660)	(90.804)	(418.921)	(981.227)	(40.040)	(2.087.645)	1.534.686	(55.434.611)	(1.301.232)	(56.735.843)
Despesas com pessoal	(22.921.586)	(23.734)	(111.760)	(63.102)	(5.675)	(380.501)	3.235	(23.503.123)	(21.536)	(23.524.659)
Despesas administrativas	(8.912.577)	(32.923)	(53.203)	(303.037)	(2.294)	(655.268)	1.093.763	(8.865.539)	1.330.347	(7.535.192)
Contribuições, taxas e outros impostos	(4.507.323)	(42.707)	(210.175)	(480.522)	(34.016)	(433.628)	--	(5.708.371)	(14.256)	(5.722.627)
Amortização de ativos intangíveis	(1.415.839)	--	--	(414)	--	(3.926)	--	(1.420.179)	(139)	(1.420.318)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(8.496.399)	(73)	3.362	2.281	10	(6.641)	--	(8.497.460)	981.778	(7.515.682)
Depreciação	(1.360.921)	--	--	(10)	--	(26.314)	--	(1.387.245)	(1.186.857)	(2.574.102)
Outras despesas operacionais	(5.736.015)	8.633	(47.145)	(136.423)	1.935	(581.367)	437.688	(6.052.694)	(2.390.569)	(8.443.263)
Lucro antes dos impostos	14.289.903	748.531	2.773.724	5.090.683	974.721	1.879.653	--	25.757.215	(1.767.424)	23.989.791
Impostos	(938.547)	(336.040)	(1.182.261)	(1.146.208)	(197.233)	(641.011)	--	(4.441.300)	174.380	(4.266.920)
Correntes	(123.517)	(371.190)	(1.180.917)	(1.165.220)	(110.833)	(592.238)	--	(3.543.915)	(483)	(3.544.398)
Diferidos	(815.030)	35.150	(1.344)	19.012	(86.400)	(48.773)	--	(897.385)	174.863	(722.522)
Lucro líquido do período	13.351.356	412.491	1.591.463	3.944.475	777.488	1.238.642	--	21.315.915	(1.593.044)	19.722.871
Atribuível aos acionistas controladores	13.072.539	412.491	1.591.463	2.617.788	777.488	1.238.633	--	19.710.402	(1.366.076)	18.344.326
Atribuível às participações de acionistas não controladores	278.817	--	--	1.326.687	--	9	--	1.605.513	(226.968)	1.378.545
Ativo	1.932.885.980	5.743.056	3.710.787	12.499.665	10.138.878	10.525.362	(42.970.749)	1.932.532.979	(33.192.468)	1.899.340.511
Passivo	1.789.633.279	4.893.224	2.410.607	5.858.914	1.004.831	8.550.133	(24.675.195)	1.787.675.793	(34.445.515)	1.753.230.278
Patrimônio líquido	143.252.701	849.832	1.300.180	6.640.751	9.134.047	1.975.229	(18.295.554)	144.857.186	1.253.047	146.110.233



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Exercício/2020									
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes	Consolidado IFRS
Receitas de juros	96.115.799	61.230	33.551	124.293	113.602	1.116.950	(384.782)	97.180.643	1.479.061	98.659.704
Despesas de juros	(41.017.443)	(49.139)	--	--	--	(225.248)	384.125	(40.907.705)	(2.324.415)	(43.232.120)
Receita líquida de juros	55.098.356	12.091	33.551	124.293	113.602	891.702	(657)	56.272.938	(845.354)	55.427.584
Perda líquida esperada	(20.027.089)	--	--	--	--	--	(49)	(20.027.138)	339.718	(19.687.420)
Receita líquida de juros após provisão para perdas	35.071.267	12.091	33.551	124.293	113.602	891.702	(706)	36.245.800	(505.636)	35.740.164
Receitas não de juros	15.430.844	612.960	2.936.214	5.604.018	937.374	2.534.796	(1.351.581)	26.704.625	(334.184)	26.370.441
Receita líquida de tarifas e comissões	13.908.197	326.304	2.971.891	3.692.039	38.129	2.421.886	(856.469)	22.501.977	164.364	22.666.341
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros	3.437.677	249.112	(52.361)	--	131	(441)	--	3.634.118	(1.747.854)	1.886.264
Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures	518.734	16.729	--	1.889.634	685.304	--	--	3.110.401	(788.480)	2.321.921
Outras receitas operacionais	(2.433.764)	20.815	16.684	22.345	213.810	113.351	(495.112)	(2.541.871)	2.037.786	(504.085)
Despesas não de juros	(47.823.890)	(155.618)	(392.679)	(826.330)	(31.973)	(2.251.180)	1.352.287	(50.129.383)	(404.219)	(50.533.602)
Despesas com pessoal	(21.339.110)	(47.441)	(110.357)	(63.871)	(5.039)	(356.862)	4.320	(21.918.360)	230.048	(21.688.312)
Despesas administrativas	(8.909.289)	(35.080)	(29.941)	(245.915)	(1.550)	(547.566)	1.034.364	(8.734.977)	1.313.118	(7.421.859)
Contribuições, taxas e outros impostos	(4.097.242)	(49.122)	(215.001)	(438.252)	(22.017)	(358.426)	--	(5.180.060)	11.978	(5.168.082)
Amortização de ativos intangíveis	(1.804.604)	--	--	--	--	(3.168)	--	(1.807.772)	160	(1.807.612)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(5.777.823)	20	(963)	(361)	3	(268.342)	56.278	(5.991.188)	249.163	(5.742.025)
Depreciação	(1.300.602)	--	--	(8)	--	(19.096)	--	(1.319.706)	(1.086.676)	(2.406.382)
Outras despesas operacionais	(4.595.220)	(23.995)	(36.417)	(77.923)	(3.370)	(697.720)	257.325	(5.177.320)	(1.122.010)	(6.299.330)
Lucro antes dos impostos	2.678.221	469.433	2.577.086	4.901.981	1.019.003	1.175.318	--	12.821.042	(1.244.039)	11.577.003
Impostos	4.270.683	(201.791)	(1.032.409)	(1.041.867)	(137.439)	(404.312)	--	1.452.865	263.015	1.715.880
Correntes	(695.497)	(264.036)	(1.031.644)	(1.044.161)	(51.973)	(526.404)	--	(3.613.715)	22.698	(3.591.017)
Diferidos	4.966.180	62.245	(765)	2.294	(85.466)	122.092	--	5.066.580	240.317	5.306.897
Lucro líquido do período	6.948.904	267.642	1.544.677	3.860.114	881.564	771.006	--	14.273.907	(981.024)	13.292.883
Atribuível aos acionistas controladores	6.670.781	267.642	1.544.677	2.561.703	881.564	771.018	--	12.697.385	(845.769)	11.851.616
Atribuível às participações de acionistas não controladores	278.123	--	--	1.298.411	--	(12)	--	1.576.522	(135.255)	1.441.267
Total dos ativos	1.724.278.700	3.320.400	2.690.311	10.046.867	10.046.244	9.744.402	(34.455.036)	1.725.671.888	(31.877.885)	1.693.794.003
Total dos passivos	1.598.764.392	2.495.260	1.477.012	4.308.482	653.168	7.842.889	(16.840.424)	1.598.700.779	(32.768.060)	1.565.932.719
Total do patrimônio líquido	125.514.308	825.140	1.213.299	5.738.385	9.393.076	1.901.513	(17.614.612)	126.971.109	890.175	127.861.284

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Operações internacionais**Segmentação por área geográfica, operações no Brasil e no exterior**

	Brasil	Outros países			Total
	Exercício/2022	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	Exercício/2022
Ativo	1.871.055.831	324.174.827	(187.502.681)	136.672.146	2.007.727.977
Receitas	266.930.038	22.324.795	(9.416.006)	12.908.789	279.838.827
Despesas (inclui impostos)	(234.215.317)	(20.931.942)	5.157.767	(15.774.175)	(249.989.492)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	41.027.947	1.532.009	(4.258.239)	(2.726.230)	38.301.717
Lucro/(prejuízo) líquido	32.714.721	1.392.853	(4.258.239)	(2.865.386)	29.849.335

	Brasil	Outros países			Total
	Exercício/2021	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	Exercício/2021
Ativo	1.784.162.954	328.529.841	(213.352.284)	115.177.557	1.899.340.511
Receitas	150.753.930	19.608.244	(10.499.966)	9.108.278	159.862.208
Despesas (inclui impostos)	(128.401.158)	(17.333.198)	5.595.019	(11.738.179)	(140.139.337)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	26.685.106	2.209.632	(4.904.947)	(2.695.315)	23.989.791
Lucro/(prejuízo) líquido	22.352.772	2.275.046	(4.904.947)	(2.629.901)	19.722.871

	Brasil	Outros países			Total
	Exercício/2020	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	Exercício/2020
Ativo	1.574.577.762	321.544.464	(202.328.223)	119.216.241	1.693.794.003
Receitas	119.104.820	20.077.447	(14.152.122)	5.925.325	125.030.145
Despesas (inclui impostos)	(103.377.752)	(15.734.730)	7.375.220	(8.359.510)	(111.737.262)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	15.411.214	2.942.691	(6.776.902)	(3.834.211)	11.577.003
Lucro/(prejuízo) líquido	15.727.068	4.342.717	(6.776.902)	(2.434.185)	13.292.883

As receitas compreendem receitas de juros e receitas não de juros. As despesas compreendem despesa de juros, perdas esperadas com instrumentos financeiros, despesas não de juros e impostos.

Em relação às operações no exterior, as principais contribuições para as receitas e ativos foram provenientes das dependências localizadas na América do Sul. Os ativos localizados em outros países são substancialmente de natureza monetária, principalmente relacionados a Empréstimos a clientes e Empréstimos a instituições financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

i) Investimentos em coligadas e joint ventures e ativos não circulantes

	31.12.2022						
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Consolidado
Investimentos em coligadas e joint ventures	6.728.900	221.271	--	7.676.896	5.146.365	--	19.773.432
Ativos não circulantes ⁽¹⁾	24.022.602	--	--	4.067	--	204.444	24.231.113
Ativo imobilizado	13.011.819	--	--	46	--	188.263	13.200.128
Intangíveis	11.010.783	--	--	4.021	--	16.181	11.030.985

	31.12.2021						
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Consolidado
Investimentos em coligadas e joint ventures	6.806.402	153.371	--	7.330.921	5.155.494	--	19.446.188
Ativos não circulantes ⁽¹⁾	20.261.571	--	--	4.998	--	170.352	20.436.921
Ativo imobilizado	13.245.410	--	--	39	--	156.202	13.401.651
Intangíveis	7.016.161	--	--	4.959	--	14.150	7.035.270

(1) Exceto instrumentos financeiros, ativo fiscal diferido, benefícios a empregados e direitos decorrentes de contratos de seguros.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Receitas por segmento

	Exercício/2022					
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos
Receita de juros	236.562.516	467.669	328.712	509.282	689.281	1.284.027
Receitas de clientes externos	235.934.323	463.772	56.458	11.667	440.584	899.964
Receitas de transações intersegmentos	628.193	3.897	272.254	497.615	248.697	384.063
Receita não de juros	26.849.876	1.156.815	3.326.648	8.227.942	1.988.640	3.571.953
Receitas de clientes externos	26.144.550	1.152.698	3.326.648	8.227.942	1.988.640	2.173.909
Receitas de transações intersegmentos	705.326	4.117	--	--	--	1.398.044

	Exercício/2021					
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos
Receita de juros	123.831.728	189.149	139.783	138.535	207.131	1.116.637
Receitas de clientes externos	123.732.075	187.669	50.221	13.486	158.438	924.141
Receitas de transações intersegmentos	99.653	1.480	89.562	125.049	48.693	192.496
Receita não de juros	18.718.356	743.079	3.052.862	5.933.375	807.630	3.047.169
Receitas de clientes externos	17.920.869	741.514	3.052.412	5.933.375	807.630	1.874.021
Receitas de transações intersegmentos	797.487	1.565	450	--	--	1.173.148

	Exercício/2020					
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos
Receita de juros	96.115.799	61.230	33.551	124.293	113.602	1.116.950
Receitas de clientes externos	96.066.218	60.546	371	20.985	101.450	931.025
Receitas de transações intersegmentos	49.581	684	33.180	103.308	12.152	185.925
Receita não de juros	15.430.844	612.960	2.936.214	5.604.018	937.374	2.534.796
Receitas de clientes externos	14.929.817	608.863	2.935.763	5.604.018	937.374	1.454.299
Receitas de transações intersegmentos	501.027	4.097	451	--	--	1.080.497

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

8 – RECEITA LÍQUIDA DE JUROS

	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Receitas de juros	236.549.051	125.947.217	98.659.704
Empréstimos a clientes	106.258.110	75.759.025	69.213.609
Aplicações em operações compromissadas	63.012.505	25.389.564	13.248.440
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	42.801.719	15.515.637	8.541.053
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	6.343.128	1.966.214	1.324.262
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	5.794.258	1.765.262	1.402.845
Empréstimos a instituições financeiras	1.243.695	267.346	737.090
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	780.729	446.102	507.818
Outras receitas de juros ⁽¹⁾	10.314.907	4.838.067	3.684.587
Despesas de juros	(162.202.484)	(66.273.138)	(43.232.120)
Obrigações por operações compromissadas	(81.170.730)	(27.495.682)	(13.847.742)
Depósitos de clientes	(54.244.953)	(22.221.794)	(13.785.459)
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	(25.120.352)	(15.230.724)	(14.496.151)
Obrigações com instituições financeiras	(1.215.280)	(981.690)	(805.493)
Passivos de arrendamento	(451.169)	(343.248)	(297.275)
Receita líquida de juros	74.346.567	59.674.079	55.427.584

(1) Inclui receitas com equalização de taxas, com juros sobre depósitos de garantias e com títulos e créditos do Tesouro Nacional.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9 – RECEITA LÍQUIDA DE TARIFAS E COMISSÕES

	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Receita de tarifas e comissões	30.169.222	27.820.391	27.250.172
Prestação de serviços a clientes	12.567.556	12.053.879	13.200.559
Conta corrente	5.882.038	5.811.828	7.208.387
Rendas de cartões	2.376.747	2.146.757	2.021.661
Cobrança	1.503.596	1.459.551	1.392.807
Arrecadações	1.018.927	988.052	967.107
Operações de crédito e cadastro	840.900	760.512	641.383
Rendas do mercado de capitais	497.673	436.342	505.314
Interbancária e transferência de recursos	150.144	135.230	127.586
Câmbio	87.118	117.468	157.167
Outros	210.413	198.139	179.147
Administração de recursos de terceiros	10.661.864	9.636.150	8.644.682
Comissões	5.056.072	4.411.996	3.985.103
Comercialização de seguros	4.313.480	3.766.746	3.344.068
Comercialização de produtos de capitalização	530.063	403.330	428.922
Comercialização de produtos de previdência	212.529	241.920	212.113
Garantias prestadas	103.857	89.927	93.933
Outros serviços	1.779.873	1.628.439	1.325.895
Despesa de tarifas e comissões	(5.524.507)	(5.151.572)	(4.583.831)
Prestação de serviços	(4.984.198)	(4.815.555)	(4.310.466)
Despesas de comissões	(2.558)	(391)	(1.765)
Outros serviços	(537.751)	(335.626)	(271.600)
Receita líquida de tarifas e comissões	24.644.715	22.668.819	22.666.341

10 – GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO

	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Ao valor justo por meio do resultado	(437.557)	1.781.000	3.621.737
Instrumentos financeiros derivativos	(357.456)	2.204.799	3.302.448
Outros instrumentos financeiros	(80.101)	(423.799)	319.289
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(820.483)	(1.581.585)	(1.735.473)
Instrumentos de dívida	(820.483)	(1.581.585)	(1.735.473)
Total	(1.258.040)	199.415	1.886.264

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11 – RESULTADO LÍQUIDO EM OPERAÇÕES DE CÂMBIO E EM CONVERSÃO DE TRANSAÇÕES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Variação cambial sobre operações financeiras ativas reconhecidas no resultado	(3.334.857)	4.844.336	16.747.181
Empréstimos a instituições financeiras	(407.059)	1.689.040	6.042.209
Empréstimos a clientes	(2.927.798)	3.155.296	10.704.972
Variação cambial sobre operações financeiras passivas reconhecidas no resultado	6.539.393	(6.098.603)	(28.500.790)
Depósitos de clientes	(100.764)	421.680	(222.889)
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	6.640.157	(6.520.283)	(28.277.901)
Variação cambial sobre operações com cartão de crédito	17.290	25.341	193.857
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(1.624.337)	692.338	4.317.851
Variação cambial sobre operações de câmbio	193.074	(608.150)	458.623
Ganhos/(perdas) líquidos em operações de câmbio	(181.215)	(141.798)	(299.134)
Resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras	1.609.348	(1.286.536)	(7.082.412)

Resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras ajustado, para melhor apresentação do resultado efetivo

	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras	1.609.348	(1.286.536)	(7.082.412)
Ajustes:			
Impostos – correntes ⁽¹⁾	17.779	530.723	3.851.359
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ⁽²⁾	(892.623)	1.337.701	3.952.912
Ganhos/(perdas) líquidos em operações de câmbio	181.215	141.798	299.134
Resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras ajustado	915.719	723.686	1.020.993

(1) Refere-se aos efeitos fiscais sobre os instrumentos de *hedge* utilizados para proteção cambial das participações societárias no exterior.(2) Refere-se à variação cambial proveniente de instrumentos financeiros derivativos (*swap* cambial, mercado futuro, opções e termo de moedas e de mercadorias).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12 – OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**a) Outras receitas operacionais**

	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Atualização de ativo atuarial	2.951.467	1.653.175	13.819
Títulos e créditos a receber	2.464.667	2.312.436	2.076.991
Recuperação de encargos e despesas	2.083.707	1.693.262	1.808.261
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1	1.182.683	1.481.564	961.847
Reversão de provisões para pagamentos diversos	837.747	194.051	347.248
Operações com cartões	816.242	174.558	153.413
Clube de Benefícios	391.733	464.528	253.563
Ganhos/(perdas) na alienação de investimentos permanentes ⁽¹⁾	337.844	83.249	10.995
Ganhos de capital ⁽²⁾	308.266	--	--
Ganhos/(perdas) na alienação de valores e bens	235.592	256.884	281.184
Outras	1.572.654	932.842	671.006
Total	13.182.602	9.246.549	6.578.327

(1) Refere-se à alienação da participação societária da BB Elo Cartões Participações S.A. no Banco Digio S.A., no 1º Trimestre/2022 (Nota 6).

(2) Inclui o reconhecimento do valor de R\$ 240.189 mil do investimento na CIP S.A., no 1º Trimestre/2022 (Nota 6).

b) Outras despesas operacionais

	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Perdas na posição monetária líquida ⁽¹⁾	(2.343.155)	(1.323.472)	(701.793)
Bônus de relacionamento negocial	(1.724.520)	(1.566.599)	(1.246.651)
Atualização de obrigações atuariais	(1.211.318)	(1.172.648)	(1.707.594)
Atualização de obrigações fiscais objeto de discussão judicial	(829.385)	(340.040)	(212.623)
Remuneração de correspondentes bancários e parceiros comerciais	(577.108)	(385.594)	(373.591)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(294.194)	(222.062)	(189.176)
Falhas em serviço e perdas operacionais	(280.251)	(442.386)	(186.351)
Perdas de capital	(135.769)	(55.663)	(41.326)
Comissões por recebimento de créditos	(93.108)	(96.366)	(120.545)
Atualização de valores a liberar	(38.633)	(25.627)	(18.962)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(34.073)	(38.333)	(32.578)
Constituição de perdas por desvalorização de valores e bens	(32.956)	(27.708)	(58.108)
Obrigações por operações vinculadas a cessão	(19.186)	(20.622)	(26.740)
Perdas por impairment sobre direitos de gestão de folhas de pagamento	(16.618)	(959.192)	(19.617)
Atualização de recursos ao Tesouro Nacional	(3.746)	(10.566)	(6.573)
Despesas com Proagro	(257)	(2.893)	(5.007)
Outras	(1.869.145)	(1.753.492)	(1.352.095)
Total	(9.503.422)	(8.443.263)	(6.299.330)

(1) Refere-se aos ajustes de hiperinflação incidentes sobre os itens não monetários e de resultado do Banco Patagonia em conformidade com a IAS 29.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13 – DESPESAS COM PESSOAL

	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Proventos	(12.637.773)	(12.712.809)	(11.834.067)
Encargos sociais	(4.148.783)	(3.870.241)	(3.865.074)
Participação nos lucros ⁽¹⁾	(3.968.529)	(2.538.071)	(1.571.034)
Benefícios	(3.620.571)	(3.414.132)	(3.431.400)
Previdência complementar	(903.775)	(880.840)	(895.049)
Treinamentos	(68.564)	(54.729)	(42.091)
Honorários de diretores e conselheiros	(54.827)	(53.837)	(49.597)
Total	(25.402.822)	(23.524.659)	(21.688.312)

(1) Inclui o montante de R\$ 10.938 mil no Exercício/2022 (R\$ 10.938 mil no Exercício/2021 e R\$ 11.138 no Exercício/2020) relativo ao programa de pagamento baseado em ações para a Diretoria Executiva (Nota 37.I).

14 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Serviços de vigilância e segurança	(1.230.029)	(1.166.173)	(1.162.311)
Serviços contratados de terceiros	(1.224.722)	(1.081.951)	(942.666)
Manutenção e conservação de bens	(773.488)	(777.412)	(756.993)
Processamento de dados	(719.244)	(601.746)	(488.433)
Transporte	(638.055)	(625.660)	(815.493)
Programa de Desempenho Gratificado - PDG	(574.056)	(490.851)	(320.807)
Serviços técnicos especializados	(497.861)	(479.575)	(472.692)
Água, energia e gás	(492.937)	(488.232)	(464.324)
Propaganda e publicidade	(474.650)	(500.274)	(433.154)
Comunicações	(463.609)	(465.407)	(652.257)
Promoções e relações públicas	(210.504)	(209.046)	(153.687)
Contribuições filantrópicas	(152.182)	(108.728)	(133.322)
Aluguéis e arrendamentos operacionais	(127.754)	(76.977)	(57.831)
Viagens	(87.865)	(38.221)	(45.812)
Material de escritório e similar	(39.584)	(58.730)	(86.485)
Outras	(464.170)	(366.209)	(435.592)
Total	(8.170.710)	(7.535.192)	(7.421.859)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15 – CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A tabela seguinte fornece uma conciliação entre os itens do balanço patrimonial e as categorias de instrumentos financeiros.

Saldo em 31.12.2022	Nota	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Total
Ativo					
Caixa e depósitos bancários	[16]	--	--	18.310.546	18.310.546
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	[17]	--	--	95.119.085	95.119.085
Empréstimos a instituições financeiras líquidos	[18]	--	--	62.607.954	62.607.954
Aplicações em operações compromissadas líquidas	[19]	--	--	360.620.474	360.620.474
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	12.078.012	--	--	12.078.012
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	[21]	--	369.770.754	--	369.770.754
Títulos e valores mobiliários líquidos ao custo amortizado	[22]	--	--	47.996.424	47.996.424
Empréstimos a clientes líquidos	[23]	--	--	832.938.557	832.938.557
Outros ativos financeiros	[30]	--	--	48.741.526	48.741.526
Total		12.078.012	369.770.754	1.466.334.566	1.848.183.332
Passivo					
Depósitos de clientes	[31]	--	--	753.263.047	753.263.047
Valores a pagar a instituições financeiras	[32]	--	--	24.082.857	24.082.857
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	2.764.797	--	--	2.764.797
Obrigações por operações compromissadas	[33]	--	--	564.453.599	564.453.599
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	[34]	--	--	328.608.124	328.608.124
Outros passivos financeiros	[30]	--	--	82.794.368	82.794.368
Total		2.764.797	--	1.753.201.995	1.755.966.792

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Saldo em 31.12.2021	Nota	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Total
Ativo					
Caixa e depósitos bancários	[16]	--	--	18.023.001	18.023.001
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	[17]	--	--	75.504.036	75.504.036
Empréstimos a instituições financeiras líquidos	[18]	--	--	42.842.588	42.842.588
Aplicações em operações compromissadas líquidas	[19]	--	--	487.472.927	487.472.927
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	11.739.070	--	--	11.739.070
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	[21]	--	305.490.911	--	305.490.911
Títulos e valores mobiliários líquidos ao custo amortizado	[22]	--	--	33.107.809	33.107.809
Empréstimos a clientes líquidos	[23]	--	--	734.290.606	734.290.606
Outros ativos financeiros	[30]	--	--	46.824.352	46.824.352
Total		11.739.070	305.490.911	1.438.065.319	1.755.295.300
Passivo					
Depósitos de clientes	[31]	--	--	671.269.541	671.269.541
Valores a pagar a instituições financeiras	[32]	--	--	26.167.697	26.167.697
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[20]	2.053.161	--	--	2.053.161
Obrigações por operações compromissadas	[33]	--	--	621.836.755	621.836.755
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	[34]	--	--	292.677.975	292.677.975
Outros passivos financeiros	[30]	--	--	67.214.866	67.214.866
Total		2.053.161	--	1.679.166.834	1.681.219.995

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e depósitos bancários	18.310.546	18.023.001
Disponibilidades em moeda nacional	8.407.179	10.264.615
Disponibilidades em moeda estrangeira	9.903.367	7.758.386
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	50.515.733	36.471.680
Aplicações em operações compromissadas	4.107.564	5.429.405
Aplicações em depósitos interfinanceiros	46.408.169	31.042.275
Total de caixa e equivalentes de caixa	68.826.279	54.494.681

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

17 – DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

	31.12.2022	31.12.2021
Com remuneração	74.915.079	57.886.611
Sem remuneração ⁽¹⁾	20.204.006	17.617.425
Total	95.119.085	75.504.036

(1) Recolhimento compulsório sobre depósitos à vista no Brasil, referentes ao saldo mínimo que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central do Brasil, com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros, considerados como recursos de uso restrito.

18 – EMPRÉSTIMOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	31.12.2022	31.12.2021
Aplicações em depósitos interfinanceiros	55.253.031	36.236.003
Perdas esperadas em aplicações em depósitos interfinanceiros	(53.208)	(3.806)
Carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	7.411.448	6.619.777
Perdas esperadas em carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	(3.317)	(9.386)
Total	62.607.954	42.842.588

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31.12.2021	(Constituição) / reversão	Saldo em 31.12.2022
Perdas esperadas em aplicações em depósitos interfinanceiros	(3.806)	(49.402)	(53.208)
Perdas esperadas em carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	(9.386)	6.069	(3.317)
Total	(13.192)	(43.333)	(56.525)

	Saldo em 31.12.2020	(Constituição) / reversão	Saldo em 31.12.2021
Perdas esperadas em aplicações em depósitos interfinanceiros	(4.017)	211	(3.806)
Perdas esperadas em carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	(3.738)	(5.648)	(9.386)
Total	(7.755)	(5.437)	(13.192)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19 – APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

	31.12.2022	31.12.2021
Re vendas a liquidar - posição bancada	4.564.647	5.457.861
Letras do Tesouro Nacional	368.662	372.300
Letras Financeiras do Tesouro	13.635	52.750
Notas do Tesouro Nacional	--	396.296
Outros títulos	4.182.350	4.636.515
Re vendas a liquidar - posição financiada ⁽¹⁾	356.055.827	482.015.066
Notas do Tesouro Nacional	247.312.465	153.883.790
Letras do Tesouro Nacional	107.411.310	145.523.122
Letras Financeiras do Tesouro	--	180.945.706
Outros títulos	1.332.246	1.662.610
Perdas esperadas em outros títulos	(194)	(162)
Total	360.620.474	487.472.927

(1) Refere-se a aplicações em operações compromissadas efetuadas e repassadas a outros tomadores, com obrigação de recompra. Os passivos correspondentes a estas operações encontram-se evidenciados na Nota 33, subgrupo carteira de terceiros.

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31.12.2021	(Constituição)/ Reversão	Saldo em 31.12.2022
Perdas esperadas em outros títulos	(162)	(32)	(194)

	Saldo em 31.12.2020	(Constituição)/ Reversão	Saldo em 31.12.2021
Perdas esperadas em outros títulos	(899)	737	(162)

20 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO**a) Títulos e valores mobiliários****Valor justo dos ativos financeiros**

Saldo em 31.12.2022	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Instrumentos de dívida	10.294.899	(19.613)	10.275.286
Títulos emitidos por empresas não financeiras	5.304.112	(168.803)	5.135.309
Títulos emitidos por empresas financeiras	2.496.533	(57.881)	2.438.652
Títulos públicos federais brasileiros	1.836.044	7.333	1.843.377
Aplicações em fundos mútuos de investimento	351.121	91.329	442.450
Títulos de governos estrangeiros	152.412	112.414	264.826
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	154.677	(4.005)	150.672
Instrumentos de patrimônio	193.343	(28.686)	164.657
Ações negociáveis	193.343	(28.686)	164.657
Total	10.488.242	(48.299)	10.439.943

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Saldo em 31.12.2021	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Instrumentos de dívida	9.452.901	(85.617)	9.367.284
Títulos emitidos por empresas não financeiras	3.782.003	(70.158)	3.711.845
Títulos emitidos por empresas financeiras	313.345	(2.416)	310.929
Títulos públicos federais brasileiros	4.318.394	(6.448)	4.311.946
Aplicações em fundos mútuos de investimento	418.699	4.847	423.546
Títulos de governos estrangeiros	270.584	(79)	270.505
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	349.876	(11.363)	338.513
Instrumentos de patrimônio	280.506	(43.755)	236.751
Ações negociáveis	280.506	(43.755)	236.751
Total	9.733.407	(129.372)	9.604.035

No período de 2022, com o objetivo de refletir a dinâmica de negócios para o produto envolvido, houve reclassificação de ativos financeiros “ao valor justo por meio do resultado” para “ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” no montante de R\$ 176.799 mil em títulos públicos brasileiros emitidos no exterior. O ajuste não gerou impacto no resultado, nem no patrimônio líquido.

Em 2021, não foram reclassificados ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

b) Derivativos

Instrumentos financeiros derivativos ativos

Saldo em 31.12.2022	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Swaps	1.001.538	133.241	1.134.779
Operações a termo	744.683	(349.658)	395.025
Opções	272.076	(183.034)	89.042
Outros ⁽¹⁾	39.087	(19.864)	19.223
Total	2.057.384	(419.315)	1.638.069

Saldo em 31.12.2021	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Swaps	177.410	95.487	272.897
Operações a termo	1.394.366	228.804	1.623.170
Opções	112.500	(18.445)	94.055
Outros ⁽¹⁾	142.331	2.582	144.913
Total	1.826.607	308.428	2.135.035

(1) Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Instrumentos financeiros derivativos passivos

Saldo em 31.12.2022	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Operações a termo	(1.972.065)	898.638	(1.073.427)
Swaps	(1.021.623)	(3.313)	(1.024.936)
Opções	(289.378)	(236.198)	(525.576)
Outros	(115.849)	(25.009)	(140.858)
Total	(3.398.915)	634.118	(2.764.797)

Saldo em 31.12.2021	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Operações a termo	(1.993.185)	1.044.480	(948.705)
Swaps	(831.006)	112.413	(718.593)
Opções	(125.952)	(214.372)	(340.324)
Outros	(36.683)	(8.856)	(45.539)
Total	(2.986.826)	933.665	(2.053.161)

Os derivativos são instrumentos financeiros que atendem cumulativamente às seguintes características:

- (i) seus valores se alteram em decorrência das mudanças de uma variável subjacente (taxa de câmbio, taxa de juros, índices de preços, preço de uma commodity etc.);
- (ii) não é necessário qualquer desembolso inicial ou o desembolso inicial é menor do que seria exigido para outros tipos de contratos onde seria esperada uma resposta semelhante às mudanças nos fatores de mercado; e
- (iii) o instrumento financeiro é liquidado numa data futura.

Os instrumentos financeiros derivativos detidos ou mantidos pelo Banco são, essencialmente, transacionados com o propósito de negociação, sendo essas transações associadas, em sua maior parte, a acordos com seus clientes. O Banco pode também tomar posições com a expectativa de lucro, levando-se em consideração variações favoráveis em preços, taxas ou índices.

Dessa forma, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições, administrar risco de crédito e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de valor justo e de investimento no exterior) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Banco são compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 41. As operações de hedge contábil se propõem a mitigar riscos de mercado, tais como variações em taxas de juros e variações em taxas de câmbio.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos.

As estratégias são elaboradas com base em: análise de cenários econômicos; análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista; simulação de resultados esperados; simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco utiliza derivativo de crédito, na gestão proprietária de suas carteiras, posições e operações. Para isto, as agências externas fazem uso da modalidade credit default swap em mercado de balcão no exterior. Esta modalidade se refere ao acordo entre duas partes para compra ou venda de proteção de crédito em troca de pagamento de taxa de juros periódica.

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado, no fluxo de caixa ou na variação cambial do item objeto de hedge.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Os quadros a seguir demonstram a composição da carteira de derivativos por tipo de risco com seus valores de referência, assim como os seus respectivos valores de mercado, e a composição da carteira de derivativos por prazos de vencimento de seus valores de referência.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Composição da carteira de derivativos para negociação por tipo de risco

Contratos de futuros	31.12.2022	31.12.2021
	Valor de referência	Valor de referência
Compromissos de compra	12.495.923	24.758.387
Risco de taxa de juros	7.633.088	13.764.867
Risco de moedas	1.721.830	1.220.446
Outros riscos	3.141.005	9.773.074
Compromissos de venda	23.172.978	37.049.525
Risco de taxa de juros	15.134.142	14.027.060
Risco de moedas	3.247.949	9.766.187
Outros riscos	4.790.887	13.256.278

Os contratos de futuros são acordos contratuais em que comprador e vendedor se comprometem a comprar ou vender um instrumento financeiro por um preço estipulado, numa data futura. Os contratos de futuros são negociados somente em bolsas e de forma padronizada, conforme regulamentação específica, tendo seus valores ajustados diariamente a valor de mercado e são sujeitos a depósitos de margem em caixa para garantia das operações.

Contratos de operações a termo	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Posição ativa	15.281.186	395.025	29.227.919	1.623.170
Risco de taxa de juros	--	--	441.780	441.780
Risco de moedas	14.290.097	325.035	27.396.333	968.023
Outros riscos	991.089	69.990	1.389.806	213.367
Posição passiva	23.681.976	(1.073.427)	20.983.009	(948.705)
Risco de taxa de juros	--	--	441.780	(441.780)
Risco de moedas	22.576.793	(824.972)	19.946.574	(471.755)
Outros riscos	1.105.183	(248.455)	594.655	(35.170)

Os contratos de operações a termo são acordos contratuais customizados em que o comprador e o vendedor se comprometem a comprar ou vender, em data futura, um instrumento financeiro, a um preço fixado na própria data da celebração do contrato. Os contratos a termo somente são liquidados integralmente na data de vencimento, podendo ser negociados em bolsa e no mercado de balcão.

Contratos de opções	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Posição comprada	5.227.978	89.042	2.411.429	94.055
Risco de moedas	5.227.978	89.042	2.411.429	94.055
Posição vendida	5.659.816	(525.576)	2.899.227	(340.324)
Risco de taxa de juros	7.302	--	6.498	(24)
Risco de moedas	5.195.388	(513.927)	2.613.125	(103.335)
Outros riscos	457.126	(11.649)	279.604	(236.965)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os contratos de opções são acordos contratuais que oferecem o direito para o comprador da opção, mediante pagamento de um prêmio ao vendedor, de comprar ou vender um montante específico de um instrumento financeiro a um preço fixo, em uma data futura fixa ou a qualquer data dentro de um período predeterminado. O Banco compra e vende opções por meio de um mercado regulamentado.

Contratos de swap	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Posição ativa	22.401.501	1.134.779	14.037.905	272.897
Risco de taxa de juros	14.101.975	845.581	10.776.292	117.030
Risco de moedas	8.299.526	289.198	3.261.613	155.867
Posição passiva	8.869.326	(1.024.936)	8.463.302	(718.593)
Risco de taxa de juros	2.445.048	120.218	559.966	486.893
Risco de moedas	5.578.198	(1.053.142)	7.035.219	(1.132.351)
Outros riscos	846.080	(92.012)	868.117	(73.135)

Os contratos de swap são acordos contratuais entre duas partes para trocar fluxos de pagamentos ao longo do tempo baseado em valores de referência específicos, relacionados a variações de um índice específico do qual é derivado, tais como taxa de juros, variação cambial ou índices patrimoniais.

Os swaps de taxa de juros são contratos feitos pelo Banco com outras instituições financeiras em que o Banco recebe ou paga uma taxa variável de juros em troca do recebimento ou pagamento, respectivamente, de uma taxa fixa de juros.

Nos swaps de moedas, o Banco paga um montante específico de um tipo de moeda e recebe um montante específico de outro tipo de moeda.

Outros contratos de derivativos	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Posição ativa	1.099.157	19.223	4.138.886	144.913
Risco de moedas	1.099.157	19.223	4.138.886	144.913
Posição passiva	6.130.599	(140.858)	2.942.642	(45.539)
Risco de moedas	6.130.599	(140.858)	2.942.642	(45.539)

Os outros contratos derivativos referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

d) Composição da carteira de derivativos para negociação por prazo de vencimento

Valor de referência - posição ativa	Vencimento em dias					
	0-30	31-180	181-360	Após 360	31.12.2022	31.12.2021
Contratos de swap	1.513.858	5.518.740	9.861.254	5.507.649	22.401.501	14.037.905
Contratos de operações a termo	3.267.009	8.156.734	3.005.519	851.924	15.281.186	29.227.919
Contratos de futuros	2.288.656	4.927.288	2.629.213	2.650.766	12.495.923	24.758.387
Contratos de opções	30.741	2.188.485	2.658.797	349.955	5.227.978	2.411.429
Outros contratos de derivativos	336.903	739.029	13.199	10.026	1.099.157	4.138.886

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Valor de referência - posição passiva	Vencimento em dias					
	0-30	31-180	181-360	Após 360	31.12.2022	31.12.2021
Contratos de swap	680.253	1.387.890	777.877	6.023.306	8.869.326	8.463.302
Contratos de operações a termo	2.269.961	14.129.195	3.812.022	3.470.798	23.681.976	20.983.009
Contratos de futuros	447.515	9.390.672	3.039.989	10.294.802	23.172.978	37.049.525
Contratos de opções	162.224	2.448.480	2.697.795	351.317	5.659.816	2.899.227
Outros contratos de derivativos	1.226.807	3.682.498	1.218.886	2.408	6.130.599	2.942.642

e) Hedge contábil

O Banco realiza estruturas de hedge de valor justo e de hedge de investimento líquido em operação no exterior com o objetivo de gerenciar o risco de taxa de juros e o risco cambial apresentados por operações próprias. O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge, do instrumento de hedge e a metodologia a ser utilizada para avaliar a sua efetividade desde a concepção da estrutura de hedge contábil.

A estrutura de limites de risco estende-se em nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão, bem como evitar a concentração desses riscos.

As estruturas designadas para as categorias de risco de taxa de juros e risco cambial são realizadas considerando os riscos em sua totalidade, quando existem instrumentos de hedge compatíveis. Por decisão da Administração, em alguns casos, os riscos são protegidos pelo prazo e limite de fator de risco do instrumento de hedge.

Para proteger o valor justo e o risco cambial dos instrumentos designados como objeto de hedge, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos (Contratos Futuros e Swap).

No início do relacionamento de hedge e de forma contínua, o Banco avalia e acompanha as estratégias para garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, os instrumentos de hedge compensem as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método *Dollar Offset* (ou *Ratio Analysis*), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto hedge;
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

No gerenciamento de risco é esperado que os instrumentos de hedge e os objetos de hedge se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, com o objetivo de mitigar os fatores de riscos. Atualmente, o índice de cobertura designado é 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte, risco de liquidação antecipada do objeto de hedge e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e.1) Hedge de valor justo

A estratégia de hedge de valor justo do Banco consiste em proteger a exposição à variação no valor justo em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de inflação, etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swap de taxa de juros, relativos a ativos e passivos pré-fixados.

O Banco aplica o hedge de valor justo como segue:

- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por Títulos Públicos Federais (LTN) classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para gerenciar este risco, contrata futuros de DI ou swap de juros e os designa como instrumento de hedge em uma estrutura de hedge contábil, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada.
- O Banco possui uma carteira ativa de crédito na modalidade de Crédito Direto do Consumidor (CDC) pré-fixada. Para gerenciar este risco, são contratadas operações de futuros de juros (DI) e designadas como hedge de valor justo dos créditos correspondente, trocando a exposição a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada.
- O Banco possui risco de taxas de juros e exposição de moeda estrangeira gerada por emissões de títulos e aplicações interfinanceiras realizadas em dependência no exterior. Para gerenciar este risco, designa operações de swap (*cross currency interest rate swap*) como instrumento de proteção em estrutura de hedge contábil, trocando exposição entre moedas estrangeiras e taxa de juros.

Composição da carteira de derivativos designados para hedge de valor justo

	31.12.2022	31.12.2021
Instrumentos de hedge ⁽¹⁾		
Passivo	(5.962.490)	(6.130.160)
Swap	(721.813)	(876.625)
Futuros	(5.240.677)	(5.253.535)
Itens objeto de hedge		
Ativo	7.807.059	7.605.392
Empréstimos a instituições financeiras	2.563.590	2.763.329
Títulos e valores mobiliários	5.197.425	4.796.530
Empréstimos a clientes	46.044	45.533
Passivo	(1.816.981)	(2.178.314)
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	(1.816.981)	(2.178.314)

(1) Refere-se ao valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos.

Em estruturas de proteção de valor justo, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os itens objeto de hedge (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente no resultado.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	389.155	414.994	848.539
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	(379.859)	(357.014)	(682.430)
Efeito líquido	9.296	57.980	166.109

e.2) Hedge de investimento líquido em operação no exterior

A estratégia de hedge de investimento líquido em operação no exterior consiste em proteger a exposição à variação cambial do dólar norte-americano frente ao real devido ao investimento do Banco no BB Américas, cuja moeda funcional é diferente do real. O instrumento de hedge utilizado é o contrato futuro de dólar norte-americano. Essas operações são renovadas mensalmente e o montante designado é atualizado a cada seis meses tendo em vista a alteração do montante do investimento considerado na estrutura de hedge.

Carteira de derivativos designados para hedge de investimento líquido em operação no exterior

	31.12.2022	31.12.2021
Instrumentos de hedge		
Passivo	(702.764)	(403.014)
Futuros	(702.764)	(403.014)
Itens objeto de hedge		
Ativo	701.011	399.936
Investimento no exterior	701.011	399.936

Em estruturas de proteção de investimento líquido em operação no exterior, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes – Hedge de investimento líquido em operação no exterior" (Nota 37.h). A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
(Perdas)/ganhos dos itens objeto de hedge	(23.659)	--	--
Ganhos/(perdas) dos instrumentos de hedge	17.777	--	--
Efeito líquido ⁽¹⁾	(5.882)	--	--

(1) Estrutura de proteção de investimento líquido no exterior iniciada 31.12.2021.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

21 – ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Saldo em 31.12.2022	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor justo
Instrumentos de dívida				
Títulos públicos federais brasileiros	295.303.088	(1.794.890)	--	293.508.198
Títulos emitidos por empresas não financeiras	51.501.802	(925.369)	(26.908)	50.549.525
Títulos de governos estrangeiros	13.761.396	(278.769)	(50.314)	13.432.313
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	9.878.395	(1.439.449)	(50.112)	8.388.834
Fundos mútuos de investimento	2.294.090	1.578.221	(1.608)	3.870.703
Títulos emitidos por empresas financeiras	21.585	(404)	--	21.181
Total	372.760.356	(2.860.660)	(128.942)	369.770.754

Saldo em 31.12.2021	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor justo
Instrumentos de dívida				
Títulos públicos federais brasileiros	234.725.975	(2.318.880)	--	232.407.095
Títulos emitidos por empresas não financeiras	48.575.174	(1.681.956)	(288.601)	46.604.617
Títulos de governos estrangeiros	10.025.144	801.597	(247.410)	10.579.331
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	10.954.836	(111.545)	(3.604)	10.839.687
Fundos mútuos de investimento	2.717.053	1.389.245	(54)	4.106.244
Títulos emitidos por empresas financeiras	941.712	12.424	(199)	953.937
Total	307.939.894	(1.909.115)	(539.868)	305.490.911

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31.12.2021	(Constituição) / reversão	Saldo em 31.12.2022
Perdas esperadas			
Títulos de governos estrangeiros	(247.410)	197.096	(50.314)
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	(3.604)	(46.508)	(50.112)
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(288.601)	261.693	(26.908)
Fundos mútuos de investimento	(54)	(1.554)	(1.608)
Títulos emitidos por empresas financeiras	(199)	199	--
Total	(539.868)	410.926	(128.942)

	Saldo em 31.12.2020	(Constituição) / reversão	Saldo em 31.12.2021
Perdas esperadas			
Títulos de governos estrangeiros	(133.058)	(114.352)	(247.410)
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	(3.163)	(441)	(3.604)
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(396.877)	108.276	(288.601)
Fundos mútuos de investimento	(461)	407	(54)
Títulos emitidos por empresas financeiras	(2.050)	1.851	(199)
Total	(535.609)	(4.259)	(539.868)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Valor justo dos ativos financeiros vinculados

	31.12.2022	31.12.2021
Compromissos de recompra	205.713.059	139.598.111
Prestação de garantia	4.004.104	9.123.148
Total	209.717.163	148.721.259

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes que se encontram vinculados à prestação de garantias referem-se principalmente a títulos públicos federais que estão depositados como margem de garantia nas operações envolvendo derivativos, troca de títulos e troca de moedas na clearing da B3 (BM&FBOVESPA e Cetip), bem como garantindo as operações envolvendo ações na clearing da Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC).

Com o objetivo de refletir a dinâmica de negócios para os produtos envolvidos, foram realizadas no período de 2022 as seguintes reclassificações:

I – de ativos financeiros “ao valor justo por meio do resultado” para “ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” no montante de R\$ 176.799 mil em títulos públicos brasileiros emitidos no exterior. O ajuste não gerou impacto no resultado, nem no patrimônio líquido;

II – de ativos financeiros “ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” para “títulos e valores mobiliários ao custo amortizado” no montante de R\$ 10.953.163 mil em títulos emitidos por empresas não financeiras (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA). O ajuste não gerou impacto no resultado, nem no patrimônio líquido. O efeito acumulado de marcação a mercado no patrimônio líquido para esse papel, até a data da reclassificação, é negativo em R\$ 15.415 mil, líquido de tributos.

Em 2021, não foram reclassificados ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Movimentação entre os estágios de perdas esperadas de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31.12.2021	(286.162)	(253.281)	(425)	(539.868)
Transferidos para o estágio 2	--	--	--	--
Transferidos para o estágio 3	9.261	--	--	9.261
Oriundos do estágio 1	--	--	(9.261)	(9.261)
Ativos comprados/ ativos liquidados/ reforço/ reversão	161.767	253.281	(4.121)	410.927
Saldo em 31.12.2022	(115.134)	--	(13.807)	(128.941)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31.12.2020	(83.202)	(18.119)	(434.288)	(535.609)
Transferidos para o estágio 2	6.866	--	--	6.866
Transferidos para o estágio 3	--	--	--	--
Oriundos do estágio 1	--	(6.866)	--	(6.866)
Ativos comprados/ ativos liquidados/ reforço/ reversão	(209.826)	(228.296)	433.863	(4.259)
Saldo em 31.12.2021	(286.162)	(253.281)	(425)	(539.868)

A segregação da carteira por estágios consta na Nota 41.e.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

22 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO

	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	31.12.2022
Instrumentos de dívida					
Títulos emitidos por empresas não financeiras	10.139.533	12.999.221	5.934.388	1.166.518	30.239.660
Títulos públicos federais brasileiros	7.382.193	5.449.886	--	--	12.832.079
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	--	1.281.039	1.361.842	--	2.642.881
Títulos de governos estrangeiros	1.384.299	1.116.551	--	--	2.500.850
Títulos emitidos por empresas financeiras	20.927	--	--	3	20.930
Subtotal	18.926.952	20.846.697	7.296.230	1.166.521	48.236.400
Perda esperada em títulos e valores mobiliários	(93.717)	(104.835)	(35.323)	(6.101)	(239.976)
Total	18.833.235	20.741.862	7.260.907	1.160.420	47.996.424

	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	31.12.2021
Instrumentos de dívida					
Títulos emitidos por empresas não financeiras	9.489.041	5.432.667	2.393.776	--	17.315.484
Títulos públicos federais brasileiros	--	12.011.257	--	--	12.011.257
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	--	1.414.272	1.440.654	--	2.854.926
Títulos de governos estrangeiros	--	582.122	--	--	582.122
Títulos emitidos por empresas financeiras	837.403	--	--	3	837.406
Subtotal	10.326.444	19.440.318	3.834.430	3	33.601.195
Perda esperada em títulos e valores mobiliários	(267.272)	(155.828)	(70.286)	--	(493.386)
Total	10.059.172	19.284.490	3.764.144	3	33.107.809

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31.12.2021	(Constituição) / reversão	Saldo em 31.12.2022
Perdas esperadas			
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(487.715)	329.561	(158.154)
Títulos de governos estrangeiros	--	(73.504)	(73.504)
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	(5.671)	(2.647)	(8.318)
Total	(493.386)	253.410	(239.976)

	Saldo em 31.12.2020	Baixas	Saldo em 31.12.2021
Perdas esperadas			
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(1.197.259)	709.544	(487.715)
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	(4.534)	(1.137)	(5.671)
Títulos emitidos por empresas financeiras	(165.283)	165.283	--
Total	(1.367.076)	873.690	(493.386)

Em 2022, com o objetivo de refletir a dinâmica de negócios para os produtos envolvidos, foi reclassificado de ativos financeiros “ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” para “títulos e valores mobiliários ao custo amortizado” em títulos emitidos por empresas não financeiras o montante de R\$ 10.953.163 mil (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA). O ajuste não gerou impacto no resultado, nem no patrimônio líquido. O efeito acumulado de marcação a mercado no patrimônio líquido para esse papel, até a data da reclassificação, é negativo em R\$ 15.415 mil, líquido de tributos.

Em 2021, não foram reclassificados títulos e valores mobiliários ao custo amortizado.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31.12.2021	(70.172)	(340.020)	(83.194)	(493.386)
Transferidos para o estágio 2	--	--	--	--
Transferidos para o estágio 3	--	--	--	--
Oriundos do estágio 1	--	--	--	--
Oriundos do estágio 2	--	--	--	--
Ativos comprados/ ativos liquidados/ reforço/ reversão	(8.746)	338.100	(75.944)	253.410
Saldo em 31.12.2022	(78.918)	(1.920)	(159.138)	(239.976)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31.12.2020	(239.788)	(210.863)	(916.425)	(1.367.076)
Transferidos para o estágio 2	104.597	--	--	104.597
Transferidos para o estágio 3	20.258	60.474	--	80.732
Oriundos do estágio 1	--	(104.597)	(20.258)	(124.855)
Oriundos do estágio 2	--	--	(60.474)	(60.474)
Ativos comprados/ ativos liquidados/ reforço/ reversão	44.761	(85.034)	913.963	873.690
Saldo em 31.12.2021	(70.172)	(340.020)	(83.194)	(493.386)

A segregação da carteira por estágios consta na Nota 41.e.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

23 – EMPRÉSTIMOS A CLIENTES**a) Carteira por modalidades**

	Prazo médio (meses)	31.12.2022	31.12.2021
Operações de crédito		796.326.140	703.226.465
Empréstimos e direitos creditórios descontados ⁽¹⁾	41	332.280.880	292.282.764
- Pessoas jurídicas		148.481.510	128.898.965
- Pessoas físicas		183.799.370	163.383.799
Financiamentos ⁽²⁾	56	124.277.536	125.477.838
- Pessoas jurídicas		118.754.528	120.198.985
- Pessoas físicas		5.523.008	5.278.853
Financiamentos rurais e agroindustriais	85	288.354.433	235.574.358
- Pessoas jurídicas		13.612.531	16.687.561
- Pessoas físicas		274.741.902	218.886.797
Financiamentos imobiliários	348	51.251.488	49.692.392
- Pessoas jurídicas		1.878.527	1.560.197
- Pessoas físicas		49.372.961	48.132.195
Operações de crédito vinculadas a cessão	265	161.803	199.113
- Pessoas físicas		161.803	199.113
Outros créditos com características de concessão de crédito		86.385.440	73.873.583
Operações com cartão de crédito	4	49.502.383	45.882.572
- Pessoas jurídicas		2.972.431	2.655.114
- Pessoas físicas		46.529.952	43.227.458
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	12	23.910.738	17.716.604
- Pessoas jurídicas		23.784.268	17.574.527
- Pessoas físicas		126.470	142.077
Aquisição de recebíveis	8	10.160.141	8.581.879
- Pessoas jurídicas		10.160.141	8.581.879
Avais e fianças honrados	7	31.023	87.256
- Pessoas jurídicas		28.180	85.174
- Pessoas físicas		2.843	2.082
Outros	262	2.781.155	1.605.272
- Pessoas jurídicas		2.780.755	1.604.815
- Pessoas físicas		400	457
Operações de arrendamento mercantil	45	414.726	280.971
- Pessoas jurídicas		407.774	271.275
- Pessoas físicas		6.952	9.696
Total dos empréstimos a clientes		883.126.306	777.381.019
Perdas esperadas com empréstimos a clientes		(50.187.749)	(43.090.413)
Perdas esperadas com operações de crédito		(46.910.808)	(40.707.832)
Perdas esperadas com outros créditos com características de concessão de crédito		(3.270.844)	(2.378.163)
Perdas esperadas com arrendamento mercantil		(6.097)	(4.418)
Total de empréstimos a clientes líquido		832.938.557	734.290.606

(1) O saldo de "Empréstimos e direitos creditórios descontados" a pessoas jurídicas é composto principalmente por operações de capital de giro e desconto de recebíveis. O saldo de "Empréstimos e direitos creditórios descontados" a pessoas físicas é composto principalmente por empréstimos pessoais (crédito direto ao consumidor e cheque especial) e operações com cartão de crédito (crédito rotativo).

(2) O saldo de "Financiamentos" a pessoas jurídicas é composto principalmente por operações de financiamentos à importação e exportação e outros financiamentos de médio prazo com recursos oriundos de repasses. O saldo de "Financiamentos" a pessoas físicas é composto principalmente por financiamentos de veículos.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Carteira por setores de atividade econômica

	31.12.2022	%	31.12.2021	%
Setor público	57.543.027	6,5	65.440.127	8,3
Administração pública	52.816.209	5,9	58.029.671	7,4
Petroleiro	2.625.600	0,3	2.785.512	0,4
Energia elétrica	846.818	0,1	3.751.654	0,5
Serviços	539.490	0,1	342.436	--
Demais atividades	714.910	0,1	530.854	--
Setor privado	825.583.279	93,5	711.940.892	91,7
Pessoas físicas	560.265.661	63,4	479.262.527	61,7
Pessoas jurídicas	265.317.618	30,1	232.678.365	30,0
Agronegócio de origem vegetal	39.441.363	4,6	36.341.500	4,6
Serviços	32.044.525	3,7	28.572.295	3,7
Mineração e metalurgia	19.739.757	2,2	14.097.821	1,8
Comércio varejista	16.260.340	1,8	13.795.842	1,8
Transportes	14.795.926	1,7	14.591.773	1,9
Agronegócio de origem animal	14.291.895	1,6	13.137.982	1,7
Energia elétrica	13.563.642	1,5	7.867.503	1,0
Automotivo	12.955.178	1,5	13.394.912	1,7
Instituições e serviços financeiros	11.765.975	1,3	11.337.137	1,5
Insumos agrícolas	11.716.655	1,3	10.237.059	1,3
Combustíveis	10.829.193	1,2	8.279.490	1,1
Atividades específicas da construção	9.857.040	1,1	7.848.492	1,0
Eletroeletrônico	9.842.819	1,1	8.237.309	1,1
Químico	9.234.899	1,0	8.170.306	1,1
Comércio atacadista e indústrias diversas	8.583.571	1,0	8.666.861	1,1
Imobiliário	7.136.047	0,8	5.877.849	0,8
Têxtil e confecções	7.101.570	0,8	6.816.772	0,9
Madeireiro e moveleiro	5.220.448	0,6	4.424.540	0,6
Papel e celulose	3.984.616	0,5	3.458.752	0,4
Construção pesada	2.986.726	0,3	2.370.675	0,3
Telecomunicações	2.248.711	0,3	3.151.109	0,4
Demais atividades	1.716.722	0,2	2.002.386	0,2
Total dos empréstimos a clientes	883.126.306	100,0	777.381.019	100,0

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Escalonamento dos empréstimos a clientes por prazos de vencimento

Os empréstimos concedidos pelo Banco são majoritariamente de natureza parcelada, com pagamentos de encargos financeiros e principal em base mensal, trimestral, semestral ou anual. A tabela a seguir apresenta o saldo contábil das parcelas de operações de crédito vincendas e vencidas, de acordo com os prazos pactuados. Para os empréstimos liquidados em uma única parcela, o saldo total da operação de crédito é apresentado na data de vencimento.

	31.12.2022	31.12.2021
Parcelas vincendas		
01 a 30 dias	71.144.420	59.166.474
31 a 60 dias	33.134.830	29.768.556
61 a 90 dias	28.363.524	27.360.332
91 a 180 dias	90.678.011	74.971.994
181 a 360 dias	145.510.865	127.201.774
361 a 1080 dias	218.763.096	192.742.531
1081 a 1800 dias	119.412.573	103.430.954
Acima de 1800 dias	162.146.527	154.406.756
Subtotal	869.153.846	769.049.371
Parcelas vencidas		
01 a 14 dias	1.576.508	901.296
15 a 30 dias	1.011.515	674.779
31 a 60 dias	1.313.804	1.061.331
61 a 90 dias	1.133.203	872.919
91 a 180 dias	3.210.068	2.013.489
181 a 360 dias	5.272.431	2.319.852
Acima de 360 dias	454.931	487.982
Subtotal	13.972.460	8.331.648
Total	883.126.306	777.381.019

d) Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazos de vencimento

	31.12.2022			31.12.2021		
	Pagamentos mínimos	Juros a apropriar	Valor presente	Pagamentos mínimos	Juros a apropriar	Valor presente
Até um ano ⁽¹⁾	183.639	(43.984)	139.655	135.265	(28.480)	106.785
Entre um e cinco anos	359.182	(86.030)	273.152	220.435	(46.412)	174.023
Após cinco anos	2.523	(604)	1.919	206	(43)	163
Total	545.344	(130.618)	414.726	355.906	(74.935)	280.971

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Carteira classificada por estágios

	31.12.2022			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito	682.143.177	59.812.793	54.370.170	796.326.140
Empréstimos e direitos creditórios descontados	258.732.796	36.675.548	36.872.536	332.280.880
Financiamentos	114.567.195	5.472.028	4.238.313	124.277.536
Financiamentos rurais e agroindustriais	268.907.304	11.292.151	8.154.978	288.354.433
Financiamentos imobiliários	39.789.730	6.359.720	5.102.038	51.251.488
Operações de crédito vinculadas a cessão	146.152	13.346	2.305	161.803
Outros créditos com características de concessão de crédito	80.800.009	3.847.392	1.738.039	86.385.440
Operações com cartão de crédito	45.041.235	3.740.618	720.530	49.502.383
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	23.124.774	103.100	682.864	23.910.738
Aquisição de recebíveis	9.852.394	3.167	304.580	10.160.141
Avais e fianças honrados	604	406	30.013	31.023
Outros	2.781.002	101	52	2.781.155
Operações de arrendamento mercantil	407.614	6.792	320	414.726
Total dos empréstimos a clientes	763.350.800	63.666.977	56.108.529	883.126.306
Perdas esperadas com empréstimos a clientes	(10.291.599)	(6.312.679)	(33.583.471)	(50.187.749)
Total de empréstimos a clientes líquido	753.059.201	57.354.298	22.525.058	832.938.557

	31.12.2021			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito	612.113.210	48.269.730	42.843.525	703.226.465
Empréstimos e direitos creditórios descontados	242.359.312	24.361.629	25.561.823	292.282.764
Financiamentos	113.488.995	7.792.822	4.196.021	125.477.838
Financiamentos rurais e agroindustriais	216.162.150	11.026.263	8.385.945	235.574.358
Financiamentos imobiliários	39.918.258	5.077.130	4.697.004	49.692.392
Operações de crédito vinculadas a cessão	184.495	11.886	2.732	199.113
Outros créditos com características de concessão de crédito	70.997.783	2.006.426	869.374	73.873.583
Operações com cartão de crédito	43.655.217	1.884.101	343.254	45.882.572
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	17.157.352	116.737	442.515	17.716.604
Aquisição de recebíveis	8.577.426	4.453	--	8.581.879
Avais e fianças honrados	2.742	978	83.536	87.256
Outros	1.605.046	157	69	1.605.272
Operações de arrendamento mercantil	272.688	7.763	520	280.971
Total dos empréstimos a clientes	683.383.681	50.283.919	43.713.419	777.381.019
Perdas esperadas com empréstimos a clientes	(10.890.791)	(5.418.447)	(26.781.175)	(43.090.413)
Total de empréstimos a clientes líquido	672.492.890	44.865.472	16.932.244	734.290.606

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Créditos renegociados

	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Créditos renegociados no período	83.302.618	100.958.096	100.068.113
Renegociados por atraso ⁽¹⁾	14.650.551	13.315.425	20.382.492
- Pessoas jurídicas	6.376.525	7.434.295	11.935.366
- Pessoas físicas	8.274.026	5.881.130	8.447.126
Renovados ⁽²⁾	68.652.067	87.642.671	79.685.621
- Pessoas jurídicas	14.626.677	17.385.395	8.236.180
- Pessoas físicas	54.025.390	70.257.276	71.449.441
Movimentação dos créditos renegociados por atraso			
Saldo inicial	28.512.842	29.641.629	23.657.317
Contratações ⁽¹⁾	14.650.551	13.315.425	20.382.492
Recebimento e apropriação de juros	(7.149.259)	(8.492.695)	(9.686.123)
Baixas para prejuízo	(3.324.308)	(5.951.517)	(4.712.057)
Saldo final ⁽³⁾	32.689.826	28.512.842	29.641.629
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso	3.459.127	2.125.771	2.663.242
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	10,6%	7,5%	9,0%

(1) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(2) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(3) Inclui o valor de R\$ 1.958 mil (R\$ 8.682 mil em 31.12.2021 e R\$ 18.903 mil em 31.12.2020) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 13.604.589 mil (R\$ 10.201.297 mil em 31.12.2021 e R\$ 8.905.430 mil em 31.12.2020) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Movimentação entre os estágios dos empréstimos a clientes por modalidades**Estágio 1**

	31.12.2021	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31.12.2022
Operações de crédito	612.113.210	89.229.627	(10.085.401)	(9.114.259)	--	682.143.177
Empréstimos e direitos creditórios descontados	242.359.312	31.792.202	(7.586.420)	(7.832.298)	--	258.732.796
Financiamentos	113.488.995	84.969	1.310.039	(316.808)	--	114.567.195
Financiamentos rurais e agroindustriais	216.162.150	55.860.033	(2.287.704)	(827.175)	--	268.907.304
Financiamentos imobiliários	39.918.258	1.526.877	(1.517.419)	(137.986)	--	39.789.730
Operações de crédito vinculadas a cessão	184.495	(34.454)	(3.897)	8	--	146.152
Outros créditos com características de concessão de crédito	70.997.783	12.229.911	(1.978.648)	(449.037)	--	80.800.009
Operações com cartão de crédito	43.655.217	3.718.906	(1.951.194)	(381.694)	--	45.041.235
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	17.157.352	6.062.219	(27.454)	(67.343)	--	23.124.774
Aquisição de recebíveis	8.577.426	1.274.968	--	--	--	9.852.394
Avais e fianças honrados	2.742	(2.138)	--	--	--	604
Outros	1.605.046	1.175.956	--	--	--	2.781.002
Operações de arrendamento mercantil	272.688	135.543	(297)	(320)	--	407.614
Total dos empréstimos a clientes	683.383.681	101.595.081	(12.064.346)	(9.563.616)	--	763.350.800

	31.12.2020	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31.12.2021
Operações de crédito	488.478.384	106.807.884	20.521.345	(3.694.403)	--	612.113.210
Empréstimos e direitos creditórios descontados	189.938.212	48.418.169	7.204.295	(3.201.364)	--	242.359.312
Financiamentos	95.002.925	8.314.528	10.239.559	(68.017)	--	113.488.995
Financiamentos rurais e agroindustriais	168.478.157	49.150.352	(989.151)	(477.208)	--	216.162.150
Financiamentos imobiliários	34.817.009	981.438	4.067.625	52.186	--	39.918.258
Operações de crédito vinculadas a cessão	242.081	(56.603)	(983)	--	--	184.495
Outros créditos com características de concessão de crédito	47.874.573	23.242.590	(70.603)	(48.777)	--	70.997.783
Operações com cartão de crédito	31.236.272	12.535.802	(77.035)	(39.822)	--	43.655.217
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	11.694.217	5.465.658	6.432	(8.955)	--	17.157.352
Aquisição de recebíveis	4.186.422	4.391.004	--	--	--	8.577.426
Avais e fianças honrados	79	2.663	--	--	--	2.742
Outros	757.583	847.463	--	--	--	1.605.046
Operações de arrendamento mercantil	158.894	112.086	1.949	(241)	--	272.688
Total dos empréstimos a clientes	536.511.851	130.162.560	20.452.691	(3.743.421)	--	683.383.681

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 2

	31.12.2021	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31.12.2022
Operações de crédito	48.269.730	5.956.458	10.085.401	(4.498.796)	--	59.812.793
Empréstimos e direitos creditórios descontados	24.361.629	7.793.871	7.586.420	(3.066.372)	--	36.675.548
Financiamentos	7.792.822	(899.805)	(1.310.039)	(110.950)	--	5.472.028
Financiamentos rurais e agroindustriais	11.026.263	(1.017.378)	2.287.704	(1.004.438)	--	11.292.151
Financiamentos imobiliários	5.077.130	82.207	1.517.419	(317.036)	--	6.359.720
Operações de crédito vinculadas a cessão	11.886	(2.437)	3.897	--	--	13.346
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.006.426	(108.379)	1.978.648	(29.303)	--	3.847.392
Operações com cartão de crédito	1.884.101	(67.664)	1.951.194	(27.013)	--	3.740.618
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	116.737	(38.801)	27.454	(2.290)	--	103.100
Aquisição de recebíveis	4.453	(1.286)	--	--	--	3.167
Avais e fianças honrados	978	(572)	--	--	--	406
Outros	157	(56)	--	--	--	101
Operações de arrendamento mercantil	7.763	(1.268)	297	--	--	6.792
Total dos empréstimos a clientes	50.283.919	5.846.811	12.064.346	(4.528.099)	--	63.666.977

	31.12.2020	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31.12.2021
Operações de crédito	90.704.720	(18.312.888)	(20.521.345)	(3.600.757)	--	48.269.730
Empréstimos e direitos creditórios descontados	45.690.460	(11.778.633)	(7.204.295)	(2.345.903)	--	24.361.629
Financiamentos	22.360.239	(4.170.925)	(10.239.559)	(156.933)	--	7.792.822
Financiamentos rurais e agroindustriais	11.884.826	(1.298.326)	989.151	(549.388)	--	11.026.263
Financiamentos imobiliários	10.755.746	(1.062.458)	(4.067.625)	(548.533)	--	5.077.130
Operações de crédito vinculadas a cessão	13.449	(2.546)	983	--	--	11.886
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.633.103	(687.075)	70.603	(10.205)	--	2.006.426
Operações com cartão de crédito	1.499.593	316.522	77.035	(9.049)	--	1.884.101
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.050.632	(926.307)	(6.432)	(1.156)	--	116.737
Aquisição de recebíveis	82.627	(78.174)	--	--	--	4.453
Avais e fianças honrados	48	930	--	--	--	978
Outros	203	(46)	--	--	--	157
Operações de arrendamento mercantil	12.531	(2.819)	(1.949)	--	--	7.763
Total dos empréstimos a clientes	93.350.354	(19.002.782)	(20.452.691)	(3.610.962)	--	50.283.919

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 3

	31.12.2021	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31.12.2022
Operações de crédito	42.843.525	15.293.808	9.114.259	4.498.796	(17.380.218)	54.370.170
Empréstimos e direitos creditórios descontados	25.561.823	14.427.336	7.832.298	3.066.372	(14.015.293)	36.872.536
Financiamentos	4.196.021	119.573	316.808	110.950	(505.039)	4.238.313
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.385.945	68.599	827.175	1.004.438	(2.131.179)	8.154.978
Financiamentos imobiliários	4.697.004	678.719	137.986	317.036	(728.707)	5.102.038
Operações de crédito vinculadas a cessão	2.732	(419)	(8)	--	--	2.305
Outros créditos com características de concessão de crédito	869.374	487.329	449.037	29.303	(97.004)	1.738.039
Operações com cartão de crédito	343.254	(22.546)	381.694	27.013	(8.885)	720.530
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	442.515	170.716	67.343	2.290	--	682.864
Aquisição de recebíveis	--	304.580	--	--	--	304.580
Avais e fianças honrados	83.536	34.031	--	--	(87.554)	30.013
Outros	69	548	--	--	(565)	52
Operações de arrendamento mercantil	520	(49)	320	--	(471)	320
Total dos empréstimos a clientes	43.713.419	15.781.088	9.563.616	4.528.099	(17.477.693)	56.108.529

	31.12.2020	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31.12.2021
Operações de crédito	44.474.645	9.230.495	3.694.403	3.600.757	(18.156.775)	42.843.525
Empréstimos e direitos creditórios descontados	24.475.628	7.490.220	3.201.364	2.345.903	(11.951.292)	25.561.823
Financiamentos	4.570.339	891.734	68.017	156.933	(1.491.002)	4.196.021
Financiamentos rurais e agroindustriais	9.776.259	540.655	477.208	549.388	(2.957.565)	8.385.945
Financiamentos imobiliários	5.649.227	308.346	(52.186)	548.533	(1.756.916)	4.697.004
Operações de crédito vinculadas a cessão	3.192	(460)	--	--	--	2.732
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.117.717	(269)	48.777	10.205	(307.056)	869.374
Operações com cartão de crédito	200.525	110.235	39.822	9.049	(16.377)	343.254
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	693.764	(244.986)	8.955	1.156	(16.374)	442.515
Aquisição de recebíveis	--	10.141	--	--	(10.141)	--
Avais e fianças honrados	223.180	111.689	--	--	(251.333)	83.536
Outros	248	12.652	--	--	(12.831)	69
Operações de arrendamento mercantil	1.053	(70)	241	--	(704)	520
Total dos empréstimos a clientes	45.593.415	9.230.156	3.743.421	3.610.962	(18.464.535)	43.713.419

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

24 – PERDAS ESPERADAS COM EMPRÉSTIMOS A CLIENTES**a) Perdas líquidas esperadas com empréstimos a clientes**

	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Constituição	(24.667.985)	(19.501.811)	(25.671.827)
Recuperação ⁽¹⁾	6.829.021	6.167.354	5.749.056
Perdas líquidas esperadas com empréstimos a clientes	(17.838.964)	(13.334.457)	(19.922.771)

(1) Refere-se apenas à recuperação de principal.

b) Movimentação

	Exercício/2022				
	Saldo inicial	Constituição/ (reversão) de perdas	Baixas	Variação cambial	Saldo final
Operações de crédito	40.707.832	23.683.852	(17.380.218)	(100.658)	46.910.808
Empréstimos e direitos creditórios descontados	24.884.437	22.896.015	(14.015.293)	(85.729)	33.679.430
Financiamentos	4.867.012	(737.934)	(505.039)	(14.929)	3.609.110
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.372.262	637.592	(2.131.179)	--	6.878.675
Financiamentos imobiliários	2.581.180	888.422	(728.707)	--	2.740.895
Operações de crédito vinculadas a cessão	2.941	(243)	--	--	2.698
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.378.163	982.126	(97.004)	7.559	3.270.844
Operações com cartão de crédito	2.089.382	588.212	(8.885)	7.559	2.676.268
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	254.469	189.548	--	--	444.017
Aquisição de recebíveis	9.182	125.106	--	--	134.288
Avais e fianças honrados	22.480	80.284	(87.554)	--	15.210
Outros	2.650	(1.024)	(565)	--	1.061
Operações de arrendamento mercantil	4.418	2.007	(471)	143	6.097
Total	43.090.413	24.667.985	(17.477.693)	(92.956)	50.187.749

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Exercício/2021				
	Saldo inicial	Constituição/ (reversão) de perdas	Baixas	Variação cambial	Saldo final
Operações de crédito	40.184.607	18.673.007	(18.156.775)	6.993	40.707.832
Empréstimos e direitos creditórios descontados	24.023.233	12.811.928	(11.951.292)	568	24.884.437
Financiamentos	4.055.232	2.296.357	(1.491.002)	6.425	4.867.012
Financiamentos rurais e agroindustriais	9.086.390	2.243.437	(2.957.565)	--	8.372.262
Financiamentos imobiliários	3.015.913	1.322.183	(1.756.916)	--	2.581.180
Operações de crédito vinculadas a cessão	3.839	(898)	--	--	2.941
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.864.228	828.000	(307.056)	(7.009)	2.378.163
Operações com cartão de crédito	1.315.676	797.092	(16.377)	(7.009)	2.089.382
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	400.862	(130.019)	(16.374)	--	254.469
Aquisição de recebíveis	47.253	(27.930)	(10.141)	--	9.182
Avais e fianças honrados	99.211	174.602	(251.333)	--	22.480
Outros	1.226	14.255	(12.831)	--	2.650
Operações de arrendamento mercantil	4.435	804	(704)	(117)	4.418
Total	42.053.270	19.501.811	(18.464.535)	(133)	43.090.413

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Perdas esperadas com empréstimos a clientes classificada por modalidades e estágios

	31.12.2022							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	682.143.177	(8.295.792)	59.812.793	(6.023.624)	54.370.170	(32.591.392)	796.326.140	(46.910.808)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	258.732.796	(5.291.955)	36.675.548	(4.603.168)	36.872.536	(23.784.307)	332.280.880	(33.679.430)
Financiamentos	114.567.195	(691.585)	5.472.028	(150.273)	4.238.313	(2.767.252)	124.277.536	(3.609.110)
Financiamentos rurais e agroindustriais	268.907.304	(1.896.190)	11.292.151	(812.003)	8.154.978	(4.170.482)	288.354.433	(6.878.675)
Financiamentos imobiliários	39.789.730	(414.471)	6.359.720	(457.925)	5.102.038	(1.868.499)	51.251.488	(2.740.895)
Operações de crédito vinculadas a cessão	146.152	(1.591)	13.346	(255)	2.305	(852)	161.803	(2.698)
Outros créditos com características de concessão de crédito	80.800.009	(1.990.091)	3.847.392	(288.874)	1.738.039	(991.879)	86.385.440	(3.270.844)
Operações com cartão de crédito	45.041.235	(1.907.780)	3.740.618	(286.530)	720.530	(481.958)	49.502.383	(2.676.268)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	23.124.774	(75.135)	103.100	(2.042)	682.864	(366.840)	23.910.738	(444.017)
Aquisição de recebíveis	9.852.394	(6.144)	3.167	(77)	304.580	(128.067)	10.160.141	(134.288)
Avais e fianças honrados	604	(7)	406	(224)	30.013	(14.979)	31.023	(15.210)
Outros	2.781.002	(1.025)	101	(1)	52	(35)	2.781.155	(1.061)
Operações de arrendamento mercantil	407.614	(5.716)	6.792	(181)	320	(200)	414.726	(6.097)
Total	763.350.800	(10.291.599)	63.666.977	(6.312.679)	56.108.529	(33.583.471)	883.126.306	(50.187.749)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.12.2021							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	612.113.210	(9.127.242)	48.269.730	(5.194.107)	42.843.525	(26.386.483)	703.226.465	(40.707.832)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	242.359.312	(4.947.870)	24.361.629	(2.847.064)	25.561.823	(17.089.503)	292.282.764	(24.884.437)
Financiamentos	113.488.995	(752.625)	7.792.822	(1.058.158)	4.196.021	(3.056.229)	125.477.838	(4.867.012)
Financiamentos rurais e agroindustriais	216.162.150	(3.048.028)	11.026.263	(910.454)	8.385.945	(4.413.780)	235.574.358	(8.372.262)
Financiamentos imobiliários	39.918.258	(377.033)	5.077.130	(378.246)	4.697.004	(1.825.901)	49.692.392	(2.581.180)
Operações de crédito vinculadas a cessão	184.495	(1.686)	11.886	(185)	2.732	(1.070)	199.113	(2.941)
Outros créditos com características de concessão de crédito	70.997.783	(1.759.776)	2.006.426	(224.008)	869.374	(394.379)	73.873.583	(2.378.163)
Operações com cartão de crédito	43.655.217	(1.638.497)	1.884.101	(222.177)	343.254	(228.708)	45.882.572	(2.089.382)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	17.157.352	(109.411)	116.737	(1.468)	442.515	(143.590)	17.716.604	(254.469)
Aquisição de recebíveis	8.577.426	(9.108)	4.453	(74)	--	--	8.581.879	(9.182)
Avais e fianças honrados	2.742	(164)	978	(288)	83.536	(22.028)	87.256	(22.480)
Outros	1.605.046	(2.596)	157	(1)	69	(53)	1.605.272	(2.650)
Operações de arrendamento mercantil	272.688	(3.773)	7.763	(332)	520	(313)	280.971	(4.418)
Total	683.383.681	(10.890.791)	50.283.919	(5.418.447)	43.713.419	(26.781.175)	777.381.019	(43.090.413)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Perdas esperadas com empréstimos a clientes classificada por modalidades e tipo de pessoa

	31.12.2022	31.12.2021
Operações de crédito	46.910.808	40.707.832
Empréstimos e direitos creditórios descontados	33.679.430	24.884.437
- Pessoas jurídicas	16.055.354	13.078.888
- Pessoas físicas	17.624.076	11.805.549
Financiamentos	3.609.110	4.867.012
- Pessoas jurídicas	3.319.953	4.629.044
- Pessoas físicas	289.157	237.968
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.878.675	8.372.262
- Pessoas jurídicas	221.505	74.647
- Pessoas físicas	6.657.170	8.297.615
Financiamentos imobiliários	2.740.895	2.581.180
- Pessoas jurídicas	14.406	17.160
- Pessoas físicas	2.726.489	2.564.020
Operações de crédito vinculadas a cessão	2.698	2.941
- Pessoas físicas	2.698	2.941
Outros créditos com características de concessão de crédito	3.270.844	2.378.163
Operações com cartão de crédito	2.676.268	2.089.382
- Pessoas jurídicas	174.138	110.936
- Pessoas físicas	2.502.130	1.978.446
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	444.017	254.469
- Pessoas jurídicas	443.757	234.986
- Pessoas físicas	260	19.483
Aquisição de recebíveis	134.288	9.182
- Pessoas jurídicas	134.288	9.182
Avais e fianças honrados	15.210	22.480
- Pessoas jurídicas	14.024	21.764
- Pessoas físicas	1.186	716
Outros	1.061	2.650
- Pessoas jurídicas	1.060	2.649
- Pessoas físicas	1	1
Operações de arrendamento mercantil	6.097	4.418
- Pessoas jurídicas	5.938	4.164
- Pessoas físicas	159	254
Total	50.187.749	43.090.413

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Movimentação entre os estágios das perdas esperadas com empréstimos a clientes por modalidades**Estágio 1**

	31.12.2021	Constituição/ (reversão)	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	Varição cambial	31.12.2022
Operações de crédito	9.127.242	6.231.447	(1.231.885)	(5.814.681)	--	(16.331)	8.295.792
Empréstimos e direitos creditórios descontados	4.947.870	6.051.284	(824.857)	(4.868.872)	--	(13.470)	5.291.955
Financiamentos	752.625	172.810	(48.832)	(182.157)	--	(2.861)	691.585
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.048.028	(334.174)	(179.747)	(637.917)	--	--	1.896.190
Financiamentos imobiliários	377.033	341.522	(178.349)	(125.735)	--	--	414.471
Operações de crédito vinculadas a cessão	1.686	5	(100)	--	--	--	1.591
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.759.776	717.550	(150.204)	(342.418)	--	5.387	1.990.091
Operações com cartão de crédito	1.638.497	704.897	(150.082)	(290.919)	--	5.387	1.907.780
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	109.411	17.345	(122)	(51.499)	--	--	75.135
Aquisição de recebíveis	9.108	(2.964)	--	--	--	--	6.144
Avais e fianças honrados	164	(157)	--	--	--	--	7
Outros	2.596	(1.571)	--	--	--	--	1.025
Operações de arrendamento mercantil	3.773	2.015	(6)	(201)	--	135	5.716
Total	10.890.791	6.951.012	(1.382.095)	(6.157.300)	--	(10.809)	10.291.599

	31.12.2020	Constituição/ (reversão)	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	Varição cambial	31.12.2021
Operações de crédito	8.030.491	4.967.502	(1.060.758)	(2.811.100)	--	1.107	9.127.242
Empréstimos e direitos creditórios descontados	4.275.748	2.791.029	(10.913)	(2.108.107)	--	113	4.947.870
Financiamentos	742.256	1.045.918	(920.880)	(115.663)	--	994	752.625
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.663.148	1.018.564	(125.477)	(508.207)	--	--	3.048.028
Financiamentos imobiliários	346.855	112.767	(3.466)	(79.123)	--	--	377.033
Operações de crédito vinculadas a cessão	2.484	(776)	(22)	--	--	--	1.686
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.164.106	708.456	(32.165)	(75.124)	--	(5.497)	1.759.776
Operações com cartão de crédito	1.064.539	680.532	(32.203)	(68.874)	--	(5.497)	1.638.497
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	51.805	63.818	38	(6.250)	--	--	109.411
Aquisição de recebíveis	46.755	(37.647)	--	--	--	--	9.108
Avais e fianças honrados	--	164	--	--	--	--	164
Outros	1.007	1.589	--	--	--	--	2.596
Operações de arrendamento mercantil	3.284	751	(39)	(124)	--	(99)	3.773
Total	9.197.881	5.676.709	(1.092.962)	(2.886.348)	--	(4.489)	10.890.791

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 2

	31.12.2021	Constituição/ (reversão)	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	Varição cambial	31.12.2022
Operações de crédito	5.194.107	2.542.132	1.231.885	(2.932.161)	--	(12.339)	6.023.624
Empréstimos e direitos creditórios descontados	2.847.064	2.916.604	824.857	(1.973.640)	--	(11.717)	4.603.168
Financiamentos	1.058.158	(892.461)	48.832	(63.634)	--	(622)	150.273
Financiamentos rurais e agroindustriais	910.454	379.257	179.747	(657.455)	--	--	812.003
Financiamentos imobiliários	378.246	138.762	178.349	(237.432)	--	--	457.925
Operações de crédito vinculadas a cessão	185	(30)	100	--	--	--	255
Outros créditos com características de concessão de crédito	224.008	(62.556)	150.204	(23.591)	--	809	288.874
Operações com cartão de crédito	222.177	(64.786)	150.082	(21.752)	--	809	286.530
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.468	2.291	122	(1.839)	--	--	2.042
Aquisição de recebíveis	74	3	--	--	--	--	77
Avais e fianças honrados	288	(64)	--	--	--	--	224
Outros	1	--	--	--	--	--	1
Operações de arrendamento mercantil	332	(160)	6	--	--	3	181
Total	5.418.447	2.479.416	1.382.095	(2.955.752)	--	(11.527)	6.312.679

	31.12.2020	Constituição/ (reversão)	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	Varição cambial	31.12.2021
Operações de crédito	5.184.773	1.419.740	1.060.758	(2.472.626)	--	1.462	5.194.107
Empréstimos e direitos creditórios descontados	3.380.157	1.018.665	10.913	(1.562.736)	--	65	2.847.064
Financiamentos	247.703	(21.321)	920.880	(90.501)	--	1.397	1.058.158
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.087.996	189.703	125.477	(492.722)	--	--	910.454
Financiamentos imobiliários	468.666	232.781	3.466	(326.667)	--	--	378.246
Operações de crédito vinculadas a cessão	251	(88)	22	--	--	--	185
Outros créditos com características de concessão de crédito	125.108	78.559	32.165	(11.079)	--	(745)	224.008
Operações com cartão de crédito	115.025	86.204	32.203	(10.510)	--	(745)	222.177
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	9.561	(7.486)	(38)	(569)	--	--	1.468
Aquisição de recebíveis	498	(424)	--	--	--	--	74
Avais e fianças honrados	22	266	--	--	--	--	288
Outros	2	(1)	--	--	--	--	1
Operações de arrendamento mercantil	602	(299)	39	--	--	(10)	332
Total	5.310.483	1.498.000	1.092.962	(2.483.705)	--	707	5.418.447

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 3

	31.12.2021	Constituição/ (reversão)	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	Varição cambial	31.12.2022
Operações de crédito	26.386.483	14.910.273	5.814.681	2.932.161	(17.380.218)	(71.988)	32.591.392
Empréstimos e direitos creditórios descontados	17.089.503	13.928.127	4.868.872	1.973.640	(14.015.293)	(60.542)	23.784.307
Financiamentos	3.056.229	(18.283)	182.157	63.634	(505.039)	(11.446)	2.767.252
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.413.780	592.509	637.917	657.455	(2.131.179)	--	4.170.482
Financiamentos imobiliários	1.825.901	408.138	125.735	237.432	(728.707)	--	1.868.499
Operações de crédito vinculadas a cessão	1.070	(218)	--	--	--	--	852
Outros créditos com características de concessão de crédito	394.379	327.132	342.418	23.591	(97.004)	1.363	991.879
Operações com cartão de crédito	228.708	(51.899)	290.919	21.752	(8.885)	1.363	481.958
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	143.590	169.912	51.499	1.839	--	--	366.840
Aquisição de recebíveis	--	128.067	--	--	--	--	128.067
Avais e fianças honrados	22.028	80.505	--	--	(87.554)	--	14.979
Outros	53	547	--	--	(565)	--	35
Operações de arrendamento mercantil	313	152	201	--	(471)	5	200
Total	26.781.175	15.237.557	6.157.300	2.955.752	(17.477.693)	(70.620)	33.583.471

	31.12.2020	Constituição/ (reversão)	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	Varição cambial	31.12.2021
Operações de crédito	26.969.343	12.285.765	2.811.100	2.472.626	(18.156.775)	4.424	26.386.483
Empréstimos e direitos creditórios descontados	16.367.328	9.002.234	2.108.107	1.562.736	(11.951.292)	390	17.089.503
Financiamentos	3.065.273	1.271.760	115.663	90.501	(1.491.002)	4.034	3.056.229
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.335.246	1.035.170	508.207	492.722	(2.957.565)	--	4.413.780
Financiamentos imobiliários	2.200.392	976.635	79.123	326.667	(1.756.916)	--	1.825.901
Operações de crédito vinculadas a cessão	1.104	(34)	--	--	--	--	1.070
Outros créditos com características de concessão de crédito	575.014	40.985	75.124	11.079	(307.056)	(767)	394.379
Operações com cartão de crédito	136.112	30.356	68.874	10.510	(16.377)	(767)	228.708
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	339.496	(186.351)	6.250	569	(16.374)	--	143.590
Aquisição de recebíveis	--	10.141	--	--	(10.141)	--	--
Avais e fianças honrados	99.189	174.172	--	--	(251.333)	--	22.028
Outros	217	12.667	--	--	(12.831)	--	53
Operações de arrendamento mercantil	549	352	124	--	(704)	(8)	313
Total	27.544.906	12.327.102	2.886.348	2.483.705	(18.464.535)	3.649	26.781.175

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

25 – ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

Os ativos não circulantes mantidos para venda referem-se a bens não de uso próprio, recebidos por meio de arrematação, adjudicação ou dação em pagamento para liquidação de dívidas inadimplentes, além dos imóveis oriundos do imobilizado, liberados do uso institucional.

Quando aplicável, a mensuração do valor justo não recorrente desses bens é baseada em laudos de avaliação elaborados em conformidade com as metodologias estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Estes laudos são elaborados por profissionais legalmente habilitados pelos sistemas Confea (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia) e Crea (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia). Por envolverem fundamentalmente informações observáveis, essas mensurações de valor justo são classificadas como informações de Nível 2.

Em consonância com as recomendações da ABNT, as metodologias de avaliação comumente utilizadas são o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado (MCDDM), seguida do Método Evolutivo.

O MCDDM consiste em analisar uma amostra de bens do mercado, cujas características sejam as mais semelhantes possíveis as do bem em avaliação e através dessa amostra obter o respectivo valor. Os elementos considerados neste tipo de avaliação estão atrelados às características econômicas, físicas e de localização do bem em análise. Exemplos desses elementos: negociações efetivamente realizadas, preços de bens em oferta, padrão construtivo, estado de conservação, idade de edificação, relevo, consistência de solo, utilização, situações no contexto urbano, infraestrutura urbana, atividades existentes no entorno – comércio, indústria e serviços etc.

O Método Evolutivo é aquele em que o valor do bem é obtido através da composição do valor do terreno com o custo de reprodução das benfeitorias (devidamente depreciado), ou seja, pelo somatório dos valores de seus componentes multiplicado pelo fator de comercialização. Este método é indicado no caso de inexistência de dados amostrais semelhantes em número suficiente para a aplicação unicamente do MCDDM. Por este método, o valor do terreno normalmente é determinado pelo MCDDM e as benfeitorias são apropriadas com base em uma amostra composta por imóveis de projetos semelhantes ou com base no custo unitário básico de construção ou orçamento.

Devidamente avaliados e sem pendências judiciais impeditivas, os BNDU são destinados à alienação no menor prazo possível, através de processos de venda (leilão e venda direta), cujos ritos e formalização submetem-se à legislação vigente (em especial, a Lei das Estatais - nº 13.303/2016 e Lei nº 9.514/1997), além de regulamentação interna aplicada - Regulamento de Licitações do Banco do Brasil – RLBB.

	31.12.2022	31.12.2021
Imóveis não de uso	203.473	417.340

No Exercício/2022, o Banco reconheceu ganhos na alienação de ativos não circulantes em R\$ 32.761 mil (R\$ 44.572 mil no Exercício/2021).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

26 – INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E JOINT VENTURES

a) Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial

Empresa	% de participação				Patrimônio líquido ajustado da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial			Dividendos	
	31.12.2022		31.12.2021										
	Total	ON	Total	ON	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2022	Exercício/2021
Coligadas ⁽¹⁾ e joint ventures ⁽²⁾													
Banco Votorantim S.A. ⁽³⁾	50,00	49,99	50,00	49,99	12.565.823	13.424.866	6.281.244	6.710.035	584.342	815.628	716.710	250.000	350.000
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	74,99	49,99	74,99	49,99	6.140.820	5.972.510	4.605.308	4.479.084	883.772	597.249	635.557	724.706	31.404
Cielo S.A. ⁽⁵⁾	28,89	28,89	28,81	28,81	10.950.835	10.098.340	3.527.700	3.273.341	407.731	(70.434)	(796.652)	195.652	132.369
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ⁽⁶⁾	30,00	22,22	30,00	22,22	9.553.126	10.317.548	2.865.938	3.095.264	303.212	188.036	139.305	301.099	193.519
BB Mapfre Participações S.A. ⁽⁷⁾	74,99	49,99	74,99	49,99	2.421.103	2.290.487	2.504.008	2.406.059	2.080.241	1.066.073	1.085.320	1.986.848	897.034
Elo Participações Ltda.	49,99	49,99	49,99	49,99	2.640.061	2.940.057	1.319.766	1.469.734	636.980	427.926	430.440	536.636	548.616
UBS BB Serviços Assessoria Financeira e Participações S.A. ⁽⁸⁾	49,99	49,99	49,99	49,99	1.468.858	1.438.178	734.280	718.943	22.231	31.493	4.556	5.280	--
Brasilcap Capitalização S.A. ⁽⁹⁾	66,77	49,99	66,66	49,99	650.829	475.687	544.591	427.842	120.478	2.341	105.781	14.076	19.998
Outros ⁽¹⁰⁾							539.653	176.397	72.164	28.432	904	16.591	19.556
Resultado não realizado ⁽¹¹⁾							(3.149.056)	(3.310.511)					
Total							19.773.432	19.446.188	5.111.151	3.086.744	2.321.921	4.030.888	2.192.496

(1) O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.

(2) O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.

(3) Excluído resultado não realizado com a Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros referente a cessão de direitos creditórios, no valor de R\$ 1.668 mil (R\$ 2.398 mil em 31.12.2021).

(4) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 49,77%.

(5) Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 364.332 mil. O valor do investimento considerando o preço de mercado cotado é de R\$ 4.078.397 mil (R\$ 1.774.570 mil em 31.12.2021).

(6) Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua subsidiária integral BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,22%, em virtude de a Cielo S.A. deter 70% de participação direta na Cateno.

(7) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 49,77%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 688.423 mil.

(8) Companhia oriunda da parceria estratégica entre o BB-Banco de Investimentos S.A. e o UBS A.G. para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores mobiliários.

(9) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 44,31%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 110.749 mil.

(10) Incluem as participações nas seguintes empresas: Brasil dental Operadora de Planos Odontológicos S.A., Cadam S.A., Cíclic Corretora de Seguros S.A., Gestora de Inteligência de Crédito S.A. – QUOD, Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP, Galgo Sistemas de Informações S.A., Tecnologia Bancária S.A. – Tecban e Câmara Interbancárias de Pagamentos – CIP. O valor contábil dos investimentos contempla perda por impairment acumulada no valor de R\$ 3.145 mil (R\$ 3.657 mil em 31.12.2021).

(11) Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões Participações S.A. e a Cielo S.A., constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS A.G.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Informações qualitativas das coligadas e joint ventures relevantes

Empresa	Localização		Descrição	Segmento	Participação estratégica ⁽¹⁾
	Pais de constituição	Sede			
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de pagamento	Sim
BB Mapfre Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Elo Participações Ltda.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
UBS BB Serviços Assessoria Financeira e Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Atua em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.	Investimentos	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Seguridade	Sim

(1) Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do Banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Informações financeiras resumidas das coligadas e joint ventures não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

	31.12.2022								
	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.	Outros
Ativos circulantes	53.928.054	331.930.478	103.872.667	1.975.380	14.565.156	1.030.474	274.734	7.412.209	2.076.715
Caixa e equivalentes de caixa	681.091	278.271	11.015.001	660.868	11.216	333.466	16.882	12	490.307
Outros ativos circulantes	53.246.963	331.652.207	92.857.666	1.314.512	14.553.940	697.008	257.852	7.412.197	1.586.408
Ativos não circulantes	69.977.532	19.629.683	11.194.780	8.754.921	2.824.296	2.235.890	2.082.662	4.080.147	4.914.400
Passivos circulantes	73.068.490	39.623.895	98.950.349	1.164.317	12.676.878	461.727	184.127	9.698.778	1.350.401
Passivos financeiros	70.398.903	678.252	3.626.321	21.766	--	1.155	--	--	658.425
Outros passivos circulantes	2.669.587	38.945.643	95.327.028	1.142.551	12.676.878	460.572	184.127	9.698.778	691.976
Passivos não circulantes	38.271.273	305.795.446	5.166.263	12.858	2.291.471	164.576	704.411	1.142.749	1.811.928
Passivos financeiros	37.937.652	575.426	3.019.750	--	--	2.284	--	11.071	1.515.918
Outros passivos não circulantes	333.621	305.220.020	2.146.513	12.858	2.291.471	162.292	704.411	1.131.678	296.010
Receitas	16.392.315	2.633.112	6.227.289	3.921.585	5.269.535	1.363.373	417.938	(39.308)	4.586.403
Receita de juros	16.392.315	30.229.939	135.785	127.559	988.874	67.838	--	1.175.195	12.389
Despesa de juros	(10.095.834)	(29.900.354)	1.731.559	(10.115)	--	(3.708)	(2.525)	(847.180)	(190.020)
Despesa líquida com perdas esperadas em empréstimos a clientes	(1.817.795)	--	--	--	--	--	--	--	--
Depreciação e amortização	(277.527)	(40.410)	(529.606)	(388.567)	(62.197)	(984)	(74.156)	(907)	(308.839)
IR e CSLL	135.550	(763.227)	(25.240)	(523.569)	(1.058.694)	(12.535)	16.205	(122.157)	(179.739)
Lucro ou (prejuízo) do período	1.168.683	1.178.442	1.411.467	603.756	2.774.025	1.274.214	44.472	180.438	470.558
Outros resultados abrangentes	(190.564)	--	--	--	4.555	--	--	--	--
Resultado abrangente total	826.549	1.178.442	1.411.467	603.756	2.778.580	1.274.214	44.472	180.438	470.558
Patrimônio líquido ajustado	12.565.823	6.140.820	10.950.835	9.553.126	2.421.103	2.640.061	1.468.858	650.829	3.828.786
% de participação	50,00%	74,99%	28,89%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%	--
Saldo do investimento ⁽¹⁾	6.281.244	4.605.308	3.163.368	2.865.938	1.815.585	1.319.766	734.280	433.842	539.653
Ágio sobre investimentos	--	--	364.332	--	688.423	--	--	110.749	--
Resultado não realizado	(1.668)	--	--	(2.567.039)	--	--	(582.017)	--	--

(1) Não inclui os saldos de ágios incorporados aos valores contábeis dos investimentos.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.12.2021								
	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.	Outros
Ativos circulantes	54.196.533	302.399.384	86.947.285	2.395.709	10.835.734	744.678	253.432	6.130.957	987.084
Caixa e equivalentes de caixa	2.935.119	601.280	1.824.713	90	1.975	334.610	1.546	37	337.973
Outros ativos circulantes	51.261.414	301.798.104	85.122.572	2.395.619	10.833.759	410.068	251.886	6.130.920	649.111
Ativos não circulantes	65.594.183	18.325.141	11.752.257	8.944.125	7.315.139	2.720.033	2.039.570	3.541.228	3.275.565
Passivos circulantes	72.340.627	35.631.094	81.160.003	1.022.286	10.003.179	313.386	195.862	8.107.689	1.024.999
Passivos financeiros	70.546.425	397.864	109.993	--	293.541	--	--	205.599	567.791
Outros passivos circulantes	1.794.202	35.233.230	81.050.010	1.022.286	9.709.638	313.386	195.862	7.902.090	457.208
Passivos não circulantes	34.025.223	279.120.921	7.441.200	--	5.857.207	211.268	658.962	1.088.809	2.058.839
Passivos financeiros	33.586.150	--	3.924.453	--	--	7.773	--	--	1.775.658
Outros passivos não circulantes	439.073	279.120.921	3.516.747	--	5.857.207	203.495	658.962	1.088.809	283.181
Receitas	12.340.828	8.516.731	4.992.009	3.810.414	2.664.740	1.049.949	412.985	1.089.700	3.221.572
Receita de juros	12.340.828	5.381.791	123.630	--	21.719	--	--	620.178	4.987
Despesa de juros	(5.944.779)	(2.231.100)	(615.742)	--	(42.161)	(3.739)	(2.926)	(408.323)	(85.401)
Despesa líquida com perdas esperadas em empréstimos a clientes	(1.033.786)	--	--	--	--	--	--	--	--
Depreciação e amortização	(230.927)	(45.453)	(497.831)	(387.557)	(36.826)	--	(71.689)	(576)	(270.128)
IR e CSLL	(655.087)	(578.677)	(41.068)	(326.588)	(455.915)	(138.354)	9.274	(5.124)	(60.315)
Lucro ou (prejuízo) do período	1.631.257	796.385	(244.502)	626.785	1.421.621	856.023	62.999	3.512	195.759
Outros resultados abrangentes	178.367	(447)	--	--	(78.613)	--	147	(90.927)	--
Resultado abrangente total	1.809.624	795.938	(244.502)	626.785	1.343.008	856.023	63.146	(87.415)	195.759
Patrimônio líquido ajustado	13.424.866	5.972.510	10.098.339	10.317.548	2.290.487	2.940.057	1.438.178	475.687	1.178.811
% de participação	50,00%	74,99%	28,81%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,66%	--
Saldo do investimento ⁽¹⁾	6.710.035	4.479.084	2.909.009	3.095.264	1.717.636	1.469.734	718.943	317.093	176.397
Ágio sobre investimentos	--	--	364.332	--	688.423	--	--	110.749	--
Resultado não realizado	(2.398)	--	--	(2.682.846)	--	--	(627.665)	--	--

(1) Não inclui os saldos de ágios incorporados aos valores contábeis dos investimentos.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Movimentação

Empresa	Saldo inicial	Movimentações			Saldo final
	31.12.2021	Resultado de equivalência	Dividendos	Demais ⁽¹⁾	31.12.2022
Banco Votorantim S.A.	6.710.035	584.342	(250.000)	(763.133)	6.281.244
Brasileprev Seguros e Previdência S.A.	4.479.084	883.772	(724.706)	(32.842)	4.605.308
Cielo S.A.	3.273.341	407.731	(195.652)	42.280	3.527.700
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	3.095.264	303.212	(301.099)	(231.439)	2.865.938
BB Mapfre Participações S.A.	2.406.059	2.080.241	(1.986.848)	4.556	2.504.008
Elo Participações Ltda.	1.469.734	636.980	(536.636)	(250.312)	1.319.766
UBS BB Serviços Assessoria Financeira e Participações S.A.	718.943	22.231	(5.280)	(1.614)	734.280
Brasilcap Capitalização S.A.	427.842	120.478	(14.076)	10.347	544.591
Outros	176.397	72.164	(16.591)	307.683	539.653
Subtotal	22.756.699	5.111.151	(4.030.888)	(914.474)	22.922.488
Resultado não realizado	(3.310.511)	--	--	161.455	(3.149.056)
Total	19.446.188	5.111.151	(4.030.888)	(753.019)	19.773.432

(1) Refere-se principalmente aos ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variação cambial sobre investimento no exterior e ajustes de exercícios anteriores realizados pelas investidas.

e) Outras informações

Os investimentos em coligadas e joint ventures não possuem passivos contingentes significativos aos quais o Banco esteja exposto.

Nenhum dos investimentos em coligadas e joint ventures apresentou restrições significativas para a transferência de recursos na forma de dividendos em caixa ou de restituição de empréstimos ou adiantamentos nos períodos apresentados.

Não há operações descontinuadas de investimentos em coligadas e joint ventures nas quais o Banco tenha parte.

Não há nenhuma parcela de perdas relacionadas aos investimentos em coligadas e joint ventures não reconhecidas nas demonstrações contábeis do período, nem cumulativamente.

27 – ENVOLVIMENTO COM ENTIDADES ESTRUTURADAS NÃO CONSOLIDADAS

Entidades estruturadas são entidades projetadas de modo que os direitos de voto ou similares não são os fatores determinantes ao decidir quem controla a entidade. Normalmente, os direitos de voto referem-se somente a tarefas administrativas, e as atividades relevantes são dirigidas por meio de acordos contratuais.

Uma entidade estruturada frequentemente tem algumas ou todas as características abaixo:

- atividades restritas;
- objeto social restrito e bem definido;
- patrimônio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie suas atividades sem suporte financeiro subordinado; e
- financiamento sob a forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de riscos de crédito ou outros riscos (tranches).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Entidades estruturadas usualmente não realizam atividades comerciais e, normalmente, não possuem empregados. Os principais propósitos de uma entidade estruturada são oferecer aos clientes o acesso a carteiras específicas de ativos e fornecer liquidez por meio de securitização de ativos financeiros.

As participações em entidades estruturadas referem-se a um envolvimento contratual e não contratual que expõem o Banco à variabilidade de retornos oriundos do desempenho da outra entidade. Essas participações normalmente são comprovadas pela posse de instrumentos de patrimônio ou de dívida, bem como outras formas de envolvimento, tais como, o recebimento de taxas pela gestão de ativos, o fornecimento de recursos como fonte de financiamento (funding), suporte de liquidez, melhoria de crédito e/ou garantias. A extensão da participação do Banco em entidades estruturadas irá variar dependendo da finalidade para a qual a entidade foi constituída.

Entidades estruturadas geralmente financiam a compra de ativos por meio da emissão de títulos e valores mobiliários que são garantidos e/ou indexados aos ativos detidos pelas entidades estruturadas. Os títulos de dívida e de patrimônio emitidos por entidades estruturadas podem incluir tranches com diferentes níveis de subordinação.

Fundos de investimento

O Banco administra diversos fundos de investimento, os quais são considerados como entidades estruturadas não consolidadas. O Banco mantém participações nesses fundos por meio do recebimento de taxas de administração entre outras e, em algumas situações, participação direta por meio de aquisição de cotas.

Os fundos de investimento possuem diferentes objetivos e políticas de investimento, porém todos eles aplicam o capital recebido com o objetivo de proporcionar aos investidores retornos a partir da apreciação do capital investido, rendimentos sobre os ativos ou ambos. Os fundos de investimento têm sido financiados por meio de capital fornecido pelos investidores e, em algumas circunstâncias, temporariamente pelo Banco (seed capital).

O Banco não consolida um fundo de investimento quando atua exclusivamente como um agente ou quando a outra parte investidora do fundo tem a capacidade de dirigir suas atividades relevantes.

Grupos de consórcios

O Banco organiza e administra grupos de consórcios destinados a facilitar o acesso a bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes. O Banco mantém participações nesses grupos por meio de recebimento de taxas de administração de cotas de consórcio.

Os ativos off-balance, que representam os recursos dos grupos de consórcios, referem-se principalmente a:

- (i) aplicações dos recursos disponíveis, ainda não utilizados pelos grupos, em fundos de investimento;
- (ii) direitos junto a consorciados contemplados;
- (iii) previsão mensal de recursos a receber de consorciados;
- (iv) contribuições devidas aos grupos e
- (v) bens a contemplar.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Gestão sobre os ativos detidos por entidades estruturadas

A tabela a seguir demonstra os tipos, natureza e propósitos das entidades estruturadas não consolidadas em que o Banco detenha participação, assim como o valor total de ativos mantidos pelas entidades.

Tipo	Natureza e propósito	Participações detidas	Total de ativos	
			31.12.2022	31.12.2021
Fundos de investimentos	• gerar taxas e comissões pela administração de ativos em nome dos investidores. • estes veículos são financiados mediante a emissão de cotas para os investidores.	• investimento em cotas emitidas pelos fundos. • taxas de administração e outras.	1.498.863.157	1.460.958.463
Grupos de consórcios	• administração de grupos de consórcios destinados a facilitar o acesso de bens e serviços.	• taxas de administração de cotas de consórcios e outras.	115.262.695	79.599.460
Total			1.614.125.852	1.540.557.923

Exposição máxima à perda

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis das participações detidas pelo Banco nas entidades estruturadas não consolidadas. A exposição máxima a perdas está limitada aos valores apresentados na tabela.

	31.12.2022	31.12.2021
Fundos de investimentos	3.344.649	3.598.935

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

28 – IMOBILIZADO

	De uso								De direito de uso
	Edificações	Móveis e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Terrenos	Veículos	Outros	Total	
Custo de aquisição									
Saldo em 31.12.2020	6.264.354	4.068.008	4.780.054	4.132.849	391.869	11.867	692.985	20.341.986	4.877.573
Aquisições	261.848	570.368	658.344	185.580	--	4	93.328	1.769.472	503.820
Baixas	(3.932)	(291.185)	(648.657)	(79.949)	--	(553)	(53.704)	(1.077.980)	(376.188)
Variação cambial	(5.495)	(4.141)	(757)	5.450	(718)	(254)	(874)	(6.789)	--
Outras movimentações ⁽¹⁾	29.307	44.936	2.145	6.678	17.852	(110)	50	100.858	2.463.287
Saldo em 31.12.2021	6.546.082	4.387.986	4.791.129	4.250.608	409.003	10.954	731.785	21.127.547	7.468.492
Aquisições	393.447	592.063	572.319	281.143	8.965	2.918	51.284	1.902.139	460.111
Baixas	(6.862)	(200.709)	(191.655)	(152.970)	(6)	(252)	(50.065)	(602.519)	(360.337)
Variação cambial	(20.086)	(41.597)	(16.410)	(15.908)	(2.369)	(1.375)	(12.489)	(110.234)	--
Outras movimentações ⁽¹⁾	(146.532)	457.170	(115)	82.170	(31.863)	8.298	10.372	379.500	895.658
Saldo em 31.12.2022	6.766.049	5.194.913	5.155.268	4.445.043	383.730	20.543	730.887	22.696.433	8.463.924
Depreciação acumulada									
Saldo em 31.12.2020	(3.271.880)	(2.261.667)	(3.182.436)	(2.561.743)	--	(8.285)	(466.999)	(11.753.010)	(2.147.181)
Despesa de depreciação	(177.560)	(330.223)	(549.933)	(278.335)	--	(1.016)	(53.339)	(1.390.406)	(1.183.696)
Baixas	2.342	268.931	648.320	63.185	--	539	41.389	1.024.706	281.890
Variação cambial	1.413	931	(1.592)	(4.594)	--	124	324	(3.394)	--
Outras movimentações ⁽¹⁾	29.211	(26.382)	(8.705)	(5.725)	--	(50)	140	(11.511)	--
Saldo em 31.12.2021	(3.416.474)	(2.348.410)	(3.094.346)	(2.787.212)	--	(8.688)	(478.485)	(12.133.615)	(3.048.987)
Despesa de depreciação	(179.107)	(353.740)	(613.273)	(272.709)	--	(1.007)	(50.947)	(1.470.783)	(1.156.876)
Baixas	3.604	169.329	188.597	116.792	--	(55)	31.126	509.393	229.756
Variação cambial	1.243	3.506	3.688	8.198	--	(63)	275	16.847	--
Outras movimentações ⁽¹⁾	2.166	(346.320)	13.290	(79.186)	--	(3.824)	6.778	(407.096)	(482.257)
Saldo em 31.12.2022	(3.588.568)	(2.875.635)	(3.502.044)	(3.014.117)	--	(13.637)	(491.253)	(13.485.254)	(4.458.364)
Perdas por redução ao valor recuperável									
Saldo em 31.12.2020	(43.502)	(221)	(36)	--	--	--	(4)	(43.763)	--
Perdas	(128)	--	--	--	--	--	--	(128)	--
Reversões	31.921	154	30	--	--	--	--	32.105	--
Saldo em 31.12.2021	(11.709)	(67)	(6)	--	--	--	(4)	(11.786)	--
Perdas	(31)	(5.148)	--	--	--	--	--	(5.179)	--
Reversões	340	4	6	--	--	--	4	354	--
Saldo em 31.12.2022	(11.400)	(5.211)	--	--	--	--	--	(16.611)	--
Valor contábil									
Saldo em 31.12.2021	3.117.899	2.039.509	1.696.777	1.463.396	409.003	2.266	253.296	8.982.146	4.419.505
Saldo em 31.12.2022	3.166.081	2.314.067	1.653.224	1.430.926	383.730	6.906	239.634	9.194.568	4.005.560

(1) No imobilizado de uso, inclui o ajuste de R\$ 226.450 mil nas Edificações e Benfeitorias em propriedades de terceiros, do Banco Patagonia, decorrente da hiperinflação na Argentina (R\$ 232.851 mil em 31.12.2021).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O imobilizado de uso inclui imóveis dados em garantia de penhora no valor de R\$ 191.666 mil (R\$ 135.316 mil em 31.12.2021).

Os valores das perdas e reversões de perdas por desvalorização são registrados em outras despesas na demonstração do resultado consolidado.

As taxas de depreciação estimadas pelo Banco para os itens do imobilizado de uso são apresentadas na Nota 3.k. A vida útil média do imobilizado de direito de uso está apresentada na Nota 3.o.

IFRS 16

Como arrendatário, o Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que se referem essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática de suas operações administrativas e bancárias. De maneira geral, esses contratos possuem opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação.

Os imóveis arrendados são reconhecidos no balanço como Ativo imobilizado – De direito de uso e o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento consta em Outros passivos – Passivos de arrendamento.

Outras informações sobre os arrendamentos estão evidenciadas na Nota 3.o.

Ativos de direito de uso – Direito de uso de ativos decorrentes de acordos de arrendamentos operacionais do Banco que se referem essencialmente aos imóveis utilizados na prática de suas operações administrativas e bancárias.

Passivos de arrendamento – Passivos decorrentes do direito de uso dos ativos mencionados acima. As cláusulas não impõem ao Banco nenhuma restrição para pagamento de dividendos, contratação de dívidas ou celebração de contratos de arrendamentos adicionais.

Análise de vencimento dos passivos de arrendamento – O quadro abaixo apresenta os fluxos de caixa contratuais não descontados dos passivos de arrendamento por prazo de vencimento:

	31.12.2022	31.12.2021
Até um ano	1.323.945	1.331.536
Entre um e cinco anos	3.415.098	3.242.460
Após cinco anos	1.260.236	1.497.891
Total ⁽¹⁾	5.999.279	6.071.887

(1) Valores não descontados a valor presente.

Outras informações – A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) orientou as companhias arrendatárias quanto a aspectos relevantes a serem observados na adoção da IFRS 16, considerando o ambiente econômico brasileiro.

De acordo com a IFRS 16, os fluxos de caixa devem ser projetados (sem a utilização de índices ou taxas projetadas na determinação dos pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento) e descontados a uma taxa nominal, sendo esse o método utilizado pelo Banco para mensuração do passivo de arrendamento.

Segundo as orientações da CVM, as companhias arrendatárias devem projetar a inflação futura nesses fluxos de caixa a serem descontados, de modo a não haver a impropriedade técnica do cálculo, em adequação ao ambiente econômico brasileiro.

O Banco avaliou as duas possibilidades e identificou que os modelos não apresentam diferenças materiais.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

29 – ATIVOS INTANGÍVEIS

	Software gerado internamente	Software adquirido	Direitos por gestão de folhas de pagamento	Outros ⁽¹⁾	Total
Custo de aquisição					
Saldo em 31.12.2020	2.911.747	2.706.644	7.877.070	3.917.076	17.412.537
Gerado internamente	718.123	--	--	--	718.123
Aquisições	--	261.977	2.378.586	--	2.640.563
Baixas	(72.959)	(135.039)	(470.647)	--	(678.645)
Variação cambial	--	10.837	--	--	10.837
Outras movimentações ⁽²⁾	--	6.398	--	--	6.398
Saldo em 31.12.2021	3.556.911	2.850.817	9.785.009	3.917.076	20.109.813
Gerado internamente	838.790	--	--	--	838.790
Aquisições	--	114.086	3.942.364	--	4.056.450
Baixas	(60.147)	(23.423)	(4.066.795)	--	(4.150.365)
Variação cambial	--	(32.050)	--	--	(32.050)
Outras movimentações ⁽²⁾	--	75.153	--	--	75.153
Saldo em 31.12.2022	4.335.554	2.984.583	9.660.578	3.917.076	20.897.791
Amortização acumulada					
Saldo em 31.12.2020	(919.500)	(1.675.196)	(3.654.034)	(3.917.076)	(10.165.806)
Amortizações	(193.673)	(221.848)	(1.004.797)	--	(1.420.318)
Baixas	--	33.744	467.166	--	500.910
Variação cambial	--	(1.291)	--	--	(1.291)
Outras movimentações ⁽²⁾	--	(7.182)	--	--	(7.182)
Saldo em 31.12.2021	(1.113.173)	(1.871.773)	(4.191.665)	(3.917.076)	(11.093.687)
Amortizações	(219.681)	(204.283)	(922.493)	--	(1.346.457)
Baixas	--	5.493	3.112.105	--	3.117.598
Variação cambial	--	16.789	--	--	16.789
Outras movimentações ⁽²⁾	--	(55.365)	--	--	(55.365)
Saldo em 31.12.2022	(1.332.854)	(2.109.139)	(2.002.053)	(3.917.076)	(9.361.122)
Perdas por redução ao valor recuperável⁽³⁾					
Saldo em 31.12.2020	--	(2)	(1.021.662)	--	(1.021.664)
Perdas	--	--	(959.194)	--	(959.194)
Reversões	--	2	--	--	2
Saldo em 31.12.2021	--	--	(1.980.856)	--	(1.980.856)
Perdas	--	(16.618)	--	--	(16.618)
Reversões	--	--	537.100	--	537.100
Baixas ⁽⁴⁾	--	--	954.690	--	954.690
Saldo em 31.12.2022	--	(16.618)	(489.066)	--	(505.684)
Valor contábil					
Saldo em 31.12.2021	2.443.738	979.044	3.612.488	--	7.035.270
Saldo em 31.12.2022	3.002.700	858.826	7.169.459	--	11.030.985

(1) Inclui, principalmente, combinações de negócios relativas a marcas adquiridas, carteira de clientes e contratos.

(2) Inclui o valor referente aos ajustes de hiperinflação na Argentina.

(3) Os valores de constituição e de reversão de perdas são registrados em outras receitas/despesas operacionais (Nota 12).

(4) Baixa de provisão devido encerramento de contrato.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de acordo com os prazos estabelecidos na Nota 3.I.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Despesas estimadas com amortização de ativos intangíveis para os próximos exercícios

	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Valores a amortizar	2.271.386	2.200.230	1.739.343	1.640.823	3.179.203	11.030.985

30 – OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS**a) Financeiros**

Outros ativos	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos judiciais para fins de impostos e questões trabalhistas e cíveis	35.626.007	34.953.612
Rendas a receber	5.062.637	4.249.513
Fundo de compensação de variações salariais - Incorporadas	3.129.805	2.736.020
Títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional ⁽¹⁾	2.473.813	2.077.072
Negociação e intermediação de valores	2.368.343	2.636.320
Relações interfinanceiras/interdependências	64.220	37.847
Títulos e créditos a receber	16.701	25.244
Direitos por aquisição de royalties e créditos governamentais	--	108.724
Total	48.741.526	46.824.352

(1) Inclui o saldo de R\$ 1.358.911 mil (R\$ 938.107 mil em 31.12.2021) relativo à equalização de taxas – safra agrícola – Lei nº 8.427/1992.

Outros passivos	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações por transações de pagamento	45.731.161	40.740.801
Adiantamentos recebidos por contrato de câmbio	25.857.021	15.820.533
Recebimentos por conta de terceiros	5.394.740	4.113.405
Passivos de arrendamento	4.178.283	4.635.666
Obrigações por negociação e intermediação de valores	1.252.129	1.374.870
Depósitos vinculados a garantias	295.316	188.454
Carteira de câmbio líquida	85.718	341.137
Total	82.794.368	67.214.866

b) Não financeiros

Outros ativos	31.12.2022	31.12.2021
Planos de benefícios pós-emprego (Nota 44.e)	28.830.246	20.584.754
Superávit Previ - Fundos Previdenciais (Nota 44.f)	11.315.371	10.795.343
Devedores diversos no país	3.774.549	3.508.302
Impostos pagos antecipadamente	1.633.680	1.493.207
Despesas pagas antecipadamente	633.522	416.246
Bens não de uso próprio, líquido de provisão para desvalorização	499.882	342.972
Adiantamentos a empregados	176.020	180.652
Outros	1.231.377	1.413.790
Total	48.094.647	38.735.266

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Outros passivos	31.12.2022	31.12.2021
Planos de benefícios pós-emprego (Nota 44.e)	10.895.695	11.609.890
Encargos e obrigações trabalhistas	5.911.703	4.891.455
Credores diversos no país	5.483.052	5.481.078
Credores diversos no exterior	3.858.492	1.159.702
Dividendos, gratificações e bonificações a pagar	3.698.898	3.119.925
Impostos	2.373.896	1.102.492
Provisão para pagamentos diversos a efetuar	1.966.108	1.872.997
Obrigações por convênios oficiais e serviços de pagamento	1.273.167	1.049.788
Receitas antecipadas ⁽¹⁾	554.044	192.174
Outros	12.519.335	9.844.612
Total	48.534.390	40.324.113

(1) Refere-se, principalmente, a prêmios recebidos em contratos de prestação de garantia, os quais estão sendo gradualmente reconhecidos como receita.

31 – DEPÓSITOS DE CLIENTES

	31.12.2022	31.12.2021
Brasil	701.588.908	624.716.498
Depósitos à vista	93.739.078	105.072.759
Sem remuneração	93.504.697	104.747.800
Com remuneração ⁽¹⁾	234.381	324.959
Depósitos de poupança	213.435.806	225.452.750
Depósitos a prazo	394.414.024	294.190.989
Exterior	51.674.139	46.553.043
Depósitos à vista	14.537.779	14.103.943
Sem remuneração	14.537.779	14.103.943
Depósitos a prazo	37.136.360	32.449.100
Total	753.263.047	671.269.541

(1) Referem-se a “special accounts”, cuja finalidade é registrar a movimentação de contas em moedas estrangeiras abertas no país em nome de embaixadas, legações estrangeiras, organismos internacionais, assim como entidades da administração pública beneficiárias de créditos ou mutuárias de empréstimos concedidos por organismos financeiros internacionais ou agências governamentais estrangeiras.

32 – VALORES A PAGAR A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos de instituições financeiras	23.921.286	25.968.818
Carteiras de crédito cedidas com coobrigação	161.571	198.879
Total	24.082.857	26.167.697

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

33 – OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

	31.12.2022	31.12.2021
Carteira própria	209.729.852	141.484.140
Letras Financeiras do Tesouro	194.439.807	125.961.113
Títulos privados	10.524.493	13.608.117
Títulos no exterior	4.765.545	1.914.910
Letras do Tesouro Nacional	7	--
Carteira de terceiros	354.723.747	480.352.615
Notas do Tesouro Nacional	247.312.446	153.883.790
Letras do Tesouro Nacional	107.411.301	145.523.122
Letras Financeiras do Tesouro	--	180.945.703
Total	564.453.599	621.836.755

34 – OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários	174.913.838	132.169.463
Obrigações por repasses	43.991.197	50.844.697
Fundos financeiros e de desenvolvimento	34.475.895	27.029.673
Dívidas subordinadas	54.832.126	67.746.490
Outros	20.395.068	14.887.652
Total	328.608.124	292.677.975

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários

Captações	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Vencimento	31.12.2022	31.12.2021
Programa "Global medium-term notes"						21.530.405	20.380.835
	USD	750.000	4,88%	2018	2023	3.951.059	4.224.448
	BRL	293.085	10,15%	2017	2027	279.647	294.411
	USD	750.000	3,25%	2021	2026	3.826.343	4.058.333
	USD	500.000	4,87%	2022	2029	2.654.327	--
	USD	750.000	4,75%	2019	2024	3.963.523	4.237.444
	BRL	398.000	9,50%	2019	2026	373.471	404.455
	COP	520.000.000	6,50%	2019	2027	486.600	720.189
	USD	1.000.000	4,63%	2017	2025	5.318.171	5.682.296
	COP	160.000.000	8,51%	2018	2025	160.824	221.039
	MXN	1.900.000	8,50%	2019	2026	516.440	538.220
"Senior notes"						--	6.097.753
	USD	1.085.133 ⁽¹⁾	3,88%	2012	2022	--	6.097.753
Certificados de depósitos⁽²⁾						5.967.236	5.210.122
Curto Prazo			0,00% a 6,48%			5.826.764	5.073.202
Longo Prazo			1,50% a 6,50%		2024	140.472	136.920
Certificado de operações estruturadas						38.486	9.694
Curto Prazo			4,08% a 13,99% do DI		2023	38.156	8.063
Longo Prazo			10,67% a 12,75% do DI		2024	330	1.631
Letras de crédito imobiliário						12.197.438	12.547.846
			75,00% a 100,00% do DI TR + 7,7151%				
Curto Prazo					2023	2.167.110	3.632.368
Longo Prazo					2026	10.030.328	8.915.478
Letras de crédito do agronegócio						122.248.775	81.396.088
			80,00% a 103,50% do DI Pré 3,73% a 13,72%				
Curto Prazo					2023	55.703.522	37.489.728
Longo Prazo					2025	66.545.253	43.906.360
Letras financeiras						4.486.508	1.047
			98,25% do DI 100,00% do DI + 0,65%				
Curto Prazo					2023	--	1.047
Longo Prazo					2024	4.486.508	--
Banco Patagonia						31.910	33.903
			Badlar				
Curto Prazo	ARS					31.910	33.903
Entidade de propósitos específicos no exterior (EPE)						8.434.779	6.522.534
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior⁽³⁾							
	USD	200.000	Libor 3m + 1,20%	2019	2024	520.283	925.372
	USD	200.000	3,70%	2019	2026	727.813	1.005.851
	USD	400.000	Sofr 3m + 2,75%	2022	2029	2.867.277	--
	USD	150.000	6,65%	2022	2032	2.344	--
Notas estruturadas⁽³⁾							
	USD	500.000	Libor 6m + 2,50%	12/2014 e 03/2015	2034	2.641.160	2.802.777
	USD	320.000	Libor 6m + 3,20%	2015	2030	1.675.902	1.788.534
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários, em poder de controlada no exterior						(21.699)	(30.359)
Total						174.913.838	132.169.463

(1) Em setembro de 2021, foi realizada troca de papéis envolvendo a recompra de "Senior Notes" e nova emissão compreendida no Programa "Global Medium - Term Notes". As emissões estão apresentadas por seu valor *outstanding*, uma vez que ocorreram recompras parciais.

(2) Títulos no exterior em USD.

(3) Informações relativas às EPEs podem ser encontradas na Nota 5.

Notas:

Libor - Taxa interbancária do mercado de Londres.

Badlar - Taxa interbancária do mercado de Buenos Aires.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Obrigações por repasses

As obrigações por repasses são fontes de captação junto a outras instituições financeiras ou órgãos governamentais nacionais, predominantemente de longo prazo, para incentivo à produção nacional. Os recursos são provenientes do Tesouro Nacional, Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF), dentre outros órgãos.

Desta forma, o Banco atua como agente financeiro dos programas governamentais de incentivo a determinados setores da economia. Na agricultura, por meio dos repasses, com destaque:

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
- Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira (Cacau);
- Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop);
- Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé); e
- Poupança Rural.

Na indústria, por meio dos repasses oriundos, principalmente, dos programas do BNDES e da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame).

	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações por repasses		
Do país - instituições oficiais	43.991.197	50.844.697
Total	43.991.197	50.844.697

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Do país – Instituições oficiais

Programas	Taxa de atualização	31.12.2022	31.12.2021
Tesouro Nacional - crédito rural		132.828	142.969
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a.a. a 4,00% a.a. (se aplicado)	6.900	10.698
Cacau	IGP-M + 8,00% a.a. ou TJLP + 0,60% a.a. ou Pré 6,35% a.a.	111.388	116.963
Recoop	Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. ou IGP-DI + 1,00% a.a. ou IGP-DI + 2,00% a.a.	9.842	10.770
Outros		4.698	4.538
BNDES ⁽¹⁾	Pré 0,00% a.a. a 8,12% a.a. TJLP + 0,55% a.a. a 4,00% a.a. IPCA + 4,20% a.a. a 7,70% a.a. Selic + 2,08% a.a. Var. Cambial + 1,70% a.a. a 2,30% a.a. TLP + 1,30% a.a. a 2,10% a.a.	13.318.066	16.638.212
Caixa Econômica Federal ⁽²⁾	Pré 4,85% a.a. (média)	27.332.771	28.303.957
Finame ⁽³⁾	Pré 0,00% a.a. a 8,12% a.a. TJLP + 0,90% a.a. a 1,60% a.a. Selic + 2,08% a.a. a 2,45% a.a. Var. Cambial + 1,40% a.a. a 3,00% a.a. TLP + 1,42% a.a. a 2,25% a.a.	2.933.975	5.558.800
Outras instituições oficiais		273.557	200.759
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 7,00% a.a.	273.530	200.731
Outros		27	28
Total		43.991.197	50.844.697

(1) Prazo médio da maturidade das operações com BNDES é de 66 meses.

(2) Prazo médio da maturidade das operações com a Caixa Econômica Federal é de 346 meses.

(3) Prazo médio da maturidade das operações com Finame é de 16 meses.

Notas:

TMS - Taxa média SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil.

TJLP - Taxa de juros de longo prazo fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

TR - Taxa referencial de juros divulgada pelo Banco Central do Brasil.

IGP-DI - Índice geral de preços - disponibilidade interna.

IGP-M - Índice geral de preços - mercado.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Dívidas subordinadas

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Vencimento	31.12.2022	31.12.2021
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste					20.535.828	23.469.518
Dívidas subordinadas no exterior					3.968.953	12.765.196
USD	1.490.000	5,88%	2011	2022	--	8.524.497
USD	741.115	5,88%	2012	2023	3.968.953	4.240.699
Letras financeiras subordinadas					2.453.282	1.138.973
	934.630	8,08% + IPCA	2014	2022	--	1.118.233
	20.000	100,0% do CDI + 2,75%	2021	Perpétuo	21.250	20.740
	2.328.600	100,00% do CDI + 2,60%	2022	Perpétuo	2.432.032	--
Bônus Perpétuos					27.652.628	30.412.923
USD	1.285.950	9,25%	2012	Perpétuo	6.853.656	7.378.278
USD	1.950.000	6,25%	2013	Perpétuo	9.709.989	11.012.865
USD	2.150.000	9,00%	2014	Perpétuo	11.088.983	12.021.780
Dívidas emitidas pelo Banco, em poder de controlada no exterior					(30.545)	(40.120)
Total ⁽¹⁾					54.580.146	67.746.490

(1) O montante R\$ 20.535.828 mil (R\$ 23.469.518 mil, em 31.12.2021) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR), de acordo com as regras aplicadas às instituições financeiras no Brasil. Não inclui os juros sobre instrumento elegível a capital principal no valor de R\$ 251.980 mil.

Notas:

CDI - Taxa média dos depósitos interbancários.

IPCA - Índice de preços ao consumidor amplo.

Esta seção pode ser lida em conjunto com a Nota 40 – Capital regulatório e limite de imobilização.

Do total dos bônus perpétuos e letras financeiras subordinadas perpétuas, o montante de R\$ 29.350.198 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 30.015.187 mil em 31.12.2021).

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.750.000 mil (outstanding value USD 1.285.950 mil) e os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (outstanding value USD 1.950.000 mil), tiveram, em 27.09.2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN n.º 4.192/2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01.10.2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30.10.2013.

O bônus emitido em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil (outstanding value USD 2.150.000 mil), tem opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18 de junho de 2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Bacen. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o *spread* inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e a abril de 2024 para o bônus emitido em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o *Make-whole amount*;
- (iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 contam com mecanismos de “absorção de perdas” (*loss absorption*). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim, estes bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, estabelecer por escrito a extinção dos títulos para viabilizar a continuidade do Banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	31.12.2022	31.12.2021
Fundo Constitucional do Centro Oeste – FCO ⁽¹⁾	24.151.159	16.344.785
Marinha Mercante	5.895.208	7.317.190
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE	2.898.220	2.010.777
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste – FDCO	150.672	204.780
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	106.752	165.704
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasep	191.804	28
Outros	1.082.080	986.409
Total	34.475.895	27.029.673

(1) A Resolução CMN n.º 4.955/2021 passou a limitar a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência – PR (Nota 40). O montante divulgado refere-se ao que excede esse valor, sendo R\$ 23.703.437 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R\$ 447.722 mil de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).

O Fundo da Marinha Mercante (FMM) tem como objetivo prover recursos para a renovação, ampliação e recuperação da frota mercante nacional e para o desenvolvimento da indústria de construção naval do país. Os recursos recebidos são remunerados pela variação da Taxa Média Selic (TMS). A remuneração dos recursos aplicados em operações ativas é de 0,1% ou 0,5% ao ano mais Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para financiamentos de itens nacionais ou mais variação cambial (dólar americano) para financiamentos de itens importados. O risco de crédito das operações contratadas é do Banco. No acordo entre o provedor dos recursos e o Banco não há cláusula aplicável para cancelamento ou pagamento antecipado dos recursos por parte do Banco. Qualquer alteração deve ser promovida por meio de aditivos ao acordo firmado entre as partes.

O Programa de Formação do Servidor Público – Pasep é um programa governamental brasileiro que tem o objetivo de promover a distribuição de renda entre a população. Além disso, os recursos podem ser aplicados em favor do desenvolvimento econômico-social. Enquanto não utilizados em operações de crédito, os recursos são remunerados com base na taxa de rentabilidade das aplicações realizadas no Banco Central do Brasil – Taxa extramercado (DEDIP). Quando aplicados em operações de crédito, a remuneração é a Taxa Referencial – TR adicionada a juros de 6% ao ano. O risco de crédito das operações contratadas é assumido integralmente pelo Banco. No acordo entre o provedor dos recursos e o Banco não há cláusula aplicável para cancelamento ou pagamento antecipado dos recursos por parte do Banco. Qualquer alteração deve ser promovida por meio de aditivos ao acordo firmado entre as partes.

Os Fundos do Governo do Estado de São Paulo tem como objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social daquele Estado, através da geração de *funding* para operações de crédito ou repasses, subvenções, subsídios e equalização de taxas de juros. Enquanto não utilizados em operações de crédito, os recursos são remunerados pelas taxas praticadas pelo Fundo de Investimento BB Nossa Caixa Renda Fixa Governos. Excetuando-se os repasses, subvenções, subsídios e equalização de taxas de juros, por não serem reembolsáveis, à medida que são aplicados os recursos passam a ser remunerados pelas taxas de juros praticadas pelas operações de crédito. O Banco administra o fundo na qualidade de agente financeiro do tesouro estadual. O risco de crédito das operações é integralmente assumido pelos Fundos. Se os recursos não são concedidos sob a forma de empréstimos, o resgate é feito, aleatoriamente, mediante pedido formal do alocador, ou quando do seu encerramento. Caso sejam concedidos sob a forma de empréstimos, o resgate é realizado no dia útil subsequente ao pagamento das parcelas realizados pelos mutuários.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Outras obrigações

	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações por empréstimos	20.009.370	14.486.166
Financiamentos à importação	382.412	401.486
Financiamentos à exportação	3.286	--
Total	20.395.068	14.887.652

Em 31.12.2022, a taxa média ponderada de juros aplicável às obrigações por empréstimos no exterior era de 4,45% a.a. (1,56% a.a. em 31.12.2021).

f) Obrigações por prazo de exigibilidade

	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Sem vencimento	Total
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários	68.540.766	78.888.437	5.640.247	11.203.101	760.289	9.880.998	--	174.913.838
Obrigações por repasses	32.158.951	2.184.463	1.333.537	1.173.993	1.013.427	6.126.826	--	43.991.197
Dívidas subordinadas	4.323.920	--	--	--	--	--	50.508.206	54.832.126
Fundos financeiros e de desenvolvimento	6.361.626	5.584.493	5.584.493	5.584.493	5.584.493	5.776.297	--	34.475.895
Outras	14.445.188	2.174.647	2.174.647	800.293	800.293	--	--	20.395.068
Total	125.830.451	8.832.040	14.732.924	18.761.880	8.158.502	21.784.121	50.508.206	328.608.124

g) Conciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento

	31.12.2021	Movimentações caixa		Movimentações não caixa		31.12.2022
		Captações	Liquidação / Pagamento	Alterações nas taxas de câmbio	Outros	
Instrumentos de dívida	72.382.155	2.328.600	(16.152.051)	(2.847.475)	3.299.180	59.010.409
Dívidas subordinadas	67.746.490	2.328.600	(15.131.901)	(2.847.475)	2.736.412	54.832.126
Passivo de arrendamento	4.635.665	--	(1.020.150)	--	562.768	4.178.283
Instrumentos de patrimônio	4.926.959	--	(13.390.911)	(423.393)	12.282.889	3.395.544
Ações em tesouraria / reserva de capital	6.350.720	--	--	--	7.419	6.358.139
Resultados acumulados não apropriados ⁽¹⁾	(4.673.744)	--	(12.025.776)	--	9.616.157	(7.083.363)
Participação de acionistas não controladores ⁽²⁾	3.249.983	--	(1.365.135)	(423.393)	2.659.313	4.120.768
Total - movimentação		2.328.600	(29.542.962)	(3.270.868)	15.582.069	
Movimentação líquida			(27.214.362)		12.311.201	

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.12.2020	Movimentações caixa		Movimentações não caixa		31.12.2021
		Captações	Liquidação / Pagamento	Alterações nas taxas de câmbio	Outros	
Instrumentos de dívida	81.209.341	20.740	(17.756.522)	3.094.951	5.813.645	72.382.155
Dívidas subordinadas	78.301.961	20.740	(16.653.580)	3.094.951	2.982.418	67.746.490
Passivo de arrendamento	2.907.380	--	(1.102.942)	--	2.831.227	4.635.665
Instrumentos de patrimônio	4.659.162	--	(7.246.368)	(32.407)	7.546.572	4.926.959
Ações em tesouraria / reserva de capital	6.344.966	--	--	--	5.754	6.350.720
Resultados acumulados não apropriados ⁽¹⁾	(4.447.316)	--	(6.576.713)	--	6.350.285	(4.673.744)
Participação de acionistas não controladores ⁽²⁾	2.761.512	--	(669.655)	(32.407)	1.190.533	3.249.983
Total - movimentação		20.740	(25.002.890)	3.062.544	13.360.217	
Movimentação líquida			(24.982.150)		16.422.761	

(1) Inclui os juros sobre instrumento elegível a capital principal e dividendos ou juros sobre capital próprio de acionistas controladores.

(2) Inclui dividendos ou juros sobre capital próprio de acionistas não controladores, bem como a variação de participações societárias em controladas.

35 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros e ações de exigir contas propostas por clientes para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.

As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos. Em 31.12.2022, o salário mínimo era R\$ 1.212,00.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se aquelas que envolvem cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II), bem como a repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, avaliadas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a Febraban e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo referente às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, que já foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo, por meio de ferramenta disponibilizada pela Febraban. Em 12.03.2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, sendo homologado pelo Plenário do STF, nos autos da ADPF 165, conforme acórdão publicado em 18.06.2020, e prorrogado por mais 30 meses, em votação no Plenário Virtual do STF, finalizada no dia 16.12.2022, cujo acórdão está pendente de publicação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do STF, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e Febraban (RE n.º 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 11.09.2019.

Quanto ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários cobram a diferença entre o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos e o que eles consideram correto. Sobre esse tema, em 04.12.2014, foi julgado o Recurso Especial (RESP) n.º 1.319.232-DF, nos autos da Ação Civil Pública (ACP) n.º 94.008514-1, onde foi imposta condenação solidária da União, do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32% ou o índice ponderado de 74,60% previsto no art. 6º da Lei n.º 8.088/90), e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A ação ainda não transitou em julgado, em razão da interposição de recursos extraordinários pelo Banco Central do Brasil, pela União e pelo Banco do Brasil. Foi atribuído efeito suspensivo ao Recurso Extraordinário interposto pelo Banco do Brasil até o julgamento, pelo STF, do Recurso Extraordinário 1.101.937/SP, que versava sobre a extensão territorial da sentença coletiva. Em 24.03.2021, considerando a conclusão do julgamento do RE 1.101.937/SP e a consequente possibilidade de abrangência nacional da sentença coletiva, a Vice-Presidência do STJ revogou o efeito suspensivo anteriormente atribuído ao Recurso Extraordinário do Banco do Brasil. Em 22.06.2021, o mesmo recurso foi inadmitido, sendo interpostos os recursos cabíveis, os quais aguardam julgamento.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos sobre tributos e condutas fiscais relacionados a sua posição de contribuinte ou de responsável tributário, em procedimentos de fiscalização, que podem ensejar autuações. A maioria das autuações versa sobre a apuração de tributos devidos, como: ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições à Seguridade Social. Para garantia do crédito fiscal em litígio, quando necessário, são realizados depósitos judiciais ou penhoras em dinheiro, títulos públicos ou imóveis.

a) Provisões

Em conformidade com a IAS 37, o Banco constitui provisão para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas cíveis, trabalhistas e fiscais.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentações nas provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Demandas cíveis			
Saldo inicial	11.409.264	9.579.206	8.851.582
Constituição	4.208.206	5.339.495	3.547.535
Reversão da provisão	(401.229)	(475.140)	(326.014)
Baixa por pagamento	(3.706.444)	(3.372.074)	(2.714.146)
Atualização monetária e variação cambial	505.667	337.777	220.249
Saldo final	12.015.464	11.409.264	9.579.206
Demandas trabalhistas			
Saldo inicial	4.746.919	4.499.477	3.663.769
Constituição	2.396.072	1.987.572	2.410.796
Reversão da provisão	(379.921)	(241.631)	(440.413)
Baixa por pagamento	(1.768.070)	(1.812.577)	(1.382.776)
Atualização monetária e variação cambial	436.614	314.078	248.101
Saldo final	5.431.614	4.746.919	4.499.477
Demandas fiscais			
Saldo inicial	570.356	440.539	415.396
Constituição	695.482	295.824	211.523
Reversão da provisão	(272.787)	(54.141)	(136.246)
Baixa por pagamento	(131.544)	(123.714)	(56.628)
Atualização monetária e variação cambial	64.120	11.848	6.494
Saldo final	925.627	570.356	440.539
Total das demandas cíveis, trabalhistas e fiscais	18.372.705	16.726.539	14.519.222

Despesas com demandas cíveis, trabalhistas e fiscais

	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Demandas cíveis	(4.312.644)	(5.202.132)	(3.441.770)
Demandas trabalhistas	(2.452.765)	(2.060.019)	(2.218.484)
Demandas fiscais	(486.815)	(253.531)	(81.771)
Total	(7.252.224)	(7.515.682)	(5.742.025)

Cronograma esperado de desembolsos

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	10.814.142	4.964.288	557.428
Acima de 5 anos	1.201.322	467.326	368.199
Total	12.015.464	5.431.614	925.627

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Passivos contingentes

As demandas cíveis, trabalhistas e fiscais são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão, com base na IAS 37.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2022	31.12.2021
Demandas fiscais ⁽¹⁾	16.441.899	13.021.018
Demandas cíveis	2.359.110	2.530.401
Demandas trabalhistas	124.079	124.622
Total	18.925.088	15.676.041

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS ou pela Receita Federal do Brasil, visando o recolhimento de participação em lucros e resultados, no valor de R\$ 2.127.184 mil; e de auxílio-alimentação, no valor de R\$ 2.642.506 mil; e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando à cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 2.093.747 mil.

c) Ativos contingentes

Em conformidade com a IAS 37, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

d) Depósitos em garantia de recursos

Os depósitos em garantia são depósitos de quantias em dinheiro efetuados no Banco ou em outra instituição financeira oficial, como meio de pagamento ou como meio de garantir o pagamento de condenações, indenizações, acordos e demais despesas decorrentes de processos judiciais. Os valores estão apresentados no balanço patrimonial em "Outros ativos financeiros".

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2022	31.12.2021
Demandas cíveis	19.399.827	18.621.596
Demandas fiscais	8.804.854	9.566.584
Demandas trabalhistas	7.421.326	6.765.433
Total	35.626.007	34.953.613

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

36 – IMPOSTOS**a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) apresentados na demonstração do resultado consolidado**

	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Impostos correntes			
Do exercício	(6.773.108)	(3.512.020)	(3.585.727)
Ajustes de exercícios anteriores	(14.931)	(32.378)	(5.290)
Total	(6.788.039)	(3.544.398)	(3.591.017)
Impostos diferidos			
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	(1.518.131)	(845.363)	--
Prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL	(646.790)	1.337.926	(61.533)
Atualização de depósitos judiciais	(373.223)	(153.018)	(95.680)
Decorrente de resultado não realizado (Cateno)	(77.543)	(77.543)	(77.543)
Ajuste da carteira de arrendamento mercantil	(11.629)	(6.016)	(3.486)
Ajustes de combinação de negócios	(3.892)	(3.627)	(14.713)
Ajustes decorrentes de perda esperada para demais ativos financeiros	39.708	(389.303)	(829.325)
Ajustes de marcação a mercado de ativos financeiros	377.439	(77.276)	(136.032)
Ajustes decorrentes de perda esperada em empréstimos a clientes	573.900	754.804	(1.130.986)
Outras diferenças temporárias/encargos diferidos	(24.182)	(1.263.106)	7.656.195
Total	(1.664.343)	(722.522)	5.306.897
Total do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido	(8.452.382)	(4.266.920)	1.715.880

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Lucro antes dos impostos	38.301.717	23.989.791	11.577.003
Despesa de IR (25%) e de CSLL (21%) ⁽¹⁾	(17.235.773)	(11.584.161)	(5.209.651)
Juros sobre o capital próprio	4.335.904	3.006.873	1.888.600
Receitas do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO	2.248.410	2.277.123	1.897.563
Resultado de participação em coligadas e joint ventures	2.300.018	1.468.510	1.044.865
Resultado de empresas consolidadas com alíquota diferenciada	833.140	754.908	510.791
Receitas não tributáveis/despesas não dedutíveis	(934.081)	(190.173)	1.583.712
Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.452.382)	(4.266.920)	1.715.880
Alíquota efetiva	22,07%	17,79%	--

(1) A CSLL teve alíquotas distintas durante os períodos evidenciados, sendo: 20% para o período de 01.01 a 30.06.2021; 25% de 01.07 a 31.12.2021; 20% para o período de 01.01 a 31.07.2022 e 21% a partir de agosto até dezembro de 2022 (Art. 3º da Lei nº 7.689/1988). As empresas do consolidado observaram as determinações expressas na Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, Art. 3º, incisos I, II-A e III, alterada pelas Leis nº 14.183, de 14 de julho de 2021 e 14.446, de 02 de setembro de 2022.

c) IR e CSLL sobre o resultado abrangente

	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido	(8.452.382)	(4.266.920)	1.715.880
IR e CSLL sobre outros resultados abrangentes	(3.363.737)	(6.830.043)	(6.551.042)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o resultado abrangente	(11.816.119)	(11.096.963)	(4.835.162)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) IR e CSLL diferidos apresentados no balanço patrimonial consolidado**Ativos**

	31.12.2021	Constituições	Baixas	31.12.2022
Ativos fiscais diferidos				
Perda esperada em empréstimos a clientes	28.947.981	13.142.129	(11.479.985)	30.610.125
Provisões passivas - outras	13.675.806	4.509.247	(3.420.640)	14.764.413
Prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL	3.663.784	831.072	(1.503.658)	2.991.198
Combinação de negócios	2.384.315	--	(3.891)	2.380.424
Marcação a mercado negativa de ativos financeiros	2.344.014	945.837	(1.500.281)	1.789.570
Perda esperada com garantias prestadas e compromissos por empréstimos	905.007	518.287	--	1.423.294
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	1.282.296	366.698	(689.894)	959.100
Contribuição social a compensar	636.538	--	--	636.538
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	1.001.835	185.053	(575.781)	611.107
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	357.652	--	(26.907)	330.745
Outras provisões	2.464.594	1.547.225	(3.180.383)	831.436
Total	57.663.822	22.045.548	(22.381.420)	57.327.950

Passivos

	31.12.2022	31.12.2021
Passivos fiscais diferidos		
Decorrentes de ganhos atuariais	(9.438.940)	(5.622.516)
Créditos recuperados a prazo	(1.592.516)	(762.298)
Marcação a mercado positiva de ativos financeiros	(1.459.045)	(1.666.342)
Ganhos por compras vantajosas	(337.712)	(895.841)
Atualização de depósitos judiciais	(134.144)	(134.144)
Ajuste da carteira de arrendamento mercantil	(36.487)	(24.858)
Outras diferenças temporárias	(567.774)	(473.763)
Total	(13.566.618)	(9.579.762)

As dependências no exterior possuem créditos tributários não reconhecidos em virtude da inexistência de probabilidade de sua realização, segundo avaliação da Administração, no montante de R\$ 1.165.599 mil, sendo R\$ 1.057.202 mil referente a prejuízos fiscais e R\$ 108.397 mil referente a diferenças temporárias. No Brasil, há créditos tributários não reconhecidos de R\$ 26.608 mil, sendo R\$ 22.744 mil referente a prejuízos fiscais e R\$ 3.864 mil referente a diferenças temporárias.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	Ativos fiscais diferidos
Em 2023	16.822.575
Em 2024	20.116.056
Em 2025	10.734.862
Em 2026	2.728.779
Em 2027	2.907.468
Em 2028	2.814.765
Em 2029	807.865
Em 2030	21.305
Em 2031	22.213
Em 2032	332.074
Em 2033	19.988
Total	57.327.950

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2022.

No Exercício/2022, observou-se a realização de créditos tributários no montante de R\$ 22.381.420 mil, correspondentes a 163,40% da respectiva projeção de utilização para o período de 2022, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2021.

37 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária**

	31.12.2022	31.12.2021
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	158.956.355	142.751.482
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	55,70	50,03
Valor de mercado por ação ordinária (R\$)	34,73	28,85

(1) O valor patrimonial por ação é calculado pela divisão do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores pelo número total de ações ordinárias, excluindo as ações em tesouraria.

b) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 90.000.023 mil (R\$ 90.000.023 mil em 31.12.2021), está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o capital social até o limite de R\$ 120.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas, preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

Desde a assinatura do termo aditivo, em 28.08.2014, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Conforme Comunicado ao Mercado, de 08 de abril de 2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029. Em 28.07.2022, o Banco devolveu ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 1 bilhão referente à primeira parcela, cuja liquidação antecipada foi autorizada pelo Bacen em 19.07.2022.

d) Reservas de capital

O saldo da conta reservas de capital de R\$ 6.630.709 mil (R\$ 6.627.633 mil em 31.12.2021) refere-se principalmente à alteração de participação societária na BB Seguridade decorrente de oferta pública de ações, ao aumento na participação societária no Banco Patagonia decorrente do exercício de opção de venda, por acionistas minoritários, conforme previsto no Acordo de Acionistas celebrado em 12.04.2011, entre o Banco e os minoritários, bem como à alienação de ações em tesouraria, ocorrido em 23.10.2019.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Reservas de lucros

	31.12.2022	31.12.2021
Reservas de lucros	70.142.173	51.180.290
Reserva legal	11.777.636	10.237.793
Reservas estatutárias	58.364.537	40.942.497
Margem operacional	51.047.561	32.636.497
Equalização de remuneração do capital	7.316.976	8.306.000

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento de remuneração de capital, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido, apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

f) Outros resultados abrangentes acumulados

O saldo da conta outros resultados abrangentes acumulados refere-se ao efeito da marcação a mercado dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos ajustes de conversão em investimentos no exterior, ao efeito líquido de operações de *hedge* e ao efeito das remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos. O Banco reconheceu em outros resultados abrangentes todas as diferenças de câmbio resultantes da conversão dos resultados de entidades cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação do Banco.

	31.12.2022	31.12.2021
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(2.632.077)	(1.664.736)
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	9.323	--
Variação cambial de investimentos no exterior	(3.193.840)	(1.873.586)
Ganhos/(perdas) atuariais - planos de benefícios	(1.845.703)	(4.699.652)
Hedge de fluxo de caixa	43.654	175.983
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	58.026	--
Total	(7.560.617)	(8.061.991)

g) Resultados acumulados não apropriados

O saldo apresentado nesta conta contempla o efeito das diferenças entre as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade. O lucro líquido apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil é totalmente destinado, semestralmente, na forma de dividendos, juros sobre capital próprio e de constituição de reservas de lucros.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995, n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

2022	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Dividendos	443.296	0,155	23.05.2022	31.05.2022
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	601.008	0,211	14.03.2022	31.03.2022
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.477.370	0,518	23.05.2022	31.05.2022
2º Trimestre				
Dividendos	571.257	0,200	22.08.2022	31.08.2022
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	714.210	0,250	13.06.2022	30.06.2022
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.628.481	0,571	22.08.2022	31.08.2022
3º Trimestre				
Dividendos	485.698	0,170	21.11.2022	30.11.2022
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	781.128	0,274	12.09.2022	30.09.2022
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.810.537	0,634	21.11.2022	30.11.2022
4º Trimestre				
Dividendos	671.995	0,235	23.02.2023	03.03.2023
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	985.986	0,346	12.12.2022	29.12.2022
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.636.622	0,574	23.02.2023	03.03.2023
Total destinado aos acionistas	11.807.588	4,138		
Dividendos	2.172.246	0,760		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	9.635.342	3,378		

(1) Valores sujeitos à retenção de imposto de renda retido na fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

2021	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Dividendos	212.107	0,074	21.05.2021	28.05.2021
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	415.758	0,146	11.03.2021	31.03.2021
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	970.473	0,340	21.05.2021	28.05.2021
2º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	480.852	0,169	11.06.2021	30.06.2021
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	986.104	0,346	23.08.2021	31.08.2021
3º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	527.136	0,185	13.09.2021	30.09.2021
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.123.392	0,394	22.11.2021	30.11.2021
4º Trimestre				
Dividendos	1.015.304	0,356	02.03.2022	11.03.2022
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	499.320	0,175	13.12.2021	30.12.2021
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.296.030	0,454	02.03.2022	11.03.2022
Total destinado aos acionistas	7.526.476	2,639		
Dividendos	1.227.411	0,430		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	6.299.065	2,209		

(1) Valores sujeitos à retenção de imposto de renda retido na fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

i) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações, bem como do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.

Acionistas	31.12.2022		31.12.2021	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal – Tesouro Nacional	1.432.708.542	50,0	1.432.708.542	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	131.948.214	4,6	133.689.414	4,7
Ações em tesouraria ⁽¹⁾	11.830.375	0,4	12.017.619	0,4
Outros acionistas	1.288.929.889	45,0	1.287.001.445	44,9
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Inclui, em 31.12.2022, 49.614 ações do Banco do Brasil mantidas na BB Asset (42.983 em 31.12.2021).

	Ações ON ⁽¹⁾	
	31.12.2022	31.12.2021
Conselho de Administração (exceto o Presidente do Banco)	3.988	3.599
Diretoria Executiva (inclui o Presidente do Banco)	128.355	95.341
Conselho Fiscal	1.000	1.000
Comitê de Auditoria	2.012	2.015

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,005% do capital do Banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Quantidade de ações emitidas e quantidade de ações em circulação (free float)

	Quantidade de ações	
	Ações Ordinárias	Ações em Tesouraria
Saldos em 31.12.2021	2.865.417.020	12.017.619
Movimentação	--	(187.244)
Saldos em 31.12.2022	2.865.417.020	11.830.375

	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação (free float) no início do período	1.420.591.910	49,6	1.420.413.540	49,6
Outras movimentações ⁽¹⁾	153.841		178.370	
Ações em circulação (free float) no fim do período ⁽²⁾	1.420.745.751	49,6	1.420.591.910	49,6

(1) Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

k) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Ações	% Total	Ações	% Total
Ações em tesouraria	11.830.375	100,0	12.017.619	100,0
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN)	8.075.350	68,3	8.075.350	67,2
Programas de recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	3.348.867	28,3	3.570.196	29,7
Programa de remuneração variável	406.095	3,4	372.010	3,1
Incorporações	63	--	63	--
Valor contábil	(272.570)		(276.913)	

l) Pagamento baseado em ações**Programa de remuneração variável**

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921, de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a ativação do programa de participação nos lucros e resultados e o atingimento de lucro contábil pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento. No momento da apuração das parcelas diferidas, caso ocorram frações, estas são acumuladas na primeira parcela a ser disponibilizada.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido pelo prazo de quatro anos, sendo: 20% no prazo de um ano, 20% no prazo de dois anos, 20% no prazo de três anos e 20% no prazo de quatro anos.

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco foram de R\$ 21.875 mil no Exercício/2022 (R\$ 21.875 mil no Exercício/2021).

A BB Asset, em decorrência dessa resolução, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de ações do programa	Custo médio	Ações distribuídas	Ações a distribuir ⁽¹⁾	Cronograma estimado de transferências
Programa 2018					
Banco do Brasil	127.860	53,44	100.698	25.556	03/2023
Total de ações a distribuir				25.556	
BB Asset	14.218	53,44	11.376	2.842	03/2023
Total de ações a distribuir				2.842	
Programa 2019					
Banco do Brasil	162.641	46,05	90.300	32.509	03/2023
				32.509	03/2024
Total de ações a distribuir				65.018	
BB Asset	15.998	46,07	9.604	3.197	03/2023
				3.197	03/2024
Total de ações a distribuir				6.394	
Programa 2020					
Banco do Brasil	164.146	29,65	64.287	32.809	03/2023
				32.809	03/2024
				32.809	03/2025
Total de ações a distribuir				98.427	
BB Asset	29.585	29,65	11.843	5.914	03/2023
				5.914	03/2024
				5.914	03/2025
Total de ações a distribuir				17.742	
Programa 2021					
Banco do Brasil	193.027	33,52	38.687	38.585	03/2023
				38.585	03/2024
				38.585	03/2025
				38.585	03/2026
Total de ações a distribuir				154.340	
BB Asset	28.302	33,52	5.666	5.659	03/2023
				5.659	03/2024
				5.659	03/2025
				5.659	03/2026
Total de ações a distribuir				22.636	

(1) Eventual diferença entre o total de ações a distribuir e o cronograma de transferências decorre de casos pontuais de ações pendentes de transferência/reversão.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

38 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e depósitos bancários	18.310.546	18.310.546	18.023.001	18.023.001
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	95.119.085	95.119.085	75.504.036	75.504.036
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.352.904.935	1.327.888.759	1.344.538.282	1.374.507.849
Empréstimos a instituições financeiras	62.607.954	63.066.978	42.842.588	42.909.565
Aplicações em operações compromissadas	360.620.474	360.557.861	487.472.927	487.473.230
Empréstimos a clientes	832.938.557	808.100.015	734.290.606	766.183.670
Títulos e valores mobiliários	47.996.424	47.422.379	33.107.809	31.117.032
Outros ativos financeiros	48.741.526	48.741.526	46.824.352	46.824.352
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	12.078.012	12.078.012	11.739.070	11.739.070
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	369.770.754	369.770.754	305.490.911	305.490.911
Passivo				
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.753.201.995	1.755.011.768	1.679.166.834	1.681.905.704
Depósitos de clientes	753.263.047	753.309.420	671.269.541	671.319.029
Valores a pagar a instituições financeiras	24.082.857	24.278.125	26.167.697	26.575.930
Obrigações por operações compromissadas	564.453.599	565.851.849	621.836.755	623.953.354
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	328.608.124	328.778.006	292.677.975	292.842.525
Outros passivos financeiros	82.794.368	82.794.368	67.214.866	67.214.866
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.764.797	2.764.797	2.053.161	2.053.161

O valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento financeiro, o valor justo é calculado com base nesse preço. Na ausência de um mercado ativo para um instrumento financeiro, seu valor justo é calculado por uma estimativa, objetivando assim uma avaliação justa e equânime dos instrumentos financeiros.

Metodologias de mensuração utilizadas para estimar o valor justo dos diferentes tipos de instrumentos financeiros:

a) Caixa e depósitos bancários

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado na rubrica caixa e depósitos bancários equivalem a ativos de alta liquidez. Dessa forma, o valor contábil representa substancialmente o valor justo.

b) Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado no grupamento depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil equivalem aproximadamente a seus valores justos.

c) Empréstimos a instituições financeiras e aplicações em operações compromissadas

O valor justo dos empréstimos a instituições financeiras e das aplicações em operações compromissadas com taxas pré-fixadas foi determinado mediante o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas por títulos, o apreçamento das operações compromissadas não considera no seu valor justo quaisquer mensurações de risco de crédito.

d) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e demais ativos financeiros ao custo amortizado

Essas contas são constituídas basicamente por instrumentos de dívida e patrimônio e derivativos. Considerando o conceito de valor justo apresentado anteriormente, caso não exista preço cotado em um mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, o Banco define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de avaliação normalmente utilizadas pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado (para swaps, futuros e termo de moedas) e o modelo Black-Scholes (para opções).

De acordo com o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os prazos e curvas de desconto.

As curvas de rentabilidade consideradas dependem do ativo objeto da avaliação a valor justo, por exemplo: para títulos cuja rentabilidade é atrelada ao IPCA, utiliza-se a curva do IPCA mais o cupom praticado na data referente ao valor justo.

O modelo Black-Scholes é utilizado para avaliar as opções europeias. O preço da opção pode ser calculado a partir de uma fórmula 'fechada', sendo as variáveis de entrada diretamente observáveis em mercado.

O Banco do Brasil escolheu este modelo sem pagamento de dividendos para a obtenção tanto de prêmios de opções quanto das respectivas superfícies de volatilidade, devido a sua vasta utilização pelo mercado, e sendo frequentemente utilizado pelas bolsas de valores para o cálculo de preços de ajuste de opções europeias. Nas opções de compra que serão utilizadas para a obtenção da superfície, há equivalência entre os modelos americano e europeu, o que permite a utilização do modelo citado mesmo no caso de opções de compra do tipo americano.

As fontes primárias utilizadas para cada classe de ativos financeiros são as seguintes: títulos públicos (Anbima/Bacen), títulos privados (B3, SND – Sistema Nacional de Debêntures, Anbima e Cetip) e derivativos (B3, Broadcast e Reuters).

As fontes alternativas de informações (fontes secundárias) funcionam em regime de contingência, na hipótese de não haver disponibilidade de informação nas fontes primárias ou uma situação de crise sistêmica, na ocorrência de falta de liquidez para determinados ativos ou classe de ativos e diferenças significativas entre informações de provedores de mercado. Como fonte alternativa é utilizada a Bloomberg e, em casos críticos de ausência de informação, poderão ser utilizadas informações dos servidores primários do dia anterior.

e) Empréstimos a clientes

O valor justo dos empréstimos a clientes, para as operações pós-fixadas, em sua maioria, foi considerado como o próprio valor contábil, devido à equivalência entre eles. Para as operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros os fluxos de caixa futuros dos empréstimos a clientes são calculados com base nas taxas de juros contratuais e datas de pagamento, enquanto o valor justo é determinado mediante o desconto desses fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

O spread de risco de crédito é calculado por uma metodologia baseada no índice de perda esperada ponderado pelo prazo da operação. Além de índices de perdas e severidade observados nas várias linhas de crédito, esta metodologia também considera as informações do cliente no momento da contratação da operação, como o segmento de negócios ao qual pertence e o risco de crédito a ele atribuído.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros) podem ser comparadas às taxas de juros praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas de juros embutem todos os custos e riscos (inclusive risco de crédito) inerentes ao ativo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de captação de recursos, custos administrativos, impostos, perdas de crédito e ganho da instituição financeira.

Há também um grupo de produtos cujo valor contábil representa aproximadamente o seu valor justo. Esse grupo é composto por operações de crédito rotativo (por exemplo, cheque especial e crédito rotativo de cartões de crédito) ou com prazo igual ou inferior a um mês.

f) Depósitos de clientes

O valor justo dos depósitos pré-fixados com vencimentos pré-estabelecidos é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas embutem todos os custos e riscos inerentes ao passivo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de oportunidade, custos administrativos, impostos e ganho da instituição financeira.

Para os depósitos pós-fixados e com vencimentos até 30 dias, o valor contábil é considerado aproximadamente o equivalente ao valor justo.

g) Obrigações por operações compromissadas

O valor justo das obrigações por operações compromissadas com taxas pré-fixadas é determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro.

Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis são considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas em títulos, os preços dos contratos de recompra não considera qualquer medição de risco de crédito em seu valor justo.

h) Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações

Essas obrigações têm seus valores justos atribuídos mediante cálculo do fluxo de caixa descontado, que considera as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

i) Outros ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos outros ativos e outros passivos equivalem aproximadamente a seus valores justos.

j) Níveis de informação relativos a ativos e passivos financeiros

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

O Banco utiliza prioritariamente valores obtidos diretamente em mercado ativo, e, caso não haja tais dados, valores gerados com base em referência de mercado ou, em último caso, modelo que considera ativos semelhantes. Diariamente, o processo produtivo da geração de informações para marcação a mercado dos ativos financeiros do Banco é executado, sendo feita a verificação da existência ou não de preços transacionados em mercado para ativos em carteira.

Em referência à política de transferência entre níveis, para cada instrumento financeiro, analisa-se a liquidez de mercado e define-se o tipo de mensuração a valor justo (no caso, marcação a mercado ou a modelo). A política no momento do reconhecimento da transferência é a mesma para transferência entre os níveis.

O modelo utilizado tanto para a marcação a mercado quanto para a marcação a modelo de títulos privados é aplicado utilizando-se a hierarquia de dados de mercado, e todos estes instrumentos têm o seu modelo de avaliação definido a cada dia.

Caso um título privado apresente negócios em um determinado dia, o valor marcado a mercado será dado pelo preço de fechamento. Entretanto, se o título privado não apresentar negócios no dia, e houver preço indicativo divulgado pela Anbima, este preço é utilizado.

Caso não haja negócios e nem preços divulgados pela Anbima, é verificada a existência de negociação nos últimos 30 dias. Caso tenha havido, é aplicado o modelo matemático que considera a relação entre o último preço de negócio registrado e o valor atualizado para a data em questão.

Não satisfazendo nenhuma das condições acima, é aplicado o critério de agregação por rating. Este critério é subdividido em outros dois conforme abaixo e aplicados nesta ordem:

1º critério – Caso haja curva de risco de crédito divulgada pela Anbima para o rating do instrumento, são utilizados os spreads desta curva para a obtenção do valor marcado a modelo.

2º critério – Não havendo curva de crédito divulgada pela Anbima para o rating do instrumento, é utilizado modelo baseado em regressão linear, calculada utilizando-se painéis de 30 dias de preços indicativos e taxas de juros divulgados pela Anbima. As variáveis explicativas para tal modelo são os ratings, as durations e as taxas indicativas dos papéis da amostra.

Tendo em vista que o Banco do Brasil busca sempre o conservadorismo em seus preços marcados a mercado, os valores obtidos tanto por preços de mercado quanto por modelos matemáticos são comparados com os preços obtidos por meio da utilização dos spreads de risco de crédito fornecidos por nossa Diretoria de Gestão de Riscos, e o preço mais baixo é utilizado.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Desta forma, os critérios expostos acima (preço de mercado, preço indicativo, relação matemática de preços históricos e, por fim, modelo de agregação por rating), que são todos baseados em dados de mercado, podem resultar em preços superiores aos obtidos por meio do uso do nosso spread de crédito. Por conservadorismo, os preços obtidos por estes spreads são comparados com os demais preços obtidos e o de valor mais baixo é utilizado.

Em decorrência de revisão periódica dos critérios de classificação, os contratos de swap passaram a ser classificados no nível 2 de hierarquia de valor justo a partir do 3º Trimestre de 2022.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31.12.2022	Distribuição por nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial de forma recorrente				
Ativo	381.848.766	321.952.749	57.182.317	2.713.700
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	12.078.012	2.554.362	9.419.109	104.541
Instrumentos de dívida e patrimônio	10.439.943	2.554.362	7.781.040	104.541
Títulos públicos	2.258.875	2.258.875	--	--
Títulos privados	8.181.068	295.487	7.781.040	104.541
Derivativos	1.638.069	--	1.638.069	--
Swaps	1.134.779	--	1.134.779	--
Operações a termo	395.025	--	395.025	--
Opções	89.042	--	89.042	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	19.223	--	19.223	--
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	369.770.754	319.398.387	47.763.208	2.609.159
Títulos públicos	315.329.345	315.277.702	51.643	--
Títulos privados	54.441.409	4.120.685	47.711.565	2.609.159
Passivo	2.764.797	--	2.764.797	--
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.764.797	--	2.764.797	--
Derivativos	2.764.797	--	2.764.797	--
Operações a termo	1.073.427	--	1.073.427	--
Swaps	1.024.936	--	1.024.936	--
Opções	525.576	--	525.576	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	140.858	--	140.858	--
Ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo no balanço patrimonial				
Ativo	1.327.888.759	17.317.473	27.332.705	1.283.238.581
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.327.888.759	17.317.473	27.332.705	1.283.238.581
Empréstimos a instituições financeiras	63.066.978	--	--	63.066.978
Aplicações em operações compromissadas	360.557.861	--	--	360.557.861
Empréstimos a clientes	808.100.015	--	--	808.100.015
Títulos e valores mobiliários	47.422.379	17.317.473	27.332.705	2.772.201
Outros ativos financeiros	48.741.526	--	--	48.741.526
Passivo	1.755.011.768	--	--	1.755.011.768
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.755.011.768	--	--	1.755.011.768
Depósitos de clientes	753.309.420	--	--	753.309.420
Valores a pagar a instituições financeiras	24.278.125	--	--	24.278.125
Obrigações por operações compromissadas	565.851.849	--	--	565.851.849
Obrigações por emissão de títulos e valor mobiliários e outras obrigações	328.778.006	--	--	328.778.006
Outros passivos financeiros	82.794.368	--	--	82.794.368

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31.12.2021	Distribuição por nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial de forma recorrente				
Ativo	317.229.981	262.983.098	51.783.334	2.463.549
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	11.739.070	5.284.237	6.102.645	352.188
Instrumentos de dívida e patrimônio	9.604.035	5.284.237	4.240.507	79.291
Títulos públicos	4.920.964	4.920.964	--	--
Títulos privados	4.683.071	363.273	4.240.507	79.291
Derivativos	2.135.035	--	1.862.138	272.897
Operações a termo	1.623.170	--	1.623.170	--
Swaps	272.897	--	--	272.897
Opções	94.055	--	94.055	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	144.913	--	144.913	--
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	305.490.911	257.698.861	45.680.689	2.111.361
Títulos públicos	253.826.113	253.762.223	63.890	--
Títulos privados	51.664.798	3.936.638	45.616.799	2.111.361
Passivo	2.053.161	--	1.334.568	718.593
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.053.161	--	1.334.568	718.593
Derivativos	2.053.161	--	1.334.568	718.593
Operações a termo	948.705	--	948.705	--
Swaps	718.593	--	--	718.593
Opções	340.324	--	340.324	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	45.539	--	45.539	--
Ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo no balanço patrimonial				
Ativo	1.374.507.849	19.878.183	11.238.849	1.343.390.817
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.374.507.849	19.878.183	11.238.849	1.343.390.817
Empréstimos a instituições financeiras	42.909.565	--	--	42.909.565
Aplicações em operações compromissadas	487.473.230	--	--	487.473.230
Empréstimos a clientes	766.183.670	--	--	766.183.670
Títulos e valores mobiliários	31.117.032	19.878.183	11.238.849	--
Outros ativos financeiros	46.824.352	--	--	46.824.352
Passivo	1.681.905.704	--	--	1.681.905.704
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.681.905.704	--	--	1.681.905.704
Depósitos de clientes	671.319.029	--	--	671.319.029
Valores a pagar a instituições financeiras	26.575.930	--	--	26.575.930
Obrigações por operações compromissadas	623.953.354	--	--	623.953.354
Obrigações por emissão de títulos e valor mobiliários e outras obrigações	292.842.525	--	--	292.842.525
Outros passivos financeiros	67.214.866	--	--	67.214.866

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

39 – GARANTIAS FINANCEIRAS E OUTROS COMPROMISSOS

	31.12.2022	31.12.2021
Créditos contratados a liberar	188.489.507	170.148.951
Garantias prestadas	11.775.904	11.256.217
Créditos abertos para importação contratados	1.047.202	705.686
Créditos de exportação confirmados	621.031	598.396

Os créditos contratados a liberar destinam-se ao registro do saldo de valores a liberar de empréstimos a clientes e de arrendamento mercantil, tais como cheque especial, crédito rotativo e assemelhados. Garantias prestadas, tais como as cartas de crédito em aberto ("standby") e as garantias financeiras por avais e fianças, são compromissos condicionais, geralmente para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro em contratos de empréstimo. As informações referentes as práticas de gerenciamento de risco e exposição máxima estão descritas na Nota 41.

Nos instrumentos financeiros relacionados a crédito, o montante contratual do instrumento financeiro representa o potencial máximo de risco de crédito no caso de a contraparte não cumprir os termos do contrato. A maioria desses compromissos vence sem que sejam sacados. Como resultado, o montante contratual total não é representativo da efetiva exposição futura a riscos de crédito ou necessidades de liquidez oriundas desses compromissos. Para diminuir o risco de crédito, o Banco requer que o contratado entregue como garantia, recursos em dinheiro, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as operações de crédito.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos das espécies acima especificadas, o Banco constituiu provisão para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos.

a) Provisões para perdas esperadas classificadas por estágios

	31.12.2022			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Provisões para perdas esperadas com				
Garantias financeiras prestadas	(158.677)	(17.167)	(138.334)	(314.178)
Compromissos de empréstimos	(2.987.401)	(283.299)	--	(3.270.700)
Total	(3.146.078)	(300.466)	(138.334)	(3.584.878)

	31.12.2021			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Provisões para perdas esperadas com				
Garantias financeiras prestadas	(214.422)	(77.456)	(225.245)	(517.123)
Compromissos de empréstimos	(2.162.721)	(82.437)	--	(2.245.158)
Total	(2.377.143)	(159.893)	(225.245)	(2.762.281)

b) Movimentação das provisões para perdas esperadas

As provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos, são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado, em "(Perda)/reversão líquida esperada com outros

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

ativos financeiros”.

	Saldo em 31.12.2021	(Constituição)/ reversão	Outros	Saldo em 31.12.2022
Provisões para perdas esperadas com				
Garantias financeiras prestadas	(517.123)	204.673	(1.728)	(314.178)
Compromissos de empréstimos	(2.245.158)	(1.025.542)	--	(3.270.700)
Total	(2.762.281)	(820.869)	(1.728)	(3.584.878)

	Saldo em 31.12.2020	(Constituição)/ reversão	Outros	Saldo em 31.12.2021
Provisões para perdas esperadas com				
Garantias financeiras prestadas	(567.255)	43.305	6.827	(517.123)
Compromissos de empréstimos	(1.808.143)	(437.015)	--	(2.245.158)
Total	(2.375.398)	(393.710)	6.827	(2.762.281)

40 – CAPITAL REGULATÓRIO E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

Gerenciamento de capital

Objetivos e políticas

A Resolução CMN n.º 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração (CA) do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o Chief Risk Officer (CRO), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

A gestão de capital visa assegurar a solvência futura da Instituição concomitante à implementação das estratégias de negócios.

O gerenciamento de capital é realizado por meio de estrutura organizacional adequada à natureza das operações, à complexidade dos negócios e à dimensão da exposição aos riscos relevantes.

São definidas e documentadas estratégias para o gerenciamento de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Além disso, o Banco conta com políticas específicas, aprovadas pelo CA, que visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionadores estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento de capital. Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco.

Elementos compreendidos pela gestão do capital

Os planos estratégicos, as metas negociais e os orçamentos respeitam o apetite e tolerância a riscos e os indicadores de adequação de capital e de retorno ajustado a risco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Plano de Capital é elaborado de forma consistente com a estratégia negocial, buscando manter os indicadores de capital em níveis adequados. Esse Plano evidencia o planejamento de capital do Banco do Brasil e a avaliação prospectiva de eventual necessidade de aporte de capital.

A elaboração do Plano de Capital é referenciada nos direcionadores e limites constantes da Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos (RAS) e do Orçamento do Conglomerado Banco do Brasil (Orçamento BB), considerando que este representa a materialização das diretrizes da ECBB, do Plano Diretor (PD), do Plano de Investimentos Fixos e do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação.

Os valores orçados devem corresponder às metas e objetivos definidos pela Alta Administração para o Conglomerado Banco do Brasil. Desta forma, premissas como o crescimento dos negócios, o crescimento do crédito em operações de maior rentabilidade, as restrições da atuação em segmentos de menor rentabilidade, entre outros, estão contidas no Orçamento BB.

Além disso, o Orçamento BB considera o cenário macroeconômico elaborado pela Unidade Tesouraria Global (Tesou) e a legislação aplicada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A revisão da ECBB e do PD resulta da aplicação de um conjunto de metodologias de planejamento estratégico, observadas as melhores práticas de mercado. Destaca-se que a revisão da ECBB e do PD ocorre de forma integrada ao processo orçamentário, à RAS e aos demais documentos da arquitetura estratégica, o que garante o alinhamento entre tais documentos, dando maior consistência interna ao processo de planejamento estratégico.

O Orçamento BB segue as diretrizes definidas na ECBB, respeita a RAS e visa atender aos pisos e tetos definidos nos indicadores aprovados no PD. O Orçamento BB possibilita a quantificação em valores financeiros dos objetivos estratégicos definidos na ECBB.

A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas e aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

A RAS define limites mínimos prudenciais que têm o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o apetite a riscos do Banco e tem vigência a partir de janeiro de cada ano.

A meta de capital é o nível de capital desejado pelo Banco, por isso suas ações de gestão devem nortear-se por esse direcionador. As metas distinguem-se da tolerância e do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Integração

Adotando postura prospectiva, o Banco avalia o estado de capital, incluindo a razão de alavancagem, classificado em Crítico, Alerta ou de Vigilância, em função do horizonte temporal que antecede ao prazo projetado para início do descumprimento dos limites mínimos prudenciais de capital definidos pela Alta Administração e detalhados na RAS, conforme figura a seguir:

Indicadores de Capital e de Alavancagem		Quando as projeções indicarem prazo de descumprimento dos limites (em meses)					
		0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	acima de 31
Meta¹	ICP	ALERTA			VIGILÂNCIA		
Apetite²	ICP Prudencial	CRÍTICO			ALERTA		VIGILÂNCIA
	ICN1 Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	
	IB Prudencial	CRÍTICO	ALERTA		VIGILÂNCIA		
	RA Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	

¹ nível de capital desejado pela Instituição² nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos

A identificação dos estados de capital e alavancagem do Banco é de responsabilidade do Fórum de Capital e ocorre por meio do controle do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível I (ICN I), do Índice de Basileia Prudencial (IBP) e da Razão de Alavancagem (RA) projetados para o horizonte temporal de, no mínimo, 36 meses. Quando as projeções indicarem potencial descumprimento dos limites mínimos prudenciais de capital (Apetite a Riscos), a Instituição terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

A avaliação da suficiência do capital mantido pelo Banco contempla horizonte temporal de 3 anos e considera i) os tipos de riscos e respectivos níveis a que a Instituição está exposta e disposta a assumir; ii) a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; iii) os objetivos estratégicos da Instituição; e iv) as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.

Em observância ao disposto na Circular Bacen n.º 3.846/2017, essa análise também faz parte do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e deve abranger, no mínimo:

I – a avaliação e a mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de concentração e de crédito da contraparte), de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e operacional;

II – a avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a Instituição está exposta, considerando, no mínimo, os riscos de estratégia, de reputação e socioambiental;

III – a avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse; e

IV – a descrição das metodologias e premissas utilizadas na avaliação e mensuração da necessidade de capital.

O Icaap, implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013, segue o disposto na Resolução CMN n.º 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do Icaap foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do Icaap. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Processos

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital. Subsidia a Alta Administração na tomada de decisões que levam a Instituição a adotar postura capaz de absorver eventuais perdas decorrentes dos riscos nos negócios ou de alterações no ambiente financeiro.

São realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em cenários macroeconômicos e/ou idiossincráticos. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

É realizado acompanhamento mensal das variáveis utilizadas na elaboração do Plano de Capital decorrente da revisão do comportamento projetado na elaboração do Orçamento BB, com base nos números observados, nas expectativas de mercado e na dinâmica dos negócios. Os desvios relevantes são apresentados e discutidos, pelas diretorias participantes do processo, nas reuniões mensais do Fórum de Capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A adoção de postura prospectiva, mediante a realização de avaliações contínuas da necessidade de capital, viabiliza a identificação, de forma proativa, de eventos com probabilidade não nula de ocorrência ou de mudanças nas condições do mercado que possam exercer efeito adverso sobre a adequação de capital, inclusive em cenários de estresse.

Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.955/2021 e n.º 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O conjunto normativo referente às recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras é conhecido por Basileia III.

O capital regulamentar é dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos ajustes prudenciais) e Capital Complementar.

Para a apuração da exigência de manutenção de capital, são exigidos requerimentos mínimos de PR, de Nível I, de Capital Principal e de Adicional de Capital Principal (ACP).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- investimentos significativos (superiores a 10% do capital social) em: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que não componham o Conglomerado Prudencial;
- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor atual de R\$ 7.100.000 mil (R\$ 8.100.000 mil até junho/2022), foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de elemento patrimonial.

De acordo com as Resoluções CMN n.º 4.955/2021 e n.º 4.958/2021, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

	31.12.2022	31.12.2021
PR – Patrimônio de Referência	178.688.546	165.648.211
Nível I	158.152.718	141.352.779
Capital Principal (CP)	128.802.520	111.337.592
Patrimônio líquido	153.962.689	134.523.198
Instrumento elegível a capital principal ⁽¹⁾	7.100.000	8.100.000
Ajustes prudenciais	(32.260.169)	(31.285.606)
Capital Complementar	29.350.198	30.015.187
Bônus perpétuos	27.001.598	29.995.187
Letra financeira subordinada perpétua	2.348.600	20.000
Nível II	20.535.828	24.295.432
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	20.535.828	24.295.432
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores a Basileia III	20.535.828	24.295.432
Recursos captados do FCO ⁽²⁾	20.535.828	23.469.518
Recursos captados com letras financeiras e CDB	--	825.914
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	1.072.894.044	932.460.697
Risco de crédito (RWA _{CPAD})	917.091.564	789.739.180
Risco de mercado (RWA _{MPAD})	26.975.097	36.079.847
Risco operacional (RWA _{OPAD})	128.827.383	106.641.670
Patrimônio de referência mínimo requerido (PRMR) ⁽³⁾	85.831.524	74.596.856
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido (PR-PRMR) ⁽⁴⁾	92.857.022	91.051.355
Índice de capital Nível I (Nível I / RWA) ⁽⁴⁾	14,74%	15,16%
Índice de capital principal (CP / RWA) ⁽⁴⁾	12,01%	11,94%
Índice de Basileia (PR / RWA) ⁽⁴⁾	16,65%	17,76%

(1) Devolução à União da primeira parcela do instrumento elegível ao capital principal, em cumprimento ao cronograma acordado.

(2) Em 2022, em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Resolução CMN n.º 4.955/2021, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 70% (80% em 2021) ao montante computado no Nível II em 30.06.2018.

(3) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.958/2021, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%.

(4) Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31.12.2022	31.12.2021
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(15.548.609)	(11.184.840)
Investimentos significativos e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%)	(116.376)	(7.558.089)
Ativos intangíveis	(11.066.608)	(7.021.479)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ^{(1) (2)}	(3.598.043)	(2.911.502)
Investimentos significativos (excesso dos 10%) ⁽³⁾	(1.692.539)	(1.748.071)
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%)	--	(649.886)
Participação de não controladores ⁽⁴⁾	(223.666)	(160.215)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(12.360)	(26.756)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação ⁽²⁾	--	(21.560)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN nº 4.277/2013	(1.968)	(3.208)
Total	(32.260.169)	(31.285.606)

(1) Em 31.12.2021, aplicou-se o disposto no §10, artigo 5º da Resolução CMN n.º 4.955/2021, que determina a não dedução dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para participação em investimentos no exterior, reconhecidos no período de 01.01.2018 a 31.12.2020, de acordo com o cronograma estabelecido.

(2) A partir de 01.01.2022, os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação estão contidos nos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

(3) Refere-se, principalmente, a investimentos significativos em assemblhadas a instituições financeiras e em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, não consolidadas, em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

(4) A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, artigo 10 da Resolução CMN n.º 4.955/2021.

Limite de imobilização e margem

	31.12.2022	31.12.2021
Situação do limite de imobilização	15,88%	14,09%
Margem em relação ao limite de imobilização	60.960.991	59.476.255

Conforme definido pelo Bacen, a situação do limite de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente ajustado. O limite é de 50%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.957/2021.

A margem se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

Indicadores regulatórios versus indicadores observados

A exigência mínima regulatória, conforme determinado pela Resolução CMN n.º 4.958/2021, para os indicadores de capital, bem como os valores observados no Banco, constam no quadro a seguir:

	Regulatório	31.12.2022
Índice de Capital Principal (ICP) ⁽¹⁾	8,00%	12,01%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1) ⁽¹⁾	9,50%	14,74%
Índice de Basileia (IB) ⁽¹⁾	11,50%	16,65%
Situação do limite de imobilização	Até 50%	15,88%

(1) Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em 31.12.2022, observa-se o cumprimento dos indicadores regulatórios. O Banco, por meio das estratégias de gerenciamento de capital já elencadas, visa superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em patamares capazes de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, o Banco define os limites mínimos prudenciais de indicadores de capital e a meta de capital principal a serem atingidos em cada período.

Instrumentos elegíveis a capital

Os instrumentos elegíveis a capital estão descritos nas Notas Explicativas 34 e 37.

Para as letras financeiras subordinadas vigentes até a presente data, existem as seguintes possibilidades, conforme definido em suas emissões:

- (i) na modalidade perpétua, há opção de recompra ou resgate, atentando para os seguintes requisitos:
 - intervalo mínimo de cinco anos entre a data da emissão e a primeira data de exercício de opção de recompra ou resgate;
 - o exercício de opção de recompra ou resgate está condicionado, na data do exercício, à autorização do Banco Central do Brasil;
 - inexistência de características que acarretem a expectativa de que a opção de recompra ou resgate será exercida, constituindo-se faculdade da Emitente; e
 - o intervalo entre as datas de exercício das opções deve ser de, no mínimo, 180 dias.

Para os títulos emitidos no exterior não há, até o momento, possibilidade de o detentor do título solicitar a recompra ou o resgate, total ou parcial. Os fluxos de caixa esperados ocorrerão quando do pagamento de cupom, no vencimento ou no exercício da opção de recompra pelo Banco, conforme aplicável.

O Instrumento elegível ao Capital Principal não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Os fluxos de caixa esperados ocorrem apenas pelo pagamento dos juros remuneratórios anuais.

Conforme Comunicados ao Mercado, de 08.04.2021 e de 16.12.2021, o cronograma para devolução do referido instrumento estabeleceu sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, entre julho/2022 e julho/2029. Dessa forma, em cumprimento ao cronograma e com base em autorização do Bacen e despacho da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, o Banco procedeu à devolução de R\$ 1,0 bilhão à União, remanescendo o saldo de R\$ 7,1 bilhões.

Em relação à dinâmica do FCO, os fluxos mensais contemplam, de um lado, as entradas/origens, como os repasses do Tesouro Nacional decorrentes da arrecadação de impostos (efetuados a cada decêndio do mês), retornos originários de pagamentos de operações de crédito e remuneração sobre os recursos disponíveis e, de outro lado, as saídas, como os ressarcimentos de bônus de adimplência/rebate, as despesas de auditoria, de del credere e de provisão. A utilização dos recursos do FCO como instrumento elegível a capital obedece aos limites estabelecidos no art. 31 da Resolução CMN n.º 4.955/2021.

41 – GESTÃO DE RISCOS

a) Governança dos riscos e capital

O modelo de governança definido para o gerenciamento integrado de riscos e de capital do Banco envolve estrutura de Comitês Estratégicos, com a participação de diversas áreas do Banco, e contempla os seguintes aspectos:

- (i) segregação de funções: negócio versus risco;
- (ii) estrutura específica de gestão de riscos e capital;
- (iii) processo de gestão definido;
- (iv) decisões em diversos níveis hierárquicos;
- (v) normas claras e estrutura de competências e alçadas; e
- (vi) referência às melhores práticas de gestão.

Todas as decisões relacionadas à gestão e/ou assunção de riscos são tomadas de forma colegiada e de acordo com as diretrizes e normas internas do Banco do Brasil.

O Banco promove, continuamente, a avaliação da estrutura, da governança, dos processos, dos sistemas e das metodologias aplicadas ao gerenciamento de riscos e de capital. Essa avaliação, que objetiva identificar oportunidades de melhoria, pode resultar em modificações na estrutura de governança presente, com vistas ao aprimoramento da gestão.

O gerenciamento de riscos e capital se orienta pelo Modelo Referencial de linhas de Defesa – MRLD. Nele, a gestão dos riscos e dos controles necessários à sua mitigação é realizada com base em três linhas de defesa. O modelo permite a integração dos processos de gestão corporativa de riscos e controles, com papéis bem definidos, conferindo maior assertividade no gerenciamento de riscos e de capital.

A diretoria de gestão de riscos (Diris), vinculada à vice-presidência de controles internos e gestão de riscos (VICRI) é a área do Banco responsável pela regulação e supervisão corporativa da gestão de riscos, ou seja, responde pela gestão de todos os riscos relevantes, em 2ª linha de defesa, incluindo aqueles que forem definidos relevantes no futuro. À diretoria de controles internos (Dicoi) cabe a regulação e supervisão do sistema de controles internos e compliance.

A auditoria interna (Audit) efetua avaliações periódicas nos processos de gerenciamento dos riscos, com a finalidade de verificar se estão de acordo com as orientações estratégicas, as políticas específicas e as normas internas e regulatórias.

A gestão do capital do Banco consiste em processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes, para suportar os requerimentos de capital exigidos pelo regulador e para alcançar os objetivos estratégicos e orçamentários definidos internamente com objetivo de otimizar a alocação de capital.

b) Processo de gestão de riscos e de capital

O Banco do Brasil considera a gestão integrada de riscos e de capital como um instrumento fundamental para a sustentabilidade do sistema bancário. Os métodos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle, mitigação e aprimoramento dos riscos salvaguardam as instituições financeiras em momentos adversos e proporcionam suporte para a geração de resultados positivos e recorrentes ao longo do tempo.

O processo de gerenciamento integrado de riscos e capital atende aos aspectos e padrões previstos nas normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (Bacen). É realizado com base nas políticas e estratégias da Alta Administração do Banco e permeia diversas áreas, em diferentes níveis de

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

governança do Banco, compreendendo o Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento, o Conselho Diretor (CD), Comitês Estratégicos, Diretorias e os Fóruns.

O gerenciamento corporativo de riscos e de capital do Banco do Brasil baseia-se em processo de avaliação capaz de identificar os riscos que representam oportunidades ou ameaças ao atingimento dos objetivos estratégicos do Banco, compreendendo, sob visão abrangente, a identificação e gestão dos riscos relevantes, a definição do apetite e tolerância a riscos e a avaliação da suficiência de capital.

Identificação e gestão dos riscos relevantes

O Banco do Brasil possui processo para identificação dos riscos que devem fazer parte do inventário de riscos e para a definição do conjunto corporativo de riscos relevantes. Este processo tem elevada importância para a gestão de riscos e de capital, bem como para a gestão dos negócios.

A avaliação da relevância dos riscos considera critérios quantitativos (perdas diretas) e qualitativos (perdas indiretas e fatores ou causas dos riscos) que resultam na matriz de relevância dos riscos.

Definição do apetite e da tolerância a riscos

A Declaração de apetite e tolerância a riscos - RAS (Risk Appetite Statement), é o documento estratégico, revisado anualmente e aprovado pelo Conselho de Administração (CA), em caráter ordinário, e a qualquer tempo, em caráter extraordinário, por meio do qual é definido o nível máximo de risco que o banco aceita incorrer para atingir seus objetivos estratégicos. A RAS atua como importante instrumento de indução prospectivo na busca pela geração orgânica de resultados e fortalecimento da estrutura de capital do Banco, uma vez que os níveis de apetite e métricas definidos são direcionadores da estratégia de negócios, do orçamento e do capital, objetivando uma alocação sustentável, além de promover a disseminação da cultura de riscos.

O Banco define apetite a riscos como o nível máximo de risco que a instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos. Para a definição desses níveis, são utilizados indicadores de gestão, que possibilitam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

Para o estabelecimento dos limites, são consideradas informações relevantes, como por exemplo, premissas internas, possíveis cenários internos, externos e idiossincráticos, com suas probabilidades de ocorrência, além dos objetivos estratégicos do Banco, desempenho de concorrentes de mesmo porte, orientações do controlador, expectativa de resultados, cenários corporativos (inclusive de estresse), inter-relação entre os riscos relevantes do Banco do Brasil e a relação risco x retorno dos portfólios.

Políticas de gerenciamento de riscos e de capital

As políticas de gestão de riscos orientam o gerenciamento de riscos e de capital no Conglomerado Prudencial do Banco do Brasil S.A. Têm por objetivo estabelecer as diretrizes relacionadas ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital e de divulgação das informações sobre esses temas.

As políticas específicas voltadas para o gerenciamento de riscos e de capital aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital e visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionamentos estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento dos riscos e do capital.

c) Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

O risco de mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

O risco de taxa de juros na carteira bancária é conceituado como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Políticas

As políticas de riscos de mercado, risco de taxa de juros da carteira bancária, utilização de instrumentos financeiros derivativos e de classificação e reclassificação de operações na carteira de negociação, aprovadas pelo Conselho de Administração, compõem os documentos estratégicos relativos à gestão do risco de mercado e IRRBB do Banco.

Esses documentos estabelecem as diretrizes a serem seguidas nas decisões negociais do Banco. Eles envolvem a avaliação de riscos, tratando tanto de aspectos quantitativos, tais como métricas utilizadas, quanto de aspectos qualitativos, tais como abrangência da gestão e segregação de funções.

No âmbito das políticas e estratégias de gestão dos riscos de mercado e IRRBB do Banco do Brasil, adota-se como princípio geral que o modelo de gestão tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar, mitigar o risco de mercado, bem como, aprimorar a gestão no âmbito do Conglomerado Prudencial e das respectivas instituições integrantes, individualmente, bem como identificar e acompanhar o risco de mercado das demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado Prudencial.

No que tange à utilização de instrumentos financeiros derivativos, o Banco estipula, entre as suas políticas e estratégias, que são realizadas operações para atendimento das necessidades de seus clientes e para o gerenciamento de posições próprias, considerando as diversas categorias de riscos e adotando visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

Destaca-se, ainda, que a negociação com instrumentos financeiros derivativos é condicionada à prévia avaliação da natureza e da dimensão dos riscos envolvidos.

Sistemas de mensuração e metodologias para avaliação dos riscos

O Banco utiliza métodos estatísticos e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se: sensibilidade, valor em risco (VaR) e estresse.

Por meio das métricas de sensibilidade são simulados os efeitos no valor das exposições resultantes de variações no patamar dos fatores de risco de mercado.

O desempenho da métrica de VaR é avaliado periodicamente mediante a aplicação de testes de aderência (backtests).

O risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB) compreende todas as operações não classificadas na carteira de negociação. O escopo de abrangência do IRRBB é composto, majoritariamente, por operações de crédito, captações de varejo e títulos e valores mobiliários (TVM) e apresenta como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, à exceção de alguns títulos que, mesmo compondo a carteira bancária, podem apresentar oportunidades de negociação.

A gestão do IRRBB compartilha das metodologias de construção de curvas e marcação a mercado utilizadas na gestão do risco de mercado.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A gestão do IRRBB tem como principais componentes as posições ativas em instrumentos prefixados, que agregadas ao conjunto das demais exposições, formam o montante sujeito ao risco de taxas de juros.

Um importante aspecto na gestão do IRRBB é a incorporação do risco de opcionalidades no cálculo das métricas de risco. As opcionalidades presentes em um instrumento podem ser classificadas como explícitas ou embutidas e são subdivididas em:

- a) opções automáticas: de bolsa, balcão ou explícitas em produtos, permitem ao Banco alterar a taxa ofertada dos produtos; e
- b) opções comportamentais: permitem ao cliente o direito de efetuar resgates antecipados e pré-pagamentos.

O Banco utiliza métodos estatísticos e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se:

- (i) Análise de sensibilidade;
- (ii) Valor em Risco (VaR); e
- (iii) Teste de estresse.

(i) Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

- (i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos mensurados a valor justo e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco ou no seu patrimônio líquido; e
- (ii) operações classificadas na carteira de não negociação, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com a intenção de manutenção até os respectivos vencimentos – empréstimos a clientes, captações no varejo, e títulos públicos mensurados ao custo amortizado – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados os cenários:

Cenário I: Choque de 100 *basis points* (+/- 1 ponto percentual), sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário II: Choque de +25% e -25%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Cenário III: Choque de +50% e -50%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Resultados da análise de sensibilidade

As tabelas abaixo apresentam os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e de não negociação.

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação

Fatores de risco / Exposição	31.12.2022			31.12.2021		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Taxa pré-fixada	(4)	(16)	(50)	(20.520)	(53.162)	(103.254)
Cupons de taxas de juros	(2.321)	(455)	(910)	(30)	(123)	(246)
Cupons de índices de preços	(418.639)	(604.520)	(1.134.951)	(266.841)	(336.470)	(634.338)
Cupons de moedas estrangeiras	(13.819)	(15.175)	(29.809)	(21.142)	(7.449)	(14.789)
Total	(434.783)	(620.166)	(1.165.720)	(308.533)	(397.204)	(752.627)

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e carteira bancária

Fatores de risco / Exposição	31.12.2022			31.12.2021		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Taxa pré-fixada	(8.159.424)	(25.235.622)	(47.994.780)	(7.078.783)	(17.805.353)	(34.146.163)
Cupons de taxas de juros	(6.412.350)	(22.980.508)	(49.931.838)	(6.405.700)	(22.681.324)	(49.000.962)
Cupons de índices de preços	(545.442)	(719.616)	(1.364.325)	(439.075)	(488.053)	(934.259)
Cupons de moedas estrangeiras	(2.909.671)	(679.352)	(1.385.770)	(4.215.239)	(415.294)	(837.572)
Total	(18.026.887)	(49.615.098)	(100.676.713)	(18.138.797)	(41.390.024)	(84.918.956)

(ii) Valor em Risco (VaR)

Metodologia

Para mensuração do VaR Total, o Banco adota a técnica de Simulação Histórica, com os seguintes parâmetros:

a) VaR Total: (VaR + VaR Estressado) x Multiplicador, onde:

- VaR: a perda potencial esperada utilizando-se série histórica de choques com 252 dias úteis, nível de confiança de 99% e holding period de 10 dias (Circular Bacen n.º 3.646/2013);
- VaR Estressado (SVaR): a perda potencial esperada utilizando-se série histórica de choques diários contidos em 12 meses de estresse da carteira, a partir de 02/01/2004, nível de confiança de 99% e holding period de 10 dias (Circular Bacen n.º 3.646/2013); e
- Multiplicador: $M=3$, conforme previsto pela Circular Bacen n.º 3.646/2013.

O método de simulação histórica assume como relevante a possibilidade de ocorrência futura de eventos registrados na série histórica (cenários retrospectivos). Logo, cada cenário retrospectivo corresponde a um possível "estado do mercado" sob o horizonte temporal de simulação. Uma das grandes vantagens do método de VaR por simulação histórica reside no fato de se mitigar o risco de modelagem, haja vista que a utilização da distribuição empírica de retornos torna desnecessária a assunção da hipótese de normalidade para a série temporal de retornos, comumente assumida por outros métodos, tais como o paramétrico.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os fatores de riscos utilizados para mensuração da métrica do VaR das exposições sujeitas a riscos de mercado são classificados nas seguintes categorias: (i) taxas de juros: risco da variação dos cupons de taxas de juros praticados no mercado. Exemplo: prefixado, cupom de dólar, cupom de IPCA (Índice de preços ao consumidor amplo), cupom de TR (taxa referencial); (ii) taxas de câmbio: risco da variação das taxas de câmbio praticadas no mercado. Exemplo: real versus dólar, real versus euro, real versus iene; (iii) preços de ações: risco da variação dos preços de ações praticados no mercado. Exemplo: PETR4 (Petrobras-PN), VALE5 (Vale-PNA); e (iv) preços de mercadorias (commodities): risco da variação dos preços de mercadorias no mercado. Exemplo: boi gordo, soja, milho.

Processo de Monitoramento Contínuo (PMC)

Para fins de gestão do risco de modelo, os modelos empregados na gestão de riscos do Banco devem possuir, em primeira linha de defesa, processo de acompanhamento periódico de seu desempenho, com intuito de avaliar seu nível de atingimento do objetivo para qual o modelo foi desenvolvido, auxiliando o processo de tomada de decisão.

No escopo das atualizações sobre a gestão de risco de modelo cabe ao gestor do modelo monitorá-lo continuamente de forma a garantir a qualidade das estimativas realizadas. Como segunda linha de defesa, é executada validação independente dos modelos submetidos para análise, e pelo teste de aderência (backtesting) dos modelos em uso pelo Banco.

Em razão da natureza e forma do modelo VaR, aplica-se como metodologia do PMC o Teste de Basileia (Traffic Lights), também pela sua implementação direta e compreensão intuitiva. O PMC tem por prerrogativa a apuração da quantidade de extrapolações observadas e, de acordo com este valor, atesta-se o nível de acurácia do modelo.

Considerando as especificidades e a volatilidade das parcelas do modelo VaR, a apuração do monitoramento contínuo é feita trimestralmente, considerando o horizonte temporal de 250 dias úteis históricos para análise.

Processo de backtesting

O backtesting, executado anualmente, por unidade segregada, em atendimento ao disposto no artigo 9º da Resolução CMN nº 4.557/17, buscou avaliar a calibragem do modelo de VaR utilizado na verificação da adequação de capital para cobertura do Risco de Mercado.

A metodologia utilizada consiste em analisar se as extrapolações (quantidade de vezes em que os retornos negativos excederam as perdas estimadas pelo VaR) estão compatíveis com previsto pelo modelo (sob o ponto de vista estatístico). Para tanto, foram aplicados os testes de Basileia, de Cobertura Incondicional de Kupiec, de Cristoffersen e de Cobertura Condicional.

Constatou-se a manutenção da acurácia do modelo, uma vez que nos testes realizados os resultados adversos (quantidade de extrapolações) ficaram dentro dos limites estabelecidos pelos testes estatísticos.

(iii) Teste de estresse

O Banco utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições ao risco de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Esses testes objetivam simular o tamanho dos impactos nos requerimentos de capital regulatório e econômico, MtM, resultado e no Patrimônio Líquido de eventos plausíveis, improváveis de ocorrer.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O programa de testes de estresse do Banco do Brasil tem os seguintes objetivos:

- (i) estar integrado à estrutura de gerenciamento de riscos do Banco;
- (ii) associar potenciais perdas a eventos plausíveis;
- (iii) ser considerado no desenvolvimento das estratégias de mitigação de riscos e nos planos de contingência do Banco;
- (iv) ser realizado individualmente por fator de risco e de forma conjunta; e
- (v) considerar a concentração em determinados fatores de risco os instrumentos não lineares e a quebra das premissas do modelo de VaR.

Para exigência de capital, impacto no MtM, resultado e no Patrimônio Líquido, o programa de testes de estresse de risco de mercado faz uso de métodos de avaliação baseados em:

- (i) Testes retrospectivos – carteira de negociação, para as parcelas RWAjurs (1, 2, 3 e 4) e RWAacs, bem como, para risco cambial e risco de commodities da carteira de negociação e carteira bancária do Conglomerado Prudencial;
- (ii) Testes prospectivos – realizado tendo como escopo os Títulos e Valores Mobiliários, Categorias 1 e 2 e Derivativos, no âmbito do Teste de Estresse Integrado; e
- (iii) Testes de análise de sensibilidade – mesmo escopo dos testes retrospectivos.

Teste retrospectivo – carteira de negociação

O método do teste retrospectivo de estresse estima o percentual da variação do valor de mercado das exposições, mediante a aplicação de choques compatíveis com cenários específicos capazes de reproduzir períodos históricos de estresse do mercado ou de maiores perdas do Banco, considerando os seguintes parâmetros:

- (i) métricas: mínimo (pior perda) e máximo (maior ganho) da série histórica de retornos diários da carteira de negociação;
- (ii) extensão da série histórica: de 1º de fevereiro de 2000 até a data-base;
- (iii) período de manutenção: um mês (21 dias úteis); e
- (iv) periodicidade do teste: mensal.

O controle, o monitoramento e o acompanhamento diário dos limites de estresse para a carteira de negociação do Banco e para os seus grupos e livros são realizados com base nas métricas do teste retrospectivo de estresse.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos do Banco. Seguem os resultados dos testes retrospectivos de estresse da carteira de negociação de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estimativas de perdas do teste retrospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2022	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	1.444.592	(5.208.152)
Moedas estrangeiras	6.766.871	(11.860.280)
Commodities	(58.153)	(322.744)
Total	8.153.310	(17.391.176)

Fator de risco	31.12.2021	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	4.921.785	(15.671.201)
Moedas estrangeiras	6.525.047	(7.863.386)
Commodities	(60.299)	(299.008)
Total	11.386.533	(23.833.595)

Estimativas de ganhos do teste retrospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2022	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	1.444.592	4.848.798
Moedas estrangeiras	6.766.871	15.334.111
Commodities	(58.153)	120.287
Total	8.153.310	20.303.196

Fator de risco	31.12.2021	
	Exposição líquida	Estresse
Taxas de juros	4.921.785	16.097.598
Moedas estrangeiras	6.525.047	10.063.785
Commodities	(60.299)	228.075
Total	11.386.533	26.389.458

Conclusões – piores perdas:

- (i) RWACAM: Nas exposições das moedas ARS: R\$ (10.443,2) milhões e USD: R\$ (775,6) milhões, referente aos cenários históricos de 28.10.2008 e 01.08.2002, respectivamente, e RWAJUR: fatores de risco Cupom USD: R\$ (568,1) milhões e Cupom IPCA: R\$ (3.853,1) milhões, referente aos cenários históricos de 08.10.2008 e 05.02.2010, respectivamente; e
- (ii) Impacto sobre o Capital Principal: (13,71%).

Conclusões – maiores ganhos:

- (i) RWACAM: Nas exposições das moedas ARS: R\$ 13.992,4 milhões e USD: R\$ 760,6 milhões, referente aos cenários históricos de 22.04.2003 e 18.05.2017, respectivamente, e RWAJUR: fatores de risco Cupom USD: R\$ 552,2 milhões e Cupom IPCA: R\$ 3.410,8 milhões, referente aos cenários históricos de 02.08.2002 e 07.07.2010, respectivamente; e
- (ii) Impacto sobre o Capital Principal: 16,01%.

A coluna “Exposição líquida” é o resultado líquido das exposições ativas e passivas em valor presente, consideradas no cálculo da exigência de capital de risco de mercado, apresentado nas tabelas abaixo por fator de risco:

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Detalhamento das exposições líquidas para o teste de estresse retrospectivo

Fator de risco	Exposição líquida	
	31.12.2022	31.12.2021
Moeda estrangeira	6.766.871	6.525.047
CHF	(114.097)	6.120
CAD	3.656	10.945
EUR	326.130	538.514
GBP	159.319	143.925
JPY	932.812	239.196
USD	3.171.053	2.883.842
XAU	30.220	31.189
Outras moedas	2.257.778	2.671.316
Commodities	(58.153)	(60.299)
Commodities	(58.153)	(60.299)
Taxas de juros	1.444.592	4.921.785
Prefixado	1.036.520	1.122.707
Cupom de índices de preço	92.310	3.378.710
Cupom de moeda estrangeira	315.762	420.368
Total	8.153.310	11.386.533

Dentre os instrumentos que formam os valores das exposições líquidas acima, estão: títulos emitidos pelo governo brasileiro, títulos emitidos por empresas privadas e instrumentos financeiros derivativos. Os testes de estresse são aplicados para todos os instrumentos da carteira de negociação, conforme exigido pelo Banco Central do Brasil. Portanto, todos os instrumentos sensíveis ao risco de mercado incluídos em nossa carteira de negociação estão dentro do escopo do teste de estresse para risco de mercado.

As piores perdas e os maiores ganhos calculados por metodologia retrospectiva referem-se a perdas e ganhos calculados por simulações históricas. Neste tipo de metodologia, obtemos os resultados para cada fator de risco (posições curtas ou longas) de acordo com as mudanças históricas positivas ou negativas nas curvas corporativas utilizadas para testes de estresse.

Consequentemente, no pior cenário de perdas, calculamos as piores perdas obtidas com a simulação histórica para cada fator de risco, independentemente de sua exposição líquida curta ou longa, e de forma semelhante para os maiores ganhos. Há o impacto de um período de retenção de 21 dias sobre os resultados no cenário de estresse, que representa a multiplicação do ganho ou perda diária por raiz quadrada de 21, conforme definido por nossa alta administração. As tabelas abaixo mostram os ganhos e perdas por fator de risco, computados por simulação histórica com dados a partir de 1º de fevereiro de 2000 e observando o período de manutenção de 21 dias.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Detalhamento das perdas e ganhos para o teste de estresse retrospectivo

Fator de risco	31.12.2022		31.12.2021	
	Perda	Ganho	Perda	Ganho
Moeda estrangeira	(11.860.280)	15.334.111	(7.863.385)	10.063.784
CHF	(73.208)	52.626	(2.785)	3.876
CAD	(965)	874	(2.701)	2.446
EUR	(84.814)	70.579	(131.737)	109.019
GBP	(70.630)	62.485	(56.881)	50.488
JPY	(357.702)	309.851	(81.220)	71.519
USD	(775.638)	760.599	(659.528)	646.740
Outras moedas	(10.497.323)	14.077.097	(6.928.533)	9.179.696
Commodities	(322.744)	120.287	(299.008)	228.075
Commodities	(322.744)	120.287	(299.008)	228.075
Taxas de juros	(5.208.152)	4.848.798	(15.671.201)	16.097.598
Prefixado	(770.904)	870.432	(2.677.923)	3.227.906
Cupom de índices de preço	(3.853.057)	3.410.808	(12.616.506)	12.467.342
Cupom de moeda estrangeira	(584.191)	567.558	(376.772)	402.350
Total	(17.391.176)	20.303.196	(23.833.594)	26.389.457

A partir da análise da tabela anterior, conclui-se que o cálculo de ganhos e perdas em condições de estresse, obtido através da simulação histórica de exposições curtas e longas que compõem a exposição líquida, pode gerar valores superiores à exposição líquida real.

Teste prospectivo – Carteira de negociação

O método de teste de estresse prospectivo estima a variação percentual no valor de mercado resultante da aplicação de choques correspondentes a fatores de risco de mercado atrelados aos Títulos e Valores Mobiliários (ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes) e Derivativos. Esses choques são estimados com base em cenários de estresse gerados por nossos departamentos de estratégia e organização e finanças.

Os testes prospectivos de estresse buscam simular adversidades com base nas características de nosso portfólio e no ambiente macroeconômico, em condições severas e plausíveis. Existem dois cenários macroeconômicos que consideram os seguintes pressupostos:

- Cenário 1: "aterrissagem forte" da economia chinesa e deterioração fiscal brasileira; e
- Cenário 2: "aterrissagem forte" da economia chinesa e aumentos da taxa de juros na economia dos EUA.

Exposição cambial e exposição ao ouro

O Banco do Brasil adota política de gerenciar a exposição cambial de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado do Banco.

A exposição cambial líquida, para 31.12.2022, é ativa no valor de US\$ 947,4 milhões e, para o período de 31.12.2021, é passiva no valor de US\$ 393,6 milhões.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanco em moedas estrangeiras e ouro

Moeda	Contas patrimoniais			
	31.12.2022		31.12.2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Dólar dos EUA	209.136.236	214.507.601	199.197.527	221.070.724
Euro	17.035.552	11.072.786	15.259.508	9.097.907
Libra Esterlina	192.082	206.134	321.235	456.908
Iene	4.079.189	4.734.647	2.568.416	2.523.335
Franco Suíço	4.233	118.601	24.039	17.918
Dólar Canadense	8.475	4.809	48.983	40.971
Ouro	30.220	--	31.189	--
Demais moedas	11.265.403	10.173.213	21.763.829	20.615.670
Total	241.751.390	240.817.791	239.214.726	253.823.433
Posição líquida – contas patrimoniais	933.599			(14.608.707)

Moeda	Derivativos			
	31.12.2022		31.12.2021	
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Dólar dos EUA	43.920.024	35.895.791	60.015.597	41.332.772
Euro	2.964.228	8.681.191	1.707.511	8.427.585
Libra Esterlina	293.126	181.670	274.423	976.796
Iene	877.933	456.249	314.446	688.755
Franco Suíço	--	--	--	--
Dólar Canadense	140.702	140.712	2.933	--
Demais moedas	1.169.369	--	1.523.169	--
Total	49.365.382	45.355.613	63.838.079	51.425.908
Posição líquida – derivativos	4.009.769		12.412.171	

Moeda	31.12.2022	31.12.2021
	Posição líquida	Posição líquida
Dólar dos EUA	2.652.868	(3.190.372)
Euro	245.803	(558.473)
Libra Esterlina	97.404	(838.046)
Iene	(233.774)	(329.228)
Franco Suíço	(114.368)	6.121
Dólar Canadense	3.656	10.945
Ouro	30.220	31.189
Demais moedas	2.261.559	2.671.328
Posição líquida total	4.943.368	(2.196.536)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Resumo	31.12.2022		31.12.2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Totais – contas patrimoniais e derivativos	291.116.772	286.173.404	303.052.805	305.249.341
Posição líquida total	4.943.368			(2.196.536)
Posição líquida total – em US\$ ⁽¹⁾	947.423			(393.609)

(1) Cotação do dólar em 31.12.2022 – 1 US\$ = R\$ 5,2177. Cotação do dólar em 31.12.2021 – 1 US\$ = R\$ 5,5805.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fins de gestão de riscos, a liquidez é avaliada em valores monetários segundo composição de ativos e passivos estabelecida pelo gestor da liquidez.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os pagamentos e recebimentos.

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez do Banco segrega a liquidez em moeda nacional da liquidez em moedas estrangeiras. As visões gerenciais para gestão do risco de liquidez contribuem para a gestão adequada do risco nas jurisdições onde o Banco opera e nas moedas para as quais há exposição. Para tanto, são utilizados os seguintes instrumentos:

- Projeções de liquidez: as projeções de liquidez em cenário base e de estresse permitem a avaliação prospectiva, em um horizonte temporal de 90 dias, do efeito do descasamento entre captações e aplicações, com objetivo de identificar situações que possam comprometer a liquidez do Banco. Adicionalmente cabe mencionar que a projeção de liquidez em cenário base é utilizada como indicador no plano de recuperação do Banco;
- Teste de estresse: o teste de estresse é realizado mensalmente a partir da projeção de liquidez, em cenário base e de estresse, frente à reserva de liquidez, avaliando se o volume potencial de medidas de contingência de liquidez (MCL) atende às necessidades de liquidez, quando a projeção em qualquer cenário ficar abaixo da reserva de liquidez;
- Indicador de Exigência Máxima de Liquidez Intradia – EMLI (apenas para liquidez em moeda nacional): a EMLI é a maior diferença, ocorrida durante um dia útil, entre o valor dos pagamentos e recebimentos em qualquer momento do dia; e
- Limites de risco: utilizados para garantir a manutenção do nível de exposição ao risco de liquidez nos patamares desejados pelo Banco. Os indicadores utilizados no processo de gestão de risco de liquidez são:
 - Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR);
 - Indicador de Liquidez de Médio e Longo Prazo (NSFR);
 - Reserva de Liquidez;
 - Colchão de Liquidez;
 - Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL); e
 - Indicador de Concentração de Captações.

O Banco do Brasil possui Plano de Contingência de Liquidez – PCL, que consiste em um conjunto de

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

procedimentos, estratégias e responsabilidades para identificar, administrar e reportar estado de estresse de liquidez do Banco do Brasil, de forma a assegurar a manutenção do fluxo de caixa e restaurar o nível de liquidez ao patamar desejado.

Os estados de estresse de liquidez são utilizados como parâmetro para acionamento do PCL e podem ocorrer quando a liquidez observada ficar abaixo da reserva de liquidez ou quando o indicador LCR ficar abaixo do limite estabelecido pela RAS (Risk Appetite Statement) vigente.

A estratégia para enfrentar o estado de estresse de liquidez consiste no acionamento das Medidas de Contingência de Liquidez (MCL), visando reestabelecer a Reserva de Liquidez ou o limite do indicador LCR.

Os instrumentos utilizados na gestão do risco de liquidez são reportados periodicamente ao Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) e ao Comitê de Administração do Banco.

Análise do risco de liquidez

Os limites de risco de liquidez são utilizados para monitorar o nível de exposição ao risco de liquidez do Banco. O controle desses limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazos do Banco, permitiu situação favorável da liquidez no período, sem necessidade de acionamento do plano de contingência de liquidez ou implementação de ações emergenciais no planejamento orçamentário que visem a adequação da liquidez estrutural.

Gerenciamento das captações

A composição das captações em uma ampla e diversificada base de clientes constitui elemento importante da gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil. A principal captação é representada pelos depósitos de clientes, formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam em produtos sem maturidade definida, tendo os seus vencimentos para fins de gestão dos riscos de mercado e de liquidez definidos segundo modelos internos.

Outros passivos com participações relevantes são os depósitos judiciais, que também se caracterizam por elevada estabilidade e maturidade indefinida, as captações no mercado externo destinadas ao financiamento de exportações e importações, e outras captações comerciais representadas por outros recursos à vista, como cobrança, ordem de pagamento, pagamento e recebimento por conta de terceiros. Destacam-se, entre outras captações comerciais, as emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e de Letras de Crédito Imobiliário (LCI) que, após o período de carência de 90 dias, têm disponibilidade diária para o poupador.

As captações por meio de operações compromissadas lastreadas em títulos e captações efetuadas pela tesouraria do Banco são realizadas para a gestão de curto prazo da liquidez operacional e em implementações de estratégias de mercado de capitais em captações de médio e longo prazos.

Tendo em vista apresentar o perfil de maturidade das captações de acordo com os critérios da IFRS 7, outras captações comerciais e depósitos sem maturidade definida (SMD), depósitos à vista, depósitos de poupança, depósitos a prazo com liquidez diária e os depósitos judiciais terão seus vencimentos alocados no primeiro vértice das tabelas a seguir. As demais captações são apresentadas pelo fluxo futuro nos seus respectivos intervalos de vencimento.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Composição das captações

Passivo	31.12.2022						
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part %
Depósitos a prazo fixo	4.001.350	734.227	1.188.566	7.018.977	55.717	12.998.837	0,8%
Captação de tesouraria	18.751.753	87.766	363.702	5.106.552	8.711.375	33.021.148	2,0%
Depósitos judiciais	213.485.758	--	--	--	--	213.485.758	13,0%
Captação no mercado externo	4.871.164	12.656.552	6.137.530	18.355.387	38.105.583	80.126.216	4,9%
Outras captações comerciais	17.508.274	71.010	39.730	199.921	851.570	18.670.505	1,1%
Depósitos comerciais SMD	448.973.907	--	--	--	--	448.973.907	27,6%
Outras captações comerciais SMD	134.446.214	--	--	--	--	134.446.214	8,3%
Fundos e repasses	6.150.009	10.333.732	8.651.478	32.893.126	62.730.568	120.758.913	7,4%
Operações compromissadas	510.600.241	28.779.683	10.750.885	14.322.790	--	564.453.599	34,7%
Total	1.358.788.670	52.662.970	27.131.891	77.896.753	110.454.813	1.626.935.097	100,0%

Passivo	31.12.2021						
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part %
Depósitos a prazo fixo	6.821.669	1.281.755	1.066.163	3.173.008	--	12.342.595	0,8%
Captação de tesouraria	14.755.110	1.191.349	8.954	1.791	8.291.570	24.248.774	1,5%
Depósitos judiciais	182.994.208	--	--	--	--	182.994.208	11,6%
Captação no mercado externo	5.129.541	11.773.709	8.398.193	23.947.748	52.188.031	101.437.222	6,4%
Outras captações comerciais	15.525.888	36.903	--	--	--	15.562.791	1,0%
Depósitos comerciais SMD	399.238.275	--	--	--	--	399.238.275	25,3%
Outras captações comerciais SMD	93.943.934	--	--	--	--	93.943.934	5,9%
Fundos e repasses	6.080.984	10.913.041	9.479.304	42.043.247	59.288.058	127.804.634	8,1%
Operações compromissadas	571.084.740	31.242.967	8.667.906	10.841.142	--	621.836.755	39,4%
Total	1.295.574.349	56.439.724	27.620.520	80.006.936	119.767.659	1.579.409.188	100,0%

Contratos de garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são compromissos condicionais de crédito emitidos pelo Banco para garantir o desempenho de clientes pessoas físicas, pessoas jurídicas e outras instituições financeiras perante terceiros.

A natureza contingente desses passivos é considerada para fins de gestão do risco de liquidez do Banco na composição dos cenários utilizados no teste de estresse de liquidez realizado mensalmente, bem como no cálculo do LCR e NSFR.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Seguem quadros com a distribuição dos vencimentos contratuais dos contratos de garantias financeiras realizados pelo Banco, posição de 31.12.2022 e 31.12.2021:

Descrição	31.12.2022				
	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Avais e fianças	4.129.729	2.857.444	4.214.480	172.929	11.374.582
Coobrigações em cessões de crédito	--	--	902	--	902
Demais coobrigações	400.420	--	--	--	400.420
Total	4.530.149	2.857.444	4.215.382	172.929	11.775.904

Descrição	31.12.2021				
	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Avais e fianças	4.913.260	1.926.048	4.087.153	225.735	11.152.196
Coobrigações em cessões de crédito	1	--	1.393	--	1.394
Demais coobrigações	483.672	--	--	--	483.672
Total	5.396.933	1.926.048	4.088.546	225.735	11.637.262

Compromisso de empréstimos

O Banco do Brasil oferece linhas de crédito que impactam a mensuração do risco de liquidez, cheque especial e o limite do cartão de crédito.

Nessas linhas o Banco mantém limite de crédito aprovado destinado a clientes com conta corrente e pode ser utilizado sempre que houver necessidade.

A seguir, os quadros representam a distribuição dos vencimentos contratuais dos compromissos de empréstimos realizados pelo Banco, posição de 31.12.2022 e 31.12.2021:

Passivo		31.12.2022			
		1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
	Utilizado	1.339.466	1.283.218	--	2.622.684
Cheque especial	Não utilizado	11.059.364	13.483.946	--	24.543.310
	Utilizado	36.709.946	27.377.137	--	64.087.083
Cartão de crédito	Não utilizado	65.463.154	31.773.276	--	97.236.430
Total		114.571.930	73.917.577	--	188.489.507

Passivo		31.12.2021			
		1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
	Utilizado	1.103.519	924.539	--	2.028.058
Cheque especial	Não utilizado	11.439.087	10.756.599	--	22.195.686
	Utilizado	27.008.931	24.745.728	--	51.754.659
Cartão de crédito	Não utilizado	57.127.586	28.650.521	--	85.778.107
Total		96.679.123	65.077.387	--	161.756.510

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento de necessidades de nossos clientes e para tomada de posições intencionais. A estratégia de hedge está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez e com a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos e utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de suas posições, por meio de modelos de Valor em Risco, de análise de sensibilidade e de teste de estresse.

As operações com derivativos financeiros, com destaque para aqueles sujeitos a chamadas de margem e ajustes diários, são consideradas na mensuração dos limites de riscos de liquidez adotados no Banco e na composição dos cenários utilizados nos testes de estresse de liquidez realizados mensalmente.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é definido como o risco de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito (decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador), à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito inclui o risco de crédito de contraparte (RCC), o risco país, o risco soberano, o risco de transferência, o risco de concentração de crédito e a efetividade de instrumentos mitigadores ou de transferência de riscos utilizados nas exposições que geram os riscos designados.

O gerenciamento do risco de crédito do Banco é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária do Bacen. Sua estrutura tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco das exposições, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão.

Em conformidade com a Resolução Bacen n.º 54/2020, o Banco do Brasil divulga as informações referentes à gestão de riscos alinhadas às diretrizes do Pilar 3 de Basileia II. O relatório pode ser visualizado no site www.bb.com.br/ri.

Política de crédito

A política específica de crédito do Banco do Brasil contém orientações de caráter estratégico que norteiam as ações de gerenciamento do crédito e do risco de crédito no Conglomerado. É aprovada pelo CA, revisada anualmente, aplicando-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e encontra-se disponível para todos os funcionários. Espera-se que as empresas controladas, coligadas e participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

A política específica de crédito orienta sobre o gerenciamento contínuo, integrado e prospectivo do risco de crédito, compreende todas as etapas do processo de crédito, a gestão dos ativos sujeitos a esse risco, assim como o processo de cobrança e recuperação de créditos, inclusive daqueles realizados por conta e risco de terceiros.

Mecanismos de mitigação do risco de crédito

A utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito está declarada na política de crédito, presente nas

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da organização e abrangendo todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito.

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o Banco do Brasil adota, como regra geral, a vinculação de mecanismo que proporcione cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela Alta Administração, o Banco tem a prerrogativa de transferir ou compartilhar o risco de crédito.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente, abordando, entre outros aspectos, a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

Sistemas de mensuração

A quantidade e a natureza das operações, a diversidade e a complexidade dos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que a mensuração do risco de crédito no Banco do Brasil seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos para efetuar a mensuração do risco de crédito de forma abrangente, avaliando, de forma prospectiva, o comportamento do portfólio sujeito ao risco de crédito considerado em diversos cenários, corporativamente definidos, inclusive estresse.

No Banco as estimativas de perda esperada (PE), associadas ao risco de crédito, consideram o ambiente macroeconômico, a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático e a recuperação do crédito, incluindo concessões de vantagens, custos de execução e prazos. Alinhada às diretrizes das IFRS, periodicamente, o Banco do Brasil revisa a composição da carteira de ativos financeiros de forma a avaliar se as perdas esperadas por impairment devam ser reconhecidas. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos, com a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perda esperada de crédito, assim, todas as operações possuem perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.

Deterioração do crédito

A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando a visão prospectiva. Os instrumentos financeiros são avaliados em 3 estágios e sujeitos a análises quantitativas e qualitativas.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto sistematicamente e considera os processos de sensoramento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças nas características dos instrumentos e nas suas garantias que venham impactar a capacidade financeira do cliente.

A migração dos ativos financeiros entre estágios é sensibilizada após análises que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas por redução ao valor recuperável nos ativos financeiros, assim como os valores quantitativos registrados a título de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, podem ser obtidas nas Notas 3.j, 18, 19, 21, 22, 23, 24 e 39.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Cenários econômicos

A perda esperada busca identificar a expectativa das perdas em crédito, ao longo de um dado horizonte de tempo, que influenciam o valor dos seus ativos, numa visão prospectiva, para que a instituição constitua provisões para fazer frente a essas perdas. No cálculo das provisões de crédito para instrumentos financeiros, de acordo com a perda esperada, o Banco do Brasil relaciona variáveis de risco sistêmico (variáveis macroeconômicas). A relação dessas variáveis torna a estimação da perda esperada mais dinâmica, principalmente quando considera as condições macroeconômicas atuais.

Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima em 31.12.2022 e 31.12.2021.

	31.12.2022	31.12.2021
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.352.904.935	1.344.538.282
Empréstimos a instituições financeiras	62.607.954	42.842.588
Aplicações em operações compromissadas	360.620.474	487.472.927
Empréstimos a clientes	832.938.557	734.290.606
Títulos e valores mobiliários	47.996.424	33.107.809
Outros ativos financeiros	48.741.526	46.824.352
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	12.078.012	11.739.070
Instrumentos de dívida e patrimônio	10.439.943	9.604.035
Derivativos	1.638.069	2.135.035
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	369.770.754	305.490.911
Itens não registrados no balanço	201.933.644	182.709.250

As exposições incluem os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito, conforme descrição a seguir.

Empréstimos a instituições financeiras

Os empréstimos a instituições financeiras referem-se às aplicações em depósitos interfinanceiros e às carteiras de crédito adquiridas com coobrigação da instituição cedente.

Esses créditos seguem a análise de risco da Instituição, sendo classificados por rating interno.

Operações compromissadas

As operações compromissadas são realizadas principalmente com o Banco Central do Brasil e com outras instituições financeiras. Os títulos e valores mobiliários utilizados como lastro dessas operações são, em regra, títulos públicos federais. Essas operações não apresentam créditos vencidos.

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários avaliados ao custo amortizado são aqueles nos quais os seus fluxos de caixa contratuais possuem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração os mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter apenas os fluxos de caixa contratuais.

Os títulos mensurados nessa categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e avaliados,

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período, sendo o valor do ativo reduzido pelas amortizações de principal, além de reduções ao valor recuperável (perdas esperadas).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais não possuírem característica de somente pagamento de principal e juros ou quando a Administração os mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja a sua venda.

Os instrumentos financeiros registrados nessa categoria são reconhecidos inicialmente ao valor justo e os seus rendimentos (juros e dividendos) são reconhecidos como receita de juros. Ganhos e perdas realizados e não realizados em função das variações de valor justo desses instrumentos são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são geridos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno tanto pelo reconhecimento dos fluxos de caixas contratuais quanto pela negociação com transferência substancial de riscos e benefícios.

Itens não registrados no balanço patrimonial

As operações não registradas no balanço patrimonial seguem os mesmos critérios de classificação de risco para operações de crédito típicas, impactam o limite de crédito dos clientes e referem-se aos limites de crédito, crédito a liberar e às garantias prestadas.

Os limites de crédito são limites disponibilizados aos clientes, tais como cartão de crédito e cheque especial. Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos às operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionados ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas.

As garantias prestadas são operações de aval ou fiança bancária, ou outra forma de garantia fidejussória, normalmente contratadas com clientes classificados como de baixo risco, cujo desembolso só é efetivado na ocorrência de eventual inadimplência do cliente junto ao seu credor, convertendo-se a exposição em operação de crédito.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Empréstimos a clientes

As tabelas a seguir representam a exposição máxima dos ativos financeiros segregados por tipo de carteiras e pela classificação de risco de crédito.

	31.12.2022															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	481.271.236	101.487.603	819.914	583.578.753	47.359.614	8.575.693	2.246	55.937.553	31.634.811	221.103	1.002	31.856.916	560.265.661	110.284.399	823.162	671.373.222
Varejo PF	219.523.182	90.830.732	799.206	311.153.120	37.306.991	8.445.372	2.246	45.754.609	25.869.240	196.775	897	26.066.912	282.699.413	99.472.879	802.349	382.974.641
Produtor rural	261.748.054	10.656.871	20.708	272.425.633	10.052.623	130.321	--	10.182.944	5.765.571	24.328	105	5.790.004	277.566.248	10.811.520	20.813	288.398.581
Pessoas jurídicas	282.079.564	73.447.487	9.660.519	365.187.570	16.307.363	1.434.478	363.617	18.105.458	24.473.718	3.323.143	928.606	28.725.467	322.860.645	78.205.108	10.952.742	412.018.495
Atacado	220.185.077	52.530.154	9.582.243	282.297.474	9.044.568	441.194	360.771	9.846.533	17.564.671	2.611.301	504.999	20.680.971	246.794.316	55.582.649	10.448.013	312.824.978
Varejo MPE	61.884.789	20.916.614	78.276	82.879.679	7.259.207	993.186	2.846	8.255.239	6.901.837	711.769	423.607	8.037.213	76.045.833	22.621.569	504.729	99.172.131
Produtor rural	9.698	719	--	10.417	3.588	98	--	3.686	7.210	73	--	7.283	20.496	890	--	21.386
Total	763.350.800	174.935.090	10.480.433	948.766.323	63.666.977	10.010.171	365.863	74.043.011	56.108.529	3.544.246	929.608	60.582.383	883.126.306	188.489.507	11.775.904	1.083.391.717
%	80,46%	18,44%	1,10%	100,00%	85,99%	13,52%	0,49%	100,00%	92,62%	5,85%	1,53%	100,00%	81,51%	17,40%	1,09%	100,00%

	31.12.2021															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	420.487.340	97.451.232	789.140	518.727.712	34.945.433	3.330.540	3.263	38.279.236	23.829.754	174.367	80.173	24.084.294	479.262.527	100.956.139	872.576	581.091.242
Varejo PF	216.271.089	88.182.651	687.480	305.141.220	25.869.116	3.218.140	3.263	29.090.519	18.248.899	138.951	74.771	18.462.621	260.389.104	91.539.742	765.514	352.694.360
Produtor rural	204.216.251	9.268.581	101.660	213.586.492	9.076.317	112.400	--	9.188.717	5.580.855	35.416	5.402	5.621.673	218.873.423	9.416.397	107.062	228.396.882
Pessoas jurídicas	262.896.341	66.983.901	9.577.679	339.457.921	15.338.486	1.415.701	234.213	16.988.400	19.883.665	793.210	571.749	21.248.624	298.118.492	69.192.812	10.383.641	377.694.945
Atacado	208.751.529	46.587.524	9.269.212	264.608.265	11.265.763	640.329	231.438	12.137.530	14.686.001	231.169	118.688	15.035.858	234.703.293	47.459.022	9.619.338	291.781.653
Varejo MPE	54.129.135	20.395.254	308.467	74.832.856	4.067.864	775.337	2.775	4.845.976	5.171.561	561.956	453.061	6.186.578	63.368.560	21.732.547	764.303	85.865.410
Produtor rural	15.677	1.123	--	16.800	4.859	35	--	4.894	26.103	85	--	26.188	46.639	1.243	--	47.882
Total	683.383.681	164.435.133	10.366.819	858.185.633	50.283.919	4.746.241	237.476	55.267.636	43.713.419	967.577	651.922	45.332.918	777.381.019	170.148.951	11.256.217	958.786.187
%	79,63%	19,16%	1,21%	100,00%	90,98%	8,59%	0,43%	100,00%	96,43%	2,13%	1,44%	100,00%	81,08%	17,75%	1,17%	100,00%

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demais ativos financeiros**Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Saldo em 31.12.2022	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Instrumentos de dívida				
Títulos públicos federais brasileiros	293.508.198	--	--	293.508.198
Títulos emitidos por empresas não financeiras	47.984.976	528.038	2.036.511	50.549.525
Títulos de governos estrangeiros	13.432.313	--	--	13.432.313
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	8.388.834	--	--	8.388.834
Fundos mútuos de investimento	3.870.703	--	--	3.870.703
Títulos emitidos por empresas financeiras	21.181	--	--	21.181
Total	367.206.205	528.038	2.036.511	369.770.754

Saldo em 31.12.2021	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Instrumentos de dívida				
Títulos públicos federais brasileiros	232.407.095	--	--	232.407.095
Títulos emitidos por empresas não financeiras	44.744.418	568.648	1.291.551	46.604.617
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	10.839.687	--	--	10.839.687
Títulos de governos estrangeiros	10.579.331	--	--	10.579.331
Fundos mútuos de investimento	4.106.244	--	--	4.106.244
Títulos emitidos por empresas financeiras	953.937	--	--	953.937
Total	303.630.712	568.648	1.291.551	305.490.911

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado

Saldo em 31.12.2022	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Instrumentos de dívida				
Títulos emitidos por empresas não financeiras	27.223.118	869.063	2.147.479	30.239.660
Títulos públicos federais brasileiros	12.832.079	--	--	12.832.079
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	2.642.881	--	--	2.642.881
Títulos de governos estrangeiros	2.500.850	--	--	2.500.850
Títulos emitidos por empresas financeiras	20.930	--	--	20.930
Subtotal	45.219.858	869.063	2.147.479	48.236.400
Perda esperada em títulos e valores mobiliários	(78.918)	(1.920)	(159.138)	(239.976)
Total	45.140.940	867.143	1.988.341	47.996.424

Saldo em 31.12.2021	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Instrumentos de dívida				
Títulos emitidos por empresas não financeiras	13.836.790	2.693.828	784.866	17.315.484
Títulos públicos federais brasileiros	12.011.257	--	--	12.011.257
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	2.854.926	--	--	2.854.926
Títulos emitidos por empresas financeiras	837.406	--	--	837.406
Títulos de governos estrangeiros	582.122	--	--	582.122
Subtotal	30.122.501	2.693.828	784.866	33.601.195
Perda esperada em títulos e valores mobiliários	(70.172)	(340.021)	(83.193)	(493.386)
Total	30.052.329	2.353.807	701.673	33.107.809

Ativos recebidos em garantia

Tipo de Operações	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor dos Ativos	Valor Justo das Garantias	Valor dos Ativos	Valor Justo das Garantias
Contratadas com Garantias	574.782.961	418.644.837	512.335.083	374.769.466
Produtor Rural	278.947.533	219.299.736	227.439.890	185.319.191
Pessoa Física	52.516.891	51.393.563	53.174.464	52.179.363
Financiamento de Veículos	3.393.344	3.301.607	3.984.085	3.890.257
Financiamento Imobiliário	45.515.588	45.276.177	45.792.272	45.564.174
Demais	3.607.959	2.815.779	3.398.107	2.724.932
Pessoa Jurídica	243.318.537	147.951.538	231.720.729	137.270.912
Atacado	110.325.613	50.957.669	114.252.415	48.150.815
Varejo/MPE	132.992.924	96.993.869	117.468.314	89.120.097
Contratadas sem garantias	164.590.802	não se aplica	137.673.565	não se aplica
Contratadas com outros mitigadores	143.752.543	não se aplica	127.372.371	não se aplica
Total	883.126.306		777.381.019	

As garantias vinculadas aos empréstimos a clientes são apresentadas abaixo:

- (i) imóveis rurais (terrenos e edificações);
- (ii) imóveis urbanos – imóveis localizados em área urbana (casas, apartamentos, armazéns, galpões, edifícios comerciais ou industriais, lotes urbanos, lojas etc.);
- (iii) lavouras – colheita pendente dos produtos financiados (colheita de abacate, colheita de arroz, colheita de feijão etc.); quando se trata de produto perecível (hortaliças, frutas, flores etc.) são exigidas garantias

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- complementares;
- (iv) móveis – bens que possam ser facilmente movidos ou removidos, e, caso fixados no solo, possam ser removidos sem qualquer dano à sua integridade material ou ao imóvel onde estão instalados (máquinas, equipamentos, veículos etc.);
 - (v) recursos internalizados no Banco do Brasil – aplicações financeiras existentes no Banco (poupança, Certificado de Depósito Bancário – CDB, fundos de renda fixa etc.);
 - (vi) pessoais – garantias fidejussórias (aval ou fiança, inclusive de fundos de aval a exemplo do Fundo de Garantia de Operações – FGO, Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – Fampe, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger etc.);
 - (vii) produtos agropecuário-extrativos – produto agropecuário-extrativo, tais como: abacaxi, açaí, arroz, café, cacau, uva etc.;
 - (viii) produtos industrializados – matéria-prima, mercadorias ou produtos industrializados (bobinas de aço, calçados, chapa de aço inox etc.);
 - (ix) recebíveis – recebíveis representados por cartão de crédito, cobrança ou cheque custodiado;
 - (x) semoventes – animais de rebanho (bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos etc.);
 - (xi) títulos e direitos – títulos de crédito ou direitos em garantia (Cédulas de Crédito Comercial – CCC, Cédulas de Crédito Industrial – CCI, Cédulas de Crédito à Exportação – CCE, Cédulas do Produtor Rural – CPR, cédulas rurais, recursos internalizados no Banco, recebíveis e outros documentos de crédito representativos de direitos creditórios decorrentes de serviços já prestados ou mercadorias entregues); e
 - (xii) seguros de crédito – Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, Seguradora de Crédito do Brasil – Secreb etc.

Nos empréstimos a clientes, é dada preferência às garantias que ofereçam alta liquidez à operação. Cabe destacar que o Banco não reconhece perda esperada de crédito para as operações com municípios que detêm garantia da União.

O valor justo das garantias corresponde ao valor efetivamente considerado para efeito de cobertura do saldo devedor da operação, após aplicação de determinado percentual de adiantamento sobre o valor do referido bem ou direito, conforme tabela a seguir:

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Percentual de adiantamento de cobertura dos ativos recebidos em garantia

Ativo	% de cobertura
Direitos creditórios	
Recibo de depósito bancário	100%
Certificado de depósito bancário ⁽¹⁾	100%
Poupança	100%
Fundo de investimento de renda fixa	100%
Pledge Agreement – cash collateral ⁽²⁾	100%
Carta de crédito standby	100%
Outros direitos creditórios	80%
Fundos de aval	
Fundo de aval para geração de emprego e renda	100%
Fundo de aval às micro e pequenas empresas	100%
Fundo de garantia de operações	100%
Fundo garantidor para investimento	100%
Outros	100%
Fiança ou aval ⁽³⁾	100%
Seguro de crédito	100%
Pledge Agreement – securities ⁽⁴⁾	77%
Fundos offshore – BB Fund ⁽⁵⁾	77%
Semoventes bovinos ⁽⁶⁾	70%
Pledge Agreement – cash collateral ⁽⁷⁾	70%
Demais garantias ⁽⁸⁾	50%

(1) Exceto os que possuam contrato de swap.

(2) Mesma moeda da operação.

(3) Prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação.

(4) Contrato de caução/cessão de recursos de clientes em títulos e papéis.

(5) Exclusivo ou varejo.

(6) Exceto em operações de Cédula do Produtor Rural (CPR).

(7) Celebrado em moeda diversa à das operações a serem amparadas e que não disponha de mecanismo de hedge cambial.

(8) Em função de determinadas características, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios representadas por aplicações financeiras devem ser internalizadas no Banco e são bloqueadas pela Instituição, permanecendo assim até a liquidação da operação. O Banco poderá, por ocasião do vencimento da aplicação financeira, lançar mão da garantia para quitação dos saldos referentes às parcelas vencidas, independentemente de aviso ou notificação ao cedente/financiado.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.

Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do apetite e tolerância ao risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. São considerados também os limites de concentração impostos pelo Banco Central do Brasil.

O Banco possui sistemática de gerenciamento do risco de concentração da carteira de crédito. Além do acompanhamento dos indicadores de níveis de concentração de diferentes segmentos da carteira, apurados com base no Índice de Herfindahl-Hirshman, é avaliado o impacto da concentração na alocação de capital para o risco

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

de crédito.

Empréstimos a clientes – Exposições por região geográfica

	31.12.2022	31.12.2021
Banco do Brasil		
Mercado interno	845.605.208	742.141.827
Sudeste	338.528.795	306.586.459
Sul	161.020.600	139.276.680
Centro-Oeste	168.130.285	143.964.522
Nordeste	120.350.530	104.281.946
Norte	57.574.998	48.032.220
Mercado externo	37.521.098	35.239.192
Total	883.126.306	777.381.019

Empréstimos a clientes – Concentração das operações de crédito

A tabela a seguir apresenta o nível de concentração dos clientes e grupos empresariais com os quais o Banco do Brasil se relaciona em relação à carteira de crédito interna e externa:

	31.12.2022	31.12.2021
Maior cliente	1,1%	1,5%
2º ao 20º	6,9%	7,9%
21º ao 100º	6,2%	6,5%
100 Maiores clientes	14,2%	15,9%

As informações relativas às exposições por atividade econômica foram incluídas na Nota 23 – Empréstimos a clientes.

Operações de crédito renegociadas

Operações de crédito renegociadas são aquelas com evidências de problemas de recuperabilidade do crédito, por dificuldade financeira significativa do devedor, que tenham sido compostas ou renegociadas e com alteração das condições originalmente pactuadas.

Essas operações visam fornecer ao cliente uma situação de viabilidade financeira ao longo do tempo, adaptando o reembolso do empréstimo junto ao Banco, à nova situação de geração de fundos do cliente.

As renegociações são realizadas de acordo a viabilidade das operações com base na disposição e capacidade de pagamento do cliente, para esse fim é realizada uma análise atualizada de sua situação econômico-financeira e capacidade de gerar receitas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos que o Banco adquiriu na liquidação de operações de crédito

	31.12.2022	31.12.2021
Imóveis	516.771	353.809
Máquinas e equipamentos	249	260
Veículos e afins	336	365
Outros	800	1.000
Total	518.156	355.434

Os bens móveis e imóveis obtidos em razão da recuperação de créditos inadimplidos são periodicamente ofertados ao mercado, por meio de processos licitatórios, na modalidade de leilão, não sendo política do Banco sua utilização para obtenção de receita financeira ou no desempenho de sua atividade fim.

f) Risco operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

Com o objetivo de melhorar a eficiência na gestão dos riscos não financeiros, o risco operacional é composto pelas seguintes categorias gerenciais: risco de terceiros, risco legal, risco de conformidade, risco de segurança, risco de modelo, risco de conduta, risco cibernético e risco de TI. Esta composição permite a convergência de instrumentos de gestão como taxonomia e base de perdas, entre outros.

As categorias regulatórias do risco operacional (práticas inadequadas, práticas trabalhistas, fraudes e roubos externos, falhas de processos, interrupção das atividades, danos a ativos e pessoas, fraudes e roubos internos, falhas de sistemas e tecnologia) são constantemente acompanhados, monitorados e seus resultados reportados à Alta Administração do Banco.

Política Específica de Gerenciamento de Riscos e Capital

O Banco do Brasil define a política específica de gerenciamento de riscos e de capital, abrangendo direcionadores aplicáveis ao Risco Operacional, com objetivo de estabelecer as diretrizes relacionadas ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital e de divulgação das informações sobre esses temas para o Conglomerado Prudencial, resguardadas aquelas de natureza confidencial e proprietária. A definição da referida política observa a legislação e regulamentações aplicáveis e está baseada em melhores práticas de governança.

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN n.º 4.557/2017 a política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com objetivo de identificar, mensurar, avaliar, mitigar, controlar, monitorar, reportar e aprimorar o risco associado ao Conglomerado Prudencial e a cada instituição individualmente, bem como identificar e acompanhar os riscos associados às demais entidades controladas por seus integrantes ou das quais estes participem.

Ferramentas de Gestão e Monitoramento

O gerenciamento do risco operacional do BB busca manter abordagem estruturada para o funcionamento de todas as atividades necessárias para que o risco se mantenha em níveis adequados à rentabilidade esperada dos negócios. Isso requer que os processos sejam revisados e atualizados regularmente, o que significa aprimorar continuamente a gestão.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em relação as ferramentas de gestão do risco operacional, destaca-se a ferramenta SIM – Solução Imediata de Reclamações que tem agilizado a solução das reclamações de clientes, uma vez que o procedimento de análise e contestação é realizado em ambiente único, com emissão automatizada de Termo de Compromisso preenchido, e crédito efetivado na conta do cliente imediatamente após o despacho para determinados valores. Esse fluxo ágil tem diminuído as reclamações em órgãos externos, como Bacen, auxilia na redução da judicialização de demandas.

Ademais, o acompanhamento sistemático dos eventos de perda operacional é realizado por intermédio da análise das informações constantes do Painel de Riscos, dentre elas o acompanhamento dos limites global e específicos e decisões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital – CEGRC. A partir do monitoramento dos limites estabelecidos, os gestores responsáveis pelo processo, produto ou serviço poderão ser acionados para esclarecer os motivos da extrapolação e propor ações de mitigação dos riscos.

O monitoramento das perdas operacionais, para produção dos devidos reportes, ocorre por intermédio da ferramenta Painel de Risco Operacional, o qual é acompanhado também pelas áreas gestoras de processos, sistemas, produtos ou serviços, com apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o limite global de perdas operacionais e limites específicos de perdas operacionais.

42 – TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS

No curso de suas atividades, o Banco efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros, representados principalmente por instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e empréstimos a clientes. Ao aplicar a prática contábil para a transferência de ativos financeiros, o Banco avalia o nível de envolvimento contínuo com os ativos transferidos para determinar se continua o seu reconhecimento na totalidade, na extensão da continuidade do seu envolvimento ou se realiza a baixa do ativo financeiro transferido.

As transações de transferências de ativos financeiros realizadas pelo Banco são representadas principalmente pela venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra e pela cessão de carteiras de empréstimos a clientes com retenção substancial de riscos e benefícios, cujos passivos associados estão registrados em obrigações por operações compromissadas e em valores a pagar a instituições financeiras, respectivamente.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial e seus respectivos passivos associados

	31.12.2022		31.12.2021	
	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados
Ativos financeiros vinculados ao compromisso de recompra				
Ativos financeiros ao custo amortizado – Títulos e valores mobiliários	3.354.740	3.838.204	5.141.660	5.420.304
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	205.713.059	205.891.648	139.598.111	136.063.836
Total	209.067.799	209.729.852	144.739.771	141.484.140

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial cujos passivos associados são recursos apenas para os ativos transferidos

	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Operações de crédito cedidas com coobrigação ⁽¹⁾				
Ativos financeiros transferidos	161.803	161.803	199.113	276.063
Passivos financeiros associados	161.571	161.571	198.879	198.879
Posição líquida	232	232	234	77.184

(1) Os ativos financeiros transferidos e os passivos financeiros associados às operações de crédito cedidas com coobrigação são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos "Empréstimos a clientes" e "Valores a pagar a instituições financeiras", respectivamente.

Venda com compromisso de recompra

Vendas com compromisso de recompra são transações nas quais o Banco vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Banco continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de valor de mercado e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como uma obrigação a pagar pelo preço de recompra. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos títulos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O Banco transfere o direito de receber o fluxo financeiro futuro dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, ao cessionário, mediante recebimento de uma quantia em caixa, calculada na data da transferência. Contudo, o Banco continua reconhecendo em seu balanço patrimonial os saldos dos ativos financeiros em rubricas destacadas, porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer situação de inadimplência ocorrida nos recebíveis transferidos é de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como valores a pagar a instituições financeiras. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos empréstimos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

43 – COMPENSAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As informações apresentadas a seguir referem-se a ativos e passivos financeiros que:

- são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial consolidado; ou
- estão sujeitos a um contrato máster de compensação executável ou acordos similares, independentemente de serem apresentados de forma líquida no balanço patrimonial consolidado.

Em conformidade com a IAS 32, um ativo financeiro e um passivo financeiro são compensados e o seu valor líquido apresentado no balanço patrimonial consolidado quando, e somente quando, existe um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e o Banco pretende liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

De acordo com a IFRS 7, o Banco deve também apresentar os valores relativos a instrumentos financeiros sujeitos a acordos máster de compensação ou acordos similares, os quais não cumprem alguns ou todos os critérios de

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

compensação definidos na IAS 32. Os acordos similares incluem os contratos globais de derivativos (CGD/ISDA) e os contratos globais de operações compromissadas (GMRA).

Parte das operações com instrumentos financeiros derivativos são firmadas por meio de contratos CGD e ISDA (*International Swap and Derivatives Agreement*), no Brasil e no exterior, respectivamente. Tais contratos contemplam cláusulas de compensação, tais como:

- *netting of payments*: compensação no curso normal das operações, processada sempre que houver quantias a serem pagas entre as partes na mesma moeda e em relação à mesma operação;
- *multiple transaction payment netting*: compensação no curso normal das operações, processada sempre que houver quantias a serem pagas entre as partes na mesma moeda e na mesma data;
- *set off*: compensação no término antecipado das operações, processada caso a parte que não está em *default* opte por exercer o direito de compensação.

Também são firmadas por meio de contratos máster de compensação algumas operações compromissadas realizadas pelo Banco no exterior. Os contratos GMRA (*Global Master Repurchase Agreement*) são firmados com cláusulas de compensação similares àquelas dos contratos CGD/ISDA.

A compensação de ativos e passivos financeiros firmados por meio de acordos máster de compensação e acordos similares pode ocorrer no curso normal das operações (*netting of payments* ou *multiple transaction payment netting*) e em caso de inadimplência, insolvência ou falência de quaisquer das contrapartes (*set off*).

Os instrumentos financeiros recebidos ou oferecidos em garantia incluem depósitos em dinheiro e/ou instrumentos financeiros reconhecidos como de alta liquidez. Essas garantias estão sujeitas às condições normais de mercado e incluem, quando apropriado, um ISDA *Credit Support Annex* (CSA). Isto significa que os títulos recebidos como garantia podem ser oferecidos como garantia ou vendidos durante o prazo da operação, com a obrigação de serem devolvidos no vencimento. As garantias somente serão exercidas em caso de inadimplência, insolvência ou falência de quaisquer das contrapartes e poderão ser utilizadas para abater saldo devedor ao final da operação.

As garantias são aceitas e recebidas na forma de caixa ou de títulos negociáveis tanto para os contratos de operações compromissadas quanto para os contratos com derivativos.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

31.12.2022	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados				Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾	Saldo contábil
	Valores brutos ⁽¹⁾	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impactos dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas		Valores líquidos		
					Caixa	Títulos			
Derivativos	694.343	(276.811)	417.532	(55.363)	--	--	362.169	1.220.537	1.638.069
Aplicações em operações compromissadas	1.476.068	--	1.476.068	--	--	(1.331.896)	144.172	359.144.406	360.620.474
Total	2.170.411	(276.811)	1.893.600	(55.363)	--	(1.331.896)	506.341	360.364.943	362.258.543

31.12.2021	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados				Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾	Saldo contábil
	Valores brutos ⁽¹⁾	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impactos dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas		Valores líquidos		
					Caixa	Títulos			
Derivativos	6.075.751	(4.938.841)	1.136.910	(119.545)	--	--	1.017.365	998.125	2.135.035
Aplicações em operações compromissadas	1.862.231	--	1.862.231	--	--	(1.662.595)	199.636	485.610.696	487.472.927
Total	7.937.982	(4.938.841)	2.999.141	(119.545)	--	(1.662.595)	1.217.001	486.608.821	489.607.962

(1) Inclui o montante das operações com acordos máster de compensação e similares executáveis.

(2) Inclui o total das operações sem vinculação a acordos máster de compensação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

31.12.2022	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados				Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾	Saldo contábil
	Valores brutos ⁽¹⁾	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impactos dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas		Valores líquidos		
					Caixa	Títulos			
Derivativos	(1.898.345)	276.811	(1.621.534)	59.317	--	--	(1.562.217)	(1.143.263)	(2.764.797)
Obrigações por operações compromissadas	(5.615.437)	--	(5.615.437)	--	--	4.825.097	(790.340)	(558.838.162)	(564.453.599)
Total	(7.513.782)	276.811	(7.236.971)	59.317	--	4.825.097	(2.352.557)	(559.981.425)	(567.218.396)

31.12.2021	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados			Valores não sujeitos a acordos de compensação ⁽²⁾	Saldo contábil	
	Valores brutos ⁽¹⁾	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impactos dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas				Valores líquidos
					Caixa	Títulos			
Derivativos	(6.518.746)	4.938.841	(1.579.905)	393.670	--	--	(1.186.235)	(473.256)	(2.053.161)
Obrigações por operações compromissadas	(2.099.173)	--	(2.099.173)	--	--	1.909.391	(189.782)	(619.737.582)	(621.836.755)
Total	(8.617.919)	4.938.841	(3.679.078)	393.670	--	1.909.391	(1.376.017)	(620.210.838)	(623.889.916)

(1) Inclui o montante das operações com acordos máster de compensação e similares executáveis.

(2) Inclui o total das operações sem vinculação a acordos máster de compensação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

44 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc – Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM – Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	31.12.2022			31.12.2021		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de aposentadoria e pensão	87.342	123.024	210.366	86.620	123.411	210.031
Plano de Benefícios 1 – Previ	3.500	100.458	103.958	4.124	101.186	105.310
Plano Previ Futuro	73.413	3.680	77.093	71.765	3.447	75.212
Plano Informal	--	2.045	2.045	--	2.231	2.231
Outros Planos	10.429	16.841	27.270	10.731	16.547	27.278
Planos de assistência médica	89.007	107.329	196.336	87.785	108.307	196.092
Cassi	80.236	101.619	181.855	78.880	102.327	181.207
Outros Planos	8.771	5.710	14.481	8.905	5.980	14.885

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Planos de aposentadoria e pensão	1.968.892	1.813.181	1.791.030
Plano de Benefícios 1 – Previ ⁽¹⁾	638.270	598.607	621.846
Plano Previ Futuro	914.262	807.075	762.023
Plano Informal	140.985	144.088	150.480
Outros Planos	275.375	263.411	256.681
Planos de assistência médica	2.001.926	1.840.605	2.625.470
Cassi ⁽²⁾	1.804.709	1.663.483	2.461.292
Outros Planos	197.217	177.122	164.178
Total	3.970.818	3.653.786	4.416.500

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 44.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

(2) No Exercício/2020, inclui contribuições retroativas a janeiro/2019, referentes à taxa de administração temporária e contribuição patronal sobre dependentes, bem como a liquidação antecipada do Banco para com o Grupo dos Dependentes Indiretos (GDI).

As contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) estão estimadas em R\$ 942.841 mil para os próximos 6 meses e R\$ 2.009.721 mil para os próximos 12 meses.

Valores reconhecidos no resultado

	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Planos de aposentadoria e pensão	1.757.884	490.556	(1.735.210)
Plano de Benefícios 1 – Previ	2.869.928	1.541.705	(664.008)
Plano Previ Futuro	(914.262)	(807.075)	(762.023)
Plano Informal	(104.157)	(96.630)	(105.788)
Outros Planos	(93.625)	(147.444)	(203.391)
Planos de assistência médica	(2.176.829)	(2.075.588)	(2.087.397)
Cassi	(1.989.431)	(1.882.428)	(1.914.613)
Outros Planos	(187.398)	(193.160)	(172.784)
Total	(418.945)	(1.585.032)	(3.822.607)

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 44.d.4.

a) Planos de aposentadoria e pensão**Previ Futuro (Previ)**

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Os participantes, tanto os ativos

quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

- pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967;
- pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e
- aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio-doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Grupo de funcionários e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01 a 13.05.1974 e seus assistidos. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido a priori.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Plano de Benefícios I da Funesec que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente limitado a 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Funesec)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

b) Planos de assistência médica

Plano de Associados (Cassi)

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além de 3% por dependente de funcionário da ativa (até três dependentes), mais uma taxa de administração temporária, correspondente a 10% sobre o somatório das contribuições patronais e pessoais (titulares em atividade), até 2021.

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 4% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, coparticipação em alguns procedimentos, além de contribuição por dependente, seguindo as regras previstas no Estatuto da Cassi e no regulamento do plano.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Econumus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31.12.2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Econumus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01.01.2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Econumus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no Estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” (Regulamento Complementar 1) e “C” (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fusesc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é variável em função da faixa etária do beneficiário, devida por si e por seus dependentes, e a dos patrocinadores, em relação aos ativos e aos seus respectivos dependentes, também é variável em função da faixa etária. O plano prevê ainda, coparticipação sobre consultas, exames e atendimentos domiciliares, seguindo as regras previstas no regulamento do plano.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para as entidades patrocinadas, o que pode afetar negativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido do Banco.

Do ponto de vista do ativo, o risco atuarial está associado à possibilidade de perdas resultantes da flutuação (redução) no valor justo dos ativos do plano. Do ponto de vista do passivo atuarial, por sua vez, o risco está associado à possibilidade de perdas decorrentes da flutuação (aumento) no valor presente das obrigações atuariais dos planos da categoria Benefício Definido.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31.12.2022 e 31.12.2021.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2022	Exercício/2021
Saldo inicial	(152.404.722)	(197.181.895)	(846.025)	(1.058.846)	(9.212.441)	(12.359.453)	(8.975.214)	(11.411.961)
Custo de juros	(15.969.282)	(14.713.266)	(84.665)	(71.830)	(989.853)	(931.048)	(948.961)	(855.549)
Custo do serviço corrente	(68.644)	(171.048)	--	--	(79.866)	(94.349)	(4.578)	(6.698)
Custo do serviço passado	--	--	(19.492)	(24.800)	--	--	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	15.311.473	14.054.028	140.986	144.088	884.995	806.452	865.173	773.089
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	12.404.472	45.607.459	57.025	165.363	588.273	3.365.957	710.971	2.525.905
Ajuste de experiência	(4.970.461)	(12.926.137)	(7.543)	(52.900)	(335.656)	(68.299)	(268.829)	(566.119)
Alterações premissas biométricas/demográficas	--	25.031	--	--	--	(10.078)	17.932	(78.445)
Alterações premissas financeiras	17.374.933	58.508.565	64.568	218.263	923.929	3.444.334	961.868	3.170.469
Saldo final	(140.726.703)	(152.404.722)	(752.171)	(846.025)	(8.808.892)	(9.212.441)	(8.352.609)	(8.975.214)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(140.726.703)	(152.404.722)	--	--	--	--	(7.476.638)	(7.590.710)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	(752.171)	(846.025)	(8.808.892)	(9.212.441)	(875.971)	(1.384.504)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos ⁽¹⁾	
	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2022	Exercício/2021
Saldo inicial	192.870.833	208.906.421	--	--	--	80.750	7.590.710	7.922.125
Receita de juros	21.777.783	17.967.725	--	--	--	--	873.990	673.786
Antecipação de contraprestação ⁽²⁾	--	--	--	--	--	(80.750)	--	--
Contribuições recebidas	1.276.540	1.195.417	140.986	144.088	884.995	806.452	459.151	409.667
Participantes	638.270	596.810	--	--	--	--	173.101	159.412
Empregador	638.270	598.607	140.986	144.088	884.995	806.452	286.050	250.255
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(15.311.473)	(14.054.028)	(140.986)	(144.088)	(884.995)	(806.452)	(865.173)	(773.090)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	(3.074.650)	(21.144.702)	--	--	--	--	(582.040)	(641.778)
Saldo final	197.539.033	192.870.833	--	--	--	--	7.476.638	7.590.710

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmis (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

(2) Refere-se ao adiantamento de contribuições patronais incidentes sobre a gratificação de natal (13º salário) correspondente ao período de 2018 a 2021.

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
1) Valor justo dos ativos do plano	197.539.033	192.870.833	--	--	--	--	7.476.638	7.590.710
2) Valor presente das obrigações atuariais	(140.726.703)	(152.404.722)	(752.171)	(846.025)	(8.808.892)	(9.212.441)	(8.352.609)	(8.975.214)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	56.812.330	40.466.111	(752.171)	(846.025)	(8.808.892)	(9.212.441)	(875.971)	(1.384.504)
4) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado ⁽¹⁾	28.406.165	20.233.055	(752.171)	(846.025)	(8.808.892)	(9.212.441)	(910.551)	(1.199.726)

(1) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 – Previ			Plano Informal – Previ			Plano de Associados – Cassi			Outros planos		
	Exerc/2022	Exerc/2021	Exerc/2020	Exerc/2022	Exerc/2021	Exerc/2020	Exerc/2022	Exerc/2021	Exerc/2020	Exerc/2022	Exerc/2021	Exerc/2020
Custo do serviço corrente	(34.322)	(85.524)	(137.795)	--	--	--	(79.865)	(94.349)	(94.355)	(2.290)	(3.349)	(4.956)
Custo dos juros	(7.984.642)	(7.356.633)	(7.144.832)	(84.665)	(71.830)	(68.305)	(989.853)	(931.048)	(907.096)	(525.258)	(479.799)	(456.141)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	10.888.892	8.983.862	6.618.619	--	--	--	--	--	--	435.673	335.976	263.981
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	--	(19.492)	(24.800)	(37.483)	--	--	(56.700)	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	--	--	(919.713)	(857.031)	(856.462)	(191.800)	(196.620)	(182.682)
Outros ajustes/reversões	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2.652	3.188	3.623
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	2.869.928	1.541.705	(664.008)	(104.157)	(96.630)	(105.788)	(1.989.431)	(1.882.428)	(1.914.613)	(281.023)	(340.604)	(376.175)

d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial	(3.235.552)	(9.715.783)	(136.659)	(227.609)	(962.540)	(2.813.815)	(364.321)	(1.007.952)
Ajustes de avaliação patrimonial	4.664.911	12.230.480	57.026	165.363	588.273	3.365.956	94.999	1.174.930
Efeitos fiscais	(2.218.515)	(5.750.249)	(25.662)	(74.413)	(264.722)	(1.514.681)	(43.315)	(531.299)
Saldo final	(789.156)	(3.235.552)	(105.295)	(136.659)	(638.989)	(962.540)	(312.637)	(364.321)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	7,78	15.656.792	15.453.143	15.274.256	320.031.549	366.415.740
Plano Informal (Previ)	5,16	136.316	122.262	109.566	957.671	1.325.815
Plano de Associados (Cassi)	8,77	961.254	943.837	930.191	27.427.235	30.262.517
Regulamento Geral (Econumus)	7,75	677.697	676.703	675.582	13.788.349	15.818.331
Regulamento Complementar 1 (Econumus)	9,82	3.304	3.471	3.635	136.112	146.522
Plus I e II (Econumus)	10,35	40.545	42.224	43.878	2.189.626	2.316.273
Grupo B' (Econumus)	7,15	23.588	23.335	23.056	390.860	460.839
Prevmais (Econumus)	9,05	26.446	26.775	27.074	841.459	921.754
Multifuturo I (Fusesc)	8,26	8.551	8.596	8.640	214.285	240.072
Plano I (Fusesc)	6,63	52.477	51.340	50.236	729.013	883.066
Plano BEP (Prevbep)	7,77	7.409	7.456	7.399	152.361	174.625

(1) Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.7) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 – Previ		Outros planos	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Renda fixa	115.877.631	111.151.461	6.582.918	6.434.495
Renda variável ⁽¹⁾	64.138.045	63.685.949	389.605	589.127
Investimentos imobiliários	10.765.877	10.627.183	221.068	240.632
Empréstimos e financiamentos	5.215.030	5.168.938	151.513	162.835
Outros	1.542.450	2.237.302	131.534	163.621
Total	197.539.033	192.870.833	7.476.638	7.590.710
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	6.894.112	9.952.135	43.050	--
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	1.264.250	1.215.086	31.239	34.606

(1) No Plano 1 – Previ, inclui o valor de R\$ 6.432.248 mil (R\$ 5.641.967 mil em 31.12.2021), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Taxa de inflação (a.a.)	3,45%	3,29%	3,58%	3,43%	3,42%	3,27%	3,45%	3,28%
Taxa real de desconto (a.a.)	8,94%	7,53%	8,79%	7,25%	8,98%	7,59%	8,94%	7,54%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	12,70%	11,07%	--	--	--	--	12,69%	11,07%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,67%	0,67%	--	--	--	--	0,91%	0,92%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		AT-2000/ AT-83/ RP-2000	AT-2000/ AT-83
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A norma internacional IAS 19 e a interpretação IFRIC 14 detalham a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.9) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 31.12.2022.

	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(2.547.876)	2.639.554	2.070.201	(2.124.799)	9.328	(9.282)
Plano Informal (Previ)	(8.972)	9.207	21.254	(21.121)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(145.016)	150.302	97.121	(99.126)	522	(511)
Regulamento Geral (Economus)	(117.568)	121.647	91.413	(94.949)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(1.150)	1.194	(1.835)	1.900	--	--
Plus I e II (Economus)	(13.917)	14.564	15.982	(15.684)	--	--
Grupo B' (Economus)	(3.423)	3.531	3.805	(3.976)	--	--
Prevmais (Economus)	(6.295)	6.539	1.185	(1.169)	930	(921)
Multifuturo I (Fusesc)	(1.759)	1.857	743	(770)	259	(236)
Plano I (Fusesc)	(6.408)	6.601	7.481	(7.652)	--	--
Plano BEP (Prevbep)	(1.355)	1.405	821	(859)	2	(2)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo atuarial		Passivo atuarial	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Plano 1 (Previ)	28.406.165	20.233.055	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(752.171)	(846.025)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(8.808.892)	(9.212.441)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	(565.077)	(702.369)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	9.576	6.197	--	--
Plus I e II (Economus)	--	--	(563.390)	(623.285)
Grupo B' (Economus)	--	--	(206.165)	(225.770)
Prevmais (Economus)	147.230	117.373	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	119.869	97.879	--	--
Plano I (Fusesc)	115.868	103.332	--	--
Plano BEP (Prevbep)	31.538	26.917	--	--
Total	28.830.246	20.584.753	(10.895.695)	(11.609.890)

f) Destinações do Superávit do Plano 1 – Previ

	Exercício/2022	Exercício/2021
Fundo de Utilização ⁽¹⁾		
Saldo inicial	10.795.343	9.912.387
Contribuição ao Plano 1	(638.270)	(598.607)
Atualização	1.158.298	1.481.563
Saldo final	11.315.371	10.795.343

(1) Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75% a.a.).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

45 – PARTES RELACIONADAS**a) Pessoal-chave da administração**

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	Exercício/2022	Exercício/2021	Exercício/2020
Benefícios de curto prazo	52.004	47.005	51.521
Honorários e encargos sociais	30.754	31.533	32.259
Diretoria Executiva	30.666	31.181	31.868
Conselho de Administração	88	352	391
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	14.093	11.844	14.955
Outros ⁽¹⁾	7.157	3.628	4.307
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	52	2.268	834
Remuneração baseada em ações	7.523	5.719	10.801
Total	59.579	54.992	63.156

(1) Inclui a remuneração dos membros dos Comitês de Auditoria e de Riscos e de Capital que integram o Conselho de Administração, bem como contribuições patronais aos planos de saúde e previdência complementar, auxílio moradia, vantagens de remoção, seguro de vida em grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 37.I).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei n.º 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos,

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;

- disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;
- contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. No Exercício/2022, o banco foi ressarcido em R\$ 551.499 mil (R\$ 528.860 mil no Exercício/2021), referente aos custos com empregados cedidos sem ônus;
- aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A.;
- contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de *software*, suporte e operação em data center, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, *outsourcing* e monitoria de sistemas de segurança física e *outsourcing* de telefonia; e
- valores a receber decorrente das honras solicitadas pelo Banco aos Fundos Garantidores, nos quais a União detém participação, conforme prazos e condições estabelecidos pelo regulamento de cada programa de garantia. Os Fundos Garantidores são instrumentos de natureza pública ou privada destinados a garantir projetos e operações de crédito, com a finalidade, dentre outras, de viabilizar empreendimentos estruturados do Poder Público e auxiliar a inclusão de pessoas físicas e jurídicas no mercado de crédito.

Para 2022, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R\$ 1.176.794 mil (de até R\$ 457.193 mil em 2021).

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro “Sumário das transações com partes relacionadas”, segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais, estão relacionados nas Notas 20, 21 e 22; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas na Nota 34; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 44.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No Exercício/2022, o Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 118.849 mil (R\$ 72.632 mil no Exercício/2021).

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	Exercício/2022	Exercício/2021
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	4.881.162	5.852.020

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Sumário das transações com partes relacionadas

	31.12.2022				
	Controlador ⁽¹⁾	Coligadas e joint ventures ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativo					
Empréstimos a instituições financeiras	--	8.410.124	--	2.901.626	11.311.750
Ativos financeiros	--	3.694.921	--	498.019	4.192.940
Empréstimos a clientes ⁽⁵⁾	--	1.211	6.147	2.587.860	2.595.218
Outros ativos ⁽⁶⁾	2.580.362	795.997	--	312.146	3.688.505
Total	2.580.362	12.902.253	6.147	6.299.651	21.788.413
Garantias recebidas	--	20	--	--	20
Passivo					
Depósitos de clientes	2.747.266	570.117	1.741	11.074.351	14.393.475
Obrigações por operações compromissadas	--	100.043	--	1.831.017	1.931.060
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	132.828	--	--	43.858.369	43.991.197
Outros passivos ⁽⁷⁾	1.762.815	17.103.288	24.134	1.167.948	20.058.185
Total	4.642.909	17.773.448	25.875	57.931.685	80.373.917
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽⁸⁾	344.592	5.004.909	--	33.985	5.383.486
Demonstração do Resultado Consolidado					
	Exercício/2022				
Receitas de juros	5.744.487	1.141.864	810	541.636	7.428.797
Despesas de juros	(152.927)	(47.406)	(2.192)	(4.080.080)	(4.282.605)
Receitas de prestação de serviços	165.872	6.011.385	14	750.321	6.927.592
Outras receitas ⁽⁹⁾	113.535	881.363	--	17.229	1.012.127
Outras despesas	(973.196)	(1.384.821)	--	(797.182)	(3.155.199)
Total líquido	4.897.771	6.602.385	(1.368)	(3.568.076)	7.930.712

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal).

(2) Compreendem as empresas listadas na Nota 26.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF e BNDES. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) Os empréstimos a clientes possuem R\$ 39 mil de perdas esperadas. Houve reversão de R\$ 8 mil no Exercício/2022.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(7) Referem-se, principalmente, a outros instrumentos financeiros e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "coligadas e joint ventures" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(8) Inclui o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(9) Inclui o montante de R\$ 384.294 mil no Exercício/2022 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.12.2021				
	Controlador ⁽¹⁾	Coligadas e joint ventures ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativo					
Empréstimos a instituições financeiras	--	8.045.572	--	1.999.640	10.045.212
Ativos financeiros	--	3.603.062	--	523.136	4.126.198
Empréstimos a clientes ⁽⁵⁾	--	233.275	7.017	5.360.190	5.600.482
Outros ativos ⁽⁶⁾	2.209.638	997.946	--	290.978	3.498.562
Total	2.209.638	12.879.855	7.017	8.173.944	23.270.454
Garantias recebidas ⁽⁷⁾	--	3.701	--	555.596	559.297
Passivo					
Depósitos de clientes	2.371.910	711.292	1.775	9.912.592	12.997.569
Obrigações por operações compromissadas	--	--	--	4.361.701	4.361.701
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	142.969	--	--	50.701.728	50.844.697
Outros passivos ⁽⁸⁾	1.489.903	15.087.882	15.586	2.063.979	18.657.350
Total	4.004.782	15.799.174	17.361	67.040.000	86.861.317
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽⁹⁾	--	5.009.367	--	183.706	5.193.073
Demonstração do Resultado Consolidado					
	Exercício/2021				
Receitas de juros	2.416.957	617.739	725	559.169	3.594.590
Despesas de juros	(136.654)	(30.159)	(795)	(3.217.911)	(3.385.519)
Receitas de prestação de serviços	129.844	5.335.633	--	768.293	6.233.770
Outras receitas ⁽¹⁰⁾	69.813	764.638	--	9.340	843.791
Outras despesas	(964.326)	(766.240)	--	(785.778)	(2.516.344)
Total líquido	1.515.634	5.921.611	(70)	(2.666.887)	4.770.288

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal).

(2) Compreendem as empresas listadas na Nota 26.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) Os empréstimos a clientes possuem R\$ 47 mil de perdas esperadas. Houve reversão de R\$ 128 mil no Exercício/2021.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(7) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, cobrança com registro, dentre outras.

(8) Referem-se, principalmente, a outros instrumentos financeiros e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "coligadas e joint ventures" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(9) Inclui o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(10) Inclui o montante de R\$ 378.706 mil no Exercício/2021 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

46 – ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	31.12.2022		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	18.310.546	--	18.310.546
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	95.119.085	--	95.119.085
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	825.013.347	527.891.588	1.352.904.935
Empréstimos a instituições financeiras	56.456.430	6.151.524	62.607.954
Aplicações em operações compromissadas	359.203.442	1.417.032	360.620.474
Empréstimos a clientes	372.512.511	460.426.046	832.938.557
Títulos e valores mobiliários	18.833.235	29.163.189	47.996.424
Outros ativos financeiros	18.007.729	30.733.797	48.741.526
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	12.078.012	--	12.078.012
Instrumentos de dívida e patrimônio	10.439.943	--	10.439.943
Derivativos	1.638.069	--	1.638.069
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	44.800.309	324.970.445	369.770.754
Ativos não circulantes mantidos para venda	203.473	--	203.473
Investimentos em coligadas e joint ventures	--	19.773.432	19.773.432
Ativo imobilizado	--	13.200.128	13.200.128
De uso	--	9.194.568	9.194.568
De direito de uso	--	4.005.560	4.005.560
Ativos intangíveis	--	11.030.985	11.030.985
Ativos fiscais	9.914.030	57.327.950	67.241.980
Correntes	9.914.030	--	9.914.030
Diferidos	--	57.327.950	57.327.950
Outros ativos	17.768.738	30.325.909	48.094.647
Total	1.023.207.540	984.520.437	2.007.727.977
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.366.681.217	386.520.778	1.753.201.995
Depósitos de clientes	593.072.021	160.191.026	753.263.047
Valores a pagar a instituições financeiras	21.373.628	2.709.229	24.082.857
Obrigações por operações compromissadas	548.630.323	15.823.276	564.453.599
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	125.830.451	202.777.673	328.608.124
Outros passivos financeiros	77.774.794	5.019.574	82.794.368
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.764.797	--	2.764.797
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	6.363.934	12.008.771	18.372.705
Provisões para perdas esperadas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	3.146.078	438.800	3.584.878
Passivos fiscais	4.625.471	13.566.618	18.192.089
Correntes	4.625.471	--	4.625.471
Diferidos	--	13.566.618	13.566.618
Outros passivos	45.591.895	2.942.495	48.534.390
Patrimônio líquido	--	163.077.123	163.077.123
Total	1.429.173.392	578.554.585	2.007.727.977

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.12.2021		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	18.023.001	--	18.023.001
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	75.504.036	--	75.504.036
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	858.439.797	486.098.485	1.344.538.282
Empréstimos a instituições financeiras	37.278.227	5.564.361	42.842.588
Aplicações em operações compromissadas	487.444.472	28.455	487.472.927
Empréstimos a clientes	315.909.987	418.380.619	734.290.606
Títulos e valores mobiliários	10.059.172	23.048.637	33.107.809
Outros ativos financeiros	7.747.939	39.076.413	46.824.352
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	11.739.070	--	11.739.070
Instrumentos de dívida e patrimônio	9.604.035	--	9.604.035
Derivativos	2.135.035	--	2.135.035
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	59.842.305	245.648.606	305.490.911
Ativos não circulantes mantidos para venda	417.340	--	417.340
Investimentos em coligadas e joint ventures	--	19.446.188	19.446.188
Ativo imobilizado	--	13.401.651	13.401.651
De uso	--	8.982.146	8.982.146
De direito de uso	--	4.419.505	4.419.505
Ativos intangíveis	--	7.035.270	7.035.270
Ativos fiscais	7.345.674	57.663.822	65.009.496
Correntes	7.345.674	--	7.345.674
Diferidos	--	57.663.822	57.663.822
Outros ativos	6.409.452	32.325.814	38.735.266
Total	1.037.720.675	861.619.836	1.899.340.511
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.393.582.575	285.584.259	1.679.166.834
Depósitos de clientes	590.316.047	80.953.494	671.269.541
Valores a pagar a instituições financeiras	19.140.052	7.027.645	26.167.697
Obrigações por operações compromissadas	611.762.362	10.074.393	621.836.755
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	111.556.347	181.121.628	292.677.975
Outros passivos financeiros	60.807.767	6.407.099	67.214.866
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.053.161	--	2.053.161
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	5.618.405	11.108.134	16.726.539
Provisões para perdas esperadas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	2.377.143	385.138	2.762.281
Passivos fiscais	2.617.588	9.579.762	12.197.350
Correntes	2.617.588	--	2.617.588
Diferidos	--	9.579.762	9.579.762
Outros passivos	36.480.311	3.843.802	40.324.113
Patrimônio líquido	--	146.110.233	146.110.233
Total	1.442.729.183	456.611.328	1.899.340.511

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

47 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Revisão e redimensionamento da estrutura organizacional e desligamento incentivado

Conforme divulgado no Fato Relevante ao mercado em 11.01.2021, o Banco aprovou um conjunto de medidas relacionadas à revisão e ao redimensionamento de sua estrutura organizacional, em linha com os objetivos estratégicos de centralidade no cliente e incremento da eficiência operacional.

A implementação plena das medidas ocorreu a partir do 1º Semestre/2021 proporcionando ganhos de eficiência e otimização em 870 pontos de atendimento do país, incluindo:

- i) desativação de unidades;
- ii) conversão de agências em PA e PA transformados em agências;
- iii) transformação de unidades de negócios em Lojas BB, sem a oferta de guichês de caixa, com maior vocação para assessoria e relacionamento;
- iv) realocização compartilhada de unidades de negócios; e
- v) criação de Agências Especializadas Agro e Escritórios Leve Digital (unidades de negócio especializadas no atendimento a clientes com maturidade digital).

A reorganização da rede de atendimento objetiva a sua adequação ao novo perfil e comportamento dos clientes e compreende, além das medidas de otimização de estrutura descritas acima, outros movimentos de revisão e redimensionamento nas diretorias, áreas de apoio e rede, privilegiando a especialização do atendimento e a ampliação da oferta de soluções digitais.

Além disso, com as medidas, o Banco expande sua capacidade de assessoramento gerenciado aos clientes, ampliando o relacionamento e os negócios e potencializando a satisfação e a fidelização.

Foram aprovadas, ainda, duas modalidades de desligamento incentivado voluntário aos funcionários: o Programa de Adequação de Quadros (PAQ), a fim de otimizar a distribuição da força de trabalho, equacionando as situações de vagas e excessos nas Unidades do banco, e o Programa de Desligamento Extraordinário (PDE), disponível a todos os funcionários do Banco que atendiam aos pré-requisitos. Os Programas possuíam regulamentos específicos que estabeleciam as regras para adesão.

Finalizadas as etapas de manifestação voluntária de interesse por desligamento incentivado, foram validados os desligamentos de 5.533 funcionários no PAQ e no PDE, cujos impactos financeiros foram de R\$ 795 milhões, no Exercício/2021.

b) Pandemia Coronavírus (Covid-19)

Diante da pandemia da Covid-19, enfrentada mundialmente desde o início de 2020, o Banco adotou diversas medidas recomendadas por especialistas, pelo Ministério da Saúde e pelas autoridades dos países onde atua, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos funcionários, colaboradores, clientes e a sociedade.

Dentre as medidas adotadas, destaca-se a assinatura de acordo coletivo de trabalho com as entidades sindicais, bem como a evidenciação das principais implicações contábeis e de capital relacionadas aos efeitos da Covid-19, as quais podem ser consultadas na íntegra nas demonstrações contábeis consolidadas anuais relativas ao Exercício/2021.

No Exercício/2022, foram identificadas oscilações importantes nas premissas utilizadas nos cálculos atuariais, especialmente no que diz respeito a alterações na taxa de desconto e no valor justo de certos ativos garantidores dos planos de benefícios. Tais efeitos geraram em conjunto ajustes nos ativos e passivos atuariais, com impacto no patrimônio líquido, no Exercício/2022, da ordem de R\$ 2,9 bilhões (R\$ 9,1 bilhões no Exercício/2021) líquido de

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

tributos (vide DRA). No entanto, dada a situação de incerteza do momento econômico presente, observamos que essas duas premissas permanecem apresentando volatilidade as quais são continuamente monitoradas.

c) Emissão de *social bond*

Em 11.01.2022, o Banco informou em Comunicado ao Mercado que, por meio de sua Agência de Grand Cayman, precificou, em 06.01.2022, captação internacional sustentável de dívida sênior, do tipo *social bond*, no montante de US\$ 500 milhões, com vencimento em 11.01.2029 e cupom de 4,875% a.a. A liquidação financeira da operação ocorreu em 11.01.2022. Este é o primeiro *social bond* emitido pelo Banco.

A emissão aconteceu no escopo do Framework de Finanças Sustentáveis do Banco, que está alinhado com padrões e taxonomias internacionais, como os Social Bond Principles 2021 da International Capital Market Association (ICMA), e as melhores práticas mundiais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

d) Conflito Rússia e Ucrânia

Após algumas semanas de intensificação da tensão no leste europeu, em 24.02.2022, as tropas russas avançaram em território ucraniano. Em resposta a essa ação, governos de diversos países impuseram sanções econômicas à Rússia e algumas empresas privadas anunciaram espontaneamente a descontinuação de suas atividades no país e a cessação das operações com empresas e o governo russo.

De imediato, o conflito promoveu o deslocamento de grande parte da população ucraniana, que fugiu para outras regiões, e parte da estrutura do país foi destruída. Setores como o petrolífero e agrícola têm sido afetados mundialmente dada a relevância da Rússia no fornecimento de petróleo e fertilizantes, e de ambos os países na produção de cereais.

O Banco e suas subsidiárias, no Brasil e no exterior, não possuem exposição direta ao conflito haja vista a região não ser área de atuação e não haver operações relevantes com os governos e empresas oriundas dos dois países. Inevitavelmente, o impacto da guerra na economia mundial traz efeitos sistêmicos à indústria financeira no Brasil, que por hora não ensejam reflexos em nossos Demonstrativos Contábeis. O Banco continua monitorando atentamente o desenrolar dos fatos, com vistas a mitigar potenciais impactos financeiros sobre suas operações.

e) Aumento de capital em investida

Conforme comunicado ao mercado em 29.04.2022, foi aprovado o aumento de capital do Banco Votorantim S.A. (BV), por meio da capitalização de parte dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP) declarados e ainda não pagos, referente ao Exercício/2021. Dessa forma, a transação será realizada sem movimentação financeira, com emissão de novas ações do BV, no montante de R\$ 175 milhões para cada sócio, mantidas as respectivas participações societárias. Não há impacto no resultado e há impacto residual no capital.

Em 18.07.2022, a operação foi homologada pelo Bacen.

f) Majoração da alíquota da CSLL

Em 02.09.2022, a Medida Provisória n.º 1.115 foi convertida na Lei nº 14.446 que elevou a alíquota da CSLL no período de agosto a dezembro/2022, da seguinte forma: (i) de 20% para 21% para os bancos de qualquer espécie; e (ii) de 15% para 16% para as distribuidoras de valores mobiliários, corretoras de câmbio e de valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimentos, administradora de cartões de crédito, sociedades de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito e associações de poupança e empréstimo. A alíquota da CSLL permanece a 9% para as demais pessoas jurídicas.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Alteração no tratamento tributário aplicável a perdas incorridas

Em 16.11.2022, a Medida Provisória n.º 1.128 foi convertida na Lei nº 14.467, que promoveu alterações no tratamento tributário aplicável às perdas incorridas nos recebimentos de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto administradoras de consórcio e instituições de pagamento.

O Banco está avaliando os possíveis impactos decorrentes da norma, que produzirá efeitos a partir de 01.01.2025.

h) Constituição da Broto S.A.

Em 27.06.2022, o Banco comunicou ao mercado que assinou um Memorando de Entendimentos (MoU) de caráter não vinculante com a BB Mapfre Participações S.A. (BB Mapfre), por meio da BB Seguridade Participações S.A. (Seguridade), para constituírem, de forma conjunta, uma nova sociedade a ser denominada Broto S.A. (Broto).

Em 13.10.2022, o Banco informou que o seu Conselho de Administração aprovou a assinatura dos documentos societários para a constituição da Broto de forma conjunta com a Brasilseg Companhia de Seguros S.A. (Brasilseg), sociedade coligada indireta, por meio da Seguridade. A Broto conduzirá os negócios da Plataforma Digital Broto (Plataforma Broto), que atua na cadeia produtiva do agronegócio, sendo, atualmente, desenvolvida pela Brasilseg, subsidiária integral da BB Mapfre.

Os direcionamentos centrais estabelecidos anteriormente pelo MoU e divulgados ao mercado, foram mantidos. No acordo, o Banco terá 100% das ações preferenciais sem direito a voto, que equivalem a 50% do capital total da Broto, e a Brasilseg, 100% das ações ordinárias, completando 100% do capital daquela.

Pela participação de 50% no capital social total da nova empresa, caberá à Brasilseg o aporte de parcela em caixa e outra parte por meio da transferência de bens, direitos e ativos que estejam associados à Plataforma Broto, atualmente detidos pela Seguradora, totalizando um investimento de R\$ 31,2 milhões. Esse mesmo valor será aportado pelo BB para subscrever e integralizar as ações correspondentes aos outros 50% do capital social total da nova empresa.

Os documentos societários preveem a outorga, pela Brasilseg, de opção de compra ao BB sobre a totalidade das ações de sua titularidade na Broto, exercível mediante pagamento da totalidade do montante aportado pela Seguradora na Broto, corrigido pelo CDI acumulado no período, no prazo de até 12 meses, contados da data de assinatura do acordo de acionistas, prorrogáveis por igual período.

Em 04.01.23, conforme Assembleia Geral realizada na mesma data pelo Banco e a Brasilseg, foi aprovada a constituição da Broto S.A., após a obtenção das autorizações regulatórias do Bacen, Sest e Cade.

i) Pagamento de parcela do instrumento elegível a capital principal

Em 19.07.2022, o Banco Central do Brasil autorizou a liquidação da primeira parcela do instrumento elegível a capital principal descrito na Nota 37, item “c”.

Em 28.07.2022, o Banco repassou ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 1 bilhão referente à referida parcela.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

48 – EVENTOS SUBSEQUENTES**a) Agravamento do nível de risco em operações – indício de deterioração da capacidade de pagamento**

O Banco monitora continuamente sua carteira de clientes de forma a identificar indícios de deterioração da capacidade de pagamento, a exemplo de atrasos em operações, implicando adoção de ações tempestivas, entre elas, o agravamento da classificação de risco, de modo a minimizar efeitos adversos no risco de crédito.

Em decorrência de informações divulgadas ao mercado, durante o mês de janeiro/2023, relacionadas a inconsistências em lançamentos contábeis e pedido de recuperação judicial de empresa do segmento Large Corporate, o Banco reavaliou sua perda esperada em exposições em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 21) e empréstimos a clientes (Notas 23 e 24) e realizou os ajustes pertinentes nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31.12.2022 para que essas reflitam as condições existentes até aquela data.

49 – CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO RESULTADO

	Referência	31.12.2022	31.12.2021
Patrimônio líquido atribuível ao controlador em BRGAAP		160.278.681	141.995.018
Ajustes de IFRS		(1.322.326)	756.464
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	(a)	(743.174)	(794.784)
Combinações de negócios e reorganizações societárias	(b)	1.571.298	1.576.834
Perdas esperadas em instrumentos financeiros	(c)	(2.967.816)	(1.077.499)
Outros ajustes		195.226	1.281.622
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes IFRS	(d)	622.140	(229.709)
Patrimônio líquido atribuível ao controlador em IFRS		158.956.355	142.751.482
Participações de acionistas não controladores		4.120.768	3.358.751
Patrimônio líquido apurado em conformidade com as IFRS		163.077.123	146.110.233

	Referência	Exercício/2022	Exercício/2021
Resultado atribuível ao controlador em BRGAAP		31.011.487	19.710.402
Ajustes de IFRS		(3.381.080)	(1.366.076)
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	(a)	51.610	(36.785)
Combinações de negócios e reorganizações societárias	(b)	(5.536)	(16.733)
Perdas esperadas em instrumentos financeiros	(c)	(1.890.317)	(1.141.272)
Outros ajustes ⁽¹⁾		(2.388.686)	(657.598)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes IFRS	(d)	851.849	486.312
Resultado atribuível ao controlador em IFRS		27.630.407	18.344.326
Participações de acionistas não controladores		2.218.928	1.378.545
Resultado apurado em conformidade com as IFRS		29.849.335	19.722.871

(1) Refere-se principalmente aos ajustes de hiperinflação na Argentina, conforme IAS 29.

a) Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, as tarifas cobradas e comissões pagas pela originação de empréstimos a clientes são reconhecidos no resultado no ato do recebimento e pagamento.

De acordo com as IFRS, em consonância com a IFRS 9, as tarifas e comissões que integram o cálculo da taxa efetiva de juros, diretamente atribuíveis aos instrumentos financeiros classificados ao custo amortizado, devem ser amortizadas ao longo da vida esperada dos contratos.

Os ajustes apresentados nestas demonstrações contábeis consolidadas refletem o diferimento linear dessas receitas e despesas em função do prazo apurado para cada instrumento sujeito ao método da taxa efetiva de juros.

b) Combinações de negócios e reorganizações societárias

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, o montante do ágio ou deságio resultante da aquisição de controle de uma companhia decorre da diferença entre o valor da contraprestação paga e o valor patrimonial das ações, o qual é amortizado, caso ele seja baseado em expectativa de rentabilidade futura.

Em conformidade com a IFRS 3, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor da contraprestação e o montante líquido proporcional adquirido do valor justo dos ativos e passivos da adquirida. O montante registrado como ágio não sofre amortização, todavia é avaliado no mínimo anualmente para fins de determinar se ele está em imparidade.

Os ajustes classificados como “Combinações de Negócios” referem-se à reversão da amortização de ágio efetuada segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, a amortização da parcela de valor justo dos ativos e passivos adquiridos/assumidos, a amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida identificados na aquisição da participação societária e o deságio apurado na aquisição de participação societária, efetuados em conformidade com a IFRS 3.

c) Perdas esperadas com empréstimos a clientes, garantias prestadas, compromissos por empréstimos e demais ativos financeiros ao custo amortizado

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, os empréstimos a clientes devem ser classificados em ordem crescente de níveis de risco, que variam do risco AA ao risco H. A classificação da operação no nível de risco correspondente é de responsabilidade da instituição detentora do crédito e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas.

Os principais critérios observados pelas instituições financeiras quando da classificação dos empréstimos a clientes em níveis de risco são relacionados a:

- (i) situação econômico-financeira do devedor;
- (ii) grau de endividamento;
- (iii) capacidade de geração de resultados;
- (iv) fluxo de caixa;
- (v) pontualidade e atrasos nos pagamentos;
- (vi) limite de crédito;
- (vii) natureza e finalidade da transação; características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez; e
- (viii) valor da operação.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A classificação dos empréstimos a clientes em níveis de risco é revista mensalmente, em função de atraso verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos.

A provisão para fazer face às perdas em empréstimos a clientes, conforme as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, deve ser constituída mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação de percentuais mínimos, os quais variam de 0% (zero por cento) para as operações de nível AA a 100% para as operações classificadas no nível H. Apesar de o modelo utilizado determinar um percentual mínimo de provisão para cada nível de risco, uma entidade pode, ao seu próprio critério, determinar um adicional de provisão.

Esta prática de provisionamento de perdas associada ao risco de crédito é baseada em um modelo de perdas esperadas, com a utilização de limites regulatórios, conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

Embora tanto as práticas contábeis internacionais e as brasileiras utilizem o conceito de perda esperada, o modelo internacional apresenta diferenças em relação a norma brasileira. O modelo adotado pelo banco, baseado na IFRS 9, considera a inadimplência e a alteração significativa do nível de risco de crédito, com a revisão periódica do enquadramento desses ativos, mediante a projeção de cenários econômicos. O banco avalia suas operações em três estágios: Estágio 1 – Operações em normalidade, Estágio 2 – Operações com aumento significativo de risco, e Estágio 3 – Operações em descumprimento. As operações podem migrar entre os estágios de acordo com a melhora ou o agravamento do risco de crédito da operação.

Ainda de acordo com a IFRS 9, o banco reconhece provisão para perdas esperadas com títulos e valores mobiliários ao custo amortizado, empréstimos a instituições financeiras, aplicações em operações compromissadas, bem como para as exposições off-balance, como compromissos de empréstimos e garantias prestadas, com base em modelos internos (a provisão para perdas com garantias prestadas, segundo as práticas aplicáveis à instituições financeiras no Brasil, segue normas específicas, com a utilização de limites regulatórios definidos pelo Banco Central do Brasil, assim como a provisão para perdas com empréstimos a clientes).

d) Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de IFRS

Esse ajuste decorre da aplicação das alíquotas de imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de conversão das demonstrações contábeis consolidadas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil para as demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com as IFRS.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 09 de fevereiro de 2023.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e
Gestão de Riscos

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e
Tecnologia

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Governo e
Sustentabilidade Empresarial

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

José Ricardo Fagonde Forni
Vice-Presidência de Gestão Financeira e
Relações com Investidores

Renato Luiz Bellinetti Naegele
Vice-Presidência de Agronegócios

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE
O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com o artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 09 de fevereiro de 2023.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e
Gestão de Riscos

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e
Tecnologia

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Governo e Sustentabilidade
Empresarial

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

José Ricardo Fagonde Forni
Vice-Presidência de Gestão Financeira e
Relações com Investidores

Renato Luiz Bellinetti Naegle
Vice-Presidência de Agronegócios



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**PRESIDENTE**

Tarciana Paula Gomes Medeiros

VICE-PRESIDENTES

Ana Cristina Rosa Garcia
Carla Nesi
Felipe Guimarães Geissler Prince
Francisco Augusto Lassalvia
José Ricardo Fagonde Forni
José Ricardo Sasseron
Marisa Reghini Ferreira Mattos
Renato Luiz Bellinetti Naegele

DIRETORES

Adelar Valentim Dias
Antonio Carlos Wagner Chiarello
Daniel Alves Maria
Daniela de Avelar Gonçalves
Eduardo Cesar Pasa
Guilherme Alexandre Rossi
Gustavo Garcia Lellis
Jayme Pinto Junior
João Leocir Dal Rosso Frescura
João Vagnes de Moura Silva
Lucinéia Possar
Marco Túlio de Oliveira Mendonça
Neudson Peres de Freitas
Paula Sayão Carvalho Araujo
Paulo Augusto Ferreira Bouças
Paulo Eduardo da Silva Guimarães
Pedro Bramont
Rodrigo Felipe Afonso
Rodrigo Mulinari
Thiago Affonso Borsari
Thompson Soares Pereira César

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aramis Sá de Andrade
Ariosto Antunes Culau
Débora Cristina Fonseca
Iêda Aparecida de Moura Cagni
Paulo Roberto Evangelista de Lima
Rachel de Oliveira Maia
Tarciana Paula Gomes Medeiros
Walter Eustáquio Ribeiro

CONSELHO FISCAL

Aloisio Macário Ferreira de Souza
Carlos Alberto Rechelo Neto
Lucas Pedreira do Couto Ferraz
Renato da Motta Andrade Neto

COMITÊ DE AUDITORIA

Aramis Sá de Andrade
Egídio Otmar Ames
Rachel de Oliveira Maia
Vera Lucia de Almeida Pereira Elias
Walter Eustáquio Ribeiro

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Pedro Henrique Duarte Oliveira
Contador CRC-DF 023407/O-3
CPF 955.476.143-00



Projeções Corporativas

Projeções Corporativas 2022

No exercício de 2022, os seguintes indicadores apresentaram variação em relação ao projetado para o ano:

Crédito Pessoas Físicas: justificado pelo menor desembolso em consequência do cenário macroeconômico.

Crédito Empresas: influenciado pela carteira de MPME, notadamente pelos desembolsos no Pronampe, e pela carteira de Grandes Empresas.

Crédito Agronegócios: explicado pela forte demanda e proximidade com o setor.

Margem Financeira Bruta: explicado pelo crescimento das receitas de crédito e resultado de tesouraria beneficiado pela Taxa Média Selic (TMS) do período.

Tabela 1. Projeções Corporativas para 2022

	Observado 2022	Projeções 2022
Carteira de Crédito¹ - %	17,0	15,0 a 17,0
Pessoas Físicas - %	9,0	11,0 a 13,0
Empresas ² - %	17,7	15,0 a 17,0
Agronegócios - %	24,9	18,0 a 22,0
Margem Financeira Bruta - %	23,8	19,5 a 21,5
PCLD Ampliada - R\$ bilhões	-16,7	-17,0 a -14,0
Receitas de Prestação de Serviços - %	10,2	9,0 a 11,0
Despesas Administrativas - %	5,6	4,0 a 8,0
Lucro Líquido Ajustado - R\$ bilhões	31,8	30,5 a 32,5

(1) Carteira de Crédito: considera a carteira classificada doméstica adicionada de TVM Privados e Garantias e não considera crédito a Governo; (2) Empresas: não considera crédito a Governo.

Projeções Corporativas 2023

As projeções corporativas para 2023 foram elaboradas considerando as seguintes premissas:

Premissas sob gestão da Administração

- a) Preservação do atual modelo de negócios;
- b) Otimização da alocação de capital;
- c) Foco no relacionamento, buscando ser o principal provedor de soluções, de forma a potencializar a experiência do cliente e o resultado do banco;
- d) Atuação pautada pela sustentabilidade, promovendo negócios ASG e o desenvolvimento social;
- e) Investimentos na aceleração digital;
- f) Ênfase na melhoria da eficiência operacional e controle de demais despesas.

Premissas que escapam a gestão da Administração

- a) Alterações regulatórias que possam impactar os negócios;
- b) Nível de atividade econômica doméstica e mundial;
- c) Preservação da atual arquitetura da política macroeconômica doméstica;
- d) Taxa de desemprego.

Tabela 2. Projeções Corporativas para 2023

	Observado 2022	Projeções 2023
Carteira de Crédito¹ - %	17,0	8,0 a 12,0
Pessoas Físicas - %	9,0	7,0 a 11,0
Empresas ² - %	17,7	7,0 a 11,0
Agronegócios - %	24,9	11,0 a 15,0
Margem Financeira Bruta - %	23,8	17,0 a 21,0
PCLD Ampliada - R\$ bilhões	-16,7	-23,0 a -19,0
Receitas de Prestação de Serviços - %	10,2	7,0 a 11,0
Despesas Administrativas - %	5,6	7,0 a 11,0
Lucro Líquido Ajustado - R\$ bilhões	31,8	33,0 a 37,0

(1) Carteira de Crédito: considera a carteira classificada doméstica adicionada de TVM Privados e Garantias e não considera crédito a Governo; (2) Empresas: não considera crédito a Governo.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

NOVO MERCADO

Em 31.05.2006, o Banco do Brasil assinou com a Bolsa de Valores de São Paulo contrato de adesão ao segmento do Novo Mercado da B3, que reúne um grupo de empresas que adotam, voluntariamente, práticas de governança corporativa adicionais às que são exigidas pela legislação brasileira.

Ressalta-se que o Banco do Brasil, seus Acionistas, Administradores e os Membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Companhia: BANCO DO BRASIL S.A.					Posição em 31.12.2022 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
União Federal	1.432.708.542	50,0	--	--	1.432.708.542	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	131.948.214	4,6	--	--	131.948.214	4,6
Outros	1.300.760.264	45,4	--	--	1.300.760.264	45,4
Total	2.865.417.020	100,0	--	--	2.865.417.020	100,0

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

NÃO SE APLICA AO BANCO DO BRASIL S.A

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em [31.12.2022]						
ACIONISTA	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	1.432.708.542	50,0	--	--	1.432.708.542	50,0
Administradores	132.343	--	--	--	132.343	--
Conselho de Administração	3.988		--	--	3.988	
Diretoria	128.355		--	--	128.355	
Previ	131.948.214	4,6	--	--	131.948.214	4,6
Conselho Fiscal	1.000	--	--	--	1.000	--
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	11.830.375	0,4	--	--	11.830.375	0,4
Outros	1.288.796.546	45,0	--	--	1.288.796.546	45,0
Total	2.865.417.020	100,0	--	--	2.865.417.020	100,0
Ações em Circulação ⁽²⁾	1.420.745.751	49,6	--	--	1.420.745.751	49,6

(1) Inclui 49.614 ações do Banco do Brasil mantidas na BB Asset.

(2) As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em [31.12.2021]						
ACIONISTA	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	1.432.708.542	50,0	--	--	1.432.708.542	50,0
Administradores	98.940	--	--	--	98.940	--
Conselho de Administração	3.599		--	--	3.599	
Diretoria	95.341		--	--	95.341	
Previ	133.689.414	4,7	--	--	133.689.414	4,7
Conselho Fiscal	1.000	--	--	--	1.000	--
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	12.017.619	0,4	--	--	12.017.619	0,4
Outros	1.286.901.505	44,9	--	--	1.286.901.505	44,9
Total	2.865.417.020	100,0	--	--	2.865.417.020	100,0
Ações em Circulação ⁽²⁾	1.420.591.910	49,6	--	--	1.420.591.910	49,6

(1) Inclui 42.983 ações do Banco do Brasil mantidas na BB Asset.

(2) As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do Banco do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. e de suas controladas ("Banco do Brasil"), identificadas como BB Banco Múltiplo e BB Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco do Brasil S.A. e de suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco do Brasil, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco do Brasil. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.g), nº 4.b) e nº 12 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados pelo nível de risco, de acordo com o julgamento da Administração, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. Para tanto, o Banco do Brasil utiliza políticas internas que consideram a definição de ratings de classificação de risco de crédito para os devedores e suas respectivas operações, envolvendo níveis de inadimplência e premissas e julgamentos da Administração, com o objetivo de representar sua melhor estimativa quanto ao risco de crédito de sua carteira.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi considerada um principal assunto de auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ao uso de estimativas e julgamento por parte da Administração na determinação das provisões que são constituídas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco do Brasil para as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito; (b) entendimento e testes do desenho, implementação e da efetividade dos controles internos relevantes sobre o processo de atribuição de "ratings" aos devedores e suas respectivas operações; (c) análise dos critérios de provisionamento dessas operações e desafio das premissas utilizadas pela Administração e da aderência aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, com base em amostragem; (d) análise do nível de provisionamento total das carteiras; e (e) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para estimar a provisão para créditos de liquidação duvidosa são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.m), nº 4.h) e nº 21 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco do Brasil constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas, decorrentes de eventos passados, com base na avaliação da Administração, suportada por seus assessores jurídicos, mensurando os montantes a serem provisionados por meio de métodos

denominados "Massificado" e "Individualizado", dependendo do tipo e dos valores envolvidos das ações. O método "Massificado" é utilizado para processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor individual não seja considerado relevante, e foram desenvolvidos internamente pela Administração segundo parâmetros estatísticos. O método "Individualizado" é avaliado periodicamente pelos assessores jurídicos com relação à probabilidade de perda e montantes a serem provisionados.

Devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ao uso de estimativas e julgamento por parte da Administração, consideramos como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas e a mensuração dos montantes provisionados; (b) envolvimento de nossos especialistas para entendimento dos parâmetros estatísticos utilizados no método massificado; (c) confirmação das demandas com os assessores jurídicos externos e internos; (d) análise por amostragem para inspecionar a documentação dos processos judiciais provisionados pelo método individualizado; e (e) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para estimar as provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

3. Planos de benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador de entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.k), nº 4.g) e nº 29 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco do Brasil relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020.

A estimativa das obrigações dos planos de benefício definido envolve premissas atuariais relevantes, incluindo taxas de desconto, entre outras, as quais são sensíveis e/ou envolvem julgamento da Administração, e podem causar efeitos relevantes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Diante disso, consideramos como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem a mensuração dos passivos atuariais; (b) envolvimento de nossos especialistas atuários para entendimento das bases de dados utilizadas e desafio das principais premissas atuariais adotadas pelos atuários externos contratados pela Administração nos cálculos dos passivos atuariais; (c) análise por amostragem da razoabilidade das bases de dados e envolvimento de nossos especialistas atuários para o recálculo das obrigações atuariais; e (d) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que a metodologia de cálculo, as bases de dados e as principais premissas atuariais adotadas pela Administração, em conjunto com seus atuários externos, para estimar as obrigações dos planos de benefícios a empregados são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

4. Ambiente de tecnologia da informação

As operações do Banco do Brasil dependem do ambiente de tecnologia e de infraestrutura capazes de suportar um elevado número de transações processadas diariamente em seus sistemas de informação legados que alimentam os seus registros contábeis. Os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, podem, eventualmente, conter riscos no processamento e na geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, justificando nossa consideração como área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes que suportam as principais atividades de negócio do Banco do Brasil, avaliamos o desenho e a implementação dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banco do Brasil.

Considerando os processos e controles do ambiente de tecnologia da informação, associados aos testes realizados mencionados anteriormente, julgamos que nos permitiram de forma razoável considerar as informações extraídas de determinados sistemas para definirmos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA"), referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco do Brasil, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco do Brasil é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco do Brasil continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco do Brasil ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco do Brasil são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco do Brasil.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco do Brasil e de suas controladas. Se concluirmos que

existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco do Brasil e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 13 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” DF

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6

=====

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do Banco do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco do Brasil e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Provisão com perdas esperadas em empréstimos a clientes

A constituição da provisão com perdas esperadas em empréstimos a clientes envolve julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco do Brasil. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.j) e nº 24 às demonstrações contábeis consolidadas, o Banco do Brasil desenvolveu modelos internos para estimativa da provisão para perdas esperadas, conforme requerimentos da IFRS 9, visando gerar a expectativa das perdas em empréstimos a clientes ao longo de um dado horizonte de tempo, englobando a avaliação dos parâmetros de PD ("Probability at Default"), LGD ("Loss Given Default") e EAD ("Exposure at Default"). Para tanto, o Banco do Brasil utiliza modelos internos para considerar todos os históricos de dados disponíveis e pondera possíveis cenários de perdas, considerando as estimativas "forward-looking", e envolvendo premissas e julgamentos da Administração, como também avaliação individual de certos clientes, com o objetivo de representar sua melhor estimativa quanto ao risco de perdas esperadas de sua carteira de crédito.

A provisão com perdas esperadas em empréstimos a clientes foi considerada um principal assunto de auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis consolidadas, ao uso de estimativas e julgamento por parte da Administração na determinação das provisões que são constituídas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco do Brasil para as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, com envolvimento de nossos especialistas, com o objetivo de avaliar a aderência aos requerimentos da IFRS 9; (b) entendimento e testes do desenho, implementação e da efetividade dos controles internos relevantes sobre o processo de mensuração da estimativa da provisão com perdas esperadas em empréstimos a clientes; (c) revisão e desafio dos modelos e bases de dados utilizados pela Administração para a mensuração da perda esperada, incluindo a alocação da carteira de crédito nos estágios requeridos pela IFRS 9, com base em amostragem, com envolvimento de membros seniores da nossa equipe e dos nossos especialistas; (d) revisão e desafio da razoabilidade das premissas utilizadas pela Administração na avaliação individual da perda esperada de certos clientes, com base em amostragem; (e) análise do nível de provisionamento de perdas das operações de crédito; e (f) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para estimar a provisão com perdas esperadas em empréstimos a clientes são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

2. Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.q) e nº 35 às demonstrações contábeis consolidadas, o Banco do Brasil constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas, decorrentes de eventos passados, com base na avaliação da Administração, suportada por seus assessores jurídicos, mensurando os montantes a serem provisionados por meio de métodos denominados "Massificado" e "Individualizado", dependendo do tipo e dos valores envolvidos das ações. O método "Massificado" é utilizado para processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor individual não seja considerado relevante, e foram desenvolvidos internamente pela Administração segundo parâmetros estatísticos. O método "Individualizado" é avaliado periodicamente pelos assessores jurídicos com relação à probabilidade de perda e montantes a serem provisionados.

Devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis consolidadas, ao uso de estimativas e julgamento por parte da Administração, consideramos como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas e a mensuração dos montantes provisionados; (b) envolvimento de nossos especialistas para entendimento dos parâmetros estatísticos utilizados no método massificado; (c) confirmação das demandas com os assessores jurídicos externos e internos; (d) análise por amostragem para inspecionar a documentação dos processos judiciais provisionados pelo método individualizado; e (e) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para estimar as provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

3. Planos de benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador de entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.p) e nº 44 às demonstrações contábeis consolidadas, os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco do Brasil relacionados ao complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na IAS 19 - "Employee Benefits".

A estimativa das obrigações dos planos de benefício definido envolve premissas atuariais relevantes, incluindo taxas de desconto, entre outras, as quais são sensíveis e/ou envolvem julgamento da Administração, e podem causar efeitos relevantes sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Diante disso, consideramos como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem a mensuração dos passivos atuariais; (b) envolvimento de nossos especialistas atuários para entendimento das bases de dados utilizadas e desafio das principais premissas atuariais adotadas pelos atuários externos contratados pela Administração nos cálculos dos passivos atuariais; (c) análise por amostragem da razoabilidade das bases de dados e envolvimento de nossos especialistas atuários para o recálculo das obrigações atuariais; e (d) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que a metodologia de cálculo, as bases de dados e as principais premissas atuariais adotadas pela Administração, em conjunto com seus atuários externos, para estimar as obrigações dos planos de benefícios a empregados são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

4. Ambiente de tecnologia da informação

As operações do Banco do Brasil dependem do ambiente de tecnologia e de infraestrutura capazes de suportar um elevado número de transações processadas diariamente em seus sistemas de informação legados que alimentam os seus registros contábeis. Os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, podem, eventualmente, conter riscos no processamento e na geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, justificando nossa consideração como área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes que suportam as principais atividades de negócio do Banco do Brasil, avaliamos o desenho e a implementação dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banco do Brasil.

Considerando os processos e controles do ambiente de tecnologia da informação, associados aos testes realizados mencionados anteriormente, julgamos que nos permitiram de forma razoável considerar as informações extraídas de determinados sistemas para definirmos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco do Brasil, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco do Brasil é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco do Brasil e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco do Brasil e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco do Brasil e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco do Brasil e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco do Brasil e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco do Brasil e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de

uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 13 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DO BANCO DO BRASIL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., sem modificações, expedido nesta data, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2023.

Aloisio Macário Ferreira de Souza
Conselheiro

Carlos Alberto Rechelo Neto
Conselheiro

Lucas Pedreira do Couto Ferraz
Conselheiro

Renato da Motta Andrade Neto
Presidente

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco do Brasil elaboradas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif)

Segundo Semestre de 2022

Apresentação

O Comitê de Auditoria (Coaud), órgão estatutário, tem suas atribuições definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 4.910/2021, Estatuto Social do Banco do Brasil S.A. (BB) e seu Regimento Interno. Assessoria o Conselho de Administração (CA) em caráter permanente e com independência no exercício de suas atribuições.

O Coaud avalia e monitora as exposições de risco mediante interação e atuação conjunta com o Comitê de Riscos e de Capital (Coris), em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/2017.

Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Auditoria Interna (Audit) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (Deloitte) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do BB e das subsidiárias abrangidas pelo Coaud. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

Atividades do Período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme Plano Anual de Trabalho 2022, aprovado pelo CA do Banco do Brasil em 16/12/2021, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades do Comitê. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração, disponibilizadas ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente, e estão publicadas, na forma de extratos, no endereço eletrônico www.bb.com.br/ri.

Realizou reuniões com representantes da Administração do BB e de empresas do Conglomerado, assim como com seus respectivos Conselhos de Administração e Fiscal, Coris, Conselho Diretor, Auditorias Interna e Independente e Banco Central do Brasil (Bacen), além de reuniões entre os membros do Coaud.

Nessas reuniões, abordou os temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, transações com partes relacionadas, atuarial, exposições de risco e contabilidade.

O Comitê apresentou informes periódicos de suas atividades e pareceres relativos aos temas de sua atuação ao CA. Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Coaud.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

Não foi reportada ao Coaud a existência de divergências entre a auditoria independente e a administração relacionadas às demonstrações contábeis.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Coaud concluiu que:

- a) o Sistema de Controles Internos (SCI) é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e é objeto de permanente atenção por parte da Administração;
- b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c) a Deloitte atua com efetividade e independência;
- d) as transações com partes relacionadas encontram-se adequadas à política específica do BB e à legislação vigente;
- e) os principais parâmetros dos cálculos e os resultados atuariais estão adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis;
- f) as principais exposições de risco vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração;
- g) as demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas a 31/12/2022 foram elaboradas em conformidade com as normas

legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 13 de fevereiro de 2023.

(assinado eletronicamente)
Egídio Otmar Ames
(coordenador)

(assinado eletronicamente)
Aramis Sá de Andrade

(assinado eletronicamente)
Rachel de Oliveira Maia

(assinado eletronicamente)
Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

(assinado eletronicamente)
Walter Eustáquio Ribeiro

=====

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco do Brasil em IFRS

Segundo semestre de 2022

Apresentação

O Comitê de Auditoria (Coaud), órgão estatutário, tem suas atribuições definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 4.910/2021, Estatuto Social do Banco do Brasil S.A. (BB) e seu Regimento Interno. Assessoria o Conselho de Administração (CA) em caráter permanente e com independência no exercício de suas atribuições.

O Coaud avalia e monitora as exposições de risco mediante interação e atuação conjunta com o Comitê de Riscos e de Capital (Coris), em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/2017.

Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Auditoria Interna (Audit) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (Deloitte) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do BB e das subsidiárias abrangidas pelo Coaud. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

Atividades do Período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme Plano Anual de Trabalho 2022, aprovado pelo CA do Banco do Brasil em 16/12/2021, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades do Comitê. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração, disponibilizadas ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente, e estão publicadas, na forma de extratos, no endereço eletrônico www.bb.com.br/ri.

No período, realizou reuniões com representantes da Administração do BB e de empresas do Conglomerado, assim como com seus respectivos Conselhos de Administração e Fiscal, Coris, Conselho Diretor, Auditorias Interna e Independente e Banco Central do Brasil (Bacen), além de reuniões entre os membros do Coaud.

Nessas reuniões, abordou os temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, transações com partes relacionadas, atuarial, exposições de risco e contabilidade.

O Comitê apresentou informes periódicos de suas atividades e pareceres relativos aos temas de sua atuação ao CA. Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Coaud.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares

que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

Não foi reportada ao Coaud a existência de divergências entre a auditoria independente e a administração relacionadas às demonstrações contábeis.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Coaud concluiu que:

- a) o Sistema de Controles Internos (SCI) é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e é objeto de permanente atenção por parte da Administração;
- b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c) a Deloitte atua com efetividade e independência;
- d) as transações com partes relacionadas encontram-se adequadas à política específica do BB e à legislação vigente;
- e) os principais parâmetros dos cálculos e os resultados atuariais estão adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis;
- f) as principais exposições de risco vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração;
- g) as demonstrações financeiras consolidadas no padrão IFRS relativas a 31/12/2022 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 13 de fevereiro de 2023.

(assinado eletronicamente)
Egidio Otmar Ames
(coordenador)

(assinado eletronicamente)
Aramis Sá de Andrade

(assinado eletronicamente)
Rachel de Oliveira Maia

(assinado eletronicamente)
Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

(assinado eletronicamente)
Walter Eustáquio Ribeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 09 de fevereiro de 2023.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

José Ricardo Sasserone
Vice-Presidência de Governo e Sustentabilidade Empresarial

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

José Ricardo Fagonde Forni
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia

Renato Luiz Bellinetti Naegle
Vice-Presidência de Agronegócios

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 09 de fevereiro de 2023.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Governo e Sustentabilidade Empresarial

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

José Ricardo Fagonde Forni
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia

Renato Luiz Bellinetti Naegele
Vice-Presidência de Agronegócios